ROCHA POMBO

HISTÓRIA DO BRASIL

EDIÇÕES MELHORAMENTOS

E. Theodor Bachmann

HISTÓRIA DO BRASIL

Escola de Teologia
Caixa Postal 14
São Leopoldo, RGS
Brasil 13. March 1959

ROCHA POMBO
(1857 - 1933)

HISTÓRIA DO BRASIL

7.ª EDIÇÃO

Revista e atualizada por
HÉLIO VIANNA

1956

EDIÇÕES MELHORAMENTOS

2/V-6

34.º Milheiro

Obra do autor, nas Edições Melhoramentos:

NOSSA PÁTRIA

Nos pedidos telegráficos basta citar o cód. 158

PREFÁCIO

Três livros da maior valia deve a literatura didática nacional ao grande mestre que foi Rocha Pombo: um dêles, "Nossa Pátria", especialmente preparado para o curso primário; outro, "História do Brasil", destinado ao primeiro ciclo do ensino secundário; e, enfim, a presente obra que, com especial proveito, pode ser utilizada tanto pelos candidatos aos cursos superiores (Ciclos Colegiais) e estudantes das Faculdades de Filosofia, quanto como obra de consulta, em tôdas as bibliotecas. Por igual, presta-se ela ao manuseio de mestres primários e de professôres de ginásio, para o preparo de aulas e mais largos estudos, tão valiosos são os subsídios e sugestões que apresenta.

Ao tirar-se esta nova edição, teve-se o cuidado de proceder à completa revisão do texto, para harmonização de algumas passagens com os resultados de recentes pesquisas de nossa história; teve-se também o cuidado de uniformizar a grafia de nomes e instituições, segundo a forma assentada pelos maiores cultores da especialidade; e acrescentou-se um novo capítulo para atualização da matéria até os nossos dias.

Por essa forma, atendem os editôres à recomendação deixada pelo próprio Autor, cujo empenho sempre foi o de apresentar estudos de cunho tão perfeito quanto possível, sob forma objetiva e isenta.

José Francisco da Rocha Pombo foi, na verdade, por tôda a sua longa e fecunda existência, nobre exemplo de trabalho, de modéstia e de amor à verdade. Nascido em Morretes, Paraná, em 4 de dezembro de 1857, e falecido a 26 de julho de 1933, no Rio de Janeiro, não só legou a nossas letras históricas precioso cabedal, como também soube impor-se como homem das mais altas virtudes cívicas e de desprendimento pessoal.

Ao contato de seus escritos sentirão os mestres e estudantes, no rigor de suas observações, sempre apresentadas de forma clara e simples mas vigorosa, essa esplêndida devoção às letras pátrias e a superior compreensão dos altos destinos de nossa terra, através do estudo de seu desenvolvimento histórico.

EDIÇÕES MELHORAMENTOS

ÍNDICE

I

DESCOBRIMENTO DO BRASIL – O ÍNCOLA

SUMÁRIO: — O mundo no século XV. — As grandes navegações. — Descobrimento do Brasil. — As populações indígenas. — Ainda as populações indígenas.

O MUNDO NO SÉCULO XV

1. Os séculos XV e XVI assinalam a grande época de transição dos velhos para os novos tempos.

O mundo até então conhecido da história clássica não era muito mais que a Europa.

Fora da Europa, mal se conheciam a Asia (até o Indo), o Egito (quase só a bacia inferior do Nilo) e o litoral africano do norte.

Mesmo na Europa havia países que só depois é que entraram na história.

São êsses os limites do mundo ocidental naquela época.

Quanto ao conhecimento da periferia do globo nada se havia, pois, adiantado ao que tinham feito os antigos.

Havia-se mesmo perdido alguma coisa da obra dos fenícios e dos gregos.

Não se havia ainda constituído pròpriamente uma ciência geográfica.

Os poucos que estudavam a Terra só nos deixaram noções quase sempre falsas, e hipóteses absurdas.

Se muito pouco se sabia da própria Europa, é fácil imaginar que concepção se poderia ter do resto do planêta.

A própria redondeza da Terra, quando não era negada com absoluta segurança, tornava-se objeto de apaixonada controvérsia entre os sábios.

A idéia de antípodas despertava indignação e repulsa entre os mais altos espíritos.

2. É, bem conhecido o incidente em que figuram Colombo e os mestres de uma escola célebre do tempo.

Quando teve de expor o seu problema, fundado na esfericidade da Terra, viu-se o homem "alucinado" em grandes apuros para rebater as objeções que os luminares da Universidade de Salamanca (a mais notável no tempo, depois da de Paris) lhe opuseram às conclusões que apresentava.

"Admitida — entendiam aquêles sábios — a redondeza da Terra, como quereis, seria o mesmo que admitir a existência de antípodas — o que não passa evidentemente de uma extravagância —."

E para ilustrar o seu parecer, profundavam tôda a erudição antiga, concluindo que sustentar semelhante dislate (de Terra esférica) seria "negar a Bíblia", acreditando "que há nações que não descendem de Adão, pois essas nações *não poderiam ter passado o oceano intermediário...*"

E batiam de frente a loucura do presunçoso fechando a questão com esta ingênua pergunta: — "Pois bem, admitamos que a Terra é mesmo redonda: — como é que, depois de descerdes pelo oceano de um lado, haveis de voltar? Voltareis pelo lado oposto, ou pelo mesmo lado? Se pelo mesmo lado como é que haveis de caminhar *para cima... de baixo para cima?*"

3. Para a ciência oficial, a Terra já estava dividida em três zonas; mas a única que se julgava habitável era a temperada.

Fora desta zona, não se acreditava que houvesse sêres vivos.

Para o norte, o frio polar era incompatível com a vida; e para o sul, ficava um oceano desconhecido, impossível de navegar — o temeroso *mar da noite*, ou *mar tenebroso* —.

O mapa mais antigo e mais autorizado, que se conservava, era o de Agatodemo (do século II), desenhado de acôrdo com as informações do *Almagesta*, de Ptolomeu.

Neste planisfério figuram: além de muitas ilhas e mares interiores, a Europa ainda muito mal conformada; a Asia, maciça até a longitude de 180 graus, e aí bruscamente interrompida; achando-se a India Cisgangética (Hindostão) truncada, e tendo para o sul, desmesuradamente grande, a Taprobana (Ceilão), e muito aberto para o oriente, o Quersoneso do Ouro (Indo-China).

A Africa está prolongada longitudinalmente até aí, e dentro da latitude de 20 graus.

Fronteira à extrema costa meridional da Asia, desenha-se uma *terra austral desconhecida*, como continuação da Africa (sem nunca exceder a latitude de 20 graus) até emendar com outra terra nos confins orientais, aos 180 graus.

4. Pelos fins do século XIII publicava-se o mapa de Marco Pólo; o qual não é muito mais que uma reprodução do de Ptolomeu, adiantando apenas alguma coisa quanto à China e tôda a parte da Asia que o viajante havia visitado.

Continua neste (onze séculos depois de *Almagesta!*) a Africa a terminar aos 20 graus de latitude.

Madagáscar ficou muito perto de Ceilão; e entre as duas grandes ilhas, estão mais 12700 ilhas pequenas.

No lugar onde Ptolomeu indica terra firme, de norte a sul, a 180 graus, dá Marco Pólo as *Ilhas das Especiarias* (7448), tendo estas ao norte, já separada do continente, a grande ilha de Cipango (Japão).

Quase um século depois de Marco Pólo, desenhou-se em Espanha uma carta, que é conhecida pelo nome de *Carta Catalã.*

Não é esta mais que um perfil das costas da Península Ibérica (só com a indicação de Lisboa — o que é bem significativo —) e da costa africana até o cabo Buicedor (o Bojador) indicando ainda para o sul o *cap de finisterra de affricha.*

Já se havia, pois, avançado até além da latitude de 30 graus; e a farta nomenclatura de acidentes geográficos mostra que antes do século XIV já os portuguêses conheciam o litoral da Africa pelo menos até ali.

5. Um geógrafo veneziano da primeira metade do século XV, André Bianco, desenhou um mapa-múndi que é talvez o documento mais curioso da ciência daquele tempo.

Nesse mapa figura o antigo continente como única parte sólida da Terra, e dividido em três porções — Europa, Asia e Africa — circuladas de água.

A Africa já se prolonga para o sul além do Bojador; e distende-se depois para leste paralelamente com a costa da Asia, até os 180 graus.

A Asia termina a oriente em duas enormes penínsulas.

Fora da Europa, Africa e Asia, só estão indicadas infinidades de ilhas, mesmo nos rumos por onde até então se supunha que existisse terra firme.

E' preciso ainda, entre os trabalhos geográficos daqueles tempos (fins do século XV) citar o globo terrestre de Martinho Behaim, cosmógrafo e navegante alemão, nascido em Nuremberg.

Nessa esfera, que é a mais antiga conhecida, já se revela a preocupação de procurar pelo ocidente o caminho das Indias.

Nela se vê que entre a Europa e a Africa de um lado (a Africa ainda truncada) e o extremo oriental da Asia fronteira, estão indicadas numerosas ilhas, entre as quais a maior é a de Cipango.

6. E, no entanto, êsses erros, que passavam como verdades acêrca da Terra, não eram ainda os maiores obstáculos marítimos.

O que mais desestimula a inteligência e a audácia daquelas gerações são os prejuízos, as abusões correntes, as lendas e fantasias, cada qual mais disparatada, que enchiam a imaginação de todo o mundo, e até principalmente, dos profissionais e homens de ciência.

Dava-se o grande mar, que era preciso investir, como povoado de monstros, e acabando de repente em voragens que engoliam navios, e apresen-

tando a cada instante perigos e entraves que homens não seriam capazes de vencer.

Era necessário, portanto, que alguma coragem sôbre-humana, ou a temeridade de algum novo heroísmo, se afoitasse a afrontar os mistérios do *mar oceano.*

Por isso mesmo é que julgamos indispensável nesta lição, antes de tudo, sugerir ao leitor uma idéia do que devia ser o espírito humano fechado nos estreitos limites daquele mundo, e assim habilitar-nos a bem apreciar a espantosa ressurreição, o vasto renovamento espiritual, a grandeza daquela obra surpreendente do século XV.

E no momento em que o esfôrço dos portuguêses, ao cabo de cêrca de um século de afanos e sacrifícios, desvenda novos horizontes aos olhos anciosos daquela Europa exausta e obstinada na sua incredulidade, o que nos cumpre é acentuar bem que a fase que se vai seguir (de fins do século XV em diante) foi gerada, como um milagre, da fé e coragem daquelas gerações que iniciaram a epopéia marítima.

7. Porque é preciso não esquecer que enquanto os portuguêses, primeiro ensaiavam, e logo depois instituíam definitivamente o problema das grandes navegações, todos os demais povos da Europa andavam alheios a tais empreendimentos; uns cuidando de fazer a sua integração política sôbre os remanescentes do regime feudal; outros procurando, pelo trabalho resignado, conciliar-se com as condições de geral penúria; e ainda muitos fazendo a guerra como um derivativo de embaraços internos; e todos vivendo de uma suspeita aflitiva uns contra outros.

A França e a Inglaterra dirimiam o seu conflito secular. Perdida a ilusão dos seus intentos de domínio no continente, cai a segunda num período de lutas intestinas que lhe fizeram maiores males que os cem anos de guerra; enquanto a França trata de tirar, para a sua política interna, todos os proveitos da vitória.

A Espanha, para constituir a sua unidade política, esforça-se por liquidar a sua causa contra os mouros.

As províncias de Holanda cuidam providamente da sua vida.

Na Itália, consolidam-se grandes famílias nos pequenos Estados que saíam da anarquia medieval.

Se na Europa marítima ninguém se apercebia da obra que andavam levando os portuguêses, decerto que não havia de ser nos países continentais que se tomasse mais interêsse por uma causa que só se sentiu depois de abertos os grandes caminhos para a terra.

QUESTÕES CONEXAS: — *A Ásia anterior. — Agressões de mongóis. Infiltração dos turcos. — Queda de Constantinopla. — Os sérvios na resistência aos turcos. — Os turcos no Mediterrâneo.*

AS GRANDES NAVEGAÇÕES

1. Começaram desde muito cedo as populações que se fixaram no retângulo ocidental da Ibéria a volver a sua atividade para o mar.

Talvez mesmo seja lícito afastar para a época remota da influência fenícia os primeiros ensaios que familiarizaram aquelas populações com a visão do oceano.

Ao destacar-se de Castela, não demorou que o novo reino tivesse a sua frota de guerra, destinada principalmente a proteger navios mercantes, que dos mares litorâneos iam ampliando relações de comércio pelo mar do Norte, e até pelo Mediterrâneo.

Foram, pois, os reis da dinastia de Borgonha, sobretudo de D. Denis por diante, que criaram o "gênio marítimo" da raça.

E' no entanto, com a segunda dinastia que se vão acentuar as tendências geradas, e unificá-las num grande impulso de expansão para os mares.

E' o grande Mestre de Avis que instituiu o ideal imenso de que ia viver aquêle pequeno povo, que toma a si, decisivo, a função gloriosa de realizar a integração da ordem humana no planêta.

Com a vitória de Aljubarrota (1385) retempera-se o espírito nacional; e D. João I aproveita aquêle momento de revivescência e de ufania cavalheiresca para iniciar a grande obra.

E' preciso observar desde já que o largo surto que vão ter agora a iniciativa e coragem daquelas gerações não se explicaria só pela necessidade de sair da estreiteza da terra e desenvolver o comércio: nêle entrava por muito o espírito de proselitismo cristão, e sobretudo a ânsia de reagir contra os desabrimentos do Islã.

Bater o infiel e conquistar fortuna! Foram êsses os intuitos que dominaram tôda a alma portuguêsa ao abrir na história o período das grandes navegações.

2. Assim que fôra proclamado nas Côrtes de Coimbra, cuidou D. João I de organizar uma expedição contra os mouros da Africa, os que estavam ali mais perto, e ameaçavam de desfôrço a cristandade levantada da Península.

Foi a primeira expedição que saiu do reino com êsse objetivo.

Era uma verdadeira Cruzada, levando a cruz nas velas dos navios, nos estandartes, nas armaduras.

O infante D. Henrique, filho de D. João, acompanhou os expedicionários, já sem dúvida com o pensamento de auferir daquela jornada algum proveito para os vastos projetos em que se concretizavam os sonhos da monarquia.

Apoderam-se de Ceuta os portuguêses (1415), e é D. Henrique armado cavaleiro, com dois de seus irmãos.

E então não perde um instante. Pode dizer-se que ali principalmente estuda.

Por intermédio de árabes cultos, que soube atrair a si, apropria-se de tudo quanto da antiga literatura oriental poderia interessar-lhe.

Segundo se diz, chegou mesmo a aprender o árabe, e adquiriu grande cópia de cartas, roteiros e livros de valor para os trabalhos que ia empreender.

Quando voltou para Lisboa, deu logo comêço (por 1420) à construção do seu castelo no promontório de Sagres, ali adiante do mar, que ia ser o teatro da nova Cavalaria.

Junto ao castelo, no recinto murado, construiu também instalações para arsenal, estaleiros e oficinas, para a morada dos seus auxiliares; e chamou para ali, de muitos países, pilotos e mareantes, e até homens conhecidos como competentes em questões de cosmografia e de náutica.

3. E' daquele rochedo alcantilado que vão sair os pioneiros de novo heroísmo.

Começa-se a descer pela costa africana.

Zarco e Tristão Vaz descobrem Pôrto Santo e Madeira (1419).

Gil Eanes, em 1434, já dobrava o cabo Bojador.

Logo depois, vão saindo Antão Gonçalves, Nuno Tristão, Cadamosto e outros e outros. Avança-se pouco a pouco, mas decisivamente.

Passam o cabo Branco, o Senegal, o cabo Verde.

Quando falece o grande Infante (1460) andavam os portuguêses pelo gólfão de Guiné.

Mas o intento que se leva no desconhecido não é só chegar à India contornando a Africa.

Êsse é o objetivo capital, que se julga mais prático e seguro; mas que se colima sem prejudicar a ação dos heróis em todos os rumos do Atlântico.

Enquanto uns procuram a Asia pelo sul, investem outros o oceano para o ocidente.

Gonçalo Velho descobre os Açôres (1432).

Muitos outros cruzam em tôdas as direções o grande mar, que parece ampliar-se à medida que vai sendo devassado: Diego de Teive, Gonçalo Fernandes, João Vogado, os Côrte-Real, Fernão Teles, Antônio Leme,

Pedro Álvares Cabral.

O Descobrimento do Brasil. — Quadro do pintor Oscar Pereira da Silva.

Taba ou aldeia india.

Vicente Dias, Afonso Sanches, e tantos e tantos, de muitos dos quais não se sabe ainda positivamente com que fortuna teriam dado provas do seu esfôrço.

E o que para isso mais concorreu foi sem dúvida a reserva com que teve a côrte portuguêsa de acautelar-se quando os seus empreendimentos começaram a despertar a atenção de outros governos.

4. Foi essa a obra dos marítimos portuguêses que suscitou o grande feito do navegante genovês, e foi chamando para os mares outros povos.

Colombo é filho da escola de Sagres.

E' em Lisboa que êle aprende tudo o que devia levá-lo à concepção de um cometimento que não era novo nem estranho àqueles homens, que tinham tido um certame de mais de setenta anos de Atlântico.

Em Portugal, desde os primeiros tempos de D. Henrique, discutia-se o problema da Asia sob os dois aspectos — o da via africana, e o da ocidental —; e o movimento, como vimos, fazia-se para os dois rumos.

Viveu Colombo muito tempo entre aquêle povo de marinheiros; e ali colheu tôdas as notícias que lhe convinham, e muniu-se de dados muito seguros para realizar o seu projeto antes que os portuguêses pudessem fazê-lo de conta do seu soberano.

Era ainda a política de cautela com que a côrte de Lisboa, assoberbada dos seus sucessos, tinha de dissimular tudo perante as outras côrtes, até que chegasse o momento oportuno de revelar a grandeza da sua obra sem perigo de perdê-la, como em parte depois perdeu.

5. Mas o êxito de Colombo, se pôs em vivo despeito aquêles que até ali, com o seu esfôrço, iam adiantando a solução do problema que tinham instituído, não perturbou a obra capital dos portuguêses. Curtindo aquêle revés, cuidaram êles de apressar a solução pelo sul, e sem perder a esperança de salvar o que fôsse possível de quanto haviam feito no Atlântico.

Para isto, trataram primeiro de entender-se com a coroa que se apresentara de surprêsa como a sua grande concorrente no oceano.

Só depois de reguladas sem Tordesilhas as respectivas jurisdições é que puderam os portuguêses, agora sem temer nenhum risco, ver até que ponto se haviam de ressarcir daquele desastre.

E' assim que se prosseguiu sem descanso o périplo africano. Os reis que se sucedem redobram sempre de esforços.

Principalmente D. João II dá forte impulso aos trabalhos que os seus predecessores tinham levado até o Congo. Diogo Cão alcança Benguela; e logo depois (1485) a Hotentótia.

Bartolomeu Dias dobra o cabo do extremo sul (1488). Dobra-o, no entanto, quando, forçado pela equipagem, tivera de volver já das alturas de Moçambique.

De sorte que se reconhecera o fim do continente africano; e a própria costa oriental (até os 20 graus mais ou menos) já estava conhecida.

Êsse sucesso era decisivo.

6. Com esta de Bartolomeu Dias coincide uma outra expedição que, perlongando o litoral africano do Mediterrâneo, e em seguida grande porção da costa oriental, vai quase até encontrar-se com aquela.

Um dos dois emissários de D. João II, Covilhã, chegou a adiantar-se pelo oceano Indico, visitando a costa ocidental do Hindostão. De lá retrocedeu até o Egito, de onde, descendo pela costa, alcançou, ao que se presume, o Zanzibar, e segundo alguns autores, atingiu mesmo vizinhanças de Sofala.

De volta para o norte é que foi retido na Abissínia pelo *negus*, o famoso Preste João que se andava procurando.

Não podendo mais sair daquele país, nem por isso se perderam os sacrifícios daquele valoroso arauto; pois Covilhã por tôda parte ia registrando notas e informações, que encontrou meios de enviar ao rei; e até abriu o lendário império da Africa a relações muito cordiais com a côrte de Lisboa.

Foi êle quem deu a D. João II notícias positivas da India, desvendando de uma vez o caminho para Vasco da Gama.

Podia quase considerar-se como completo o contôrno da Africa, e abertos os grandes rumos para o mundo fantástico da Asia.

E o que tornava de mais preço a vitória, alcançada por aquêle valor e perseverança de tantas gerações, era o proveito imediato que iam dando os descobrimentos. Atrás dos que andavam franqueando aquelas novas rotas no desconhecido, iam logo as naus mercantes, as caravanas de aventureiros, ansiosos de recolher os prêmios que se iam juntar à glória das façanhas.

7. Sabia-se já, portanto, que, seguindo o sulco aberto nos mares do sul, se iria coincidir, na outra costa africana, com o avanço de Covilhã pelo norte.

Mas faltava ainda alguma coisa. Não havia ainda nenhum navegante partido de Lisboa, e, contornando a Africa, chegando a Malabar ou a Canará, ou qualquer ponto outro na costa ocidental do Hindostão; e era êste o resultado que devia coroar a obra dos portuguêses.

E' neste momento que, surpreendido com o sucesso de Colombo, e não estando disposto a renunciar a quanto haviam feito os seus marujos no oceano, exige D. João II diretamente dos reis de Espanha que se afaste para 370 léguas das ilhas de Cabo Verde o meridiano das 100 léguas a ocidente dos Açôres e Cabo Verde.

Assina-se então entre as duas coroas o tratado de Tordesilhas (1494), que estabelece a nova linha de confins dos dois domínios.

Tinham assim os portuguêses esperanças de salvar o possível do muito que tinham feito no Atlântico.

Estava D. João preparando uma frota destinada a realizar a primeira viagem redonda de Lisboa à India, quando a morte o surpreende, em 1495.

Toma-lhe D. Manuel, seu sucessor, a tarefa; e a 8 de julho saía do Tejo a pequena frota de Vasco da Gama.

Descendo êste pela costa africana, dobrando o extremo sul, vai, sem grande acidentes, ao cabo de uns dez meses de viagem, atingir Calicut, na costa do Hindostão.

Estava resolvido o problema secular.

A volta do Gama alvoroça todo o reino; e não só porque as naus vieram abarrotadas de quanto se recolhera no curso da expedição; mas ainda porque se traziam notícias do mais alto interêsse para o que se ia fazer ainda no "mar-oceano".

QUESTÕES CONEXAS: — *Os grandes vultos da epopéia marítima. — D. Henrique. — D. João II. — Vasco da Gama.* — Os Lusíadas. — *Cristóvão Colombo. — O grande Mestre de Avis.*

DESCOBRIMENTO DO BRASIL

1. Resolvido o problema da India pelo contôrno da Africa, trata agora a coroa portuguêsa de dois outros problemas que deviam ser conseqüências da cautelosa política que tinha seguido sempre: — o de entrar na posse do que, para o seu patrimônio, existisse no Atlântico dentro da jurisdição fixada, e o de fundar na Asia o império português.

Deixou-se D. Manuel absorver por êste último; não, no entanto, até o ponto de pôr inteiramente de lado o primeiro daqueles problemas.

Não tinha a expedição do Gama conseguido, conquanto bem feliz como emprêsa econômica, estabelecer no Oriente a influência portuguêsa. Andavam por lá os mouros em grandes assanhos e alaridos, a criar para os cristãos uns tantos obstáculos, que só à custa de fôrça militar poderiam ser vencidos.

E' com êsse fim que se apressa D. Manuel a aparelhar uma poderosa frota de guerra, cujo comando se confia a Pedro Alvares Cabral.

Compunha-se essa esquadra de naus, caravelas, um navio de mantimentos, além de duas embarcações mercantes que se lhe incorporaram — tudo formando o total de treze vasos.

Eram todos os capitães homens afeitos à vida marítima, e já conhecidos por serviços que haviam prestado.

Iam também pilotos e práticos que tinham figurado até na viagem do Gama.

Tinham ainda pôsto na expedição: Pêro Vaz de Caminha, que ia como escrivão da feitoria que se devia assentar em Calicut, e que veio a ser autor da célebre carta escrita da Ilha de Vera Cruz a D. Manuel; o mestre, ou bacharel Joanes, médico (físico) e astrônomo, e ao qual se deve também uma carta com a indicação precisa da situação da terra descoberta; o cronista Duarte Pacheco Pereira, autor do *Esmeraldo de situ Orbis*; oito missionários franciscanos, tendo por guardião fr. Henrique de Coimbra; alguns padres seculares, e um vigário para Calicut.

2. Era a frota tripulada por mais de 1 000 homens, "gente escolhida e bem armada"; e ia provida do necessário para dezoito meses, tanto em armas como em munições de bôca.

Ao chefe da expedição deram-lhe instruções escritas em um regimento especial. Além disso recebeu êle verbalmente do próprio rei, e dos mais autorizados conselheiros da coroa, muitas recomendações reservadas, e avisos para casos que pudessem sobrevir durante a viagem.

Desde os primeiros dias de março (de 1500) era extraordinário o movimento em Lisboa, devido à grande afluência de gente de tôdas as províncias, como acontecia sempre que se anunciava a partida de expedições de certa importância para os mares longínquos.

Nos primeiros tempos, as solenidades da despedida davam ensejo a cenas comoventes, como de pompa feral. Ninguém sabia se aquela gente que parte voltaria ao carinho dos lares. De tais temeridades contra o velho oceano não eram todos que triunfavam.

Aquêle adeus podia ser o último.

Depois, as coisas foram mudando.

Os heróis pouco a pouco se familiarizavam com o mar.

E então a alegria e a esperança iam podendo mais que o terror.

Até que, desvendados de uma vez todos os mistérios, a partida de grandes expedições passava a ser motivo de festas para tôda a população do reino.

3. E' uma de tais cenas que alvoroça agora tôda Lisboa.

No dia 8 de março, tendo à frente o capitão-mor, saía do paço da Alcáçova a expedição, no meio de aclamações, dirigindo-se para a margem do Tejo.

O rio simulava agora uma floresta de mastros. As naus estavam embandeiradas, e ostentando profusão de flâmulas de vivas côres.

Sob o troar dos vivas e o estridor das trombetas, seguiu a gente para bordo; e não demorou que as naus salvassem à terra, sob vasto delírio de ovações.

Pelas três da tarde, levantavam âncoras, e desciam vagarosamente até Belém.

Na manhã seguinte, assistiam os expedicionários à missa solene celebrada na ermida do Restelo, com a presença do rei e de tôda a côrte.

Durante a cerimônia estêve o capitão-mor ao lado de D. Manuel, na tribuna real.

Depois da missa, e do sermão do bispo D. Diogo de Ortiz, o próprio rei entregou a Cabral uma bandeira da ordem de Cristo, signo glorioso daquele novo heroísmo que andava assombrando o mundo.

Ordenou-se outra vez o cortejo, pondo-se logo em marcha para a praia, indo Cabral "a par del-rei", à frente a bandeira conduzida pelo alferes, os frades com cruzes alçadas cantando orações.

Chegados à praia, o capitão-mor e todos os capitães despediram-se de D. Manuel, beijando-lhe a mão; e seguiram para bordo, recebendo os últimos votos e manifestações de todo o povo que enchia a praia.

4. Saindo do Tejo, tomou a armada rumo ao sul.

No dia 14, pela manhã, estava-se à vista das Canárias. A calmaria ali os reteve todo o dia.

Por isso mesmo, dali em diante começou Cabral a afastar-se quanto possível da costa africana, conforme os avisos de Vasco da Gama.

Uma semana depois iam reunir-se os navios no ancoradouro da ilha São Nicolau, das de Cabo Verde.

Dali prosseguiu a frota cada vez mais pelo alto mar.

Por experiência já se sabia que o cabo da Boa Esperança devia ser dobrado muito por fora.

Pelos meados de abril estava-se na latitude de uns 17 graus, longe da Africa umas trezentas milhas.

Tomou-se, então, o rumo aberto de leste, como à busca de ponto conhecido.

E era isso mesmo o que se fazia com segurança.

Começaram logo a ter sinais de costa não distante.

No dia 21 acentuaram-se os indícios.

No outro dia, 22, desenhou-se aos olhos dos navegantes a linha de terra em certa extensão, de norte a sul.

Não demorou a destacar-se da fita escura o relêvo de um monte, a que se deu o nome de monte Pascoal.

Ali fundearam as naus, pernoitando no local.

No dia seguinte, apenas puderam os descobridores verificar que a terra era habitada por selvagens. Sobrevindo mau tempo, procuraram e encontraram, no dia 24, um pôrto abrigado, ao norte, suficiente para tôda a esquadra.

Subiram, então, as naus até aquêle ponto, e foram ancorar junto a uns ilhéus, numa larga enseada a que se deu o nome de Pôrto Seguro e agora localizada em Santa Cruz — Cabrália.

5. No dia 26 de abril (domingo) armou-se num dos ilhéus (o da Coroa Vermelha) um tôsco altar, onde se rezou a primeira missa em terra do Brasil.

Alguns dias depois, repetiu-se a cerimônia com muito aparato em terra firme, no alto de uma colina, onde se levantou uma grande cruz de madeira, à frente da qual se erigiu um altar, onde foi celebrada a missa oficial, pregando fr. Henrique de Coimbra.

Pela primeira vez, naquelas paragens que nasciam para a história, salvou a artilharia; enquanto Cabral tomava posse formal da Terra, em nome do seu soberano, dando-lhe o nome de *Ilha de Vera Cruz* (1 de maio).

Convém que se não perca ensejo de notar como tudo se vem fazendo desde que se saíra das Canárias.

Desce-se pelo alto mar. Em certa altura, ruma-se para leste, quebrando a linha quase em ângulo reto.

Avista-se dentro de alguns dias, a terra procurada.

Desembarca-se ali; celebra-se missa; chanta-se ao lado da cruz o padrão da coroa.

E no outro dia, 2 de maio, estava a frota de novo ao mar, agora, sim, rumo do seu destino.

Tudo isso se passa sem nenhuma surprêsa, sem um gesto de espanto e admiração, como se o que se faz é tarefa já sabida.

Cabral comunica o fato ao rei. Caminha escreve a D. Manuel a sua famosa missiva. Mestre Joanes também escreve ao rei. Mas nenhum dêles tem uma exclamativa, uma palavra de ufania ao menos diante daquela fortuna.

E' como se aquêles homens dissessem ao rei que tinham desempenhado o encargo que traziam.

E para que o rei não assuste a Europa levantando logo todo o pano, fala-se ainda em *ilha*, como sempre se fazia, e como sem dúvida se combinara ao sair de Lisboa.

Se era uma *ilha*, como é então que, no ano seguinte, a primeira expedição exploradora, em vez de vir à latitude de Pôrto Seguro, vem ganhar terra duzentas léguas para o norte?

E' que os portuguêses já sabiam que a *ilha* de Vera Cruz era muito grande...

6. Antes de prosseguir na sua derrota, fêz o capitão-mor retroceder para Lisboa o capitão Gaspar de Lemos, com a incumbência de dar ao rei notícia do descobrimento.

Por êsse capitão escreveram a D. Manuel, tanto o chefe da expedição, como Pêro Vaz de Caminha e o bacharel Joanes.

Em Lisboa não produziu a notícia nenhuma sensação. Apressou-se apenas D. Manuel (e isso é o que queria) a comunicar o sucesso às outras côrtes, e sem grandes mostras de quem sentisse a sua fortuna aumentada: achara-se uma ilha que ia ser de vantagem como estação para os navegantes da Asia...

Ainda hoje discutem-se muito certas particularidades da obra de Cabral; como por exemplo: se foi êle o primeiro que chegou a esta parte do novo mundo, e se teve o propósito de descobrir terras neste lado do Atlântico.

Quanto ao primeiro ponto, torna-se já impertinente a discussão; pois o feito do navegante português é o único que tem autenticidade histórica. E se a controvérsia se ampliasse para abranger todos os aspectos da questão, é claro que a prioridade dos portuguêses encontraria fundamentos na própria obra das grandes navegações, que êles iniciaram, e nas quais não tiveram competição de nenhum outro povo senão depois de desvendados os caminhos.

Mesmo que se viesse a criar um ou outro predecessor de Cabral no Brasil, a tais predecessores poderiam os portuguêses opor mais de um de navegantes seus a quem a América não era desconhecida mesmo antes de Colombo.

Que valor podem ter, portanto, as tais viagens de Jean Cousin, de Vicente Pinzon, de Diogo de Lepe?

7. O outro ponto discutido é ainda mais frágil.

Até certa época, todos os cronistas, e até historiadores de nota, nacionais como estrangeiros, davam o sucesso como puramente casual.

Desde os princípios do século passado, começaram a aparecer algumas dúvidas; e em breve se foi atacando, primeiro tìmidamente, e por fim com grande vigor, a velha versão, que tinha por si uma coerência de três séculos.

Hoje pode considerar-se inteiramente desfeita a antiga lenda da tempestade e das correntes pelágicas.

Enquanto abriam pelo sul o caminho da Asia, nunca deixaram os portuguêses de ir devassando, ao mesmo tempo, o Atlântico ocidental.

De Vasco da Gama por diante, o pensamento de assegurar a posse de terras descobertas neste oceano tornou-se obsidente para os portuguêses.

Até que, discriminadas entre as duas coroas ibéricas as zonas respectivas de domínio, puderam êles fazer o que até então não tinham feito por não arriscar a grandeza do seu patrimônio.

Decerto que Cabral não saiu do Tejo para descobrir o Brasil. Nem isso se conceberia, sabendo-se como sempre andou precavida a côrte de Lisboa. O que ela sempre quis, ainda quer agora, isto é, fazer passar a descoberta do Brasil como feita por acaso.

Por isso mesmo é que, em vez de mandar uma caravela direito à terra de Vera Cruz, incumbe a uma grande expedição, que tinha outro destino, de vir, de passagem, achar a dita terra.

Cabral pròpriamente não fêz mais que um reconhecimento.

QUESTÕES CONEXAS: — *A frota de Cabral.* — *As primeiras missas no Brasil.* — *As cartas de Caminha e do mestre Joanes.* — *O Pôrto Seguro de Cabral.* — *O dia da descoberta.* — *Os predecessores dos portuguêses no Brasil.*

AS POPULAÇÕES INDÍGENAS

1. Encontraram os portuguêses em Pôrto Seguro uma gente em pleno estado de selvajaria; e as expedições subseqüentes à de Cabral reconheceram que tôda a terra estava ocupada por populações que pareciam da mesma raça.

A primeira questão que se nos apresenta, quando estudamos o homem americano, é a que consiste em saber se êsse homem é autóctone, ou se é adventício no continente.

A questão da autoctonia já se pôs de lado para a história. Temos de ver, portanto, na variedade de nações que, no momento da conquista, povoavam tôdas as zonas do hemisfério, nada mais que remanescentes de antigas emigrações.

Quanto às origens de tais elementos e à sua entrada na América, há várias tradições cujo valor está ainda por apurar.

Entre as hipóteses que se aventam, a mais geralmente preferida, e aceita pelos historiadores, é a que dá como vindos da Asia os povos que encontramos aqui.

A própria situação em que se achavam êsses povos parece, com efeito, que assinalava ainda o caminho que tinham seguido, e o modo como depois se instalaram nas várias porções do continente.

Entrando pelo extremo norte, vieram essas migrações descendo pelo litoral do Pacífico, e fixando-se nos pontos em que as condições do meio físico eram melhores.

Chegaram assim a formar agrupamentos já policiados, e até nações de cultura considerável, como principalmente os dois impérios patriarcais do México e do Peru.

E' dêsses vastos centros de civilização que se destacaram em seguida as levas de famílias que povoaram tôda a parte oriental das duas grandes penínsulas.

2. De sorte que, para nós da Sul-América, o tipo superior originário da raça indígena é o peruano.

O nosso selvagem é um aimará decaído, e tendo já, nas vicissitudes da nomadia, pedido muita coisa da civilização matriz, mas conservando o suficiente para estabelecer-lhe a filiação.

Havendo transposto os Andes no extremo sul, os invasores da América oriental dividiram-se em duas grandes correntes principais: a dos que procuraram o norte pela costa do Atlântico, e a dos que tomaram o mesmo rumo seguindo a bacia do Prata.

Êstes dois ramos tomaram conta de tôda a parte do continente que fica a leste das Cordilheiras; e sempre em relações mais ou menos estreitas, em longos séculos de vida errante, multiplicaram-se na profusão de tribos que os conquistadores aqui vieram encontrar em alto grau de regresso relativamente ao centro de origem.

E' assim que a divisão mais geral que se faz dos nossos índios é a que os distingue em *tapuias* (os que primeiro passaram os Andes e subiram pelo interior) e *tupis* (os que subiram pelo litoral.).

Êstes povos que se isolaram do Peru sofreram aqui um grande abaixamento de cultura, ou metamorfose regressiva: da qual, no entanto, os tupis, por esfôrço próprio, já se reerguiam vigorosamente.

E' por isso mesmo que, enquanto nos tupis se reconhecem sinais evidentes da nova fase que com êle se iniciava para a raça, é entre tapuias que se hão de apanhar os vestígios menos vagos da civilização original.

3. Tôdas as tribos tapuias adoravam formalmente o Sol e a Lua; havendo, aliás, observadores de autoridade que dão principalmente o Sol como divindade da teogonia geral dos nossos índios.

Ainda assim, é na família tapuia que se verificam reminiscências mais vivas da religião incaica.

Entre as nações tapuias havia ainda, muito flagrantes, a feitiçaria e um sem-número de superstições características do antigo peruano.

Indícios outros de grande valor se lhes reconhecem de afinidades com a cultura quíchua; tais como: uma arte cerâmica em desacôrdo com o

grau de inteligência; a fabricação de artefatos de uso doméstico, tanto de madeira, como de osso ou de terracota; o culto da pedra; o cuidado com que se conserva o fogo da lareira (vestígio do culto vestal); o sentimento de veneração no seio da família; a obrigação, para o guerreiro, de fabricar êle próprio as suas armas, os seus instrumentos e os seus artifícios de caça e de pesca, etc.

O tupi (ou tupi-guarani), dissemos, já se levantava da decadência sofrida; e com êle tomava a raça impulso novo.

O tapuia ficava como antepassado dêsse ramo, que se destaca da corrente geral, e se renova. *Tapuia* (*tamuia* ou *tamoi*) significa mesmo "parente remoto", "avô". Os tupis da Bahia (tupinambás), como todos os que emigraram para o norte, chamavam *tamuia* (avós) aos tupis do Sul.

De tôda a família tupi, os grupos mais notáveis eram, nos tempos da conquista, os goianás (no planalto de Piratininga) e os tamoios (no litoral entre São Vicente e Cabo Frio).

Entre êstes desenvolvera-se exageradamente o instinto da vida heróica, que só as vicissitudes da corrente haviam gerado; pois no Peru não se conhecia.

O tupi vivia para a guerra. Tinha, da sua fôrça e da sua coragem, profundo orgulho, associado a uma verdadeira paixão de glória. Vencer um inimigo era a maior ufania de um guerreiro.

Exaltou-se a tal ponto no tupi o sentimento da bravura e da vingança que o levou aos excessos da antropofagia.

Quanto a êste vício do nosso selvagem é preciso, no entanto, que nos ponhamos de reserva.

O tupi não sacrificava o inimigo por gula. As festas de sacrifício não eram para êle sacrílegos banquetes, mas cerimônias de culto. Trincava a carne do inimigo como se fizesse um desagravo, e uma honra à tribo desagravada.

E' o que se poderia chamar — antropofagia heróica — muito diferente da antropofagia doméstica ou religiosa, que se praticava entre os tapuias.

4. Pelo seu modo de viver, pela sua independência moral, pelo seu espírito mais aberto e mais extenso, o tupi reagia, pois, francamente contra a degradação em que tinha caído aqui tôda a corrente oriental: passava daquilo a que os primitivos helenos davam o nome de *fratria* a mais amplas alianças de tribos, e até verdadeiras confederações.

Os mais cultos da família já se elevavam, no momento da invasão européia, a um legítimo senso da pátria, ou pelo menos revelavam já um certo espírito nacional.

E se um confronto fôsse mais impressivo para dar uma idéia da fase em que estava o tupi, poderíamos compará-lo com os antigos germanos.

Como os povos da Germânia, não tinham os índios do Brasil pròpriamente monumentos históricos; e tudo que, de reminiscências do passado, conservavam, reduzia-se a mitos, lendas, tradições e cânticos, celebrando combates, paixões, feitos heróicos e ações grandiosas, ou rendendo culto a divindades.

As suas cerimônias religiosas confundiam-se com as celebrações da guerra.

Entre os batavos e os fenos, por exemplo, o único sinal de parentesco era uma certa aparência de família, que subsistia através de tôdas as alterações que a diferença de meio e as vicissitudes iam produzindo.

Dava-se o mesmo no Brasil. Do tupi superior ao ínfimo tapuia a distância era notável; mas as diferenciações não tinham conseguido apagar em nenhum dos dois ramos os traços fundamentais de origem.

Não havia moeda (aliás, nem mesmo no Peru) entre os tupis, como não havia entre os germanos.

O ferro foi talvez conhecido de algumas nações da Germânia: mas só era geral o uso da pedra e do osso para instrumentos e armas, exatamente como entre os tupis.

5. Os germanos, diz Tácito que andavam nus, ou cobertos apenas de uma pele (*sagum*). Na guerra combatem sempre em forma. A sua estratégia consiste em surpreender o inimigo; e a sua tática, em recuar para investir de novo com mais fôrça.

No meio dos alaridos da peleja, e mesmo sob a iminência de destrôço, não se descuidam nunca de recolher e pôr a salvo os seus mortos e feridos.

Tudo isto pode dizer-se dos tupis.

Se os germanos não eram antropófagos, como os índios do Brasil, sacrificavam, no entanto, vítimas humanas, como no México.

Tanto entre os germanos como entre os tupis: o guerreiro vive sempre armado; a grande virtude é o valor militar; a regra da união conjugal é a monogamia; a hospitalidade é proverbial nos lares; ausência de propriedade individual.

Entre uns e outros eram punidos: o homicídio, o adultério, a mentira, a perfídia, a deserção e o roubo; estavam perfeitamente fixadas as relações jurídicas entre o pai e o filho, entre o senhor e o escravo, entre as famílias da mesma *taba*, entre as *tabas* ou tribos da mesma nação, e até entre nações diferentes.

Além de um código que estava nos costumes, e que, portanto, se executava por si mesmo, é preciso ainda reconhecer entre os tupis, como entre os germanos, um direito judiciário, isto é, a aplicação de penas por um juiz; e dava-se isto quando o delito assumia proporções de excepcional gravidade, ou importava mais que simples dano individual.

Tinham já os nossos selvagens uma cultura própria, fundada na admiração e no exame direto da natureza.

Era notável sobretudo o conhecimento que tinham da botânica e da geografia. Os têrmos da topografia geral indígena, tão vasta e curiosa, revelam profundo espírito de observação e extraordinária sutileza de instinto para destacar o aspecto de uma região, de uma bacia fluvial, de uma enseada, de um monte.

6. As noções relativas à botânica e à zoologia revelam talvez ainda melhor a inteligência do índio. A nomenclatura é clara, precisa e exata.

Sabiam também aplicar com segurança certas plantas como medicamentos.

A identidade de nomenclatura em pontos afastados do continente mostra que os conhecimentos adquiridos nessa matéria haviam entrado no domínio da raça, passando de geração em geração. Plantas há e animais indígenas que têm o mesmo nome no Amazonas e no Rio Grande do Sul, e até no Paraguai.

E não é por mero instinto que o índio havia chegado à noção de espécie. O que a língua deixou, tanto na tecnologia zoológica e botânica, como na profusão dos nomes tópicos, é suficiente para demonstrar que o processo do selvagem, fundado no exame das coisas, era perfeitamente análogo ao processo da ciência clássica: consistia em destacar a característica mais viva, ou algum aspecto essencial da planta, do fruto, do animal ou da paragem, do rio, da baía, da montanha que se designava.

Denominadas as espécies — diz o nosso naturalista Barbosa Rodrigues — separaram-nas em gêneros, dando a cada um dêstes o nome da planta que lhes parecia típica. Dos gêneros formam seções ou famílias, compondo grupos que se distinguem por classes, como: *ibá*, compreendendo árvores, madeiras de lei; *ibirá*, paus, arbustos; *caá*, ervas; *cipó*, trepadeiras, lianas. Tão exatas são as observações do selvagem que se encontram gêneros e subgêneros em uma só família, como se fôssem agrupados por um verdadeiro botânico. As diversas partes da planta e do fruto estavam perfeitamente discriminadas, e com precisão admirável.

A terapêutica indígena era tão segura que muitos dos produtos, que os índios empregavam, foram aproveitados pela nossa farmacopéia, e com as mesmas aplicações que entre eles tinham.

E não se deve esquecer até uma cirurgia indígena, de que subsistem vestígios em todo o nosso interior.

7. A teogonia dos nossos índios, conquanto ainda não estudada regularmente, fala muito alto pelo espírito da raça.

Não é mais possível duvidar de que no espírito do bárbaro o signo *Tupã* tivesse um valor equivalente ao do nome *Deus* no espírito do homem civi-

lizado. Como Deus para êste, é Tupã para o selvagem o *ser* supremo, absoluto, misterioso, incompreensível em si mesmo, mas que se manifesta na luz, nas claridades do céu, na fulguração do relâmpago, na chama, no sol, fonte universal da vida.

Inferiores a essas grandes expressões divinas, ou antes, refletindo por sêres concretos a idéia da potestade invisível, havia infinidade de deuses ou gênios a trabalhar continuamente o ânimo do selvagem.

Poder-se-ia mesmo dividir êsses sêres por ordens: fenômenos da natureza (trovão, chuva, tempestade, etc.); deuses antropomorfos ou divindades tradicionais, representadas nos mitos e nos ídolos; e multidão de gênios, espíritos, numes domésticos — tudo isso que era como que o fundo de superstições que a raça havia acumulado durante longos séculos de vida errante.

Bem se vê que o fundamento de tôda a psicologia do nosso selvagem era um vasto panteísmo naturalístico, pois tôda a mitologia indígena decorre diretamente do espetáculo da natureza como expressão do grande mistério.

Os gênios eram bons se protegiam a vida; eram maus se se mostravam infensos aos homens.

Os maiores deuses visíveis eram o Sol, a Lua e as Estrêlas.

Uma divindade muito curiosa, e ideal como Tupã, era Rudá, o deus do amor, que tem o seu séquito de numes.

Vive nos bosques e nas fontes, no alto das montanhas, no escuro das florestas. Viaja, tanto nas brisas e aragens, como nas ventanias; e o seu império é o dos corações.

E' por isso que às vêzes, no seio das matas, o rancho de selvagens em caminho pára de repente em silêncio de terror, até que passe o deus insaciado.

QUESTÕES CONEXAS: — *A Atlântida. — Navios de Salomão no Amazonas? — Hipóteses diversas sôbre a origem das populações americanas. — O americano autóctone. — Astecas; quíchuas e aimarás. — Os dois grandes impérios, do México e do Peru.*

AINDA AS POPULAÇÕES INDÍGENAS

1. Uma das crenças poéticas — diz um historiador — e mais tocante dêstes povos era a que os levava a tomar a voz melancólica de certo pássaro como aviso ou mensagem de almas queridas.

Por isso é que decerto tinha o índio um respeito quase supersticioso pelo silêncio, pelo crepúsculo e pela solidão.

De noite, não se afoitava a sair só nem pelos arredores da tenda, por onde acredita que vagam sêres tenebrosos; e mesmo dentro da cabana, tem horror ao escuro.

Daí o uso geral de fogueiras durante tôda a noite acesas no meio das *ocas*.

Uma reminiscência que nunca se apagou da alma selvagem é a de umas montanhas azuis para os lados do ocidente, e onde se devem reunir os que morrem.

Algumas nações, como por exemplo a dos guaicurus, acreditavam que o espírito dos grandes, depois da morte, vão passear pelas estrêlas; enquanto que a alma do homem do povo fica errando pelos cemitérios, ou em volta das habitações.

Quase tôdas as tribos acreditavam também que as almas das crianças vêm, ao anoitecer, chorar na quietude das tendas.

Na parte do litoral onde dominaram as mais nobres famílias tupis, já alguns grandes chefes se tornavam senhores patriarcas, tendo residência permanente em grandes *tabas*.

Com êsses incipientes hábitos de vida sedentária nascia o amor da gleba, origem do sentimento de posse, que se fêz logo profundo até caracterizar-se no direito de propriedade.

O comércio entre as tribos fazia-se pela troca direta.

O índio construia já bem regulares as suas *tabas*; fabricava as suas armas e os seus instrumentos.

Consistiam as armas em arcos e flechas, clavas, lanças, escudos.

Os instrumentos eram buzinas, machados, chuços, facas, moletas, graias, etc., feitos de pedra, de madeira ou de osso.

Construíam embarcações para os rios e as baías; tais como *ubás* (ou *ibás*) *igaras* e as jangadas que ainda se usam no Norte.

Arranjavam também, com habilidade e engenho, os seus artifícios de pesca e de caça, muito ainda usados hoje.

2. Uma *taba* era formada por longos galpões (*ocas*) dispostos, em pentágono de ordinário, dentro de uma cêrca circular (*caiçara*). Em cada lanço da *oca* havia duas rêdes para o casal. O resto da família dormia em esteiras (*piris*) ao redor das rêdes.

Acomodam-se muito cedo, e levantam-se antes do nascer do sol; e a primeira coisa que fazem é banhar-se.

Depois do banho, começam a comer; e comem o dia inteiro, salvo o tempo em que trabalham.

A refeição é feita em comum. Todos os da família, cada qual com a sua *cuia*, põem-se de cócoras em volta do chefe, e êste reparte a comida por todos em quinhões iguais. Quando comem, guardam absoluto silêncio.

O alimento consiste em farinhas, bolos, carnes e peixes, e frutas. Comem muito devagar, mastigando e remoendo bem os alimentos. Bebem quase sempre em excesso. Fazem as bebidas, tanto de frutas, como de cereais e de legumes.

Em suas enfermidades, além de ervas e óleos, usavam também da sarjadura.

O curioso é que se curavam ainda pela música, pelo canto e até pela sugestão.

A vida do índio, na paz, era uma festa contínua. Festejavam o natalício, as núpcias, a nubilidade das raparigas, a investidura dos rapazes no ofício das armas. E tudo isso além das festividades da tribo tanto religiosas como guerreiras. Celebravam as estações, as colheitas, as pescarias, as grandes vitórias contra inimigos.

Em geral, guardavam reminiscências de cerimônias de culto, de usanças, festas, jogos, comemorações dos peruanos.

A festa chamada do *buriti*, por exemplo, recorda a do *huaraca*, festa da mocidade que anualmente se celebrava em Cuzco.

Os jogos de corrida a pé, os da seta ao alvo, o pugilato heróico, o jejum de provança impôsto ao mancebo que ia entrar na vida — tudo isso era herança da civilização matriz.

3. A família, entre os nossos selvagens, estava perfeitamente organizada.

Em regra, para as uniões, o parentesco, do segundo grau por diante, era uma razão de preferência para os nubentes.

Cumpria também ao homem solteiro desposar a viúva do irmão. O tio tinha, com o sobrinho, deveres de pai, principalmente com o filho da irmã. Parece mesmo que, entre algumas tribos, o filho da irmã era para o índio pelo menos igual ao próprio filho, até para a sucessão no comando da tribo.

A monogamia era a regra; e quando excepcionalmente tomava um chefe mais de uma mulher, a autoridade doméstica pertencia à primeira espôsa, e por esta se regulava a sucessão paterna.

Em geral, aos 25 anos devia o rapaz casar-se; e até essa idade, conservava-se casto. A rapariga só podia casar depois que era mulher.

O pretendente à filha de um chefe da mesma, ou de tribo estranha mas amiga, devia entender-se com o pai da pretendida.

Se não fôsse aceito, retirava-se em silêncio; e muitas vêzes desterrava-se da *taba*.

Alguns apaixonavam-se pelas donzelas que escolhiam, e sujeitavam-se a servir primeiro, durante dois e mais anos, aos pais delas, como entre os hebreus.

A cerimônia nupcial reduzia-se à entrega formal da rapariga ao noivo; mas era celebrada com muitas festas e "grandes vinhos".

De ordinário, o rapaz que se casava tinha de deixar a casa paterna, passando a fazer parte da família do sogro.

O marido tinha direito absoluto sôbre a mulher e os filhos.

Não era, no entanto, pela fôrça que a mulher era submissa; mas antes por algum sentimento que na psicologia do sexo ficou da fase sagrada da família. A mulher obedecia por veneração. Via no espôso, não o senhor que era forte, mas o patriarca que representa a tradição da família, e pelo qual ela e os filhos se incorporam na vida da raça.

4. Uma prova irrecusável de que o culto dos antepassados constituía todo o fundamento da existência moral do selvagem está na solenidade com que se enterravam os mortos.

Enquanto um parente ou amigo estava enfêrmo, os da própria família pareciam indiferentes, ou pelo menos não se preocupavam com o caso até o ponto de abandonar os afazeres comuns.

Assim que o enfêrmo expirava, porém, explodia a alma do bárbaro: a *taba* inteira entregava-se a todos os excessos de dor.

Era curiosa a hierarquia que observavam nos funerais. O simples homem do povo era chorado pelos da sua família. O guerreiro ilustre, segundo a sua fama, recebia honras da *taba*, ou da tribo, ou mesmo de tôda a nação se era um grande chefe.

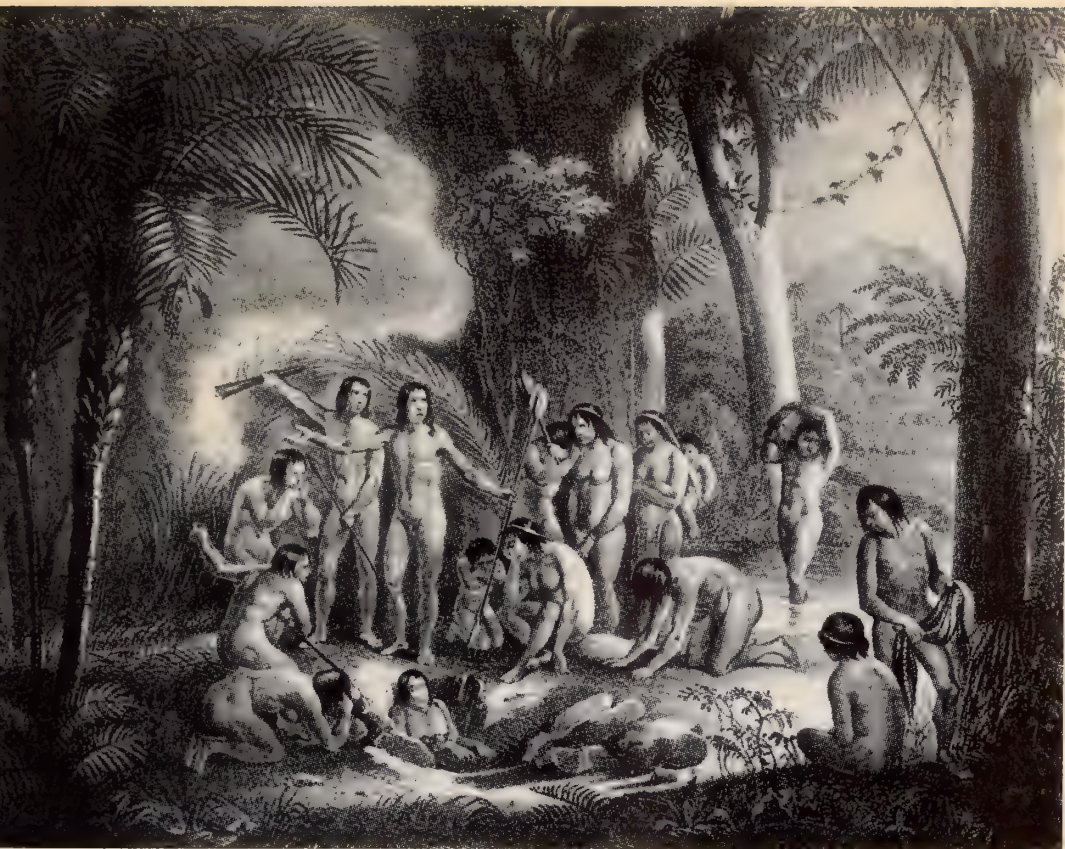
Logo que morria um homem notável, saíam arautos pelas vizinhanças, a levar o anúncio infausto a todos os guerreiros; e êstes iam afluindo à *oca* mortuária.

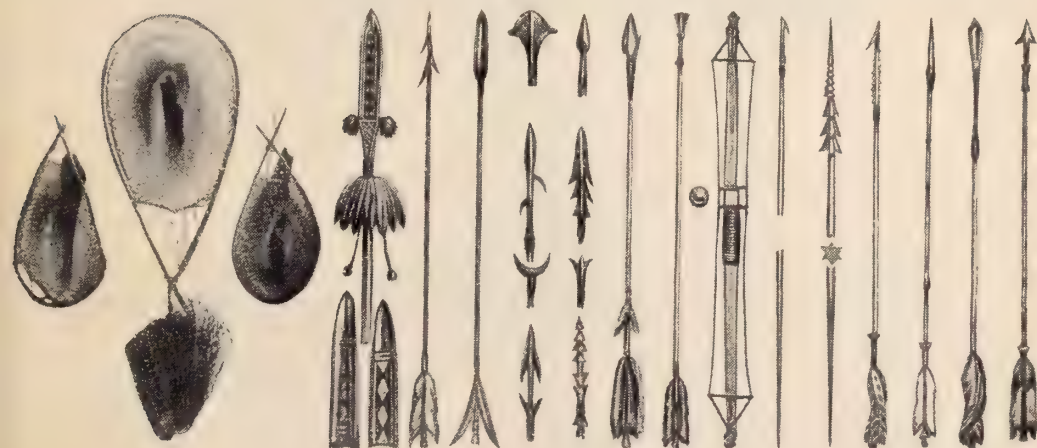
O cadáver era lavado primeiro; e depois o untavam de mel, e cobriam-no de pastas de algodão, ou de penas. Junto do morto assim preparando e pôsto na *ocara* (recinto no meio das *ocas*) colocavam-lhe as armas e as coisas que em vida mais amou.

Celebrava-se, então, a cerimônia em honra do herói, proferindo-se muitos discursos rememorando-lhe os atos mais brilhantes e as façanhas que praticara em vida, e as vêzes que mudou de nome.

Enquanto falavam uns, os demais pranteavam com o *caraíba*, e por fora do recinto anda a celeuma geral da nação consternada.

Metiam depois o cadáver num pote de barro (*igaçaba*), dobrado na postura de quem está de cócoras; e em préstito conduziam a urna funerária para o cemitério (*tibicoera*), onde já estava aberta a cova que tinha de recebê-la.

E ali, junto à sepultura, iam chorar o morto durante muitos dias.

Sepultamento de um índio. Desenho de Rugendas.

Instrumentos de pesca, arcos e flechas dos indígenas brasileiros.

A segunda missa no Brasil. — Quadro do pintor Vítor Meireles.

As mulheres cortavam os cabelos, e os homens os deixavam crescer; e passavam todo o prazo do luto em recolhimento, até que chegasse o dia de "tirarem o dó".

Decorrido o mês do luto, celebravam a festa do desanojo, reunindo-se outra vez, mas então com grande alegria, e folgando ruidosamente.

5. Quanto às línguas da América oriental, o que se observa logo ao examiná-las, e que muito lhes dificulta o estudo, é a mobilidade dos dialetos, impedindo de se fixarem os fenômenos mais característicos.

Muito insuficientemente estudada ainda, o mais que é possível dar aqui é o seguinte:

O alfabeto tupi é talvez o mais pobre entre os dos vários dialetos da corrente. Faltam-lhe as consoantes *r* (duro), *s*, *l* e *f*. O *d* é muito raro, só se encontra depois de *m*. Não se conhece nenhum exemplo de *d* inicial. O mesmo quanto ao *b*, só conhecido no grupo *nb*. O *r* brando é abundante; e como o *t*, é notável pela sua função eufônica.

As vogais são as mesmas do português.

A mais importante entre as partículas de formação é *mo*. Talvez não se encontre em língua alguma um monossílabo com função tão vasta como prefixo de composição. No vocabulário de Batista Caetano, contamos de relance para mais de mil verbos em que figura essa partícula. Bastaria ver que não há nome (substantivo ou adjetivo) de que se não forme um verbo com o auxílio dêsse elemento. De *catu* "belo", por exemplo, forma-se *mocatu* "aformosear".

Função análoga exercem as partículas *aba* e *ara*, estas empregadas como sufixos, para marcar a substantivação. O verbo *mongatiron* "armar" dá *mongatironçaba* "armação", e *mongatironçara* "armador". O adjetivo *catu* "bom" ou "belo" *catuçaba* "bondade".

Quanto a relações de caso, o tupi já marcava, com tôda aparência de intrínsecos, o genitivo (como a desinência *çui*, por eufonia resolvida em *ci*, em *ri* e em *ti*) e o acusativo (pelo sufixo *ebo*).

O acusativo confunde-se freqüentemente com o dativo e o locativo; assim como o genitivo com o ablativo.

Quanto a relações puramente gramaticais, só havia intrínseca a de número (*etá* para a pluralidade).

As demais são expressas por vozes suplementares.

6. Os pronomes pessoais, incorporados a nomes, assumem a função de possessivos.

Os tempos de verbos são também expressos por formas acessórias: *oaê* para o presente; *oera* para o passado; *ram* para o futuro.

Os graus, tanto dos nomes como dos adjetivos e dos advérbios, são igualmente marcados por acessórios: *etê* ou *guaçu* para aumentativo; e para di-

minutivo, *mirim*, ou simplesmente *im*. O comparativo é expresso pela partícula *be*. O complemento da comparação é regido de *çui*. O superlativo forma-se com o advérbio *etê*, como em *catu-etê*, que o tupi superior contraiu em *cat-ête* (deslocando o acento do signo gradativo).

Quanto à formação de palavras há nas línguas tupis umas tantas particularidades muito curiosas. Os nomes de números, por exemplo, poderiam, só por si, dar idéia da alta importância que, mesmo sob o ponto de vista geral da lingüística comparativa, há de vir a ter o estudo das línguas brasílicas. Bastaria o fato de reconhecerem-se logo analogias perfeitas entre formas do tupi e formas equivalentes do antigo sânscrito. No numeral *moçopir* "três" figura o nome do número "dois", *moçoi*, ao qual se juntou a partícula *pir* "mais", "além", ou "acima". Só os dois primeiros números têm nomes originais. Dêles por diante os nomes de números são compostos, exatamente como na matriz das línguas arianas.

Há um outro caso ainda de morfologia tupi que convém referir: é o da formação dos pronomes pessoais. O plural *jendê* "nós" é formado de *jê* "eu", e *ndê* "tu", como se faz também no sânscrito.

O mesmo quanto ao plural das outras pessoas.

Resta notar que já se observaram no quíchua, a língua culta dos incas, para mais de dois mil vocábulos oriundos da velha língua dos Vedas.

Pois bem: não teremos nós, nos dialetos dos nossos selvagens, alguma coisa a estudar em relação a fenômenos de tão alta relevância para o problema das origens americanas?

7. Além de, em tudo que representa como fator étnico pròpriamente, conviria estudar ainda o nosso selvagem sob o ponto de vista da influência que exerceu sôbre a sociedade histórica, e particularmente do concurso que deu aos colonizadores da terra.

E' na linguagem que se encontram mais nítidos vestígios dessa influência, principalmente na toponímia geral. São raros os acidentes geográficos em que com o português entrou o tupi desde que se iniciou a conquista.

Até começos do século XVIII, o tupi sobrelevava mesmo ao português, na proporção de dois para um. Em algumas capitanias, como a do Rio Grande de São Pedro, a de São Paulo, a do Grão-Pará, prevaleceu mesmo o tupi ainda por mais tempo e mais generalizado.

O que se diz da influência indígena na lingua, pode dizer-se das impressões que o encontro e o convívio com o selvagem deixaram nos costumes, nas indústrias, como em todos os vários aspectos da vida dos conquistadores: impressões que ainda hoje se encontram bem vivas em todo o Brasil, e até nos sítios menos afastados das zonas urbanas.

Quanto ao concurso do índio na obra colonial, não há uma palavra dissonante no côro de encômios que merece a raça. Quer nos serviços agrí-

colas, quer na defesa da terra, ou ainda nas explorações do interior, foi o índio um auxiliar operoso, sem o qual nada do que fizeram teriam os colonos feito aqui. Não houve uma repulsa a intentos de piratas e corsários, nem guerra contra intrusos, nem expedições daquelas que devassaram o continente, em que não figurasse o índio como primeiro elemento de sucesso: elemento de valor incalculável, que ilustrou de grandes lances tôda a história da colônia.

Em suma: de mais eloqüência ainda que tudo isso, foi a altivez com que êle se remiu, por protestos heróicos, das violências da conquista. As revoltas e as guerras formais, com que afrontou os excessos da fôrça, dizem evidentemente que esta família humana tinha um largo fundo moral que a fazia apta para a plenitude da vida histórica.

QUESTÕES CONEXAS: — *Mitos indígenas.* — *Inscrições pré-históricas no Amazonas.* — *O que subsiste da influência indígena na sociedade histórica.* — *As línguas indígenas e Batista Caetano.* — *Os índios ilustres da nossa história.* — *Os* sambaquis *do nosso litoral.*

II

PRIMEIRAS EXPEDIÇÕES

SUMÁRIO: — Expedições exploradoras. — A terra. — A flora e a fauna.

EXPEDIÇÕES EXPLORADORAS

1. Já vimos como não causa grande sensação em Lisboa a notícia que levara Gaspar de Lemos.

Não só se contava com o êxito de Cabral, como a ilusão da India, o sonho de que vivera quase um século a monarquia, anda incendendo tôda a côrte.

Sentia D. Manuel, naquele instante, o entusiasmo da sua fortuna; e os negócios da Etiópia e da Asia preponderavam no ânimo daquela geração.

De sorte que o que retarda agora a ação de Portugal no Atlântico é a própria situação que a sua obra lhe criara do mundo. O seu teatro fizera-se muito mais amplo, além de vário e descontínuo, de longínquo e disperso.

Mas ainda que tôdas as preocupações estivessem voltadas para a Asia, não era possível descurar de todo o que estivesse dentro da jurisdição que com tanto esfôrço se conseguira fixar.

Nem isso se explicaria, quando não por mais nada, pelo menos por se saber positivamente que valor tinha o feito de Cabral, e que proporções teriam as terras descobertas neste lado do oceano.

Além disso, os sucessos da coroa portuguêsa nos mares, e afinal os da Espanha, com a expedição de Colombo, haviam despertado da sua incredulidade e desídia outros povos da Europa; e seria muito natural que se apresentassem, como logo se viu, temerosos concorrentes no Atlântico.

Era urgente, portanto, que se fizesse um reconhecimento completo da ilha de Vera Cruz; e para isso preparou-se uma flotilha de três navios, cujo comando se confiou ao próprio capitão Gaspar de Lemos, que de Pôrto Seguro voltara a Lisboa em 1500.

E a prova de que essa expedição viera incumbida, não apenas de verificar a extensão da nova terra, mas de revelar tudo que se incluísse no hemisfério português segundo o tratado de Tordesilhas está no fato que

já fizemos notar, de ter vindo a primeira flotilha exploradora alcançar terra a cêrca de 10 graus para o norte de Pôrto Seguro.

2. Tanto nesta, como na segunda expedição, tomou parte o famoso navegante Américo Vespúcio, que D. Manuel havia chamado a seu serviço.

Parece, no entanto, que Vespúcio, pela sua autoridade em cosmografia e em ciência náutica, andava encarregado secretamente pelo rei de algum trabalho mais que simples exploração da terra descoberta.

O que sobretudo suscita essa suspeita é a circunstância de haver êle perlongado a costa como às pressas, vendo tudo de relance, e parecendo ter sempre a atenção dirigida para a solução de algum problema.

Seja ou não legítima esta desconfiança, o que é certo é que Vespúcio nada fêz em relação ao conhecimento da terra; e tanto assim que D. Manuel o dispensou, ou por essa razão, ou por não ter êle dado conta satisfatòriamente da outra tarefa.

Nesta primeira expedição não se sabe em que condições teria vindo o pilôto florentino, nem mesmo se tivesse o comando de alguma das naus.

Partiu de Lisboa a flotilha em maio de 1501, poucos meses, portanto, depois que lá chegara o emissário de Cabral com o anúncio da descoberta.

Em agôsto tinham os expedicionários vista de terra a cêrca de 4 ou 5 graus de latitude. Ali desembarcaram alguns, e sentiram logo que os selvagens se mostravam desconfiados, conquanto muito curiosos. Assim que os estrangeiros se recolheram às naus, multidões de íncolas afluíram à praia, parecendo que desejavam comunicar-se. Dois homens de bordo obtiveram permissão, e afoitaram-se a ir à terra metendo-se entre aquela gente; e nunca mais foram vistos.

Alguns dias depois mandou o capitão à terra um escaler com uns quantos homens, à busca de notícias daqueles aventureiros. Grande número de mulheres os receberam, ficando, porém, a certa distância da praia, suspeitosas, mas dando mostras de quererem entrar em relações com os hóspedes.

Um rapaz taludo e destemido não hesitou em ir para o meio delas. Maravilhadas o examinavam, quando de outeiro próximo vem, armada de clava, outra mulher, e de um golpe, à traição, prostrou morto o mancebo incauto.

Enquanto as mulheres conduziam o cadáver para o bosque vizinho, uma porção de flechas se lançavam contra os do batel, ainda na praia.

3. Êste caso é realmente estranho, como a alguns autores parece, por singular nos primeiros tempos. Mas a parte da costa, onde se deu, já estava ocupada por aquêle gentio que depois se tornou famoso pela repulsa heróica aos colonizadores: os potiguares. Ainda assim, não se sabe se aquêle seria o primeiro encontro do bárbaro com o europeu, como bem pondera um dos nossos historiadores.

Desenganado de encontrar por ali da mesma gente que recebera os portuguêses em Pôrto Seguro, levantou ferros a esquadrilha, e continuou a navegar à vista da costa, rumo sueste.

No dia 16 de agôsto dobrava o cabo a que se deu o nome de São Roque. E veio descendo, sem arriscar-se demais a tentativas de entendimento com os naturais.

Como se tivesse à vista um calendário, ia o capitão dando o nome do santo do dia aos acidentes da costa que mais se destacavam: cabo de Santo Agostinho (28 de agôsto); rio São Miguel, rio São Jerônimo (29 e 30 de setembro); rio São Francisco (4 de outubro); baía de Todos os Santos (1 de novembro); rio de Santa Luzia (13 de dezembro); cabo São Tomé (21 do mesmo mês); rio de Janeiro (1 de janeiro de 1502); angra dos Reis (6 de janeiro); ilha de São Vicente (22 de janeiro).

Do cabo de Santo Agostinho em diante é que se fizeram mais freqüentes visitas a paragens da costa, descendo à terra mais confiantes os próprios capitães, à medida que encontravam menos hostis os selvagens.

Chegara a expedição em fevereiro à latitude de 32 graus, nas vizinhanças do cabo Santa Maria. Ali assumiu Vespúcio o comando da flotilha, e fêz provisões para longa viagem, conservando, porém, o seu intento em segrêdo.

Afastou-se, então, da terra tomando rumo sueste, e descendo além dos 50 graus. Dali teve de voltar para o norte; e alcançando a costa africana, foi em setembro (1502) chegar a Lisboa.

Esta expedição, que não se pode mais contestar, prestou o grande serviço de verificar a extensão da terra, e de fazer boa parte da nomenclatura do litoral.

4. Por menos que tivesse feito esta primeira expedição relativamente ao conhecimento do país, fizera o bastante para autorizar uma tentativa no sentido de descobrir pelo extremo sul uma passagem para as Indias.

Viria, no entanto, a segunda expedição ainda como exploradora, dissimulando assim o seu intuito principal, ao mesmo tempo que conseguisse adiantar alguma coisa quanto à terra descoberta.

O que confirma plenamente esta versão é o fato bem significativo da indiferença em que caiu a metrópole em seguida ao novo esfôrço tentado. Saíra do Tejo a frota de Gonçalo Coelho em julho de 1503. Comandava-lhe um dos seis navios o mesmo Américo Vespúcio, que era o mais afanoso em assegurar ao rei a possibilidade de ir à Asia pelo poente. Logo que se fizeram ao mar, entraram em desavenças Coelho e Vespúcio. Êste é o primeiro a voltar para o reino, sem haver descido sequer até o pôrto da costa onde já estivera, e dando logo como perdido o chefe da expedição. Gonçalo Coelho, abandonado de Vespúcio, depois de visitar

várias paragens da costa talvez até o rio que mais tarde se chamou da Prata, retrocedeu até à baía do Rio de Janeiro, onde estêve cêrca de dois anos. Daqui regressou em 1506 para Lisboa.

Frustrara-se ainda uma vez aquêle intento, para o qual não mostrou Vespúcio as qualidades de Colombo.

Desiludido, dispensou D. Manuel os serviços do pilôto florentino; e tão escarmentado ficou das desilusões que nunca mais deu ouvidos a quantos "visionários" insistiam na inculca de semelhante projeto. Já para os fins do seu reinado, ainda fêz com Fernão de Magalhães o que fizera D. João II com Cristóvão Colombo.

Afinal, com os insucessos de Vespúcio não perdera a coroa portuguêsa mais que a prioridade da navegação do Pacífico e a glória da primeira volta ao globo: pois o tal caminho da India pelo ocidente nada ofereceu de mais vantajoso que o aberto já pelo Gama contornando a Africa.

5. Depois do insucesso da segunda expedição, limitou-se o govêrno de Lisboa a manter capitães de vigia nos mares litóreos, e a deixar que se fizesse o tráfico pela costa, fechando os olhos a tudo que não revelasse intento de fixação no país, e até estimulando os próprios súditos a concorrer com os contrabandistas, concedendo-lhes favores convidativos.

E' assim que ao lado de intrusos se encontravam, nos primeiros tempos, traficantes do reino em perfeito convívio, auxiliando-se mùtuamente.

Desde 1503 pelo menos (e até desde a expedição de Cabral) havia em certos pontos da costa aventureiros portuguêses vivendo entre os índios.

Explica-se dêste modo a circunstância de haverem tôdas as expedições subseqüentes a 1515 encontrado europeus em vários sítios do litoral primeiro conhecido.

Cabo Frio, por exemplo, São Vicente, Bahia (e talvez alguma outra enseada) tornaram-se estações certas dos navegantes; e por aí tinham sempre os capitães muito cuidado em não facilitar o desembarque do pessoal de bordo, para evitar as deserções a que de terra se induzia a marinhagem.

Também os aventureiros que viviam aqui quase todos explicavam a sua presença entre os selvagens dizendo-se vítimas de naufrágios: o que, na maioria dos casos, era natural, pelo temor dos castigos em que haviam incorrido pela deserção.

6. Teria sido mesmo de plano assentado que D. Manuel começou assim, procurando tirar proveito do espírito de aventura, só garantindo a posse da terra, e pondo tudo o mais à mercê de especuladores, a quem dêsse modo entregava a difícil tarefa daquele primeiro encontro com uma natureza desconhecida.

Para entender-se bem essa política, é preciso não perder de vista umas tantas circunstâncias daquele momento, e sobretudo o que se dizia do país descoberto, principalmente depois que se divulgou a notícia dos horrores praticados pelos índios contra os primeiros visitantes da costa.

O que era natural, pois, é que, assegurada a posse da terra, todo o empenho da coroa estivesse em contar com gente que se incumbisse de desbravá-la. E nem D. Manuel disfarçou êsse intuito quando foi até fazer da terra um valhacouto de criminosos e bandidos.

E' por isso que se exagera talvez o pouco interêsse com que o monarca *venturoso* cuidou da ilha de Vera Cruz, mesmo depois que ela crescera até fazer-se um continente. O fato de não haver D. Manuel juntado, aos seus títulos, o de senhor da nova terra, parece ainda estar indicando a pouca importância que o rei ligara ao feito de Cabral. De fato, quem se fizera logo senhor da Guiné não se lembrou de ser também senhor da Santa Cruz, ou do Brasil.

Sem embargo de tudo isso, hoje não seria mais possível contestar que se conservou sempre aqui um ou alguns navios de guarda da costa; e que, portanto, a desídia em iniciar a conquista e o povoamento era menos desinterêsse pela terra, que expediente, o único que era possível naqueles dias, a embaraços cuja solução era preciso deferir sem sacrificar a causa da monarquia.

7. O próprio D. Manuel teve por fim de ir mudando de orientação relativamente à parte americana do seu vasto patrimônio, e de ir fazendo alguma coisa mais que estimular o espírito de ganho e de aventura com as concessões que fazia aos traficantes.

Está averiguado que em 1516 ordenara êle "por alvará, ao feitor e oficiais da Casa da India (a nova repartição por onde corriam os negócios do ultramar) que dessem machados e enxadas e tôda a ferramenta às pessoas que forem povoar o Brasil". Logo depois, por outro alvará, ordenara aos mesmos funcionários que "procurassem e elegessem um homem prático e capaz de ir ao Brasil para dar princípio a um engenho de açúcar; e que se lhe desse sua ajuda de custo, e também todo o cobre e ferro e mais coisas necessárias para a fatura do dito engenho".

Sente-se que em relação à América vai entrando em aflições a côrte portuguêsa.

Os vigias da costa já não podiam conter a especulação, que tomava cada dia proporções inquietantes. Nem mesmo, em competição com ela, as poucas " pessoas que se dispunham a povoar" uma terra bravia e desconhecida, se animariam a aproveitá-la.

Américo Vespúcio.

A América no planisfério de Cantino. O primeiro esbôço do novo continente, compreendendo dois hemisférios, surge em 1502 no planisfério de Cantino, executado em Lisboa, vinte meses depois do mapa de La Cosa.

Por sua parte multiplicam-se os entrelopos e fortalecem-se, constituindo-se em associações poderosas, e tornando-se assim graves empecilhos para o futuro, quando a metrópole quisesse colonizar o país.

Criava-se, pois, para Portugal uma conjuntura que com o tempo se agravaria, e da qual era preciso sair quanto antes.

QUESTÕES CONEXAS: — *Américo Vespúcio. — Gonçalo Coelho no Rio de Janeiro. — Fernão de Magalhães. — Fernando de Noronha.*

A TERRA

1. O nome que dera Cabral à terra descoberta foi logo mudado no de *Terra da Santa Cruz.*

Durante o reinado de D. Manuel o nome oficial foi *Província de Santa Cruz.*

Uma carta de 1527 traz já *Santa Cruz do Brasil.*

Os missionários nunca deixaram o nome primitivo de *Terra* ou *Província de Santa Cruz.*

Está, no entanto, plenamente verificado que na linguagem comum, e principalmente entre os comerciantes, desde os primeiros anos se dizia — *Terra do Brasil.* E assim se foi, pouco a pouco, esquecendo a primeira denominação.

Apesar da relutância com que se deixava o nome de *Santa Cruz*, venceu, pois, o de *Brasil*, ficando aquêle como simples reminiscência histórica, e usado apenas em estilo acadêmico.

Quanto à extensão da terra, por mais escassas que fôssem as explorações feitas durante o reinado do rei *venturoso*, pode-se ter como já mais ou menos conhecido em 1521 o relêvo marítimo de uma grande parte da América do Sul, do lado do Atlântico.

E pelo que respeita particularmente à jurisdição portuguêsa, o que se sabe é que durante quase todo o período colonial nunca se conseguira determinar geogràficamente os limites do domínio pelo meridiano convencional de Tordesilhas.

A conquista alterou ainda muito os confins com as terras de Espanha; e mesmo depois que a diplomacia reconheceu, para simplificar o problema de contérminos, o *uti possidetis*, corrigindo a insuficiência de tratados antigos por meio de novos convênios, mesmo assim continuou incerta a extensão do país.

Só depois da independência é que se foram convencionando as linhas definitivas de fronteira com os povos limítrofres; e êsse trabalho delongou-se até os dias da República.

Só hoje, portanto, é que se pode dar um cálculo aproximado de superfície total do Brasil; parecendo que se não fica muito longe da verdade estimando-a em cêrca de oito milhões e meio de quilômetros quadrados.

Confinando com quase todos os países da América do Sul, tem hoje o Brasil o seu vasto contôrno continental perfeitamente fixado.

2. Quem pudesse abranger de relance uma miniatura do nosso território, vê-lo-ia limitado, de uma parte, a oriente, pelo oceano; e da oposta, pelas abas dessa maravilhosa região, que é a única no globo — a das Cordilheiras como vastas muralhas a separar-nos daquele outro mundo do Pacífico.

Dos Andes para leste, o solo como que se vem abaixando até o Atlântico; e os acidentes do relêvo desaparecem na vastidão do continente: a altitude, a extensão, a massa das nossas serranias, tudo se funde na grandeza do conjunto, para fazer, da porção americana que ocupamos, uma superfície baixa e uniforme comparada com a zona andina, e quase na sua totalidade uma como verdadeira formação sedimentária, devido principalmente àquele descomunal sistema de montanhas.

Neste amplo cenário parece, ainda hoje, estar flagrante a história geológica do continente. Pelo menos os grandes fenômenos da gênese continental se apanham de surprêsa, desde a época em que o hemisfério começou a emergir do oceano primitivo; e mesmo a maneira como se foi constituindo e integrando até o presente.

Já se tem mesmo como até mais que provável que as primeiras que apareceram na imensidade vazia devem ter sido as terras do nosso planalto central e outras altas do país, como as cumeadas das nossas cordilheiras, que teriam surgido com grandes ilhas no infinito das águas.

Em seguida, levantaram-se os Andes (quem sabe se coincidindo com a desaparição da lendária Atlântida!) como para formar o arcabouço da figura continental.

Em relação às ilhas que lhe ficavam a leste, deviam os Andes parecer, então, ainda muito mais altos.

Deu-se depois o solevamento dessas ilhas e de grande parte das terras submarinas que jaziam entre elas e as Cordilheiras.

Essas terras emergentes foram apertando contra o baluarte ocidental, e constringindo-a cada vez mais, a porção de oceano, de cuja existência ficaram vestígios, até hoje, em todo o nosso interior até os Andes.

E' assim que se podem considerar as grandes bacias divergentes do Amazonas e do Prata como compreendendo hoje as vastas zonas que estiveram cobertas pelo antigo mediterrâneo, e que foram emergindo e solidificando à custa principalmente do desbastamento dos Andes.

Estas idéias já não se reduzem ao domínio das hipóteses: têm por si a opinião de muitos homens de ciência.

3. O nosso sistema orográfico, de ordem secundária no continente, como acabamos de ver, é constituído por duas grandes cadeias — a marítima e a central —, e pelas montanhas da vertente norte do Amazonas.

A cordilheira Marítima (ou Serra do Mar) começa no sul um pouco acima da lagoa dos Patos; e, perlongando a fita marítima, aproximando-se nuns, e noutros pontos afastando-se mais ou menos da costa, cai até o Rio Grande do Norte (perto do cabo de São Roque).

Em tôda esta longa extensão (de mais de 500 léguas) amplia-se irregularmente, ou se aperta, e projeta em muitos pontos grande número de ramais e contrafortes.

Pelas alturas do Rio de Janeiro, correspondentes, no interior, ao norte de São Paulo e ao sul de Minas, a ramificação é mais profusa e desordenada, dividindo-se a massa da cordilheira em duas linhas quase paralelas — a da Marítima pròpriamente, e a da Mantiqueira.

A cadeia central, ou das Vertentes, é ainda mais extensa e complicada, mas é menos notável pela altitude. Estende-se do extremo noroeste de Mato Grosso, e tomando direção de sueste, vem até confins de Goiás e de São Paulo, e daí dobra-se para nordeste até o Ceará.

A Cadeia de Parima (ou das Guianas) no extremo norte, confins do Brasil com os domínios da França, da Holanda e da Inglaterra, e com a Venezuela, é a menos considerável.

A nossa nesografia geral compreende: — ilhas oceânicas (como as de Fernando de Noronha e as da Trindade); — ilhas costeiras (como a de Marajó, a Caviana, a Mexiana, e outras, no estuário do Amazonas; a do Maranhão, onde está a cidade de São Luís; Itamaracá, na costa de Pernambuco; Itaparica, à entrada da baía de Todos os Santos; a do Governador, na baía do Rio de Janeiro; a ilha Grande; a de São Sebastião, a de São Vicente e a de Santa Catarina); e ilhas fluviais (como a do Bananal, na bacia do Tocantins-Araguaia; e grande número de outras no Amazonas, e em todos os nossos maiores rios).

4. A nossa potamografia geral pode reduzir-se a três seções: a amazônica, a platina, e a terceira compreendendo as bacias secundárias que se não incluem nessas duas.

A do Amazonas — Tocantins é a mais ampla e opulenta vertente fluvial do mundo: abrange uma região de mais de oito milhões de quilômetros quadrados, pertencendo ao Brasil mais de dois terços dessa amplitude.

Em Tabatinga, ao entrar em território brasileiro, é de três quilômetros a largura do rio.

Quando se estreita um pouco, e sobretudo na época das cheias (de novembro a março), as águas se espalham por largas rêdes de furos, canais e lagunas.

Os mais notáveis afluentes do Amazonas são: o Javari (limite do Brasil com o Peru), o Madeira, o Tapajós, o Xingu, e o Tocantins (da margem direita); e o Putumaio, o Japurá e o Negro (da outra).

A bacia do Prata, na parte que pertence ao Brasil, compreende águas do Paraná, no interior; do Paraguai a leste; e do Uruguai ao sul.

O maior dos rios que ficam fora das duas grandes bacias indicadas, é o São Francisco.

Além dêste: o Parnaíba (limite de Maranhão com o Piaui), o Itapicuru, o Apodi, o Doce, o Paraíba do Sul e outros muitos de menor curso.

A nossa rêde fluvial interna é admirável pela grandeza do teatro que há de abrir à capacidade da raça em futuro não longínquo.

A Amazônia comunica-se, através da Venezuela, com o mar das Antilhas; pela Bolívia, pelo Equador e pela Colômbia, seguindo o curso de numerosos afluentes do rio-oceano, aproxima-se do Pacífico; e pelos grandes tributários que lhe vão do sul, alcança o Amazonas as contravertentes do Prata; e por outros, como o Tocantins, ganha o São Francisco, e por êste vem ao Atlântico; alcança ainda o Paraná, e por afluentes dêste chega até a cordilheira marítima, à vista do oceano.

5. Passando à nossa climatologia geral, o mais que é possível acêrca de um país cujo território abrange quase 40 graus de latitude, a maior parte no hemisfério do sul, é assinalar a regularidade das modificações que as circunstâncias climatológicas determinam.

Para isso, o que é mais simples é dividir o país em zonas, onde seja possível reduzir a variedade de diferenças locais a médias aproximativas, de algum valor para a apreciação do conjunto.

O critério para tal divisão tem de fundar-se na própria natureza do país e na proporcionalidade dos vários elementos que entram na formação dos climas.

Teremos assim: a zona marítima, compreendendo tôda a faixa litorânea, do cabo Orange ao extremo sul; e a zona do interior.

A primeira é a mais uniforme, não obstante a desigualdade de latitude.

Um singularidade notável, e que é talvez a mais perfeita característica do clima, é sem dúvida a que consiste na pequena oscilação termométrica que se verifica em todo o nosso litoral.

As mais completas observações locais em longos anos registradas dão apenas 3 a 4 graus de diferença entre as médias, desde o Rio Grande do Sul até o extremo norte.

O clima de tôda a costa é muito semelhante ao do Rio de Janeiro. Mesmo as ligeiras diferenças que se notam quase que desaparecem sob a ação das contínuas correntes atmosféricas que lavam tôda a região marítima.

Outra particularidade notável é que a diferença entre os extremos termométricos é crescente de norte para sul: e daí resulta a crescente regularidade das estações à medida que se vai do sul para o norte.

Dá-se ainda um fenômeno, que parece estranho à primeira vista, mas que é perfeitamente explicável se não esquecermos que é preciso aqui juntar sempre, ao da latitude, outros vários coeficientes essenciais do clima: é o aumento da máxima termométrica também de norte para sul, pelo menos até certa latitude, e em todo o continente. E' assim que, de janeiro a março, se sente muito mais calor em Buenos Aires do que em Manaus ou Belém.

A zona do interior é muito mais acidentada; e tem de ser subdividida em três seções: a da bacia amazônica; a dos chapadões que dividem as águas das duas grandes bacias; e a do sul, compreendendo os Estados de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande.

No seu aspecto geral, o do Amazonas é um clima quente, mas muito longe de ser abrasador. A máxima termométrica só excepcionalmente é que excede ali a 33 graus; e a oscilação é de 13 a 14. A média é de 26 graus.

Na segunda seção do interior a média geral fica sempre entre 20 e 25 graus. E' esta seção delimitada pelos paralelos 15 e 24.

Grande parte de São Paulo e todo o território do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul constituem a terceira seção. Aqui a média regula por 17 ou 18 graus.

6. No Brasil é fácil determinar o valor do regime dos ventos como fator decisivo do clima. Aqui, a terra, entre o oceano e os Andes, produz deslocações muito regulares. A atmosfera sôbre o mar é muito mais fria do que em terra. Mais fria ainda é a camada vizinha das Cordilheiras. Entre umas e outras massas de baixa temperatura, fica o nosso ambiente continental, de temperatura em regra mais elevada. Daí a regularidade das duas correntes gerais, que explicam o que tem de particular o nosso clima — a

que nos vem do Atlântico e a que sopra dos Andes, e que, encontrando-se, tomam rumo para o norte ou para o sul.

E aí estão os quatro ventos gerais dominantes: os alísios, os de leste, os do sul e os do norte — é claro que sujeitos às variações devidas à intercorrência de causas secundárias derivativas.

Êste regime dos ventos determina a freqüência e a quantidade de chuvas em todo o país. Na parte da costa onde dominam os alísios livres da cordilheira marítima (*da Paraíba para além*) há muito mais irregularidades que no resto até o sul. Daí talvez as condições excepcionais daquele trecho sob o ponto de vista meteorológico. Por ali tanto se conhecem longas chuvas torrenciais como grandes sêcas.

Ao regime das chuvas correspondem a freqüência e intensidade das trovoadas. Ainda sob êste aspecto a nossa meteorologia geral pode ser discriminada em grandes zonas: a costeira, a contígua formada pelas serranias paralelas no litoral, e a do inteior.

À medida que se vem do norte para o sul, na primeira zona, são mais freqüentes as trovoadas. Nos pontos da costa onde a cordilheira marítima corre mais distante do oceano (mesmo no Rio de Janeiro), as trovoadas são, no entanto, raras. Nos pontos onde a serra é mais elevada, há paragens em que, durante os meses de novembro a março, troveja quase diàriamente.

Na zona do interior, quanto a trovoadas, dá-se o mesmo que assinalamos quanto às chuvas. Em regra, é o relêvo orográfico, depois do regime dos ventos, o que regula melhor a freqüência das trovoadas. E' assim que mesmo no interior, em regiões de planura, o fenômeno não é tão freqüente. Quanto, porém, mais nos aproximamos dos Andes, vai sendo, não só mais freqüente, como de mais violência.

Uma ordem de fenômenos, da física terrestre, quase desconhecidos no Brasil, é o de movimentos sísmicos. Não se tem notícia até hoje senão de vagos tremores, que nunca passaram de repercussões de terremotos nos Andes.

7. Das condições físicas aí ligeiramente esboçadas decorre a salubridade geral do país. Todos os cronistas dos primeiros séculos têm uma só palavra de admiração pela excelência da terra.

O único mal que atacava os índios em certas situações era a malária. Mas, êsse mesmo não se conhecia nos núcleos policiados.

Com o tempo isso mudou. Aumentava a população, formavam-se grandes centros, que se punham em comunicações com outros portos do exterior, e sem que a essas mudanças correspondessem medidas de cautela contra os "ares novos" que assim se iam criando.

Começamos, pois, a perder, desde o século XVI, a nossa imunidade contra invasões de epidemias; e para isso, além das causas referidas, concorria também a importação de africanos em massa.

Por cêrca de duzentos anos (de 1666 a 1880) os morbos que nos invadiram quase todos levaram a flagelar-nos periòdicamente; e alguns, de certa época em diante, com insistência tal que chegaram a persuadir de que se tratava mesmo de males endêmicos, ou quando menos, de epidemias sempre iminentes, de modo especial o da febre amarela, que todo mundo acreditava ser o nosso grande inimigo, e que afinal foi completamente extinta em todo o país.

E uma observação que a ninguém escapa é que, desde que começamos a proscrever a velha desídia por tudo quanto respeita à higiene e à saúde pública, também melhorou a salubridade geral do nosso meio.

A julgar pela coragem com que se reage em tôda parte contra a incúria colonial, tudo nos autoriza a confiar que o Brasil vai ser em breve outra vez o que foi como natureza — terra capaz de criar homens fortes e sãos, tal como a encontraram os primeiros europeus que vieram aqui viver.

QUESTÕES CONEXAS: — *Hipóteses sôbre a gênese continental.* — *Maravilhas da nossa natureza.* — *O rio Amazonas.* — *A nossa orografia.*

A FLORA E A FAUNA

1. Quanto à flora, dividiremos o território do Brasil em duas grandes zonas gerais — a tropical e a subtropical —. O paralelo 21 marca mais ou menos, conforme a longitude e os acidentes do solo, a faixa de confins dessas duas zonas.

As espécies que as caracterizam são a araucária, na zona do sul; e na zona do norte, as grandes palmeiras.

O domínio de araucária é muito melhor delimitado: vem até São Paulo, avançando até o sul de Minas pelos lugares mais altos. Rareia, no entanto, à medida que se vem do Paraná para cima. Do Paraná para o sul, ostenta todo o seu esplendor. Só ali começam os grandes pinhais que dominam tôda a flora do planalto, formando *ilhas* mais ou menos amplas na vastidão da campanha, e estendendo-se ao longo dos vales, como grossas linhas escuras assinalando o curso dos rios.

Mesmo nesta zona, entretanto, o domínio da araucária é limitado, a leste, pela cordilheira Marítima; e a ocidente, pelas florestas polifíticas da bacia do Paraná.

A zona das palmeiras não se confina bem nìtidamente no paralelo indicado. Mas para o sul as espécies vão mudando, e entre elas já não figuram as grandes palmeiras do norte. Espécies há (como, por exemplo, o coqueiro a que se deu o nome de da Bahia) que não passam dos 18 graus. A carnaubeira ainda se limita mais na zona equatorial.

E' preciso notar que esta divisão se restringe mais particularmente às terras altas do interior. No litoral a flora se modifica muito menos desde o Maranhão até quase o extremo sul. São em regra mais numerosas as espécies nas regiões da costa; enquanto que para serra acima vão escasseando; e muitas atenuam-se, e até outras desaparecem completamente.

Mesmo para as plantas exóticas é perfeitamente distinta da natureza dos planaltos a das costas do Atlântico e a da fluvial de leste.

Conclui-se, pois, que o fator decisivo na formação da nossa fisionomia botânica não é a latitude, mas a maior, ou menor elevação das diversas regiões. E' por isso que muitas vêzes numa zona vamos encontrar inserções de zona diferente, como em contraste com a natureza circunvizinha. Nas regiões da costa, e até em pleno sertão da Amazônia abrem-se, não muito raro, trechos de campos, onde só vinga flora de planalto. Em Mato Grosso, do alto dos chapadões, o olhar do sertanista se extasia na contemplação de imensa floresta virgem, onde a opulenta natureza tropical parece nada ter de comum com a indigência desolada dos campos e caatingas, que se diriam emergentes do sertão como pedaços de outros climas.

2. Sob o ponto de vista da geografia botânica, podemos, portanto, considerar num mesmo grupo a flora do Amazonas, a de outros grandes vales fora daquela bacia, e a de todo o litoral (discriminadas em seções); e em outro grupo a flora das terras elevadas do interior.

Da primeira porção, a zona mais importante é a das vertentes do Amazonas e dos rios Paraguai e Paraná. Nesta zona, os dois grandes fatôres da vida vegetativa — o calor e a umidade — são de tal modo constantes e fortes que a vegetação conserva sempre uma exuberância incomparável. As florestas caracterizam-se pela abundância de palmeiras. Nas terras marginais, sujeitas a inundações, abundam a seringueira, o mangue, o salgueiro, o bambu. Fora das faixas de inundação, no seio das matas virgens, sobressaem o castanheiro, a sapucaia, a sumaumeira, a maçaranduba, etc.

As outras seções da zona, conquanto de natureza bem semelhante no conjunto, apresentam, todavia, mais variedade de aspectos. A flora característica é a mesma. Aí (tanto nas grandes bacias do interior como no litoral) se encontram a paineira, a sapucaia, o jequitibá, o ipê, louros, cedros, etc.

Retrato de Dom Manuel.

"Mapa da Província de Santa Cruz, a que vulgarmente chamam Brasil".

A flora dos campos é perfeitamente discriminada da flora tropical. A zona em que se acha melhor caracterizada é a que compreende os planaltos imediatos à Serra do Mar.

Uma observação digna de nota é a que reconhece na flora dos planaltos grande número de espécies da zona marítima muito atenuadas, ou tendendo ligeiramente a derivar-se do tipo comum. Isto se vê, sobretudo, na família das palmeiras. A *buriti* é a mais profusa, e é também a mais mesquinha. Mesmo a dos capões não dá idéia da palmeira gigantesca do Amazonas. O *ticum*, a *brejaúva*, o *guariri* e outras dão frutos aproveitáveis.

A maior palmeira dos campos é o *jarivá*. As famílias das gramíneas e das mirtáceas e outras são muito abundantes.

De São Paulo para o norte a configuração botânica desta segunda divisão é mais complicada, pois por aí, devido à acidentação do solo, parecem associar-se ou distribuir-se em desordem as floras das duas divisões: nas terras altas predomina a flora dos campos, e nas terras baixas, a outra.

3. A primeira coisa que se nota, ao estudar a nossa fauna, é a ausência de grandes mamíferos. O maior que temos é a anta.

E no entanto, já sabemos que a nossa fauna fóssil é riquíssima em espécies do período terciário.

Estamos, pois, aqui, em presença de um fato muito curioso: como é que se há de explicar o desaparecimento dessas espécies, quando é certo que em outros pontos da terra, ou subsistem, pelo menos muitas delas, ou desapareceram deixando representantes em espécies ou variedades subsistentes?

E' sabido que na Europa, muitos dos animais hoje extintos alcançaram épocas históricas. Mas a extinção lá se explica: o homem vai excluindo a fera das paragens que vai conquistando. Só tolera as espécies úteis. Os animais ferozes, e também os monstruosos e os indomesticáveis são os primeiros que cedem à concorrência do homem.

Na Asia, o elefante é animal sagrado, e além disso útil, e por essas razões não desapareceu. Na Africa subsiste porque a concorrência do homem não foi ainda capaz de eliminá-lo. O camelo também se conserva na Africa e na Asia porque é útil.

Mas a América oriental, antes de Colombo, poderia considerar-se como *conquistada* pelo gênio do homem? Ou melhor: o domínio do homem que encontramos aqui era capaz de excluir assim, tão completamente, os grandes exemplares do reino animal?

Sabe-se que na época do descobrimento a população indígena era muito menor que a população civilizada de hoje. Significa isso que em todo o continente havia ainda imensas extensões de território deserto. Na América do Sul, o maior número de tribos ocupavam apenas o litoral e os vales

dos grandes rios. Florestas sem fim e solidões desoladas ficavam, portanto, abertas a tôda a animalidade excluída pela espécie vitoriosa.

Como explicar, pois, a extinção de gêneros que existiram aqui, e que não teriam chegado a sentir falta ou escassez de espaço, nem de elementos e condições para continuar a viver?

Se o homem não lhes oferecia ainda uma competição de morte, como é, então, que desapareceram êsses grandes tipos da fauna terciária, e sem deixar um só representante?

4. Sob um ponto de vista geral, distinguiremos a nossa fauna em fauna dos campos e fauna das florestas.

Segundo autoridades de pêso, as analogias que se notam em tôda a fauna das florestas (do extremo norte ao extremo sul) são muito mais importantes como elementos de classificação do que as diferenças que se acusem.

Basta um relance de olhos sôbre as espécies mais características para reconhecer-se que é assim mesmo.

Na própria ordem dos mamíferos são tais as semelhanças, que as divergências se perdem na unidade do aspecto geral.

E para mais fàcilmente assinalar as relações em que se encontram as diversas zonas (sem mesmo distinguir campos e florestas) é de vigor elucidativo, ainda mais irrecusável que a dos mamíferos, a ordem das aves.

Quem lê, por exemplo, a descrição da avifauna de Marajó tem a impressão de que se trata de qualquer bosque ou mata do sul ou do interior. Só tem de mudar alguns nomes. As aves, os pássaros da grande ilha do norte são todos familiares aos que conhecem, ao menos alguma coisa das florestas do sul, principalmente do litoral.

Em relação a outras ordens do reino animal ainda se reconhece o mesmo fenômeno: as diferenças secundárias (côr, tamanho, etc.); desaparecem, enquanto, pelos caracteres fundamentais, se assinala uma analogia visível em tôda a fauna do país; e até, na maioria dos casos, perfeita identidade.

Não seria possível dar aqui, sôbre êste reino da natureza, mais que noções gerais, renunciando a todo intento de estender-nos acêrca de tôdas as classes. Daremos, portanto, o que nos parece suficiente para sugerir uma idéia de quanto temos de particular.

5. Entre os mamíferos: a anta (*tapir* dos índios); variedade de porcos do mato, sendo o maior de todos o *queixada* (*tajaçu*) e também o mais feroz; veados (o maior e mais ramalhudo sendo o *guaçu-pacu* dos tupis); roedores, classe das mais numerosas (préas, pacas, cutias, ratos, esquilos e o maior de todos, a capivara); desdentados (também numerosas) *preguiças*, tatus, tamanduás; rápaces (onças, jaguares, rapôsas, lontras, quatis, guaxinins); cetáceos (peixe-boi, golfinho, baleia); quirópteros (morcegos);

símios, que formam a ordem mais extensa de tôda a nossa fauna mamalógica. Já se conhecem umas cinqüenta espécies, o maior número das quais pertencem à região da bacia amazônica.

Entrando no domínio das aves, começaremos pelos gralatores: o avestruz (menor que o africano), a seriema, o jacamim, as garças e socós, o jaburu, a saracura, os guarás (prêtos e vermelhos), a curucaca, o quero-quero. O nosso avestruz não atinge a muito mais que um metro de comprimento. Há-os brancos, cinzentos e malhados. E' habitante dos campos, e é comum no interior, desde o Rio Grande do Sul até o Amazonas.

Vêm os palmípedes (patos selvagens, biguás, alcatrazes, marrecos, etc.); os galináceos (perdizes, inambus, mutuns, urus, macucos, jacus); as pombas; os abutres (urubus); os falcões (o gavião, o martinho); os trepadores (desde a arara, que é o maior até a saíra, que é o menor dos periquitos).

O mais pequeno dos pássaros que se conhecem no Brasil é o *colibri* (o mesmo *beija-flor* comum). Há espécies cujos indivíduos não se sabe dizer, ao vê-los de longe, se são pássaros ou insetos. São, no entanto, pelas côres brilhantes das penas, pela forma delgada e sutil, e sobretudo pela prodigiosa celeridade do vôo, de uma beleza admirável. Vivem sempre em volta das flores, a haurir-lhes, dir-se-ia, só o perfume, pois que não pousam nunca, e parece que não têm tempo de sorver-lhes o suco.

São verdadeiras jóias aladas dos jardins e pradarias.

6. A ordem dos pássaros cantores é a que mais tem maravilhado a quantos visitam os nossos campos e florestas, e não só pela variedade das côres, como principalmente pela vozes.

A araponga, por exemplo, belo pássaro de plumagem branca, muito comum em tôdas as matas do litoral e do interior, produz um canto metálico, vibrante e agudo, que se parece com o bater, ao longe, de um martelo sôbre bigorna.

Daí, o nome de *ferreiro,* que lhe dá o vulgo.

Houve já um grande poeta de natureza que chegou a escrever uma curiosa monografia sôbre a voz das nossas aves. A saracura, diz Hércules Florence, parece monologar na solidão. O socó-boi, de manhã e à noite, faz lembrar o mugido das vacas. O mutum anuncia a aurora com uns pios rouquenhos e afabados, como se viessem do terror da noite. O canto da *anhumapoca,* grande e bela ave do sertão, imita um sino de aldeia. O aracuã grita como uma galinha assustada, enquanto a inseparável companheira repete alternadamente as mesmas notas. A arara fende os ares, tirando de sua áspera garganta umas sílabas pesadas, das quais lhe veio o nome vulgar que tem. Bandos inúmeros de papagaios, sobretudo ao cair da tarde, soltando gritos monótonos e agudos, atordoam o viajante.

Sem dúvida — reflexiona a alma entusiasta da terra americana — a voz dos animais se harmoniza com as localidades, com o aspecto das paragens, e até com a hora em que se faz ouvir. No Spitzberg, por exemplo, só hão de repercutir sons e acentos lúgubres próprios daquele desolamento. Na Arábia imagina-se o que será o canto das aves. E mais ainda no mundo grandioso das cordilheiras. Nos rochedos que surgem no meio do oceano, pousam aves de longo vôo e alteroso viso, cujos gritos só se casam com o soluçar dos ventos, dos temporais e das ondas.

De um pássaro cantor, no entanto, não falou Florence: o *tangará*, que não sabemos se também existe nos bosques e matas do norte. O tangará, pequeno mais ou menos como um pardal, anda sempre em bando. Cada bando tem um *maestro* que dirige o côro. Pausa o *maestro* num ramo, e os demais em tôrno. À medida que o diretor do rancho canta, vão os outros acompanhando-lhe a voz e os movimentos. Por fim, a um sinal do regente, levanta o vôo todo o bando, e vai cantar a outra paragem.

As espécies pròpriamente cantoras mais conhecidas são: os sabiás, as carriças (as *corruíras*, pequeninos pássaros quase domésticos, sagrados para o vulgo), as andorinhas, os gaturamos, os cardeais, a patativa, o canário, o pintassilgo, a graúna, etc.

7. Das classes que ainda não indicamos destacaremos a dos insetos.

Quanto às outras bastará citar:

Entre os répteis: o jacaré; a tartaruga; a sucuriú, a baiúna, a jararaca, a cobra-coral, a cascavel.

Entre os peixes: o pirarucu, o pintado, o mero, a garoupa, o xaréu (peixe de mar); o pirarucu, a piratininga, o pacu, o surubi, a piranha (o mais temeroso pela voracidade), o jaú, o barbado (peixes de rio).

Entre os moluscos: as amêijoas, as ostras, os bacucus; os ouriços, as esponjas; os caranguejos, o camarão, a lagosta, etc.

Mas a nossa fauna entomológica é de uma exuberância incomparável, e por isso lhe reservamos aqui um pouco mais de espaço.

A ordem dos insetos cascudos (*coleópteros*) é uma das mais ricas e interessantes. Uma das famílias mais curiosas desta ordem é a dos *elaterídeos*, entre os quais os pirilampos ou vaga-lumes. A família das *cicádeas* é representada pelas cigarras.

A ordem dos *himenópteros* (formigas) é talvez a mais profusa. A esta ordem pertencem as abelhas, as vespas, as mamangavas, os maribondos, etc.

A ordem dos dípteros é também numerosa, e nela se encontram: as pulgas, os mosquitos, as mutucas.

A ordem mais opulenta pela variedade, e mais admirável pela beleza, é a das borboletas (lepidópteros). A zona mais rica será talvez a do norte. Já se estudaram no Amazonas perto de seiscentas espécies.

O fenômeno da migração das borboletas (principalmente da espécie conhecida pelo nome de *paná-paná*) é dos mais curiosos e fantásticos que se observam no interior.

Nota um naturalista de grande autoridade que a nossa fauna, relativamente aos insetos, apresenta algumas particularidades; como, por exemplo, a escassez de insetos carnívoros em comparação com o grupo correspondente da Europa; enquanto o número de insetos herbívoros é muito maior aqui do que lá. Observa ainda que os nossos insetos herbívoros são, em regra, maiores que os europeus; ao passo que os nossos carnívoros são menores que os de lá.

QUESTÕES CONEXAS: — *Plantas e animais que se aclimataram no Brasil. — A nossa fauna fóssil. — As nossas riquezas de subsolo. — Capacidade produtiva do solo. — Plantas nativas que se aproveitaram na indústria.*

III

CAPITANIAS HEREDITÁRIAS
INÍCIO DA COLONIZAÇÃO

SUMÁRIO: — Martim Afonso. — As donatarias. — As capitanias mais importantes.

MARTIM AFONSO

1. Como já vimos, depois das duas expedições (de 1501 e de 1503) que vieram explorar a costa, limitou-se a côrte portuguêsa a manter por êstes mares alguns capitães que guardassem a terra, deixando livre o tráfico em todo o litoral, e animando os próprios súditos a concorrer com os traficantes estrangeiros.

Com o tempo, no entanto, como era de prever, a afluência de especuladores ia-se tornando inquietante. E não tardou que se visse como já não era suficiente aquela providência de confiar a segurança da posse efetiva a capitães sem meios de ação, e que, em regra, só cuidavam de recolher o que podiam para si.

E' esta, pois, a situação em que se encontra o país no momento em que falece D. Manuel, em 1521: guarda-se a terra contra pretensões de aventureiros, e estimulam-se armadores portuguêses a entrar em negócios com os índios.

E' D. João III que vem cuidar do problema do Brasil. Sente-se que por lá não se tem idéia alguma quanto a medidas de eficácia na conjuntura: daí o modo vacilante como se leva ainda a causa nos primeiros anos.

Em 1526, resolve D. João III reforçar apenas a vigilância da costa por uma esquadrilha de seis navios sob o comando de Cristóvão Jaques, marítimo que, segundo alguns, já era prático destas paragens desde 1516.

Chegou êle à vista da terra por fins daquele ano, e estacionou primeiro entre a ilha de Itamaracá e o continente.

Ali encontrou um comêço de povoação (atribuído aos primeiros exploradores) e cuidou de dar-lhe incremento. Depois desceu até Pernambuco, onde fundou outra feitoria para servir de assento à administração da colônia.

Em seguida, com três ou quatro caravelas, correu Cristóvão Jaques grande porção da costa, parecendo que até o rio da Prata.

De volta para o norte, foi encontrar na baía de Todos os Santos três navios franceses, que meteu a pique, aprisionando uns 300 homens, que levou para Portugal.

O problema, porém, continuava sem solução; e isto, enquanto as condições criadas pelos contrabandistas se faziam alarmantes.

2. Toma-se então na côrte a providência de iniciar decisivamente a colonização oficial nas novas terras, mandando para aqui uma expedição provida de tudo para êsse fim.

Trazia Martim Afonso o título de capitão-mor, com jurisdição e alçada, tanto no crime como no cível, que lhe davam autoridade de um verdadeiro locotenente do soberano.

Aprontou-se com muita pressa a esquadrilha, composta de cinco embarcações. Vinha como pilôto, e imediato do comandante, Pêro Lopes de Sousa, irmão de Martim Afonso, e marítimo de fama.

Saiu do Tejo esta flotilha por fins de 1530 (a 3 de dezembro), e por fim de janeiro seguinte estava nestes mares, fazendo breve estação em Pernambuco.

Dali mandou Martim Afonso a Diogo Leite explorar a costa para o norte; e expediu para o reino a João de Sousa; enquanto a expedição prosseguia para o sul. Na Bahia encontrou-se o capitão-mor com o Caramuru. Ao meio-dia de 30 de abril (1531) entrava a esquadrilha na Guanabara.

Tendo escolhido um sítio perfeitamente abrigado, fêz o capitão desembarcar uma parte da gente. Aí construiu-se casa forte, e montou-se uma ferraria, para reparo das naus, e onde se armaram dois bergantins.

A instâncias dos naturais, mandou Martim Afonso para o interior do país quatro homens da equipagem, acompanhados de muitos selvagens. Dentro de dois meses, estavam de volta êsses homens, trazendo em sua companhia um "grande rei, senhor dos grandes campos", até onde haviam chegado.

Renovadas as provisões, continuou a expedição rumo do sul, a 1 de agôsto e só ganhou terra no dia 12, fundeando na baía de Cananéia. Ali encontraram alguns portuguêses e castelhanos, que viviam desde muito em boas relações com os índios.

Induzido por informações dêsses homens, permitiu o capitão-mor que fôsse Pêro Lôbo, seguido dos mesmos e de outros aventureiros, explorar o país, devendo estar de volta no prazo de dez meses. Soube-se depois que esta entrada não foi feliz como a primeira, tendo sido quase tôda aquela gente massacrada por selvagens.

Sofrendo temporais, desceu a flotilha até vizinhanças do estuário do Prata. Dali, teve Martim Afonso razões para retroceder, à procura de paragem onde mais conviesse começar a sua obra.

No dia 20 de janeiro (1532) vêm as caravelas surgir a meia légua da abra de São Vicente.

3. Já era São Vicente um dos pontos mais conhecidos do litoral. Figura nas principais cartas e nos roteiros mais antigos. Por ali, e nas imediações, viviam alguns portuguêses, em perfeita inteligência com os naturais.

Entre êsses portuguêses recolheu a crônica os nomes de João Ramalho e de Antônio Rodrigues, além de outros.

Tendo certo ascendente sôbre os indígenas, negociavam êsses êxules com expedições que por ali passavam, abastecendo-as de produtos da terra, em troca de artigos europeus, e até vendendo-lhes pequenas embarcações de enseada que já podiam construir.

Êstes primitivos colonos tinham no litoral a sua zona de domínio, entre São Vicente e Cananéia.

Para o sul, a região marítima era senhoreada pelos Carijós, gente de índole pacífica. De sorte que, tanto por terra, como por mar, varejando esteiros, varadouros e recôncavos das baías, ou fazendo caminho pelas praias, ia a gente de Ramalho até Paranaguá e São Francisco, provàvelmente mesmo até o Pôrto dos Patos (Santa Catarina), onde viviam também alguns portuguêses e espanhóis.

Para o lado do norte, além de Santo Amaro, dominavam os tamoios, até o Cabo Frio.

Antes de 1532, andavam tôdas essas populações em paz relativa. Com a entrada de Martim Afonso, porém, tudo por ali vai mudar, principalmente depois que a metrópole portuguêsa foi fazendo sentir o seu império.

Já naqueles tempos havia um tráfego regular entre os portos e os campos de serra acima. Lá no planalto, em tôda a bacia do alto Tietê, imperava Tibiriçá, a quem Ramalho se aliara.

E' nessas condições que vai Martim Afonso encontrar a terra.

Devido ao mau tempo, só pela tarde de 22 de janeiro entrou a esquadrilha no canal a sudoeste da ilha de São Vicente.

Fêz o capitão-mor desembarcar a gente na praia ao sul, à direita de quem entra no esteiro.

Ali se deu começo imediatamente à povoação, construindo-se as primeiras casas, um fortim, uma capela, e o mais necessário. Levantou-se outro fortim e atalaia na ponta de Santo Amaro, junto à barra da Bertioga. E' por ali que havia perigo de assaltos. E desde então vai-se mudando a atitude dos tamoios. Compreenderam os chefes de Ubatuba que os hóspedes

A frota de Martim Afonso de Sousa ancorada no Pôrto das Naus. — Quadro do pintor Benedito Calixto.

Dom João III.

Martim Afonso de Sousa a caminho de Piratininga. — Quadro do pintor Benedito Calixto.

de Morpion (São Vicente) não haviam chegado ali só para traficar. E começaram logo a dar sinais de intuitos hostis.

Felizmente a chegada de Ramalho, com seu sogro Tibiriçá, vem a tempo de conjurar no momento êsses riscos.

4. Fêz Martim Afonso demarcar a área da vila em datas iguais, que foram distribuídas aos colonos. Fora da vila, as terras da ilha eram de serventia comum; isto é, cada um ficava na posse provisória dos prazos que lavrasse. O benefício constituiria título para a propriedade definitiva. As próprias sesmarias seriam concedidas sob a condição de simples usufruto durante a vida dos concessionários. Só depois é que se modificou êste regime.

Começou-se logo na ilha a cultivar alguns produtos, principalmente a cana-de-açúcar, que se importara da Madeira, e que, segundo alguns autores, já era conhecida em São Vicente antes de Martim Afonso.

Para animar os lavradores, fêz o capitão-mor construir, no meio da ilha, para que a todos aproveitasse, um pequeno *engenho*, movido a água, e com uma capela e habitações para os operários. Êste *engenho* chamou-se primeiro — *do Governador*, e mais tarde — *São Jorge dos Erasmos*, do nome de uma família alemã que o adquirira.

Tendo a lavoura de cana tomado grande incremento, fundaram-se outros *engenhos*, tanto na ilha de São Vicente como na de Santo Amaro, e no continente vizinho.

De sorte que dentro de alguns anos já se exportavam dali açúcar e aguardente para outras capitanias e até para o reino.

Outras culturas de valor tornaram-se logo as do trigo e da vinha. Um século depois dizia ainda o padre Simão de Vasconcelos que São Vicente era "o celeiro de todo o Brasil".

O desenvolvimento das lavouras tão rápido se fêz que se sentiu logo a necessidade de cuidar da exportação, pois a massa de produtos não demorou a exceder às exigências do consumo local.

Para isso organizou o próprio capitão-mor uma emprêsa mercantil, na qual se associaram os senhores de *engenhos*. Esta emprêsa tornou-se intermediária dos colonos, encarregando-se de exportar-lhes os produtos e de vender-lhes os artigos europeus de que precisavam.

Começara, pois, Martim Afonso pela parte fundamental da sua tarefa.

Ao mesmo tempo, ia organizando a ordem política e civil na colônia, como era possível naquelas condições. Nomeou juízes do povo, escrivães, meirinhos, almotacéis, e outros oficiais públicos. Fêz construir uma igreja melhor na sede da vida, investindo a Gonçalo Monteiro do cargo de pároco da freguesia.

Durante os primeiros meses encaminhou-se com tanta fortuna aquela obra que muitos colonos pensaram logo em mandar vir as respectivas famílias, convencidos de que tinham achado no novo mundo um verdadeiro confôrto de terra da Promissão.

5. A vila de São Vicente floresceu, pode-se dizer, desde os seus primeiros dias. Ali se concentrou todo o movimento econômico da ilha e redondeza, assim o comércio com os índios de Itanhaém, de Cananéia e de Piratininga. Armazenavam-se ali os gêneros do país destinados a exportação, e recebiam-se em grandes depósitos as mercadorias da Europa mais usuais na colônia e entre os índios.

Não se tem notícia positiva de que, depois de Martim Afonso, chegasse ao pôrto algum navio do reino antes de João de Sousa, ou mesmo algum traficante dos que já conheciam aquela parte da costa. E', no entanto, perfeitamente admissível a hipótese de que a baía continuou a ser freqüentada; sem o que não se explicaria aquêle monopólio do comércio externo, e muito menos a criação (que também se atribui a Martim Afonso) da alfândega, no outro lado do canal, em ponto mais ou menos fronteiro à vila.

Postas em ordem as coisas ali no litoral, pôde enfim o capitão-mor aceder às instâncias, com que lhe pedia João Ramalho de visitar o planalto, onde parece que já havia sinais de complicações com os indígenas.

Seguido de grande comitiva, e guiado pelo próprio Ramalho, saiu de São Vicente Martim Afonso (pelos fins de 1532) e foi, no pôrto de Santa Cruz, tomar o caminho da serra.

Foi no campo muito bem recebido pelos índios. Examinou com muito interêsse aquelas paragens, admirando-lhes a incomparável beleza e magnificência.

Colheu dos próprios selvagens tôda sorte de informações, e pôde julgar, pelo que viu, quanto eram fundadas as queixas de Ramalho e de Tibiriçá, contra os especuladores que andavam já infestando a terra. Tanto portuguêses como espanhóis invadiam desordenadamente aquêles campos, a traficar pelas aldeias; e imagine-se como seriam feitos os negócios.

Provàvelmente, esta visita a Piratininga acentuou no ânimo de Martim Afonso a relutância com que se andava reduzindo àquela inglória tarefa de colonizar terra em tais condições, quando os seus sonhos eram outros. Viu mais de perto a vida do íncola, a sua grande penúria e a sua grande miséria moral. Pôs em confronto aquêle país tão rico e tão belo com tôda aquela tristeza; e quem sabe se pelo seu espírito não passou a previsão dos dias que tinham de vir para as duas raças que ali se iam encontrar.

O que é certo é que, se ainda não estava, agora se desiludiu de uma vez da sua função na América.

6. De volta, em São Vicente, tomou logo medidas excepcionais, por menos acertadas que fôssem, relativamente àquela forma de tráfico, que era sempre a causa de tôdas as desavenças e complicações com os índios. Prescreveu que "nem a resgatar com êles pudessem ir brancos ao *campo* sem sua licença, ou dos capitães seus locotenentes, a qual se daria com muita circunspeção, e ùnicamente a sujeitos bem morigerados".

Esta providência conteve, quanto era possível, a ganância dos adventícios. A ordem no planalto foi confiada exclusivamente a João Ramalho, como *capitão-mor do campo.*

Mas estava-se vendo como esta medida não poderia vigorar por muito tempo.

Em 1544, a mulher e procuradora do donatário, cedendo a instantes solicitações dos especuladores, revogou por um alvará a proibição decretada pelo marido em 1532.

Havemos de ver adiante que conseqüências teve êsse alvará, aliás o expediente mais natural em semelhante caso.

Um dos motivos que atuaram no espírito de Martim Afonso para não permanecer no Brasil foi sem dúvida a certeza de que nada aqui poderia construir com a gente que trouxera e no estado em que se achava o país. Do pessoal da colônia uma pequena parte apenas era formada de homens laboriosos. Foram êstes os que se estabeleceram logo na ilha, e cuidaram afanosamente da vida, como se andasse à espera daquele aceno da fortuna.

Mas a maioria da gente compunha-se de degredados e fidalgos, tanto uns como outros jogando a sorte. Os primeiros tiveram de ficar na terra.

Os fidalgos, quando viram como também por aqui lhes andava a sorte esquiva, ou pelo menos mais difícil do que supunham, foram-se, a maior parte, de volta para o reino.

Decerto que não eram homens para estas alturas.

7. Preparava-se o capitão-mor para deixar o Brasil, quando chegou de Lisboa, João de Sousa, aquêle capitão que de Pernambuco para lá fôra expedido.

Trouxe João de Sousa carta do rei para Martim Afonso. Mostrava-se D. João II muito satisfeito com o seu preposto; e dizia-lhe que, visto como nada lá se sabia do que tivesse acontecido na exploração da costa para o Sul de Pernambuco até o rio da Prata, nem do que se houvesse feito "no assento da terra", tudo deixava ao critério e resolução dêle, Martim Afonso, mesmo a sua permanência no Brasil.

Dava-lhe ainda notícia de que se havia deliberado adotar um processo mais prático de colonização, confiando a terra, em prazos regulares, a

emprêsas que se incumbissem de povoá-la; e que, conquanto desejasse ouvir primeiro o parecer dêle, capitão-mor, tomara logo, todavia, por motivos poderosos, a resolução de fazer imediatamente as primeiras doações, devendo ser as melhores para êle (Martim Afonso) e para seu irmão Pêro Lopes.

Vinha, pois, esta carta de D. João encontrar-se com o propósito em que já estava o capitão-mor.

Fêz êste então carregar de grande quantidade de produtos do país os navios disponíveis; pôs em ordem todos os negócios da colônia; constituiu seu locotenente ao vigário Gonçalo Monteiro; e na monção de 1533 deixava São Vicente.

A glória de Martim Afonso na América está no fato de ter sido a sua obra em São Vicente o lineamento histórico da colonização e da conquista.

Tem realmente para nós a mais alta significação aquêle trabalho de lançar, com o primeiro núcleo oficial de europeus, o vasto problema do povoamento.

A data, portanto, de 22 de janeiro de 1532 assinala-se por um fato que tem para a nacionalidade futura uma importância capital: vale como um novo testemunho que o povo dos descobrimentos dava de si para a outra tarefa que o destino agora lhe impunha, em troca daquela munificência com que lhe galardoara o heroísmo das grandes gerações.

Aquêle dia, em que a primeira legião ali assentou as suas tendas, na ilha de São Vicente, encima para nós a página com que se abre decisivamente a história da terra.

E' o que representa aquela expedição, e o que faz de Martim Afonso a figura que primeiro se inscreve em nossos anais de povo. Teve êle a fortuna de ser o diretor daquela ação inicial da raça, exatamente na única porção do seu patrimônio onde veio ela a fazer efetivo e integral o seu desdobramento histórico.

QUESTÕES CONEXAS: — *A ilha de São Vicente. — O canal da Bertioga. — A expedição de Aleixo Garcia. — João Ramalho.*

AS DONATARIAS

1. Logo depois da partida de Martim Afonso para o Brasil, compreendera-se em Lisboa a insuficiência do expediente pelo qual se começava. Criar apenas, num ponto da costa, um núcleo oficial onde assentasse o representante da metrópole, quase nada adiantaria, num país tão extenso, no sentido

de remediar os males ocorrentes. Mesmo que se conseguisse colonizar a zona extrema do sul, ou pelo menos fazer a ocupação efetiva desta parte da faixa marítima, continuaria todo o Norte à mercê de traficantes e intrusos.

O que cumpria era, pois, ocupar logo todo o litoral, ao menos nas paragens já conhecidas, e ir ao mesmo tempo tirando proveitos imediatos da ocupação.

Fazer isso de conta direta da coroa, por agentes ou delegados seus, seria excessivamente oneroso.

O sistema das doações era o único que se impunha; isto é, a distribuição das terras por pessoas capazes de as povoar a expensas próprias, de as defender e as lavrar com vantagens tanto para si como para a real fazenda.

Êsse sistema já havia sido desde muito ensaiado com feliz êxito nos Açôres, na Madeira, e nas ilhas de Cabo Verde.

Foi êsse o processo que venceu ao espírito da côrte.

Dava-se assim mais uma prova de que lá no reino muito pouco se conhece do Brasil, e de que nenhuma idéia se tem das condições em que deve ser aqui iniciado o serviço do povoamento.

Nas ilhas, devido a circunstâncias peculiares, o sistema das capitanias tinha naturalmente mais probabilidades de sucesso. As vantagens por ali eram importantes; começando pelas que provinham de serem desertos os territórios a povoar, não sendo, portanto, necessário fazer conquista. Aproveitando-se logo do braço africano, fundaram os colonos a sua propriedade no trabalho agrícola.

E que semelhante resultado decorria, principalmente, da ausência de raça a subjugar, viu-se no insucesso de iguais tentativas em diversos pontos da Africa continental, e até em algumas das ilhas de Cabo Verde.

Nas ilhas onde havia habitantes indígenas, foi a colonização tão penosa como nos continentes, onde os colonos tinham de fazer primeiro a conquista. Sabe-se como os espanhóis levaram dezenas de anos a exterminar os guaches nas Canárias, onde só ao cabo dessa fase penosa da conquista, puderam fundar colônias que vingaram. Em numerosas ilhas de Oceânia, o maior embaraço que encontram os europeus é o que lhes provém da população indígena. O que tem retardado o crescimento de muitas colônias da Malásia é principalmente a luta com os naturais. O mesmo se há de dar sem dúvida em Madagáscar, e em todos os territórios insulares, onde só aparecerá espírito de autonomia e sentimento local depois que cessarem preocupações, ou se extinguirem preconceitos de raça.

A Austrália é ainda um exemplo bem frisante. Ali não houve conquista pròpriamente, mas repulsa e exclusão como na América do Norte, e em tôda parte onde entre o inglês. O indígena australiano é tão degradado, tão incapaz de resistência e tão refratário à civilização — que por si mes-

mo se isolou dos adventícios. O inglês compreendeu as vantagens do segregamento, e reservou para os melanésios uma parte do país onde as tribos errantes se confinaram, e hão de extinguir-se fatalmente.

Outra enorme vantagem com que se contava nas ilhas consistia na facilidade de defesa.

2. Na América continental as condições eram muito diferentes; e tanto que nessa circunstância se filiam muitas das causas principais do insucesso das capitanias; pois é sabido que a falência do regime se atribui sobretudo às lutas com os índios, às colisões de uns com outros donatários, e à contingência de rebater a ataques de piratas e corsários e de resistir a intrusos.

Mas na côrte de Lisboa ninguém se apercebeu de nada disso; e na impaciência de sair dos embaraços daquele instante, a solução que pareceu mais prática foi o precedente auspicioso das ilhas.

E eis aí como, antes mesmo de se saber o que faria Martim Afonso, mudou bruscamente o espírito da côrte.

E' natural que para essa precipitação concorressem, tanto o que se ia sabendo da flibustagem nestes mares e os boatos que corriam de expedições que se preparam em outros países contra o Brasil, como o empenho dos pretendentes que assediavam o govêrno solicitando concessões na América.

Como já vimos, na carta a Martim Afonso, anunciava D. João II que iria fazer as primeiras concessões (a êle, Martim, a seu irmão e a outros).

Sente-se que o novo plano despertava grande entusiasmo na côrte, e eram muitos os que ambicionavam ser galardoados. Todo o mundo quer vir para as novas terras. Homens ricos, fidalgos de posição, tanto no reino como estrangeiros, incorporavam-se às expedições, na esperança de virem fazer fortuna na América.

Durou, no entanto, muito pouco êsse entusiasmo. O malôgro dos primeiros intentos começou logo a desiludir a muitos. A maior parte das emprêsas ocupavam-se, quase sem descanso, em guerras com os selvagens e algumas não puderam resistir a agressões contínuas que sofreram mesmo sem sair da zona marítima. Expedições houve que nem chegaram a terra, naufragando e perecendo; e alguns donatários nem tiveram coragem de tentar coisa alguma.

O que aconteceu foi que, para atalhar outros males que se iam gerando, teve a metrópole de recorrer sem demora a outros expedientes.

3. A parte da costa primeiro dividida foi a que se estende de Pernambuco para o sul; e a doação das capitanias aí situadas foi logo feita ou prometida, conquanto de tôdas só depois se lavrassem as cartas e respectivos forais.

Foram, segundo a ordem da data, as seguintes:

I. — A capitania de São Vicente, doada a Martim Afonso, e compreendendo cem léguas de costa, divididas em duas porções; a primeira, de 55 léguas, contadas do rio Curupacé (Juquiriquerê) ao rio Macaé; e a outra, de 45 léguas, compreendida entre a barra da Bertioga e a barra de Paranaguá.

II. — A de Pêro Lopes, composta de três quinhões somando 80 léguas de costa: um trecho de 10 léguas encravado entre os dois lotes de Martim Afonso; 40 léguas a contar de barra de Paranaguá para o sul (até Laguna mais ou menos) e mais umas 30 léguas entre Igaraçu e a baía da Traição.

III. — A do Espírito Santo, doada a Vasco Fernandes Coutinho, abrangia 50 léguas de costa, que começavam na foz do Itapemirim e iam até a Mucuri.

IV. — A de Pernambuco, de 60 léguas, entre o rio São Francisco e o Igaraçu, doada a Duarte Coelho.

V. — A da Bahia, medindo 50 léguas, do rio Jaguaribe ao São Francisco. Doada a Francisco Pereira Coutinho.

VI. — A dos Ilhéus, doada a Jorge de Figueiredo Correia, e compreendendo 50 léguas, entre o pôrto de Poxim e o rio Jaguaribe.

VII. — A do Pôrto Seguro, de Pêro do Campo Tourinho, também de 50 léguas, entre o Mucuri e o pôrto do Poxim.

Tôdas estas concedidas dentro de ano de 1534.

VIII. — A capitania de São Tomé ou Paraíba do Sul, entre o rio Macaé e o Itapemirim, contando cêrca de 30 léguas. Doada a Pêro de Góis.

Fizeram-se ainda, da baía da Traição até Maranhão, outras concessões ao historiador João de Barros (associado a Aires da Cunha), a Antônio Cardoso de Barros e a Fernando Alvares de Andrade.

Para o interior, o limite das donatarias tinha de regular-se pelo tratado de Tordesilhas; isto é, seria para tôdas o meridiano convencional que, passando ao norte pela ilha do Marajó (parte leste), vinha cortar o litoral de Santa Catarina. E' até aí que ia o que o rei chamava — *minha conquista.*

4. Para têrmos uma idéia exata do que eram estas donatarias, é preciso saber-se, ao menos nas suas linhas gerais, qual o regime político, administrativo, econômico e civil que por elas se instituía.

Quando se fala em *doação* parece realmente que se tratava de propriedade territorial; e não é isso o que se fazia. Não é a terra que o soberano doava, mas o benefício, uma parte do usufruto apenas.

E tanto assim que, na própria carta de doação, concedia também o rei, mediante certas condições, um pequeno prazo de terras ao donatário; e estas, sim, como propriedade plena, imediata e pessoal.

E' por isso que, tanto nas cartas como nos forais, aquelas outras mercês têm sempre o nome, sem dúvida mais adequado, de capitania (isto é, *direitos de capitão*).

O capitão donatário era um verdadeiro locotenente do rei. Dentro das leis do reino, e adstrito ao seu foral, exerce direitos de soberania, tendo a sua fazenda e a sua fôrça militar.

Só não é dono da terra: aufere apenas uns tantos proveitos do quase *feudo* que lhe foi concedido. Êsses proveitos consistem nos títulos e interêsses ligados à posse da capitania: e serão transmissíveis por herança, segundo a ordem de sucessão regulada no respectivo foral.

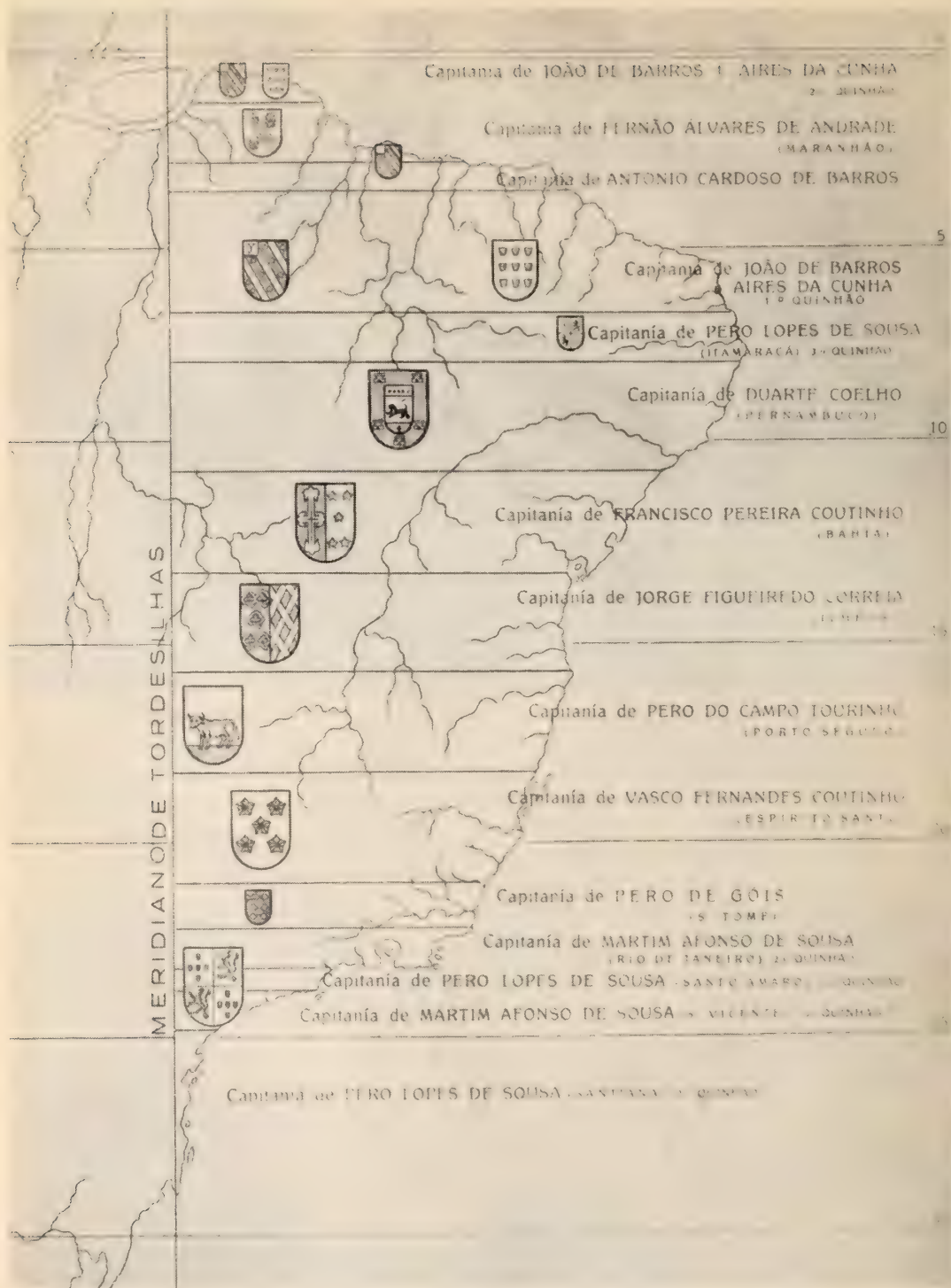
Vejamos como se condena o regime instituído sob seus diferentes aspectos.

A capitania é inalienável, e só se transmite por herança ao filho varão mais velho do primeiro donatário, e não partilha com os demais herdeiros. Na ordem da sucessão, e dentro do mesmo grau de parentesco, os descendentes varões, ainda que de menos idade, precedem aos do outro sexo. Os filhos legítimos preferem aos bastardos; mas, na falta daqueles, sucedem êstes, contanto que não provenham de danado coito. E', todavia, permitido ao donatário nomear sucessor a qualquer parente legítimo com exclusão dos descendentes bastardos. Na falta de descendentes legítimos ou bastardos, sucedem, em primeiro lugar os ascendentes, e em segundo os transversais, guardadas sempre as regras de preferência estabelecida no primeiro grau de sucessão, a saber — legitimidade, proximidade de parentesco, sexo e idade.

Estas regras eram muito rigorosas. Se o donatário as infringia, quaisquer que fôssem os motivos, "ainda que por causa muito pia" (dispunha o foral) incorria na perda da capitania e neste caso, passava logo a mesma a quem de direito, como se o donatário tivesse falecido.

5. Eram êstes os direitos especiais conferidos ao donatário: — o título de *capitão* e *governador*; — a obrigação, para os seus sucessores, de conservar-lhe o apelido de família; — a propriedade de tôdas as marinhas de sal e moendas de água, e quaisquer outros engenhos que se montassem nas terras da capitania, não podendo ninguém fazê-lo sem licença sua, e sem pagar-lhe o devido fôro; — a faculdade de escravizar índios e mandar vendê-los em Lisboa. Competiam-lhe as rendas provenientes: — da vintena do pau-brasil; — da vintena do pescado; — da redízima de tôdas as arrecadações do erário; — dos direitos de portagem nos rios; — da pensão anual de 500 réis pelos tabeliães das vilas da capitania; — dos fôros, rendas e direitos das alcaidarias-mores, etc.

Fundação da Capitania de São Vicente.

Vista de Olinda em Pernambuco.

Mapa das Capitanias (Donatarias).

Tinha o capitão e governador plena jurisdição no cível. Nomeava ouvidor e todos os funcionários do fôro. Criava freguesias, vilas; ouvidorias e os necessários ofícios. Presidia, por si próprio, ou por seu ouvidor, a eleição dos juízes e oficiais das câmaras, etc.

No crime, o capitão e seu ouvidor têm jurisdição conjunta, com alçada até pena de morte inclusive quanto a escravos, peões e homens livres comuns, sem apelação nem agravo. Quanto a pessoas de "mor qualidade" porém (fidalgos, juíses, clérigos, altos funcionários, etc.) a alçada vai até 10 anos de degrêdo e cem cruzados de multa (salvo nos crimes de heresia, traição, sodomia e moeda falsa, nos quais a alçada se estende até a pena de morte inclusive, qualquer que seja a qualidade do réu).

Por um alvará especial, declarou-se cada capitania couto e homizio para todos os criminosos, mesmo os já condenados até a pena de morte, com exclusão apenas daqueles crimes (heresia, traição, sodomia e moeda falsa) que eram, depois do de lesa-majestade, os mais graves da legislação penal daqueles tempos. Incluía-se também entre êsses, ou logo abaixo, o crime de feitiçaria, e ainda, o de sacrilégio.

Era o capitão obrigado a conceder, a quaisquer pessoas que o requeressem (contanto que fôssem cristãos), terras de sesmarias no lote que se lhes doava. As sesmarias eram concedidas livres de fôro, ou de qualquer tributo, salvo o dízimo das colheitas pertencentes ao mestrado da ordem de Cristo.

Não podia, porém, o donatário tomar sesmarias para si, nem concedê-las à própria mulher, nem ao filho que tivesse de suceder-lhe na capitania.

6. Além da dízima das colheitas, da vintena do pescado, e do estanco do *pau-brasil*, das especiarias e drogas, reservava para si a coroa o quinto de tôdas as pedras e metais preciosos; aljôfar, coral; ouro, prata, cobre, chumbo, etc. (deduzido igualmente o dízimo que competia ao capitão).

O comércio era livre, tanto com o reino como com o estrangeiro; êste sujeito, no entanto, à dízima real.

Só mais tarde, quando a competição do estrangeiro ameaçou o comércio nacional é que se alterou êste regime.

Por sua parte, tinham também os colonos declarados nos forais os seus direitos e deveres.

Obrigavam-se, com tôda a sua gente (filhos, agregados e escravos), a servir com o capitão em caso de guerra. Comprometiam-se a pagar ao alcaide-mor das vilas e povoações todos os foros, direitos e tributos que se pagavam no reino e senhorios segundo as Ordenações.

Aos colonos assegurava-se: — o direito de pedir o receber sesmarias sem mais ônus que a dízima sagrada; — isenção de todo e qualquer impôsto que não estivesse declarado no foral; assim como de obrigação que aí se

não estipulasse formalmente; — inteira liberdade de comércio com vantagens sôbre comerciantes estrangeiros; — a justiça, as condições políticas e civis garantidas pelas leis e costumes da metrópole, apenas com as limitações indispensáveis à situação de capitania, e que estavam expressas nos forais.

As despesas com o culto deviam ser feitas de conta do régio erário.

Em cada capitania tinha o rei o seu almoxarife, ou feitor da fazenda, com os auxiliares que fôssem necessários. Criaram-se depois os procuradores, ou provedores regionais; e em 1548, quando se criou o Govêrno Geral, centralizou-se a administração da fazenda numa Provedoria-Mor, com jurisdição sôbre os provedores de tôdas as capitanias.

Como se vê, as cartas de doação e os forais lançavam apenas um esbôço do futuro regime da colônia. Nem sempre passava para aqui inalterada a legislação do reino, sobretudo em matéria administrativa. Tudo o que diz respeito ao trabalho, à liberdade industrial, ao comércio, à navegação, ao fisco, à alçada das justiças, às próprias formas de processo e julgamento, a administração em geral, ao clero, ao regime tributário, à propriedade territorial, às fôrças de terra e de mar, às ordenanças e milícias, etc., tudo se há de ir, daqui por diante, regulando aos poucos, até chegar-se à integração do sistema.

7. Pensam quase todos os nossos cronistas e historiadores que êste período das capitanias nada valeu, e carece de qualquer importância. Pensamos de modo inteiramente contrário. A nosso ver, foi esta a fase mais dolorosa dos tempos coloniais. Os donatários, com a sua gente, foram os primeiros a encontrar-se com a terra e com os naturais.

Acusam-se êsses iniciadores da conquista de haverem promovido embaraços para a colonização futura, prevenindo em tôda parte os índios contra os adventícios.

Mas esquecem os acusadores que êsses embaraços eram inevitáveis, qualquer que fôsse o ânimo com que se entrasse na terra. O europeu não tinha meios de entrar aqui senão como senhor, vencendo e oprimindo.

As leis da história são inelutáveis. Ou tudo se havia de fazer como se fêz, proclamando-se logo a preeminência da raça invasora ou então, teríamos de preferir a êste, que era o processo histórico, o processo novo do missionário. Para isto, em vez de trazer colonos, e pô-los aqui em competição com os íncolas, teríamos incumbido o jesuíta de fazer primeiro a catequese. Mas, estabelecido aqui o regime das *reduções*, e instituída, não pròpriamente a velha ordem católico-feudal, mas uma ordem teocrática, pergunta-se: que faríamos daí por diante?

E' bastante esta interrogação para levar-nos a reconhecer que era fatal o que se deu entre as duas raças em tão grande disparidade de cultura.

Não cabe, portanto, aos donatários a culpa do modo como se ocupou a terra.

Quanto à improficuidade de esforços dos donatários, a injustiça é ainda maior por mais flagrante.

Decerto que nem todos puderam levar com igual fortuna a sua tarefa. Mas nenhum dêles deixou (por si mesmo ou por preposto) de tomar muito a sério a sua obra na América. Muitos, como Duarte Coelho, Pêro de Góis, Pêro do Campo e outros, entraram aqui de alma aberta, num vivo entusiasmo pela terra. Outros, como Francisco Pereira Coutinho, Vasco Fernandes Coutinho, Aires da Cunha, tiveram de pagar com o sacrifício da própria vida aquela temeridade de vir para aqui afrontando tão desabridamente o destino.

E' justo, pois, que recordemos hoje aquêles heróis, que ficaram na obscuridade do seu papel, e quantas vêzes do seu infortúnio, sem uma lembrança que fale por êles na terra, que foram os primeiros a desbravar para as multidões que depois vieram.

QUESTÕES CONEXAS: — *Capitanias que não se povoaram.* — *Capitanias que pouco prosperaram.* — *Capitanias de El-Rei.*

AS CAPITANIAS MAIS IMPORTANTES

1. As capitanias que mais prosperaram foram as de Pernambuco, de São Vicente e da Bahia. O que se fêz nestas é suficiente para demonstrar como o regime, se desde princípio fôsse integrado por uma autoridade central comum, que representasse diretamente o rei, teria sido muito mais profícuo.

O donatário de Pernambuco, Duarte Coelho, era um homem de nobre caráter, de espírito reto, enérgico e operoso, perseverante e seguro. Assim que obteve a doação, cuidou de vir para o Brasil, trazendo consigo, além da própria família, muitos parentes.

Chegou a Pernambuco por princípios de março de 1535. Ali encontrou já uns começos de povoações no pôrto dos Marcos e em Igaraçu. Instalou-se primeiro neste último núcleo; mas havendo encontrado depois melhor paragem para o sul, perto da barra ou entrada de Pernambuco, resolveu fundar aí a sua vila capital, no alto de uma esplêndida colina. Havendo ali uma aldeia indígena que tinha o nome de Marim, foi necessário desalojá-la. Neste serviço foi muito útil ao capitão um certo Vasco Lucena, português que desde muito ali vivia entre os índios.

Constituída ali uma praça forte, capela e vários outros edifícios, e casaria para os colonos veio a maior parte da gente estabelecer-se em Marim, ficando em Igaraçu apenas uma guarnição.

Com muita solicitude empenhou-se Duarte Coelho em organizar a colônia, instituindo uma ordem perfeita nas duas povoações, e regulando principalmente a vida econômica da capitania. Todo o seu cuidado consistiu em formar a propriedade agrária, e em prescrever certas regras especiais para as relações entre os moradores. Criou o tombamento das terras, e o registro civil das famílias e dos indivíduos que entrassem na capitania com ânimo de nela estabelecer-se, e para isso instalando um edifício especial, a cargo do próprio almoxarifado régio, a fim de que as notas e certificados valessem no reino. Organizou as justiças; proveu à administração local, criando almotacerias, e dando regimentos para todos os serviços, e superintendendo êle próprio, com prudência e discernimento, a tudo quanto interessasse à vitalidade das suas povoações.

Não lhe faltaram embaraços da parte dos índios, por mais cautela que tivesse em não dar-lhes motivos de hostilidade. E afinal conseguiu afastar da colônia o gentio mais refratário, e os lavradores puderam confiantes entregar-se aos trabalhos da terra.

Com a fama, que logo correu, das condições em que se vivia em Pernambuco, foram, afluindo para ali muitos colonos, tanto da Europa como das ilhas, e até de outras capitanias.

2. Em 1537 é Marim, sob o nome de Olinda, constituída oficialmente em vila e algum tempo depois Igaraçu também.

Desenvolvia-se ràpidamente a colônia. Tanto a lavoura como a criação tomavam largo incremento. Dentro de alguns anos podia considerar-se como fundada a cultura de vários produtos indígenas, como o fumo e o algodão, e notàvelmente a cana-de-açúcar importada.

Êstes artigos começaram logo a ser exportados para o reino e para outras capitanias.

Enquanto se regularizava assim com tanta fortuna a situação da colônia, ia o donatário planeando trabalhos com que desse expansão àquela obra. Cogitou sobretudo de ampliar o povoamento, e de fazer bem conhecida a capitania explorando-lhe tôdas as riquezas, das quais aquilo que se notava ali naquela pequena porção do litoral não seria sem dúvida mais que uma insignificante amostra. A sua atenção volvia-se com particular cuidado para o rio São Francisco, de cujos tesouros já se falava naqueles tempos.

Parece mesmo que Duarte Coelho chegou a formar algum grande projeto de exploração daquela rica bacia, que tinha de tornar-se logo um dos vastos caminhos por onde a conquista avançaria sôbre o interior.

Quem sabe mesmo se foi levado dêsse plano que êle se resolveu ir à Europa quando viu os negócios da capitania tão bem encaminhados. Pelo menos é certo que, além do intuito de animar a imigração para a América, altos motivos o induziram a empreender essa viagem.

Havendo constituído a seu cunhado Jerônimo de Albuquerque seu locotenente na capitania, partiu Duarte Coelho para o reino, levando os dois filhos, Duarte e Jorge, nascidos já no Brasil.

Com a ausência do donatário, as condições da colônia começaram a declinar.

Ao falecer, em Lisboa, em 1554, deixou ainda ao esfôrço dos filhos a capitania em estado florescente, conquanto os naturais andassem levantados.

3. Na capitania de São Vicente, com a retirada de Martim Afonso, ressentira-se um pouco o ânimo dos colonos. Logo que chegara a Lisboa, fôra o donatário despachado para a Asia, como capitão-mor do mar da India; e ausentando-se do reino, deixou procuração a sua mulher, d. Ana Pimentel, para o representar na superintendência da colônia.

Era Gonçalo Monteiro, o locotenente de Martim Afonso, um homem pacífico e conciliador, e impunha-se à confiança dos colonos pela sua grande autoridade moral.

Por mais, no entanto, que se interessasse pela sorte da nascente povoação, era difícil que suprisse, pelo seu zêlo, a inópia de recursos em que logo se sentiu aquela gente, quase de todo ali abandonada.

Sobrevieram dentro de algum tempo, não só complicações com os tamoios, como agressões da parte de alguns espanhóis que se haviam estabelecido em Iguape, muito seguros de que estavam ali em terras do seu rei.

Com alguma dificuldade, e à custa de sacrifícios, conseguiram afinal os portuguêses expelir dali os tais intrusos. Quanto aos índios não foram tão felizes; pois durante muitos anos, até cêrca de 1570, não se teve mais sossêgo em tôda a capitania, sob ataques ou ameaças contínuas dos bárbaros instigados pelos franceses.

Em tais condições, tendo de manter uma guarda especial permanente de proteção aos engenhos e às lavouras, sentia-se tolhida a colônia, sem poder ao menos estender-se desassombrada pela zona marítima.

Não obstante êsses, adiantava-se a povoação da ilha.

Em 1538 era nomeado capitão-mor Antônio de Oliveira, homem circunspeto e honesto, e que já exercera o cargo de feitor do almoxarifado real.

Procurou êste com muita inteligência regularizar a situação dos moradores da ilha, e constituir ali um centro de fôrça que impusesse respeito aos naturais. Distribui agora em pequenas sesmarias, já de pleno domí-

nio, as terras da ilha que estavam ocupadas provisòriamente; e resolveu mudar a sede da vila para lugar onde ficasse livre do alcance das marés.

Por êste mesmo tempo dava-se a obstrução do canal por onde até então entravam as naus, obrigando estas a procurar outro ancoradouro no canal grande, do lado oposto da ilha, e entre esta e a de Santo Amaro.

4. Mas agora, a grande distância do pôrto é o que mais perturba a vida econômica da população.

Não foi necessário esperar por muito tempo o natural expediente contra isso.

Naquele novo pôrto começou-se logo a formar outro núcleo de moradores, construindo ali os negociantes os seus armazéns, e pouco a pouco passando-se para a nova paragem todo o comércio.

E' um colono de certo prestígio e de muita piedade e grande esfôrço, Brás Cubas, quem concebe a idéia de fundar ali uma nova povoação.

Havia êste homem obtido, em 1536, nas terras de Jurubatuba, para o outro lado do canal grande, uma sesmaria; e ali montara engenho fazendo logo grandes lavouras, e povoando-se ràpidamente de agregados e vizinhos aquela redondeza à medida que se conseguia afastar o gentio.

Êsses moradores costumavam, aos domingos, ir à vila, onde ouviam missa e tratavam de seus interêsses. Para ir à vila, os colonos daqueles sítios atravessavam em canoas o canal, e no pôrto novo tomavam o caminho de São Vicente.

Não deixava de ser penosa essa jornada, principalmente para as famílias; e foi isso o que sugeriu a Brás Cubas a idéia de remediar aquêles inconvenientes criando freguesia no pôrto, e assim poupando aos fiéis aquêle sacrifício de ir à vila.

Começou construindo casa para si no pôrto, em terreno que comprara aos respectivos sesmeiros. Em seguida, já com o concurso de outros moradores, levantou junto à casa uma capela provisória, onde logo começaram a celebrar-se algumas festas.

Foi o bastante para que o novo *pôrto* se fizesse em pouco tempo uma povoação muito animada. Os colonos das vizinhanças edificaram por ali as suas casas. Não tardou que em São Vicente só ficassem as autoridades e algumas famílias abastadas.

Brás Cubas parecia entusiasmar-se com o êxito dos seus esforços, e sobretudo quando sentiu como pelos moradores era eficazmente amparado em tôdas as iniciativas.

Empreendeu então fundar ali uma Casa de Misericórdia, sem dúvida a primeira que se erigiu no Brasil, e quem sabe se em tôda a América. Em 1543 era inaugurado o hospital, a que se deu, como recordação de outro que existia em Lisboa o nome de *Santos.* Daí o nome de *Pôrto de Santos,* primeiro e depois só de *Santos,* dado à povoação.

Em 1545 é Brás Cubas nomeado capitão-mor locotenente do donatário; e um dos seus primeiros atos foi conceder o predicamento de vila à freguesia do Pôrto de Santos, sendo êsse ato confirmado por carta régia do ano seguinte.

5. Coube a capitania da Bahia a Francisco Pereira Coutinho. Era "Fidalgo muito honrado", que se ilustrara na India, de onde trouxera "grande fortuna e muita fama". Quando veio para o Brasil já não era môço; e do seu caráter os traços mais salientes parece que lhe não faziam muita honra à moderação, à simpleza de costumes, aos sentimentos de humanidade e ao espírito de justiça. Tudo isso pelo menos lhe minguava sob a ostentação de umas tantas virtudes heróicas, tão de preço naqueles tempos.

A baía de Todos os Santos era conhecida desde a primeira expedição exploradora.

Ali já existia, desde muitos anos antes da chegada do donatário, uma verdadeira colônia de portuguêses e espanhóis, vivendo em perfeitas relações com os indígenas, todos sob o ascendente de um chamado Diogo Álvares, a quem deram os naturais o apelido de *Caramuru*.

Êste personagem, à semelhança de João Ramalho em São Vicente, tornou-se lá no norte uma figura lendária, e cuja celebridade vem crescendo com o tempo.

Quando, em 1536, chegou o donatário à baía de Todos os Santos, foi ali, com grande surprêsa e alegria cordialmente recebido por Diogo Álvares e os seus.

Tratou Coutinho de estabelecer-se na povoação já fundada, erigindo-a em vila capital da donataria. Os colonos, aproveitando-se das excelentes disposições em que encontravam os índios, foram-se logo espalhando pelos recôncavos do vasto lagamar e vizinhanças.

Nenhuma obra de semelhante natureza se lançou no Brasil sob tão bons auspícios. Parecia ali, desde os primeiros dias, definitiva e perfeita, a união das duas raças. Alguns portuguêses, dos que haviam chegado agora, casaram-se com raparigas indígenas; e os que ali já viviam, todos aliados a famílias da terra, facilitaram o consórcio dos dois elementos.

Durante mais de seis anos, nenhum incidente de nota alterou a paz da colônia. Puderam os moradores aplicar-se tranqüilamente ao trabalho. Fundaram-se muitos engenhos; desenvolveu-se admiràvelmente a cultura da cana-de-açúcar, a do algodão, a do tabaco, e de outros gêneros de extenso consumo.

6. Com o sucesso, foi crescendo o número de imigrantes, e ampliando-se o povoamento. Explorou-se tôda aquela parte do litoral até quase o sertão; e muitas outras paragens da costa se foram colonizando.

A prova de que êsse concêrto não era devido ao tino e sabedoria do donatário veio afinal a ter-se. Passados os primeiros tempos, começou a gente de Coutinho a desencaminhar-se, caindo nos abusos que de ordinário punham os colonos em colisões com os naturais.

O capitão-mor não se mostrava solícito em reprimir com o preciso rigor a incontinência dos seus.

Diogo Álvares, a muito custo, ia contendo a sua gente. Mas devia chegar o momento em que nem isso foi mais possível. Os índios, ressentidos da condição a que os reduzem, tornam-se refratários àquele mesmo que consideravam como um patriarca, e exaltam-se, insurgem-se, revidam provocações e insídias, afastam-se dos engenhos. Os chefes queixam-se a Diogo, e êste por êles intercede junto ao donatário.

Mas Coutinho atribui a ciúmes e rivalidades a intercessão de Diogo, e mostra-se surdo a todo aviso.

E a conseqüência de tudo foi um levante geral contra os portuguêses.

Chamou o capitão para a vila todos os moradores, e organizou a guerra ao selvagem.

O próprio Diogo Álvares, ou constrangido, ou porque de coração preferisse a causa dos compatriotas, ficou ao lado de Coutinho.

As lutas prolongaram-se durante alguns anos. Os índios cometiam depredações de tôda ordem; e por fim puseram cêrco à vila, obrigando o capitão-mor com a sua gente a fugir para as capitanias vizinhas.

Foi Coutinho, com os seus, abrigar-se em Pôrto Seguro e em São Jorge dos Ilhéus. Afinal, passado mais de um ano ali de quebranto e indecisão, resolveu-se êle, provàvelmente por intervenção de Diogo Álvares, a ir outra vez para a Bahia, sob segurança de paz com os selvagens.

Reunindo os que se dispuseram a acompanhá-lo, embarcou-se num caravelão, tomando outro Diogo e a sua gente. Antes, porém, de aportar à Bahia, batida de tormenta, naufragou uma das embarcações nos baixos de Itaparica. Os índios desta ilha, que eram estranhos à reconciliação celebrada com os do Recôncavo, não pouparam a gente de Coutinho. Todos os náufragos foram sacrificados.

Assim acabou o velho capitão Francisco Pereira Coutinho, ao cabo de mais de dez anos de vida tão bem augurada na América.

Diogo Álvares entrou em acôrdo definitivo com os tupinambás, e de novo estabeleceu-se na sua Vila Velha, acompanhado de sua família e de muitos daqueles mesmos que tinham vindo com o donatário.

7. Aquêle vasto trecho da costa entre a baía da Traição e o estuário do Amazonas, não chegou a ser colonizado pelos respectivos donatários.

Nas outras capitanias, que se não incluem entre essas de que tratamos neste parágrafo, sempre se fêz alguma coisa; e não há nenhuma onde não ficassem vestígios disso.

Mas lá no extremo norte, depois de duas tentativas malogradas, nada mais se tentou senão por princípios do século XVII.

E, no entanto, a primeira daquelas tentativas parecia muito prometer pelas condições em que foi feita.

Dois dos galardoados com terras naquela zona, João de Barros e Fernando Álvares de Andrade, associaram-se a Aires da Cunha, confiando-se a êste o comando de uma expedição que para aquêles tempos podia considerar-se poderosa, e provida de recursos de tôda ordem. Chegou até a inspirar desconfianças na Europa, sobretudo na côrte de Espanha.

Tendo partido de Lisboa em novembro de 1535, veio a expedição primeiro a Pernambuco, onde Duarte Coelho acolheu ao capitão com maiores atenções do que teria feito a um simples colega pois, além de informações e notícias, forneceu-lhe práticos da costa e do sertão, *línguas* do gentio e embarcações para sondagens de baías.

De Pernambuco seguiu Aires da Cunha para o norte, à procura do Maranhão.

Antes, porém, de aportar à região desejada, um temporal dispersou a frota, e um dos navios, exatamente o capitânia, desapareceu para sempre.

Os outros navios foram entrar num gólfão. Na maior das ilhas daquele estuário (e que depois teve o nome de São Luís) desembarcou a gente, sendo bem acolhida pelos índios.

Pensaram mesmo todos em estabelecer-se ali; mas não demorou que se sentissem desolados e sem recursos, e se retiraram.

QUESTÕES CONEXAS: — *Questões entre herdeiros dos dois irmãos Martim Afonso e Pêro Lopes. — Hans Staden. — O Caramuru. — A expedição de Aires da Cunha.*

IV

GOVÊRNO GERAL – TOMÉ DE SOUSA E D. DUARTE DA COSTA

SUMÁRIO: — O Govêrno Geral. — A catequese dos selvagens. — Invasão da Guanabara pelos franceses.

O GOVÊRNO GERAL

1. No seu aspecto geral, era esta, em 1548, a situação do Brasil. Estava iniciado o povoamento nas capitanias de São Vicente, do Espírito Santo, de Pôrto Seguro, dos Ilhéus, da Bahia, de Pernambuco e de Itamaracá.

Contavam-se já umas quatorze ou quinze povoações nessas capitanias, de muitas das quais já se iam exportando para o reino vários produtos, como açúcar, algodão, tabaco, infinidade de matérias extrativas e outros artigos do país.

Começavam a estabelecer relações entre as diversas capitanias, amparando-se o protegendo-se entre si os donatários. Defendia-se resolutamente a terra contra os especuladores que varejavam o litoral. Tôdas as povoações tinham já, cada qual, o seu forte e competente guarnição. Em quase todos os portos havia pequenas forjas e estaleiros, onde se consertavam navios, e até se construíram embarcações para os serviços da costa. As relações com a metrópole já se faziam mais freqüentes, por esforços dos próprios colonos, mediante contratos com armadores particulares.

Em suma, os donatários tinham revelado o Brasil, mostrando que êle não era mais o país inóspito e tremendo dos primeiros dias. Haviam desfeito os mistérios e as lendas. Tinham aberto caminho aos obreiros futuros, e desembaraçado a terra para a ação da autoridade oficial.

Isolado num único ponto da costa, no meio de seiscentas léguas desertas, não seria Tomé de Sousa, com a sua pequena expedição, capaz de resistir aos selvagens, estimulados e dirigidos pelos franceses.

Aos donatários tocou, portanto, a obra menos gloriosa, é certo, mas a tarefa mais árdua, sem a qual não se haveria preparado o país para a organização administrativa que se vai seguir.

Além de tudo quanto desde muito impressionava o espírito da côrte, dois fatos iam agora apressar a deliberação que se tomou; o desastre de Francisco Pereira Coutinho, e o cruzeiro ostensivo que os contrabandistas franceses mantinham nos mares da costa, entre a ilha de São Sebastião e o Cabo Frio. Sobretudo êste último perigo denunciava cabalmente a incapacidade dos donatários para prover com eficácia à guarda da costa.

Tão desafrontados e arrogantes tornaram-se afinal os franceses que as vilas de São Vicente e do Pôrto de Santos se viram reduzidas a uma conjuntura aflitiva, ameaçadas até de bloqueio formal por aquêles aventureiros.

Não era possível, pois, retardar-se uma providência decisiva para salvar o Brasil.

2. A criação de um Govêrno Geral para a colônia correspondia, portanto, à necessidade que se andava sentindo, e tinha por fim: — uniformizar a administração de todo o país; — corrigir o arbítrio dos capitães-donatários, e os desmandos e abusos praticados contra o gentio; — regular as relações entre as diversas capitanias, submetendo os donatários a uma autoridade superior tendo sede no próprio país; — tornar efetiva a guarda da costa perseguindo os contrabandistas; — amparar os donatários contra insurreições de índios, e contra assaltos de piratas e corsários e investidas de intrusos; — instituir justiças menos ilusórias, que pusessem mais ordem na vida das colônias; — reprimir abusos do fisco, e salvaguardar os interêsses da real fazenda; — ativar a conquista e o povoamento; em suma — organizar a ordem política no domínio.

Para isso era necessário alterar alguma coisa no regime das donatarias, derrogando muitas das amplas jurisdições e privilégios que se haviam concedido aos capitães.

Fizeram-se essas reformas nos próprios regimentos dados em 1548 a Tomé de Sousa, como Governador Geral; a Antônio Cardoso de Barros, como Provedor-Mor da Fazenda; e a Pêro Borges, como Ouvidor Geral.

A julgar por êsses regimentos, o intuito do govêrno português é, por enquanto, ensaiar a colonização oficial, e fazer diretamente um serviço que se tornasse como norma para os donatários.

O Governador Geral vem "fundar uma fortaleza e povoação grandes na Bahia, de onde se possa dar favor e ajuda às demais povoações, e prover nas coisas da justiça, direitos das partes e negócios da real fazenda".

O regimentos de 1548 mal delineiam o regime novo, que só com o tempo se foi integrando; mas é bastante ver que por êles aqui se constituía uma como delegação da soberania real para todo o país; que se punha a justiça fora da alçada exclusiva dos capitães; que se continham os arbítrios do

fisco, pondo os respectivos agentes nas capitanias, e os próprios donatários, sob a superintendência e inspeção de um Provedor-Mor.

Para assento do Govêrno Geral escolheu-se a Bahia, por ser o ponto da costa, de onde, em virtude da respectiva posição geográfica, mais fàcilmente se poderia acudir às diversas capitanias. O desastre de Coutinho facilitou a reversão da donataria à coroa, mediante acôrdo com o sucessor do malogrado donatário.

3. Era Tomé de Sousa, a quem se confiara a alta função de instalar o Govêrno Geral, um homem notável pelas suas qualidades. Tinha servido na Asia, a grande escola daqueles tempos; e dando provas de discernimento, prudência, valor e tino político, e sobretudo de caráter forte. Além disso, era homem religioso e de costumes irrepreensíveis.

A sua austeridade vinha quebrar logo as tradições daquela anarquia moral em que andavam vivendo quase tôdas as colônias.

Ao lado de Tomé de Sousa vieram homens que pareciam da mesma estofa. As três autoridades superiores (Governador, Ouvidor Geral e Provedor Mor) eram independentes, ou pelo menos tinham atribuições discriminadas e próprias; mas deviam andar de acôrdo, formando um como conselho do govêrno.

Investido do comando militar, como capitão-mor da costa, vinha Pêro de Góis, o qual talvez não se tivesse ainda desenganado da sua paixão pela terra, apesar da desfortuna com que tentara colonizar a sua donataria (São Tomé ou Paraíba do Sul).

Vinham também outros funcionários subalternos, muitos oficiais e mestres de obras; uns 200 homens de tropa regular, uns 300 colonos de contrato, e 400 degradados, formando um total de mais de 1 000 homens.

Tendo saído de Lisboa em princípio de fevereiro, veio a expedição chegar à Bahia pelos fins de março.

Dizem antigos cronistas que viera logo Diogo Álvares ao encontro dos portuguêses assim que fundeara a esquadrilha, um pouco antes de defrontar com a antiga povoação de Coutinho. Sabe-se que já havia Diogo recebido aviso da vinda do Governador; e é natural que se prevenisse para um recepção condigna.

Informado, pois, da situação da colônia e da atitude dos selvagens, combinou Tomé de Sousa com o patriarca êxule o modo como convinha entrar no país. Reuniu e pôs em ordem o Governador os homens de guerra que trazia, e da praia marchou em forma para a Vila Velha, indo na frente os padres (jesuítas e seculares que acompanhavam a expedição) conduzindo uma grande cruz de madeira.

Dizem que a solenidade do préstito, e os cânticos com que se maravilhavam os índios, comoveram até às lágrimas os próprios portuguêses.

Da praia marchou a gente em ordem até o antigo arraial de Diogo Álvares, onde se foram todos instalando.

Viu logo Tomé de Sousa que o da Vila Velha não era o local mais próprio para fundação da cidade, e cuidou de escolher uma paragem mais adequada. Depois de explorar o Recôncavo, convenceu-se de que ali não havia sítio a preferir. Um pouco para o norte da Vila Velha, alteia-se a terra em anfiteatro, da praia até uma larga chapada, coberta, então, de arvoredo. Ali resolveu-se fundar a capital do domínio.

4. Desbravado o terreno, levantou-se-lhe em tôrno uma cêrca de pausa-pique. Dentro dêsse perímetro, delineou-se o plano da cidade, traçando-se ruas e praças, assinalando-se locais para os diferentes edifícios públicos, e começando-se logo as construções provisórias.

Com admirável disposição, tôda a gente se entregou ao trabalho, desde o próprio Governador e os padres, até as mulheres e as crianças, e sobretudo os índios.

Feitas as primeiras casas, onde se puderam recolher provisòriamente as famílias e as autoridades, cuidou-se de substituir a cêrca de madeira, que defendia a povoação, por uma alta e grossa muralha de taipa, "com dois baluartes sôbre o mar e quatro para parte da terra, com artilharia e o mais necessário".

Dentro de dois meses, estava quase tôda a gente que viera com o Governador instalada naquele alto, que se guarnecia agora de muros. Em Vila Velha, no entanto, ficavam sempre alguns já relacionados com o pessoal de Diogo Álvares. E até fêz Tomé de Sousa questão de não abandonar aquêle pôsto, que serviria ali de nexo entre a barbaria e a civilização que se assenta.

Em pouco tempo transformara-se inteiramente aquela estância, a nova povoação surgira, como por encanto, do meio daqueles esplendores da terra.

Acabada a construção da casa da Câmara e da igreja Matriz, resolveu o Governador fazer com tôda pompa a instalação da cidade.

Pela manhã de 1.º de novembro (1549), acompanhado dos seus oficiais e de tôdas as autoridades, e de multidão de povo, dirigiu-se Tomé de Sousa para a igreja de N. S. da Ajuda, onde se celebrou missa do Espírito Santo. Foi em seguida ao paço do senado; e ali, depois de declarar ereta a nova cidade sob o nome de do Salvador, em presença do clero, nobreza e povo, prestou juramento e assumiu o cargo de Governador Geral do Brasil, tomando por sua vez o compromisso das outras autoridades e demais funcionários, e recebendo as homenagens que lhe eram devidas.

5. Fundada a cidade, prosseguiu Tomé de Sousa na sua tarefa, organizando primeiro a vida municipal, dividindo e discriminando a competên-

cia das diversas autoridades. Fixou o têrmo do município, demarcando-lhe seis léguas para cada lado. Formou-se o conselho ou câmara de vereadores, escolhendo-se pessoal idôneo entre os "homens bons" da terra, e provendo-se os vários cargos da administração.

Constituído o govêrno local, e arregimentados todos os serviços, começou-se a distribuição de terras aos colonos, nas mesmas condições em que o faziam já os donatários.

Ao mesmo tempo que distribuía terras e animava os lavradores, ia o Governador mandando abrir estradas e caminhos em tôda parte do distrito onde não era possível a navegação. Nas vizinhanças da cidade, e até fora, para o sertão, restauraram-se muitos engenhos que estavam abandonados, e fundaram-se outros, tomando rápido incremento a indústria rural.

A viação costeira e fluvial tinha de ser o mais poderoso instrumento do progresso da colônia; e para impulsioná-la, começou-se por montar um grande estaleiro, onde logo se armaram pequenas embarcações para o tráfico interno da vasta baía e dos rios que nela confluem, e depois, galeões, bergantins e barcas para o serviço de cabotagem. Deu isto como resultado imediato o povoamento de todo o litoral do Recôncavo.

Para estabelecer em grande escala a criação, empregou o governador uma caravela só no transporte de gado das ilhas, para onde em troca já se mandava madeira. E' êle próprio que diz ao rei que o gado vacum é "a maior nobreza e fartura que pode haver nestas partes".

Não podia, pois, ter tido mais auspicioso início a colônia destinada a ser sede do Govêrno Geral.

6. Mas a missão de Tomé de Sousa era muito mais vasta que a de simples fundador da cidade. O que vinha êle fazer era principalmente instituir a administração geral, pôr em ordem as diversas capitanias, instalar em tôdas elas a justiça do rei, proteger o esfôrço dos donatários, regularizar as coisas da fazenda.

Com semelhante intuito, assim que se encaminharam as obras da cidade, o seu primeiro cuidado foi mandar o Ouvidor Geral e o Provedor-Mor em visita às capitanias do Sul, onde mais se fazia sentir a necessidade de corretivo e de amparo oficial.

Para isso organizou-se uma flotilha de duas caravelas e um bergantim, sob o comando do próprio capitão da costa, Pêro de Góis.

Estas autoridades visitaram tôdas as vilas marítimas das várias capitanias, tomando as medidas indispensáveis para que se regularizassem todos os serviços, e tendo ensejo de reprimir a audácia de traficantes franceses em algumas baías.

O grande proveito que se colheu desta visita foi exatamente êsse de verificar-se até que ponto se haviam os franceses adiantado na invasão desta

parte da costa, ameaçando de graves perigos as colônias portuguêsas. Principalmente Pêro de Góis, pelo dever do seu pôsto, não cessou mais de clamar, escrevendo contìnuamente para a côrte, e insistindo junto do Governador Geral por urgente ação decisiva contra os intrusos.

Não dispunha, no entanto, Tomé de Sousa de recursos com que pudesse assumir ofensiva de proveito. Em tal conjuntura, o mais que cumpria era ir simulando rigor de vigilância com o fim de desassombrar a navegação para o sul. Na impossibilidade de manter um cruzeiro regular na costa, limitou-se êle, de concêrto com o capitão do mar, a desimpedir o trânsito até São Vicente fazendo seguir de quando em quando para ali a pequena e quase desmantelada flotilha, e mandando escoltar as embarcações mercantes. Dêsse modo, ao menos, embargava-se o desplante e arrogância dos especuladores.

7. Achando-se tudo em boa ordem na Bahia, e em geral normalizada a administração, teve tempo o Governador de fazer, êle próprio, uma visita às capitanias do Sul. Acompanhado de seus oficiais e outros funcionários, saiu por princípios de 1553, e veio fazendo estação em tôdas as vilas, apreciando tudo por si mesmo, e atendendo aos reclamos dos capitães e dos povos, principalmente quanto à ordem local e às condições de defesa.

Em São Vicente foi recebido com muitas festas. As coisas da terra iam regularmente. Só as complicações com os índios é que andavam cada vez mais perturbando a vida dos colonos. Teve, portanto, de melhorar as condições de defesa, fazendo reparar os antigos fortes, e construir outros, e aumentando a guarnição das duas vilas.

A instância de João Ramalho, foi o Governador até Piratininga. Ali encontrou muitas queixas contra aventureiros, mesmo portuguêses, que tinham invadido o campo em grande ânsia de lucros. Os mais afoitos embrenhavam-se pelos sertões, indo até o Paraguai negociar. Chegou a tal ponto êste comércio com Assunção pelo interior, que o próprio Tomé de Sousa se alarmou, e entendeu conveniente impedir tais comunicações.

Concluída a visita, apressou-se o Governador a voltar para a Bahia, onde a sua ausência já se fazia sentir. A incontinência dos colonos ia gerando colições com os selvagens; e o que ocorria dava-lhe uma impressão bem funda do modo como se há de levar na América o problema do povoamento.

Havendo apanhado em síntese o que se passa ali e nas demais capitanias, as necessidades de que mais se ressentem tôdas, os erros que era mais urgente corrigir, as providências mais instantemente reclamadas, não perdeu tempo em longos relatórios: formulou concisa e nìtidamente o seu modo de ver, escreveu ao rei expondo tudo com franqueza, e expediu imediatamente para o reino o homem de mais confiança entre os seus auxi-

liares, o próprio capitão-mor da costa, a dar em pessoa e de viva voz tôdas as informações que pudessem orientar o govêrno de Lisboa.

A chegada de Pêro de Góis à côrte causou a mais viva satisfação, pela certeza que se teve de que se havia fundado enfim a obra da colonização, e com tanta fortuna que já se podiam considerar como renascentes, nesta porção dos vastos domínios da monarquia, aquela antiga coragem e aquela esperança que começavam a desfalecer na Africa e na Asia.

Agora, na América portuguêsa, tudo dependia de continuar com segurança a obra iniciada. Para isso é preciso, antes de tudo, que no Govêrno Geral se ponham sempre homens que se meçam pela estatura daquele que acaba de cumprir conscienciosamente o seu heróico dever.

QUESTÕES CONEXAS: — *Vila Velha. — A capela da Graça. — Santo André da Borda do Campo. — Relações dos colonos de São Vicente com os espanhóis do Paraguai.*

A CATEQUESE DOS SELVAGENS

1. O das relações dos adventícios com os indígenas era o problema capital e de solução mais difícil para os colonizadores. Ou tinham de eliminar ou excluir as populações que encontravam aqui, como fêz lá no norte o anglo-saxão; ou haviam de associar-se a elas. Como excluir ou eliminar sem sacrilégio, e sem criar para o futuro, no primeiro caso, problema ainda mais grave? E como fazer a aliança de duas raças em uma disparidade de cultura tão profunda e tão extensa?

Eis aí em que condições se apresentava para nós o problema.

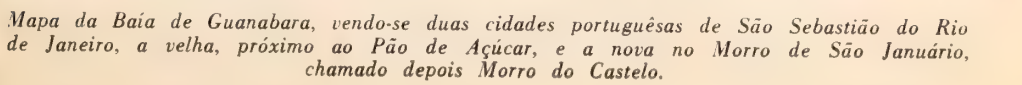
Pondo de lado o processo do inglês nos Estados Unidos, cumpria-nos encarar a questão pela outra face: isto é, tínhamos de aceitar a solução pela aliança.

Mas em que condições se tornaria possível essa aliança?

Não havia escolha possível: teríamos de submeter a raça inferior a um noviciado de subalternidade. E isso fizemos tanto em relação ao índio como em relação ao africano.

E' êste o processo histórico, e o único legítimo, mesmo depois do Cristianismo.

Aqui só poderíamos entrar sacrificando, e dispostos pela nossa parte a sacrifícios: — fortes, não apenas pela fôrça, mas pela nova consciência com que tínhamos de dirigir esta corrente de povos, trazendo para aqui

Mapa da Baía de Guanabara, vendo-se duas cidades portuguêsas de São Sebastião do Rio de Janeiro, a velha, próximo ao Pão de Açúcar, e a nova no Morro de São Januário, chamado depois Morro do Castelo.

Padre Manuel da Nóbrega, fundador de São Paulo.

o grande signo a cujo influxo deve o espírito da civilização européia a sua unidade.

O nosso êrro inicial consistiu mesmo em têrmos ensaiado desapercebidamente a colonização. Durante aquêles dezesseis ou dezoito anos de pleno regime das donatárias, nem teve o colono o derivativo moral do culto externo. Tornou-se por isso medonha a relaxação do sentimento religioso. E' preciso mesmo atribuir, em grande parte, à falta de semelhante concurso, o insucesso dos donatários. Alguns seculares que vinham com os capitães, quase todos, em pouco tempo aqui esqueciam o sacerdócio para cair na insânia em que se agitava todo o mundo.

Os poucos frades, que raramente apareciam, muito pouco se dedicavam à catequese naqueles primeiros tempos; e ainda depois, alguns preferiam o retiro dos claustros às penosas vicissitudes do sertão.

Era preciso contar, pois, com um zêlo apostólico incomparável, que excedesse a tudo quanto até ali se poderia esperar da abnegação e da caridade de criaturas humanas.

E' felizmente nestas condições que, ao lado do poder político, vem entrar em cena, no drama da conquista, a figura do missionário.

Uma fortuna ainda maior para a América foi esta de haver coincidido, com os primeiros esforços do europeu na obra colonial, a instituição da célebre Ordem Religiosa que tanto abalou o mundo.

2. Os prodígios operados na Asia pelo padre Francisco Xavier inspiraram a D. João II a idéia de recorrer ao influxo miraculoso dos padres na obra que se ia empreender.

Com o primeiro Governador Geral vieram logo seis jesuítas trazendo como superior o padre Manuel da Nóbrega. Os outros eram Leonardo Nunes, João de Aspilcueta Navarro e Antônio Pires, e dois irmãos. De entrada na Bahia, cuidaram antes de tudo de construir a igreja matriz (N. S. da Ajuda) e a casa da Companhia. Depois (quando a igreja e a casa passaram a servir de catedral e de palácio dos bispos) edificaram nova casa e ermida numa colina das vizinhanças (Monte Calvário), já no meio da barbaria.

Começaram por aprender a língua do gentio; e em poucos meses já a falavam tão bem como o português. O padre Navarro principalmente prègava com tal desembaraço que aos próprios índios fazia maravilha.

E desde os primeiros tempos foram, no entusiasmo da sua temeridade, metendo-se pelas aldeias, acariciando as crianças, fazendo brindes às mulheres, agradando aos velhos, socorrendo os enfermos, mostrando-se com todos invariàvelmente afetuosos e leais, de modo a desmentir a fama de refalsados que os colonos tinham feito.

O uso mais difícil de vencer e extirpar foi aquela hediondez dos sacrifícios humanos. Os padres, no seu fervor, deixam-se arrebatar, e atiram-se clamantes contra a torpeza, invadindo a arena daquelas lúgubres cerimônias, e com tanta estúrdia que os próprios bárbaros se espantam.

E' evidente que só a loucura daquele zêlo inverossímil é que explicaria tal imprudência: não seria possível que de um momento para outro, sem tocar-lhe antes a alma, se conseguisse mudar o moral daquela gente.

E foi assim que logo o primeiro encontro daquela piedade incendida com a usança abominável foi um susto e um revés de que os padres só escaparam com vida como por milagre. Ouviram êles um dia, nas imediações do Monte Calvário, um sinistro alarido, vindo das bandas de um terreiro, e tudo compreenderam. Depois de alguma vacilação, deliberaram expor-se à morte, e barafustando pela taba, vão arrebatar das mãos das velhas, quase no ato de espostejá-lo, o cadáver da vítima para dar-lhe sepultura. Fizeram isto com tal império e violência que os selvagens, atônitos, não tiveram tempo de suspender-lhes os braços.

Mas as velhas, como uns abutres, incitam os guerreiros da tribo; e êstes, passado o assombro, pungidos de horror, vão atacar a casa dos padres. Êstes mal puderam refugiar-se na cidade.

Resolvem, no entanto, abandonar o Monte Calvário, e dão comêço à fundação do seu grande Colégio dentro dos muros.

Não demorou, porém, que os índios fôssem procurá-los.

3. Estava iniciado o serviço na Bahia; mas já se pensava em outras colônias, de onde se reclama a assistência dos missionários.

Mesmo antes que chegassem da Europa novos padres, como daqui pedia o superior, foi Nóbrega distribuindo aquêles poucos por outras capitanias.

Leonardo Nunes, que estava já em Ilhéus, foi com Diogo Jácome para São Vicente. O próprio Nóbrega foi em visita a Pôrto Seguro. Antônio Pires e Navarro ficaram na Bahia.

A chegada de Leonardo Nunes a São Vicente causou alvorôço geral sendo êle recebido "como homem vindo do Céu para remédio da terra"...

Construiu-se logo na vila uma casa e igreja, onde se começou a educar meninos indígenas. Alguns homens importantes da colônia chegaram a filiar-se à Companhia; entre êles, Pêro Correia, que depois de ter sido famoso caçador de índios, se fêz apóstolo incansável da fé, e acabou como o outro: em martírio.

O que mais comovia e espantava os colonos era a coragem com que Leonardo Nunes e os seus afrontavam os maiores perigos por amor ao seu semelhante. Um dia, a população das duas vilas, consternada e aflitíssima, procura o padre Leonardo, dizendo-lhe que os índios acabavam de

arrebatar de uma roça algumas mulheres de portuguêses, cuja sorte corria grande risco, se é que já não tivessem sido mortas.

Sem um instante de hesitação parte o missionário, levando consigo Pêro Correia, para Ubatuba, e dentro de alguns dias voltavam com as mulheres!

Assim que pôde ser dispensado em São Vicente, foi Diogo Jácome para Vitória do Espírito Santo, onde iniciou a catequese.

O padre Nóbrega teve de voltar logo para a Bahia, deixando em Pôrto Seguro o irmão Vicente Rodrigues. Êste ali prestou os maiores serviços com grande proveito do gentio e da colônia.

Na Bahia foi o superior encontrar as maravilhas que andavam fazendo Antônio Pires e Navarro; êste, principalmente, que todos tinham como alma da Companhia, "homem legião", que não faltava em parte alguma, nem a nenhum serviço.

Em 1550, haviam chegado à Bahia, além de alguns irmãos leigos, mais quatro padres: Manuel de Paiva, Salvador Rodrigues, Afonso Brás e Francisco Pires.

O padre Nóbrega, nomeado vice-provincial da Ordem no Brasil, animou-se agora a tomar uma medida que a situação da colônia estava aconselhando. Desde princípio, sentira êle que os portuguêses não precisavam menos de cuidados que os selvagens. Sem refrear mesmo e corrigir primeiro os colonos, nada se poderia fazer com proveito pelo gentio.

Formou, pois, o vice-provincial, com os seus soldados, dois esquadrões: enquanto uns se ocupassem dos índios, outros cuidariam principalmente de moralizar a colônia.

4. Feita a combinação, escalaram-se de novo os padres para os núcleos de doutrinação que já estavam criados, e para pontos onde se deviam criar novos.

O próprio Nóbrega, com Antônio Pires, vai, por meados de 1551, para Pernambuco, de onde o donatário desde muito lhe fazia reclamos.

Lá mesmo encontraram os missionários os males reinantes em tôdas as capitanias: os colonos "mais necessitados de religião e moral do que os bárbaros".

Nas expansões com que o gentio os recebia viram ainda os visitantes mais uma prova de que primeiro que tudo era preciso "evangelizar os portuguêses". E ali, em Pernambuco, era tal a excelente disposição de ânimo dos selvagens, que o Padre Nóbrega concebeu um meio prático de adiantar a conversão: como nenhum dos dois padres sabia ainda a língua dos naturais, escolheram-se, entre os de aparência mais inteligentes, cem rapazes, aos quais, por intérpretes, se ensinou a doutrina, para que êstes em seguida a transmitissem aos demais.

Esta medida deu os melhores resultados; e a missão de Pernambuco tornou-se logo das mais florescentes.

Em 1552, veio o primeiro bispo D. Pêro Fernandes Sardinha; e conquanto não tivesse vindo com êle nenhum missionário, em todo o caso a instalação da diocesse teve grande influência entre os colonos, e facilitou o trabalho dos catequistas, libertando-os, em parte, das funções comuns do culto.

Voltando de Pernambuco, aproveitou o padre Nóbrega o ensejo de visitar as missões do Sul, em companhia do Governador Geral, como já vimos em outra lição.

Pelo que viu em tôda parte, e sobretudo em São Vicente, convenceu-se o vice-provincial de que, em convívio com os europeus, não seria possível uma obra de catequese regular.

Pensou mesmo, de concêrto com os seus, em afastar-se para o sertão, onde, isoladas de povoações portuguêsas, pudesse instalar as suas *reduções*. E só não fêz isso porque Tomé de Sousa se opôs com fortes razões a semelhante plano.

Tendo de resignar-se a agir nas condições que lhe permitiam, visitou Nóbrega o planalto, onde deu princípio à casa de Piratininga, com grande alegria de numerosas tribos lá do campo.

Por meados de 1553, com o segundo Governador Geral, chegavam à Bahia mais seis jesuítas: os padres Luís da Grã e Brás Lourenço, e os irmãos João Gonçalves, Antônio Blasques, Gregório Serrão e José de Anchieta.

Em 1554, achavam-se na província do Brasil, que se criara, vinte e seis religiosos da Companhia de Jesus, assim distribuídos: 13 em Piratininga; 5 em São Vicente; 4 na Bahia; 2 em Pôrto Seguro; e 2 em Espírito Santo (sem contar grande número de noviços).

Tinham, pois, os padres, entrado assim por estas partes da América, instituindo como um vasto problema de civilização cristã, e tomando-o afoitando a si, a causa da raça desventurada.

5. E' realmente para admirar-se aquela grandeza moral com que uns quantos homens, num momento de aflições para a consciência do mundo, vinham aqui assumir com tanta coragem a função de resgatar à barbaria tôda uma família humana que andava perdida.

O que hoje mais espanta, tratando-se daqueles tempos, nem é mesmo a dedicação sem limites do jesuíta ao encontrar-se com as misérias e desgraças da gentilidade: o que mais impressiona e espanta é ver como se igualavam e se uniam aquêles homens, com tal espontaneidade de coração, com espírito sempre tão íntegro e tão perfeito da obra sagrada — que todos pareciam corpos de uma só alma.

De sorte que o primeiro impulso que se sente ao tratar de tais criaturas é o de dizer de todos êles abstratamente, porque, na verdade, não há muito que dizer de um que não estivesse um pouco em todos.

O mais humilde dos noviços tinha já uma visão tão serena da causa, e sabia ser herói com tanta humildade no seu ofício, que os próprios mestres se mostravam maravilhados.

Estamos, portanto, em presença de homens que poderiam ser perfeitamente representados por qualquer dêles que tomássemos a êsmo.

Houve, porém, no Brasil, um dêsses apóstolos que se fêz mais conhecido pela sua grande legenda; e é natural que em algumas linhas o destaquemos nesta lição.

Veio José de Anchieta para o Brasil (em 1553) como escolástico, e tendo apenas dezenove anos de idade, pois nascera em Tenerife (Canárias) em 1534. Tinha estado no colégio dos jesuítas em Coimbra; e ali estudava com grande proveito quando, por motivo de saúde, teve de vir para a América, chegando à Bahia a 13 de julho, com o padre Luís de Grã e outros.

Por fins de 1553 viera para São Vicente, onde o padre Manuel da Nóbrega o recebeu com muito carinho, e com verdadeiras efusões de alma, "pela notícia que já tinha de sua virtude e grandes partes".

Em Piratininga, para onde logo subira, estêve algum tempo, sempre em funções de magistério, sem prejuízo do que lhe cumpria na doutrinação e no estudo do tupi.

Compôs durante êsse tempo grande número de hinos e canções sagradas para os meninos índios, assim como historietas e contos bíblicos, com que muito se edificavam e instruíam os neófitos.

E dali em diante, até 1597, quando falece, não teve mais um dia de descanso êste homem extraordinário, vivendo de aldeia em aldeia a amparar o bárbaro, e acudindo a tôda parte a proteger os colonos e a defender a terra.

6. Em 1554 funda-se, no meio dos campos de serra acima, na capitania de São Vicente, o grande Colégio de São Paulo, que se tornou o centro de todo o movimento de catequese no sul.

As casas de São Vicente e de Piratininga já não eram suficientes para a afluência de catecúmenos; e com o número de obreiros ampliavam-se os horizontes da missão.

Logo que foi criada a província do Brasil, o padre Nóbrega, nomeado provincial, resolveu centralizar no planalto a obra que se iniciara com tanta fortuna.

Para isso designou como superior da missão de Piratininga o padre Manuel de Paiva.

Levando consigo os companheiros que podiam ser dispensados na marinha, foi o padre Paiva ao campo estudar a situação que mais conviesse ao novo estabelecimento.

Conforme o sistema que desejariam seguir sempre, não quiseram os padres ficar em nenhuma das aldeias onde já se trabalhava, e muito menos na vila de Santo André. Preferiram uma paragem nova, onde pudessem instituir uma ordem radicalmente sua, livre de usanças ou abusos que custaria eliminar em grêmios já feitos, quer exclusivos de selvagens, quer de portuguêses e mamelucos, e principalmente dêstes.

Descobriram logo e assinalaram uma estância magnífica, no alto de ampla colina, entre o rio Tamanduateí e o ribeiro Anhangabaú, distante umas três léguas da vila de João Ramalho, e meia légua da aldeia de Piratininga.

Fácil foi aos padres atrair para ali os dois grandes chefes, cuja fidelidade inabalável e cujo valor lhes deviam ser naquelas obras tão úteis. Tanto Caiubi como Tibiriça não hesitaram em despedir-se das velhas tendas, e foram, com seus parentes e amigos, estabelecer-se no lugar escolhido pelos padres.

Ali começaram êstes pela construção de uma capela de *taipa de mão*; e em volta desta, algumas casinhas cobertas de palha.

A inauguração do novo assento foi celebrada com solenidade tocante, dizendo-se a primeira missa naquela tôsca ermida, aproveitando-se para isso um dos mais gloriosos dias da história cristã — o da conversão de São Paulo (25 de janeiro). Dessa circunstância proveio o dar-se ao novo colégio o nome do grande Apóstolo das Gentes.

7. Dolorosos foram os primeiros dias daquele núcleo, isolado no meio dos campos, em luta com a carência quase completa de recursos.

Os próprios padres incumbiam-se de todos os serviços, como sempre costumavam. Os índios eram solícitos em auxiliá-los nos trabalhos mais rudes e penosos; mas êles não se dispensavam de dar exemplo a todos, sendo sempre os mais esforçados, tanto nas obras de construção, como nos misteres da casa. Eram êles mesmos, os cozinheiros, os criados e enfermeiros uns dos outros, tomando cada qual a sua tarefa, e sem nunca sacrificar a função sagrada que todos tinham. Enquanto uns granjeavam a vida, plantando hortas e pomares, e colhendo frutas e ervas nos bosques, iam outros fazendo prédicas, e dando lições às crianças que se agremiavam.

Em tôrno do colégio estabeleceram-se numerosas famílias indígenas, construindo as suas habitações, já em certa ordem; de modo que em poucos meses estava ali improvisada uma povoação, que não tinha ainda o aspecto de uma cidade européia, mas que andava longe de uma simples aldeia de

selvagens. As casas, cobertas de sapé e cercadas de ripas, já se alinhavam, formando ruas e praças, aplanadas convenientemente.

Tiveram os missionários a feliz idéia de confiar aos próprios índios agremiados à proteção do aldeamento. Para isso instalaram-se, como capitães de vigia, alguns principais nos pontos onde podiam ter mais fácil acesso os agressores. E, à medida que iam afluindo famílias do sertão, iam fixando-se pelas imediações, como linhas exteriores de defesa.

Nem assim conseguiram evitar provocações, e até investidas formais dos mamelucos de Santo André.

Esta situação só veio a remediar-se, até certo ponto, quando Mem de Sá, em 1560, dirimiu a competição em que andavam as duas povoações do *campo*, ordenando que de Santo André se removesse o pelourinho para São Paulo.

QUESTÕES CONEXAS: — *A legenda de Anchieta. — Outras Ordens religiosas no Brasil. — Criação do primeiro Bispado do Brasil.*

INVASÃO DA GUANABARA PELOS FRANCESES

1. Em 1553 (a 13 de julho) chegava à Bahia o novo Governador D. Duarte da Costa, assumindo o govêrno no mesmo dia.

Vem êste homem quebrar, logo de entrada, as praxes e tradições do modesto e criterioso Tomé de Sousa. Começou fazendo administração sua exclusiva, dispensando até o concurso dos próprios auxiliares oficiais que o rei lhe punha ao lado. Por um falso sentimento de independência, ou, então, prevenido contra todos, a ninguém ouvia, nem consultava, mesmo sôbre coisas peculiares da terra, ou sôbre casos de importância excepcional para a população.

O que aconteceu é que se viu logo isolado, e que, fora do seu gabinete nada sabia do que se passava, nem do que convinha corrigir ou remediar, às vêzes na própria cidade.

Teve ainda D. Duarte da Costa a má fortuna de encontrar em algumas capitanias os selvagens em atitude agressiva contra os colonos. Na capital mesmo teve êle de consumir o melhor dos seus cuidados na guerra formal ao bárbaro insurgido. Por mais de uma vez chegaram os índios a ameaçar de assalto a cidade.

Quase que se pode dizer que o período inteiro do seu govêrno passou D. Duarte da Costa em complicações dessa natureza, que lhe não deixavam sossêgo para preocupações de outra ordem.

Além de tudo isso, vêm ainda os dissídios entre o Governador e o Bispo aumentar os desconcertos em que estêve a terra durante esta administração. Tomara o prelado uma atitude, parece que mais de intolerância que de zêlo, contra um filho do Governador, ainda môço, e solteiro, que decerto não seria um modêlo de compostura numa terra onde os costumes andavam muito longe de ser austeros...

Não se pode crer, no entanto, que D. Alvaro da Costa fôsse um malandro desmandado, pois além de haver já servido na Africa, ali mesmo na Bahia, no momento mesmo em que recrudescem aquelas rivalidades, toma êle o comando das poucas fôrças da guarnição, e revela o seu valor e tino militar na defesa da cidade.

Mais dois elementos temos para decidir entre as duas autoridades. Primeiro, o próprio D. Alvaro e o pai procuram humildemente o prelado, e com êle se reconciliam. Segundo, tanto o Bispo como o Governador se queixam um do outro e se acusam, em várias cartas que escrevem ao próprio rei; e o rei chamou o prelado à corte.

Já não se estranha, pois, que D. Duarte da Costa não tivesse tempo nem meios de impedir que os franceses entrassem na Guanabara, e muito menos para os expelir depois.

2. Conheciam muito bem os franceses a nossa baía e imediações desde muito; e não se sabe como é que só agora, ao cabo de mais de cinqüenta anos de abandono pelos portuguêses, é que se sentem instigados a ocupá-la com intento de fixação.

Nicolas Durand de Villegaignon já era um homem famoso por grandes façanhas na Europa quando concebeu o plano de vir ter na América o seu grande papel.

Parece que foi esta efetivamente a fagueira ilusão que lhe exaltou as esperanças num momento em que a sua estrêla periclitava lá no velho mundo.

Insinuam historiadores que o maior embaraço, que teve êle de vencer, consistiu em descobrir meios de ficar sem constrangimento entre o rei (católico) e o almirante Coligny (que se ainda não se havia declarado calvinista, já não dissimulava as suas inclinações pela seita).

Dão-nos alguns como realmente preocupado com a situação que se criava em França para os huguenotes; admitindo êstes, portanto, que o Cavaleiro de Malta já se sentisse comprometido com a ortodoxia católica, e quisesse sinceramente preparar fora da Europa um refúgio seguro para os cristãos livres; o que, de fato, seria um desígnio eminentemente humano numa época em que o fanatismo religioso tiranizava as almas.

Pensa, no entanto, Gaffarel que, precisando do apoio de Coligny (o poderoso ministro de Henrique II), fingiu-se Villegaignon inclinado a con-

verte-se, insinuou-se hàbilmente no espírito do almirante, "acariciando-o com a esperança de criar, no outro lado do Atlântico, um asilo para os seus consectários quando perseguidos na Europa".

E' evidente que êste juízo ultrajaria a memória de um homem que não fôsse o Villegaignon que se descobriu depois na América.

Seja como fôr, o que é certo que Coligny, muito contente, lhe ampara o projeto. Fala ao rei, mostrando-lhe as vantagens do cometimento para a própria coroa de França; e Henrique II autoriza a partida da expedição, fornecendo-se de tudo, navios, artilharia, munições, gente, até dinheiro, ao vice-almirante de Bretanha.

Formou-se a expedição, e — particularidade curiosa! — só de homens, tanto protestantes como católicos; e levantou ferros de Dieppe por meados de agôsto de 1555.

A viagem foi muito acidentada; e no dia 10 de novembro entrava enfim na Guanabara a esquadrilha, ao troar do canhão e com grande alegria da equipagem, desafogada daquela odisséia.

3. Havendo fundeado, cuidou primeiro Villegaignon de fazer explorar bem tôdas as paragens, reconhecendo os esteiros e recôncavos da imensa baía.

Enquanto isso, montava-se na ilha a que se deu o nome de *Ratier* (Laje, à entrada da barra) uma bateria de defesa. Viu-se logo o inconveniente das ressacas que desaconselhava a permanência naquela ilha, e removeram-se os canhões para outra, maior, e mais no seio da baía. E' ali, em Serigipe, que se vai formar o centro de resistência da posição.

A primeira medida que tomou o vice-almirante, assim que se estabeleceu naquela ilha, foi impedir tôdas as comunicações com a terra firme. A sua gente devia ficar ali fechada, na angústia daquele rochedo.

A ilha de Serigipe era, então, muito diferente da Villegaignon atual. Não teria de extensão mais que uns 14 000 metros. Deve ter hoje talvez mais que o dôbro de superfície. Para êsse acréscimo concorreu o arrasamento dos cômoros que ali havia quando chegaram os franceses.

Desembarcada tôda a gente, começaram-se os trabalhos de fortificação. Em poucos meses murou-se todo o contôrno da ilha. Sôbre a colina do centro levantou-se a tôrre principal, e junto dela a casa de residência para o chefe. E' pròpriamente a êste castelo que se deu o nome de *Coligny*. Nos dois outros das extremidades norte e sul construíram-se baluartes, guarnecidos de baterias.

Ao mesmo tempo contruíam-se habitações, casernas, armazéns, e tudo mais indispensável a uma praça de armas.

Mas a vida ali insulada, como queria Villegaignon é que não era possível. Quando tinham de fazer provisões, de lenha e de víveres, os encar-

regados dêsse serviço haviam de percorrer as *tabas* vizinhas para conseguir o que desejavam. Por sua parte, foram os tamoios entrando em francas relações com os hóspedes e prestando-lhes os melhores serviços.

Nem assim compreendeu o chefe obstinado quanto estava de absurdo naquele segregamento.

Vêm depois outros erros. Começaram a dar-se colisões com os índios, queixosos de violências e desabrimentos.

Está-se vendo em que teia de complicações anda em véspera de ver-se emaranhado aquêle chefe imprevidente e descuidoso. Entre os próprios franceses já lavra um certo descontentamento. Desde os primeiros dias, aliás, murmurava-se surdamente na ilha. Poucas semanas depois da chegada, já se denunciava uma conspiração do pessoal subalterno contra o vice-almirante e seus oficiais. O trama só se burlou por insídias da guarda escocesa, que cercava e protegia a pessoa de Villegaignon.

Por mais rigoroso que fôsse o castigo dos conjurados, dali por diante a disciplina só seria mantida pelo terror.

4. Não tardou que os índios fôssem correndo do litoral, alarmados com o que se passava na ilha.

A diserção geral para as florestas teve como conseqüência imediata a cessação do fornecimento de víveres, e a gente insulada vai caindo numa penúria que muito pouco tem de menos horrível que a fome.

Foram a tal extremo os embaraços de que se viram assediados aquêles míseros forasteiros que o próprio Villegaignon chegou a desanimar, sentindo que era insustentável a posição. Pensou, pelo que se presume, em escolher outro ponto da costa para onde se pudesse mudar a colônia com mais probabilidade de sucesso. Chegou mesmo a mandar duas expedições de reconhecimento, uma ao Cabo Frio, e outra para o sul; mas sem nenhum proveito.

E o homem, em vez de aperceber-se de que todos os contra-tempos ali só eram frutos do seu orgulho e inépcia, preferia acreditar que estaria melhor onde não estava... como se algures, no mundo, pudesse valer aquêle sistema de *colonizar*...

Assim que correra em França a notícia de que tão mal auspiciada emprêsa chegara a salvamento a uma terra da qual se contavam tantas maravilhas, reacendeu-se o entusiasmo dos armadores pelos grandes negócios que se faziam na América. E agora, procuravam, todos os traficantes, de preferência o pôrto do Rio de Janeiro, pela circunstância de já terem aqui as garantias de um pôsto militar sob a bandeira da França.

Começou assim a baía de Guanabara, alguns meses depois da instalação da colônia, a ser ainda mais freqüentada pelos franceses, e então francamente, com o desassombro e arrogância de quem pisa em terreno seu e seguro.

De tais expedições ia ficando por aqui muita gente, que não querendo deixar-se prender na ilha, preferia desgarrar-se por todo o litoral, de perfeito conluio com os índios. E com isto mais se desfalcava a guarnição do forte, dali fugindo quantos para isso encontrassem o primeiro ensejo.

Como alheado inteiramente do seu desígnio, isolando-se cada vez mais da sua gente, nada mais fazia Villegaignon que clamar para a França pedindo recursos, e para Genebra pedindo colonos. Por desfortuna, mais dos míseros que dêle, só lhe vieram afinal colonos.

A nova leva que veio agora é só de protestantes; e foram êstes escolhidos sob as vistas do próprio Calvino, e com o fim de salvar do desastre iminente a obra que com tanta esperança se lançara na América.

Em vez de melhorar com isso, tudo na ilha ainda se agrava. Quando, em março de 1557, dirigidos pelo venerável Dupont, aportaram na Guanabara os imigrantes genebrinos, já Villegaignon não era o protestante que saíra de França à procura de um refúgio para a consciência.

5. A expedição que chegara bem que poderia mudar as condições da colônia se outro lhe fôra o chefe. Trazia alguns reforços militares sob o comando de um certo Bois-le-Comte, sobrinho de Villegaignon. Vinham como colonos uns duzentos homens, entre fidalgos e artesãos, e quatorze apóstolos da Reforma, emissários diretos de Calvino.

Tôda esta gente de chegada se surpreende com o que encontra e mais ainda, dentro de pouco tempo, com as mudanças que vai ali operar a coragem dos ministros. Tais foram essas mudanças que os mais incrédulos, entre os que desde muito amargavam aquela vida, êsses mesmos, quiseram persuadir-se de que se transformava com efeito agora aquêle espírito.

Logo se viu, no entanto, que tudo aquilo não passava de pura ilusão. Não demorou que entre Villegaignon (e uns quantos católicos) e os ministros protestantes, se fôssem travando, sôbre pontos de fé, irritantes discussões que logo degeneraram em discórdia aberta.

Além dêsses grandes motivos de desânimo, sobretudo para a gente que viera com Dupont, ainda a crueldade, com que a todos se impunham as mais penívels tarefas naquele presídio, acabava por matar nos pobres corações tôda a esperança com que tinham vindo.

Sentindo o que se passa em volta da sua pessoa, perde Villegaignon de todo a cabeça, e desanda de uma vez para os excessos de tirania que estavam muito na sua índole.

Espantados ante a versatilidade, a desconcertante inconstância e perfídia de tal homem, procuram os historiadores explicar o que se lhe passava na alma danada. Falava-se, no tempo, que o cardeal de Lorena (Carlos de Guise) e outras notabilidades do partido católico em França, lhe haviam escrito, censurando-lhe acremente a apostasia e que, receoso da arguição, mudara êle sùbitamente de pensar.

Seja isto ou não verdade, o que se sabe é que o homem se tornou tenebroso e sinistro, "como se tivesse na consciência um verdugo a pungi-lo". O que se infere, em suma, dos documentos, e da própria conduta de Villegaignon na América, é que o homem nunca deixou de ser católico; que em França se disfarçou quanto pôde, só para criar um grande motivo que tornasse popular e patriótico o empreendimento planeado; que na ilha de *Coligny* continuou por algum tempo a comédia; e que, assim que sentiu como Henrique II tomava interêsse pela obra, e que já não era mais preciso parecer protestante, entendeu que não havia mais necessidade de contrafazer-se.

6. Tendo tocado ao extremo a situação no presídio, declaram formalmente os calvinistas que permanecem fiéis aos sentimentos com que saíram de Genebra, e que se desligam de quaisquer compromissos com o chefe desmandado.

Compreendeu então êste que não era mais possível continuar aquela farsa. Está reduzido a confiar só naquela guarda temerosa. Dentre os huguenotes ninguém mais trabalha no forte. Os outros, menos lhe obedecem do que lhe temem a cólera tremenda.

Em transe tão excepcional, cai o homem numa verdadeira obsessão de insânia. Fecha-se na sua câmara como numa jaula, e dali expede os seus decretos e sentenças.

Por fim, teve de consentir que os calvinistas voltassem para a Europa, mas ordenando-lhes que imediatamente se retirassem da ilha.

Deram êles graças a tanta fortuna, deixando aquela geena onde haviam penado cêrca de oito meses.

Num ponto da praia quase fronteiro ao forte, estiveram uns dois meses, nas melhores relações com os índios da vizinhança, sem o favor dos quais teriam com certeza perecido.

Num velho navio francês, partiram enfim, a 4 de janeiro de 1558, aquêles homens tão insòlitamente desenganados daquele gesto insidioso da sorte.

Tentou Villegaignon mudar um pouco; mas o regime na ilha não mudou.

E' que ninguém mais cria nêle. Os que podiam continuaram a fugir do forte. E não tardou que o homem dissimulado voltasse a si, e que o "seu natural de bruto reaparecesse". E para fazer-se uma idéia do extremo a que êste homem tinha descido naquela fase de histeria criminosa, basta ver a conduta de celerado que teve com alguns daqueles calvinistas retirantes, que preferiram retroceder para o forte a arriscar-se a uma travessia do oceano em um navio que começava a fazer água antes de se haver afastado da costa. Eram cinco os genebrinos que tinham deixado o navio, e à custa de longos sofrimentos, vieram alcançar outra vez a Guanabara.

Procuraram logo o vice-almirante, apelando para a sua misericórdia. O bárbaro, nos primeiros momentos, tranqüilizou os desventurados; mas dali a dias, meteu-se-lhe na alma celerada a suspeita de que aquêles pobres homens eram espiões dos falsos fugitivos, e com requinte de inclemência e de dureza que faz gelar o coração, mandou afogar três dos desgraçados na baía, condenando os dois outros a trabalhos de calceta no forte.

7. Esta horrível tragédia coroou aquela obra de demência e de crime. A população, tanto da ilha como do continente, ficou estarrecida, não se sabe se mais de indignação ou de pavor. Alguns dias depois da execução dos três mártires — diz Gaffarel — metade dos colonos tinham desertado, uns metendo-se em desvario pelas florestas; outros procurando as praias, na esperança de que os recolhesse algum navio francês. Muitos foram até pedir abrigo aos colonos de São Vicente, sendo ali acolhidos com muita caridade.

O que nos enche de pasmo é que Villegaignon "detestado pelos calvinistas, temido e desprezado pelos católicos, aborrecido pela gente da terra", tenha podido fazer-se algoz de tantas vítimas, zombando de tôdas as leis divinas e humanas; e tenha ainda afinal saído incólume daqui, deixando-nos, num canto escuso da nossa história, a mais negra mancha que a conspurca.

A própria retirada de Villegaignon foi um ato de cobardia e desonra. Só a consternação produzida pelo sacrifício daquelas últimas vítimas é que talvez tivesse aclarado aos olhos do tirano, a situação que ali criara.

E agravando para êle a conjuntura, começou a correr notícias de que os portuguêses se preparavam para reagir contra os intrusos. Já haviam, aliás, os colonos começado hostilidades, atirando contra os franceses os índios que lhes eram aliados.

Como diz o insuspeito autor citado, sente agora Villegaignon que o terreno lhe falta debaixo dos pés.

Nada mais tem a fazer senão sair. E saiu traindo, abandonando, e com promessas falazes, aquêles restos da gente que enganara, e que tanto havia feito padecer.

Nem se pode vacilar: esta figura, que poderia ser ainda um enigma para muitos, teve de ficar aí aberta e cruenta, como os réprobos que não merecem o perdão da posteridade.

QUESTÕES CONEXAS: — *D. Duarte da Costa. — O bispo Sardinha. — O prelado e o Governador. — O massacre do Bispo e seus companheiros. — O suplício de Bolés.*

V

MEM DE SÁ – FRANCESES NO RIO DE JANEIRO

SUMÁRIO: — Mem de Sá. — Expulsão dos franceses da Guanabara. — Confederação dos Tamoios.

MEM DE SÁ

1. Chegava o terceiro Governador Geral à Bahia pelos fins de dezembro, empossando-se do cargo num dos primeiros dias de janeiro de 1558.

Encontrava o país na situação de guerra geral com os índios que o deixara a administração de D. Duarte da Costa. Em Pernambuco, em Pôrto Seguro, em Espírito Santo, vivem as povoações contìnuamente flageladas pelo gentio insurgido. Em São Vicente, a zona do Paraíba e todo o litoral, de São Sebastião para o norte, estremecem sôbre o tropel do bárbaro em furor.

E para agravar êsses males na capitania do extremo sul, havia ainda as rivalidades entre a gente de Ramalho com os padres de São Paulo, e dos colonos da marinha com as populações do planalto (*).

Os franceses, fortificados na baía do Rio, incitam os tamoios contra as colônias desguarnecidas e espúrias de recursos, e levam o alarma geral até os sertões.

O recente massacre do Bispo e seus companheiros trazia ainda em luto e em vivas apreensões tôda a Bahia.

A tudo isso junte-se a desorganização em que tinham caído todos os serviços públicos, a desordem moral em tôdas as classes, a competição em que viviam uns com os outros certos funcionários, e o Govêrno Geral sem prestígio e numa grande penúria. E aí teremos a herança que vai tocar a Mem de Sá.

Era mesmo necessário que viesse agora um homem de pulso forte e de alta confiança como êste, segundo dizia o próprio soberano ao nomeá-lo.

E com efeito, pelo seu bom senso prático e prudência, pelo seu espírito de conciliação aliado a uma energia e firmeza que nunca vacilavam, e sobretudo pelo profundo sentimento de justiça, temperado de piedade e

---

(*) Êste ponto foi esclarecido por uma carta do padre Nóbrega, trazida de Roma pelo padre Serafim Leite, e cuja cópia fotográfica está no Museu do Ipiranga.

de clemência, pode ser Mem de Sá considerado como verdadeiro modêlo do administrador colonial.

A sua grande obra, valendo por complemento da de Tomé de Souza, fêz mais do que reabilitar na consciência da colônia a fé na autoridade e na fôrça da metrópole; pois, se o primeiro Governador iniciou aqui a política portuguêsa, Mem de Sá instituiu-lhe definitivamente a soberania, legitimando-a pela posse exclusiva e pela efetividade da ocupação.

2. E se no govêrno, como delegado direto da coroa, foi êle o consolidador do domínio, na esfera puramente administrativa o influxo do seu espírito e a ação da sua capacidade de homem público ficaram aqui plenamente assinalados.

Em mais de quatorze anos de trabalho, conseguiu êle regularizar as questões e os serviços que mais intimamente entendiam com a sorte da colônia.

Quanto à catequese, que era a questão capital, estabeleceu, de acôrdo com os padres, o único sistema que a experiência provou ser eficaz, e mediante o qual, atraindo uns e rechaçando outros selvagens para o sertão, desoprimiu de lutas intermináveis e sangrentas as populações adventícias que se fixavam no litoral.

Dêste modo, normalizou, quanto era possível, a vida, o trabalho, as relações de comércio em tôda a parte povoada do país, preparando-lhe assim os grandes recursos para o largo incremento do período que se lhe vai abrir com o século XVII.

Está evidente que o mais grave embaraço que tinha de remover o novo Governador era o da intrusão dos franceses na Guanabara.

Conquanto trouxesse instruções e ordens instantes para conjurar de pronto êsse perigo, não quis precipitar-se em relação a caso de tanta monta. Preferiu estudá-lo com calma e sob um ponto de vista que abrangesse tôda a situação da colônia.

Dir-se-ia que o que se agita no espírito dêste homem é o problema do Brasil. Não é só a expulsão dos intrusos que o preocupa, mas a causa, vasta e complexa, que a monarquia tinha de levar nesta porção do seu grande patrimônio.

Em pouco tempo estava êle habilitado a dizer para a côrte como convinha empreender a ofensiva contra os franceses. Fêz ver que êstes tinham muitas embarcações pela costa; e que, a julgar pelo que afirmavam pessoas chegadas do Sul, mais oito estavam sendo construídas no estaleiro da Guanabara.

E a próposito apressava-se Mem de Sá, com a sua clara visão do futuro, a dizer ao govêrno de Lisboa que o primeiro elemento de fôrça aqui

Vista geral da Igreja de São Sebastião, no Morro do Castelo, Rio de Janeiro.

*dre José de Anchieta es-
evendo o poema à Vir-
gem.*

Mapa quinhentista da Baía de Todos os Santos e da Cidade de Salvador.

havia de ser a marinha; que "os armadores são o nervo do Brasil", e que "a capitania que os não tiver se não poderá sustentar".

3. Tinham os franceses causado tanto susto em tôdas as colônias, que na própria Bahia se receavam agressões.

Desvaneceu o Governador tais suspeitas no ânimo da côrte; mas advertiu que o pensamento do inimigo era fazer-se forte para guardar a conquista; que Villegaignon dispunha de muita gente e bem armada, e que recebia freqüentemente reforços consideráveis; que o movimento na Guanabara era cada vez mais vasto; e que os novos navios que se construíam eram destinados a proteger na baía e imediações o grande comércio dos numerosos armadores franceses.

Mostrava, pois, Mem de Sá, que tinha formado o seu plano de agressão aos intrusos e que ia executá-lo com a devida cautela e segurança.

Não se tratava simplesmente de medidas de ataque mas de ação lenta e sistemática dirigida no sentido de criar embaraços à permanência dos franceses naquele ponto, de onde poderiam ir alongando a vista sôbre outras paragens.

Fazia êle sentir ao rei que antes de tudo era preciso atrair gente de fortuna para o Brasil, mesmo à custa de amplas concessões e privilégios; pois essa gente rica povoaria a terra, e era essa a primeira condição de defesa. País despovoado, dizia, é campo aberto a todos os aventureiros.

Medida importante, e que estava resolvido a pôr logo em prática, era também a fundação de uma grande cidade e praça forte na capitania do Espírito Santo, mais vizinha dos franceses, e de onde mais fàcilmente iriam sendo hostilizados.

Tais disposições estavam indicando que Mem de Sá havia apanhado, de relance, e em tôda a amplitude dos seus aspectos, a situação do país, e concebido e formulado um vasto programa de govêrno.

Mas a conjuntura em que se via a autoridade superior da colônia era muito mais complicada e difícil do que poderia parecer à primeira vista. As condições gerais do país eram para tornar ainda mais apreensivo um espírito como o do novo Governador. Além dos efeitos da ocupação francesa, havia a corrigir os erros e desídias da última administração, e os males inveterados comuns a tôdas as capitanias.

4. Na própria capital do domínio encontrava Mem de Sá os maiores desregramentos, ostentados com desplante às vistas das próprias autoridades.

O abuso de mais extensos efeitos era o das demandas, "com que a terra tôda andava revôlta". A ganância dos especuladores não tinha medida. Vendia-se a prazo para vender-se pelo dôbro; e as liquidações tinham de fazer-se judicialmente.

Coibiu Mem de Sá êste mal, proibindo que se iniciassem questões em juízo sem uma licença especial, e impondo aos demandistas formalidades, tributos e outros muitos tropeços que tornavam onerosas as demandas.

Um dos vícios que teve de reprimir com todo rigor foi o do jôgo, a praga de tôdas as colônias, e que só se disfarçava um pouco em centros mais policiados.

A vadiagem, a embriaguez, o furto, a vida de aventuras, foram também perseguidos tenazmente.

E' assim que em breve uma outra ordem se foi trazendo em tôdas as povoações.

Para acabar com as guerras entre colonos e índios, e entre índios de nações diferentes — guerras que os próprios cristãos açulavam no interêsse de escravisar os vencidos — decretou o Governador que com o máximo rigor seriam punidos, tanto selvagens como colonos, os que sem licença entrassem em luta. Chegou mesmo a tomar medidas contra a antropofagia. E como um chefe selvagem, com arrogância e por acinte, lhe apanhasse uns fâmulos, devorando-os em grande festa, mandou Mem de Sá prendê-lo juntamente com os filhos, e os conservou em prisão durante um ano, até que se fêz dos melhores amigos dos portuguêses.

Ainda um outro chefe, que estava a dezoito léguas da cidade, e infringia as ordens do Governador, pondo-se em guerra e sacrificando os inimigos, foi investido na própria aldeia, e teve de pedir paz, a qual lhe foi concedida sob a condição de se fazerem cristãos êle e todos os seus. "Esta gente — diz Mem de Sá — é a que depois sempre me ajudou nas guerras que fiz nesta capitania, e nas outras onde fui, e foi depois de Deus, das melhores ajudas que tive".

E, convencido de que, em relação aos índios e aos próprios colonos, tudo dependia de um possível equilíbrio da fôrça e da clemência, a serviço da humanidade e da justiça, perseguiu e castigou sem piedade a quantos se mostraram refratários àquelas medidas.

E teve de castigar principalmente os colonos que protestaram contra as reformas, e que foram logo clamando contra um Governador que vinha assim rompendo com o espírito e as tradições da colônia.

5. Não era, aliás, só ali na Bahia que se impunham aquelas questões de tanta importância para a vida normal dos povos, e de cuja solução tanto dependiam os destinos da terra. Em tôdas as outras capitanias lavravam as mesmas desordens e males (e até agravados pela ausência das autoridades superiores) e de tal forma que em parte alguma se vivia tranqüilo, mas em conflitos contínuos e guerras abertas com os índios.

Logo depois que assumira o govêrno, reclamaram os moradores do Espírito Santo socorro urgente contra o gentio levantado. Não podendo na-

quele instante afastar-se da capital, mandou prontamente o Governador para o sul o filho, Fernão de Sá, capitão de valor, mas jovem sem prudência, e que lá pagou com a vida a temeridade com que se exaltou demais no cumprimento do seu heróico dever.

Mal havia Fernão de Sá partido para o Espírito Santo, e já recebia o Governador notícias alarmantes da vizinha capitania dos Ilhéus. Depois de incendiar engenhos e casas de lavradores, haviam os índios pôsto cêrco à vila de São Jorge, onde a população se recolhera e se achava em extremidade angustiosa.

Mesmo contra o parecer dos seus oficiais, resolveu Mem de Sá partir, êle próprio, sem detença para o sul.

Bastou a notícia dêsse socorro para que os índios levantassem o cêrco, desafogando a população.

Com a pouca gente que pôde às pressas reunir, chegou o Governador aos Ilhéus de noite; e sem dar tempo a que os rebelados se ordenassem, marchou contra um baluarte, onde se haviam êles concentrado, a umas sete léguas da vila; e bateu os insurgentes com tal ímpeto e esfôrço, que ao próprio bárbaro causou espanto.

Mas os selvagens pareciam agitados como fúrias; e depois da primeira refrega, as armas portuguêsas, em vez de apavorá-los, parece que os faziam mais desesperados, à medida que eram feridos de escarmentos. E' durante esta expedição que se trava, entre índios e colonos, o famoso combate a que se deu o nome de *batalha dos nadadores*. Quando, depois de desbaratados os selvagens naquela trincheira, Mem de Sá se retirava com a sua gente, ao longo da praia, sentiu-se perseguido do furor dos inimigos, e armou-lhes tal cilada que os levou de roldão sôbre o mar, onde a peleja continuou horrível entre os insurgentes e os índios aliados.

6. Durante um mês inteiro operou o Governador contra os bárbaros, produzindo nêles tal pavor que tiveram, a maior parte, de fugir para as montanhas, e embrenhar-se nos sertões. Os que não puderam fugir, pediram paz, e obrigaram-se a reconstruir os engenhos incendiados; e com isso "ficou a terra pacífica".

Estava ainda Mem de Sá em Ilhéus, quando se insurgem os índios de Itaparica e da zona do Paraguaçu. Clamam por socorro os moradores em grande alarma.

Tornou-se êste levante de gravidade excepcional pela circunstância de haverem os selvagens paralisado todos os negócios no Recôncavo, onde nenhuma embarcação de colonos ousava mais navegar.

Acudiu prontamente o Governador à Capital; refez as suas fôrças; e, dentro de oito dias, moveu-se contra os sublevados, e derrotou-os em vários recontros, forçando-os a render, e a entrar em obediência.

Incumbia-se, assim, o próprio Mem de Sá de mostrar como os seus processos, em relação ao gentio, eram os únicos profícuos, nas condições em que se achava a colônia.

Antes que uma autoridade consciencíosa se impusesse, e agisse sôbre o ânimo do bárbaro por atos de fôrça e de escarmento, nada seria possível no sentido de incorporá-lo na sociedade histórica. Dizia mesmo êle que "sem temor nada se conseguiria", e baldado seria todo esfôrço.

Os próprios jesuítas estavam de pleno acôrdo com êle quanto ao modo de tornar efetiva a catequese. Só depois de vencido, de domado pela violência, é que o índio, no maior número dos casos, se fazia apto para receber o influxo da doutrina.

O que é fato é que em pouco mais de um ano estava mudada a situação da Bahia e nas outras terras onde o gentio se mostrava mais insubmisso e temeroso.

O sucesso que se alcançara em tôda parte fizera temido e respeitado o Governador, de quem — diziam os padres — "tremem os índios de mêdo; o que, ainda que não baste para a vida eterna, bastará para podermos nós outros edificar".

E já em 1559, explicando para a Europa como se havia conseguido reprimir a antropofagia, dizia Francisco Pires, com a singeleza e eloqüência de sua alma simples, "que os índios, antes feras truculentas, *agora já choram e se arrependem...*"

7. E, no entanto, para julgar com justiça o sistema que as circunstâncias tinham sugerido a Mem de Sá; e para entender-lhe o alto espírito de humanidade, a sábia política, e a perspícua visão histórica — seria necessário não esquecer o que fazia em favor dos índios paralelamente com tôdas essas demonstrações de severidade.

Não se limitava a protegê-los quanto era possível, e a confiar os submissos à caridade dos padres: tratava-os com indulgência, procurando mesmo levantá-los, incutindo nêles o sentimento de honra pessoal, o sentimento de família, a noção de direito. Chegou até a encaminhá-los para os cargos públicos, e a fazer tudo por desperta-lhes na consciência a idéia do que hão de valer na sociedade nova a cujo seio eram chamados.

Consistia, portanto, o sistema de Mem de Sá, numa razoável associação da fôrça da autoridade à palavra do missionário.

Dadas as condições da raça indígena, e o modo como se fêz a conquista, tem-se de reconhecer que não havia mesmo outros meios de entrar mais humanamente na América.

E' preciso ainda notar que todos os serviços, que o absorveram durante os dois primeiros anos do seu govêrno, os fazia Mem de Sá sem prejuízo do expediente ordinário da administração.

De entrada na Capital. teve de tomar providência contra a miséria a que os índios haviam reduzido a população. Assim que as questões com os selvagens lhe deixavam mais descanso, ia provendo solìcitamente às coisas do Estado, dando incremento à produção agrícola pelo grande número de engenhos cujo estabelecimento estimulou e favoreceu.

Realizou ainda outros serviços e obras: concluiu o grande engenho de Pirajá (de conta do rei) que D. Duarte da Costa começara, e com o qual foram favorecidos os lavradores pobres; acabou as obras da Sé, da igreja e Casa de Misericórdia; construiu, *à sua custa*, a capela do colégio dos jesuítas (onde deviam repousar afinal os despojos do grande administrador e político); e muita coisa mais fêz concernente ao bem e à grandeza da terra.

Só depois de restaurada assim a paz nas colônias e normalizados todos os negócios, é que podia Mem de Sá cuidar daquela tarefa capital que trouxera — a expulsão dos franceses da baía do Rio de Janeiro.

E' para isso que se trata agora de aparelhar elementos de guerra.

Estamos por fins de 1559, e só se espera pelos reforços que devem chegar da metrópole.

QUESTÕES CONEXAS: — *Fernão de Sá na capitania do Espírito Santo.* — *O jôgo nos tempos coloniais.* — *O aumento da receita pública no tempo de Mem de Sá.*

EXPULSÃO DOS FRANCESES DA GUANABARA

1. Desde que assumiu o govêrno na Bahia, e enquanto cuidava de pôr a terra em ordem, procurava Mem de Sá colhêr informações precisas relativas à situação dos franceses na Guanabara. Havia também reunido todos os meios de ação a seu alcance, destinados a atacar os intrusos assim que lhe chegassem do reino os reforços, principalmente navais, que lhe são indispensáveis.

No último dia de novembro de 1559, aporta enfim na Bahia a esquadrilha que se espera; e resolveu-se partir sem mais tardança para o sul.

Foi a expedição fazendo escalas em Ilhéus, Pôrto Seguro e Espírito Santo, recebendo em todos êsses pontos algum refôrço de gente.

No dia 28 de fevereiro (1560) fundeava junto à barra do Rio.

Os franceses, que andavam na baía e pelas imediações, às pressas recolheram-se à ilha, onde foram dar o alarma. Da tripulação de uma nau apresada soube-se que Villegaignon já havia deixado o pôsto ao sobrinho.

Esta circunstância de certo que contribuiu para que o Governador intimasse imediatamente ao inimigo que se rendesse.

Respondeu Bois-le-Comte com altivez à intimação.

Era forçoso, portanto, agredi-lo.

Hesitaram alguns em arriscar investida contra uma posição como aquela, amparada por fôrças muito superiores.

Pediram-se socorros para São Vicente; e assim que êstes vieram, cuidou-se de dispor tudo para formal ofensiva.

Por meados de março rompia o combate, "por mar e por terra". Começou decisivamente pela tarde, e combateu-se até à noite do dia seguinte sem cessar. Enquanto as fôrças de terra e de mar operavam com vigor, conseguiram alguns portuguêses, e Araribóia com muitos dos seus, escalar a fortaleza obrigando os franceses a fugir durante a noite para o continente.

Celebrou-se no outro dia (17 de março) com muita pompa esta vitória, dizendo-se pela manhã a "primeira missa que viu aquela ilha".

Como se sentissem, em algumas aldeias vizinhas, disposições agressivas, mandou o Governador investi-las, afugentando para o interior os índios escarmentados.

Tratou-se então em conselho de resolver sôbre o que convinha fazer em relação à guarda da baía.

Não dispondo de recursos para fundar, no local, mais uma povoação portuguêsa, Mem de Sá comete o gravíssimo êrro de ordenar o arrasamento do forte *Coligny*, apressando-se a sair da Guanabara sem deixar um único homem no vasto litoral!

2. Deixando a baía, foi a expedição para São Vicente, que o Governador queria aproveitar o ensejo de visitar.

A 31 de março fundeava a armada no pôrto de Santos. Dentro de alguns dias partiu para o reino Estácio de Sá, levando a notícia do que se acabava de fazer.

Durante o tempo que estêve na capitania do sul, enquanto se reparavam algumas das naus, teve Mem de Sá oportunidade de providenciar sôbre vários reclamos dos colonos, e, principalmente, quanto a medidas que os padres advogavam em prol da colônia, uma das quais foi a mudança da sede da vila do planalto, de Santo André para São Paulo. Ajudou ainda os padres a abrir uma nova estrada, mais curta e mais praticável, entre o campo e a marinha. Tomou providências acêrca do povoamento, da exploração dos sertões, da ordem das vilas, e de outros serviços e negócios concernentes ao bem da terra.

Tendo-se feito os reparos da frota, e renovado as provisões, saiu a expedição para o norte.

Tocando no pôrto de Vitória, atendeu a instâncias dos colonos, aceitando a renúncia que da capitania do Espírito Santo fizera o respectivo donatário, e incorporando-a, em nome do rei, aos domínios da coroa — providência que aliás não foi mantida.

Prosseguindo, foi o Governador chegar à Bahia pelos fins de agôsto, sendo recebido com grandes festas.

Encontrou a cidade em paz, e muito animada a população.

Não teve, no entanto, muito tempo de descanso, pois sobrevém uma vasta irrupção dos aimorés nas povoações mais afastadas, obrigando Mem de Sá a marchar contra êles, tendo a fortuna de os submeter prontamente.

Assim que se sentiu mais desafogado de tantas preocupações, cuidou de encaminhar os negócios da administração, procurando principalmente abrir novos horizontes para o interior.

3. O primeiro fruto daquela imprevidência de Mem de Sá, de não ocupar e guarnecer a baía do Rio, foi a guerra que os tamoios confederados moveram a tôdas as povoações portuguêsas de São Vicente.

Os franceses que tinham fugido do forte de *Coligny*, e que se meteram pelas florestas, iam por tôda parte insuflando a barbaria contra os colonos. Em tôda a capitania sente-se (por meados de 1562) um como desencadear de tormenta. A vila de São Paulo é atacada, e as da marinha, postas em grande alarma. Os moradores refugiam-se nas povoações, e chamam por socorros sem esperança de remédio.

E' neste momento que os padres Nóbrega e Anchieta tomam afoitamente a deliberação de ir tratar a paz com os índios. Partiram pela Bertioga numa barca, e foram ter, ao fim de treze dias de vicissitudes, às terras onde estavam os principais dos tamoios, a 26 léguas de São Vicente, para o norte.

Foram ali recebidos com respeito; e tal foi o acolhimento que os padres cuidaram logo de erigir um altar, debaixo de arvoredo, à guisa de ermida. Ali celebraram missa no dia 9 de maio (1563), sendo êsse o "primeiro sacrifício" que naquela paragem vira o gentio, e "era grande o seu espanto por isso e reverência".

Por muitos dias seguidos repetiram a cerimônia edificativa, e as pregações, como preparatório da missão que ali os levara.

Em breve estavam senhores do terreno, havendo-se, com sinceridade e tática, insinuado no coração do selvagem. Tal confiança inspiraram à pobre gente, que esta lhes revelou até os planos de ataque contra os portuguêses. Souberam assim os padres que as tribos e nações aliadas haviam preparado para aquêles dias uma investida formidável, com exército por terra e por mar em duzentas canoas; e que estava combinado entre todos os índios do vale do Paraíba um ataque simultâneo a tôdas as povoações

portuguêsas, com juramento solene de não cessar a guerra antes de exterminar os inimigos e extinguir a capitania.

Estava-se em vésperas de celebrar um acôrdo, quando chegam às aldeias de Ubatuba muitos chefes dos que tinham sido expulsos da Guanabara, e que sabendo do intento dos padres, acudiram ansiosos por frustrar a intercessão dos religosos, ainda que fôsse preciso sacrificá-los.

Entram exaltadíssimos na taba do principal. Celebram-se conselhos, discutem-se propostas, levantam-se clamores e grandes queixas e protestos contra os portuguêses; até que afinal, depois de correrem riscos sem conta, e de terem feito os esforços mais penosos, alcançam os padres que os índios se disponham a fazer a paz.

Como, porém, exigiam condições novas, teve Nóbrega que volver a São Vicente, deixando como refém José de Anchieta em Iperoig.

E' esta a fase em que a figura do jovem apóstolo nos aparece como envôlto numa auréola de lendas. Tais provas deu ali da sua incorrutível fortaleza moral, tantos prodígios obrou, e tão estranho se fêz no meio daquela gente obumbrada, que os bárbaros viam aquelas maravilhas, e "tinham a José por mais que homem".

Foi ali, naquele — como dizia êle próprio — seu destêrro de Patmos, que Anchieta escreveu o seu tão falado poema à Virgem.

Nóbrega, em São Vicente, ultimou as negociações da paz; e fazendo voltar a Iperoig a gente que o acompanhara, mandou ordem a Anchieta para que se recolhesse ao colégio.

4. A outra conseqüência daquele êrro de Mem de Sá, e que fàcilmente se teria previsto, foi a reocupação da Guanabara pelos franceses.

Apressaram-se êstes a reconstruir o forte de *Coligny*; mas compreenderam que o seu pôsto principal e centro de fôrça devia ficar no continente, onde era mais fácil a defensiva, e onde contavam com o recurso das florestas para as contingências em que se vissem.

Estabeleceram-se, pois, agora, em três pontos: na aldeia *Uruçumirim* (no litoral da baía); na de *Paranapuã* (hoje ilha do Governador) e no antigo forte que se restaura.

Pareciam os franceses agora mais audaciosos do que antes, e a baía mais agitada de traficantes.

Tinha-se tornado assim para o domínio o problema de solução muito mais difícil.

Quando na Europa se teve notícia da situação que se havia criado, cogitou-se logo de uma ação radical e decisiva no sentido de liquidar de uma vez tão opressiva conjuntura para a obra da soberania portuguêsa na América.

Ordenou-se a volta imediata de Estácio de Sá, comandando dois galeões armados em guerra, e trazendo ordens terminantes ao Governador para completar uma expedição que viesse ao Rio de Janeiro expelir definitivamente os franceses, e dar começo à colonização do litoral.

Chegou Estácio em 1563 à Bahia, e logo que teve aumentadas as suas fôrças, e que recebera as instruções precisas, partiu para o sul, e veio fundear em frente à barra do Rio estudando as condições do inimigo, em fevereiro de 1564.

Não tendo conseguido atrair os franceses para o mar, e não dispondo de fôrças para investi-los em terra, preferiu Estácio ir a São Vicente, onde poderia refazer-se de gente de guerra. Ali chegou pelos fins de abril, e demorou-se até janeiro do ano seguinte (1565).

Renovados os seus elementos de ataque, vem Estácio entrar na baía (1 de março) e desembarcar junto a um alto pico, à esquerda (é o Pão de Açúcar) em paragem bem defendida pelo lado do mar, e tendo ampla vista aberta para a baía.

5. Deu-se ali começo, com tôda diligência, ao levantamento de trincheiras, murando-se um recinto de abrigo, e construindo-se logo as primeiras casas. Apressou-se o capitão-mor em lançar ali mesmo os fundamentos da cidade futura, demarcando-lhe o têrmo, na forma dos forais que regulavam a matéria nas capitanias, e declarando-a oficialmente instalada.

Passaram-se alguns dias sem nenhum sinal de hostilidade da parte do inimigo.

Só no dia 6 de março foi o arraial investido por tamoios; mas êstes foram rechaçados com escarmento.

No dia 12, batem os portuguêses uma cilada dos índios com tal violência que durante uns três meses cessaram as agressões.

No dia 1 de junho, dá-se um combate no mar: três naus francesas e umas trinta canoas de guerra atacam na sua posição as fôrças de Estácio; e, ao cabo de algumas horas de combate, retiram com grandes perdas.

Por sua vez prepara o capitão-mor uma ofensiva no mar e em terra. Combateu-se durante muitos dias, mas sem resultado decisivo.

O que sente é que os intrusos tinham tomado a medida dos perigos, e refletiam na dura contingência em que estavam ficando. Resolveram então manter a defensiva, espalhando boatos de que estão a chegar-lhes grandes soçorros da Europa; e, no intuito de cansar aos agressores, tomaram o partido de limitar-se a pequenas escaramuças na baía, a emboscadas e assaltos em terra, procurando trazê-los sem cessar inquietados.

Bem se vê que não era possível que ficassem aqui na baía dois inimigos a perder tempo sem proveito, e a revidar golpes sem glória.

O que era mais grave para os portuguêses é que os intrusos continuavam a receber auxílios, e a navegar a baía como se fôssem senhores do pôrto.

Por outro lado, as condições de Estácio de Sá eram muito precárias, encantoados ali naquele pedaço do litoral. A lavoura que se fazia não era bastante para o consumo das fôrças. Viviam ali aquêles trezentos homens em contínuos sobressaltos, sempre armados e alerta, sem poderem cuidar de coisas úteis.

Era forçoso, portanto, trazer de fora todos os víveres; e nem sempre isso era fácil.

6. Pelos fins de 1565, chegara de São Vicente o padre Manuel da Nóbrega; e em poucos momentos apanhou o aspecto de tudo, e viu que era urgente resolver de uma vez semelhante situação.

Combinando com Estácio, fêz então o padre Nóbrega partir José de Anchieta para a Bahia, onde tinha de ordenar-se, encarregando-o de fazer sentir ao Governador o transe em que se viam e as proporções do perigo que corriam Estácio e seus companheiros.

Teve Anchieta de fazer escala em Vitória do Espírito Santo, e só foi por isso chegar à Bahia por meados de 1566.

Quase que coincidira com a do missionário a chegada de Cristóvão de Barros trazendo reforços da Europa.

Não havia tempo a perder.

De acôrdo com o bispo d. Pedro Leitão, apela o Governador para todos os colonos, e os padres concitam os índios.

Em pouco tempo havia-se reunido um forte contingente de homens de guerra e bom número de embarcações.

Pelos fins de 1566 (novembro) sai da Bahia Mem de Sá; e, como da primeira vez, veio tocando em Ilhéus, em Pôrto Seguro e no Espírito Santo.

Vem entrar a barra do Rio no dia 18 de janeiro (1567). Já encontrou na baía outros reforços que tinham vindo do sul com o capitão Heliodoro Eobano Pereira, chefe das canoas de guerra daquelas partes.

Logo no dia seguinte resolveu-se em conselho dar o ataque geral no outro dia (20 de janeiro).

Os franceses, assim que perceberam êsse movimento decisivo de agressão, recolheram-se às suas trincheiras.

7. Na manhã do dia aprazado, celebrou-se missa campal, com muita comoção de tôda a gente, e sob o troar das bombardas.

Finda a cerimônia religiosa, ouviu-se quase imediatamente o sinal do combate.

Rompeu-se o fogo, de uma e de outra parte, abafando a celeuma das duas hostes.

O primeiro forte, o da terra firme, é tomado de assalto, havendo os que o guarneciam fugido para a trincheira de Paranapuã (ou *Paranapucuí*,

segundo alguns). Foram logo muitos também já para bordo dos navios, que se conservavam em lugar seguro, para aquela contingência.

Atacou-se depois aquela segunda trincheira, que era muito mais forte que a da terra firme, e que foi, não obstante, tomada também de assalto.

"Era um grande triunfo para os portuguêses — diz o próprio Gaffarel —: terminava assim, com vantagem para êles, a luta empenhada, havia sessenta anos, entre os negociantes e os marinheiros das duas nações".

A vitória custou a vida ao nobre Estácio de Sá, ferido no rosto por uma seta ervada, por ocasião do assalto ao primeiro forte. Ao cabo de cêrca de um mês de padecimentos, veio êle a falecer. Segundo um dos nossos cronistas, deixou o ilustre capitão memória digna da posteridade, pelas suas virtudes cristãs, pelo seu valor militar; tendo sempre mostrado nesta guerra uma grande constância a paciência nos trabalhos, e firmeza nas deliberações.

Os franceses que se salvaram agora, em vez do sertão, procuraram refúgio a bordo das quatro naus que tinham de reserva, saindo da baía num quase desvairamento, alucinados daquele golpe da desgraça.

Tinha caído, assim, para sempre, o domínio francês no Sul do Brasil. A colônia, na primeira porção do litoral que se começara a povoar tão penosamente, está desafogada de intrusos.

QUESTÕES CONEXAS: — *Anchieta em Iperoig.* — *Estácio de Sá.* — *Araribóia.* — *O convênio de Iperoig.*

FUNDAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

1. Como já vimos, havia Estácio de Sá, em 1565 (princípios de março), fundado oficialmente a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, ali na estreita várzea entre o morro Cara de Cão do lado do mar, e a Urca e o Pão de Açúcar, do lado de terra.

Não só celebrou ali a cerimônia da instalação da cidade, como praticou atos de govêrno que tornam essa obra perfeitamente autêntica.

Mas é claro que a escolha daquele local, pequena nesga de terra apertada entre montes, e quase isolada do continente, fôra feita nas circunstâncias excepcionais em que se achava o capitão tendo a baía senhoreada pelos franceses.

Agora, expulsos os intrusos, cumpria mudar logo para outro ponto do litoral o centro urbano. A paragem escolhida para isso foi o morro, que tomou o nome de morro do Castelo.

Para fazer-se uma idéia do acêrto com que se vai localizar ali a povoação, seria preciso reconstruir um como esbôço dessa porção do litoral dominada pela colina que se tornou lendária. À vista de tal esbôço havia de ser muito difícil reconhecer a topografia e o aspecto geral da cidade de hoje — tão completa é a tranformação que tudo tem sofrido em quase quatro séculos.

Em tôda a linha da praia o mar tem recuado. O desbastamento de grande número de outeiros tem contribuído muito para alterar a fisionomia topográfica do centro urbano, determinando, não só uma sensível elevação do solo em tôda parte, como também o entulho de muitas depressões (lagunas e banhados) que desapareceram. Alguns dos montes que se vêem hoje separados da praia (como o de São Bento, o próprio Castelo e outros) estavam naqueles tempos em contato com o mar. As enseadas magníficas, que são o encanto da nossa baía, não passavam, então de pequenos recôncavos e abertas, por onde as grandes marés invadiam às vêzes consideráveis trechos do assento atual da cidade. As ruas paralelas que da Primeiro de Março vão à Praça da República; todo êste parque e imediações; a antiga rua Visconde de Itaúna, e todo o quarteirão de que era eixo, se não ficavam pròpriamente inundadas em épocas de preamar, eram pelo menos alagadiços e charcos que depois de sêcas prolongadas se disfarçavam. O grupo formado pelos outeiros da Saúde, da Providência, do Nheco e de São Diogo, estavam separados da terra firme; o canal de alagadiços que começava na praia (entre o Castelo e o São Bento) ia emendar-se à lagoa da Sentinela, e pelo canal do Mangue, seguia até à extinta praia das Palmeiras.

2. O morro do Castelo, pois, pela sua situação, era o que se impunha à perspicácia daqueles homens, entre os quais havia até pessoal de competência técnica em matéria de construções, e experientes naquela função de criar cidades.

Como quase todos os outeiros e montes das imediações, era o Castelo coberto de floresta virgem. Cuidou-se de preparar o sitio para a cidade, derribando matas e nivelando áreas para as construções.

Na parte mais alta do monte (pico de São Januário) fronteira à baía, levantaram-se as fortificações que deviam proteger a cidade. Em outros pontos do morro começou-se a construir a igreja matriz, e a igreja e Colégio dos Jesuítas; a casa da câmara; a cadeia; e casas particulares.

Decerto que a cidade não seria aquêle grupo de edifícios que se levantaram no alto do monte. Ali se erguera a cidadela, com suficiente largueza, e em condições de servir de refúgio à população no caso de perigo.

A cidade desenvolveu-se, primeiro pela ladeira da Misericórdia, e ao sopé do monte, na parte da praia que tinha o nome indígena de *Piaçaba* ("pôrto") e depois o de ponta do Calabouço.

E' ali que se formou verdadeiramente a povoação. As imediações da ponta do Calabouço e o quarteirão de que é eixo a atual rua da Misericórdia são as porções mais antigas da cidade. Em seguida, é a rua Direita (hoje Primeiro de Março), entre o Castelo e o São Bento, e em geral as cercanias do Castelo.

Em tôda aquela praia construíram-se muitos prédios, tanto particulares como públicos, e principalmente armazéns de comércio; logo depois uma capela, e mais tarde uma pequena Casa de Misericórdia. Também se levantaram ali dois baluartes de defesa.

Localizou-se a Santa Casa na mesma parte da praia onde está o grande estabelecimento de hoje.

Havia, aliás, Estácio de Sá criado de chegada, no próprio arraial da barra, uma Confraria de São Sebastião, como faziam os portuguêses em tôda parte onde se fixavam.

Provàvelmente o que se fêz por 1579 ou 1580 foi uma ampliação do que já se havia feito em 1565.

3. Logo que se murou, no alto do Castelo, o recinto da fortaleza (que figurava a cidade) repetiu ali, o Governador Geral, a cerimônia que uns dois anos antes havia já Estácio de Sá celebrado na agora *cidade velha:* deu posse de novo ao alcaide-mor entregando-lhe as chaves da cidadela; o alcaide entrou, fechando em seguida as portas, enquanto ficava Mem de Sá do lado de fora; perguntou-lhe de dentro o alcaide se queria entrar e quem era; ao que respondeu que queria entrar e que era o Governador em nome de el-rei nosso senhor. E imediatamente lhe foram abertas as portas.

Estava assim reinstalada a nova cidade.

Tratou o Governador, em seguida, de prover efetivamente os diversos lugares da administração e da justiça ainda vagos.

Nomeou ouvidor da comarca, juiz de órfãos, escrivão e tabelião de notas, meirinho, pregoeiro público, escrivães da câmara e da almotaceria, provedor da fazenda, etc.

Concedeu grande número de sesmarias durante todo o tempo que estêve aqui, respeitando as concessões feitas por Estácio.

4. Apressou-se Mem de Sá em mandar vir, oferecendo-lhes terras e outros favores, muitos colonos, do reino e das Ilhas, sementes e mudas e "muito gado para povoar" o distrito, onde se desenvolveram ràpidamente a criação e a lavoura.

Cuidou também o Governador Geral de regular a situação dos índios que tinham ajudado aos portuguêses.

Concedeu-lhes terras nas imediações da baía, onde se estabeleceram algumas aldeias sob o patrocínio dos jesuítas.

A principal dessas aldeias foi a de São Lourenço, na costa oriental da baía em grande parte do assento da hoje cidade de Niterói, onde se estabeleceu o Araribóia.

Êste chefe índio, segundo se conta, havia saído da Guanabara desgostoso com os franceses no tempo de Villegaignon; e fôra estabelecer-se com os seus na capitania do Espírito Santo, onde prestou bons serviços aos colonos.

Quando Mem de Sá, em 1560, na sua primeira expedição contra os intrusos, passou por Vitória, conseguiu que Araribóia, com grande número dos seus (calcula-se nuns quatro mil arcos), se lhe incorporasse às fôrças.

Aqui, na agressão aos franceses do forte *Coligny*, foi Araribóia com sua gente, de uma importância decisiva para os portuguêses.

E' em recompensa de tais serviços que Mem de Sá lhe faz agora a larga doação daquelas terras, onde se fundaram as duas aldeias, a de São Lourenço e a de Icaraí. Foi ainda Mem de Sá que alcançou do rei para o nobre chefe indígena o título de comendador da Ordem de Cristo.

5. Não quis o Governador deixar a cidade sem infligir nova lição de escarmento a uns chefes tamoios que se atreveram a provocar os novos senhores da baía.

Foi êle em pessoa dar sôbre aquêles rebeldes obstinados, destruindo-lhes as aldeias, e forçando-os a fugir ou a submeter-se.

Afinal, dando por concluída a sua tarefa, ao cabo de mais de um ano de trabalhos, retirou-se Mem de Sá para a Bahia, deixando ao govêrno da terra seu sobrinho Salvador Correia de Sá.

Tôda aquela obra se fizera sob tão bons auspícios que, mesmo naqueles tempos, não seria difícil prever que aquêle pequeno núcleo, criado à custa de tanto esfôrço e sacrifício, viria tornar-se, por um admirável conjunto de circunstâncias excepcionais, a grande metrópole da nacionalidade futura.

De passagem para a sua capital, teve ainda o Governador de ir socorrer os colonos do Espírito Santo contra os índios insurgentes.

Havendo pôsto em ordem aquela capitania, prosseguiu para o norte, indo encontrar a Bahia em paz.

Em dez anos de atividade quase aflitiva, parecia êste homem excepcional ressentido agora de fadiga, e ansioso de descanso.

Com redobrada instância, e então já fazendo sentir, como plena justificativa, o muito que havia feito, começou êle a pedir ao rei que o dispense dos grandes sacrifícios que faz, e que lhe mande sucessor.

Enquanto lhe não vinha a desejada ordem de embarcar, ia êle provendo aos negócios ordinários da administração, limitando-se quase que ao mero expediente do govêrno.

6. Mal poderia, no entanto, suspeitar que não tinha mesmo de rever a pátria, ao cabo daqueles quatorze anos de trabalhos contínuos.

Em 1570 anunciaram-lhe da metrópole que haviam sido afinal atendidas as suas constantes solicitações: nomeara-se-lhe em seu lugar ao malogrado D. Luís Fernandes de Vasconcelos.

Apressara-se êste em partir para o Brasil, saindo do Tejo com uma frota de sete ou oito navios, vindo em sua companhia o padre Inácio de Azevedo como superior de setenta e dois outros jesuítas, que vinham ampliar em tôda a América do Sul a obra da catequese.

Esta expedição celebrizou-se por uma verdadeira catástrofe, sendo assaltada em viagem pelos corsários franceses Jaques Soria e João Capdeville, sucumbindo na luta, vítima da despiedade e do ódio religioso daquela gente, tanto o Governador como cinqüenta e dois daqueles missionários.

Foi então nomeado para o govêrno do Norte do Brasil Luís de Brito de Almeida.

Êste só chegou à Bahia pelos princípios de 1573, quase um ano depois do falecimento do seu operoso predecessor.

Expirara, pois, a 2 de março de 1572, Mem de Sá "muito piamente", ao cabo de mais de quatorze anos de govêrno.

Foi o seu cadáver inumado na igreja do Colégio dos Jesuítas, hoje Catedral da Bahia.

Um ano e tanto antes (a 18 de outubro de 1570) havia falecido no Rio de Janeiro o padre Manuel da Nóbrega, a respeito de cuja figura diz o insuspeito Southey: "Não há ninguém a cujos talentos deva o Brasil tantos e tão permanentes serviços". "Na véspera de sua morte saiu êle a despedir-se dos amigos, como se fôsse partir para uma jornada". Perguntavam-lhe para onde ia: — "Para casa — era a resposta —; ...para a minha pátria".

7. No Rio de Janeiro ficara Salvador Correia de Sá com poderes de um verdadeiro governador de capitania, e preposto direto do Governador Geral. Nessa função de *criar* a cidade fundada deu êle provas de que era homem de velha têmpera, como não era ainda muito raro encontrar naquelas gerações.

Cuidou antes de tudo, de pôr a povoação ao abrigo de surprêsas dos índios pelo lado de terra. Para isso fêz derribar as matas espêssas que assombravam tôda a vizinhança, de forma a ter bem abertas e descampadas as cercanias do Castelo.

Sabia Salvador que continuavam franceses a freqüentar tôda a zona marítima do Cabo Frio, e não se desapercebeu de aumentar o poder defensivo da cidadela, e de apressar as obras de fortificações da barra.

Não demorou a convencer-se de como andava bem avisado.

Muitos dos franceses que tinham fugido da baía em 1567 foram tomar posição naqueles sítios, por onde, desde mais de meio século, conservavam feitorias, em relações muito regulares com os tamoios.

Dali, na sua audácia, exerciam pilhagem nas costas contra moradores desgarrados e indefesos, e por fim, quando menos esperava a população da cidade, entraram pela baía desassombradamente quatro naus, seguidas de oito lanchas de guerra e grande número de canoas; e foram ancorar defronte à praia onde acampava o Araribóia com a sua gente (antes de ir para as suas terras de São Lourenço).

Tomado de surprêsa, fêz o capitão-mor abrigar tôdas as famílias na cidadela, e expediu um emissário àqueles piratas, para saber o seu intento.

Responderam êles que não tinham intenção de hostilizar a cidade, e que só queriam prender o Araribóia para entregá-lo aos tamoios.

O famoso chefe temiminó, sabendo disso, longe de esmorecer, fêz retirar para sítio seguro a gente que não era de guerra, e recolheu-se em sua cêrca entrincheirada com os seus homens de combate.

Desembarcaram na praia os franceses, preparando-se decerto para investir no outro dia o arraial de Araribóia.

Êste, porém, durante a noite, investe com violência o acampamento inimigo, obrigando os franceses a reembarcar e sair da baía.

A tentativa, no entanto servia de aviso à população da cidade, que por muito tempo teria de ficar afrontada de tão teimosos inimigos.

Por fortuna dos portuguêses, crescia ràpidamente o número de habitantes. De tôdas as capitanias vizinhas, sobretudo de São Vicente e do Espírito Santo, foram procurando o Rio de Janeiro inúmeras famílias, ansiosas de fixar-se em pontos do domínio onde se vissem amparadas da autoridade oficial.

Em poucos anos tornou-se a nova cidade o mais importante núcleo de população do sul.

QUESTÕES CONEXAS: — *O colégio dos padres no Rio de Janeiro. — O padre Inácio de Azevedo. — Os 40 Mártires do Brasil. — O nome da cidade* (*São Sebastião*).

VI

DIVISÃO DO BRASIL EM DOIS GOVERNOS, E REUNIÃO POSTERIOR EM UM SÓ

SUMÁRIO: — Govêrno do Norte e Govêrno do Sul. De novo um só Govêrno Geral. — Importação de africanos.

GOVÊRNO DO NORTE E GOVÊRNO DO SUL

1. Mal começara em 1573 Luís de Brito de Almeida a sua administração, quando entrou em vigor a medida tomada pela metrópole de separar do govêrno do Norte o govêrno do Sul.

Sente-se que está ainda hesitante a côrte de Lisboa quanto aos processos que há de pôr em prática para povoar o seu vasto domínio, e defendê-lo contra as ambições de outros povos.

A questão imediata para a metrópole, agora, é a conquista do Norte e a organização definitiva do Sul.

Esta parte da costa, desoprimida de intrusos, achava-se em condições de entrar na ordem política; enquanto as capitanias que ficavam para além de Pernambuco só aguardavam a solicitude da autoridade oficial, desde que os respectivos donatários nada tinham podido fazer.

Pungido de tais reclamos e urgências da obra colonial, teve o govêrno português de sair das suas vacilações recorrendo a um expediente que revelou de novo a falta de sistema que o havia já levado ao regime das donatarias: dividiu em duas seções administrativas a extensão da costa, nomeando dois governadores, com atribuições iguais, e independentes um do outro.

A razão capital desta medida era aliviar de preocupações com as do Sul o Governador do Norte para que êste pudesse empreender com mais eficácia o povoamento da costa leste-oeste.

Na seção do Norte de Ilhéus inclusive para além, e continuando a residir na Bahia, ficaria Luís de Brito; e para a seção do Sul de Pôrto Seguro para baixo, tendo como capital o Rio de Janeiro, viria o dr. Antônio Salema, já com algum tirocínio na colônia.

Entenderam-se os dois governadores no sentido de regular uniformemente as questões de mais interêsse naquele momento, além das soluções capitais indicadas. A que mais o preocupou, e a respeito da qual tomaram assentos decisivos, foi a dos índios.

Conquanto deixando ainda certas ensanchas à gana dos escravistas, convencionaram em proteger o gentio o mais que era possível, dadas as condições que já se haviam criado na terra.

2. No momento em que assume Luís de Brito o govêrno da divisão do Norte, a Cidade de Salvador vai em plena prosperidade, e tôda a capitania bem mostrava as grandes vantagens da administração oficial. A cidade já se alongava por boa extensão da praia, onde se iam localizando os comerciantes e industriais.

Era o grupo mais denso de população do país, e devia ter por muito tempo, com o seu predicamento de capital da colônia, a fama de primeiro centro de riqueza em todo o Brasil.

Pernambuco, é certo aliás, não se sabe se teria alguma coisa a invejar-lhe, tendo tido a fortuna de estar sempre sob o esfôrço daquela digna família de suseranos, que nunca esqueceram a tradição do seu grande patriarca.

A capitania de Duarte Coelho, que até princípios do século XVII foi na costa a guarda avançada para o norte, é talvez a única que poderia sancionar aquela providência de D. João II (criando as capitanias); pois até a invasão holandesa não sofrera no seu progresso um momento de eclipse, nem mesmo de declínio.

Eram estas duas as mais ricas partes da seção do Norte. Ilhéus, ao sul da Bahia, leva a sua vida mofina; e para o norte, não há nada feito pelos portuguêses.

Logo que acordara com o seu colega do Sul aquêles artigos a respeito dos índios, quis logo Luís de Brito dar provas de que, mesmo guardando as novas disposições que tanto desagradaram à maioria dos moradores, bem se poderiam assegurar as antigas vantagens de que ninguém queria abrir mãos.

Não se compreende semelhante política; e é fácil de ver como teria de sair-se o Governador, que, com franqueza tão inexplicável, vai segui-la. Durante os cinco anos que ali estêve, não cuidou Luís de Brito senão quase só de guerra... a tal *guerra justa* com que se burlavam tôdas as recomendações da côrte, e até ordens formais em favor do gentio.

A primeira se fêz sob o pretexto de desbravar aquêle trecho da costa entre a Bahia e o rio Real, conforme lhe ordenavam de Lisboa.

E daí continuou, cedendo sempre aos escravistas, pondo sempre em ação, ora as armas, ora a perfídia.

Com isto reanimou-se a população, e foi agora, livre de riscos, esten-
a terra em alaridos.

Fora de tal desserviço em relação aos índios, apenas animou Luís de Brito uma ou outra tentativa de descobrir esmeraldas; mas isso mesmo fêz, como diz Frei Vicente, mais por "buscar peças que pedras"...

3. Estava no govêrno da cidade, Cristóvão de Barros (que havia sucedido a Salvador Correia de Sá), quando chegou ao Rio de Janeiro, como Governador do Sul, o Dr. Antônio Salema.

Continuou Cristóvão como capitão-mor da cidade; enquanto o Governador, superintendendo todos os negócios, mesmo da administração, cuidava principalmente das fortificações do pôrto e da colonização do litoral.

O que mais preocupava os moradores era ainda o constante perigo em que se viam de ser a todo momento atacados pelos franceses, que se obstinavam em manter a sua feitoria do Cabo Frio, de onde saíam a pilhar colônias desguarnecidas.

Apenas assumiu o govêrno, resolveu Salema expulsar dali aquêles traficantes. Com mais de mil combatentes, foi o próprio Governador, em companhia do capitão-mor da cidade (que era homem de guerra), investir a posição.

Encontraram em Cabo Frio muitas naus francesas, e os contrabandistas de novo entrincheirados, e vigorosamente protegidos de multidões de tamoios.

Bloquearam a barra, e foram perseguindo sem descanso os intrusos por terra, pondo-os em sítio cada vez mais apertado.

Como o objetivo principal dos portuguêses era escarmentar aquêles índios (sem cujo concurso não se animariam os aventureiros a continuar o seu tráfico), usou o Governador de um recurso político de que se não arrependeu: assim que os sitiados propuseram capitulação, apenas exigiu dêles a entrega de armamentos e munições, assegurando-lhes o direito de vida e de sair livremente.

Aconteceu o que se calculara: com a retirada dos franceses sofreram os tamoios tal destrôço que se viram na contingência de abandonar aquêle trecho da costa, fugindo para as montanhas e sertões do Noroeste.

Só agora (por 1576 mais ou menos) é que se poderiam as colônias do Sul considerar definitivamente desassombradas dos franceses.

4. Teve então o Dr. Salema tempo de varrer, de todo o litoral da baía e redondeza, os restos de tribos que ainda depredavam engenhos e fazendas, e que foram, ou submetendo, ou afastando-se para o sertão.

Com isto reanimou-se a população, e foi agora, livre de riscos, estendendo-se pelas imediações da cidade, e até por distritos isolados.

Adiantou o Dr. Salema (e foi nesta obra continuado pelos seus sucessores) o problema do povoamento, fazendo explorações de campos e florestas, abrindo caminhos onde era menos difícil êsse trabalho, e provendo como podia às necessidades gerais.

Da seção do Sul depois do Rio de Janeiro, a parte mais importante era a capitania de São Vicente, cujas vilas, e outras povoações que se iniciavam, tomaram novo impulso depois da vitória contra os franceses e os tamoios.

Tinham afluído para ali muitos imigrantes, e crescia aquela geração de mamalucos que tão extraordinário papel vai ter na história do século que se segue, por isso mesmo o mais dramático e o mais fecundo de todo o período colonial.

Os dois núcleos de mais valia eram Santos, na marinha, e em serra acima, São Paulo.

De Santos ia a população adventícia volvendo as vistas para as vizinhanças. Mesmo antes do estabelecimento do Govêrno Geral, já os colonos visitavam paragens das costas para o sul, como já se viu, e indo até o pôrto dos Patos.

5. Logo que se viam mais desafrontados de selvagens, piratas e corsários, iam os moradores do litoral formando diversos outros núcleos, entre os quais os que em seguida constituíram as vilas de Itanhaém, de Iguape, de Cananéia, de Paranaguá.

Tôdas estas povoações, aliás, já eram aldeias de índios, sendo a de Cananéia a mais importante, e talvez a mais antiga.

Os colonos que se estabeleciam nesses núcleos viviam da pesca e do comércio com os naturais.

Alguns empregavam-se também na lavoura, cultivando principalmente a cana-de-açúcar, a mandioca, etc.

Em serra acima, a vida era mais difícil, porque ali não se contava com uma cultura que se pudesse tornar base da economia local.

E' assim que entre os moradores do *campo* se vai gerando aquela tendência de procurar o alto sertão.

Os que não sentem renascer-lhes êsse instinto da aventura e da temeridade, têm de voltar daquele caminho, onde se esvanecem as miragens dos primeiros dias, ou de viver ali em penúria, naquela fase de ensaio.

Chegou a ser proverbial a pobreza de São Paulo antes da avançada dos mamalucos para os sertões.

Os próprios jesuítas sentiram aquela miséria, e tiveram de mudar para a marinha o Colégio de Piratininga.

6. Nem foram só os padres que desanimaram naquele momento crítico. Em São Paulo quase que só ficaram os mestiços e seus ascendentes.

Com o aparecimento do espírito de aventura, dirigido para as florestas do interior, ainda se tornam, por algum tempo, mais escassos os recursos de vida ali na vila, e em todo o planalto.

Mal se iniciava a indústria pastoril em escala insignificante, criando-se algumas fazendas e sítios de pequenos proprietários.

A lavoura é que não podia medrar, limitada a uns quantos produtos de quase exclusivo consumo da terra.

Cultivou-se ali, nos princípios, a vinha com proveito, algumas frutas e legumes. Ensaiou-se a cultura do trigo, mas sem vantagem de monta.

A vinha sempre despertou mais interêsse; mas logo se viu que como indústria valia pouco.

Demais, o vinho da Europa, melhor e muito barato, era preferido pelos consumidores.

E' provável, em suma, que os gêneros que se produziam nos campos não fôssem suficientes para o sustento da própria população.

Era natural, portanto, que tudo isto tivesse mesmo como conseqüência o refluxo de moradores do planalto para o litoral, e o empobrecimento de tôda a capitania por muitos anos, até que lhe abrissem novos horizontes.

7. Além dessas causas particulares, atuaram ali outras que eram gerais no país; como, por exemplo, a anarquia reinante na administração, e principalmente o abandono em que se viam as populações, devido, antes de tudo, à situação em que se encontrava a metrópole naqueles tempos, e que se refletia em tôdas as colônias.

Desde o falecimento de D. João III (1557) que a monarquia entrara numa fase acentuada de declínio; mas principalmente com o reinado do cardeal, podia considerar-se em crise, até a perda da independência (1580).

A côrte não tinha tempo senão para as vastas intrigas que precediam aquêle próximo desenlace de comédia.

Entregue inconscientemente à astúcia de Filipe II, perdera de todo o cardeal a consciência da sua autoridade, sobretudo quando o desastre da Africa o elevou àquele trono periclitante.

No meio do desconcêrto crescente da côrte, e da angústia que oprimia a pobre alma da nação sob os agouros que a inquietam, não havia senso e lucidez para cuidar-se do destino.

Por mais de um decênio ficaram as colônias quase inteiramente esquecidas da sua metrópole.

No Brasil, os donatários, em luta com a versatilidade e a desídia do govêrno, mais do que com a carência de recursos, deixavam tudo à mercê dos colonos, e viviam a mendigar da própria coroa, como se aquilo fôsse mesmo uma liquidação, alguns favores em troca das capitanias doadas.

Por mais que ali se houvesse feito, São Vicente não podia, pois, fazer exceção no meio do desânimo geral, que invadiu a maior parte das colônias.

Refluindo, no entanto, para a marinha, não davam nem por isso os moradores de serra acima a desejada solução aos embaraços daquele penível momento.

E então, o salvatério de todos pareceu-lhes que só poderia estar fora daquela terra.

Esta ilusão foi geral no país, se excetuarmos Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Inquietos e sôfregos, andavam os colonos de umas para outras capitanias, num como pleito desvairado de fortuna.

E' realmente um momento curioso aquêle que vai de 1567 a 1580. Cada um começa a ver o bem-estar e a riqueza sempre fora da terra onde está vivendo.

Primeiro tinha sido Pernambuco o alvo de tôdas as ânsias. Em seguida, com a instalação do Govêrno Geral, foi a Bahia. Por último, é o Rio de Janeiro que todos procuram, principalmente das capitanias do Sul.

O Dr. Salema parecia nem se aperceber da latitude do seu cargo. Nunca foi mais que um simples governador do Rio, nada sabendo sequer do que se passa nas outras colônias por onde se estendia a sua jurisdição.

Nada mais seria preciso para se apurar a completa falência daquela medida (de dividir o Brasil em dois governos).

Em 1577 era ela derrogada pela carta régia de 12 de abril, sendo nomeado para o Govêrno Geral, Lourenço da Veiga.

QUESTÕES CONEXAS: — *Araribóia e o Dr. Salema. — Prelazia do Rio de Janeiro.*

DE NOVO UM SÓ GOVÊRNO-GERAL

1. Unificada de novo a administração, a grande causa que se institui para a colônia é a da conquista do Norte.

O Sul já estava livre de intrusos, e ocupada definitivamente pelos portuguêses tôda a região da costa desde Pernambuco até os confins, ainda imprecisos, com a jurisdição de Espanha.

Os perigos, removidos desta porção do litoral, passavam-se para a zona até agora em abandono, por onde, de conluio com os índios, andavam os

franceses fazendo o seu tráfico em maiores proporções do que tinham feito no Sul.

Não podia, pois, êste fato senão preocupar sèriamente tanto o espírito da côrte, como o dos próprios colonos que estavam por lá mais sujeitos a encontros com os traficantes.

Como vimos atrás, Luís de Brito nada fêz, como a côrte esperava, em relação a êste urgente serviço: antes agravou os males que era preciso eliminar, visto como insuflou ainda, contra os portuguêses, maiores queixas do gentio.

Lourenço da Veiga, que se lhe sucede como governador-geral (1 de janeiro de 1578), não teve tempo de ao menos adiantar por si mesmo alguma coisa no caminho da Paraíba.

E', no entanto, em seu tempo, e parece que por êle patrocinado, que se propõe um rico proprietário de Pernambuco, Frutuoso Barbosa, tomar o cometimento como emprêsa sua.

Era Frutuoso homem de fortuna e de prestígio, e muito prático das costas da Paraíba, por onde traficara muito com os índios.

Foi primeiro à côrte, no intuito de assegurar prêmios e vantagens pelo serviço que ia prestar.

Viu-se logo em Lisboa que realmente seria êste o processo mais fácil e mais cômodo de levar semelhante tarefa, em vez de realizá-la de conta direta da Coroa.

Contratou, pois, Frutuoso com o govêrno a conquista e colonização da Paraíba à própria custa, mediante as vantagens e proveitos da capitania da terra desbravada por dez anos, com todos os privilégios inerentes a essa investidura.

Organizou lá mesmo a sua expedição, regularmente provida de tudo (quatro navios, tropa de desembarque, missionários, e grande número de colonos) e partiu para cá. Temporais o forçaram a ir dar outra vez a Lisboa, onde recompôs a sua flotilha, e veio ter a Pernambuco por 1582.

2. Em Pernambuco reforça ainda a expedição, e segue por mar para o Norte, enquanto Simão Cardoso vai por terra com uma legião de voluntários.

Na foz do Paraíba tomou Frutuoso cinco de umas sete ou oito naus francesas que ali carregavam *pau-brasil*.

Parecia, pois, encetar-se com fortuna o empreendimento.

Mas enquanto se esperava ali pelas fôrças de terra, uma cilada do gentio vem escarmentar de tal modo aquela gente que Frutuoso não quis saber de mais nada, e por mais que o exortasse a prosseguir Simão Cardoso, de tudo desistiu abalando para Pernambuco.

Por mais que ali se houvesse feito, São Vicente não podia, pois, fazer exceção no meio do desânimo geral, que invadiu a maior parte das colônias.

Refluindo, no entanto, para a marinha, não davam nem por isso os moradores de serra acima a desejada solução aos embaraços daquele penível momento.

E então, o salvatério de todos pareceu-lhes que só poderia estar fora daquela terra.

Esta ilusão foi geral no país, se excetuarmos Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Inquietos e sôfregos, andavam os colonos de umas para outras capitanias, num como pleito desvairado de fortuna.

E' realmente um momento curioso aquêle que vai de 1567 a 1580. Cada um começa a ver o bem-estar e a riqueza sempre fora da terra onde está vivendo.

Primeiro tinha sido Pernambuco o alvo de tôdas as ânsias. Em seguida, com a instalação do Govêrno Geral, foi a Bahia. Por último, é o Rio de Janeiro que todos procuram, principalmente das capitanias do Sul.

O Dr. Salema parecia nem se aperceber da latitude do seu cargo. Nunca foi mais que um simples governador do Rio, nada sabendo sequer do que se passa nas outras colônias por onde se estendia a sua jurisdição.

Nada mais seria preciso para se apurar a completa falência daquela medida (de dividir o Brasil em dois governos).

Em 1577 era ela derrogada pela carta régia de 12 de abril, sendo nomeado para o Govêrno Geral, Lourenço da Veiga.

QUESTÕES CONEXAS: — *Araribóia e o Dr. Salema.* — *Prelazia do Rio de Janeiro.*

DE NOVO UM SÓ GOVÊRNO-GERAL

1. Unificada de novo a administração, a grande causa que se institui para a colônia é a da conquista do Norte.

O Sul já estava livre de intrusos, e ocupada definitivamente pelos portuguêses tôda a região da costa desde Pernambuco até os confins, ainda imprecisos, com a jurisdição de Espanha.

Os perigos, removidos desta porção do litoral, passavam-se para a zona até agora em abandono, por onde, de conluio com os índios, andavam os

franceses fazendo o seu tráfico em maiores proporções do que tinham feito no Sul.

Não podia, pois, êste fato senão preocupar sèriamente tanto o espírito da côrte, como o dos próprios colonos que estavam por lá mais sujeitos a encontros com os traficantes.

Como vimos atrás, Luís de Brito nada fêz, como a côrte esperava, em relação a êste urgente serviço: antes agravou os males que era preciso eliminar, visto como insuflou ainda, contra os portuguêses, maiores queixas do gentio.

Lourenço da Veiga, que se lhe sucede como governador-geral (1 de janeiro de 1578), não teve tempo de ao menos adiantar por si mesmo alguma coisa no caminho da Paraíba.

E', no entanto, em seu tempo, e parece que por êle patrocinado, que se propõe um rico proprietário de Pernambuco, Frutuoso Barbosa, tomar o cometimento como emprêsa sua.

Era Frutuoso homem de fortuna e de prestígio, e muito prático das costas da Paraíba, por onde traficara muito com os índios.

Foi primeiro à côrte, no intuito de assegurar prêmios e vantagens pelo serviço que ia prestar.

Viu-se logo em Lisboa que realmente seria êste o processo mais fácil e mais cômodo de levar semelhante tarefa, em vez de realizá-la de conta direta da Coroa.

Contratou, pois, Frutuoso com o govêrno a conquista e colonização da Paraíba à própria custa, mediante as vantagens e proveitos da capitania da terra desbravada por dez anos, com todos os privilégios inerentes a essa investidura.

Organizou lá mesmo a sua expedição, regularmente provida de tudo (quatro navios, tropa de desembarque, missionários, e grande número de colonos) e partiu para cá. Temporais o forçaram a ir dar outra vez a Lisboa, onde recompôs a sua flotilha, e veio ter a Pernambuco por 1582.

2. Em Pernambuco reforça ainda a expedição, e segue por mar para o Norte, enquanto Simão Cardoso vai por terra com uma legião de voluntários.

Na foz do Paraíba tomou Frutuoso cinco de umas sete ou oito naus francesas que ali carregavam *pau-brasil.*

Parecia, pois, encetar-se com fortuna o empreendimento.

Mas enquanto se esperava ali pelas fôrças de terra, uma cilada do gentio vem escarmentar de tal modo aquela gente que Frutuoso não quis saber de mais nada, e por mais que o exortasse a prosseguir Simão Cardoso, de tudo desistiu abalando para Pernambuco.

E assim, ficou tudo pior ainda do que estava, índios e franceses "mais soberbos do que dantes".

Havia já Lourenço da Veiga falecido (1581); e, ao cabo de uma interinidade que pusera a Bahia em desordem, empossara-se do govêrno geral (maio de 1582) Manuel Teles Barreto, que fôra o primeiro governador nomeado por Filipe II.

Era urgente atender à situação do Norte. Por fortuna dos colonos, entrara por aquêles tempos na Bahia uma parte da poderosa expedição de Diogo Flores Valdez à busca de provisões; e disso se aproveitou o Governador para formar uma forte expedição destinada à Paraíba.

Em Pernambuco juntou-se ainda a estas fôrças D. Filipe de Moura que governava a capitania como locotenente de Jorge de Albuquerque).

Seguiu por mar Diogo Valdez, com as fôrças navais, e foi encontrar, mesmo na foz do Paraíba, os franceses de novo muito seguros. Escarmentados, incendeiam os navios, e fogem rio acima em batéis.

Construiu-se então no pôrto, defronte ao Cabedelo (onde logo depois se levantou também uma fortaleza), o forte de *S. Filipe*, onde se pôs uma guarnição de uns cem homens, com três navios, tudo sob o comando de um Castejon, ou Castrejon.

Com a retirada do grosso das tropas, foi o forte de *S. Filipe* tornando-se alvo de insistentes agressões dos selvagens, açulados pelos franceses.

O ouvidor-geral Martim Leitão, que foi incansável naquele intento de defender a terra, conseguiu mandar algum socorro àquela guarnição em apertos.

3. Quando se soube, porém, que o grande chefe Piragibe, no seu profundo ressentimento contra os portuguêses (pelo que sofrera no tempo de Luís de Brito) resolvera aliar-se aos potiguares, houve alarma geral em Pernambuco, e pregou-se em aflições a *jornada* da Paraíba, a cuja frente se pôs o próprio Martim Leitão.

Em princípio de março (1585) marchou para o Norte aquêle "exército — diz Fr. Vicente — que foi a mais formosa coisa que nunca Pernambuco viu, nem sei se verá"...

Só a presença destas fôrças bastou para afugentar o gentio e os traficantes.

Tendo varrido de inimigos tôda a várzea do Paraíba e redondeza, voltou Martim Leitão para Pernambuco, deixando no forte de *S. Filipe*, fortemente provido de tudo, o mesmo Castrejon e Pedro Lôbo.

Em Pernambuco e Itamaracá o sucesso da jornada reanimou as populações, e muitos colonos pensaram logo em ir aventurar pelas terras novamente conquistadas.

Mal se persuadiam, no entanto, de haver ampliado horizontes para o norte, quando se recebe notícia de que o comandante espanhol estava em discórdia com a gente do forte e da povoação. E não demorou que chegassem a Itamaracá muitos debandados de *S. Filipe*, e logo atrás dêstes o próprio Castrejon, declarando que havia destruído o forte, e desamparado aquêle pôsto, porque se via sem recursos e sem inimigos...

Em tal conjuntura é ainda o infatigável Ouvidor-Geral quem levanta os ânimos, e organiza às pressas uma nova *jornada*.

Dá-se neste momento uma circunstância imprevista que vem concorrer muito para facilitar a obra dos colonos no rumo em que vão agora. Estava para partir a nova expedição, quando chegam a Pernambuco dois índios, procurando o Ouvidor-Geral da parte do chefe Piragibe.

Havia sido êste tratado afrontosamente pelos potiguares; e em grande despeito contra êstes, propunha paz, e pedia contra aquelas hordas tremendas o socorro dos pernambucanos.

Apressou-se Martim Leitão em mandar o capitão João Tavares ao encontro do chefe tabajara. Numa caravela com vinte homens de guerra saiu Tavares; e no dia seguinte (3 de agôsto de 1585) encontrava-se com Piragibe exatamente no ponto em que se ia situar a povoação que é hoje a capital do Estado da Paraíba.

4. Como êste acôrdo era da maior importância para a colônia, a instâncias da população, partiu solícito para o Norte o Ouvidor-Geral, a fazer efetiva e solene aquela paz.

Lançou Martim Leitão os fundamentos da cidade, fazendo construir ali um novo forte, em cujo comando investiu a João Tavares. Foi em seguida até à baía da Traição, expelindo daquelas paragens o gentio hostil e seus aliados.

E' assim que êste homem completava as suas funções de juiz com as de "general da conquista", como o intitula Fr. Vicente.

Mas estava longe ainda de normalizar-se a ocupação da Paraíba.

Em 1586 viera da metrópole, para comandar o forte recentemente fundado, um Francisco de Morales. Repetiu êste, ali, os desastramentos de Castrejon, expulsando do forte a João Tavares, e pondo-se em conflito com os pernambucanos e os índios aliados.

Os potiguares e os franceses, que só espreitavam aquêles momentos de discórdia para recuperar o terreno perdido, começaram logo a reaparecer pela costa, afoitando-se até às vizinhanças do forte.

Sentindo os perigos, abandona Morales inesperadamente o pôsto; e ainda uma vez teve Martim Leitão de acudir à Paraíba. Ali bateu de escarmentos o bárbaro e seus sócios, levando-os de vencida até para além da baía da Traição.

De volta, para mais segurança dos colonos, fêz Martim Leitão levantar um outro forte (*São Sebastião*) duas léguas rio acima; e para serventia comum dos moradores, construiu nas imediações um engenho de açúcar.

Agora, se não estava ainda feita integralmente a conquista da Paraíba, ao menos já se pode dizer que os portuguêses tinham a sua guarda avançada naquele pôsto; até ali estavam únicos senhores do litoral e de boa parte do sertão.

Como se tem visto, é o esfôrço do próprio colono (e ainda agüentando com os entraves devidos à perda da soberania portuguêsa) que alcança tais sucessos. E nesta investida sôbre os potiguares e seus cúmplices, o grande vulto que se destaca, representando o espírito da terra, é o heróico Martim Leitão.

5. E' assim, pois, que se vai, aos poucos, penosamente, conquistando-a trecho a trecho, entrando naquela porção do país.

As *jornadas* iam levando por diante o selvagem infenso e o traficante.

Mal se assentavam tendas numa paragem desbravada, e já era preciso, sem descanso, investir o acampamento desmontado, que se instalara para além.

Entre os colonos, os mais intrépidos, andam como que instintivamente, naquele afano de legião, e marcham sempre na vanguarda, vivendo uma vida de guerra contínua, como em praça militar que se desloca dia e dia para a fronteira que recua, e abrindo, para a nova ordem que se organiza, a terra cada vez mais ampla.

Avança-se pelo mar e pelo sertão. Enquanto se leva o selvagem de montanha a montanha, tem-se de ir expelindo das enseadas concorrentes mais temerosos, e de ir fortificando e guarnecendo a costa, por onde vêm sempre os maiores perigos.

Só ali, na Paraíba, duraram as lutas mais de dez anos.

Agora, daquele pôsto estão os olhos voltados para as estâncias do Norte; pois da baía da Traição haviam os franceses passado à do Potengi e vizinhanças.

Mas o grande mal das discórdias, que sobrevinha a cada vitória, vai retardar a avançada naquela direção.

Além disso, o govêrno do país ressentira-se, durante uns quatro anos, dos inconvenientes de uma nova interinidade, em conseqüência do falecimento de Manuel Teles Barreto, em 1587.

A administração dêste homem fôra profícua, principalmente porque corrigira os desmandos de Cosme Rangel, pusera em ordem a terra, e cuidara da sua defesa.

Mas, para alongar a interinidade que se abrira, aconteceu que o governador nomeado para suceder a Teles Barreto, Francisco Giraldes, em viagem para cá, estando já à vista da costa, fôra impelido para o norte por tormentas, e teve de voltar para o reino, lá falecendo.

Só por meados de 1591 chegou à Bahia o novo Governador-Geral, D. Francisco de Sousa, a cujos esforços vai dever o Brasil os melhores serviços, principalmente no aumento da conquista e na exploração do interior.

6. Na capitania da Paraíba já se haviam estabelecido muitos colonos, entre os quais alguns que tinham feito fortuna no Brasil, e que não cessavam de clamar contra as contingências em que os punham os franceses do Rio Grande.

Nesse sentido trouxera ordens positivas o novo Governador, e recomendações insistentes o capitão-mor de Pernambuco, Manuel Mascarenhas Homem.

Incumbiu-se logo êste de organizar e dirigir uma grande expedição, composta de fôrças de mar e de terra. Marchou Mascarenhas com quatro companhias, sob o comando de Jerônimo de Albuquerque, e foi na Paraíba encontrar-se com as fôrças de mar.

Na Paraíba reuniu-se à gente de Jerônimo um poderoso refôrço de Feliciano Coelho (portuguêses, mamalucos e índios de Piragibe) e dali seguiu para o Norte o exército de terra, enquanto Mascarenhas foi com a esquadrilha encontrar-se com Jerônimo já na barra do Rio Grande.

Ali desembarcou tôda a fôrça, e deu-se logo princípio à construção de um forte.

Não tardou, porém, que se apresentassem os potiguares, dirigidos por franceses, a hostilizar, com desusada veemência, os ocupantes. Chegaram os apertos a tal extremo que os do forte em construção só não se arriscaram a uma retirada desastrosa porque foram socorridos a tempo.

Mesmo agora, reforçados, tinham de combater todos os dias e a tôdas as horas, revezando-se as turmas na defensiva e nas obras de fortificação. Até que se foram amainando aquelas refregas.

Concluído o forte, ali ficou Jerônimo de Albuquerque com a sua gente, enquanto Coelho e Mascarenhas voltavam para as respectivas capitanias.

7. Já experimentado nas guerras passadas, e nos processos mais eficazes contra o gentio, valeu-se então, Jerônimo de Albuquerque, do concurso dos missionários.

Com muita felicidade, conseguiu chamar a si vários chefes potiguares daquelas regiões, entre os quais o velho Poti, patriarca de uma família de heróis, que vieram a celebrizar-se nas lutas dos colonos contra estrangeiros.

Quis D. Francisco de Sousa que fôssem aquelas pazes comemoradas como um grande acontecimento; e assim se fêz, indo especialmente ao Rio

Grande, para assistir ao ato oficial da aliança, o capitão-mor de Pernambuco, Mascarenhas Homem, e Alexandre de Moura, o ouvidor-geral Brás de Almeida, Feliciano Coelho e muitos outros capitães.

Lançou então, Jerônimo de Albuquerque, as bases de uma povoação a que deu o nome de Natal, em honra do dia em que se inaugurava ali a igreja que se havia edificado (1599).

Não se limitou o governador D. Francisco de Sousa a adiantar a conquista até o Rio Grande do Norte; renovou ainda algumas, e construiu outras fortificações na costa; e com solicitude especial, deu impulso a descobertas de minas no interior.

Para isto, enquanto se avançava da Paraíba para o Rio Grande (em 1598), visitava o Governador as capitanias do Sul até São Vicente, onde providenciou sôbre explorações em várias partes do sertão. Em 1608 foi ainda D. Francisco de Sousa nomeado Governador da Repartição do Sul. Mas agora, em vez de administrar, parece que só se preocupa com o problema das minas.

Em 1602 sucedeu a D. Francisco de Sousa no govêrno geral, Diogo Botelho.

Êste, no intuito de apressar a conquista do Norte, vem direito a Pernambuco. Vem com êle nesta ocasião, como sargento-mor do Estado, Diogo de Campos Moreno, o qual se tornou em seguida uma das grandes figuras da nossa história, particularmente na conquista do Maranhão.

No tempo dêste governador, propõe-se Pêro Coelho de Sousa realizar o que Frutuoso Barbosa não havia conseguido; isto é, a conquista do Ceará por emprêsa sua.

Foi êste mais feliz que o outro; mas a própria gente lhe criou entraves, e teve por fim de desistir de tudo.

Deixamos aqui, portanto, a solução que se procura: a ânsia do colono, mais que a ação oficial, espera no Rio Grande a oportunidade de avançar para além.

QUESTÕES CONEXAS: — *Expedição de Diogo Flores Valdez.* — *Vacilações da metrópole quanto ao govêrno da colônia.* — *O domínio da Espanha.*

IMPORTAÇÃO DE AFRICANOS

1. Desde épocas imemoriais havia na Africa a escravidão histórica; isto é, a que é própria de tôdas as sociedades humanas numa certa fase da sua evolução social e política.

Da escravidão histórica nasceu a escravidão mercantil; isto é, a exploração do cativeiro como um negócio. Esta é exclusiva e característica das raças africanas degradadas, desde que se puseram em relações com outras raças em mais alto grau de cultura.

Sem remontar a tempos mais remotos, parece que se podem ter os árabes como os criadores da moderna escravidão do negro.

As vitórias do Islã deram como resultado o estabelecimento do tráfico pelo extremo nordeste do continente. Com o dervixe penetraram até o coração da Africa as legiões do profeta. Como a conquista — a forma de proselitismo preferida pelos apóstolos de Alá — era fácil, e sem glória nem proveito entre selvagens, salvava-se ao menos o que era possível no interêsse dos conquistadores: o monopólio do comércio, e o tráfico de escravos destinados a suprir o Sul da Asia e grande parte do Mediterrâneo oriental.

Êsse tráfico ampliou-se com a expansão do Crescente por todo o Norte da Africa. Teve então o tráfico externo dois largos emunctórios: o de leste, pelo mar Vermelho; e o do norte, pelo deserto, até o Magreb.

Nos princípios do século XV, puseram-se os primeiros navegantes cristãos em relações com os indígenas da costa africana de leste. Alguns aventureiros chegaram a internar-se no continente subindo os grandes rios. Encontraram-se êsses com traficantes e mercadores árabes, e viram então o estado em que se achavam os negros.

Segundo se diz, o primeiro português que levou para o reino alguns africanos do Senegal fôra Gil Eanes. Mesmo admitindo que antes de 1432 não se conhecessem na Europa (ao menos na Península Ibérica) escravos negros, pode-se fixar que só depois de meados do século XV é que se começou a introdução em Portugal. Ainda assim, o que se fêz até fins do dito século não passou de meros ensaios, sem o caráter franco de especulação mercantil.

Basta ver que, em 1483 ou 84, ainda Diogo Cão levara da Guiné para Lisboa, como curiosidade, quatro rapazes negros que lhe confiara um régulo da costa. Não os levou, porém, como escravos, senão como visitantes, para que depois, ao voltar para a Africa, como efetivamente voltaram, contassem entre os seus o que tinham visto na terra do branco.

O tráfico efetivo, data, portanto, dessa época (fins do século XV). Primeiro, fazem-se experiências em Madeira e em Pôrto Santo; em seguida, levam-se negros para os Açôres; logo depois para Cabo Verde; e por último (por meados do século XVI) trazem-se para o Brasil.

2. Regulou-se logo o negócio (a compra na Africa, o transporte, e a venda nos mercados) com aquiescência, e mesmo com o apoio de todos os

governos. A competição mais forte dava-se entre especuladores da França, da Inglaterra, de Portugal e da Holanda.

Foi principalmente nas novas terras descobertas que se sentiu mais necessidade de braços vigorosos, sem os quais os latifúndios, que fàcilmente se adquiriam, não teriam nenhum valor.

E' para a América, pois, que se fêz o tráfico mais vasto.

Não foi, no entanto, o Brasil o núcleo mais denso de população negra na América; nem nos toca a nós a prioridade do tráfico. Antes de nós, importaram os espanhóis as primeiras levas para as Antilhas. Cuba e Haiti tornaram-se definitivamente, sobretudo esta última ilha, os maiores centros de elemento africano em tôda a América; e a tal ponto que ainda hoje, numa porção considerável da antiga Hispaniola, é a negra a raça preponderante.

Ao Brasil, só com alguns donatários, é que começaram a chegar os primeiros negros. A princípio eram empregados exclusivamente em serviços domésticos; depois, no trabalho dos engenhos.

Os africanos eram trazidos por emprêsas, que disso se ocupavam como negócio lícito e rendoso.

Do pôrto de desembarque seguiam as turmas para estações de refrêsco, de onde se recolhiam depois aos armazéns das feiras.

Os dois grandes entrepostos da introdução, no Brasil, foram a Bahia e o Rio de Janeiro. Daí é que saíam escravos para todo o país.

Tem-se calculado em milhões o total de africanos que durante três séculos entrou aqui na fusão geral. E' isto bastante para sugerir a enorme importância dêste coeficiente na formação do nosso complexo étnico.

3. Nos primeiros tempos da colônia, até meados do século XVII, os núcleos mais densos de escravatura estavam no Norte, em Pernambuco principalmente, e na Bahia. Logo depois, tornou-se também o Rio de Janeiro um centro notável.

Durante todo o século XVIII (primeiro devido ao trabalho dos engenhos, em seguida ao serviço agrícola) o Rio se fêz um como pôrto africano, com aspecto de uma Loanda mais vasta e mais agitada.

Nem todos os escravos, aliás, iam para o interior. Muitos dêles ficavam por aqui mesmo, ou nos lares como fâmulos, ou nos armazéns de comércio, nos serviços de estiva e de transporte local, e até em pequenas oficinas de artes mecânicas.

Desenvolveu-se mesmo entre a gente mediana da terra o costume de comprar negros para os pôr de aluguel em fábricas, ou de soldada na praça, ou em obras públicas. Êste gênero de negócio tornou-se logo muito comum. Uma família que conseguia adquirir um casal de escravos tinha feito às vêzes um seguro patrimônio. Era um bem que aumentava, tanto

pela procriação, como pelo acréscimo do valor venal que o escravo ia tendo. A fecundidade da raça continuou aqui a ser espantosa como na Africa. Muitos senhores, em vinte ou trinta anos, viam triplicada ou quintuplicada aquela propriedade, sacrílega aos nossos olhos de hoje, mas naqueles tempos só preciosa.

Quanto à valorização do escravo, basta ver que ainda pelos meados do século XVIII custava uma *peça* da India, ou um *fôlego vivo* (como se dizia em documentos oficiais) na média 100$000 (os *molecotes*, de 40 a 80$000) e já em princípios do século XIX, o valor de cada indivíduo foi crescendo de 500$ até 2:000$000 e mais. O escravo *ladino* (já ensinado) valia muito mais que o *boçal* (chegado recentemente da Africa). O *crioulo* nascia já valendo mais. Um *moleque* inteligente, sabendo algum ofício, arte ou mister, valia dinheiro. Uma jovem *mulata*, vistosa e prendada, era uma fortuna.

O declínio da mineração fêz volver pouco a pouco a atividade geral para as indústrias agrícolas. O escravo foi passando da lavra para o eito. De princípios do último século em diante, a lavoura do café começou a deslocar para São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, a população negra.

Criou-se então o tráfico interno: os novos negreiros compravam escravos nas cidades para os vender nas fazendas.

Nas cidades, com os antigos senhores, ficavam só os *escravos de estimação*, as amas de peito e as amas sêcas, os criados domésticos (*as mucamas*), artífices e operários. Foram êsses elementos que entraram na fusão; e hoje se acham mais ou menos diluídos no aspecto geral da população brasileira.

4. Procurando apanhar os vestígios que a escravidão deixou no caráter nacional, vejamos o que é possível num relancear de olhos.

Foi o escravo que desnobilitou o trabalho. Ninguém se convence, mesmo hoje, de que num ofício se possa ser homem de sociedade. As próprias artes liberais voltaram a ser aqui o que tinham sido na Idade Média. Saber música, tocar um instrumento, conhecer desenho ou pintura, ser escultor ou arquiteto — eram habilidades que não convinham a pessoas de família ou de posição social. Ensinar meninos era profissão quase degradante. E' por isso mesmo que, em regra, os artistas do período colonial vinham da escravidão, ou das classes mais humildes.

A coexistência (e na maioria dos casos, o convívio) do senhor e o escravo (formando quase verdadeiras castas) deixou em tôda a nossa psicologia de povo profundos vincos, que só a obra da cultura fará desaparecer de todo. E' fácil assinalar, por exemplo: — um sentimento exagerado da fortuna e do poder, e até de funções (às vêzes mesmo as mais precárias) — em contraste com a mais absoluta subserviência diante de uma fortuna ou de um poder maior, ou de funções mais altas; ao lado de

uma negação absurda da autoridade — um ridículo autoritarismo no cargo mais insignificante alternando com a mais leviana desestima pela justiça e pela ordem, até as mais incríveis audácias — uma refinada hipocrisia, desplante para invocar, em momento oportuno, o império da lei; a violência arrogante, e o mais baixo renunciamento pessoal; a filáucia destemperada, e a indolência vencida, a desídia moral do bárbaro; a idolatria das grandezas e o desprêzo da humildade; e tantas outras *virtudes*, de que às vêzes nem nos apercebemos.

O regime servil equivaleu perfeitamente, nos seus efeitos, aos antigos despotismos. Dêle, como dêstes, não podiam deixar de sair: um homem que sempre mandou, e outro que sempre obedeceu; cuja sorte era morrer no trabalho, e outro que tinha direito a gozar voluptuosamente a vida. à custa do seu semelhante. Um e outro vieram da escravidão, e ficaram como taras no sangue nacional.

5. E não se pense que as altas classes ficavam imunes dessa herança. Foram exatamente as famílias ricas que recolheram logo, para todos os serviços domésitcos, o homem de côr. Era muito raro encontrar casas onde houvesse fâmulos que não fôssem negros; pois, os brancos, a isso se recusavam como a uma degradação. Não havia serviço, mister, e até festa de lar, onde a criadagem negra não entrasse. Mesmo fora de casa, indo à igreja, ou viajando, a família não prescindia da sua escolta de serviçais. A ação do escravo não se limitava, aliás, a exercer-se nesse trato íntimo e contínuo com a família do senhor.

Um veículo mais franco do sangue africano foi a intimidade em que a mulher negra ficou, desde logo, com a parte da família branca exatamente mais suscetível de ser influenciada: os filhos do senhor, desde o nascimento até a puerícia, eram entregues à ama e à governante. Em seguida à ama de leite; faziam o resto a ama sêca e o pajem.

Quem quiser hoje, no entanto, saber onde é que subsiste melhor a índole do negro sobrevivente da escravidão, não há de ficar nos grandes centros urbanos; mas há de visitar as paragens mais escusas das cidades, os pequenos povoados nas vizinhanças das praças, os sítios onde, depois da abolição, se foi refugiar uma grande parte da população negra.

Se no próprio caráter nacional é incontestável a influência do escravo, em tudo o mais — nas indústrias, nas artes, nos ofícios, nas festas, na língua — se encontram vestígios bem vivos da ação do africano.

6. Estudando-se o negro sob o ponto de vista do concurso que prestou à raça branca na formação da nacionalidade, tem-se de reconhecer que êle representa em tôda a nossa história um contingente de primeira ordem.

Agüentou êle aqui, durante mais de três séculos, todo o pêso do trabalho de que viveu a colônia. E isso não impediu que em tôda parte facilitasse

Guarita ou vigia do Forte dos Reis Magos, situado na entrada da barra em Natal.

Visita dos índios a uma fazenda. — Desenho de Rugendas.

Transporte de pretos ou escravos para o interior. — Desenho de Rugendas.

o estabelecimento dos portuguêses, guardando-lhes as povoações e as fazendas contra os índios.

Passou em seguida a defender a terra contra estrangeiros. Em todos os movimentos de repulsa a corsários e aventureiros e a cobiça de outros governos, figurou o negro com uma coragem e galhardia que o igualaram aos grandes heróis das duas outras raças. E' mais do que provável que, sem o negro e o índio, não teria o português mantido aqui o seu domínio.

Mas é como agente da nossa riqueza que teve o africano, na América, o seu papel mais considerável. Sob êste ponto de vista sobreleva êle indiscutìvelmente o elemento indígena. "Os escravos, dizia Antonil, há mais de dois séculos — são as mãos e os pés do senhor de engenho; porque sem êles, no Brasil, não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente". Sem êles coisa alguma se fazia que dependesse de esfôrço físico e causasse grandes fadigas.

Não lhes coube, pois, apenas o trabalho dos campos e dos engenhos: além das grandes culturas que só êles fizeram, em todo gênero de trabalhos figuram como quase únicos braços de que dependia a nossa produção geral.

Eis aí como se destaca, em pleno relêvo, a dupla grande função da raça negra nesta parte da América: ela criou a economia da colônia, sem a qual não se teria fixado aqui o elemento dirigente; e guardou o território, sem o qual não seria o Brasil o que é hoje.

E' evidente que sem a unidade moral em que ficaram as três raças; sem aquêle profundo sentimento da pátria em que elas se identificaram nas horas do perigo; e sobretudo, sem uma forte capacidade defensiva — é evidente que não teríamos conseguido trazer íntegro e indivisível, até à sua plena eclosão política, êste imenso país.

7. Há ainda uma prova que não se há de esquecer quando se quiser julgar com justiça a natureza moral do africano: é o modo como êle protestou contra a escravidão.

Sob êste ponto de vista, a sorte do negro é muito mais dolorosa que a do próprio índio. Êste ainda estava na sua terra, e tinha por si, não só a soberania do sertão, como o patrocínio do missionário, a voz da humanidade, e até a palavra de ordem dos governos.

O negro não teve por si misericórdia de nenhum coração. No seu exílio, nunca teve uma alma a cuja piedade pudesse recorrer nas suas amarguras. Todo aquêle mundo, surdo e fechado, tinha para êle a mesma repulsa que se tem pelo simples animal.

Pois assim mesmo, vencido e degradado, teve ainda o negro alma bastante para dar testemunho da sua indignação contra a fôrça. Desde o primeiro instante do castigo não soube dissimular o horror da sua imensa

miséria. As fieiras de negros que saíam do interior da Africa chegavam aos entrepostos da costa sempre desfalcadas pelo suicídio. Durante a espera dos brigues, muitos morriam de tristeza ou de cólera. Em viagem, no porão do navio, uns enlouquecem, outros deixam-se morrer de fome e de sêde.

À terra desconhecida chegam todos como idiotas.

E então começa o longo noviciado de dor que a raça teve de fazer aqui para chegar à história.

Primeiro resignam-se espantosamente com a sina.

Depois, vai-se erguendo, hirto e sinistro, a rebater o crime pelo crime. Não haverá talvez um recanto do país onde não subsista memória de alguma tragédia.

Travara-se a luta. Como o senhor era sempre o mais forte, o negro, ou capitulava agravando o suplício, ou fugia para as florestas. Era a fase dos quilombos.

Abre-se depois, já nos nossos dias, a última fase. O negro concilia-se com o destino para vencê-lo.

E é então que êle vai ver como afinal o branco estava, de alma aberta, a seu lado. A causa do negro tornou-se causa de tôda a nação.

A história, em suma, é feita assim mesmo de tais contrastes. O que andamos fazendo é isso mesmo: andamos reduzindo cada vez mais o êrro e a injustiça.

QUESTÕES CONEXAS: — *O tráfico.* — *O* banzo *do africano.* — *Os* capitães de mato. — *Influência do negro na sociedade colonial.*

VII

DOMÍNIO ESPANHOL – FRANCESES NO MARANHÃO COLONIZAÇÃO DO NORTE

SUMÁRIO: — Os franceses no Norte. — Os corsários em nossos mares. — Conquista e colonização do Norte.

OS FRANCESES NO NORTE

1. Muitos anos havia que os franceses, refluindo para o Norte acossados de baía a baía, se tinham estabelecido regularmente no Maranhão, amparados pelo seu próprio govêrno, contando com recursos de todo gênero, e em muito boas relações com os indígenas.

Desde, pelo menos, 1594, que tinham ocupado efetivamente a Ilha Grande, ou ilha da Trindade (São Luís).

Alguns anos antes, um certo Jaques Riffault, que pirateava nas costas do Norte deixara-se seduzir de grandes planos com promessas que lhe fizera um chefe selvagem do Rio Grande, que lhe mostrara como seria fácil estabelecer uma colônia por aquelas paragens.

Formando o projeto de ampliar os seus negócios, fundando por ali um estabelecimento permanente, partiu logo para a França e lá, associando-se a outros aventureiros, e obtendo meios suficientes, angariou alguns colonos, e em três navios voltou para o Brasil, mas aportando em sítio muito distante daquele onde tencionava saltar.

E' provável que, ao chegar à costa, tivesse notícia da ação decisiva dos portuguêses naquela direção e; provàvelmente fôra, pelos próprios índios rechaçados do Rio Grande, induzido a ir mais para o noroeste.

Na Ilha Grande foi Riffault muito bem acolhido pelos tupinambás. Parecera-lhe mesmo aquela situação melhor, por mais afastada dos portuguêses, e até mais aprazível e mais rica do que a outra que tinha escolhido.

Resolveu, pois, Riffault, fixar-se ali, travando logo aliança com muitos chefes indígenas.

Tornou-se então aquêle pôsto o refúgio dos piratas e traficantes que enchiam tôda aquela vasta porção do nosso litoral.

Parece que as ambições daquela gente cresceram depressa com os sucessos que ia tendo. Até então tinham os franceses operado por ali como aventureiros, à mercê de todos os azares da sorte. Agora, porém, se apercebem de como dariam proporções extraordinárias àquela emprêsa, se a pudessem pôr sob o patrocínio formal da Coroa de França.

Combinou-se, então, que para isso iria Riffault à Europa, ficando como seu locotenente na ilha um Charles des Vaux.

2. Mas Riffault nunca mais aparecia; e cansados de esperar, tomaram os seus sócios a resolução de expedir para a côrte um emissário, a expor ao próprio rei o que se passava, dizendo-lhe que maravilhosa era a terra onde estavam, e quão fàcilmente dela se apossariam definitivamente, "por não ter dono".

Compreende-se o alto interêsse com que Henrique IV ouviu a comunicação de des Vaux, que fôra o enviado. Pareceu-lhe muito propício aquêle ensejo de entrar mais largo na partilha do continente, aproveitando-se das vicissitudes que tirariam a Portugal a consciência da sua enorme fortuna, sem avivar no espírito da Espanha o dever de guardar escrupulosamente um patrimônio que, sabia ela muito bem, não era seu.

Satisfeito com a notícia, e não querendo, no entanto, dar um passo arriscado, encarregou o rei a um oficial da marinha francesa, Daniel de la Touche, senhor de la Ravardière, de vir primeiro à América, verificar até que ponto eram exatas as informações de *des Vaux*. Era êste *de la Touche* marinheiro e viajante, nascido no *Poitou* por 1570, de família nobre. Tinha-se filiado no partido calvinista, mas sem paixão. Pensam alguns que, com Razilly, já havia feito muitas viagens à América, e mesmo às costas do Brasil.

Em seis meses que passou no Maranhão, deixou-se la Ravardière incender de entusiasmo pelas magnificências daquela natureza, e pelas condições peculiares de uma terra já povoada de gente pacífica, que era um elemento de primeira ordem para o bom êxito do intento que se planeia. Persuadiu-se logo de que todo aquêle admirável país, com algum esfôrço e decisão, poderia vir a ser um belo domínio da França.

Volvem, pois, *la Ravardière* e *des Vaux* para a Europa, deixando os companheiros muito animados, e nas melhores relações com os índios, cujo concurso era de grande importância na construção de fortificações, de templos e outros edifícios que se iam já improvisando.

3. Em França, não encontraram mais Henrique IV (assassinado pelo fanático Ravaillac, em maio de 1610).

Essa circunstância imprevista, no entanto, não os fêz esmorecer. O maior entusiasta daquela obra não era o rei, mas a rainha, Maria de Médicis, e o ministro Damville, o poderoso almirante de França e de Bretanha

o qual fôra o primeiro a dar atenção a *des Vaux*, e a expedir *de la Touche* em comissão ao Brasil.

Continuou, pois, o conde de Damville a proteger com esfôrço aquêle empreendimento; e a rainha regente, ainda com mais fervor do que o ministro, tomou o patrocínio da aventura. Concedeu a *de la Touche* as honras de locotenente do almirante Damville; e levou os seus alvoroços de esperança até oferecer à expedição uma rica bandeira, na qual "se viam desenhadas as armas da França em fundo azul-celeste, e um navio, cujo leme era pela rainha manobrado, e em cuja proa se erguia a figura do rei infante (Luís XIII) estendendo para ela um ramo de oliveira, e a vaidosa inscrição: *Tanti dux foemina facti* (De quanto é capaz a mulher que comanda)".

Não há dúvida: a expedição tinha todos os característicos de um serviço oficial, por mais que se procurasse depois dissimular tudo, negando a responsabilidade da Coroa de França.

4. Associou-se la Ravardière a dois nobres, um senhor *de Razilly*, e um Nicolas de Harley, senhor *de Sancy*, grande capitalista.

Alistaram-se muitos soldados e grande número de colonos, ascendendo a cêrca de 500 o total de aventureiros, contando-se entre êles quatro frades capuchinhos: Yves d'Evreux, que era o superior, Claude d'Abbeville, Arsène de Paris e Ambroise d'Amiens. Os dois primeiros tornaram-se cronistas da expedição; e as obras que nos deixaram são os documentos mais preciosos que restam da ocupação francesa.

A frota compunha-se de três navios; e partiu de Cancale (Bretanha) em março de 1612.

Tendo sido os navios, ao sair do pôrto, dispersados por um forte temporal, "arribaram a diversos portos da Inglaterra"; mas logo se reuniram na baía de Plymouth, e dali seguiram sem mais embaraço a viagem. Navegando rumo sul, passaram pelas Canárias, e desceram até o gôlfo de Guiné, para tomarem os ventos. Dali dobraram para leste, e vieram aportar a Fernando de Noronha, onde refrescaram uns quinze dias.

Encontraram naquela ilha um português e alguns índios, "fugidos ou desterrados de Pernambuco. A seu pedido, levaram-nos para o Maranhão. A 11 de julho descobriram costas do Brasil, e começaram a visitar baías, numa das quais encontraram dois navios franceses do tráfico". Tendo colhido dos compatriotas excelentes e precisas informações sôbre a terra que procuravam, desembarcam afinal em São Luís por princípios de agôsto.

5. Foram ali recebidos com muitas festas e demonstrações de alegria pelos franceses e os índios.

Os frades saltaram benzendo a terra, alçando cruzes, entoando cânticos religiosos, no meio da comoção dos seus e dos assombros dos selvagens.

Tratou-se, antes de tudo, de construir um outro forte, no alto de cuja tôrre, dentro de algumas semanas, alçavam uma cruz ao lado da bandeira da França, celebrando-se com tôda pompa a cerimônia da inauguração. Segundo C. d'Abbeville, foram os frades, com grande préstito, à fortaleza, onde celebraram atos religiosos, tendo um dêles proferido um sermão, "enaltecendo o valor moral" daquela solenidade. Des Vaux, que era versado na língua indígena, ia explicando aos selvagens as palavras do pregador. Benzida a grande cruz que ia ser levantada, e tendo recebido o culto dos missionários e dos franceses, chegou a vez dos índios, começando pelos principais e os velhos, "trajando os *murubixabas* umas sobrecasacas azuis, tendo na frente e nas costas umas cruzes brancas que lhes foram dadas pelos chefes da expedição para os dias de gala. Seguiu-se o benzimento da terra, salvando por essa ocasião a artilharia do forte e dos navios".

6. Instalados regularmente na ilha, não descansavam os franceses um só momento.

Logo nos primeiros dias publicou-se uma *ordenança* especial, regulando a conduta dos colonos.

Entre os artigos dêsse código alguns há muito curiosos, e que mostram como aquêles homens pareciam mesmo dispostos a fazer obra durável na América.

Os que jurassem *em nome de Deus* — estatuía o novo Drácon — seriam multados, até a segunda reincidência; e da quarta vez em diante teriam castigo corporal.

Os que faltassem com o devido respeito aos padres seriam rigorosamente punidos, regulada a pena segundo a gravidade da culpa. Cominava-se a pena capital aos que, de qualquer forma, tolhessem ou perturbassem o exercício do culto, ou as funções dos catequistas.

O locotenente general, como representante da pessoa do rei, era inviolável, intangível. Ficava sujeito à pena de morte aquêle que atentasse, *por palavras* ou atos, contra a autoridade do chefe supremo, a quem se devia a mesma obediência e fidelidade devidas ao rei.

Proibia-se absolutamente o duelo. O furto era punido, nas pessoas livres, a primeira vez com açoite e trabalhos forçados por um ano; e na reincidência, com a morte na fôrça. O escravo que furtasse era enforcado logo da primeira vez.

Cominava-se a pena de Talião para os delitos cometidos contra indígenas. Eram punidos com a pena de morte os que violentassem mulheres indígenas, casadas ou solteiras.

Quem sabe se em grande parte aí estaria a explicação daquela ordem perfeita que sempre ali reinou por mais de três anos!

7. E uma nota, sobretudo, em que convém insistir, é aquela do grande cuidado que sempre se teve em cultivar o respeito e a estima do gentio.

Sem contar as de todo o continente vizinho, havia só na ilha, segundo o cronista francês, 27 aldeias. Menciona êle os nomes de muitas delas e dos respectivos chefes. Os dois régulos que mais ascendência exerciam em tôda a ilha, e que os franceses tinham grande cuidado em distinguir e honrar, eram Marcóia Pêro e Japiaçu. Êste, que era chefe da maior e mais importante das aldeias, tinha até ministros que o auxiliavam no govêrno da vasta povoação.

Tornaram-se assim, os selvagens, de imenso proveito para a colônia.

Enquanto se edificavam casas nas imediações do forte, guarneciam-se vários pontos outros da ilha.

Logo depois, como uma medida de política e segurança, conseguiu-se manter nas aldeias mais importantes, um oficial francês junto do respectivo maioral, ficando com isso os selvagens muito lisonjeados.

Com muita solicitude iniciou-se em tôdas as aldeias a cultura, tanto de gêneros do país, como de plantas que se tinham trazido, encaminhando os índios no trabalho rural, e em outras indústrias, que podiam ser ali fàcilmente exploradas.

Coisa alguma se esquecia naquela terra, onde se confiava que a França viria renascer na alma daqueles aventureiros, tão unidos, e tão identificados na sua fé.

Estêve sempre a colônia em relações com a sua metrópole, recebendo valiosos socorros, e servindo de valhacouto aos negociantes da costa, e aos piratas, que continuavam, nunca escarmentados, e agora mais ostentosos, a atacar fortes e povoações portuguêsas do litoral vizinho.

QUESTÕES CONEXAS: — *O tráfico de intrusos na costa leste-oeste. — A catequese pelos capuchinhos no Maranhão. — O que fizeram os franceses fora da ilha de São Luís.*

OS CORSÁRIOS EM NOSSOS MARES

1. Incontestàvelmente a simples pirataria e o corso nos fizeram muito maiores males que o intento de aventureiros que pretenderam fazer, em pontos do nosso litoral, os seus quinhões de conquista.

E' evidente, aliás, que Villegaignon no Rio de Janeiro, mais tarde la Ravardière no Maranhão, e depois os holandeses na Bahia e em Pernambuco, todos criaram embaraços ao desenvolvimento dos núcleos que estavam criados.

Todo êsse mal, no entanto, se compensava por uma vantagem do maior e mais extenso valor para os destinos da colônia: a presença de tais concorrentes valeu, para os colonos afrontados, como um imperioso estímulo de união e de esfôrço solidário na defesa comum.

Naturalmente, essa necessidade de defender a terra contra pretensões de estrangeiros teria de despertar entre os moradores o instinto de posse, e logo, com êsse instinto, exagerado no sacrifício, o sentimento de pátria, que dêle decorre.

De modo que se pode mesmo entender que, indiretamente, êsses intrusos nos fizeram mais bem do que mal.

O mesmo não se pode dizer da ação dos piratas e corsários. Êstes, durante os dois primeiros séculos, foram os maiores flagelos das colônias portuguêsas.

Primeiro, os especuladores associavam ao tráfico o roubo na costa: sempre que podiam, assaltavam embarcações desgarradas, ou prendiam carregamentos em baías desguarnecidas.

Depois, organizaram o grande negócio. Começaram pelo corso. Êste, que se disfarçava, a princípio, como recurso político, gerou a pirataria de profissão, que não foi naqueles tempos, menos honrosa do que muitos outros ofícios nobilitantes.

Tornou-se então o tráfego marítimo, um mister de bandidos; só os que se dispunham a jogar a fazenda e a vida é que se atreviam a correr os riscos de atravessar o oceano, mesmo em comboio.

Mas a ganância dos flibusteiros nem sempre se fartava de prêsas no alto mar; e então foram passando a agredir povoações desprotegidas da costa. A história da América (e dos dois oceanos) está naqueles tempos pontuada de horrores.

Contra o nosso litoral os ataques se tornaram mais freqüentes, depois que Portugal ficou sob o domínio da Espanha (1580 a 1640).

2. Desde os primeiros dias do domínio espanhol, começou o Brasil a ser alvo de ataques por parte de quantos tinham interêsse não só em concorrer agora nos mares com os dois povos da península, como sobretudo, em hostilizar a absorvente grandeza da Espanha, quando menos dividindo-lhe as fôrças de guerra para longe da Europa.

Já havia aquêle tremendo Francis Drake, o furioso inimigo dos castelhanos, assolado as costas do Pacífico em 1577, quando uma outra expedição inglêsa se apressa a seguir-lhe os rumos, no intuito de ver que par-

tido se poderia tirar do comércio e da conquista no novo mundo e no Extremo Oriente.

Era esta expedição comandada por um Edward Fenton, e compunha-se apenas de dois galeões, mas bem armados e guarnecidos.

Desceu Fenton pelos nossos mares fingindo procurar o Pacífico; mas antes de chegar ao estreito de Magalhães, deliberou retroceder sob qualquer pretexto, e veio entrar no pôrto de Santos, dissimulando as suas intenções.

Desconfiados da visita, fizeram os moradores retirar as famílias, e prepararam-se para qualquer eventualidade.

Dentro de alguns dias tiraram o rebuço os bandidos e resolveram tomar conta da vila. E tê-lo-iam decerto feito se não fôra uma coincidência providencial. Aconteceu que, ao mesmo tempo quase que a de Fenton, saíra de Espanha a expedição de Diogo Flores Valdez, que vinha à caça do temeroso Drake. Não tendo podido fazer a travessia do estreito, voltou Flores Valdez para o Norte e de Santa Catarina, mandou um capitão (Andrés Higino) com alguns navios correr a costa, por ter ouvido falar em corsários por estas paragens. Êstes navios vêm entrar no pôrto de Santos no momento em que os inglêses iam executar o seu plano.

Entram logo em combate os navios contrários; e a luta durou até o dia seguinte, quando os corsários se fizeram ao largo, e desapareceram (1583).

Alguns anos depois, nova expedição depredadora vem para a América, sob o comando de um Roberto Withrington. Desceu êste até o estuário do Prata, e ali capturou logo dois navios portuguêses. Dali voltou para o Norte, e de surprêsa foi entrar na baía de Todos os Santos, apoderando-se logo de algumas embarcações que ali carregavam.

A população, aterrorizada, só cuidou de fugir. Mas a Junta inteira tratou de impedir o desembarque dos piratas.

Não tendo conseguido apossar-se da cidade, procuraram os inglêses outros pontos do litoral, entregando-se durante cêrca de mês e meio a pilhagem desenfreada. Por sua parte, cobram ânimo os moradores, e rebatem aos ímpetos dos inimigos.

Afinal, sentindo aquela resistência desesperada, e havendo em vão tentado por vêzes assaltar a cidade, retiram-se os flibusteiros, depois de haverem, num furor de vândalos, devastado inùtilmente muitas povoações do Recôncavo.

3. Logo depois, era a vila de Santos investida de novo por piratas inglêses. E' agora a vez do famoso Thomas Cavendish, o tipo do ladrão dos mares, que sabia dar às suas façanhas e depredações uma côr de elegância cavalheiresca, tornando-se popular, e sendo aplaudido, em vez de renegado, pela própria aristocracia européia.

Êste bandido desalmado matava e destruía sem proveito. Nesta segunda viagem à América do Sul perpetrou os maiores horrores e devastações. Pela coisa mais insignificante, mandava *prender à vêrga* os míseros que lhe caíam sob as mãos.

Já havia êste, como Drake, feito (por 1585-1588) uma viagem de volta ao mundo. Tendo esbanjado o fruto das suas proezas, deliberou refazer-se ainda uma vez pelo corso.

Com alguns navios tomou caminho da América do Sul. Da ilha de São Sebastião mandou gente a saquear a vila de Santos. Essa quadrilha foi, pela madrugada de 25 de dezembro (1591), surpreender a população na igreja, ouvindo a missa de Natal. Fecharam na igreja os moradores, e começaram o saque. No outro dia, desembarcava o próprio chefe do bando.

Ali estiveram os piratas, arrecadando e destruindo, durante mais de dois meses. Só se retiraram quando não havia mais nem víveres a recolher. E antes de sair para o Sul, mandou Cavendish queimar os engenhos da ilha.

Nem deu bem tempo o bandido a que reparassem de todo, os moradores, aquelas destruições. As tormentas lhe dispersaram os navios; e não podendo vencer o estreito, teve de voltar para o Norte, a bater de novo as costas do Brasil.

Sem esperar pelos demais, vem êle com o capitânia surgir na barra de Santos, fundeando "diante de um engenho sito à beira do mar". Mandou uns vinte homens à terra, em busca de mantimentos. Apreenderam logo uma lancha que estava no pôrto; encheram-na de víveres recolhidos de grandes armazéns que ali havia, e mandaram tudo aquilo para bordo, onde receberam a lancha — diz o cronista Knivet — "com mais alegria do que se viera carregada de ouro".

4. No outro dia, novo carregamento para bordo, principalmente de açúcar e milho. O navio de Cavendish estava cheio agora. Satisfeito com aquela abundância, ordenou êle àqueles homens que voltassem para bordo.

Mas êles, que traziam fome longa e mal curtida, entenderam que não deviam cumprir ordem tão mal avisada antes de haver completamente varrido a terra.

Foi a desgraça dos insaciáveis ladrões: surpreendidos por alguns portuguêses e muitos índios, pagaram com a vida aquela insânia de rapina, conseguindo salvar-se apenas um, que a nado alcançou o navio.

Indignado com êste desastre, ainda mandou Cavendish à terra uns oitenta homens. Os moradores, porém, estavam agora prevenidos; e não tendo probabilidade de tomar vingança, preferiu aquela malta tirar mais proveito, pilhando algumas casas isoladas, e volvendo para bordo bem provida.

Levantou ferro o capitão pirata, tomando rumo norte, à procura do Espírito Santo, onde contava fazer farta pilhagem.

Ao cabo de uma semana, foi surgir à entrada daquela baía. Receoso, porém, não obstante o que afirmava um pilôto português que fôra aprisionado, permitiu apenas o Almirante que fôssem alguns mais afoitos explorar em escaleres a paragem. Não se encontrou profundidade para os navios; e o chefe corsário, julgando-se iludido pelo pilôto, fêz imediatamente, sem nenhuma indagação, enforcar o pobre homem.

5. A gente que tinha ido explorar a baía, contra as ordens formais que levava, tentou aproximar-se da terra; mas foi recebida hostilmente pelos moradores. Travou-se luta desesperada, perecendo a maior parte dos inglêses. Dos que voltaram, "não havia um só que não estivesse ferido de flecha". A própria gente dêle, escarmentada, já discute as ordens do comandante.

Êste revés aniquilou de todo o ânimo do temeroso bandido do mar. Além de ferido de tão rude golpe, apercebia-se, agora, de que não tinha mais autoridade para dirigir aquêle bando de sobreviventes desalmados, entregues aos desvarios do seu infortúnio.

Saindo dali, não teve Cavendish a dita de rever a pátria, falecendo durante a viagem para a Inglaterra — dizem que de doença, de miséria e de remorsos.

Mas deixando o Espírito Santo, não rumou logo para a Europa; voltou ainda, só com o seu navio, à ilha de São Sebastião.

Não quis o grande bandido deixar sem epílogo a vida que vivera: naquela ilha abandonou os enfermos que iam a bordo. Eram umas vinte criaturas, que nem podiam mais andar.

Entre êsses desgraçados estava Antônio Knivet, o marinheiro que depois ainda aventurou nos sertões, e nos deixou uma relação muito curiosa das vicissitudes que sofrera.

Apesar de tais desastres, continuava o grande negócio do tempo a estimular a ambição de aventureiros e a julgar-se pelos créditos em que andava aquêle banditismo heróico, tão cedo não conseguiriam as colônias americanas libertar-se das contingências a que se achavam expostas.

6. Poucos anos depois de Cavendish, preparam alguns argentários de Londres uma outra expedição de corso, principalmente contra o Brasil. Confiou-se o empreendimento a um James Lancaster, sujeito que se havia criado e tinha vivido muito tempo em Portugal, de onde saíra com grande aversão aos portuguêses.

Saindo de Londres (fins de 1594), ganhou Lancaster uma das ilhas de Cabo Verde, a ilha de Maio, onde estêve muito tempo a capturar

navios que traziam a bandeira de Espanha. Teve ensejo ali de associar-se a outro pirata (Venner).

Não tinham, pois, os salteadores perdido naquela estação o seu tempo, nem malbaratado o seu heroísmo: e iam logo dali enviando para a Europa os frutos que tão fàcilmente começaram a colhêr sem ter plantado.

Tendo recebido notícia de que os armazéns do Recife estavam abarrotados de preciosas mercadorias da India, resolveram Lancaster e Venner tomar o rumo de Pernambuco, por não perderem aquêle farto bocado tão a alcance.

Ali chegaram alta noite (29 de março de 1595) com doze navios e muita fôrça de desembarque.

Conquanto surpreendidos, não esmoreceram os pernambucanos. Abrigaram as famílias, e cuidaram de defender o Recife, onde estava tôda a fazenda que sabiam ser o alvo daquela investida.

Mas os piratas deram provas de incrível temeridade, só explicável pelo fanatismo religioso, pelo ódio nacional, ou pela paixão de fortuna (e êles tinham tudo isso junto a convulsioná-los!): o próprio Lancaster, com algumas dezenas de homens escolhidos, em umas quantas lanchas, toma de assalto o forte de São Jorge, o único obstáculo que lhe impedia a entrada dos navios.

Desbaratados, mais de susto e terror que de armas, tiveram os portuguêses de fugir, abandonando o pôrto aos inglêses.

7. Mas o tempo que ali passaram não tiveram os piratas um instante de sossêgo, principalmente depois que Lancaster se recusou, com desdém e insolência, a receber uns parlamentários dos pernambucanos.

Foi o Recife pôsto em cêrco, mais apertado pela gente agredida, infatigável nos assaltos e emboscadas com que os ladrões se viram dia e noite em grande atropêlo.

No seu furor, inventaram os colonos tôda espécie de ardis contra aquêle bando, ali fechado e tolhido na angústia do pôrto sem deixar-lhe tempo mais que para aquela faina de encher à pressa os galeões.

Ao cabo de mais de um mês de ocupação do Recife, prepararam-se afinal os salteadores para sair com os fartos despojos que haviam recolhido.

Não quiseram, porém, deixar aquela terra sem punir de escarmento o protesto das vítimas. Sentindo que os sitiantes se afoitavam a ímpetos mais arrojados à medida que se aproximava o momento da partida, mandou Lancaster contra êles o imediato Barker com 300 homens. Adiantaram-se êstes temeràriamente pelo istmo, para os lados de Olinda; e quando se aperceberam, estavam envolvidos pelos pernambucanos, e tiveram

de fugir desordenadamente, perdendo cêrca de quarenta homens, entre os quais o próprio capitão Barker.

A insistir em tão penoso e arriscado desfôrço, quando estava completa a liquidação dos seus negócios, preferiu Lancaster, na tarde do outro dia, retirar-se, tendo tido a fortuna de chegar à Inglaterra com tôda a frota, carregada de copiosa rapina.

Foram essas, que nesta lição indicamos, algumas das agressões mais sérias e de pura pirataria e corso, que sofremos até fins do século XVI.

Estavam, porém, muito longe de cessar êsses perigos nos nossos mares. Até quase fins do século XVIII estêve o Brasil sujeito a investidas, e mesmo pretensões de conquistas por parte de aventureiros europeus, aberta ou dissimuladamente amparados pelos respectivos governos.

QUESTÕES CONEXAS: — *A flibustagem no Atlântico.* — *As* frotas de comboio. — *A figura de Cavendish.*

CONQUISTA E COLONIZAÇÃO DO NORTE

1. Na sua lenta avançada para o Norte estavam os portuguêses no Rio Grande, como já vimos em lição anterior. O problema para êles torna-se cada vez mais grave à medida que se aproximam da zona por onde se devem encontrar decisivamente com os franceses no seu estabelecimento permanente do Maranhão.

Estava por aquêle tempo (princípios de 1614) em Madrid o sargento-mor Diogo de Campos, o homem mais notável e de mais alto valor entre quantos então se destacavam na administração colonial e nas guerras da conquista.

Conseguiu-se que êle partisse para o Brasil com o encargo de dar o seu concurso à obra que se vai executar.

Em Pernambuco veio o sargento-mor encontrar a Jerônimo de Albuquerque reunindo gente para uma segunda *jornada* ao Maranhão.

Para conciliar os dois chefes, deu-lhes o governandor-geral, Gaspar de Sousa, novas provisões e regimentos, segundo os quais as ordens deviam dar-se em nome do capitão da conquista, mas tôdas as deliberações seriam "tomadas por votos", ouvindo-se em todos os casos o sargento-mor.

E' Diogo de Campos que vai ser a alma da expedição.

Partiram, Diogo por mar, e Jerônimo por terra, e foram (pelos fins de agôsto) juntar-se no Rio Grande, de onde seguiram todos na esquadrilha até a foz do rio Préa (ou Perejá).

Dali mandou-se gente prática a reconhecer a barra e a ilha do Maranhão. Não demorou esta gente a voltar com a notícia de se haver descoberto, dentro da baía a oriente da ilha (hoje baía de São José) uma situação magnífica em terra firme e sem se ter encontrado por ali nenhum francês.

Resolveu-se, à vista disso, seguir imediatamente para o Maranhão. Passando com grande dificuldade, mas com fortuna inaudita, por entre multidão de ilhas, baías e, parcelados, foram ter à ilha de Sant'Ana, ainda fora da barra.

Dali seguiram cautelosamente, entraram no estuário, e foram tomar posição defronte à Ilha Grande, no lugar que os índios chamavam Guaxindiba (ou Guaxenduba).

Naquela iminência construiu-se o *forte de Santa Maria.*

2. Tivera logo o sargento-mor, ao entrar na baía, sinais evidentes de que os franceses estavam apercebidos para a luta.

E com efeito, alguns dias depois, mandou *la Ravardière* ao forte uns índios que procuraram dissimular-se como de paz e desejosos de aliança. Ao mesmo tempo começaram os índios da ilha a fazer emboscadas e a matar incautos pelas imediações do forte.

Não demorou que os franceses começassem a mover-se. O *capitão du Pratz,* que havia pouco chegara da Europa com reforços, e a quem se incumbira a guarda da baía, atreveu-se a vir, com duas lanchas armadas, reconhecer a posição dos pernambucanos, e foi logo precipitadamente disparando artilharia contra o forte. Mas com a mesma precipitação teve *du Pratz* de fugir.

Pela madrugada de 19 de novembro (1614) viu-se do forte que o mar "estava coalhado de embarcações de vela e de remos, que vinham, em grande silêncio, chegando-se à praia, desviados do forte um tiro de falcão, por detrás dos mangues..."

Como zombando da temeridade dos outros, começam os franceses a desembarcar, "com tantas trombetas, caixas, buzinas e rumor, que não houve mais que fazer senão acudirem os do forte cada qual à sua estância".

Du Pratz com a vanguarda toma posição numa colina, vizinha ao mar. e a pouca distância do forte. Logo atrás, em ordem de batalha, o lcco-tenente de Pézieux, à frente de 200 franceses e de uns 2 000 índios.

La Ravardière, com mais 200 franceses e 100 índios, ficara comandando em chefe a esquadra, à espera do momento em que tivesse de atacar o forte por mar com a artilharia, sob as ordens de Razilly.

3. Apanhou de um instante o sargento-mor a tática do inimigo, e dispôs a sua gente para a luta. Dividiram-se as fôrças em três corpos: Jerônimo, com o seu, iria, por uma vereda secreta, através de matas cerradas, flanqueando o outeiro onde se achavam os franceses, até o momento de surpreendê-los.

O sargento-mor investiria pelo lado da praia. Ficaria de reserva, no forte, Gregório Fragoso com o terceiro grupo, para intervir oportunamente.

Estas disposições foram tomadas em alguns minutos, pois da rapidez dos golpes dependia a sorte da batalha. E com a mesma presteza tudo se executa. Assim que partiu o capitão-mor, põe-se Diogo em marcha para atacar o inimigo.

Esperava-se pelo sinal convencionado para a investida, quando chega à praia um trombeta trazendo uma carta de *la Ravardière*. Compreendeu o sargento-mor a astúcia dos franceses, que precisavam de tempo para se fortificarem no alto do outeiro; e como resposta ao chefe inimigo, deu o sinal do combate.

Rompe imediatamente o fogo do outro lado da colina; e "ao sinal, o sargento-mor dando por nome — *Virgem de Guadalupe!* e gritando — *Santiago!* cerrou com as trincheiras da praia".

Trava-se o combate ali com furor de sangue nunca visto. Quando o sargento-mor se apodera da primeira trincheira da praia, e Jerônimo, contornada a colina, se apresenta na retaguarda do inimigo, começam os índios contrários a debandar, e com êles os franceses, procurando as embarcações.

Não houve mais meio de conter o destrôço geral. Dos navios ainda se bombardeou o *forte de Santa Maria*, mas absolutamente sem proveito para os agressores.

Só a noite pôs de uma vez têrmo à batalha, que foi realmente até aquela época a mais notável dos tempos coloniais.

Esta imprevista e estrondosa derrota consterna os franceses; mas nem por isso se tranqüilizam os nossos. A esquadra inimiga conserva-se na baía, à vista do forte. Pelas vizinhanças sentem-se arruídos que inquietam o exército vitorioso, dir-se-ia incrédulo daquela vitória.

Tudo indicava que o inimigo poderia tentar um desfôrço, e ressarcir-se das perdas sofridas.

No dia 21 recebe o capitão-mor uma carta de *la Ravardière*, na qual se queixava êste de haverem os portuguêses esquecido as leis da guerra, e dizia-lhes umas bazófias, a que rebateu Jerônimo fazendo voltar contra os da ilha as exprobrações feitas aos do forte.

Sentiu o capitão francês que se iludia nos seus assomos, e mudou de tom, escrevendo, no dia 22, outra carta, mas já muito cortês e; logo no dia imediato uma terceira quase amistosa, revelando as disposições conciliatórias a que fôra reduzido o "mortal inimigo" do capitão português, como se dizia *la Ravardière* ainda na véspera!

No dia 25 veio ao acampamento dos portuguêses um emissário trazendo nova carta, na qual se propunha a paz sem mais cerimônias, e em têrmos que induziram o capitão-mor a fazer partir na manhã seguinte para o *forte São Luís* o próprio Diogo de Campos, tendo vindo primeiro ao forte de *Santa Maria* o capitão Razilly.

4. Combinou-se, então, um armistício, que foi assinado no dia 27 de novembro, enquanto se aguardasse a solução do litígio a que se entregaria às duas respectivas côrtes: armistício que duraria até dezembro do ano seguinte.

No dia 28 era *la Ravardière* recebido com as honras devidas no *forte* de *Santa Maria.*

Partiram para a Europa os emissários das duas partes, indo Diogo de Campos com um capitão francês para Madrid; e du Pratz e Gregório Fragoso para a França.

Depois de muitas festas, cuidaram os portuguêses de fixar-se em Guaxindiba, construindo igreja dedicada a N. S. da Ajuda, em tôrno da qual foi-se formando a povoação.

Nas cercanias fizeram-se logo muitas roças, e pouco a pouco se foi explorando a terra, em boa camaradagem com os franceses e os índios seus aliados.

Mas não era possível disfarçar, entre os intrusos, a significação daquela paz. Tinha-se-lhes liquidado aquêle estulto intento, e estava perdida tôda esperança.

Êles próprios mostraram bem claro tudo isso. Vendo o que se passava, foram os índios abandonando os seus amigos. Desenganados daquele sonho, retiraram-se para a Europa grande número dos oficiais mais distintos, os missionários quase todos, e muitos colonos.

Por sua parte, compreendendo a situação dos franceses, assim que se sentiu mais forte, com o socorro que lhe levou o capitão Francisco Caldeira de Castelo Branco, apercebeu-se Jerônimo de Albuquerque de que não tinha tirado todo partido daquela vitória; e sob o pretexto de que recebera novas ordens do seu govêrno, mandou intimar a *la Ravardière* que desocupasse de uma vez aquela terra, ou depusesse as armas reconhecendo ali a soberania do rei de Espanha.

Santa Maria do Belém.

Antigo mapa francês do Brasil (recorte).

5. Provàvelmente o capitão francês não recebeu com surprêsa a intimação. Êle próprio devia ter estranhado a pouca exigência dos que o haviam vencido, e que sabia muito bem serem de direito os senhores da terra.

Foi, portanto, ainda com tôda cordialidade que se concertou um novo convênio, pelo qual os franceses se obrigavam a deixar o Maranhão dentro de cinco meses, e ainda desta vez com passagens para a Europa e até umas tantas indenizações...

Como garantia dêsse compromisso entregou-se a Jerônimo de Albuquerque um dos fortes da ilha (o de Itapari) que foi logo ocupado.

Não parece que êste convênio fôsse, para os portuguêses, melhor do que o primeiro. Por fortuna dêles, nem êste se cumpriria.

Pelos fins de outubro (1615) chegavam ao Maranhão Alexandre de Moura e Diogo de Campos, incumbidos de tornar efetiva sem mais demora a expulsão dos intrusos.

Enquanto Alexandre de Moura, pelo mar, reforçava o bloqueio da praça, que era o principal reduto dos franceses (São Luís), ia o próprio Jerônimo de Albuquerque investi-la por terra.

Não restava aos sitiados mais que o recurso de uma capitulação imediata, o menos penosa que fôsse possível. Apresentou as suas propostas o capitão francês; e Alexandre de Moura aquiesceu às condições oferecidas, menos quanto à indenização pelos armamentos.

No dia 3 de novembro de 1615, arvorava-se solenemente no forte, agora de *São Filipe*, as duas bandeiras da península.

6. Muitos franceses preferiam, conforme lhes foi facultado, ficar no Maranhão, onde já haviam constituído família, e onde tinham propriedades que o govêrno ratificou.

A maior parte dos capitulados, porém, retiraram-se, vindo *la Ravardière* e outros oficiais, em companhia de Alexandre de Moura, a Pernambuco, dali seguindo depois para a Europa.

Em Olinda foi o aventureiro francês recebido com tôda as atenções, e achou até "por empréstimo o dinheiro que lhe foi necessário".

Isso, no entanto, não impediu que alguns anos mais tarde, segundo aviso do próprio rei a Matias de Albuquerque, o mesmo senhor de *la Ravardière* se oferecesse aos Estados Gerais de Holanda "para tornar com gente e navios com o fito de estabelecer e fortificar-se nas terras do Maranhão".

Antes de retirar-se de São Luís, acabados os festejos com que se comemorou a vitória, distribuiu Alexandre de Moura pelos colonos e índios, que haviam concorrido para aquêle sucesso, as recompensas devidas. No-

meou comandantes e outros oficiais para os fortes; e investiu Jerônimo de Albuquerque (Maranhão, agora) do govêrno da capitania.

De acôrdo com as instruções que tinha, encarregou ainda ao capitão Francisco Caldeira de Castelo Branco, de levar uma expedição para o Norte até o Pará, e descobrir e conquistar tôda aquela seção da costa pertencente aos domínios da Coroa portuguêsa.

Já se sabia que por todo o litoral do imenso estuário do Amazonas andavam chusmas de traficantes e aventureiros rechaçados cá do Sul para aquela zona deserta.

Durante o tempo que estiveram em São Luís não se descuidaram os franceses de adiantar explorações para aquelas bandas.

Por ali andavam, principalmente inglêses e flamengos, e com intentos, pelo que depois se viu, não de simples especuladores.

7. Com uns 200 homens partiu Francisco Caldeira no dia 25 de dezembro (1615); e foi explorando a costa, até entrar na vasta embocadura do rio Pará, navegando então para o sudoeste cêrca de vinte léguas, e indo tomar terra numa ponta do continente, à margem oriental do estuário, defronte à grande ilha do Marajó.

Naquela paragem admirável fundou logo um forte de madeira a que deu o nome de *Presépio*, em memória do dia em que tinha partido de São Luís.

Dali foram saindo os exploradores a visitar e reconhecer o litoral, por onde encontraram aventureiros que faziam com o selvagem largo tráfico, e tentavam até estabelecer-se em vários pontos.

Sentiu-se logo que umas tantas circunstâncias excepcionais iam tornar aquela conquista não menos penosa do que tinham sido as precedentes. Por ali se acumulavam as hordas insubmissas que os portuguêses iam acossando do Sul; e o ódio antigo recrudescia de conluio com a astúcia dos traficantes.

E como causa principal dos embaraços com que se vai lutar, vêm os desmandos entre aquêles pioneiros da terra. Pode dizer-se que por ali se começa no meio de tôdas as aflições da discórdia: e ser preciso esperar-se mais de um século se não pela ordem, ao menos por algumas aparências de vida normal.

Francisco Caldeira, pela sua estúrdia com os próprios oficiais, põe-se em conflito com a tropa, e é deposto e prêso. Substitui-o o capitão Baltasar Rodrigues de Melo. Mas as dissenções não cessam.

De tudo isso se aproveitam os índios para agressões cada vez mais audaciosas aos novos ocupantes da terra. Houve um momento em que desde o Maranhão até o Amazonas estrondam lutas pelos arraiais e pelas florestas.

Afinal (abril de 1619) chega a Belém (nome que tomara a povoação em tôrno do forte) o capitão-mor Jerônimo Fragoso de Albuquerque, com severas instruções para pôr ordem na tropa e conter o selvagem.

Começou Fragoso prendendo e enviando para Lisboa todos os desordeiros, e reprimindo com rigor a audácia dos selvagens.

Saíram os desordeiros, mas a desordem ficou. Infelizmente falece Fragoso; e o capitão que lhe sucedeu, em menos de um mês é destituído.

Dois homens, destemperados, mas firmes, vão revezar-se no domínio da terra, e com efeito prestam bons serviços: Pedro Teixeira e Bento Maciel Parente.

Graças a tais serviços, tomou a côrte a providência de criar, em 1621, o Estado do Maranhão.

QUESTÕES CONEXAS: — *Os padres Pinto e L. Figueira.* — *Primeiras viagens no Amazonas.* — *Estado do Maranhão.*

VIII

PRIMEIRA INVASÃO HOLANDESA

SUMÁRIO: — Os holandeses em cena. — Invasão da Bahia pelos holandeses. — Expulsão dos holandeses da Bahia.

OS HOLANDESES EM CENA

1. Não é exato, como pensam alguns autores, que no vasto cenário aberto pelos dois povos ibéricos se apresentassem os holandeses defendendo o livre comércio contra o monopólio.

Foi mesmo o contrário. A função do batavo na história daqueles grandes dias está longe de comparar-se à daqueles outros; principalmente à do português; pois enquanto êste criava, como a causa suprema para a Europa naquele momento, a expansão do espírito ocidental por todo o mundo: — que é que fazia a Holanda?

Muito provida e avisada, mas muito egoísta, cuidava de arranjar a sua economia doméstica, fazendo a sua lavoura e a sua pesca, fundando as suas oficinas e as suas manufaturas, abrindo canais e construindo diques.

E só esperou o instante oportuno, para sair da sua quietude laboriosa, a disputar aos heróis dos descobrimentos os proveitos e vantagens da obra realizada.

E' êste, pois, o papel dos holandeses, e dos outros concorrentes de Portugal e de Espanha: não foram mais que uns simples instigados da fortuna, campeões retardatários, que tinham decerto muito valor, mas que só chegaram depois de ferida a batalha e ganha a vitória, e só com o pensamento de recolher os despojos.

Não têm, portanto, o direito de ser considerados como pregoeiros e defensores de um princípio que foram os primeiros a desmentir, começando espertamente pelo tráfico, insinuando-se nos portos, iludindo o fisco em tôda parte; caindo logo no corso e na pilhagem, organizando-se em formidáveis quadrilhas marítimas que enriqueceram cidades e grandes casas: até que acabaram usurpando desafrontadamente o que a outros custara trabalho e sacrifício.

Pode-se dizer que a Holanda aprende com Portugal; isto é, que o exemplo do heroísmo vitorioso do luso é que estimula e agita o gênio flamengo.

No século XV, entre os povos marítimos da Europa, o holandês era ainda o mais fechado. Vivia diante do mar; não tinha, porém, o instinto da navegação.

Esperava pelo seu dia.

Êsse dia chegou quando Portugal e Espanha começaram a espantar a Europa, até ali quase desapercebida.

2. Primeiro, tomam conta os holandeses do novo comércio do Norte. Enquanto da Africa e da Asia, e logo depois da América, recolhem portuguêses e espanhóis os proventos do seu trabalho, incumbem-se armadores e negociantes flamengos de distribuir por todos os mercados, tanto os artigos das manufaturas européias, como os novos produtos coloniais, armazenados em Lisboa e em Sevilha.

Puseram-se assim no caminho da sua grande fortuna. Em poucos anos as suas urcas cruzam o oceano, e freqüentam, não só os grandes portos da Europa, como os novos mercados que se abriam na América e em tôda parte.

E quando o corso começou a tornar perigosa a navegação, foram êles os que mais depressa recorreram à precaução dos vastos comboios, perfeitamente guarnecidos de todos os meios da guerra.

Para isso, formaram primeiro as suas cooperativas, e logo depois as suas grandes companhias — as mais famosas associações mercantis que até ali se conheceram nos anais modernos.

Iniciaram o sistema pela Companhia das Indias Orientais, em 1602.

Esta deu de pronto resultados magníficos. Em menos de um decênio, apoderou-se de quase todo o comércio do Oriente.

Note-se como iam os holandeses com uma lógica segura, e num crescendo admirável: de pescadores, fazem-se marítimos de alto mar; de simples mercantes, passam ao corso, logo à pirataria, à flibustagem desenfreada; até que, sentindo uma exagerada confiança no destino, tentam apossar-se, pela fôrça, de terras que outros haviam descoberto.

3. Naturalmente havia Portugal (como a Espanha) de revidar-lhes os golpes.

É assim que o govêrno português teve de ir mudando de sistema: cuidou de reprimir, nos seus domínios, a ação que a princípio deixara livre aos flamengos, como a todos os traficantes. E logo que na Holanda se fundou a primeira companhia, fechou Portugal de todo os portos das colônias aos temerosos competidores.

Estava travada a luta formidável.

Aí temos, pois, os holandeses em cena, fortes, alvoroçados de fé naquele estranho surto para os mares e terras com que se ampliou, aos olhos da Europa marítima, o teatro onde vai operar a atividade renascente do mundo.

Os grandes sucessos alcançados pela Companhia das Indias Orientais abrem largos horizontes à ambição dos flamengos e volvem-se êles resolutos para o Brasil.

Desde alguns anos, aliás, logo que se puseram em conflito com a Espanha, vinham êles ensaiando investidas contra alguns pontos da América oriental, por onde anteriormente já negociavam.

Em 1599, a pretexto de uma viagem de explorações (como se usava no tempo) desce ao longo das nossas costas a expedição comandada por um Olivier van Noort.

Fêz êste pirata algumas tentativas em vários pontos do litoral entre Rio de Janeiro e São Vicente. Foi também ao Espírito Santo. Mas em tôda parte recebido hostilmente pelos moradores, e escarmentado com a perda de um dos seus navios e de muitos dos seus companheiros, seguiu para o estreito de Magalhães à procura das costas do Pacífico.

No mesmo ano era a Bahia assaltada por sete navios da esquadrilha de Leynssen. Êstes navios faziam parte da formidável expedição de Pieter van der Does, de setenta navios e que não dissimulava os seus intuitos nos mares da América. Descendo pelo Atlântico, apodera-se *van der Does* da Grande Canária; e dali mandou já para a Holanda trinta e tantos dos navios carregados de farta rapina. Da Canária procurou o gôlfo de Guiné, onde tomou a ilha de São Tomé. Foi a sua desgraça. Bate-lhe na gente a febre amarela, e em menos de quinze dias morrem 1 200 pessoas, inclusive o próprio almirante. O locotenente Leynssen, quebrantado, em vez de vir ao Brasil, que era o alvo da expedição, mandou apenas aquêles sete navios sob o comando dos capitães Hartman e Broer. Êstes navios recolheram sempre alguma coisa na Bahia; e voltaram para a Holanda em 1600, como tôda a esquadra.

4. Os negócios no Brasil não eram, no entanto, para serem abandonados. Mesmo sem as vantagens do salteio às povoações, só a captura de barcos pela costa, e pelas baías indefesas, já assegurava aos piratas, pelo menos, lucro certo e grosso.

Para os estimular naquela faina rendosa, e que além disso ainda passava como heróica, vinham motivos bem ponderosos. Já se tinha notícia das condições em que se encontravam os nossos portos mais freqüentados, e onde havia mais que pilhar. Tinha-se já também certeza do processo maravilhoso, pelo êxito de tantas expedições que volviam opulentas dos mares da América.

E principalmente os especuladores da Holanda não tinham razões para arrefecer nos seus ímpetos contra as colônias portuguêsas.

Continuaram, portanto, cada vez mais desafrontados.

Em 1604, nova quadrilha, capitaneada por um Paulo van Caarden, e composta igualmente de sete navios, invade outra vez o Recôncavo, apresa e incendeia embarcações; e só não desembarca gente porque encontra vigorosa resistência oposta pelos próprios habitantes.

O Governador-Geral (Diogo Botelho), impotente contra tais agressões, o mais que fêz foi aproveitar-se do fato como um argumento de fôrça para pedir socorros, fazendo voltar Diogo de Campos à Europa, a fazer sentir como se expunha a colônia a ser usurpada.

5. Vivia-se agora no Brasil como em contínuo sobressalto; pois os inimigos não deixavam descanso às populações. Como já vimos em lição anterior, não eram só holandeses os que tinham os olhos engrelados para as nossas vilas e cidades mais ricas: eram êles, porém, os mais insistentes e temíveis.

Sem contar outros ataques menos nocivos que sofremos, passados alguns anos daquela acometida de *van Caarden* (e estando nós já amparados pela famosa trégua celebrada entre a Espanha e as Províncias Unidas), é o Brasil visitado por uma outra esquadra flamenga, do comando de um Joris van Spilberg, em 1614/1615.

Só talvez em relação a esta é que se poderia estranhar o excesso de rigor cometido por alguns colonos portuguêses do Rio; mas isso se a inclemência dêstes não se explicasse pela temeridade, perfídia e malvadez dos piratas.

A correr a costa, fundeando aqui e ali, aconteceu que junto da Ilha Grande consentiu o almirante que alguns marinheiros desembarcassem; e como em terra fôssem muito descuidosos, caíram sôbre êles muitos colonos e índios, massacrando-os impiedosamente. Era no tempo de Constantino Menelau — diz Fr. Vicente; os holandeses aportaram na enseada de Marambaia, que dista umas nove léguas abaixo do Rio de Janeiro. Teve notícia disso Martim de Sá, que tinha engenho por ali perto, na Tijuca; e entendendo-se com o capitão-mor, ajuntou gente, e foi surpreender os piratas, que andavam descuidosos em terra apanhando frutas. Dos trinta e seis pobres homens, foram mortos vinte e dois, sendo os demais presos, e apreendidas as lanchas.

6. Dos navios, que estavam distantes, nada se pôde fazer em socorro dos infelizes; e Spilberg apressou-se em deixar a paragem seguindo para o sul com destino às costas do Pacífico.

Para consolar-se do desastre, e ressarcir-se da perda, em sua derrota para o estreito de Magalhães, conseguiu ainda apresar uma caravela portuguêsa bem provida, incendiando-a depois, na barra de Santos.

O que é estranho no meio de tudo isto é que a côrte de Madrid parecesse de todo indiferente a tais avisos.

Clamavam sem cessar os míseros colonos pelo concurso da metrópole naquela obra de defesa, em que só êles se sacrificavam, e quase sem proveito, porque o mais que faziam era guardar a terra à custa de seus bens, e do próprio sossêgo, e até da vida.

Ante a desídia da metrópole, redobravam de audácia os flibusteiros.

Desenfreou-se de tal modo a pirataria nos mares e por tôda a costa até o Amazonas que — diz o nosso Varnhagen — durante o ano de 1616 tomaram os holandeses vinte e oito navios de carreira do Brasil. E para se ver como crescia espantosamente aquêle negócio com que a Holanda se opulenta, basta notar que em 1623 já o número de navios apresados no mar e nos portos ascendia a setenta!

Tudo isso estava dizendo muito claro que o Brasil é alvo de uma cobiça cada vez mais desabusada, e que a audácia disputante é agora mais insofrida e decisiva.

Chega o momento em que, enriquecidos na nova indústria de devastar os mares, já senhores do Oriente, vão os holandeses passar do corso e do salteio a pretensões efetivas de terras na América.

E agora, além de tôdas as vantagens de encontrar obra feita nos dois oceanos, vem ainda estimulá-lo o rompimento com a Espanha. Lisonjeado pelo destino com tantos sucessos, e desvanecido da vitória contra o orgulho e fanatismo de Filipe II, estava o espírito nacional da velha Neerlândia perfeitamente retemperado de coragem para a competição em que ia entrar.

7. Pelo outro lado, apesar de todos os ataques que tem sofrido, não se poderia dizer que fôssem as mais precárias as condições do Brasil, no que respeita sobretudo ao sentimento geral dos colonos como base de resistência a inimigos externos.

E' exato que nos momentos mais graves se clamava para a côrte, e já vimos como a pouca solicitude da Espanha em relação à América oriental muito concorria para persuadir os colonos portuguêses de que o Brasil já não contava, pelo menos nas medidas em que isso era necessário, com a tutela da sua metrópole.

E' preciso, aliás, não exagerar as acusações que se fazem à côrte de Madrid. A Espanha estava numa situação muito complicada, em luta com sérios embaraços no interior, e em colisão com quase tôda a Europa do

norte, principalmente com a França, a Inglaterra e a Holanda, as três mais consideráveis potências do continente.

Para fazer face aos seus inimigos, e para defender, ainda fora da Europa, a imensidade de possessões que tinha de guardar em todos os mares, não era possível que tivesse, a tempo, sempre fôrças disponíveis. Nem se concebe que pudesse conservar em atividade permanente fôrças navais e de terra capazes de acudir a tôda parte onde houvesse clamores.

Em tal conjuntura, o mais prático era mesmo não dar ouvidos demais a quanto boato de riscos ou de agressões corria, aguardando-se os momentos decisivos em que fôsse necessário agir com segurança. Correr a êsmo a tôda parte, a atalhar perigos, antes de tudo seria nada mais que cansar inùtilmente.

Explica-se, pois, perfeitamente aquilo que aos olhos dos colonos parecia indiferença da côrte de Espanha.

Até certo ponto não se poderia ver isto como um grande mal para o Brasil. Sentindo-se abandonados (e de um rei que não era o seu legítimo) cuidavam os próprios colonos de defender-se. De duas intrusões, no Sul e no Norte, já haviam salvo a colônia: hão de, com a mesma constância e esfôrço, arrostar as tormentas que vierem.

QUESTÕES CONEXAS: — *A Espanha e as Províncias Unidas dos Países Baixos. — Os holandeses e a liberdade de comércio. — As Companhias das Índias.*

INVASÃO DA BAHIA PELOS HOLANDESES

1. Em 1609 celebra-se, entre a Espanha e as Províncias Unidas dos Países-Baixos, uma trégua de doze anos. Conquanto, pelo que respeita às colônias, fôsse perfeitamente ilusório êsse tratado, sempre se teve em Holanda alguns escrúpulos em atacar o Brasil com intuito de conquista, limitando-se os aventureiros aos gordos negócios da pirataria.

À medida, porém, que se ia aproximando o têrmo daquela trégua, agitava-se entre os armadores de Haia o pensamento de completar aquela primeira Companhia, que já operava com tanto sucesso na Africa e na Asia, por uma outra que viesse explorar as colônias da América.

Em 1621 (assim, portanto, que cessou a trégua) *autorizam os Estados* Gerais a incorporação de uma nova Companhia das Indias para operar no Ocidente, fazendo-lhe concessões extraordinárias, que lhe davam o caráter de uma verdadeira delegação de soberania nas terras onde se instalasse.

Em menos de dois anos estava a nova emprêsa organizada, e tratou-se de estudar o plano de operações com que se começaria a agir.

Cuidava-se, naquele momento, de estabelecer no Atlântico um cruzeiro destinado a dar caça às frotas que todos os anos conduziam para a Espanha as fabulosas riquezas da América.

Foi logo a nova companhia convidada para aquela obra, em que já se associavam a outra companhia e o próprio govêrno das Províncias Unidas.

Mas os diretores daquela preferiram levar com mais tática e segurança os seus cálculos, procurando primeiro na América oriental um ponto de apoio para as suas operações no Atlântico.

Fixou-se, então, o desígnio na conquista da Bahia, de onde seria fácil estender a influência, e mesmo o domínio flamengo, por todo o país, e até ao Peru pelo interior.

O plano despertou alvoroços gerais entre os argentários de Holanda, e teve logo aprovação do govêrno.

Pelos fins de 1623 estava equipada uma poderosa frota de vinte e seis velas, montando quinhentas bôcas de fogo, sob o comando em chefe de Jacó Willekens, tendo como vice-almirante o temeroso Pieter Heyn. A guarnição era de 3 300 homens, sendo 1 700 de tropas de terra, às ordens do coronel Johan van Dorth, que seria também o governador da conquista.

2. De vários portos de Holanda levantou ferros a esquadra pelos fins de dezembro e princípios de janeiro de 1624. Com exceção do *Holândia* (a bordo do qual vinha van Dorth) vieram os navios reunir-se na ilha de São Vicente (Cabo Verde), onde se demorou uns três meses, refazendo-se de água e de víveres, e pondo em ordem o material de guerra.

Dali zarpou a 26 de março.

Tinham chegado avisos desta expedição à côrte de Madrid; e esta, como desde algum tempo não cessava de fazer, preveniu o governador-geral, Diogo de Mendonça Furtado, recomendando-lhe que estivesse vigilante e que cuidasse de fortificar a Bahia, valendo-se de quantos recursos pudesse ter à mão.

Cuidou o Governador, secundado pelo entusiasmo de muitos capitães da terra, de aperceber-se para a emergência. Melhoraram-se as duas fortalezas, de *Santo Antônio* e de *Itapagipe*. Reconstruiu-se uma linha de trincheiras que protegiam a cidade pelo lado da terra. Levantou-se uma bateria (*forte do Mar*) num recife fronteiro à cidade.

Havia por ali uns tantos desgostos entre a população, e até entre o bispo e o Governador. Tudo isso, porém, se desvaneceu no dia em que correu a notícia de que pelas vizinhanças da barra andara uma nau holandesa, e que apresara um navio negreiro que chegava da Africa, tendo em seguida desaparecido.

Tanto bastou para que a população se alvoroçasse em grande alarma, cessando tôdas as dúvidas e questões, e unindo-se tôdas as classes e partidos. Puseram-se todos prontos para repelir os assaltantes; e o próprio bispo foi apresentar-se ao Governador, oferecendo os seus serviços de guerra onde fôssem necessários.

Sem perda de tempo convocou-se tôda a gente do Recôncavo e imediações, tanto colonos como índios conversos.

Pode imaginar-se o alarido geral que lavrou por aquela terra, a situação de angústia em que se viram as famílias, principalmente dos moradores da redondeza, privadas dos respectivos chefes, e sob a iminência de perigos a que os boatos davam proporções descomunais.

A todos os temores e aflições, no entanto, dominava a exaltação daqueles ânimos, insuflados pela palavra dos padres e pelos exemplos das autoridades.

Converteu-se a Bahia em verdadeira praça militar. Todo o mundo abandonou engenhos, lavouras e oficinas, cuidando-se exclusivamente de coisas de guerra, e só se ouvindo arruídos de peleja.

O bispo, D. Marcos Teixeira, tomou a si o comando de grande parte das fôrças, dirigindo todo o serviço, superintendendo a disciplina nos batalhões, ordenando exercício, e pelos estímulos do seu ardor nos quartéis e nos templos, a associar a religião e a pátria, nutrindo de coragem a alma, ora incendida, ora hesitante daquelas turbas.

3. Mas passam-se os dias, as semanas, os meses, e nada de aparecerem os anunciados inimigos.

Começava tudo aquilo a tomar uns ares de pura ilusão no espírito de tôda a gente. Desde muito que se vive ali como sob um contínuo terror fantástico. Já se anda cansado de falsos rebates. A esquadra, que se dava como tendo tomado direção do Brasil, havia mais de quatro meses, não chega nunca. O navio, que se avistara um instante na costa, sumira-se.

Tôda razão tinham, pois, os que não acreditavam em tais perigos, com que tão grande celeuma andavam fazendo governos e capitães, que mais pareciam comprazer-se de guerra que do labor pacífico e dos legítimos interêsses dos povos.

Entre os que menos criam na probabilidade de agressões estava já outra vez o prelado, em cujo espírito só a insistência dos navios produzia aquela alternativa de incredulidade e exaltamento.

E agora, refletia-se, tinha mesmo visos de pura balela o último rebate; pois havia quase um mês que desaparecera aquela nau avistada na costa; que isso era prova de que o navio era de piratas; e que, se com efeito a esquadra flamenga tinha mesmo partido de Texel, não era possível que demorasse tanto se o seu destino fôsse mesmo o Brasil, como se dizia.

Tôdas essas reflexões dir-se-ia que eram contra os baianos uma como conspiração do destino. Preparava-se assim, a alma daquela população, para o destrôço. Basta imaginar as impressões, que se lhe geram no ânimo indeciso, com todos os agouros que se espalham. Não há coragem que não diminua um pouco sob o susto de ameaças contínuas. Não há sangue-frio que se não altere ao rumor de repetidos alarmas. O primeiro e seguro efeito dos rebates falsos é exagerar o perigo anunciado.

A fortuna dos holandeses precedia-os, pois, na terra que vêm buscando. Começam os moradores a desertar para os seus lares, e muito às claras, bem certos de que estavam ali fazendo um sacrifício sem proveito. O próprio Governador e o Bispo não tiveram grandes razões com que reprimir a dispersão, e limitaram-se a aconselhar aos retirantes que estivessem de sobreaviso para acudir à cidade ao primeiro sinal.

4. Não tiveram tempo de descansar muito. Passados alguns dias, novo aviso se recebe de Boipeba. Mandou o Governador o próprio filho a reconhecer os navios que se dizia estarem ali. Não demorou o capitão Antônio de Mendonça a voltar com a certeza de que nas alturas daquela ilha se reunira muitas velas. Agora não havia mais dúvida. De fato, a esquadra holandesa, depois de mais de quatro meses, chegava aos nossos mares a 4 de maio; e a algumas léguas para o sul da Bahia, punha o almirante em ordem os seus navios.

Dá então o Governador o rebate geral; e a iminência, agora visível, da refrega põe tôda a terra em tumulto. Acode a maior parte da gente à praça. Apresenta-se outra vez o Bispo ao Governador, com todos os da sua casa e todo o clero, dizendo-lhe que — "conquanto na sua idade mais lhe conviesse pelejar com orações do que com armas, confiava que o Senhor dos exércitos lhe daria fôrças para, se fôsse necessário, sacrificar a vida pelas suas ovelhas, e o ajudaria contra um inimigo rebelde a Deus e ao rei".

Em dois ou três dias tinham reunido na cidade uns 1000 e tantos homens, quase todos voluntários, pois da tropa de linha não havia mais que 80 soldados.

Distribuiu o Governador essa gente pelos pontos mais expostos a ataques, ficando Antônio de Mendonça com a sua companhia para acudir onde fôsse necessário.

Foram postos em lugar abrigado os navios mercantes que estavam no pôrto. Aumentou-se a guarnição do baluarte fronteiro à cidade. No forte da barra, além de muitos flecheiros indígenas, ficaram uns 200 homens. No pôrto, ao mando de Vasco Carneiro, ficava o maior da fôrça.

5. No dia 8 de maio apresentou-se a esquadra holandesa defronte à barra, a umas nove léguas da costa.

Houve logo um desvario geral na cidade, começando, em vasto atropêlo, a fuga das famílias.

Nem era para estranhar aquêle imenso terror: da Europa falava-se em bandidos hereges, inimigos cruéis, queimadores de imagens e igrejas, e desalmados facínoras.

Tudo isso eram os próprios holandeses que faziam correr, de astúcia, para abalar o ânimo dos colonos.

A estratégia de Willekens foi, na verdade, de uma segurança absoluta; revelando, não apenas capacidade militar, mas também exato conhecimento do país, da situação moral dos habitantes, e mais ainda das condições de defesa da praça.

O plano de ataque, aprovado em conselho de guerra, consistiu em reunir as tropas de desembarque em quatro navios, aos quais se juntariam as chalupas necessárias para o transporte de bordo para terra; e o mais da frota penetraria no pôrto atacando imediatamente a cidade. Enquanto se fizesse o bombardeio, no momento oportuno, a um sinal do almirante, desembarcariam dos quatro navios as fôrças (perto de 1500 homens) junto ao forte da barra.

Era, como se vê, formidável o plano, dada a situação com que contavam os agressores. Sem conhecer perfeitamente o estado de coisas que iriam encontrar, não se atreveriam sem dúvida os holandeses a arriscar assim aquêle golpe. Para o burlar, ou pelo menos, para fazer tudo mais difícil, bastaria que o forte de Santo Antônio estivesse em condições de impedir o desembarque daqueles 1500 homens.

Sabendo, no entanto, como se encontrava a terra, entrava ali o inimigo muito confiante e seguro de tomar a praça quase de assalto.

6. No dia seguinte (9 de maio) pela madrugada, transpuseram a barra os navios que conduziam tropa, sob as ordens de Pieter Heyn; e tomaram posição defronte à praia onde devia fazer-se o desembarque.

Logo atrás entraram os outros navios, avançando afoitamente, sem rebater o fogo da fortaleza; e foram pôr-se em linha diante da cidade.

Deu então o almirante uma salva, e ato contínuo, dela destacou-se um batel com bandeira branca, na direção do baluarte.

Não esperaram, porém, os de terra, pelo parlamentário: deram o sinal de fogo e rompeu o combate. A frota inimiga descarrega contra a cidade, o forte e os navios mercantes atracados, tôda a massa da sua artilharia. "E tal foi — descreve o padre Vieira — a tempestade de fogo e ferro, tal o estrondo e confusão, que a muitos causou perturbação e espanto; porque, por uma parte os muitos relâmpagos fuzilando feriam os olhos, e com a nuvem espêssa do fumo não havia quem se visse; por outra, o contínuo trovão da artilharia tolhe o uso das línguas e orelhas; e tudo

junto, de mistura com as trombetas e mais instrumentos bélicos, era terror a muitos, e confusão a todos".

Dura todo o dia a luta, estende-se pela noite. E então a temeridade do inimigo só não desorienta de uma vez os nossos, porque nestes pode mais a cólera que o espanto. Chusmas de marinheiros atiram-se aos navios mercantes, e apoderam-se logo de alguns. Esta manobra é de efeito tremendo. Os tripulantes dos navios, não podendo defendê-los, lançam-lhes fogo. "Isto foi causa de se estender o dia e a guerra; porque ainda que era noite, vencia as trevas dela a claridade do fogo, que ateando-se no breu e no açúcar (das embarcações incendiadas) lançava grandes labaredas"...

Aproveitando-se daquele espetáculo sinistro, vai o próprio Heyn, com um trôço de marujos, tomar de assalto o forte do Mar; e dali, voltam as baterias contra a cidade. Só alta noite é que, sob fuzilaria incessante de terra, foram os assaltantes obrigados a abandonar por sua vez o baluarte.

Enquanto o vice-almirante executava esta manobra, desembarcavam junto à fortaleza da barra as tropas que, sob o comando de Albert Schouten, só esperavam por aquêle momento.

Guiadas por práticos de confiança, marcham as fôrças contra a cidade; mas havendo encontrado a gente de Antônio de Mendonça, tiveram de acampar no alto de São Bento até o dia seguinte.

E' durante o resto da noite que saem da cidade os que tinham procurado defendê-la.

7. Só o Governador ficou em seu pôsto com alguns oficiais.

Pode-se inculpar a Diogo de Mendonça do êrro lamentável de haver, no meio daquela balbúrdia, conservado vivo demais o seu pundonor de homem de guerra, quando é certo que cedendo, menos intransigente, à contingência daquela desgraça, e saindo da cidade, poderia ter logo pôsto em ordem aquela gente debandada, e apressado o desfôrço contra os invasores.

O que é, porém, preciso levar-lhe a crédito da honra cívica é sem dúvida aquela grandeza moral com que agüentou a tormenta. Até os últimos instantes, andara êle "na confusão — diz ainda Vieira — cansado, aflito, como outros Enéias na do incêndio, juntando e animando os soldados a morrer antes com honra que a ter vida sem ela"... Diogo de Mendonça — escreve o próprio Netscher — ficou com sua família na cidade, e defendeu-se ainda muito tempo em seu palácio com verdadeiro frenesi, julgando que lhe seria indigno fugir".

E no entanto, aquêle imenso desvario, que passara a cidade para os campos e bosques da redondeza, não fôra pressentido sequer dos inimigos.

Pela manhã, avançam cautelosamente as fôrças de Schouten, preparadas para, a tiros de canhão, abrir os muros, quando viram ali hasteada uma bandeira branca.

E viram, com espanto, que a cidade estava deserta.

Tomando conta da praça, foram imediatamente ao palácio do Govêrno, onde prenderam a Diogo de Mendonça e os poucos que com êle estavam.

QUESTÕES CONEXAS: — *O bispo D. Marcos Teixeira. — A prisão do Governador.*

EXPULSÃO DOS HOLANDESES DA BAHIA

1. Trataram antes de tudo os holandeses de recolher os fartos despojos daquela fácil vitória. Além de dinheiro, de objetos de ouro e de prata, de mobiliários, de alfaias das igrejas, de armamentos, etc., arrecadaram grande quantidade de mercadorias, tanto dos armazéns e casas de comércio, como das embarcações que se achavam no pôrto, carregando-se logo muitos navios que partiram pressurosos para a Holanda.

Nem só do que havia na cidade e no pôrto se aproveitaram os flibusteiros: durante alguns meses foram apreendendo barcos mercantes que, nada suspeitando daquela mudança, entravam na baía desapercebidos.

Tudo isto era a rapina oficial; isto é, a que se fazia de conta da emprêsa; sem falar, portanto, do saque com que se premiou o heroísmo da soldadesca.

Johan van Dorth, que era o governador da conquista, só chegara à Bahia no dia 11 de maio. Como era homem digno, esperava-se que logo poria em ordem a terra.

E com efeito, esforçou-se o governador intruso até por inspirar simpatia e confiança aos próprios baianos violentados.

Naturalmente, muito falsa idéia tinha êle da população agredida. Ou então zombava das vítimas, confiando demais na fôrça das armas.

E isto é o que parece que se dava.

Não obstante os sinais de repulsa que sentiam em tôrno da praça, era quase inverossímil aquela grande confiança que mostravam os holandeses, fazendo desassombradamente o tráfico em todo o Recôncavo e nas imediações da cidade, muito seguros, como se fôssem os legítimos senhores da terra.

Parece mesmo que o intuito dêles era seduzir os colonos estimulando-lhes o instinto do ganho (que decerto calculavam tão poderoso como o

dos flamengos); punham-se de relações com os mais acessíveis, oferecendo-lhes bons negócios, pagando-lhes bem os gêneros que compravam e os serviços que recebiam: enfim, tudo faziam, por chamar a si ao menos as classes humildes da população.

É fácil de ver que algum fruto haviam de colhêr de tais manobras, principalmente entre os negros e os índios.

2. A gente que fugira da cidade na noite de 9 para 10 de maio, espalhara-se pelos distritos vizinhos, cuidando, primeiro que tudo, de abrigar as famílias.

O maior número dos homens válidos foram logo reunindo-se, aos grupos, em várias aldeias que ficavam ao norte da praça; e começaram a combinar meios de reação contra os invasores.

Principalmente na aldeia do Espírito Santo foram concentrando-se os retirantes. Com os moradores, ocorriam também maltas de índios, alarmados com aquêles sucessos, e revelando pelos portuguêses uma sinceridade de devotamento que muito os confortou naquele transe.

Em breve estava a aldeia convertida em vasto acampamento militar.

Cuidou-se de dar substituto ao Governador. Abertas as vias de sucessão, viu-se que estava designado o Governador de Pernambuco. Enquanto se dava disso aviso para Olinda, elegeu-se capitão-mor provisório ao desembargador Antão de Mesquita de Oliveira. Reconheceu-se logo que êste, pela sua avançada idade, não era homem para semelhantes funções.

Convenceram-se todos de que a figura indicada para aquêle momento era o Bispo. E realmente, D. Marcos Teixeira tinha índole para grandes lances heróicos, e no seu coração havia mais virtude de cavaleiro que serenidade de missionário.

Foi êle escolhido para o comando dos patriotas. E sentindo agora que o seu valor, o seu instinto nacional, a sua dedicação apaixonada pelas coisas da terra, e pelo bem de todo o povo, eram compreendidos e avaliados por aquela gente, ali em tão aflito apêrto, foi o Bispo cada vez mais afervorando-se e tanto sobrelevou nêle, às coisas do seu ministério, o sentimento daquela missão, que lhe pareceu providencial — que foi até o desprendimento de fazer-se formalmente soldado, pondo-se com alegria, e vigoroso e altivo como os moços, no meio dos mais incendidos.

Segundo Southey, não foi bruscamente que D. Marcos passou do seu caráter episcopal para o militar; vestiu primeiro o hábito de penitente; fêz oração pública; e depois tomou armas, trazendo a roupeta por cima do arnês, e uma cruz ao peito usando ainda, como distintivo, de chapéu verde, e sempre ao lado da espada trazendo o báculo. Antes de tudo, "ditou o seu testamento, como se fôsse morrer... fêz preces públicas... deixou crescer a barba..."

A esquadra holandesa bombardeia e toma a cidade da Bahia.

Forte do Mar. Vista geral.

Forte de Santa Maria. Entrada.

A primeira medida que tomou, logo que foi empossado do govêrno, destinou-se a atalhar aquela fraqueza de alguns que se mostravam propensos a aderir aos conquistadores: proibiu, sob pena de morte, que se entrasse em relações de qualquer ordem com o inimigo; e chamou às armas todos os baianos que podiam combater.

E como que instantâneamente, mudou a situação no arraial do Espírito Santo. Vasto alarido de guerra ecoou por aquelas paragens onde andava reinando a desolação.

Em poucos dias, estavam prontos para entrar em campanha cêrca de dois mil homens.

3. Foram essas fôrças divididas em companhias, sob o comando de capitães já conhecidos pelo seu valor.

Organizado o exército da reação, o primeiro pensamento de D. Marcos foi tentar a libertação do Governador, e do mesmo golpe fazer a reconquista da cidade.

Infelizmente falharam os planos, pois os intrusos estavam muito apercebidos.

Transferiu-se então o acampamento do Espírito Santo para o Rio Vermelho, a cêrca de uma légua da cidade; e estabeleceu-se o cêrco da praça, espalhando-se pelo contôrno formidáveis quadrilhas de assalto.

Abre-se assim, para os flamengos, uma fase de lutas tremendas, que lhes não deixam mais um momento de sossêgo. Todos os caminhos em volta da cidade foram tomados, não se deixando ao inimigo meio algum de receber víveres por terra.

Uma das primeiras vítimas daquelas temerosas companhias volantes foi o próprio governador intruso, uns três meses depois da ocupação. Fôra, não há dúvida, *van Dorth* bem pouco prudente, talvez por desafrontar os seus dos muitos perigos que se corriam ao sair da cidade. Acompanhado de cem homens da sua guarda, saíra êle a inspecionar uma fortificação a cêrca de uma légua da porta do Carmo; e quando voltava, "rebentaram os nossos — diz Vieira — de uma emboscada contra êles, e um (foi Francisco Padilha) arremeteu contra o governador, que vinha a cavalo, e o derribou. Tanto que êste caiu, caiu com êle o ânimo dos soldados que o acompanhavam, como bem se viu no efeito, porque faltando-lhes nas mãos para resistir, só nos pés lhes sobejou para fugir".

Êste desastre consternou os sitiados; e pode contar-se daí o declínio da situação para êles.

Da sua parte, exaltando-se com o sucesso, iam os baianos apertando o sítio.

Para mais os incender, chega-lhes do Norte, Antônio de Morais "com uma companhia montada à própria custa"; e logo depois, reforços de Per-

nambuco às ordens de Francisco Nunes Marinho, que viera como locotenente de Matias de Albuquerque no Govêrno Geral.

Passara-lhe o Bispo aquêle penoso pôsto; e dentro de um mês (por princípios de outubro) falecia, talvez mais de desenganos que de fadiga.

4. Continuou Nunes Marinho a obra da reconquista com muito esfôrço e bravura, aumentando fortificações, construindo novas trincheiras no lado do sul e do norte, únicos pontos por onde era possível a agressão, achando-se todo o flanco oriental da praça defendido por águas canalizadas.

Do mês de outubro em diante viram-se os intrusos reduzidos quase a permanecer dentro dos muros.

Só na baía conservavam ainda o seu domínio. Mas ali mesmo no mar já se viam molestados e perseguidos. Por todo o litoral do Recôncavo, nos pontos por onde poderiam receber víveres, destacaram-se turmas de flecheiros, que tornam perigoso o desembarque. Também na ilha de Itaparica, onde faziam provisões, iam sendo hostilizados, e só com muita fôrça e arriscando-se a graves perdas, atreviam-se a voltar ali.

Se os baianos dispusessem de fôrças navais para impedir-lhes a baía, tê-los-iam pôsto logo na contingência de fugir ou de render-se.

Provàvelmente, na Holanda não se tem notícia exata das condições a que se acha reduzido ali aquêle bando, nem mesmo depois da morte de Johan van Dorth, e do que sucede a êste imprevisto acidente. A falta de um chefe autorizado tivera como conseqüência mais grave o afrouxamento da disciplina entre os soldados. Albert Schouten, que sucedera a *van Dorth*, não tinha o mesmo prestígio do malogrado governador.

Bem se vê como é insustentável a situação dos flamengos. Parece mesmo que só agora é que êles clamam para a sua metrópole, na aflição em que se vão sentindo.

E agora, não só já é um pouco tarde, como não se precisa mais em Haia de avisos cá da América. Lá mesmo é que o Conselho dos Dezenove (que dirige a Companhia das Indias Ocidentais) sente os sinais da refrega iminente.

Mas então já não era mais tempo de evitar o fracasso daquela primeira tentativa. Mesmo que a solução da causa ficasse entregue exclusivamente às duas hostes que estão travadas, não seria possível que os sitiados resistissem por muito tempo mais à ação dos sitiantes.

5. Por princípio de dezembro chegava aos arraiais baianos, com algum refôrço, D. Francisco de Moura; e dando notícia de que não tardaria a vinda de uma poderosa esquadra para restaurar a cidade.

Em Olinda combinou o novo capitão-mor com Matias de Albuquerque o que convinha. Ali ainda se lhe reuniu alguma gente capitaneada por Manuel de Sousa d'Eça e Feliciano Coelho.

Com alguns caravelões, providos de víveres e armamentos, veio D. Francisco de Moura desembarcar num pôrto umas doze léguas ao norte da Bahia, e dali alcançou por terra o Rio Vermelho.

Ainda com mais confiança e decisão cuidou-se agora, não só de estreitar cada vez mais o sítio, como de ir fechando pelo estuário a única válvula que restava aos inimigos.

Por sua vez, provocados de invectivas e refregas contínuas ensaiam os holandeses sortidas por vários pontos e travam-se lutas ali quase peito a peito sem descanso.

Numa das escaramuças, que se repetiam nos arredores da praça, teve logo o coronel Albert Schouten sorte igual à de *van Dorth*. Sucede-lhe o irmão Willem Schouten, mas ainda com mais depressão do ânimo geral na praça, do que com o primeiro desastre.

Os pequenos socorros que chegam da Holanda parece que, em vez de consolar os sitiados, começam a desenganá-los. Não passam nunca de uma ou outra nau com algumas dúzias de soldados; e não é decerto com isso que se há de manter a praça, tão fortemente assediada de inimigos.

Sentem os intrusos como se lhes agravam as condições dentro dos muros quando a baía se lhes foi fechando.

Entregaram os baianos a Sousa d'Eça a vigilância do Recôncavo; e começou o valente capitão apoderando-se de algumas paragens que ainda se achavam guardadas pelos inimigos.

Não tendo mais no Recôncavo onde entrar sem combate, procuraram os sitiados prover-se de mantimentos em outros pontos da costa, fora da baía. Mas, por ali mesmo eram atropelados pelos temerosos bandos de assalto que batiam todo o litoral.

Era, pois, esta a situação dos intrusos. Só a esperança de um grande socorro, que de Haia se lhes promete, é que os anima a conservar com tanto sacrifício a cidade e o pôrto.

6. Tanto em Espanha, como em Portugal, aparelhava-se a poderosa esquadra que devia desafrontar a terra.

Nunca se conhecera na península um fenômeno semelhante ao que ali agora se passa. Dir-se-ia que na alma dos dois povos lavrou uma vasta insurreição moral no momento em que correu notícia da audácia flamenga. Tôdas as classes, do rei aos mais humildes, emularam em dedicação e fervor; e um só clamor de guerra se ouviu contra a temeridade dos intrusos. Mesmo os que não puderam tomar armas fizeram questão de ter a sua parte de sacrifício na desafronta, contribuindo com seus haveres para custeio da expedição. Acorriam com tanto alvorôço os voluntários que houve casos em que foi necessário tirar à sorte, entre irmãos, o que havia de ficar com a família... porque todos queriam vir.

Em pouco estava preparada a frota portuguêsa, composta de 26 velas, com cêrca de 4 000 homens. Vinha como almirante D. Francisco de Almeida; e como general de terra D. Manuel de Menezes.

Esta armada saiu do Tejo pelos fins de novembro (1624) e veio em Cabo Verde esperar pela de Espanha.

A frota espanhola compunha-se de 37 navios, como 7 000 homens, tendo como almirante D. João Fajardo de Guevara.

Tôda a expedição, formada pelas duas frotas, vinha sob as ordens de D. Fadrique de Toledo, chefe supremo da terra e mar.

Pelos princípios de fevereiro (1625) *reuniam-se as duas esquadras* na baía de Santiago. Assumiu D. Fadrique o comando geral; e no dia 11 do referido mês, prosseguiu na derrota para a América, vindo, no dia 29 de março, fundear a nordeste da barra da Bahia, junto ao pontal de Santo Antônio.

Dirigiu-se logo D. Francisco de Moura, com outros oficiais, para bordo da capitânia real e deu ao generalíssimo conta do estado em que ia a guerra.

Concertou-se em conselho o plano de operações. No dia 30 estabeleceu-se o bloqueio da barra. Só então é que viram os holandeses que a esquadra não era a que esperavam.

No dia 31, começou o desembarque de tropas, ao sul da cidade, entre Santo Antônio e São Bento: tudo correndo em boa ordem. Alguns dias depois chegaram também reforços de Pernambuco, do Rio de Janeiro, de São Vicente e de outras capitanias.

Instalou D. Fadrique o seu quartel no alto do Carmo. Guarneceram-se tôdas as eminências vizinhas, e fechou-se, com uma compacta linha de baterias, a cidade por terra, e tendo-se a baía completamente bloqueada.

Sentindo a extremidade do perigo, abandonaram os holandeses alguns fortes e trincheiras que ainda conservavam fora dos muros e concentraram suas fôrças na praça, deliberados a resistir até que lhes cheguem os esperados socorros.

7. Tudo disposto em volta da praça, pelos primeiros dias de abril, aproximou-se do baluarte do Mar a nossa esquadra, e rompeu fogo, de um lado e de outro, no mar e em terra.

E desde então (6 de abril) *não houve mais descanso nos dois campos.* Diz Fr. Vicente que "durante 23 dias não se passou um quarto de hora, de dia nem de noite, sem se deixar de ouvir estrondo de bombardas, esmerilhões e mosquetes de parte a parte".

Para aumentar a aflição dos inimigos, já sem um chefe de prestígio, começou a discórdia a dividi-los. Uma sedição depõe Willem Schouten,

e proclama general a Hans Ernest Kijf; enquanto uma facção fica ao lado daquele.

Não era mais possível a resistência.

No dia 27 de abril, num dos lados da praça onde a luta era mais tremenda, iam os nossos soldados tomar de assalto uma trincheira, quando gritaram de dentro que cessassem o fogo "porque se queriam entregar". Veio logo o próprio comandante holandês entender-se com os oficiais que estavam ali; e no outro dia, foi um tambor ao quartel do Carmo, com uma carta em que se propunha formalmente a paz.

Ao cabo de algumas conferências, aceitaram os flamengos as condições impostas pelos vencedores. Foi a capitulação assinada no dia 30 de abril; e no 1.º de maio fizeram as tropas reais a sua entrada triunfal na cidade.

A esquadra que os holandeses esperavam só a 26 de maio é que apareceu na Bahia. Tendo o almirante a decepção de ver que nos muros da cidade no tope dos navios já tremulavam as bandeiras de Portugal e de Espanha, preferiu deixar pacìficamente o pôrto.

Estava, pois, burlada aquela primeira tentativa dos holandeses no Brasil.

Mas, nem por isso aquêle fracasso havia de desiludir os argentários de Amsterdam. E muito naturalmente. Êles não saíam daqui perdendo; antes lucrando, e lucrando muito mais que as prêsas recolhidas, pois lucraram as lições daquele proveitoso ensaio, e com elas a convicção de que não era possível renunciar ao Brasil.

QUESTÕES CONEXAS: — *A esquadra luso-espanhola. — D. Fradique de Toledo e a nobreza que o acompanhou. — O coronel van Dorth.*

IX

SEGUNDA INVASÃO HOLANDESA

SUMÁRIO: — Invasão de Pernambuco pelos holandeses. — Maurício de Nassau. — Insurreição geral contra os intrusos. — Expulsão dos holandeses de Pernambuco.

INVASÃO DE PERNAMBUCO PELOS HOLANDESES

1. Em princípios de janeiro de 1627, chegava à Bahia o novo governador-geral, Diogo Luís de Oliveira, tendo passado por Pernambuco, onde Matias de Albuquerque lhe transmitira o govêrno.

Encontrava a terra muito longe da tranqüilidade que a paz costuma trazer. Estavam agora os baianos tão inquietos e apreensivos como antes da agressão dos flamengos; pois muito mais para temer é agora a iminência de assaltos de flibusteiros.

Sabia-se positivamente que em Holanda se cuida de um desfôrço contra a Bahia, e de salvar por algumas grandes façanhas de corso os interêsses que tanto se haviam comprometido com o insucesso daquela primeira tentativa contra o Brasil.

Procurou Diogo de Oliveira prevenir-se como lhe era possível para qualquer contingência; e andava em tais afãs, quando (pelos primeiros dias de março) é surpreendido por uma grande esquadra às ordens do temeroso Pieter Heyn. Com uma temeridade inverossímil, penetra êste na baía, e apodera-se dos navios que estavam no pôrto.

Sem nenhum pensamento de ocupar a praça, o intuito de Pieter era pilhar no Recôncavo e escarmentar os baianos. Por isso mesmo, não satisfeito com as prêsas, faz bombardear cruelmente a cidade antes de deixar a baía, tomando rumo sul.

Desceu até Cabo Frio; estêve no Espírito Santo; e dali voltou para o norte entrando outra vez no Recôncavo. Revolve todo o lagamar, fazendo larga rapina; e por fim saiu para Holanda, onde se foi pôr à frente de mais poderosa expedição destinada a dar caça à frota de Espanha.

Com o êxito desta nova proeza de Pieter Heyn, institui-se em Holanda, e agora "definitivamente", o problema do Brasil (isto é, a necessidade

de uma conquista territorial, que servisse de fundamento ao domínio flamengo na América).

Escolheu-se como alvo da nova investida a capitania de Pernambuco; e levou-se todo o ano de 1629 a preparar uma grande expedição, cujo comando se confiou ao general Hendrik Lonck, dando-se ao coronel Diederik van Waerdenburch o govêrno das tropas de terra.

Compunha-se de mais de 50 velas a esquadra, montando 1 100 canhões, com cêrca de 8 000 homens.

Assim que se teve em Lisboa e em Madrid notícia da nova agressão planeada, deu-se do caso aviso ao Governador-Geral. Matias de Albuquerque então na Europa, recebeu ordem de voltar imediatamente para Pernambuco investido de jurisdição independente da Bahia, e extensiva às demais capitanias do Norte, quanto aos assuntos militares.

Com tôda coragem, cuidou Matias de preparar a resistência apoiando-se na própria gente da terra.

2. A 9 de fevereiro teve-se aviso de que a esquadra holandesa havia saído de Cabo Verde, tomando rumo do Brasil. Alguns dias depois, as atalaias da costa avistavam em alto mar os primeiros navios.

No dia 15 apresentava-se a esquadra inimiga diante do Recife.

Como fôsse repelido sem se lhe ouvir a embaixada, um mensageiro enviado a terra com bandeira branca, logo os assaltantes deram princípio ao bombardeio. Seriam umas 11 horas do dia 15 de fevereiro (1630): e durou até a tarde a borrasca.

No mais aceso daquele duelo de morte, desembarcava o coronel Waerdenburch com 3 000 homens na enseada do Pau Amarelo; e pela manhã, marcha sôbre Olinda, que é tomada à fôrça de armas, apesar da resistência que lhe opôs Salvador de Azevedo.

Senhores de Olinda, apressam-se os flamengos a investir o Recife. Guardada a povoação pelo forte de São Jorge (onde comanda Antônio de Lima) e protegida pelo forte do Mar, pôde resistir até o dia 2 de março, quando não foi mais possível a continuação da luta por falta de munições naquelas duas praças de guerra.

Enquanto Antônio de Lima e Pedro Barbosa combatiam heròicamente nos dois fortes, andava Matias de Albuquerque reunindo gente na Várzea, e reorganizando as suas fôrças, para volver à defesa do Recife. Antes, porém, de atravessar o rio para o istmo, soube que tinham caído os dois redutos a cuja ação contava associar-se.

Em tal conjuntura, resolve Matias de Albuquerque assentar acampamento para o interior, numa eminência, em meio de aprazível campina, a igual distância de Olinda e de Recife. Ali, no alto do outeiro, instala o reduto que se tornou famoso, sob o nome de *Arraial do Bom Jesus*, e

que, durante cinco anos, se fêz o centro de resistência contra os intrusos, e o refúgio de tôda a população da campanha.

Para ali aflui gente de tôda parte, em grandes afanos e alaridos, na ânsia de remir agora o crime daquela abdicação com que se deixara fixar ali o invasor.

Dividiu Matias tôda essa gente em companhias de emboscadas, ao mando dos mais valentes capitães, e indicando a cada uma a sua zona de ação; constituindo-se assim uma como vasta e tremenda milícia de guerra santa, que aumentava todos os dias, e punha os inimigos em contínuo sobressalto, e na iminência de sangrentos destroços.

Estabeleceu-se assim, em volta do Arraial, uma longa cadeia de *estâncias*, ou postos avançados, dominando todo o distrito do interior correspondente ao litoral de Pernambuco. O pensamento dos reacionários era vencer os inimigos por aquela angústia de espaço e ar em que os punham, fechando-os ali no Recife, onde "a própria água lhes custaria sangue".

Para isso, reduziu Matias de Albuquerque, todo o seu esfôrço a um sistema de medidas e processos que se tornaram de incalculável efeito contra os usurpadores: trancou-lhes todos os caminhos do sertão; de modo que os encurralou na praça, não podendo êles dali sair seguros nem pelos bosques e campos das cercanias a recolher lenha.

3. Pela sua parte cuidam os holandeses de firmar ao menos a sua situação no Recife e em Olinda. Aumentam as fortificações, tanto do istmo como da ilha de Antônio Vaz; e guarnecem de vastas trincheiras o lado da referida ilha que dá para o continente, como se pressentissem que por ali lhes viriam tormentas. Repararam também os muros de Olinda, e fizeram outras obras de defesa.

Sentindo-se dominantes nas povoações ocupadas, trataram de pôr em ordem as novas coisas da terra.

De acôrdo com os regimentos e instruções que trazia, passou Lonck a autoridade suprema da colônia ao Conselho Político que vinha já formado da metrópole; e dois dias depois (a 7 de maio) retirava-se para a Europa, muito seguro de que Pernambuco (e o mais que depois viria) *era* uma conquista efetiva e magnífica da Companhia Ocidental, e assento do futuro domínio flamengo na América.

Um "serviço" que não se esqueceram os intrusos de organizar, desde os primeiros dias, foi o da ronda de corso em nossos mares. Para isso, nomeou o Conselho Político a um dos seus membros (Walbeeck) *almirante da costa brasileira*. Nos seus diários lêem-se a todo instante notas como esta: "Voltaram neste dia os navios que haviam saído à aventura, sem que tivessem achado coisa alguma; lastimam os seus capitães não terem encontrado um só navio do inimigo".

E' por isso que não se impressionam muito os intrusos daquela angústia em que os fecham nas duas praças os defensores da terra: têm, para os desafogar do apêrto, as larguezas do mar, que é mais fecundo.

Guardar Olinda e Recife é, pois, o seu único pensamento: a alma da terra há de cansar e esmorecer.

Só mesmo assim é que se explicaria o estoicismo absurdo com que aquela gente sofre ali as refregas contínuas que lhe vêm das vizinhanças. Apesar de tôda aquela celeuma de guerra que lhes anda em volta, do pôsto, em que se firmam, poderiam, como asseguram para Holanda, *conquistar todo o Brasil*, e arruinar o inimigo em tôda a América...

Mal imaginariam, no entanto, que ampliando assim as suas vistas é que complicavam o problema, já de si mesmo temerário.

O "inimigo", em tôda a América, decerto que não era Portugal. O aviso bem se sabe a quem era dirigido. O bom entendedor era a Espanha.

4. Compreendeu-se, pois, em Madrid, tôda a gravidade do caso. A vitória do flamengo em Pernambuco afetaria altamente o domínio castelhano. Era preciso, portanto, amparar o Brasil, para não comprometer os interêsses de tôda a monarquia.

Prepara-se então um socorro aos pernambucanos. Constava de 2 000 homens, sendo 1 000 destinados ao *Arraial do Bom Jesus*, e os restantes devendo aumentar as guarnições da Bahia e da Paraíba. Com estas fôrças vinham, entre outros capitães já notáveis no Brasil, o Conde de Bagnolo, e o próprio donatário da capitania de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho.

Os navios em que vieram estas tropas foram protegidos até às costas do Brasil por uma esquadra, sob o comando em chefe de D. Antônio de Oquendo, que se destinava ao México para comboiar a frota de Espanha.

Chegou esta expedição à Bahia, e ali se demorou cêrca de mês e meio, enquanto se distribuíam os socorros de acôrdo com as ordens que trazia.

Assim que se teve disto notícia no Recife, preparou o almirante Adriaan Pater a sua frota, e saiu ao mar com o intuito de impedir que desembarcassem os socorros. Saíra do Recife no último dia de agôsto (1631) e só pela tarde do dia 11 de setembro, avistava ao longe a frota de Oquendo.

Na manhã seguinte travava-se a batalha, que é uma das mais famosas dos nossos anais. Começou Pater abordando o navio de Oquendo; "e por sua vez recebeu pelo outro lado um galeão espanhol, que um navio flamengo imediatamente atracou, sendo êste igualmente abordado por um terceiro galeão de Espanha". A peleja entre êstes cinco vasos, aferrados como a garras de abutres, foi fantástica. Afunda um dos galeões espanhóis. Lavra incêndio no navio de Pater. Clama êste por socorro; mas inùtilmente. Lança-se ao mar a guarnição, e é recolhida pelos próprios

inimigos. O almirante, porém, fica no seu pôsto até o fim. Tão confusa e trágica se fêz aquela cena que os próprios holandeses não souberam que fim tivera o seu heróico chefe.

A certa distância daquela catástrofe, luta semelhante se dava entre o navio do vice-almirante Thyszoon e o do vice-almirante espanhol Valezilla, perecento êste, e queimando-se o navio holandês.

Só à tarde separaram-se os combatentes, considerando-se como indecisa a sorte das armas.

Oquendo, no entanto, se não alcançara verdadeiramente a vitória, tinha ao menos conseguido executar as ordens com que viera ao Brasil.

5. Ficaram os intrusos em grande aflição no Recife, temendo agora investidas por mar e por terra. Tanto se agravaram as condições da praça alarmada que se chegou a tomar a resolução de abandonar Olinda, concentrando todos os esforços na guarda do Recife. Durante uma semana trabalhou-se em demolir os melhores edifícios de Olinda, cujos materiais podiam ser aproveitados; e por fim destruiu-se tudo o mais, e queimou-se o que era mais difícil demolir, abandonando-se a vila em ruínas.

No Recife, com cêrca de 7 000 homens e muitos navios, julgam-se os holandeses inexpugnáveis. Não se animando a investir os pernambucanos no interior, entenderam que o expediente mais prático, em tais condições, era conquistar outros pontos da costa; pois com isso, não só ampliariam as rendosas explorações do corso, como desviariam do Recife as atenções daquelas temerosas quadrilhas que do *Arraial* se despediam contra êles.

Encarregou-se então o tenente-coronel Callenfels de ir atacar a Paraíba, onde contavam fazer aliança com algumas tribos inimigas dos portuguêses.

Em 19 navios, com 1 600 homens, chega Callenfels à vista do Cabedelo (5 de dez. de 1631) e desembarca gente nas imediações do forte. Acode da vila o próprio governador da capitania, Antônio de Albuquerque; e ao cabo de alguns dias de combate, reembarcam os inimigos e voltam para o Recife.

Uma semana depois, levantaram ferro outra vez, dirigindo-se agora mais para o norte, apresentando-se, a 27 de dezembro, diante do Rio Grande. Não foram, porém, ali mais felizes que na Paraíba, e tiveram de tomar o rumo do Recife.

Alguns dias depois, saía a esquadra flamenga, sob o comando do próprio Waerdenburch; e agora para o sul, com tenção de apoderar-se do forte do Rio Formoso.

Burlado intento ainda foi êste.

Não se desiludiu, porém, o Governador holandês. Não demorou a partir outra vez para o sul. Tinha êle os olhos cobiçosos ali pelas imediações

do cabo de Santo Agostinho. O pontal de Nazaré era o melhor entreposto marítimo para os pernambucanos do *Arraial*; e é principalmente contra êle que vai agora Waerdenburch.

Mas voltou de lá quase escarmentado.

6. Aquela forma de negócios já não era, portanto, expediente que satisfizesse na dolorosa situação em que se encontram os intrusos no Recife.

Torna-se para êles a conjuntura tão embaraçosa que o Conselho Político enviou para Holanda uma comissão incumbida de fazer sentir à Assembléia dos Dezenove as condições em que se encontra a conquista.

E' por êste tempo que uma circunstância, à primeira vista insignificante, vem mudar todo aquêle estado de coisas no Recife. Foi a deserção de Calabar.

Era êste um mamaluco ou mulato de Pôrto Calvo, sujeito muito conhecedor da terra, habilíssimo guerrilheiro, decidido e valente, e que até às vésperas militara contra os invasores. Não se sabe direito por que razões abandonou os seus patrícios e companheiros de armas, e foi servir aos inimigos.

O que se viu é que os holandeses agora vão fazer a guerra com as mesmas vantagens com que a faziam os pernambucanos, e graças à perícia daquele guia e capitão valoroso.

A primeira façanha devida ao veterano foi a tomada de Igaraçu (1.º de maio de 1632). Alguns dias depois, dá-se uma nova investida ao Rio Formoso, apresando navios, talando engenhos, e destruindo o que não podiam conduzir. Não demorou que repetissem o ataque a uma posição que sabiam de primeira ordem para a gente da campanha.

Êste novo ataque a Rio Formoso é um dos espisódios mais épicos daquelas guerras. Ali naquele reduto, dispondo apenas de dois canhões, vinte e um homens rebatem por quatro vêzes aos assaltos de seiscentos inimigos; e êstes só se apoderam da fortificação quando já não havia ali mais quem combatesse; pois o próprio comandante, Pedro de Albuquerque, estava por terra ferido de um tiro de mosquete no peito.

Sente-se que os holandeses tomam alma nova.

Logo depois do Rio Formoso, perdem também, os pernambucanos, um reduto em Afogados, de onde os intrusos ficam dominando a várzea do Capibaribe.

Tão vangloriosos ficaram êles com os últimos sucessos, que se atreveram a investir o próprio *Arraial* (24 de março de 1633). Pagaram, porém, a audácia bem caro.

Em seguida, tomaram Itamaracá.

E como se não quisessem deixar que esfrie o entusiasmo, vão investir outra vez o Rio Grande; e agora com sucesso, penoso, mas compensativo.

Paraíba estremecia, mas sem perder a coragem. Atiram-se de novo contra ela 20 navios com 1 500 homens; mas ainda desta vez têm de voltar. E agora voltam para, sem mesmo tocar no Recife, ir atacar outra vez as fortificações de Santo Agostinho. Desta vez conseguiram apoderar-se do Pontal, guarnecendo-o logo poderosamente.

7. Estava mudada a sorte da conquista. Não há coragem que não se quebrante com os desastres.

Por meados de 1634 recebiam os intrusos consideráveis reforços de tôda ordem.

Pelos fins do referido ano vão liquidar o caso da Paraíba, tomando conta dos fortes e da vila.

Estavam, portanto, senhores de mais três capitanias.

Os pernambucanos conservavam apenas o *Arraial*, a fortaleza de *Nazaré* e a vila de Pôrto Calvo. Esta (em março de 1635) cai em poder do inimigo. Von Schkoppe vai entrando pela campanha, entre o *Arraial* e o Cabo. Matias de Albuquerque vai para Serinhaém, de onde pode com mais vantagem hostilizá-los. Nazaré e o *Arraial* estão sitiados. Anda um vasto alarido pela terra.

No dia 8 de junho (1635), ao cabo de mais de cinco anos de luta, capitula o *Arraial*. Pouco menos de um mês depois, cai Nazaré.

Prepara-se Matias de Albuquerque em Serinhaém para a retirada, cedendo àquela fatalidade. Deu conta disso ao povo da capitania, oferecendo amparo e segurança a tôdas as famílias que quisessem acompanhá-lo. Ajuntou-se ali "tôda a gente da terra que quis sair", formando um séqüito de cêrca da 8 000 pessoas.

Tendo-se pôsto em marcha no dia 3 de junho, foi êste vasto comboio lentamente até Alagoas.

Em caminho para o sul, tinham os retirantes de passar pelas vizinhanças de Pôrto Calvo, em poder do inimigo, e guarnecido por uns 500 homens. Era forçoso abrir passagem à fôrça de armas.

E' neste momento que a insídia ou simples ardil de um colono (Sebastião de Souto, que andava com os holandeses, fingindo-se amigo dêles), vem, não só arredar do caminho aquêle embaraço, como ainda meter sob as mãos dos pernambucanos o infeliz Calabar.

QUESTÕES CONEXAS: — *A frota da prata.* — *O Arraial do Bom Jesus.* — *Os capitães de guerrilhas.* — *A lenda do almirante Pater.* — *Domingos Calabar.*

MAURÍCIO DE NASSAU

1. Em Alagoas passara Matias Albuquerque o comando supremo da guerra ao mestre de campo-general D. Luís de Rojas y Borja (duque de Ganja); e êste, sem descanso, aparelhou fôrças, e se pôs em marcha sôbre Pôrto Calvo, na certeza de escarmentar o inimigo, que varria tôda aquela zona. Como tivesse, assim que ocupara a vila, tido notícia de que os holandeses vinham investi-lo, em vez de os aguardar na praça, foi-lhes ao encontro.

Trava-se a batalha na Mata Redonda (18 de janeiro de 1636). Na maior violência da luta, quando os pernambucanos já começavam a cantar vitória, a morte de Rojas y Borja vem produzir um quase destrôço geral.

O conde de Bagnolo, novo comandante, marcha de Alagoas e vai fortificar-se em Pôrto Calvo, de onde domina todo o Sul de Pernambuco.

Torna-se, pois, aquela vila o centro de reação contra os intrusos. Dali, para tôda a campanha, volvem à atividade as antigas quadrilhas de assalto que eram o pavor dos flamengos, e que traziam em contínuas aflições todos os distritos por êles já senhoreados.

Mas em Holanda haviam repercutido fortemente os últimos grandes sucessos alcançados pelos intrusos: a posse efetiva de Paraíba e do Rio Grande, e a retirada dos pernambucanos para o Sul. Crescera enormemente aquela causa, que se lançara com tanto esfôrço, e que se ampliava agora, para a própria nascente república, como um vasto problema nacional.

Até então se disfarçara, com aquela emprêsa mercantil, o pensamento dos Estados Gerais, de fundar na América um domínio político em que se expandissem a fôrça, a riqueza e os ideais da pátria flamenga.

Chega, porém, agora o momento em que é preciso atender ao gesto propício do destino. Os próprios argentários da Companhia não relutaram muito em ceder alguma coisa dos seus privilégios em troca da vantagem de interessar diretamente a prestigiosa casa de Orange na obra que com fortuna inaudita se construía neste lado do Atlântico.

O homem que se vem pôr à testa dos holandeses em Pernambuco, e dar à conquista uma aparência de legítimo cometimento político, era realmente mais que um simples homem de guerra com qualidades excelentes de homem de Estado: pode considerar-se como um dêsses grandes espíritos que raro assomam na história, a reger povos, a instituir sociedades, ilus-

trando séculos e às vêzes civilizações inteiras. Em outras circunstâncias, teria sido êle um verdadeiro criador de época na história do Novo Mundo.

Contaria João Maurício, Conde de Nassau-Siegen, uns 32 anos de idade quando veio para a América. Conquanto pela sua índole fôsse mais propenso ao estudo e à arte que às armas, havia já prestado serviços militares, e com grande valor, sob as ordens do grande Maurício, filho do Taciturno.

2. O Conselho dos Dezenove ofereceu ao príncipe o mais que era possível. Vinha êle como um soberano quase absoluto.

Por exigência dêle próprio, fôra nomeado provisòriamente por cinco anos. Além do seu sôldo, e de um tratamento de 1 500 florins mensais, competia-lhe uma quota de 2 por cento sôbre os lucros que desse à Companhia.

E' de crer que vinha Maurício com muita esperança de ter aqui o seu grande papel. Chegou a trazer consigo um pessoal escolhido de homens cultos — sábios, artistas, construtores — como quem trazia mais elevado encargo que o de simplesmente governar uma colônia.

Tendo partido em outubro, veio chegar a Pernambuco a 23 de janeiro de 1637, sendo recebido com gerais demonstrações de respeito e alegria, dizem cronistas que até pelos portuguêses, que se haviam já resignado ao domínio dos intrusos.

Já na primeira carta que escreve para a Europa (a 3 de fevereiro) mostra-se deslumbrado, "achando o país um dos mais belos do mundo...". E avisa que, tendo encontrado em boas condições as tropas, já se prepara para ir contra os inimigos.

E de fato, a sua primeira preocupação, logo que apanhou o aspecto geral das coisas, foi, ao mesmo tempo que revidar os golpes daqueles bandos volantes que alarmavam a campanha, desalojar de Pôrto Calvo os pernambucanos.

Destacou uns 600 homens para as guerrilhas; e foi, com 4 000, atacar aquela praça (a 19 de fevereiro). Conquanto violento e tremendo, pouco durou o combate. Ali foi, pela sexta vez, ferido Henrique Dias, levando-lhe agora a bala uma das mãos. Também neste combate figurou Clara Camarão, ao lado do marido, "a cavalo e armada de uma lança".

A vitória de Nassau deu-lhe ensejo de mostrar aos vencidos o ânimo com que vinha governar a colônia: tratou com muita distinção os capitulados.

Guarnecida Pôrto Calvo, desceu Nassau, por mar, até Jaraguá; e dali, por terra, foi até o rio São Francisco, em cuja margem esquerda fundou o forte *Maurício*, como se quisesse pôr ali aquêle marco de fronteira.

Volta em seguida para o Recife, onde está ansioso por dar comêço à sua obra de paz.

3. Era cedo, no entanto, para isso. Mal começara êle no Recife a corrigir as grandes desordens morais que ali reinavam entre os seus próprios, quando teve de volver atenção para os perigos do Sul, na capital do domínio português, onde se acumulam elementos de repulsa.

Era preciso, antes de tudo, inutilizar aquêle centro de resistência, para matar de uma vez, na alma da colônia espoliada, a esperança de reconquista.

Mas a expedição contra a Bahia teve proporções de um quase desastre. Com 40 navios e perto de 5 000 homens de desembarque, transpõe êle a barra (16 de abril de 1638) e vai, pela tarde, fundear para o norte da cidade, além de Itapagipe. Nessa mesma noite punha em terra as suas tropas, e tomava posição.

E ali, ao cabo de perto de mês e meio de contínuas refregas sangrentas, teve o príncipe de reembarcar furtivamente, voltando para o Recife, desiludido daquele intento. Não saíram, no entanto, os holandeses, sem dar provas de si. "Com vergonhosa crueldade" vingaram-se do insucesso, talando o Recôncavo; e onde quer que descobriam uma casa desguardada, tudo passavam a ferro e fogo!

Êste revés de Maurício foi origem das desinteligências em que entrou com os negociantes de Holanda. De agora em diante, nunca mais se entenderam até o fim.

O assalto à Bahia despertou outra vez a nossa metrópole. Sentiu-se lá que a audácia dos conquistadores crescia com o êxito das façanhas. Aumentam êles todos os dias a conquista; e não será de estranhar que renovem tentativas contra a capital da colônia.

Resolve-se então, em Madrid, expedir grandes reforços com D. Fernando de Mascarenhas, Conde da Tôrre, nomeado Governador-Geral do Brasil. Veio êste chegar pelos fins de janeiro (1639); e ali ficou quase todo o ano, dando tempo a que Nassau se apercebesse.

Soube-se afinal no Recife que a esquadra do Conde da Tôrre havia saído para o mar; e por sua vez a frota flamenga, ao comando do almirante Loos, também saiu, ficando a bordejar diante do Recife.

No dia 11 de janeiro (1640) teve-se aviso de que a esquadra luso-espanhola estava para o norte, entre Itamaracá e o Cabedelo, e já em comunicações com André Vidal, que estava em terra. Infelizmente, o Conde da Tôrre, ao cabo de mais de um ano de chegada ao Brasil, continuava preparando-se para agir, mas perdendo sempre os melhores ensejos.

No dia seguinte (12 de janeiro) rompia o combate. Repetiu Loos a tática de Pater investindo o navio chefe contrário; e como ao outro, custou-

lhe a vida essa estúrdia manobra. No dia seguinte, renova-se a luta. Enquanto combatem, vão sendo as duas frotas impelidas para o norte. No dia 14 continua a batalha pelas alturas da Paraíba. Passam-se os dias 15 e 16 em completa inação; mas no dia 17 empenha-se de novo a luta; e só pela tarde, afasta-se para o alto mar a esquadra luso-espanhola.

Se não foi uma derrota, pelo menos estava burlado o plano formidável que se preparara contra os holandeses.

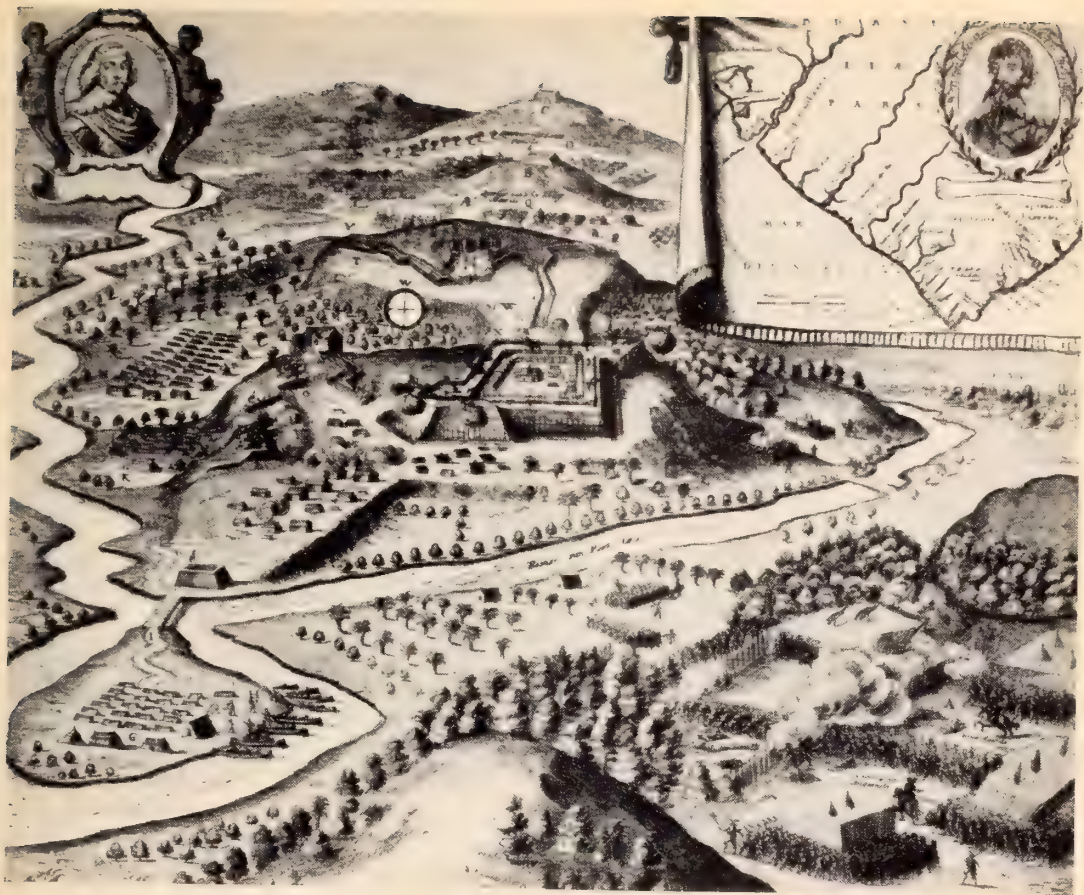
4. Festeja-se no Recife o sucesso como uma grande vitória. E para mais enaltecer os intrusos, recebem ainda da Europa, por aquêles dias, um refôrço de 27 navios e 1 200 homens.

O que é notável neste momento é o contraste em que se põe Nassau com tôda aquela ufania da sua gente. Ao dar notícia de tudo à Companhia, solicita que o dispensem do pôsto, assim que se complete o prazo do seu compromisso.

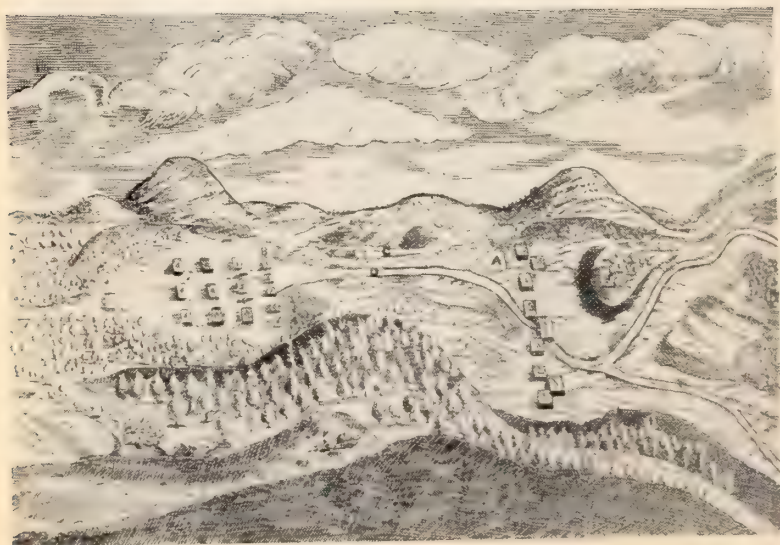
Como os argentários de Holanda insistissem na necessidade de investir outra vez a Bahia e alargar a pilhagem na costa, entregou êle a frota, quase tôda, ao almirante Lichthardt, para que fôsse perseguir nos mares as embarcações espanholas e portuguêsas, e correr e devastar o Recôncavo, trazendo os baianos em contínuo alarma.

Em tôdas as capitanias lavrou terror com a notícia, que se espalha, do escarmento. O que ainda atenuou os efeitos de tais borrascas iminentes foi a chegada do vice-rei, D. Jorge Mascarenhas, grande figura da côrte, e que vinha com o encargo formal de empreender a restauração do Brasil. Começou o Marquês de Montalvão entrando em acôrdo com o príncipe para impedir as depredações na costa, e fazer a guerra mais humana.

Decerto que não era apenas isso o que esperavam aquêles que há dez anos protestam contra o esbulho. E, para mais inquietar êsses heróis, vem a notícia do que se passara lá no reino (1640)*: com a qual trepida a* alma da terra em alegrar-se porque sente que o usurpador se alegra mais. Principalmente quando se soube que o rei aclamado concertara com a Holanda uma aliança contra os espanhóis e uma trégua de dez anos *quanto às respectivas colônias...* encheu-se de cruéis apreensões o espírito dos que andavam no seu longo martírio.

Entraram agora os dois governos (de Portugal e de Holanda) numa fase de astúcias e perfídias, como falsos amigos que se revidam golpes disfarçando o mútuo rancor. O próprio Maurício teve de arrostar a sua cumplicidade na tramóia, mandando ocupar todo o Sergipe, Loanda e algumas ilhas do mar de Guiné, e, por último, o Maranhão. A indignação das vítimas, tomadas de surprêsa, responde êle dizendo que, tudo fizera antes de ter conhecimento do tratado de 12 de junho, que instituíra as tréguas.

Assalto dos holandeses a Pôrto Calvo.

Príncipe Maurício de Nassau.

O assédio de Recife.

Arraial do Bom Jesus.

A verdade, porém, é que os holandeses, persuadidos que a mudança operada na península lhes é favorável (porque se têm de entender agora com um Estado menos poderoso) cuidaram de aproveitar o ensejo de ampliar as suas conquistas, na certeza de que mais há de abranger a sanção dos tratados futuros.

5. Dois ou três anos depois que chegara a Pernambuco, estava Maurício desenganado das ufanias com que viera para a América.

Talvez mesmo se lhe devesse estranhar a ingenuidade com que esperava, nas condições em que o puseram, ter aqui função mais alta que a de simples preposto de uma emprêsa mercantil.

O que é certo, aliás, é que êle se apercebeu logo das suas ilusões.

E para se ver quanto êste homem se contrafez aqui sob o império das circunstâncias em que se viu, nem bastante seria o que temos assinalado até agora em seu govêrno: seria necessário estudar mais no fundo a sua obra política no domínio, para destacar o contraste em que ela ficou com o seu espírito e a sua nobreza e excelência moral.

Tem-se exagerado muito, não menos o que êle fêz em Pernambuco, do que o muito que lucraria o Brasil se os holandeses se tivessem fixado definitivamente na América oriental.

Tinham entrado ali os usurpadores proclamando a liberdade dos escravos; e não demorou que começassem a reescravizar os antigos cativos. O próprio Nassau chegou a contratar a captura de negros; e até tomara a precaução de apoderar-se de um pôrto africano como conveniente para a importação de *peças da India.*

Chegara Nassau ao Recife declarando que todos os cultos seriam livres; mas dentro em pouco bania os frades; proibia aos católicos o exercício público do seu culto; decretava que o clero católico de Pernambuco ficava independente do Bispo da Bahia; e foi até proibir a construção de igrejas sem licença formal do Sínodo.

Êste Sínodo constituiu-se ali autoridade suprema em matéria de consciência. Os engenhos, que até então eram benzidos pelos padres católicos, passavam agora a ser benzidos por ministros protestantes. Os casamentos também só podiam ser celebrados por pastôres.

E' assim que os liberais flamengos entendiam a liberdade religiosa.

O tal Sínodo entendia mesmo em questões puramente civis. Tinha a guarda dos bons costumes. Não admitia mestre-escola que não fôsse calvinista. Os filhos de católicos eram obrigados a aprender o rito oficial. O Sínodo tinha ainda a superintendência dos hospitais, dos asilos e das casas de caridade.

Quanto aos índios, foram de má fé tão requintada que chega a causar mesmo "riso de nojo". A liberdade dêles — dizia para a Holanda um

capitão flamengo — não pode em coisa alguma prejudicar à Companhia: os que são livres, só de livres têm o nome, pois é perfeito escravo quem *é obrigado* a trabalhar todo um mês por três varas de pano.

E nem ao menos cuidaram de catequizar o mísero explorado. Os ministros protestantes tinham horror ao selvagem.

6. Na ordem econômica, tomou o príncipe a providência, primeiro de arrendar os engenhos dos que tinham emigrado: e depois, confiscou essas propriedades, arrecadando assim, de pronto, uns 2 000 000 de florins. Decretou o estanco de tôda a produção agrícola. Como a sua homônima que explorava o Oriente, a Companhia que imperava no Atlântico tinha o monopólio do comércio e da navegação. E sabia mungi-lo bem. Basta ver que um certo artigo de grande consumo, que antes dos holandeses custava de 130 a 140 florins, passou a custar no tempo de Nassau 500 a 600! E assim tudo.

O próprio Nassau clamou contra o monopólio; até que a Companhia teve de ceder. Mas assim cedeu ela: "A navegação — diz Netscher — foi aberta a *todos*, contanto que os navios fôssem os da Companhia..." Aos portuguêses que tivessem reconhecido o domínio flamengo, também se garantiu a liberdade de exportar os seus produtos... para a Holanda.

Calcula-se nuns 10 000 000 de florins a receita da Companhia no Brasil, entrando nesse cálculo 2 000 000 de florins do tráfico de escravos. E não entram no cômputo os frutos da pilhagem, das depredações, dos confiscos e das fintas eventuais.

Compreende-se que aí damos apenas umas linhas gerais que possam sugerir uma vaga idéia do que foi, sob os seus aspectos mais característicos, o regime que se integrou no tempo de Maurício de Nassau.

E não deixaremos esta ordem de fatos sem referência especial a uma outra lenda que se criou para atribuir ao príncipe a glória de haver instalado em Pernambuco a primeira assembliéa *legislativa* que funcionou na América do Sul.

Aquilo nem chegou a ser arremêdo de assembléia; pois não foi mais que uma experiência de Nassau destinada a sondar o ânimo dos colonos que pareciam sinceramente conformados com o domínio holandês.

Funcionou o congresso durante 9 dias, e teve de limitar-se a aprovar umas propostas do Supremo Conselho.

E assim mesmo a experiência gorou, e por isso foi logo encerrada a curiosa *legislatura*. E sabe-se por que é que falhou a experiência? Por isto: a uma consulta do Conselho Supremo sôbre a conveniência de permitir aos moradores portuguêses o uso de armas para sua defesa pessoal, declararam os representantes que aceitariam a permissão, *contanto que não haviam de ser obrigados a servir-se das referidas armas contra os soldados do seu rei...*

Eis aí a prova que Nassau tirou daquela gente, cuja alma parecia morta, mas que se mostrava ainda bem viva.

7. Estava, portanto, o príncipe desenganado dos seus sonhos de instituir na América um novo império flamengo.

Teve, então, o bom senso, ainda que seródio, de resignar-se a limitar o seu esfôrço: em vez de homem político, ficou, muito sereno e consolado, nas suas expansões de grande alma de artista. Dêste modo teve a sua obra de ser menos duradoura e menos histórica; mas revelou o homem num aspecto mais pessoal e mais simpático, dados os entraves que encontrou para fazer-se brilhante e grandioso.

A sua obra foi Mauritsstad (a cidade *Maurícia,* como a chamavam os portuguêses). Mauritsstad valeu como um grande sinal do que seria êle capaz de fazer se não tivesse vindo para a América como representante de uma emprêsa de comércio.

Tendo comprado, à própria custa, a ilha de Antônio Vaz, "fêz ali abrir canais, circunvalá-la", construir diques e aterros, consolidando assim, a área da cidade planeada. Em seguida arborizou tôda a ilha, convertendo-a em imenso parque, onde se encontravam árvores das nossas matas e da Africa. Lançou os lineamentos da cidade, e começou a construir o seu palácio de Friburgo.

Foi a população abastada mudando-se para ali; e em poucos meses, ao lado do Recife, se erigia uma cidade moderna, de amplas ruas e praças.

Mas o palácio de Friburgo foi a maravilha que deslumbrou tôda a colônia, e cuja fama correu pelas cercanias mais longínquas. Era, com efeito, um verdadeiro monumento. Ali havia seções especiais de museu, biblioteca, música, estudos, etc.

Logo depois fêz construir como palácio, o da Boa Vista; e ligou os dois edifícios por alamêdas de palmeiras.

Completou tudo aquilo pondo a nova cidade em comunicações permanentes com o continente e o Recife, por meio de pontes provisórias de madeira.

No palácio da Boa Vista instalou Nassau uma espécie de academia, com os homens de espírito de que se cercara, e que lhe formavam uma como côrte intelectual.

Quem visse aquela obra grandiosa persuadir-se-ia, sem dúvida, de que Nassau tinha o pensamento de ficar para sempre em Pernambuco.

Quem poderia, pois, suspeitar que andasse êle em vésperas de sair do Brasil?

QUESTÕES CONEXAS: — *Conquista do Ceará, de Sergipe e do Maranhão. — A retirada de Luís Barbalho. — D. Jorge de Mascarenhas e a restauração da soberania portuguêsa. — O que seria o Brasil se o holandês se tivesse fixado em Pernambuco.*

INSURREIÇÃO GERAL CONTRA OS INTRUSOS DA HOLANDA

1. Pelos fins de 1642 começa o príncipe a sentir os sinais da borrasca iminente. Vem notícia de que no Maranhão os colonos se insurgem contra os flamengos. Logo depois, aviso de que no Ceará se levantam os índios e massacram todos os holandeses que lá estavam. E não demorou muito que o anúncio (por meados de 1643) da expulsão dos intrusos de São Luís viesse produzir verdadeiro pânico no Recife.

Parece que Nassau, depois que fundara a sua cidade monumental, estaria disposto a permanecer no Brasil. Mas havia já êle escrito para Holanda lembrando o têrmo, que se aproximava, do seu contrato, esperando talvez que os Estados Gerais e a própria Companhia fariam questão de que ficasse mais tempo. Enganou-se; porque, com a pronta sanção dos Estados Gerais, o Conselho dos Dezenove o exonerara.

Estava, pois, inteiramente desiludido. A sua obra fracassara estrondosamente.

Desde setembro (1643) cuidou de preparar-se, liquidando os seus negócios particulares, e pondo em ordem as coisas do govêrno e da administração.

No dia 11 de maio (1644) despediu-se da sua Mauritsstad, e foi por terra à Paraíba, onde embarcou (a 22) para a Europa.

Com a retirada do príncipe, entra em crise o domínio holandês. Como se tem visto, aliás, o protesto dos pernambucanos contra a espoliação nunca cessou, nem um instante, na terra violentada. Desde 1630 que a parte da colônia, em cujo coração se refugiara o sentimento de repulsa contra os intrusos, ficou em atitude hostil e agitação de guerra até a liquidação do litígio.

Mas agora o que se dá é que se generaliza e recrudesce o que andava latente nas almas. E para isso, além da ausência de Nassau, concorreu, primeiro a restauração de Portugal, seguida da política pérfida e capciosa do govêrno holandês; e depois, a reconquista do Maranhão.

Por meados de 1644 tornam-se alarmantes as notícias que de tôda parte chegam ao Recife, dando como preparado um vasto movimento contra os flamengos. Impressionado com semelhantes atoardas, resolveu o Conselho Político enviar uma embaixada à Bahia, no intuito disfarçado de sondar o que ali se passava.

O governador-geral, Antônio Teles da Silva, que viera (1642) muito de propósito (até em companhia de André Vidal de Negreiros) para promover e amparar a insurreição, fingiu satisfazer aquêles verdadeiros espiões quanto a reclamos que lhe apresentaram.

Por mais, no entanto, que tudo com cuidado se procurasse na Bahia dissimular, pode supor-se que os tais emissários voltaram para o Recife muito convencidos de que não tardaria a tormenta.

2. E' o grande herói paraibano que desde 1642, e de concêrto com o Governador-Geral, prepara, com muito jeito e cautela, a reação decisiva contra os intrusos. Fêz, com êsse fim, duas viagens para o Norte, até à Paraíba, em tôda parte entendendo-se com os chefes já conjurados, e até premunindo-os de armas e munições para o momento oportuno.

Não tardou muito a chegar êsse momento.

Começara João Fernandes Vieira, aclamado general dos restauradores, a reunir gente na Várzea; e, por meados de 1645, estabelecia o seu quartel em Camaragibe; enquanto, no seu engenho Tabatinga, Amador de Araújo, com o destemido mulato Domingos Fagundes, formava também a sua legião.

Assim que teve notícia de tudo, expediu o Conselho Político para a Várzea o coronel Haus, com uns 500 homens, e para Ipojuca o major Blaer.

A gente de Amador de Araújo, em vez de esperar o inimigo, marcha depressa a juntar-se com a de Vieira no engenho das Covas.

Dali, como se fugisse perseguido dos flamengos, move-se Vieira, e vai tomar posição no monte das Tabocas, onde o coronel Haus, à frente já de mais de 1 000 homens, o foi investir, seguro de escarmentá-lo. Começa o ataque pelas duas da tarde de 3 de agôsto (1645). Combateu-se até à noite.

No dia seguinte, quando se apercebiam os patriotas para renovar a peleja, viu-se que o inimigo havia fugido durante a noite, e tão às pressas que deixara, com os mortos e feridos, quantidade de armas e munições.

Esta primeira estrondosa vitória do monte das Tabocas teve imenso efeito moral no espírito da colônia.

Dali abala Vieira, rumo de Santo Antônio do Cabo. Em caminho encontra as fôrças de Camarão e de Henrique Dias; e, logo depois, opera junção com as de André Vidal e Martim Soares Moreno.

No meio das ufanias em que se agitam os independentes, vêm pô-los em grande aflição notícias recebidas da Várzea, dando Haus como um tufão, a devastar aquelas já consternadas paragens. Não só a soldadesca em cólera matava e fazia saque geral, como destruía tudo, demolindo e incendiando casas e igrejas. Havia o Conselho Político decretado que tôdas

as famílias abandonassem "dentro de cinco dias, os lares com seus filhos e filhas, sob pena de morte a sangue e fogo, e perda de seus bens; e que, passando êste têrmo, não se usaria de nenhuma clemência com aquelas que, tendo maridos, irmãos ou filhos ausentes, se achassem em suas casas". Haus cumpria as ordens do seu govêrno.

Êsses sinais diziam bem como ia ser sacrílega aquela guerra!

3. Põem-se os insurgentes em marcha para os distritos da Várzea; e pela manhã de 17 de agôsto vão surpreender os bandos inimigos nas imediações da *Casa Forte* (engenho de D. Ana Pais) e infligem-lhes nova derrota.

Com êstes primeiros sucessos, alastra-se a insurreição. Em todo o Sul sublevam-se em massa as populações. Nazaré, Pôrto Calvo, o próprio forte *Maurício*, e outras posições, em setembro, caíam em poder dos pernambucos.

No Norte, com o rompimento da insurreição em Pernambuco, tornou-se horrível a situação para os patriotas. Mesmo que não estivessem de inteligência com os chefes do Sul, bastariam as novas medidas preventivas. tomadas pelo govêrno do Recife, para levantar tôda gente válida da Paraíba e do Rio Grande.

Expede Vieira fôrças de socorro para ali. Funda-se no interior da Paraíba o *Arraial de Santo André,* para onde afluem os independentes das duas capitanias. E as lutas se tornam desesperadas e sangrentas.

Enquanto isso, em Pernambuco os libertadores continuam a levar a guerra com sucesso. Apoderaram-se de Olinda, e, logo depois, do forte de Santa Cruz, no caminho do Recife, em cujas cercanias cruzavam as temerosas quadrilhas de assalto que se despediam do *Arraial Novo do Bom Jesus*, onde se estabelecera o acampamento geral dos insurretos. Os holandeses ficaram logo no Recife como num presídio, não se sentindo ali tranqüilos nem pelo lado do mar.

Ansiosos de acender a guerra no Norte, mandaram para lá, os patriotas, o Camarão com a sua gente; e, logo depois, foi o próprio mestre de campo André Vidal, e em pouco tempo deixou tudo em boas condições.

O que está criando agora uns tantos embaraços para os independentes é a atitude que a côrte de Lisboa tem de simular em relação ao govêrno de Holanda, com quem se acha comprometida pelo tratado de paz, e de cuja amizade, e até de cujo concurso nem pode abrir mão na conjuntura excepcional em que se encontra. Enquanto fomenta às ocultas a guerra no Brasil, dá D. João IV na Europa tôdas as seguranças de perfeita lealdade às Províncias Unidas dos Países-Baixos e condena "oficialmente" a audácia dos que se insurgem contra o govêrno holandês, chegando a expedir ordens formais ao Governador-Geral para que reprimisse a insurreição, fazendo

recolher os mestres de campo e demais capitães e soldados que andassem na guerra.

Por mais que se estivesse de conluio com a côrte, esta política insidiosa. que as circunstâncias impunham (e que os exemplos da Holanda autorizavam), produzia má impressão, e até defecções nas fileiras dos insurgentes.

Valiam-se disso os holandeses para mostrar como tinham por si a autoridade e justiça do próprio soberano, apresentando os pernambucanos como criminosos de lesa-majestade.

Nem por isso esmoreciam os filhos da terra. Henrique Dias, mesmo sem ciência dos mestres de campo, rebateu uma vez, à manobra dos intrusos (que mandaram espalhar no acampamento a carta do rei condenando a insurreição), dizendo altivamente aos do Conselho Político: "Meus senhores holandeses. Meu camarada, o Camarão, não está aqui; mas eu respondo por ambos. Saibam vossas mercês que Pernambuco é pátria dêle e minha pátria, e que já não podemos sofrer tanta ausência dela. Aqui, haveremos de perder as vidas, ou havemos de deitar a vossas mercês fora dela. E ainda que o Governador e Sua Majestade nos mandem retirar para a Bahia, primeiro que o façamos havemos de responder-lhes, e dar-lhes as razões que temos para não desistir desta guerra"...

Essas grandes palavras do glorioso caudilho negro dão bem eloqüentemente a medida daquele heroísmo com que se encontra a cobiça flamenga.

4. Começava a reinar a fome no Recife, principalmente depois que os insurretos foram apertando-lhe o sítio. E, sem um grande socorro que lhes chega de Holanda, não se sabe qual teria sido, já por meados de 1646, a sorte dos usurpadores.

Veio êsse socorro (de 2 000 homens) com o já famoso Sigemundt von Schkoppe, e acompanhando o pessoal que vinha substituir os membros do Conselho Político.

Chegava Schkoppe com grande arrogância e presunção muito certo de que vai de uma vez debelar aquêles grupos de rebeldes indisciplinados e estranhos a coisas de guerra. Parece que trazia êle assentado um grande plano estratégico. Os patriotas, porém, lho burlaram.

Entendeu êle, então, que devia começar pela reconquista de Olinda. Mas volta dali, ao cabo de algumas investidas inúteis, confessando que "aquela gente combate como se estivesse enfadada de viver"...

Uma semana depois, manda atacar de novo a vila lendária; mas com igual insucesso.

Passados alguns dias, expede cêrca de 1 000 homens para a fronteira da Várzea: acodem as companhias de emboscadas e os fazem voltar pelo mesmo caminho.

Dali a pouco, uma nova tentativa, e agora por êle próprio comandada, tem de fugir como a outra.

Vendo que os pernambucanos estão fortes na campanha, resolvem os holandeses ameaçar-lhes a causa em outros pontos da costa. Vão grandes fôrças, de mar e de terra, para o Sul, com o intento de retomar o forte e povoação de Penedo. De surprêsa, conseguem apoderar-se da posição; mas só para terem logo depois de deixá-la (abril de 1647).

Quase ao mesmo tempo, ia Schkoppe, com 3 000 homens, surpreender a Bahia (fev. 1647). Desembarca durante a noite em Itaparica. Saqueiam tôda a ilha, exterminam a população, não poupando nem mulheres e crianças. Ali fica o inimigo perto de um ano, a varejar o Recôncavo e a pilhar tôda a costa. E só a vinda de reforços aos luso-brasileiros, bem como a situação do Recife, que se torna angustiosa, é que obrigam Schkoppe a evacuar a mísera Itaparica.

Tinha, portanto, Sigemundt perdido o seu prestigio miraculoso; e êle próprio parece meio fatigado, e sem esperança de reabilitar-se.

5. Enquanto D. João IV, com a sua astuciosa diplomacia, procura conter os holandeses na Europa, fingindo-se empenhado pela paz nas condições que êles queriam, vai no Brasil a guerra cada vez mais acesa.

Os patriotas apertam o cêrco do Recife, e parecem de dia para dia mais confiantes na vitória.

Tanto impressionou afinal a situação da praça aos sitiados que êles deliberaram sair da conjuntura por um ímpeto de temeridade.

À frente de uns 5 000 homens marchou von Schkoppe para a Várzea, no intento de abrir passagem para o sul, e isolar dos distritos do Cabo a gente do *Arraial Novo*. Iam estas fôrças com grande pompa, e muito estrondo de caixas, clarins e trombetas, ostentando vivo luzimento de armas, e numerosas bandeiras, entre as quais se destacava um grande e radiante estandarte com as armas das Províncias Unidas e as insígnias do príncipe de Orange.

Teve-se logo no Arraial notícia do movimento; e reuniram os chefes tôdas as fôrças disponíveis, pondo-se imediatamente em marcha, e indo tomar posição, no caminho do Sul, entre os montes Guararapes e um vasto pantanal que se estende até à costa marítima vizinha.

Pela manhã de 19 de abril (1648) avista-se a vanguarda do inimigo; e entre as 9 e 10 horas trava-se a batalha. Rompera André Vidal "como tormenta", investindo logo a espada, sem dar ouvidos aos canhões inimigos, e tomando-lhes a artilharia. Recua num dos flancos Henrique Dias, atacado pela reserva de Haus. Com isto entusiasmam-se os flamengos, e avançam incendidos, metendo-se pelo tremedal ao lado, enquanto André Vidal prepara uma nova carga, e desanda outra vez contra êles como ava-

lanche que se desprende. Obra então, prodígios de valor o grande herói paraibano. Acomete intrépido ao inimigo; rompe-lhe de novo os batalhões; e refeitas as hostes, reacende-se o combate com redobrado furor.

Ao cabo de umas cinco horas de peleja, foi o inimigo abrindo-se do campo, e ocupando umas colinas à vista dos insurgentes.

No dia seguinte (20 de abril), uma segunda-feira, quando pensavam renovar a luta, não viram os nossos mais ninguém naquelas alturas: os holandeses, durante a noite, haviam corrido para os muros.

6. A confiança dos sitiados, naqueles dias de escarmento, estava nas fôrças navais. O corso nas costas tornou-se horrível. Senhores exclusivos do mar, cuidam, pela pirataria, de ressarcir-se das perdas que experimentam em terra. E só graças a isso é que se vão manter ali por alguns anos.

As condições da guerra, no entanto, mudavam agora, principalmente para os restauradores. Definia-se a atitude da côrte portuguêsa, que passara a proteger sem mais disfarce a insurreição dos colonos.

Viera muito a tempo tal mudança; pois os patriotas já refletiam naquela contingência, em que andavam, de só fazer a guerra por sua conta, e até de, em última extremidade, sacrificar a sua tradicional fidelidade à monarquia.

Soube-se logo que na Europa se aparelham grandes fôrças navais para auxiliar os insurgentes. Eram os únicos elementos, de ação que lhes faltavam; e com êsse aviso cresce a confiança dos pernambucanos no sucesso final.

Deixam êles agora que a própria situação dos intrusos vá produzindo os seus efeitos no Recife.

Ali fechados, mantendo-se à custa da pilhagem, e tudo esperando da sua metrópole, procuram os holandeses afetar segurança, e até de quando em quando saindo dos muros, a "espantar" de súbitas refregas os contrários que lhes espreitam os passos.

Ainda cêrca de um mês depois do escarmento dos Guararapes, fizeram uma sortida de mais vulto contra a estância de Henrique Dias. Não os esperou o herói negro: saiu-lhes ao encontro, e obrigou-os a "largar o campo sem lhes dar tempo de recolher os mortos" (21 de maio). Persegue-os o batalhão negro até os arrabaldes do Recife, produzindo ali grande alarma.

Passa-se assim, a escaramuçar nas imediações da praça, todo o ano de 1648.

Não era possível, porém, prolongar aquela angústia. Era preciso conjurá-la por algum ato de coragem.

E' neste transe que se resolve tomar outra vez ofensiva contra o *Arraial*, tomando o caminho do Sul, e abrindo entrada para o interior.

No dia 18 de fevereiro ia o coronel Brinck, com 4 000 homens e seis peças de campanha, ocupar a passagem dos Guararapes. Pela tarde dêsse mesmo dia chegava o exército insurgente à vista do acampamento inimigo. Finge tomar posição ali diante dêle: mas durante a noite, sem ser sentido, contorna Francisco Barreto a colina, e acampa ao sul da posição dos flamengos.

Ao amanhecer de 19 dão êstes pela manobra. Quando os nossos ansiosos, esperavam entrar em fogo, vêem, com espanto, o exército holandês em retirada. Não os deixou sair tranqüilos o mestre de campo-general: ofereceu-lhes combate. Dizem as crônicas que a vitória dos patriotas foi ainda maior que a do ano antecedente.

7. Com esta última grande derrota, cai Recife em aflições de hora da morte, e o que mais nos espanta é que aquela gente ali ficasse ainda por mais de quatro anos! Só mesmo a ilusão com que a Holanda lhe nutre a esperança, falando em acôrdo com o rei português, é que explicaria a tenacidade daquela resistência.

Enquanto os argentários da Haia confiam e tramam, os patriotas vão agindo, e agora com o concurso franco da sua metrópole. Já se organizara lá, a Companhia de Comércio. Em princípios de 1650 chegava ao Brasil a primeira frota, trazendo alguns recursos destinados aos insurgentes.

O grande cuidado dêstes é concentrar ali, em tôrno do Recife, tôdas as suas fôrças, abandonando quase todos os outros pontos.

Disso se aproveitam os sitiados para tentar agressões fora dali, sem deixar, contudo, de repetir sortidas contra os sitiantes, por afetar impavidez e fôrça.

Assim passaram-se ali uns três anos.

Até que se recebem no *Arraial* notícias de que D. João havia rompido negociações com o govêrno holandês; e tratam os chefes da reconquista de provocar o desfecho final da guerra.

QUESTÕES CONEXAS: — *Os grandes heróis da guerra. — Reconquista do Maranhão. — As matanças do Rio Grande do Norte.*

EXPULSÃO DOS HOLANDESES DE PERNAMBUCO

1. Pelos fins de 1653 tem-se certeza de que a côrte de Lisboa não está disposta a ceder aos intentos da Holanda.

Sentiram então, ainda mais, os patriotas necessidade de se desafogarem daquela penosa, longa inação.

Tendo-se entendido com os outros mestres de campo, foi João Fernandes Vieira conferenciar com o general em chefe, a respeito da urgência, que todos sentiam, de dar à guerra um desenlace, que não era possível dilatar-se mais.

Hesitou um pouco Francisco Barrêto. Mas afinal, cedendo às instâncias de Vieira, convocou a conselho os chefes do exército; e tal foi a impressão causada pelo ânimo resoluto de Vieira e de Vidal, que Barreto não pôde deixar de aquiescer, quase renunciando nêles a sorte da campanha naquela fase decisiva.

Para encorajar os libertadores em momento de tanta gravidade concorria a notícia, que se havia recebido, de que estava a zarpar do Tejo a frota da Companhia de Comércio, agora com a incumbência formal de cooperar com os independentes.

Prepara-se, pois, tudo com muita diligência, e tudo se dispõe em volta do Recife, para o golpe certeiro.

Estava-se pelos fins de 1653, quando se teve aviso de que os primeiros navios estavam à vista da costa.

A frota fôra desta vez muito reforçada, e guarnecida de importantes elementos de guerra. Compunha-se de treze navios de combate, comboiando sessenta e quatro embarcações mercantes. Vinha como almirante o mesmo Pedro Jaques de Magalhães, que já comandara a primeira frota, e como vice Francisco de Brito Freire, o mesmo que veio a ser depois um dos melhores historiadores da guerra.

No dia 20 de dezembro (1653) estava a esquadra diante do Recife. Tiveram os holandeses veleidades de hostilizá-la; mas inùtilmente; e foram os navios de que dispunham obrigados a recolher-se ao pôrto.

2. Mandou logo o mestre de campo-general a bordo pedir uma conferência ao almirante; e Pedro de Magalhães apressou-se a descer à terra, em companhia do vice-almirante, saltando a pequena distância de Olinda, junto ao rio Tapado.

Ali os foram receber os chefes pernambucanos "com duas companhias de cavalos e muita honra". Expuseram-lhe logo a situação da guerra, e pediram-lhe o concurso da esquadra para dar o golpe de morte nos intrusos.

Repetem-se ali, as velhas comédias recomendadas pela côrte. Declara o almirante que não pode ficar na costa, receoso dos ventos e que, além disso, "não tinha ordem nenhuma de S. M. para tal fazer"; e que não queria arriscar-se a que "lhe cortassem a cabeça"...

Mas os patriotas lhe vencem fàcilmente a fingida relutância: e todos fraternizam, "em nome da justiça e da pátria". Seguiram da praia todos para Olinda, onde entraram no meio de indescritível regozijo.

No dia seguinte (21 de dez.) celebrou-se o grande conselho de oficiais a que assistiram Magalhães e Brito Freire. Ao cabo de um simulacro de debates "para guardar as aparências", resolveu-se o ataque decisivo ao Recife pelas fôrças de terra, enquanto a esquadra bloquearia tôda a seção da costa, entre Olinda e a Barreta.

Tudo combinado, voltaram no mesmo dia os almirantes para bordo, tomando imediatamente as providências, de acôrdo com o que se deliberara. Estendeu-se na costa uma linha de navios, ficando "quatro à vela para vigiarem o mar e darem comboio aos barcos mercantes que haviam de entrar no pôrto de Nazaré".

Em terra, põe-se em execução o plano dos mestres de campo. Vieira e Vidal percorrem tôdas as estâncias fronteiras à praça sitiada; estudam, seguidos de dois engenheiros, os novos pontos que convém fortificar e sem demora reforçam tôdas as guarnições.

Quando tudo estêve pronto, e tudo disposto e prevenido em volta do Recife, marcham (na noite de 14 de janeiro) sôbre o forte das Salinas os mestres de campo com dois mil homens. Levantaram trincheiras defronte daquele forte, e, pela manhã, rompia o fogo. Acodem dos pontos vizinhos os flamengos; e ali se combate até o anoitecer com pequenas intermitências.

Durante a noite renovam a luta os insurgentes; até que pela madrugada capitulam os do forte.

No dia 17 investem os patriotas o formidável baluarte da Asseca (ou Altenar). Ao pôr do sol de 19, levantavam bandeira branca os holandeses, concedendo-se-lhes as honras de guerra.

O inimigo recolhe na praça as guarnições de todos os redutos exteriores, e aguarda a hora do seu destino.

3. Trata-se de pôr pé na ilha, e de investir a temerosa Cinco Pontas, que defende a mísera Maurícia. Para chegar à grande fortaleza, teve-se de tomar de assalto um velho reduto já na ilha (forte *Amélia*). Rompe, então, fogo das Cinco Pontas. E dentro em pouco sai dos muros o próprio Schkoppe à frente de uns 900 homens e trava-se furioso combate na campina que fica entre aquêle reduto e a fortaleza.

Shkoppe, abatido e consternado, procura os homens do Conselho Político.

Preparavam-se os patriotas no dia 23 para escalar durante a noite a fortaleza, quando o inimigo pediu suspensão de armas e pela tarde apresentava-se diante do exército libertador o capitão van Loo, com uma carta dos membros do Conselho para o mestre de campo-general. Pediam os conselheiros a Barreto que mandasse seus delegados para tratarem da capitulação com três representantes que o Conselho ia nomear.

No dia 24 reuniam-se ali mesmo, em tendas que se armaram na campina, entre os dois acampamentos (campina do Taborda) os delegados das duas partes, e começaram a discutir as condições da capitulação.

Duraram três dias as negociações. Todo o esfôrço dos holandeses consistiu agora, na pretensão de salvar no ajuste a hipótese de que lá na Europa já tivessem os dois governos resolvido, ou viessem a resolver a questão...

Não admitiram semelhante restrição os patriotas, e tiveram a ombridade de consignar no texto do auto o artigo da proposta, com a recusa formal da parte pernambucana, feita nestes têrmos: "E no que toca ao que os ditos vassalos pedem sôbre não prejudicar êste assento e concêrto às convenções que puderem estar feitas entre o senhor Rei de Portugal e os senhores Estados Gerais antes de lhes chegar a notícia êste dito concêrto e assento: não concede o senhor mestre de campo-general, *porque se não intromete nos tais acordos que os ditos senhores tiverem feito, porquanto de presente tem exército e poder para conseguir quanto empreender em restituição tão justa*". É como se dissesse alto e bom som: "Não temos nada com o que fizerem por lá; aqui o que se fêz está feito".

Fixou-se enfim no dia 26, já alta noite, a redação do ajuste, cujos têrmos fazem honra à generosidade, aos sentimentos de justiça, e ao espírito liberal dos patriotas vitoriosos.

Convencionou-se, em resumo: — que a cidade do Recife, tôdas as demais povoações e todos os fortes e armamentos existentes nas quatro capitanias que tinham estado em poder dos holandeses, seriam restituídos imediatamente ao rei de Portugal; — que se *esqueceria a guerra, concedendo-se anistia plena e inteira aos próprios portuguêses e judeus, ou súditos de qualquer outra nacionalidade que tivessem tomado partido pelos holandeses;* — que no tocante à rebelião, todos seriam tratados no Brasil do mesmo modo que o eram em Portugal; — que os capitulados sairiam com tôdas as honras da guerra; que os súditos de Holanda poderiam ficar e viver no Brasil nas mesmas condições em que vivem os portuguêses; e os que se quisessem retirar poderiam conduzir todos os seus bens, e liquidar os seus negócios por si mesmos, ou por seus procuradores.

Na mesma noite de 26 de janeiro de 1654 foram assinadas as pazes.

No dia seguinte, entrava o exército dos patriotas na cidade, tomando conta de tôdas as fortificações.

No dia 28, pela tarde, fêz o general Francisco Barreto a sua entrada solene e triunfal no Recife, acompanhado de um esquadrão de cavalaria e de oficiais do exército vitorioso.

Na porta da cidade foi recebido pelo general Schkoppe, os membros do Conselho Supremo, oficialidade do exército holandês, e multidão de moradores.

Apeando-se ali, saudou Barreto a todos "com muita urbanidade, e sob o troar da artilharia em tôdas as fortalezas".

Depois de haver entrado na casa de Schkoppe, "por lhe fazer honra e cortesia", seguiu com todos a pé, e entrou no Recife, indo logo direito à casa do conselheiro Schonenborch, presidente do Supremo Conselho.

Quis o mestre de campo-general acompanhar gentilmente a todos os membros do extinto govêrno às respectivas moradas, e ali deixá-los mas por sua vez, fizeram questão de continuar a "fazer-lhe honra" até deixá-lo instalado no palácio que tinha servido para as sessões do Conselho.

Na noite do mesmo dia festejou-se militarmente o grande sucesso; e por deferência com os vencidos, teve-se muito cuidado em conter o mais possível o entusiasmo dos pernambucanos, evitando-se ruidosas manifestações populares.

No dia 30 alojaram-se os capitulados na vila de Olinda, de onde, logo depois, embarcaram para Holanda.

Também no dia 2 de fevereiro, incumbido de levar a notícia do fausto acontecimento, partia André Vidal de Negreiros para Lisboa, onde chegou à noite de 19 de março, encontrando a côrte e a cidade em festas, por ser o aniversário natalício do rei.

O que se passa em tal momento na capital portuguêsa é mais fácil imaginar que descrever.

4. Estava, pois, encerrada aquela campanha de nove anos, fase aguda do longo protesto contra a usurpação; e vitoriosa a grande causa de que tinha vivido o coração de tantos heróis.

Sente-se, ao chegar a têrmo de jornada tão penosa, que a bravura dos patriotas entra de novo na terra sagrada parecendo mais comovida e mais propensa à piedade do que ufana de si mesma. O que se quer é esquecer tudo!

Há por aquêles dias em todo o Recife mais talvez gravidade, e até recolhimento e compunção de culto, do que aspectos e arruídos de vitória. Mais do que esta, o que ali glorifica os libertadores da terra é a grandeza de alma com que souberam vencer os sentimentos do inimigo abatido, depois de havê-lo domado nos ímpetos de violências e barbaria.

O esfôrço do colono teve, portanto, esta alta significação: salvou tôda a obra, antes de tudo de integridade latina, que o português aqui iniciara e tinha encaminhado com uma coragem que não foi excedida em ponto algum da América, e com uma consciência da sua missão e uma sinceridade de intuitos que não têm exemplos no resto do continente.

A vitória dos patriotas foi para a obra de Portugal infinitamente mais fecunda, mais decisiva e de alcance mais vasto do que seria para o império flamengo o esmagamento de todo aquêle heroísmo.

Desvanecido da reinvindicação, sentiu o colono que, mais do que à tutela e amparo da metrópole, devia ao próprio valor a sua fortuna; e a terra, duas vêzes conquistada pelo seu sangue, e tantas vêzes defendida pela sua fôrça, tem êle agora mais íntimos e sagrados motivos ainda para amá-la, porque representa para êle o sacrifício, a afirmação da sua fé, o triunfo edificante da sua constância e da sua bravura.

Deixara de ser um simples colono: fizera-se patrício. E patrício de uma pátria criada pelo seu coração e pelo testemunho da sua grandeza moral.

E êste justo orgulho dos que haviam resgatado a terra, muito longe de localizar-se na zona redimida, repercutiu em todo o país, e exalçou o ânimo geral das populações.

5. Para isso, além do fato de que tôdas as colônias se sentiam afrontadas daquela humilhante intrusão, bastaria a circunstância de se haverem encontrado na campanha libertadora, voluntários de tôdas as outras capitanias, numa perfeita união e solidariedade contra a violência.

Os heróis eram aclamados por tôda parte. As grandes figuras de Vieira, Vidal, Henrique Dias, os Camarões, Francisco Barreto, Dias Cardoso, Francisco Rebelo, os Barbalhos, e tantos e tantos, andavam vivas no entusiasmo de todos.

Mas, no meio das alegrias, andava um sintoma bem curioso e significativo.

Com os sucessos da campanha, correm por tôda parte as grandes queixas, que o triunfo bem poderia ter apagado, mas que estavam muito fundo nos corações para cessarem tão depressa de amargar e pungir a alma dos filhos da terra. Com as angústias e os martírios impostos a tôda a mísera gente, revivem os velhos sentimentos contra a côrte; as hesitações com que se opera em Lisboa; o abandono quase completo em que se viram os patriotas; os embaraços que teve de sofrer a insurreição, oriundos da política incongruente que a metrópole era obrigada a fazer e tantos outros males que tornam a guerra tão amargurada.

Eram tais aquelas queixas que nunca mais foram esquecidas, antes com orgulho relembradas e até se procuravam os momentos mais solenes para repeti-las.

Um século depois, ainda havia paixão para estrondar do alto dos púlpitos: "Ditosa pátria! Pátria infeliz! Infeliz te chamo, e ao mesmo tempo ditosa, porque, se o destino te arrastou ao ínfimo da maior desgraça, a Providência te subiu ao auge da maior dita" — dizia na Sé de Olinda, em 1731, frei Jaboatão.

Nem os próprios galardões oficiais, com que se recompensam muitos dos heróis, comoviam aos galardoados: mais alto que essas graças tardias falam os agravos.

E' fácil entender a natureza do sentimento que se vem gerando, e agora se fortalece no coração das populações em relação à metrópole; convém não perdê-lo de vista, porque êsse sentimento vai ser um fator de primeira ordem na orientação da nossa história futura.

6. Para essa atitude dos colonos em todo o país, concorriam ainda os processos que continua a côrte de Lisboa a pôr em prática em relação à colônia; e mais do que isso, a forma de arranjo que na Europa se tratava de fazer com a Holanda.

Enquanto no Brasil tudo se liquidava pelas armas, cuida a Holanda de fazer por lá uma liquidação melhor pelo terror e pela astúcia. O govêrno da Haia queria tudo, e talvez alguma coisa mais...

E sem nenhuma reserva ao menos com o luto da rainha (pelo falecimento de D. João IV, em 1656) fêz pressão sôbre a côrte, enviando-lhe uma embaixada aparatosa, e fazendo logo bloquear os mais importantes portos do reino, enquanto um ultimato era apresentado à rainha viúva, exigindo a restituição de tôdas as conquistas que tinham sido feitas no Brasil e na Africa, e uma porção de coisas mais.

Isto produz indignação em Lisboa, e a côrte rompe com os delegados de Holanda. Retiram-se êles declarando guerra a Portugal. Fecha-se então o bloqueio, ao mesmo tempo que corsários flamengos perseguem nos mares embarcações de comércio portuguêsas.

Vai-se assim, até 1661, quando se consegue assinar a paz, graças à mediação da Inglaterra e ainda assim, nestas condições: — indenização de *4 000 000 de cruzados* à Companhia holandeza, pagos em 16 anos (250 000 por ano) em dinheiro, ou em açúcar, sal ou tabaco; restituição, às Províncias Unidas, de tôda a artilharia que se encontrasse no Brasil com as armas do Estado ou da Companhia; liberdade de comércio para os holandeses no Brasil, dando-se-lhe em tôdas as possessões as mesmas franquias e vantagens concedidas aos inglêses em 1655.

No pagamento da indenização teve o Brasil de entrar com a metade, 120 000 cruzados, além de 20 000 mais para o dote da infanta que casou com Carlos II, a cuja franca intercessão se deveu a paz.

Por mais penoso e repulsivo que fôsse tudo isso para os colonos, deram êles, reprimindo os seus ressentimentos, prova de magnanimidade aceitando mais aquêle sacrifício.

QUESTÕES CONEXAS: — *A Companhia Geral do Comércio do Brasil.* — *Vestígios da ocupação holandesa.* — *Influência da Guerra no espírito dos colonos.*

X

LUTAS ENTRE JESUÍTAS E COLONOS – BECKMAN

SUMÁRIO: — O regime colonial. — Os colonos e os jesuítas. — Revolta de Beckman.

O REGIME COLONIAL

1. Vejamos, nos seus vários aspectos, o que foi o regime da colônia. Sob o ponto de vista político e administrativo, o Governador-Geral era a autoridade superior no domínio, delegado direto da Coroa, trazendo às vêzes o título de vice-rei, mesmo antes de êsse título ter-se tornado permanente. Vinha por três anos; mas ficava aqui enquanto o rei quisesse. Estando em exercício do cargo, não podia receber manifestações das Câmaras municipais, nem de funcionários de nenhuma ordem. Logo que era rendido, tinha de retirar-se imediatamente para o reino "na mesma embarcação em que lhe viesse o sucessor, sob pena de seqüestro". Acabado o tempo do seu govêrno, daria *residência.* Dava-se êste nome a uma devassa que se tirava dos atos do Governador.

De 1763 em diante os Vice-Reis, com residência no Rio de Janeiro, tinham as mesmas, e até mais amplas atribuições. Eram aqui como a própria pessoa do Rei.

Para casos excepcionais da administração, e mesmo do govêrno, havia a Junta Geral, espécie de Conselho de Estado, que se formava das figuras preeminentes do clero, do exército, da fazenda e da justiça, que o Governador convocava e presidia.

A Junta Geral deliberava como poder supremo, sempre que o caso não estava previsto em lei.

Uma outra corporação que teve grande papel nos tempos da colônia, principalmente nas maiores capitais, foi o Senado da Câmara, que de instituição meramente administrativa, e limitada a funções de ordem econômica e local passou muitas vêzes a exercer funções políticas.

Câmaras houve (como as de Belém e de São Luís) que chegaram a ter o govêrno da terra.

Muitas lutaram até com os próprios governadores; e quantas não trepidaram mesmo em falar alto e grosso para a metrópole.

No paço do senado, como nas repúblicas italianas da Idade Média, centralizava-se tôda a vida local.

Com as Câmaras, concorria diretamente o povo. Em tôdas as questões graves intervinha êste, como se fôsse a autoridade suprema sem cujo concurso nenhuma resolução extraordinária seria autêntica.

Desde o primeiro século criaram-se os *mesteres*, como representantes das classes populares, e encarregados de concorrer com o poder municipal. No Maranhão, e em outras capitanias, chegou-se a completar aquela figura de magistrado da turba, dando-se-lhe o nome de *Juiz do povo*, espécie de tribuno romano, imperando pelo tumulto. No Rio de Janeiro, formou-se mesmo uma corporação de tais *juízes*, tendo cada estado ou classe o seu, até com juramento prestado perante a Câmara.

Os governadores subalternos, ou capitães-mores de categoria política, tinham nas capitanias jurisdição análoga à dos governadores-gerais, naturalmente mais restrita.

2. A organização das justiças, como tudo, foi sendo feita aos poucos, à medida das necessidades ocorrentes, e segundo a experiência aconselhava.

Durante o regime das donatarias, o capitão-donatário "exercitava tôda jurisdição no cível e no crime". Nomeava os seus ouvidores; e instituía-lhes a competência e alçada; fazendo tudo dentro das leis do reino.

Com a criação do Govêrno-Geral o regime não mudou essencialmente na ordem judiciária mas unificou-se a jurisprudência colonial, e corrigiram-se desordens que se iam implantando. A Ouvidoria-Geral não era pròpriamente uma nova instância para as justiças locais. Dos ouvidores de capitania (ou de comarca) havia recurso para os tribunais do reino. Segunda instância só se ensaiou em 1609 com a Relação da Bahia mas sem resultado, suprimindo-se em 1626 êsse aparatoso tribunal, para ser, só em 1652, restabelecido.

Ficou então, durante cêrca de um século, sendo a Relação da Bahia a instância superior para todo o domínio. Dela, nos casos da lei, havia recurso para a Casa da Suplicação de Lisboa, que era o tribunal supremo.

Em 1751 dividiu-se o país em duas seções judiciárias, criando-se para o Sul, do Espírito Santo ao Rio Grande, a Relação do Rio de Janeiro.

Com a transferência da côrte para aqui, passou a Relação do Rio a denominar-se Casa da Suplicação do Brasil, sendo para isso reorganizada segundo as normas do tribunal da mesma categoria que continuava a funcionar em Lisboa, de cuja jurisdição se destacaram as Relações da colônia. Com as mesmas funções que tinham os de Lisboa, criaram-se ainda em 1808 outros tribunais, como a Mesa do Desembargo do Paço, e da Consciência e Ordens.

Durante os tempos coloniais havia em cada município (além do Ouvidor, se era sede de comarca): um *juiz de órfãos* um ou dois *juízes ordinários* e um *juiz de vintena*, espécie de *juiz de paz* para as pequenas rixas de bairro.

Pelos fins do século XVII criou-se para cada município um *juíz de fora* (isto é, de fora da terra ou de fora do senado, pois os juízes ordinários faziam parte da Câmara, e deviam ser eleitos anualmente com os vereadores).

Os oficiais do fôro em cada têrmo eram: o solicitador de resíduos, o tabelião de notas, o tabelião do judicial, os escrivães (de órfãos e do provedor), o distribuidor, o inquiridor, o curador de ausentes, o contador, o recebedor de sisas; quadrilheiros, meirinhos, carcereiros, etc.

Houve na colônia, depois que se fixou a ordem judiciária, uma excelente medida de inspeção que deu sempre bons resultados, embora os processos fôssem imperfeitos, tardios, e fàcilmente burláveis: era o expediente das *correições*, e também o das *sindicâncias*.

Quantos excessos não se continha, quantos desazos de juiz não se impedia com êsses recursos!

3. Durante o período das donatarias, tinha cada capitão junto de si os oficiais encarregados da arrecadação dos dízimos pertencentes à coroa, e de fiscalizar a administração do estanco real. Foram a princípio os *almoxarifes* e *recebedores*, e depois os *contadores* nas capitanias, e os *vedores*, que vigiavam e superintendiam o fisco em tôda a colônia. O rei procurava interessar na arrecadação aos donatários assegurando-lhes uma porcentagem sôbre as receitas do erário.

Em 1549, com o primeiro governador-geral, veio um *Provedor-Mor da Fazenda*, com jurisdição em todo o país. Em cada capitania tinha o Provedor-Mor, como agente seu, um *provedor-regional*. A êste ficavam sujeitos os oficiais da arrecadação.

A forma usual da cobrança de impostos era a *arrematação* isto é, a arrecadação feita por intermédio de *rendeiros* ou *contratadores*, que disso se incumbiam como grande negócio.

Os impostos que se pagavam eram, a princípio, os dízimos, e os benefícios do capitão; os quintos sôbre metais e pedras preciosas; as sisas, as alcavalas, os impostos de chancela (sêlo), de passagem, de engenhos e molinetes, etc., além dos múltiplos impostos lançados pelas Câmaras. Imagine-se tudo isso exigido por um exator (o rendeiro) que tinha todo interêsse em escorchar as suas vítimas...

Nos primeiros tempos não havia dinheiro na colônia: trocava-se uma coisa por outra. Adotaram-se logo certos artigos como padrões de valor: o algodão, o tabaco, e até alguns animais, fizera-se de moeda.

Com a ampliação do comércio, o sistema complicou-se extraordinàriamente. Não foram, no entanto, menores as complicações quando se começou a introduzir a moeda metálica (e isto já por meados do século XVIII, em muitas capitanias).

A moeda, principalmente de ouro, que circulava nas grandes praças marítimas, era cunhada na metrópole e aqui, para correr, era carimbada, e quase sempre aumentando-se-lhe o valor. Excedia o preço do metal ao valor da moeda. Começaram logo os ourives a especular cerceando a moeda. Contra isto, adotou-se nas moedas de prata e de ouro, a orla, e a serrilha, sem as quais não poderiam circular.

Para obviar a todos êsses abusos, resolveu-se, então, criar uma moeda colonial. A primeira Casa da Moeda foi fundada na Bahia pelos fins do século XVII.

Nem por isso se corrigiu a especulação.

4. Pelo que se acaba de ver, pode-se já fazer uma idéia do que deviam ser a indústria e o comércio coloniais.

Nos primeiros tempos, concediam-se terras a todos os colonos. As sesmarias, porém, dependiam de confirmação para se tornarem propriedade plena. Só seriam confirmadas as que, durante alguns anos, fôssem lavradas pelos respectivos posseiros. Só podiam lavrar as suas terras os sesmeiros que dispunham de recursos. E assim os colonos pobres, ou não conseguiam autenticar a sua posse, ou quando já as tivessem legitimadas, viam-se quase sempre na contingência de vender as suas terras aos proprietários ricos.

Assim se constituiu, durante a colônia, o nosso regime agrário. Formaram-se logo, necessàriamente, duas classes de colonos: a dos grandes senhores territoriais, e a dos servos de gleba.

Não há nada que nos possa dar hoje uma ligeira idéia do que era um senhor de *engenho* ou de *fazenda* nos tempos coloniais. Em regra, o *senhor* tem valimento político, e é figura no govêrno da terra. Quer isso dizer que êle dispõe de autoridades e funcionários. No seu *engenho,* ou na sua *fazenda,* na redondeza tôda de campos e florestas que formam como que verdadeiras abas do seu patrimônio, manda êle e impera sem contraste. Para êle, ali nos seus domínios, não há lei superior ao seu arbítrio. A sua gente, em relação a êle, ficava numa perfeita passividade de inconsciência. E a sua gente não quer dizer apenas a sua escravaria, mas a multidão também de quantos dependem dêle: *agregados* (revivescência do antigo cliente romano), rendeiros, lavradores de partido, feitores, mestres, caixeiros, operários, etc.

Tornou-se assim, a grande propriedade, o fundamento das grandes indústrias, das vastas culturas em que assentou tôda a economia do país.

A mais valiosa indústria da colônia (mesmo sem pôr de parte a fase da mineração) foi sempre a do açúcar. As zonas de produção mais avultada foram a Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Calcula-se o máximo da exportação, até princípios do século XVIII, em cêrca de 1 700 000 arrôbas e pelos fins do referido século (com o declínio das minas) em mais de 4 000 000.

Segundo a ordem da importância, depois do açúcar, vinham as indústrias do algodão, do tabaco, das farinhas, do milho, do arroz, e principalmente a da criação. A da pesca também entrou por muito na economia da colônia.

O café começou a cultivar-se nas capitanias do Norte pelos meados do século XVIII e dos princípios do século XIX é que foi tomando incremento nas capitanias do Sul, até constituir a mais representativa das nossas culturas.

A indústria do mate (no Sul também) só de princípios do século passado é que começou a desenvolver-se.

A das madeiras de construção foi talvez mais importante nos tempos da colônia do que hoje.

5. O comércio interno se fêz desde os primeiros dias mas só se ampliou do segundo século em diante, quando se foram abrindo comunicações regulares para o interior. O próprio comércio externo também se fêz logo que se fixaram os primeiros estabelecimentos, mas quase que limitado a produtos extrativos: *pau-brasil*, especiarias, frutas, etc. Só em meados do século XVI é que se começou a exportar produtos pròpriamente industriais.

Nos primeiros tempos da colônia o comércio era livre: apenas a coroa protegia o que se fizesse entre as capitanias e o reino, e por súditos seus. Só depois de meados do século XVI é que Portugal teve de mudar de rumo, forçado pela competição que lhe criaram os outros povos colonizadores da Europa e mudou até fechar de uma vez as suas possessões ao comércio estrangeiro.

Durante quase os três séculos da colônia (principalmente durante o segundo) pode-se dizer que o comércio e o tráfego marítimo eram funções heróicas. A flibustagem infestava o Atlântico e os navios mercantes só podiam fazer a travessia guardados por frotas de guerra.

Em 1649, como um remédio contra a pirataria e o corso, organizou-se uma Companhia Geral do Comércio do Brasil e em 1682, outra emprêsa do mesmo gênero para o Maranhão. Menos de um século depois constituía-se para o Norte (em 1755) a famosa Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que fêz um largo movimento econômico em tôda

aquela seção do domínio. O mesmo aconteceu à quarta e última, a Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba, criada em 1759.

Os maiores embaraços com que tinha de lutar o comércio colonial eram êsses que se procurava arredar com o sistema de comboio. Não era menor, no entanto, o que provinha da falta de meios de remeter dinheiro de uma para outra praça, tanto de fora como da própria colônia. Tinham os comerciantes de valer-se, daqui, do recurso de letras; e de lá, de saques do tesouro sôbre a Provedoria de Fazenda. Mas esta repartição nem sempre podia satisfazer pontualmente aos saques; chegava mesmo a atrazar-se em muitos milhões de cruzados!

Só por fins do século XVIII é que se começou a cogitar da fundação de caixas de crédito, mas sem nada em tal sentido fazer-se, até que a presença da côrte é que vem resolver o problema com a criação do Banco do Brasil.

— Sob o ponto de vista da religião, considerava-se o Brasil como pertencente à Ordem de Cristo (cujo mestrado se incorporou à Coroa em 1522) e foi primeiro sujeito, no espiritual, ao Vigário Geral de Tomar, na qualidade de delegado do Papa. Em 1514 passou a fazer parte da diocese do Funchal. Em 1551 foi criada a diocese do Brasil, com sede na Cidade do Salvador, e sufragâneo do arcebispado de Lisboa.

É pois, D. Pêro Fernandes Sardinha, nomeado bispo, o fundador da Igreja do Brasil.

6. Quanto aos costumes, o que se nota ao seu aspecto geral, é que dentro de um século havia já na colônia uma população perfeitamente discriminada pelo seu caráter, pelo seu espírito de independência, grandeza de ânimo, devotamento à terra pela amplitude dos horizontes morais, pelas idéias, tendências e aspirações; pelo sentimento religioso, pela concepção do direito, pela própria língua.

Durante a fase de fixação do domínio, mandava-se criar vilas, às vêzes em pleno sertão, destinadas a servir de padrões de posse. Exemplos disso ficaram em Lajes, em Corumbá, em Barcelos, e muitas outras vilas e cidades que subsistem.

O ato de fundar uma vila ou cidade era uma verdadeira cerimônia de culto, como nos grandes dias da expansão grega. Erguia-se uma cruz no alto de uma colina; marcava-se no solo o quadrilátero para os muros, e benzia-se essa terra: levantava-se em seguida, no meio da área sagrada, a capela em que se devia abrigar o orago, o deus protetor das famílias que ali se iam instalar.

Bastava um pequeno número de casas para constituir o núcleo de uma vila; pois os moradores se espalhavam na amplitude do contôrno, e só aos

domingos e nos dias de festa é que afluíam à *capela* (sede da vila). Ao sair dos *sítios* para a *freguesia,* já se tratavam os colonos com mais capricho. À medida que enriqueciam, montavam casa na vila, onde já faziam visitas mais freqüentes. Êsses, que se fazem abastados, constituem a *nobreza* da terra.

Na própria vila, os homens andavam sempre armados; pois não havia polícia. O alcaide, que era o mantenedor da ordem, não fazia mais que prender em flagrante. Era preciso, pois viver na vila como se vivia na *roça,* com as mesmas cautelas.

O chefe da família tinha autoridade absoluta sôbre os seus. No lar, porém, era a mulher quem mandava. E dizem que com todos, filhos e escravos, a mulher era sempre mais impiedosa que o marido. Em regra, a família estava sempre nos seus aposentos, e não aparecia a estrangeiros. E dos proprios parentes e amigos só era vista em dias de festa.

As festas em uso na colônia eram as mesmas lá do reino, desfiguradas pelos índios e os negros, que também tinham as suas. A mais generalizada, entre as festividades religiosas, era a da Trindade (festa do Divino). Nas cidades mais importantes celebrava-se já a Semana Santa. Em tôdas as vilas festejava-se o respectivo padroeiro. Em tôda parte, eram de gôsto geral as *fogueiras* de Santo Antônio e São João. Não havia uma vila sem uma ermida consagrada a São Benedito, o santo da devoção dos negros. Uma cerimônia religiosa, muito em uso nos bairros e nos sítios, era a do *têrço* (a têrça parte do Rosário).

Entre as festas profanas, havia as cívicas, as históricas e as populares. O descobrimento; depois de 1640, a restauração, o aniversário do rei, e outras datas da monarquia, eram celebradas com muita pompa. Consistiam tais celebrações em luminárias, bandas de música nas ruas, *encamisadas* (farsas ao ar livre), touradas, cavalhadas, reisados, representações teatrais. Uma das festas mais imponentes que se viram na colônia foi a que, em 1733, se celebrou em Vila Rica por ocasião de inaugurar-se ali uma nova igreja, a Matriz de N. S.ª do Pilar. Só por si aquelas solenidades davam idéia da opulência a que chegara, naquele auge da sua fortuna. a capitania do ouro!

A mais ruidosa e destemperada entre as festas profanas da colônia, e que entrou pelo império, e que muda de forma e de processos, mas que ainda não morreu, foi a do carnaval (a do *entrudo,* como se dizia).

7. No período colonial, não se compreendiam, entre os serviços que incumbem hoje ao poder público, os que diziam respeito à instrução popular. De princípios do século XVIII começa o govêrno da metrópole a tomar algum interêsse pelo ensino técnico, e pelo estudo de humanidades. O ensino destinava-se a formar homens para certos cargos públicos, e

principalmente para o exército. O de humanidades era preparatório para a Universidade de Coimbra.

Até então, só os padres é que cuidavam de ensino, em seus colégios e seminários.

Nada disto, no entanto, é o que se entende hoje por instrução do povo. Esta só começa a constituir objeto de serviço público de meados do século XVIII em diante. Foi o marquês de Pombal que lançou a causa em tôda a monarquia. Em 1772 criou êle uma receita especial (a do *subsídio literário*) destinada a prover o serviço do ensino público.

Não havendo escolas, e faltando todos os estímulos para as coisas da inteligência, o que é natural é que fôsse muito pequeno o número de homens cultos. Ainda assim, a tendência para a vida intelectual manifestava-se na formação de associações literárias, a primeira das quais foi a Academia Brasílica dos Esquecidos, em 1724. Em 1736 fundava-se, no Rio, a Academia dos Felizes; e em 1752, a dos Seletos. Na Bahia criava-se ainda em 1759 a Academia Brasílica dos Renascidos. Mais tarde, surgiram no Rio de Janeiro a Academia Científica, em 1772, e a Sociedade Literária, em 1786.

Parecia mais ânsia de febre do que amor legítimo ao estudo e às letras.

Quanto às artes, a carência de mestres era ainda mais completa. Tivemos, não obstante, desde princípios do século XVIII, alguns nomes que se destacaram como pintores (José de Oliveira, Francisco Muzzi, o Romano e até na escultura (entre outros, o mestre Valentim e o célebre *Aleijadinho*, Antônio Francisco Lisboa, também arquiteto), e na música (os padres Manuel Rosa e José Maurício).

No que se refere às letras pròpriamente, temos no primeiro século, além de crônicas (algumas de valor inestimável, como o *Tratado Descritivo do Brasil*, de Gabriel Soares) (*), a *Prosopopéia*, de Bento Teixeira; no século XVII, Fr. Vicente do Salvador, com a sua notável *História do Brasil*, e o grande vulto do poeta Gregório de Matos. O século XVIII é já a era da vasta eclosão do espírito nacional.

QUESTÕES CONEXAS: *—Condições civis no tempo da colônia. — Indústrias fabris no tempo da colônia. — Política econômica da côrte portuguêsa em relação ao Brasil. — A Inquisição no Brasil-colônia.*

---

* *História do Brasil* de FREI VICENTE DO SALVADOR, revista, anotada e comentada por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. Edição da Comp. Melhoramentos de São Paulo.

OS COLONOS E OS JESUÍTAS

1. Os primeiros colonos, como nota o nosso grande historiador Varnhagen, foram logo adotando os usos, e até muitos costumes dos indígenas. Afizeram-se ao regime alimentar, aos processos de trabalho de granjearia, de caça e pesca, de locomoção; ao emprêgo de objetos domésticos, ao modo de construir as habitações.

Tudo isso era muito natural. Em grande desproporção, quanto ao número, com o elemento nativo, e num país estranho e desconhecido, não tinham os colonos meio algum de se eximirem a uma pronta adaptação ao novo meio, na impossibilidade em que se viram, de conservar os próprios usos.

Mas isso tudo não era muito de notar enquanto ficasse por aí.

O que era mais grave e alarmante é o que se passava no domínio dos costumes, dos sentimentos, das idéias, de tôda a psicologia, em suma, do adventício.

Dentro de alguns anos de vida passada na América, o europeu se parecia mais com o bárbaro do que com o homem civilizado. Tinha adquirido quase todos os hábitos e vícios dos índios, ao ponto de se poder acreditar numa súbita regressão de cultura, operada naqueles estreitos círculos dos pequenos núcleos dispersos pelo nosso litoral.

E não era com efeito nada menos do que isso o que se dava: um abaixamento de nível, não diremos de inteligência, mas de senso da vida. O elemento indígena absorvia, e se não assimilava completamente, pelo menos ia alterando o fator exótico, enquanto êste não assumia a preponderância que o habilitasse a exercer por sua vez, e definitivamente, uma poderosa ação modificativa.

É assim que o colono passou a viver aqui como vivia o selvagem: na mesma ociosidade, na mesma desídia de alma, nas mesmas incontinências morais, nos mesmos excessos. E tudo isto, quando não requintava ainda os vícios do gentio, como não raro acontecia. Casos houve até em que o europeu não teve fôrças nem para resistir à gula nefanda do antropófago! Segundo o insuspeito testemunho de Lery, houve franceses que chegavam a tomar parte nos sacrílegos banquetes dos tamoios para ganhar-lhes a confiança! Dos portuguêses sabe-se que pelo menos nem sempre condenavam a antropofagia, porque era êste o meio mais prático de enfraquecer os selvagens, e de angariar adeptos entre os chefes!

2. Numa carta do padre Nóbrega, escrita dez anos depois que chegara ao Brasil, dizia êle ao rei: "A causa por que no tempo dêste governador se faz isto (refere-se aos proveitos com que se vai fazendo a catequese, e pondo ordem nas colônias) não é por haver agora mais gente na Bahia, mas porque pôde vencer Mem de Sá a *contradição de todos os cristãos desta terra, que era quererem que os índios se comessem,* porque nisto punham a segurança da terra; e quererem que os índios se furtassem uns aos outros para êles terem mais escravos"...

Em suma — estudar o colono dos primeiros dias pouco mais teria de ser que estudar o selvagem. Quase em todo o primeiro século não se pode dizer que estejamos em presença da sociedade colonial. Esta há de vir logo mais, depois que das duas raças em ação tiver saído um outro tipo social, que dará a sociedade nova, a integrar-se lentamente, operando sôbre o mundo selvagem no sentido da cultura clássica, por mais que tenha esta de ressentir-se do novo meio.

Mas o vício indígena, que mais largamente se infiltrou na índole dos primeiros colonos, e que se tornava o maior perigo para a civilização do continente, foram os desregramentos da poligamia. Nem mesmo é êste o têrmo próprio para designar o desconcêrto geral em que caíram os europeus encontrando-se com a família americana.

Aqui não se aceitou o que se chama pròpriamente *poligamia organizada*: o que se fêz não foi mais que converter o que, entre os selvagens, era um *costume*, em vício novo, que não tem símile na história, e que se estranha como não espantava até os menos sensíveis à sorte futura da terra.

Em regra, só vinham da Europa, nos primeiros tempos, homens solteiros, ou casados que deixavam lá as famílias. Dando com a simpleza da moral indígena, começaram por entregar-se ao concubinato, e caíam em seguida numa devassidão desenfreada. Em vez de lar, tinha cada colono o seu alcouce. Quando ia à guerra com a tribo amiga, das florestas voltava, trazendo como prêmio, manadas de escravas para povoar-lhe o prostíbulo. Os mais comodistas preferiam comprar escravas. Comprava-se uma rapariga por um alfinête.

3. As escravas tinham de trabalhar para o senhor e barregão, em tarefas ingentes. Os filhos que lhes nasciam eram também escravos: criavam-se como selvagens, no próprio lupanar no meio da escravaria, como em senzala ou então, por mais econômico e mais cômodo, eram enviados aos parentes, que os criavam até poderem prestar serviços e voltar para o poder dos pais e senhores.

Contra isto ninguém se insurgia, porque todos andavam afogados na inconsciência da mesma degradação. Os próprios donatários, os magis-

trados e outras autoridades, mesmo os que se animaram a trazer família, aproveitavam-se da licença geral.

Havia, entre os índios menos embrutecidos, o uso de escravizar os vencidos em guerra, principalmente as crianças e as mulheres. Êsse uso era muito legítimo: era a forma clássica da escravidão militar, que é perfeitamente histórica.

Mas, que é que fêz aqui o colono? Precisando de gente que lhes lavrasse as terras, foram, primeiro, resignados à fraqueza dos dias de ensaio, com astúcias chamando os índios ao serviço dos eitos. À guisa de estipêndio, davam aos míseros ingênuos algumas bagatelas, que pouco mais de nada lhes custavam. À medida que se impunham pelo prestígio e pela fôrça, iam, com muito jeito, reduzindo o "salário" e prendendo o jornaleiro. Chegaram assim a criar, sem que o índio se apercebesse disso, uma condição servil bem disfarçada.

Daí à verdadeira escravidão foi um passo. Com o concurso de chefes amigos, faziam batidas em tribos contrárias, e traziam, às vêzes, malocas inteiras, com *prisioneiros de guerra.* E então instituiu-se "juridicamente" a escravização do gentio. O índio escravizado passou logo a ser uma simples mercadoria, como vai ser logo o negro da Africa.

Por meados do primeiro século, estava a instituição perfeitamente acabada, e em tôdas as capitanias negociava-se em escravos. Os próprios capitães eram os negociantes mais fortes. E êstes (valendo-se de concessão expressa nos respectivos forais) até exportavam índios, mesmo para fora da América.

4. Um outro grande vício em tôda a colônia desde o princípio; e êste introduzido pelos europeus: o jôgo, a praga que nasceu da indolência geral, invadindo tôdas as classes, das mais altas às ínfimas, e com o mesmo furor. Os próprios governadores e vice-reis não se privavam de jogar nos paços, muito cuidosos na escolha de comparsaria que lhes não comprometesse o decôro. Até nas diversões de família, entrava o jôgo mais do que a dança (mesmo porque pouco se dançava nos tempos coloniais). O gamão era o jôgo mais em uso entre as altas classes. Em família preferiam-se jogos de cartas. Homens e senhoras, velhos e meninos, todos jogavam com a mesma paixão.

Em relação à dança, há uma nota muito curiosa a acrescentar: nos princípios da colônia, dançava-se nas igrejas. Em muitas capitanias, êste costume veio até quase à independência.

Não estará aí mais um vestígio dos antigos tempos (cuja tradição, já perdida na Europa, aqui se reproduziu) em que se considerava a dança como cerimônia sagrada?

— Parece que aí está o suficiente para caracterizar o colono, desde os primeiros dias, sob o aspecto moral.

E' na situação de que já temos uma idéia, que os jesuítas entraram na colônia em 1549. Entraram êles reagindo abertamente contra semelhantes desordens, e com uma firmeza, um renunciamento pessoal, e uma coragem de que só era mesmo capaz a alma estóica daqueles homens, que traziam para o meio daquele caos a consciência e a voz da civilização cristã.

Desde o primeiro dia tomaram desassombradamente a si a defesa dos índios, tanto junto às autoridades da colônia, como perante a própria côrte. Tiveram de transigir em presença dos fatos; mas nunca deixaram de combater a escravidão dos selvagens. Encontravam o vício tão inveterado, e tão inseparável da vida dos colonos, que tentar extingui-lo de chôfre não seria menos que arriscar imprudentemente a causa a que se vinham dedicar. Ainda assim, insistindo sempre pelo respeito às míseras criaturas; falando em caridade quando a voz da razão não bastava; procurando comover se a justiça não valia; contemporizando aqui, cedendo acolá; ora pedindo, ora protestando; ainda assim fizeram-se os únicos protetores da raça desventurada.

5. Ao mesmo tempo foram enfrentando os desregramentos dos colonos, não tendo com êstes menos cuidado e zêlo que com o gentio. Contra a prostituição da mulher indígena é que bramaram com tôda a fôrça do seu coração. E para atalhar logo, ao menos a parte da impiedade que mais diretamente interessava à sociedade futura, cuidaram de arrebanhar dos alcouces as crianças, filhas da ignomínia, para impedir que volvessem à barbaria das florestas.

E assim foram os padres combatendo todos os grandes vícios em que encontravam afundadas as duas raças.

E o que, sem receio de engano, se pode asseverar é que a tarefa mais rude e fatigante para o missionário não foi a que teve êle com o gentio!

Nos princípios, enquanto os colonos se sentiam fracos pelo número, considerou-se como altamente precioso o concurso dos padres. Êstes, não só amansavam o selvagem, domando-lhe os instintos, como protegiam contra multidões insurgidas as povoações policiadas.

Quando, porém, os colonos se foram sentindo fortes (do segundo século em diante) não precisaram mais dos padres; e êstes passaram a ser para êles antes um empecilho que um amparo.

Por sua parte, viram logo os jesuítas, impotentes afinal contra os colonos, que a obra da catequese só poderia ser feita com proveito isolando o gentio, e para isso fundaram as suas *reduções* mais para o fundo do sertão, fora do alcance dos colonos, e livres, pelo menos, dos inconvenien-

tes que eram inevitáveis quando se punham em íntimo convívio as duas raças.

Mas êste recurso dos padres foi, primeiro, muito combatido pelos governadores e depois, quando encontraram mais tolerância nas autoridades, veio criar males ainda maiores que aquêles que se queria evitar. Lá mesmo nos aldeamentos afastados iam os caça-bugres profissionais perseguir os neófitos agremiados nas aldeias.

Clamaram para a côrte os jesuítas. A metrópole, ora apóia os padres, ora cede aos colonos.

Essa mesma dubiedade redunda em favor dos escravistas: mesmo quando amparados de leis protetoras, eram os índios perseguidos com a mesma pertinácia, como se nada valessem medidas que se sabia fàcilmente derrogáveis no dia seguinte.

Começa então entre os padres e os colonos uma luta tremenda que só veio a ter fim depois de meados do século XVIII, com a expulsão dos jesuítas.

Essas colisões fizeram-se mais desabridas no extremo sul e no extremo norte, onde a obra dos missionários tomou maiores proporções.

6. Em São Vicente vinham desde muito os padres e os colonos em complicações cada vez mais irritantes. Até que chegou o momento em que tiveram de explodir em conflito formal. E para isso bastou um incidente quase fortuito.

Acossados de temporais, aportaram ao Rio de Janeiro, em 1640, uns missionários espanhóis de Guairá que tinham ido à Europa queixar-se contra os bandeirantes de Antônio Rapôso Tavares que lhes haviam arrebatado catecúmenos daquelas missões. Traziam êles bula e carta régia mandando restituir aos padres os índios escravizados, e impedindo que se continuassem a fazer tais correrias contra as reduções. No Rio, ao publicar-se a bula, já houve tumultos, e até o Colégio do Castelo foi investido; mas a intervenção de autoridades afinal arranjou tudo sem mais lamentáveis excessos.

Em São Vicente, porém, onde havia muito maior número daqueles índios de Rapôso, assim que se teve notícia do que se passara no Rio alarmaram-se os colonos; e reunindo logo uma junta de Câmaras, resolveram que era preciso tomar uma medida decisiva contra os jesuítas.

Enquanto essa junta parecia contemporizar na marinha, em São Paulo os camaristas e o povo incorporados vão ao Colégio da Companhia (2 de julho de 1640) "intimar os padres a que, dentro de seis dias, despejem a vila", e se retirem "para fora" da capitania. Como recalcitrassem os padres, foi-se-lhes dilatando o prazo para a retirada, até que no dia 13, pela manhã, reunidos os procuradores das diferentes Câmaras, e muito

povo, exigem que "se execute o assento tomado na vila de São Vicente, cabeça da capitania, sôbre a expulsão dos jesuítas".

Dirigem-se todos então, em tumulto para o Colégio, e dali fazem sair à fôrça os oito padres que se achavam presentes.

Tentou Salvador Correia de Sá e Benevides, que governava a capitania, conciliar os ânimos escrevendo à Câmara de São Paulo. Nada, porém, conseguiu; antes parece que mais exasperou os paulistas. Alguns meses depois quis mesmo ir em pessoa renovar empenho pelos padres; mas nem se animou a passar de Santos, ao saber como estavam ainda as coisas em São Paulo.

Atendendo a queixas dos padres, ordenou a côrte que fôssem êles readmitidos. Os paulistas ficaram firmes, refratários à própria ordem formal do rei (era já D. João IV).

E o rei contemporizou. Só mais tarde é que se veio a resolver o conflito por meio de conciliação, mas sujeitando-se os padres às condições expressas que, *para evitar dúvidas futuras*, lhes impuseram os paulistas.

7. No extremo norte, deram-se lutas análogas. Os dois primeiros jesuítas, que entraram no Maranhão depois da reconquista, tiveram de sair desenganados do seu intento de amparar os selvagens contra a prepotência dos colonos. Para agravar ainda por lá a situação em que se vão ver os jesuítas, concorreu a circunstância de haverem chegado também, tanto ao Maranhão como ao Pará, missionários de outras Ordens (franciscanos, carmelitas, etc.). Quase que em regra se punham os frades ao lado dos colonos contra os jesuítas. Criou-se assim, nas duas capitanias, uma situação permanente de desordens que ia impressionando cada vez mais o espírito da côrte. Procurou-se dar solução aos males que perturbavam por ali a obra colonial. Era preciso, antes de tudo, regular a questão do gentio, e instituir um vasto plano de catequese.

E' agora o padre Antônio Vieira, já grande figura de imenso prestígio, que toma a si a direção da causa.

Em janeiro de 1653 chegava êle ao Maranhão, onde já encontrou muitos irmãos que tinham vindo um pouco antes.

Tudo foi alegria nos primeiros momentos. A própria "nobreza" da terra (a que precisava de escravos), conquanto meio desconfiada, recebeu com simpatia e respeito aquêle homem, que era uma celebridade na Europa, e que tinha grande prestígio na côrte.

Não demorou, porém, que as coisas fôssem mudando, até que tomaram proporções de colisão aberta entre os padres da missão e os escravistas.

Vai o padre Vieira à côrte, ansioso e clamante e de lá volta refeito de coragem, para encaminhar aquela obra. E então não teve mais descanso o grande apóstolo. Vivia, ora nos sertões do Tocantins, ora na ilha de

Marajó, ou no Ceará. ora a bradar nos púlpitos. Em parte alguma da América foi mais admirável a função da gloriosa milícia.

Com a retirada, porém, de André Vidal de Negreiros do govêrno, cai de novo em declínio o prestígio dos padres, e levantam-se outra vez os caça-bugres. E recrudesce de tal fúria a animadversão contra os missionários que as autoridades, os chefes de bando, com o apoio de outras Ordens e do clero secular, prendem todos os jesuítas (sem exclusão do próprio Vieira!) e os enviam para o reino, em 1661.

QUESTÕES CONEXAS: — *A figura do padre Vieira.* — *Sistema de catequese da missão do Norte comparado com a do Paraguai.*

REVOLTA DE BECKMAN

1. Foi seguramente o regime colonial um dos fatôres preponderantes na formação do nosso espírito de povo. Principalmente depois das guerras holandesas começa êsse espírito a manifestar-se com uma freqüência e uma fôrça que estavam dizendo bem claro como tinha êle de orientar tôda a nossa história.

A primeira dessas manifestações é essa de que nos vamos ocupar, e que se dá no Maranhão antes do fim do século XVII.

Desde antes da intrusão flamenga, já se haviam os colonos acostumado a rebater agressões de piratas. Aliás, por meados do primeiro século, tinham expelido da Guanabara usurpadores franceses. Mais tarde ainda os tocaram do Maranhão.

Não houve uma investida depredadora, uma ameaça de conquista, um ataque à soberania do domínio, contra a qual não fôssem as próprias populações as primeiras a insurgir-se, e a levantar o seu protesto.

Depois de haver defendido o litoral, começou o colono a invadir e ocupar o interior para além da linha de Tordesilhas, arredando assim as raias do domínio, ampliando o território, fazendo-o muito maior do que o tinham feito os tratados.

Nem seria preciso mais nada para explicar como naturalmente se ia gerando na alma do povo em formação um forte sentimento do seu valor, e logo uma nova consciência jurídica, em contraste com as tradições da mãe-pátria.

E como para fazer ainda mais intenso, profundo e poderoso êsse sentimento que teria de dominar tôda a vida da sociedade nova que se constitui sobrevém a circunstância de se haver aqui, em dois séculos, criado

a riqueza, tornando-se dêste modo a colônia em verdadeiro empório e socorro do velho reino depauperado. Sem o Brasil opulento do século XVIII, Portugal não teria subsistido: o esfôrço que fizera na construção da sua epopéia marítima tinha-lhe exaurido a vitalidade, ao ponto de fazê-lo incapaz de por si mesmo resistir à competição em que teve de entrar para manter o seu vasto domínio.

2. Êstes sucessos do Maranhão assinalam uma das crises em que, de agora por diante, se vão condensar ímpetos que andavam latentes em tôda a colônia, e nos quais, melhor acentuado, se apanha o novo espírito que se vinha gerando.

Em São Luís as desordens, as lutas e os escândalos, em que viveu a terra desde que se expulsaram os franceses, foram tomando um caráter de violência crescente até as vésperas dêste que foi o motim de mais vulto entre os que vinham trazendo a capitania em estado quase contínuo de sedições e tumultos.

Para mais agravar a situação na capitania, tinham os governadores do Estado transferido para Belém a sede do govêrno, ficando em São Luís apenas o capitão-mor como autoridade superior.

Em 1680 publicava-se uma lei abolindo a escravidão do gentio, e confiando aos jesuítas tôda jurisdição espiritual e temporal nas aldeias. Estas medidas irritaram profundamente os ânimos; e mais quando se viu como os executores cuidavam de aquinhoar-se fartamente na distribuição dos tais índios "livres" e assalariados.

Coincidindo mais ou menos com êstes vexames, concedera o govêrno a uma emprêsa de Lisboa o "privilégio exclusivo do comércio de todo o Estado por espaço de vinte anos". Por essa concessão, era o comércio "*geral e absolutamente proibido a todos os vassalos*". Em relação aos índios, o caso tornava-se agora curioso: esquecida de que se abolira a escravidão, autorizava a côrte à tal emprêsa "empregar no seu serviço os casais de que precisasse... e a fazer no sertão quantas entradas quisesse"...

E' ocioso dizer que os monopolistas agravaram ainda o que tinha de mais odioso o privilégio; e ao clamor geral que se foi levantando rebatia o Governador (Francisco de Sá e Menezes) com atos de fôrça e de escandalosa proteção à emprêsa, mesmo porque era nela particularmente interessado.

Outras causas concorrem ainda para fazer mais aflitivas as condições da vida, principalmente em São Luís. Diz João Francisco Lisboa que "dois anos de esterilidade e de fome precederam à sublevação".

Não tardou que dos agravos e queixas se passasse a conspirar.

3. Os conjurados contaram logo com o apoio dos frades carmelitas e franciscanos. Segundo o mesmo Lisboa, celebravam até os seus "conci-

Escravização de índios pelos portuguêses. — Desenho de Rugendas.

Padre Antônio Vieira.

liábulos no convento dos Capuchos"; e que "todos os dias amanheciam pasquins e trovas pelas esquinas... convidando o povo à revolta; e do alto do púlpito, muitos meses havia que os frades não faziam outra coisa nos seus sermões". "Frade houve que chegou a bradar pùblicamente em uma praça — que lhe dessem quatro homens resolutos que êle, em poucas horas, se obrigava a livrar o Maranhão do cativeiro".

Entre os chefes da conspiração, a figura mais notável era Manuel Beckman (ou *Bequimão*, como todos lhe chamavam, e êle mesmo escrevia, aportuguesando o nome).

Tendo tudo combinado, aprazaram os chefes a última conferência para a noite do dia 23 de fevereiro de 1684. Deviam nessa noite começar as cerimônias de uma festividade religiosa que no dia seguinte se celebraria. Resolveram por isso os revoltosos aproveitar o ensejo daquele concurso de povo para os tumultos preparados.

Efetuou-se a reunião alta noite no mesmo convento de Santo Antônio, naqueles tempos ainda fora da cidade. Ali expôs Manuel Beckman os fins do ajuntamento, e os intuitos da revolução. Ouvindo-lhe a palavra exaltada e segura, apresentaram alguns certas ponderações sôbre a gravidade do passo que se ia dar. "Assomado e impetuoso de seu natural, e como surpreendido por uma oposição intempestiva, rebateu Beckman aquelas objeções, cheio de sobrançaria e de despeito. Retrucaram-lhe os outros no mesmo tom, e dentro em pouco estava travada uma confusa e renhida disputa".

Ia dissolver-se a reunião, quando um ilhéu desabrido (Manuel Serrão de Castro) arranca a espada e grita furioso que não era mais possível recuar daquele propósito, e que o traidor que se recusasse a avançar, ali mesmo, naquele instante, acabaria.

Êste gesto decidiu de tudo. Em grande entusiasmo, deixam o convento e dirigem-se para a cidade, pondo ali a população em alvorôço. Tomam logo o corpo da guarda, e vão à casa do capitão-mor (Baltasar Fernandes) e declaram-no deposto. Dali marcham para o Colégio dos Jesuítas, e intimam os padres da resolução que se tomara, "declarando-os presos e incomunicáveis com guardas à vista".

Em seguida apoderaram-se da casa e dos armazéns da Companhia do Comércio do Estado do Maranhão.

"Ao amanhecer estava concluído todo aquêle trabalho com a maior fortuna; e raro era o habitante que se não achasse em armas, a maior parte de boa vontade, bem poucos constrangidos".

4. Era preciso instalar logo a nova ordem. Convoca-se para isso uma Junta Geral. Essa Junta aprova por aclamação o que se havia feito (deposição do capitão-mor, e também do Governador, que se achava no Pará, abolição do estanco, e expulsão definitiva dos padres). Ato contínuo,

organiza-se um novo govêrno, que se compôs dos oficiais da Câmara e três adjuntos, sob a superintendência suprema de dois *procuradores do povo*.

Para êstes cargos foram aclamados Manuel Beckman e Eugênio Ribeiro Maranhão; e para o de adjuntos, Tomás Beckman, João de Sousa Castro e Manuel Coutinho de Freitas.

Êste govêrno põe-se imediatamente em ação. Reforma a infantaria de linha, dando-lhe novos capitães. Organiza uma guarda cívica. Estabelece postos de polícia, e guardas em diversos sítios.

Substitui funcionários que não inspiravam confiança. Manda confiscar os armazéns da emprêsa abolida; e notifica os padres de que vão ser expulsos.

E acabou o dia como sempre — com *Te Deum* solene —, ao som de vivas, sinos e salvas de fuzilaria, "e no meio de congratulações gerais, acreditando todos que tinham realmente assegurado para sempre a felicidade da república e o bem de todos".

Reservara-se Beckman o papel de guia e condutor do povo maranhense. Era um espécie de tribuno chefe, aconselhando, reprimindo, contendo pela palavra. Freqüentemente falava às turbas, e das próprias janelas do senado, provocando a sua eloqüência ruidosos aplausos. Pode-se dizer que ali a autoridade suprema era êle, sendo simples executoras as outras.

Mas, dentro logo dos primeiros dias, cuidou Beckman de estender a revolução não só na capitania como em todo o Estado. E agora é que vai êle entrar na fase dos desenganos. Em tôda parte aplaudia-se a abolição do estanco e mesmo a expulsão dos padres; mas ninguém queria comprometer-se... O próprio Beckman voltou da vizinha Tapuitapera (hoje Alcântara) sem nada haver conseguido. A Câmara de Belém "estranhou as demasias a que se arrojara o povo de São Luís"... Conquanto gostasse muito do que se estava ali fazendo, aproveitou o ensejo de renovar protestos de fidelidade ao Governador... deixando assim uma porta aberta para entrar na revolução se a mesma vingasse...

O estilo era mesmo êsse: todo mundo queria; mas dizer alto que se quer é mais sério, e não se faz sem muita ponderação.

5. De volta de Tapuitapera, vinha Beckman encontrar em São Luís uns sintomas que lhe deram a medida dos perigos a que se expunha a nova ordem de coisas se ali permanecessem os jesuítas encarcerados e deliberou embarcar imediatamente. Fêz logo correr um bando ordenando que "todo os moradores estivessem presentes" no dia do embarque.

E com efeito, no dia 26 de março (domingo de Ramos), depois de ouvirem missa no Colégio, saíram os padres (eram 26 ou 27) em préstito para a praia, e ali embarcaram em dois navios com destino à Bahia. Dizem

as crônicas que a multidão chegou a comover-se, e que a cidade ficou mesmo consternada do espetáculo. A viagem dos padres foi muito acidentada e penosa; e alguns voltaram indo desembarcar no Pará. Os outros foram bem recebidos na Bahia, e ali ainda tiveram a fortuna de encontrar o grande velho Antônio Vieira, que muito os confortou daquela desgraça, que êle próprio já havia também sofrido.

Com a partida dos padres dir-se-ia que São Luís caíra num súbito esmorecimento. Não era decerto a falta dos deportados o que se sentia: era a desilusão do sonho passado. Começa-se a pensar nas conseqüências de tudo aquilo. Acabado o entusiasmo dos primeiros dias, as almas estão fatigadas. Ninguém sabe agora que rumo se há de dar dali em diante ao que se fizera. O próprio Beckman afeta coragem; mas todos vêem que êle procura inspirar aos outros "uma confiança" que êle mesmo já vai perdendo.

De dia para dia a situação se agrava. Já não se disfarçam em São Luís os moderados e prudentes, e logo nem mesmo os arrependidos.

O Governador do Estado, lá mesmo de Belém, tenta, por bons modos, fazer voltar à ordem legal a gente do Maranhão. Expediu para São Luís alguns emissários; tentou mesmo subornar ao chefe da revolução. Tudo, porém, inùtilmente.

Já se estava por meados de outubro (com cêrca de oito meses, portanto, de domínio revolucionário) quando se lembraram os chefes de mandar Tomás Beckman à côrte como procurador do povo do Maranhão. Era uma prova formal de que se anseia já por entrar na ordem, saindo das incertezas da situação criada. O que se quer, com a embaixada à côrte, é evitar escarmentos.

6. Tomás Beckman vai suscitar grandes sustos em Lisboa; pois lá se exageravam muito as proporções do que se dava em São Luís. Quando se soube, porém, que o motim já estava em declínio, reergueu-se nos seus melindres a majestade intangível, e todo mundo engrossou a voz outra vez. Foi logo prêso o emissário, com o qual se estava até aí em arranjos, e devolvido às justiças do Maranhão; e como única providência, nomeou-se Gomes Freire de Andrada para restabelecer a ordem e castigar os rebeldes.

Enquanto isso, cresciam em São Luís as dificuldades com que luta o govêrno revolucionário. O próprio Manuel Beckman fica indeciso no meio do geral desânimo e das defecções que lhe fazem em tôrno um vazio de terror. Entregou-se o comando da guarnição ao velho sargento-mor Miguel Belo e desde então pode-se dizer que Beckman não foi mais o chefe supremo na capitania rebelada.

No dia 15 de maio (1685) fundeava junto à barra o navio que trazia Gomes Freire. Foram logo à terra dois sujeitos a sondar os ânimos. Teve então, o general, certeza de que na cidade se anseia pela ordem; e o navio entrou no pôrto.

O próprio Beckman, falando na salvação de todos, consegue que a Câmara mande a bordo uma deputação a apresentar as boas vindas ao Governador, e a pedir-lhe que retardasse o seu desembarque até que se lhe preparasse uma recepção condigna.

Soube, no entanto, Gomes Freire que "traçavam negar-lhe a posse caso não viesse munido do perdão geral"; e deliberou saltar imediatamente. Foi recebido com as devidas honras, e até com sinais de alegria e entusiasmo.

Os comprometidos na rebelião cuidaram de fugir. Só Manuel Beckman não saiu da cidade, e até "continuou por muitos dias a andar livremente em público".

Parece, com efeito, que Gomes Freire viera com o propósito de tudo esquecer se a sua autoridade não encontrasse resistência.

Mas aquela atitude ostentosa do antigo chefe da revolta ainda agravada pela temeridade com que tentou libertar o irmão, que chegara prêso da Europa, forçou o Governador a mudar de disposições. Ordenou a prisão dos chefes, e principalmente de Beckman, pondo-lhe a prêmio a pessoa.

7. "Obrigado a sair da cidade, vagou desde então, errante e fugitivo, pela ilha, repelido de uns, esquivado de outros, e mal recebido por tôda parte; até que uma viúva, condoída da sua desgraça, lhe forneceu uma canoa bem remada, na qual se tranportou ao seu engenho do Mearim" (a umas 60 léguas de São Luís).

Naquele asilo, tentado dos prêmios oferecidos pelo Governador, vai surpreendê-lo e traí-lo um Lázaro de Melo, que, segundo uns, era afilhado e pupilo de Beckman. Em todo caso, era seu íntimo amigo, recebido sempre por êle como pessoa da família.

Ali, enquanto Lázaro se entretinha amistosamente com o seu antigo benfeitor, os da escolta o subjugavam. Meteram-no depressa na canoa e carregaram-no de grilhões, levando-o para São Luís.

O processo foi sumaríssimo. Dizem que Gomes Freire assinou a sentença muito compungido.

Chegou o dia da lúgubre cerimônia (2 de novembro de 1685). "Levantou-se a fôrca na praia chamada então do Armazém, hoje da Trindade; e ali, pela manhã foram executados Jorge de Sampaio e Manuel Beckman".

No momento supremo, como alma cristã, pediu, do alto do patíbulo, perdão a todos e declarou que pelo povo do Maranhão morria con-

tente. "Grito derradeiro e sublime — diz Lisboa — de um coração altivo e generoso, admirável sobretudo naqueles tempos, em que as revoluções, simples fato material, não constituíam doutrina nem direito, e em que os condenados, ordinàriamente humilhados diante da justiça, morriam protestando seu arrependimento, e beijando a mão que os punia".

Acaba assim (com êste grande lance de alma, que deu à história colonial um dos seus mais nobres vultos) aquela que foi a primeira manifestação formal e violenta do espírito da terra contra os processos da metrópole.

E no entanto, o próprio Governador, com as câmaras de Belém e de São Luís, em Junta Geral, declaravam abolido o estanco. Era mais uma prova de que, "mesmo quando vencidas, as revoluções, por dolorosas que sejam, fazem o bem que visaram, se foram inspiradas na razão".

QUESTÕES CONEXAS: — *O Estado do Maranhão. — Abusos da Companhia do Comércio. — Os jesuítas e as outras Ordens. — Os padres e a revolução.*

XI

PALMARES, EMBOABAS E MASCATES

SUMÁRIO: — As bandeiras. — *Guerra dos emboabas. — Filipe dos Santos. — Guerra dos* Mascates. *Os quilombos dos Palmares.*

AS BANDEIRAS

1. Além de se sentirem, no século XVII, apertadas no litoral as populações que tinham vindo para a América, ainda o atrativo do sertão desconhecido atuava fortemente no espírito de aventura que dos mares vinha reaparecer na terra.

Até ali, as *entradas* que se fizeram tinham tido por objetivo principal a descoberta de riquezas fabulosas de que tanto se falava como existentes no interior.

Serviram também essas tentativas como de escola para o novo heroísmo, que se vai ilustrar em grandes expedições levadas ao sertão longínquo, tanto a pesquisas de tesouros, como à procura de escravos.

E' na prática das *entradas* que pouco a pouco se vai chegando à organização daquelas formidáveis partidas a que se deu o nome tão sugestivo de *bandeiras.* Eram expedições de caráter quase militar, e compostas de portuguêses, mamalucos e índios. Levavam tudo quanto é indispensável à vida civil no meio das florestas: padres, cronistas, escrivães juramentados, e até juízes. E' como nas expedições marítimas: quem parte não sabe se voltará.

O chefe de *bandeira* era um senhor soberano, e quase absoluto. Fazia um contrato com os seus oficiais e com tôda a sua gente. Todos se sujeitavam à disciplina e ao regime que o costume havia instituído. Cada *bandeirante* preparava-se à própria custa, e tinha de conduzir a própria bagagem, se para isso não dispusesse de escravos. E regra as provisões de bôca eram farinha de mandioca, *paçoca* e aguardente, *canjica,* erva *congonha,* limões, e mais nada. Quando no mato faltava víveres, assaltava-se alguma tribo que tivesse cheios os seus *jiraus.*

O dia da partida de uma bandeira recordava a cerimônia com que outrora dos portos lá da Península zarpava para o oceano misterioso uma

expedição marítima: tôda a vila, os bairros e sítios da redondeza se comoviam.

Os grandes caminhos abertos de todo o nosso litoral para o interior foram os maiores rios que deságuam na costa: o Doce, o Jequitinhonha, o Paraguaçu, o São Francisco, o Tocantins, o Amazonas. No Sul, não havendo rios que levam do litoral para o interior, aproveitavam-se naturalmente os que do outro flanco da serra do Mar conduzem para a vasta rêde interior do alto Paraná e do alto Paraguai.

2. Esta vereda do Sul, não só a precedeu, como se fêz mais notável que a do Norte durante os dois primeiros séculos e meio do período colonial. Abria-se ela pelo rio Grande ou Paraná, que os paulistas alcançavam descendo-lhe os principais afluentes, e subindo depois por êle até o planalto central, de onde senhoreavam tôda a rêde hidrográfica das duas grandes bacias divergentes.

Dos tributários do Paraná, foi o Tietê o preferido. Desciam as expedições o Tietê até o rio Paraná; e dali tomavam o rumo que lhes conviesse. Ou subiam êsse rio e entravam no Paraíba, encontrando logo, de um lado afluentes do São Francisco, e do outro afluente do Tocantins: ou então, desciam-no até a confluência do rio Verde ou do Pardo, e subindo por um dêstes até, vencendo um trecho de sertão no divisor das águas, alcançar o Taquari, que os levava ao rio Paraguai. Era êste último o caminho chamado de Camapuã. Por êste, ia-se a Mato Grosso: pelo do Paranaíba, ia-se a Goiás.

Só depois de abertas estas grandes veredas é que chegamos à época das grandes *bandeiras*.

A que merece primeiro êste nome é a de Antônio Rapôso Tavares, e foi dirigida contra as reduções do Guairá. Partiu Rapôso de São Paulo por meados de setembro de 1628, tomando o caminho do sul até alcançar as cabeceiras do Tibagi, enveredando depois para o noroeste, e indo fixar o seu arraial em ponto conveniente daqueles sertões. Dali começou a expedir as suas quadrilhas de assalto contra os aldeamentos da região. Os padres, com os seus catecúmenos, iam fugindo à medida que os paulistas se aproximavam. Ainda assim, não era pequeno o número de "prisioneiros de guerra" que se faziam, e que iam sendo remetidos para São Paulo, onde eram vendidos.

E' assim que se começa a destruir aquela famosa teocracia do Guairá que ia já passando insidiosamente como domínio castelhano. Outras *bandeiras* acabaram a obra iniciada.

Entre as expedições que se seguem à de Antônio Raposo está a de Fernão Dias Pais. Êste é mais conhecido como o governador das esmeraldas. Antes, porém, da célebre *bandeira* que lhe deu grande fama, tinha ido

êle conquistar e trazer para São Paulo o régulo Tombu, com umas 5 000 pessoas dos três reinos que destruíra.

A grande *bandeira* que saiu de São Paulo (1674) à busca das esmeraldas, entrou no sertão por Guaratinguetá, e foi ao cabo de muitos trabalhos, levantar arraial no Sumidouro, próximo ao rio das Velhas, no centro do atual Estado de Minas Gerais. Ali começou o velho sertanista a ser abandonado pelo seus melhores amigos; mas, longe de esmorecer, continuou a investigar. O sofrimento da gente foi de tal ordem que alguns chegaram a conspirar contra êle, impelindo-a punir com rigor o próprio filho, José Dias. Só no Sumidouro passou a *bandeira* mais de três anos. Dali meteu-se ainda mais pelo sertão. Até que morreu persuadido de que havia descoberto as famosas esmeraldas.

Em 1672, outro paulista, Pascoal Pais de Araújo, conduz para os sertões de Noroeste uma grande bandeira; vai até o Piauí, explora o Tocantis, arrebanha enorme quantidade de índios, e morre sùbitamente por lá.

3. Em 1675, Lourenço Castanho Taques, temeroso caça-bugres, põe-se à frente de uma grande expedição, dirigida especialmente a Goiás, à procura de minas e de escravos. Mesmo antes de chegar a Goiás descobriu ouro na região que teve depois o nome de Minas Gerais.

No ano seguinte (1676), leva Francisco Pedroso Xavier uma poderosa *bandeira* contra a nova Villa Rica del Espiritu Santo e aldeias vizinhas, no Paraguai, voltando "carregado de despojos riquíssimos e de grande porção de índios que capturou".

Vem agora (1718) a vez de Pascoal Moreira Cabral Leme. Passa êste por ser o descobridor das minas de Cuiabá.

Um dos sertanistas mais famosos dêstes tempos foi Antônio Pires de Campos, filho de outro bandeirante de igual nome. Mas êstes quase que se limitaram a perseguir os selvagens, tornando-se notáveis mais pelas crueldades que cometeram que pelos serviços que prestaram.

Chegamos à época do segundo *Anhangüera*, Bartolomeu Bueno da Silva, filho do primeiro. Havia Bartolomeu, ainda menino, acompanhado (1682) ao pai em uma *bandeira* aos sertões do planalto central. Dá-se mesmo com o Bartolomeu velho o incidente de que resultou o apelido com que ficou em nossa história. Conta-se que depois de bater muito sertão chegara Bartolomeu velho às aldeias do gentio goiá. Eram índios pacíficos, e acolheram bem o aventureiro. Não queriam, porém, revelar-lhe a jazida de onde extraíam as folhetas de ouro de que se ornavam as mulheres. Ao cabo de tenaz insistência sem resultados, usou Bueno do seguinte artifício: inflamou um pouco de álcool num vaso, diante dos índios, e ameaçou-os de incendiar também tôdas as águas da paragem, se lhe não mostrassem as minas de onde tiravam aquêle metal. Os goiás aterrados cederam, ex-

clamando — *anhangüera*, como se dissessem — *demônio*, ou *alma* do *outro mundo*. É assim que Bartolomeu voltou do sertão fartamente provido de ouro... e de escravos; pois nem a fortuna, nem o acolhimento que ali tivera, impediram que usasse com os goiás, as mesmas perfídias e atrocidades que já o haviam celebrizado.

Uns quarenta anos mais tarde vai o filho (por 1722) repetir no alto sertão as façanhas do pai, e fazer jus a passar à história sob o cognome de *Segundo Anhangüera*.

Partiu Bartolomeu, o moço, de São Paulo em princípios de julho de 1722; e depois de muitas vicissitudes e tormentos durante três anos, foi chegar ao ponto onde, havia tanto tempo, estivera com o pai. Na margem do rio Vermelho estabeleceu o arraial a que deu o nome de Sant'Ana, e que em 1739 era elevado à categoria de vila sob o nome de Vila Boa (depois Goiás) (*).

4. No Sul, além de mais vasto e mais rápido, foi mais acidentado e aparatoso que no Norte o movimento de expansão para o interior, e ainda de conseqüência mais decisiva para a integração do território. No extremo norte pode se dizer que foi mais meticuloso, mais pausado e mais seguro.

O que por lá caracteriza o teatro é a grandeza do rio-oceano: O Amazonas é o largo caminho para o interior; além de mais amplo, menos complicado que os caminhos do sul, através de florestas e montanhas. E' talvez o rio mais famoso e lendário do mundo, depois do século do descobrimento. Tem a sua grande história, desde o segundo quartel do século XVI. Começou a ser conhecido do alto para baixo. O primeiro que o visitou (1542) foi Francisco de Orellana. A narrativa dêste capitão produziu maravilha em tôda a Europa, e sobretudo na Espanha, por se haver verificado que subindo o grande rio, apenas com um pequeno trecho a pé nas cordilheiras, passar-se-ia do Atlântico ao Pacífico, e vice-versa.

Em 1560, vem, ainda do Peru, a grande expedição de Pedro Ursua, da qual nenhum resultado se colheu devido à desordem em que caíra aquela gente.

Como tais expedições só andavam à procura de ouro, e nada tivessem encontrado, desiludiram-se os espanhóis do Peru, e nada mais tentaram na bacia amazônica. Apenas começaram a vir missionários pelos Andes, afoitando-se pouco a pouco a pôr-se em trato com o gentio, que se mostrava de índole pacífica, e mesmo comunicativa na maior parte.

E' agora do lado do Atlântico que se vai resolver o problema do rio Amazonas, e cêrca de um século depois de Orellana. E' o governador Jácome Raimundo de Noronha que vai executar as ordens da metrópole

---

(*) Vide *Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas* por A. de E. Taunay. Edição da Comp. Melhoramentos de São Paulo.

nesse sentido. Estava o govêrno espanhol muito interessado em abrir o novo caminho para o Peru, convicto de que só assim se libertaria dos corsários que infestavam o mar das Antilhas.

Cuidou Noronha de preparar uma forte expedição, a cuja frente se pôs Pedro Teixeira, figura de destaque ali pelos grandes serviços de guerra que havia prestado.

Compunha-se a expedição de mais de 2 000 pessoas, inclusive grande número de famílias indígenas.

5. Embarcou tôda esta gente em setenta e tantas canoas, e partiu de Cametá em outubro de 1637, e foi, ao cabo de quase um ano de viagem muito penosa, chegar a Quito, sendo ali recebida "com grande gôsto e louvores".

Inteirado de tudo, ordenou o Vice-Rei do Peru que Pedro Teixeira "voltasse logo" ao Pará, dando-se-lhe tudo de que precisasse.

Incorporaram-se agora à expedição dois religiosos da Companhia de Jesus — os padres Cristovão d'Acuna e André de Artieda. O primeiro dêstes tomou a si a tarefa de ser o cronista da viagem de volta; e deixou-nos a notícia mais ampla que primeiro se espalhou sôbre as coisas maravilhosas do Amazonas.

Tendo saído de Quito, desceu Teixeira pelo Coca até o Napo, alcançando um presídio que ali deixara com o capitão Pedro da Costa Favela. De acôrdo com as instruções que recebera do governador Noronha, apressou-se Pedro Teixeira em celebrar ali, com o testemunho dos dois jesuítas espanhóis, a cerimônia da posse daquelas terras "para a Coroa portuguêsa", lavrando-se de tudo um auto que foi assinado pelos oficiais da expedição.

E' esta viagem de Pedro Teixeira que abre o Amazonas ao espírito de aventura. O govêrno espanhol não aproveitou o caminho aberto para o transporte de ouro e prata do Peru; mas os portuguêses por ali enveredavam, e em cêrca de um século tomaram as proporções da enorme bacia. Os estímulos mais fortes que lá impulsionam a avançada para o sertão foram — a apanha de especiarias, a caça de índios e a catequese. A colheita de especiarias levava às florestas chusmas de especuladores. Em todos os grandes afluentes do rio-mar, de uma e de outra vertente, fundaram-se feitorias regulares; e o movimento do Pará para os sertões assumiu uma importância comparável quase à das *bandeiras* do Sul.

Também não demorou muito que se fôssem as partidas do Sul e as do Norte, encontrar no seio do continente, pelas abas do Andes. Houve mesmo uma época (no século XVIII) em que as comunicações entre Mato Grosso e Pará se fizeram tão extensas que se pensou em preferir o caminho do Amazonas, e dos seus grandes tributários, para as relações de todo o

Noroeste com a metrópole, fazendo-se do Pará o vasto entreposto marítimo de tôda aquela parte.

Mais que as especiarias, o que lá no Norte como cá no Sul, mais incende a coragem dos aventureiros, é o *descimento* de escravos. Os caçadores de índios, à medida que êstes se retiravam para o fundo das florestas, iam também avançando até as paragens mais longínquas e escusas. E então repetem-se por lá das mesmas tragédias que se davam no Sul. As expedições que se organizavam para domar as malocas mais refratárias podem confrontar-se com as mais formidáveis *bandeiras paulistanas*. Momentos houve em que só a temeridade do jesuíta se afoitava a afrontar a cólera do gentio. E quantos dêsses missionários não pagaram com a vida a exagerada confiança que puseram na sua palavra miraculosa!

6. Entre as mais conhecidas expedições lá do Norte, citaremos algumas.

Em 1663 leva Antônio Arnau de Vilela contra os tapajós uma *entrada*. Fêz-se o capitão acompanhar de um religioso das Mercês. Foram todos recebidos sem hostilidades. Mas os índios, passados alguns dias, desconfiaram dos intentos daqueles hóspedes; e não esperaram por nenhuma prova (porque nisso é que estaria o perigo para êles...) e os massacraram sem poupar a nenhum.

A notícia dêste destrôço causou no Pará menos consternação que assanhamento geral dos escravistas; e logo se preparou uma nova e mais forte acometida àqueles selvagens. Põe-se à frente dêste temeroso bando o capitão Pedro da Costa Favela, o mesmo que fôra, havia mais de vinte anos, companheiro de Pedro Teixeira na viagem a Quito.

Vai Costa Favela muito acima do rio dos Tapajós; explora depois uma grande porção do território que se chamou Guiana Brasileira; e incendeia numerosas aldeias; trucida para mais de setecentos míseros que lhe resistem; e volta trazendo uns quatrocentos prisioneiros que no Pará foram vendidos em hasta pública.

Com esta vitória, afoitam-se os colonos de Belém a ir penetrando pelos maiores afluentes do grande rio, estabelecendo em tôda parte presídios militares e construindo fortes.

E no entanto, não havia naquele tempo olhos que vissem como as missões faziam sempre no sertão muito mais do que as *entradas*.

Alguns anos antes de Costa Favela, ia o jesuíta Francisco Veloso (por 1658) ao Tocantins, e mal augurado de todo mundo, porque os índios dali andavam em grande animadversão contra os colonos. Levou consigo apenas um homem branco, sendo os demais da comitiva todos índios. Esta gente andou pelo Tocantins mais de um mês, recebida sempre com respeito e alegria pelos selvagens. E de tais disposições se aproveitou o padre Veloso com tanto jeito que dentro de alguns meses pôde voltar

trazendo consigo mil e duzentos neófitos, que foram aldeados nas vizinhanças de Belém, com grande espanto dos que tratavam como feras aquelas criaturas.

Fazem-se, em seguida, muitas outras missões, e sempre com igual proveito.

7. Mas até aí (por 1660), e daí por diante, aliás, não cessaram de o fazer, quase que se haviam limitado os jesuítas a proteger com o seu ascendente moral as tais *entradas*, que não houve meios de impedir que se fizessem nos sertões. Aos missionários, naturalmente não agradava aquela forma de catequese que expunha os catecúmenos, descidos para as aldeias das imediações do Pará, a tôdas as violências e astúcias dos brancos.

Bem cedo, portanto, se aperceberam os padres de que o interêsse real da missão estava em evitar os *resgates* e *descimentos* em massa; e em ir, de preferência, fazer a obra de redenção do seio dos próprios sertões: exatamente como se fazia nas missões.

E é mesmo para isso que êles se vinham preparando com aquêles ensaios.

É pois, agora que se vai instituir a missão do Amazonas, incumbindo-se dela o padre João Filipe Betendorf, o próprio que se fêz depois o notável cronista da Companhia lá no Norte.

A revolta contra os padres, e a expulsão dêles em 1661, estendendo afinal em parte os seus efeitos até aos que andavam no seu apostolado fora de São Luís e de Belém, veio interromper bruscamente aquela obra.

Uns oito ou nove anos depois, vai o padre Betendorf, nomeado superior do Maranhão, em visita oficial até quase o alto Amazonas, restaurando, então, as residências do Xingu e do Tapajós, e estendendo a catequese a tôda a Amazônia.

Eis aí como se fêz no Norte a expansão colonial, de modo bem diferente dos processos cá no Sul preferidos.

QUESTÕES CONEXAS: — *As primeiras* entradas *no Sul.* — *A obra dos* bandeirantes. — *A legenda do Ajuricaba.*

GUERRA DOS EMBOABAS

1. Não há nada que nos possa dar uma ligeira idéia sequer do alvorôço geral que produziu a notícia (pelos fins do século XVII) da descoberta das grandes jazidas de ouro no interior. Espalhada a notícia por todo o Brasil e lá no reino, as migrações em massa tornaram-se espan-

tosas. "Das cidades, das vilas, dos recôncavos, do fundo dos sertões, acorriam brancos, pardos, negros, índios. A mistura era de tôda condição de pessoas: homens, mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, plebeus e fidalgos, seculares e clérigos, religiosos de diferentes institutos, muitos que nem tinham no Brasil convento nem casa". Era a vertigem da fome que atacara todo um tempo!

Seria fácil prever o que se vai dar naquelas vastas aglomerações de gentes de tôda ordem, tangidas do seu delírio, ali como afastadas do mundo. fora da ação da autoridade oficial, e tendo de instituir como leis o talante dos mais fortes, o sucesso dos mais espertos, a preeminência dos que tivessem mais fortuna. Em tôdas as zonas que foram invadidas, desde os primeiros dias começou-se a sentir que a existência nos vários núcleos de mineração ia ser amargurada. Os próprios chefes, que tinham levado às vêzes anos e anos unidos pelo sentimento da mesma causa, estavam agora suspeitos uns dos outros, quando não inimigos irreconciliáveis.

Enquanto os paulistas defendiam as minas como de direito patrimônio seu exclusivo, por terem sido êles os descobridores, iam os forasteiros entrando com êles vigorosamente numa competição desesperada e quando se sentiram bastante fortes pelo número, não trepidaram em levantar-se unidos para conseguir pela fôrça o que pela fôrça lhes recusavam.

Desde 1706, a animosidade crescente entre os dois partidos fazia prever que o rompimento era inevitável, e que bastaria um incidente para precipitar uma contra a outra aquelas facções em alvoroços.

Êsse incidente apareceu logo e mais de um em vários pontos, acendendo-se como de súbito a desordem geral. O que se deu no Caeté é que foi decisivo. Estavam ali, pela manhã de um domingo, à porta da igreja, à espera da missa, Jerônimo Pedroso de Barros e seu cunhado Júlio César Moreira, ambos paulistas orgulhosos e cheios de império. Passou-lhes pela frente. àquela hora, um forasteiro, trazendo, como de costume, uma espingarda a tiracolo, e muito ufano, com ares quase de acinte e ostentação.

Foi isto o bastante. Querem os paulistas tomar a arma ao forasteiro. Grita êste por socorro, e acodem muitos a defendê-lo, tendo à frente Manuel Nunes Viana, cabeça dos renóis, e o mais poderoso caudilho das Minas.

Êsse incidente apareceu logo e mais de um em vários pontos, acendendo-se como de súbito a desordem geral. O que se deu no Caeté é que foi decisivo. Estavam ali, pela manhã de um domingo, à porta da igreja, à espera da missa, Jerônimo Pedroso de Barros e seu cunhado Júlio César Moreira, ambos paulistas orgulhosos e cheios de império. Passou-lhes pela frente, àquela hora, um forasteiro, trazendo, como de costume, uma espingarda a tiracolo, e muito ufano, com ares quase de acinte e ostentação.

Foi isto o bastante. Querem os paulistas tomar a arma ao forasteiro. Grita êste por socorro, e acodem muitos a defendê-lo, tendo à frente Manuel Nunes Viana, cabeça dos reinóis, e o mais poderoso caudilho das Minas.

2. Sujeito inteligente e muito atilado, compreendeu Viana a inconveniência do destempêro e o perigo do transe, procurou acalmar os ânimos, fazendo sentir aos paulistas a injustiça que cometiam contra aquêle pobre homem.

Mas as boas maneiras de Viana animaram os paulistas a prorromper em mais violentos impropérios contra os forasteiros em geral. Tomaram por mêdo o que não era mais que prudência. E logo das palavras de insulto foram até o formal desafio — diz o historiador Diogo de Vasconcelos. Arrebatado então, de ira, chamou-os Viana ali mesmo a campo. Interpuseram-se naquele momento alguns circunstantes, e evitou-se o conflito naquele tão impróprio lugar. O repto, porém, estava lançado entre as duas hostes.

Tendo notícia de que os paulistas se preparavam para desafrontar a Jerônimo Pedroso, previne-se pela sua parte Nunes Viana, disposto a fazer-lhes frente em qualquer terreno.

À vista disso, puseram-se em conselho os paulistas de todo o distrito, e cuidaram do sossegar os ânimos. Procurou-se então o chefe dos emboabas, e com êle combinou-se a paz por um ajuste que se reduziu a têrmo, e foi por todos assinado.

Não tardou, porém, que um novo incidente viesse comover outra vez todo o distrito de Caeté: a morte do paulista José Pardo, quando, em sua própria casa, dava refúgio ou escapula a um mamaluco que tinha assassinado um forasteiro, e era perseguido pelo clamor dos outros.

A guerra tornou-se agora inevitável.

Pelos fins de 1707 correu entre os forasteiros o aterrador boato de que os paulistas, em concêrto no Rio das Velhas, tinham decidido expelir ou exterminar de uma vez todos os seus concorrentes moradores nas Minas. Dizia-se até, já marcado o dia (para meados de janeiro) em que se devia fazer o massacre em todos os arraiais.

Assim que se espalhou essa notícia, começaram a afluir de todos os distritos para Caeté multidões de forasteiros em grande alarma, e pôr-se às ordens de Nunes Viana. Foi êste aclamado *governador das minas,* "para de uma vez acabar com a insolência dos paulistas e obrigá-los a viver dentro das leis". Instala Viana o seu govêrno em uma das suas casas do Caeté; e proclama à população das Minas, assegurando que só assumira tão grande responsabilidade para salvar, naquela conjuntura, os interêsses da paz e da justiça.

Assustados com semelhantes movimentos, fugiram do Caeté os paulistas em grande aflição, e foram concentrando-se no arraial de Sabará, onde se apercebem para a guerra.

Ali os foi atacar Nunes Viana, obrigando-os a fugir em completa desordem.

Esta primeira vitória dos emboabas começa logo a complicar as funções do governador das Minas, pondo-lhe em contraste com o coração o destempêro da massa heterogênea que tinha de conter. Aparecem dissenções, ciúmes e despeitos no próprio exército vitorioso. "Os naturais do Norte, em maior número da Bahia e de Pernambuco" opõem-se formalmente à moderação com que se tratam os vencidos. Alguns chefes ali mesmo se separam, em grande furor contra Viana.

Como para atalhar os embaraços que sobrevinham, recebe-se notícia de que os paulistas da Cachoeira do Campo e do Ribeirão do Carmo ameaçavam o arraial de Ouro Prêto.

Aumentada a sua gente com a de Pascoal da Silva Guimarães, foi o governador das Minas investir a primeira daquelas posições. Deu-lhe dois ataques, sendo, em ambos, êle próprio ferido, tendo afinal de passar o comando ao terrível frade Francisco de Menezes, a alma danada de tôda aquela discórdia.

Êste homem, já famoso nas Minas, maligno, astuto e sutil "como um demônio", arma um bote fatal contra os paulistas. Fingindo uma obrigada suspensão da luta, espera que tudo no arraial entre no silêncio do sono, e faz, insidioso, felino e sinistro, invadi-lo alta noite, surpreendendo os paulistas no seu repouso. A confusão foi horrível. A vitória foi completa.

Com êste segundo estrondoso feito acentuam-se os embaraços com que desde Sabará andava lutando Nunes Viana.

E' neste momento que fr. Francisco de Menezes, e outros frades que com êle vivem de conluio a explorar aquela situação, tomam o expediente de sagrar Nunes Viana como supremo ditador das Minas Gerais, dando-lhe assim à autoridade uma como sanção divina, que a fizesse parecer legítima aos olhos de tôda a gente simples do sertão.

Celebrou-se ali mesmo, em Cachoeira, a cerimônia da sagração com muita pompa. Dali partiu o ditador para a Serra do Ouro Prêto, onde entrou em triunfo. Tornou-se então, êste arraial, como a capital das Minas, estabelecendo ali o ditador o seu govêrno.

4. Os paulistas, que iam sendo acossados das derrotas, foram reunindo-se no arraial do Rio das Mortes; e sentindo-se fortes pelo número, resolveram tomar a ofensiva, indo logo cercar o arraial forasteiro da Ponta do Morro. Resistiram os *emboabas* até que lhes chegassem socorros de

Ouro Prêto. Mandou-lhes o ditador uns mil homens, às ordens do valente, mas cruel e desumano sargento-mor Bento do Amaral Coutinho.

Sabendo que vinha êsse refôrço, levantaram os paulistas o cêrco, e seguiram caminho de São Paulo.

Chegando à Ponta do Morro no outro dia, destacou imediatamente Coutinho uma partida no encalço dos fugitivos. Voltou esta fôrça dando conta de que, a cêrca de umas quatro léguas dali, estavam os paulistas acampados, ou pelo menos uma parte dêles, parecendo tranqüilos como em pouso.

Mal ouvira aquela notícia, "saltando como um tigre mal ferido", mandou Coutinho reunir a sua gente, e se pôs em marcha para aquêle lugar. No dia seguinte cercava o capão onde estavam os paulistas, rompendo logo fogo cerrado. Combateu-se ali dois dias sem cessar. Por fim, não tendo mais munições, renderam-se os paulistas sob a garantia das vidas. Assim que viu, porém, aquela gente desarmada, caiu o próprio sargento-mor, e seguido dos seus, sôbre ela, massacrando-a tôda. "Eram cêrca de trezentos homens, e foram todos imolados. Transidos de horror, os próprios oficiais, e muitos reinóis protestaram contra a iniqüidade; mas em vão. Só puderam afastar-se, para não selar com o seu testemunho aquela cena de infâmia e canibalismo".

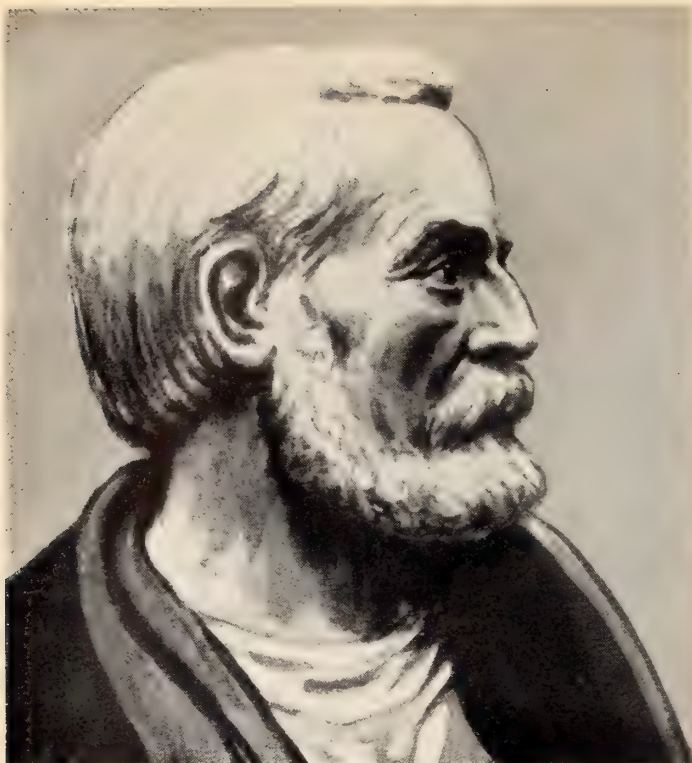
E' fácil imaginar o espanto e consternação que nas Minas e em tôda a colônia produzira aquela sacrílega enormidade. O sítio onde se deu a carnificina ficava à margem da estrada real; mas dali por diante mudou-se o caminho, e ninguém mais quis passar junto daquele, que ficou chamado *Capão da Traição.*

O próprio governador do Rio de Janeiro, D. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastro, que não dera ouvido aos clamores que desde muito lhe vinham do sertão "recebendo agora notícia daquele pavoroso morticínio, compreendeu que males tinha deixado consumar com a sua desídia". E tal foi a impressão que sentiu que tomou imediatamente a resolução de partir êle próprio para as Minas.

Infelizmente, foi êste êrro muito maior que o outro. Entrou êle na região conflagrada como quem vai castigar, e muito ostentoso da sua autoridade.

Preparou-lhe, no entanto, Nunes Viana, um simulacro de guerra, e o fêz retroceder do arraial de Congonhas, saindo mesmo de noite e atropeladamente.

5. Tão fortes se sentem os forasteiros que resolvem expedir para a côrte um mensageiro, encarregado de expor tudo ao próprio rei, "como se quisessem assim dar contas de uma função legítima, e convencer o govêrno

Rapôso Tavares.

Fernão Dias Pais.

Bartolomeu Bueno da Silva.

de que só por melhor zelar os interêsses da justiça, da ordem geral e da fazenda pública é que se tinham levantado".

O mensageiro escolhido foi fr. Francisco de Menezes, hábil, astuto, dissimulado como ninguém para aquela tarefa. Aos argumentos de que se valesse, juntaria o poder de uma eloqüência que mais do que tudo tinha fôrça em Lisboa: a dos quintos que se haviam arrecadado (de importância superior à dos do último ano) e dos valiosos presentes que se enviavam ao rei.

Se alcançarem o que intentam, que é o perdão geral, terão vencido, e as Minas estarão pacificadas. Se o rei se mostrar austero, e os repelir, neste caso, "sem mais dever de súditos de um rei que os abandona", cuidarão por si mesmos do seu destino na amplitude da terra, "ainda que tenham que trasladar-se para os seus confins à procura de outra lei"...

À vista de caso tão complicado, a única providência que a côrte podia tomar foi a que tomou, nomeando para o govêrno do Sul Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, homem notável, que já havia governado o Maranhão, dando provas de prudência, firmeza, circunspeção e espírito de justiça.

Por mais alarmantes que fôssem as informações que recebera ao chegar ao Rio acêrca da situação das Minas, principalmente as que lhe dera o seu predecessor, o primeiro cuidado de Antônio de Albuquerque foi ir em pessoa às regiões que se achavam em violento estado de rebelião e de guerra.

Antes de partir, teve ensejo de receber um emissário dos forasteiros, o carmelita fr. Miguel Ribeiro, homem inteligente e digno, e já conhecido, e parece que até amigo do Governador. Expôs fr. Miguel o que se havia passado, e a situação em que se encontram as Minas, e pediu a Albuquerque, em nome dos levantados, que fôssem por si mesmo conhecer a verdade.

Compreendeu tudo o hábil político, e viu logo que não se enganara quanto ao caminho que planeara tomar. De acôrdo com o frade, em vez de seguido de grande aparato de fôrças, deliberou partir para o sertão levando apenas, como guarda de pessoa, uma escolta de vinte soldados.

6. Dirigiu-se primeiro, o Governador, acompanhado de fr. Miguel, para o arraial de Caeté, que estava em poder dos paulistas; e dali expediu o seu ajudante para Ouro Prêto, levando a Nunes Viana a intimação de apresentar-se com urgência no Caeté.

O ditador, que já se havia adiantado em declarar-se submisso, recebeu satisfeito a intimação; e no dia seguinte, em companhia de uns quantos amigos, veio encontrar-se com o Governador. Com mostras de deferência, recebeu-o Albuquerque; e para dar ao fato "um caráter solene, con-

vocou uma Junta", perante a qual depôs Nunes Viana, em mãos da autoridade superior, "o govêrno e a regência das Minas, e fêz a sua submissão, com juramento de fidelidade aos delegados de El-Rei, presentes e futuros".

Acabou assim, exatamente no transe que parecia de mais angústia, aquêle extraordinário movimento, sem dúvida o mais estranho dos tempos coloniais, e o mais notável como expressão dessa alguma coisa de nova consciência que dá sinal de si na ordem civil. De certo que em plena paz não se julgam ainda os distritos mineiros (e por ali a ordem vai ser precária até meados do século); mas aquêle grande perigo (de tão considerável poder militar que crescia com os sucessos) estava desfeito.

Como indispensável medida de prudência, afastou-se Viana, assim como outros cabeças da revolução, por algum tempo das Minas, para não embaraçarem por ali a ação reparadora da autoridade.

Com os paulistas, no entanto, não teve Antônio de Albuquerque a mesma fortuna.

Tendo tomado tôdas as medidas tendentes a normalizar as coisas nos vários distritos mineiros, seguiu o Governador com destino a São Paulo.

Aquêle horroroso massacre do Capão da Traição tinha exacerbado os velhos ódios, e os paulistas agitaram-se em grande furor de vingança. Reuniu-se o povo no paço do senado, e ali proclamou-se a guerra santa contra os forasteiros. Aclamado chefe Amador Bueno da Veiga, em breve estava formado um exército respeitável.

Ao pôr-se em marcha esta gente para o sertão das Minas, reza a tradição que as espôsas "animaram os maridos para aquela ação do seu maior empenho, lembrando-lhes que só com o sangue dos inimigos se devia lavar aquela mancha, que tanto denegria o timbre e o crédito dos paulistas: protestando-lhes juntamente que se assim o não fizessem, seriam objeto do seu maior desprêzo e aborrecimento, ficando para sempre abandonados da sociedade e união conjugal".

7. Ao ter notícia da borrasca iminente, pensou Albuquerque em fazê-la parar chamando à razão as facções outra vez em delírio. Mas já não havia mais tempo. No Rio das Mortes levanta-se de novo o alarma geral; e pareceu que as Minas estavam nas vésperas de mais temeroso incêndio.

Na esperança, porém, de fazer em São Paulo o que fizera no Caeté, apressa o Governador a sua marcha. Em Guaratinguetá sabe que os paulistas "estão dali a um dia de viagem", e enviou um oficial a encontro de Amador Bueno, convidando-o para uma entrevista antes de continuar a marcha.

Acedeu de pronto Amador, apresentando-se em Guaratinguetá. Não se sabe o que se passou na conferência. Pode-se, no entanto, afirmar com

segurança que Albuquerque, não tendo conseguido dissuadir os paulistas daquele intento, lançou-lhes tôda a responsabilidade do passo que iam dar; e dali apressou-se a voltar para o Rio, onde tomou providências em favor dos arraiais ameaçados.

Por sua parte, tendo aviso de tudo, acodem os forasteiros à Ponta do Morro, e ali se fortificam.

Não tinham ainda acabado de construir as suas trincheiras, quando apareceram os paulistas, e foram logo cercando a praça. Combateu-se ali ferozmente durante mais de uma semana.

Afinal, ao romper da manhã de um sábado, viu-se do reduto "deserto o campo em fora, e o silêncio mais profundo em tôrno do arraial". E' que correra, entre os paulistas, a notícia de que avançava uma grande fôrça em socorro da praça; e mesmo de noite resolveram abalar, sem mais disciplina nem ordem.

No seu entusiasmo, puseram-se os forasteiros no encalço dos fugitivos; "oito dias os foram perseguindo — diz Southey; mas levavam êles a dianteira, e sendo o mêdo mais veloz do que a esperança, chegaram a São Paulo sãos e salvos, pôsto que com pouco fundamento para esperarem uma recepção triunfal da parte das viragos que os haviam instigado".

Só agora é que se consideram pacificadas as Minas Gerais.

Vem logo a criação da nova capitania de São Paulo e Minas.

O próprio Antônio de Albuquerque mostrou aos paulistas como eram preferíveis os processos que êles tinham repelido; com êles se reconciliou; e veio logo o perdão geral; e por aquela vez parecia tudo esquecido.

QUESTÕES CONEXAS: — *O morticínio do Capão da Traição.* — *Os frades na região mineira.*

FILIPE DOS SANTOS

1. Organiza-se agora (princípios do século XVIII) na região das Minas a ordem legal; mas nem por isso cessaram as sedições e os motins naquela terra entregue a todos os desvarios da ambição, tanto dos mineiros entre si, como entre êstes e o fisco real.

Começaram logo novos levantes e tumultos quando se quis, na arrecadação do impôsto sôbre o ouro, voltar ao regime da capitação, que a tantos reclamos tinha dado já lugar. Romperam os primeiros, em 1716, em Caeté, e dali propagaram-se como verdadeira insurreição por todos os outros distritos.

Teve o Governador, D. Brás Baltasar da Silveira, de ceder às imposições gerais que lhe fizeram, suspendendo a execução da ordem régia, e voltando à forma da finta coletiva e fixa anual.

O próprio govêrno da metrópole teve a prudência de conformar-se com isso.

Mas agora (1717) passam os protestos a vir do povo, que se sente espoliado, contra os poderosos de conluio com as Câmaras.

Com um pouco de jeito ainda se evita a explosão. Mas os clamores vão lavrando, e crescem até os sucessos de 1720, de que vamos tratar, e nos quais, talvez ainda melhor do que nos de 1708, se pressente em gestação o espírito que setenta anos mais tarde se revelou mais formalmente, ainda que também vago e inócuo, em Vila Rica.

Pelos princípios de setembro de 1717, chegara o novo Governador da capitania de São Paulo e Minas, D. Pedro de Almeida, Conde de Assumar.

Vinha êste encontrar o território mineiro em geral anarquia. Era a cobrança dos quintos o grande embaraço; mas agravado ainda pelo vício das desordens.

Trazia o Conde de Assumar o encargo de estabelecer as fundições, que o govêrno de Lisboa tinha como seguro meio de facilitar a arrecadação e ao mesmo tempo impedir o contrabando de ouro.

Para isso, convocou êle na vila do Carmo uma Junta de autoridades e deputados dos próprios mineiros. Não pôde, porém, o Conde, inculcar ainda a conveniência da quintagem; pois a Junta, "fazendo-se desentendida", deliberou que se aumentasse apenas a quota da finta coletiva, passando a pagar ao erário vinte e cinco arrôbas de ouro por ano.

O Conde capitulou, aguardando ensejo mais propício.

2. O govêrno do rei é que não estêve por essas condescendências: mandou ao Conde de Assumar um regimento de dragões de cavalaria, e ordenou-lhe que intalasse as fundições, declarando logo que assim que começassem estas a funcionar, cessaria tôda e qualquer outra forma de arrecadação dos quintos, e nenhum metal mais poderia circular ou ser exportado que não fôsse em barras, com todos os carimbos da fazenda real.

Agora, não mais hesita o Governador. Montam-se quatro casas de fundição (em Vila Rica, em São João d'El-Rei, em Sabará e no Sêrro), anunciando-se que a quintagem começaria a ser feita no dia 23 de julho de 1720.

Houve logo um alarma geral, dos potentados e dos frades principalmente, dizendo êstes que contavam com seus aliados de 1708, e até com o próprio Nunes Viana, cujo prestígio era ainda grande na região das Minas.

E de fato, rebatendo aquelas medidas tomadas pelo Conde, publicou o antigo ditador que na zona do rio São Francisco os moradores não se

deviam sujeitar à quintagem. E além dessa, com outras disposições, criou o velho caudilho os maiores embaraços ao Governador. Fêz êste partir para aquêles distritos o Ouvidor do Rio das Velhas. Viana então não trepidou em obrigar o juiz a voltar do caminho.

Danou o Conde; mas teve de reprimir a gama de escarmento porque não dispunha de fôrças suficientes. O mais que fêz foi queixar-se para a côrte, descarregando todo o seu despeito contra o velho caudilho.

Autorizou-o o rei a "chamar à ordem e punir" aquêle súdito rebelde. Mas Nunes decerto que não era tolo de se deixar prender, como deligenciara o Governador: foi para a Bahia; e dali seguiu para o reino, onde se justificou de tudo, e "ainda recebeu de El-Rei muitas mercês".

Pensava Assumar que com o afastamento de Viana entrariam as Minas em sossêgo. Mas enganou-se. Aquêle ano de 1720 foi o de maiores tormentos que se passou ali. Por tôda parte distúrbios; e em muitos pontos, revoltas formais. Em Pitangui, insurge-se o "terrível" Domingos Rodrigues do Prado, e afronta o Governador. Em outros distritos, constantes tumultos.

Mas a sedição de Vila Rica foi a mais importante daquele ano fatídico.

Coincidindo com o estabelecimento das casas de fundição, veio também da côrte (Carta régia de 25 de abril de 1719) ordem de baixa a todos os oficiais de Ordenanças onde não houvesse corpos organizados. Não os havia em parte alguma: o que se queria era dissolver a milícia da terra, e deixar só o têrço de dragões no seu império. Grandes animosidades se levantaram em tôdas as comarcas. Entendem-se os chefes, e tudo se previne para o rompimento da insurreição em Vila Rica na noite de 28 para 29 de junho.

3. Começou-se pela expulsão do Ouvidor. Em seguida, reunidos no paço da Câmara, assinaram os sediciosos uma mensagem ao Governador, na qual exigiam supressão de certos impostos, repressão de alguns abusos do fôro, e abolição do monopólio de vários artigos de consumo. Foi levar a mensagem ao Conde, o letrado José Peixoto da Silva, entusiasta da revolta, mas dissimulado. Foi êle entrar espalhafatosamente na vila do Carmo, a galope sôlto pelas ruas, com o papel na mão erguida, e gritando que *as Gerais estavam levantadas!*

Assumar já o esperava, porque sabia de tudo. Respondeu êle à Câmara e aos principais da Vila Rica, assegurando que concederia ao povo tudo que fôsse justo, contanto que se restabelecesse a ordem. O que êle queria era evitar os perigos enquanto se apercebia para o bote certeiro. Declarou também que convocaria uma Junta Geral para resolver o caso.

Ante as promessas do Governador o povo sossegava; mas daí a pouco, ouvindo os corifeus da terra, "volvia prontamente ao motim".

"Campeava já no movimento o célebre Filipe dos Santos Freire, chefe e tribuno da plebe, único sedioso verdadeiramente popular". Era êste homem, cuja figura começa a desnublar-se em nossa história, de um radicalismo absoluto nas medidas que propunha; e queria uma revolução formal, que mudasse tudo na terra das Minas.

Lisonjeados com aquela fingida continência e moderação do Conde, mandaram pedir-lhe os revoltosos que fôsse êle em pessoa à Vila Rica "a fim de assossegar o povo confirmando de viva voz as seguranças que havia dado".

Nas aperturas em que se viu, resolveu o Conde entregar a responsabilidade daquela crise, à Junta que convocou. Decidiu a Junta que... se concedesse perdão geral aos de Vila Rica. Satisfeito com a solução, mandou Assumar uns emissários incumbidos de publicar o perdão entre os rebeldes. Êsses emissários foram corridos da vila a pedradas.

Muito assustado, faz o Conde novas concessões, e suspende por mais de um ano o regime da quintagem.

4. Ninguém acreditou naquelas boas intenções: desconfiava-se que tudo aquilo mal disfarça o intuito de acabar com a revolta para depois cair sôbre o povo. Insistiu a Câmara para que fôsse o Governador em pessoa a Vila Rica; e parece que afinal acedera êle ao reclamo.

E' o que se queria. Reúnem-se os levantados; formam um contingente de uns dois mil homens, e põem-se a caminho da vila do Carmo, calculando que encontrariam o Conde em viagem.

Durante a jornada, protestou Filipe dos Santos perante os outros chefes que, se o Governador não aceitasse as condições que levavam, êle próprio o intimaria a sair das Minas, sob pena de morte.

Preveniu-se Assumar como pôde; e tentou até impedir que os sediciosos entrassem na vila. Sabendo que resolutamente avançavam, mandou que um seu ajudante, com a Câmara incorporada, fôssem receber à porta da vila o exército clamante.

Entrando aquelas turbas, foram ocupar tôda a praça fronteira ao palácio. Aparece numa das janelas o próprio Governador muito sereno, e dirige palavras de conciliação àquelas multidões desordenadas. Com grande desapontamento dos chefes da revolta, aquela massa tôda, à vista do Conde, prorrompe em aclamações.

Subindo então à sala de audiências o letrado José Peixoto e ali apresentou, formulados e já escritos, os reclamos do povo. Exigia-se: que não se montassem as fundições; que se abolissem os monopólios; que se suprimisse o registro na estrada real; que se elevasse a trinta arrôbas a quota do ouro; que se conceda expressamente, em nome do rei, o perdão geral. E outras muitas imposições se faziam. À medida que Peixoto ia lendo

a proposta, ia o Governador, a cada artigo declarando: — *deferido como pedem.*

Quando o letrado, do alto do palácio, leu ao povo o alvará "concedendo" tudo que se pedia, novas e ainda mais estrepitosas aclamações estrondaram, e julgou-se decisiva aquela imensa vitória.

Põe-se à mesma hora tôda aquela gente de volta para Vila Rica, onde se celebra com muitas festas o acontecimento.

Nem por isso, no entanto, cessaram os motins. Novas exigências se fazem ao Governador, parecendo que quanto mais êste cedia, mais os outros reclamavam e impunham. Vila Rica permanece em estado de "anarquia delirante", e fora de tôda ação das autoridades.

5. Afinal, o que intentam os sediciosos, estava claro, não é nada daquilo que andavam alcançando: o que êles querem é o domínio exclusivo das Minas, e para isso precisavam de libertar-se do delegado da Coroa. Maquinam agora decisivamente contra a pessoa do Governador.

Mas chegou o momento em que o Conde perdeu a paciência, e deliberou acabar com semelhantes desordens. E sem mais ouvir a ninguém, mandou, durante a noite, um alferes com uns trinta dragões, surpreender em Vila Rica os principais cabeças de motim, e prendê-los à sua ordem. O alferes executou o mandado; mas a vila caiu em perfeita loucura. Planeiam os desvairados atacar a vila do Carmo, onde estão presos os seus chefes.

Assumar, no entanto, já estava seguro: reuniu tôdas as fôrças de que podia lançar mão, e êle próprio, à frente de uns 1 500 homens, vai entrar em Vila Rica; surpreendendo e espantando a tôda a população.

Teve então notícia, o Conde, de sublevações e tumultos que se davam em muitos outros pontos das Minas. O momento afigurou-se complicadíssimo.

Sentindo-se forte, porém, o Governador não mais vacila. Para dar a impressão de um como escarmento de coisa sacrílega e maldita, ao mesmo tempo que se arrasassem, mesmo pelo incêndio, as casas de alguns cabecilhas no arraial do Morro ali perto. "Enquanto as línguas do incêndio se avistavam da vila, outras diligências derramavam o espanto dêsse dia aziago e memorável, em que o Conde tratou de liquidar inexoràvelmente as suas contas"...

Foram presos, ainda, os letrados José Peixoto e José Ribeiro Dias, além de muitos outros que não se salvaram pela fuga. "Diligência alguma, porém, excedeu ao estrondo da chegada de Filipe dos Santos, com sua corrente e algemas, no meio de uma cavalgada de esbirros improvisados".

Estava o abnegado caudilho na Cachoeira do Campo, "a pregar a revolta no adro da igreja, quando um capitão, acompanhado de sequazes, o prendeu de surprêsa chegando-lhe bacamartes ao peito".

Só então é que veio êle a saber do que se passava em Vila Rica.

6. Filipe dos Santos é o vulto que se destaca do meio daquelas desordens. Foi o único, "a julgar por insuspeitos testemunhos, que sem interêsses egoísticos nem perplexidades calculadas, coloriu a revolta como causa justa. Os potentados não traziam, com efeito, o povo menos oprimido que os funcionários. Um exator houve sequer, um fiscal, um Juiz Ordinário, um oficial ou um capitão-mor, que não pertencesse à classe dos poderosos. Filipe dos Santos foi o conjurado que do povo saiu, e que moveu a massa popular para que a partida não a jogassem, o Conde com os seus dragões, e com os seus capangas os chefes, cujo procedimento foi sempre o mais dúbio e vacilante, querendo sempre deixar, em tôdas as circunstâncias de perigo, uma saída para a defesa. Não fôsse o humilde plebeu, simples rancheiro, mas talento próprio da popularidade — aquêles homens não justificariam a revolta na história, nem pelas causas, nem pelos fins. E' por isso que, se afinal sofreram, podem inspirar-nos a compaixão que é natural... Mas Filipe dos Santos está muito acima. Êste homem não nos comove sòmente pelo coração: exalta-nos pela alma".

Não foi um especulador, mas um convencido da justiça pela qual bradavam aquelas populações. Mais do que o legítimo "herói da revolta", foi êle a vítima de uma nobre causa; e não tem nada de inferior, na sua figura histórica, à daquele que, setenta e dois anos mais tarde, viria renovar, ali na mesma terra das Minas, o vigor e o entusiasmo com que uma alma generosa é capaz de sacrificar-se por um ideal de que se apaixone.

"Entregue ao Conde, foi logo Filipe dos Santos submetido a uma farsa de sumário, e *nesse mesmo dia executado*"... Afirma Diogo de Vasconcelos que a execução de Filipe dos Santos se fizera com tal "atropelamento das comezinhas fórmulas que o próprio Assumar se julgou no dever de a justificar antes que explicações lhe fôssem pedidas: na carta dirigida a El-Rei... confessou ter-se feito tal condenação contra tôdas as leis. "Sei que não tinha competência — dizia — nem jurisdição para proceder tão sumàriamente... mas uma coisa é experimentá-lo, outra ouvi-lo; porque o apêrto era tão grande que não havia instante que perder".

7. Crêem muitos, "de acôrdo com a legenda, que o ataram, de braços e pernas, a quatro cavalos, e êstes o despedaçaram espantados pelas ruas... A verdade, porém, é outra, talvez mais repulsiva: enforcaram-no, e depois o ataram à cauda de um cavalo para ser arrastado, e feito em pedaços".

Esta revolta de Vila Rica, assim como todos os outros motins e sedições que desde princípio se deram nas Minas (sendo esta de Vila Rica e as lutas de 1708 apenas fases de mais exacerbamento do espírito de desordem) ficaram na história colonial como provas de quanto a paixão da riqueza em tão breve tempo mudara o ânimo daquela mesma gente, sempre e em tôda parte tão pacífica e sofredora.

Tôda aquela imensa anarquia tinha sem dúvida múltiplas causas: o afastamento das regiões auríferas, e num sertão até ali despovoado; a ausência de autoridade política nos primeiros tempos; o rigor crescente do fisco, e ainda por cima os abusos dos funcionários fiscais; os monopólios, os estancos, as arrematações e outras medidas de exceção, iníquas e odiosas; e tantas outras causas que deviam atuar fortemente no espírito dos adventícios em todo o furor da sua insânia.

Desde princípio, aliás, poder-se-ia ter previsto aquela fase, quando se viu a região das Minas invadida desordenadamente daquelas chusmas de aventureiros, massa heterogênea tanto de sangue como de cultura, de índole, de costumes; e todo êsse mundo só levado de um incentivo, inflamado de uma única ambição — a de recolher, quaisquer que fôssem os meios, a sua parte daqueles cabedais.

Mas incontestàvelmente, vistas de longe, e no seu aspecto geral, aquelas lutas revestem o caráter de verdadeiras colisões do espírito da colônia com a soberania da metrópole.

Não podiam os colonos compreender como é que as munificências daquela terra haviam de tocar principalmente ao rei e aos seus prepostos, quando outros as haviam descoberto.

Acompanhem-se tais sucessos durante quase todo o século XVIII, e ver-se-à se não é mesmo essa a significação que êles têm.

QUESTÕES CONEXAS: — *As multidões que invadiram as Minas. — Os negros nas regiões mineiras. — O* código negro *de D. João V.*

GUERRA DOS MASCATES

1. E' em Pernambuco que se desenvolve melhor e se torna mais intenso do que alhures o espírito de rivalidade e competição que desde princípio se gerou entre filhos da terra e filhos do reino; pois é ali, pelas circunstâncias da própria história, naquela fase heróica das guerras flamengas, que se fêz mais profundo o sentimento da pátria, mais altivo o orgulho do senhor da terra.

E' mesmo de meados do século XVII em diante que começam a entrar em colisões com a ostentosa preeminência dos forasteiros do reino os preconceitos daquela velha aristocracia pernambucana, que no heroísmo das armas renovara as tradições que nunca tinha esquecido. Olinda, reconstruída, aspira a ser a metrópole do Norte. Têm ali os seus solares as mais distintas famílias da capitania. Há em Pernambuco uma opinião, uma cons-

ciência de povo, sem cujo concurso ninguém mais ali governará. A nobreza da lendária antiga Marim ergue a voz diante da própria côrte, e faz sentir que naquela terra há uma vontade e uma fôrça em que a soberania tem de inspirar-se enquanto quiser contar com a velha lealdade que tão brilhantes provas tem dado de si.

E a própria côrte sabe que é mesmo assim. Poucos anos depois da reconquista, o senado de Olinda depunha um governador (Mendonça Furtado) e o devolvia prêso para Lisboa. O caso era muito mais grave que o de Beckman uns dezoito anos mais tarde no Maranhão.

E no entanto, a côrte sanciona formalmente tudo o que se fêz em Pernambuco, sem uma palavra de simples admoestação sequer à Câmara de Olinda, chegando ao ponto de confirmar até o governador provisório que ela nomeara!

Quer isto dizer que os senhores de Olinda já estavam acostumados ao seu império. E ali ninguém entrava. Do senado não podiam ser membros senão os nobres. Quem não era nobre não tinha o nome nos *pelouros*, e não podia, portanto, ser eleito ou sorteado para a Câmara.

Tôda a gente que se exclui de Olinda vai-se confinando no Recife, e enriquecendo no trabalho e principalmente no comércio, que a nobreza julga função própria só de plebeus. Todos os que só querem ganhar dinheiro ficam ali, no bairro comercial.

Rápido incremento teve logo o Recife.

2. Em pouco tempo tomaram os comerciantes a direção de tôda a vida econômica da capitania; e não demorou que os olindenses fôssem desconfiando daquela prosperidade, e pressentindo os perigos que em tal caso para êles fatalmente decorreriam da fortuna dos outros.

Essa desconfiança em breve se tornou rivalidade; e esta foi crescendo à medida que os negociantes enriqueciam. Naturalmente, não se haviam êstes de resignar por muito tempo a ficar sempre excluídos do govêrno da terra. E nem só isso: o que mais duramente sentiam era a necessidade de libertar dos caprichos de Olinda o comércio do Recife.

Começaram reclamando o direito de intervir na administração local; mas os nobres, com arrogância, repulsaram a pretensão. Não obstante a atitude dos olindenses, é de crer que afinal viessem os dois partidos a encontrar um modo prático de conciliação, ou pelo menos de ir adiando uma crise violenta nas relações em que tinham de viver.

Mas os do Recife (os *mascates*, como lhes chamava a gente da terra) contavam quase sempre com as simpatias dos governadores; e esta circunstância é que foi complicando cada vez mais o caso.

Quanto mais se empenhavam os governadores por acôrdo que permitisse a entrada de recifenses no senado, mais intransigentes se mostravam os de Olinda.

Dirigiram então os *mascates,* para a côrte, os seus reclamos.

Conquanto secundados pelos governadores, nada porém conseguiram, porque a côrte era sempre cautelosamente favorável aos pernambucanos.

Afinal, a solução que pareceu mais justa aos comerciantes foi separar da jurisdição de Olinda os negócios locais do Recife.

As primeiras petições nesse sentido foram sempre indeferidas. E ainda em 1 700 chegou D. Pedro II a declarar que "nunca mais se renovasse tão absurda pretensão"...

Como para os consolar, no entanto, reconheceu-se em 1703 aos mascates o direito de concorrer à eleição dos oficiais da Câmara.

Mas o senado de Olinda conseguiu, por uma provisão, anular essa medida.

Convenceu-se então, a gente do Recife, que nada adiantaria com essas providências avulsas, que se tomavam hoje para revogar amanhã: assentou decisivamente em reclamar para a povoação o predicamento de vila.

E começou-se a tratar disso com o mesmo esfôrço com que se defende a própria pátria e o lar. E não se saberia dizer onde é que mais o afã dos dois partidos assume uns ares de conspiração — se em Olinda, se no Recife; pois enquanto os do Recife, contando sempre com os governadores, conjuram contra o senado de Olinda, aquela nobreza desafrontada prepara-se para a resistência em qualquer terreno.

3. Com a ascensão de D. João V ao trono (em 1706) mudavam as condições do litígio. Em junho de 1707 chegava a Pernambuco Sebastião de Castro Caldas, que parece vir de propósito para proteger, como governador, a causa dos *mascates.* Nas suas acintosas demonstrações contra os olindenses foi até transferir, quase definitivamente, a sede do govêrno para o Recife.

Em breve estiveram em luta declarada os negociantes portuguêses (a cuja frente se achava o Governador) e os principais de Olinda, decididos a não renunciar de modo algum a sua posição fundada em privilégios que a própria Coroa lhes havia sempre assegurado.

Houve momentos em que os mais entusiastas não trepidavam em pôr acima da própria fidelidade devida ao rei a causa da pátria pernambucana, que tão alto já falava no coração daquela gente. Havia mais de uns quinze anos que um governador dizia "para a côrte, em documento oficial, que os pernambucanos *repetiam à bôca larga que, se com o próprio esfôrço se haviam libertado do domínio holandês, com melhor razão o fariam de Portugal*".

Com a interferência do Governador, alcançaram logo os *mascates* a criação da vila do Recife, separada de Olinda.

A demarcação dos dois municípios devia fazer-se de acôrdo com o Ouvidor-Geral e o senado de Olinda.

Sabendo que não contava com a obediência dos olindenses, entendeu Castro Caldas que devia primeiro instalar o novo município, de modo a forçar assim aquêles a fazerem-se conciliadores no trabalho das divisas. Certa manhã (4 de março de 1710) aparecia numa praça do Recife o pelourinho, que o Governador mandara lavrar em segrêdo, e fizera erigir durante a noite. Nesse mesmo dia organizou-se a nova câmara, e celebrou-se a cerimônia da inauguração da vila.

O senado de Olinda, também no mesmo dia, protestou perante o Governador contra aquilo.

Seguro da sua fôrça, ordenou Castro Caldas a prisão de muitas das mais importantes pessoas de Olinda; e desde que dera êsse primeiro passo no caminho dos excessos, não mais parou, até o momento em que teve de sofrer a conseqüência dos próprios desvarios.

4. No meio dos arruídos de guerra, que o inconsiderado parecia comprazer-se em fomentar, ocorre um incidente que precipita os sucessos: na tarde de 27 de outubro, quando passava Castro Caldas pela rua de Santo Antônio, de uma casa vazia lhe dispararam um tiro que o feriu levemente.

Foi o sinal de guerra.

Cego de cólera, manda o Governador prender grande número de pessoas, que se indigitavam como mandantes do atentado.

Enquanto êle ordena prisões, vão os chefes pernambucanos reunindo gente no interior. De tôda parte acudiram capitães com a sua gente; e no dia 9 de novembro, um exército de 2 000 homens entrava triunfante no Recife.

Castro Caldas, e muitos dos seus asseclas, tinham-se apressado a fugir para a Bahia.

Os insurgentes destituíram os oficiais da nova câmara tomando-lhes as varas: "derribaram o pelourinho e demais padrões da vila"; puseram em liberdade as vítimas do Governador; e substituíram os oficiais da milícia.

No outro dia (10 de novembro) celebrou-se em Olinda um congresso do senado com tôda a nobreza pernambucana; e ali se discutiu amplamente a orientação que se devia dar ao movimento triunfante.

E' nessa assembléia, em cujo seio pela primeira vez alguma coisa vibrou já de alma americana, que Bernardo Vieira de Melo ergueu a voz para falar em independência e república. Tivera já êste chefe pernambucano ensejo de entender-se com vários chefes de Olinda sôbre a necessidade de tomar-se uma atitude em relação à própria côrte.

Provàvelmente não passaria isso de ser muito mais que um sintoma do estado geral dos espíritos numa província do domínio que tanto se havia

distinguido mais pela sua coragem que pelo preconceito da sua fidelidade ao rei. Não é mesmo de crer que nesse projeto a que se alude se denunciasse mais talvez do que uma simples veleidade dos mais afoitos na ânsia de conjurar males que não encontram solução em recursos normais.

Qualquer que seja, porém, a significação do que se passa agora em Olinda, o que é incontestável é que neste congresso de 10 de novembro alguma coisa ocorre de excepcional a que a história não pode ser indiferente, porque é a primeira vez que na colônia se fala tão alto e com tanto desassombro.

5. Ao discutir-se naquela assembléia o modo de regular a nova ordem política desde que a revolução tinha vencido, toma Vieira de Melo a palavra, e depois de referir-se à situação criada, propôs formalmente que se erigisse a capitania em república, com govêrno próprio, "como o da Holanda ou de Veneza". Disse que fàcilmente venceriam Portugal, como ficou demonstrado desde as guerras flamengas; e que, "mesmo no caso em que fôssem mal sucedidos, teriam segura uma retirada feliz para o sertão, lembrando mesmo o reduto dos Palmares, onde teriam refúgio certo contra as armas do rei". E terminou gritando que "em qualquer caso, tudo era preferível a ficarem submissos aos forasteiros do Recife".

Discutiu-se longamente a proposta. Mais oito vozes por ela se levantaram. Quase tôda a assembléia se mostrou simpática a essa medida radical.

Surgiram, no entanto, considerações de mais prudência; e houve quem sugerisse que o mais avisado era esperar-se primeiro pela justiça do rei.

Com isto ladeou-se a proposta; e convieram todos em que se entregasse o govêrno ao Bispo, D. Manuel Álvares da Costa, que era o designado nas vias de sucessão.

Para se dar, no entanto, uma solução definitiva ao modo como se orientaria o movimento, convocou-se uma assembléia de representantes locais, que se reuniu em Olinda. Nesse congresso venceu o partido dos moderados, e resolveu-se que a província continuaria fiel ao rei.

Também deliberou-se por acôrdo geral, que o Bispo só assumiria o govêrno sob a condição de dar imediatamente anistia ampla em nome de D. João V.

O pobre do Bispo ficou entre Olinda e Recife numa perplexidade aflitiva, querendo pacificar, e sentindo a desordem cada vez mais acesa.

Vieira de Melo com a sua gente, que mandara vir do sertão, toma conta do Recife, disposto até a impedir o desembarque do novo Governador que se anuncia, se êste não vier munido de poderes para sancionar o que se havia feito e satisfazer tôdas as exigências dos filhos da terra. Nesta hi-

pótese, tinham resolvido todos os grupos, que se proclamaria de uma vez a república sem nada mais esperar da côrte.

Por sua parte, seguros de que o novo Governador vem restabelecer a ordem e punir os desordeiros, preparam-se os vencidos do Recife para a reação que não tarda.

Não tardou que com a gente de Vieira de Melo se pusesse em conflito a guarnição do Recife. O Bispo, assustado, refugia-se no Colégio dos Jesuítas. O regimento de linha toma tumultuàriamente o domínio da povoação, e aclama Governador provisório, locotenente de Castro Caldas, ao capitão João da Mota. Faz êste questão de que o Bispo exerça o govêrno... mas ali, com a soldadesca à frente...

6. O que o prelado quer, porém, nos apertos em que se sente, é libertar-se do Recife. E teve de, para isso, usar de muita astúcia, porque o ditador Mota não consentia que êle saísse.

Pilhando-se em Olinda, reassumiu o Bispo a sua autoridade; e porque estava já livre dos dominadores do Recife, passou a ter o apoio "da Câmara e de todos os habitantes", que já outra vez se declaravam "súditos fiéis de S. Majestade," contanto que o Governador interino fizesse tudo o que dêle se reclama...

E que havia o Bispo de fazer agora?

Passam então os do Recife a ser os rebelados. E os olindenses, que se julgam na ordem, vão visitar a vila dos *forasteiros*. Êstes, que por sua vez se dizem "legalistas", declaram "sob juramento" que resistirão em nome de El-Rei até que chegue a autoridade legítima que se espera.

O cêrco do Recife tornou-se angustioso. A situação anormal se foi estendendo até a Paraíba e até Alagoas.

Clamou-se para a Bahia pedindo intervenção do Governador-Geral.

Durava já o cêrca do Recife uns três meses, quando apareceu à vista a armada de Portugal, trazendo a bordo o novo Governador, Félix José Machado de Mendonça.

Trazia êste poderes discricionários para pôr têrmo a tôda as desordens e até expressa, a confirmação das anistias concedidas pelo Bispo. Êste, que já havia renunciado o cargo, esquece agora a renúncia, e cuida, muito solícito, de prevenir a nova autoridade contra os do Recife, que inculca como sendo os rebeldes; acrescentando, a propósito, que o intento dos *mascates* "não era menos do que entregar a vila aos franceses".

Pela sua parte, ainda fizeram melhor os do Recife; o próprio João da Mota foi em pessoa ao encontro do novo Governador fora da barra, e deu-lhe informações minuciosas de quanto tinha ocorrido.

Começa Mendonça, entre as duas facções, procurando inspirar confiança a todos. Ordenou logo a João da Mota que entregasse tôdas as fortifi-

cações e a vila ao Bispo, única autoridade que reconhecia. Ali mesmo, a bordo, foi a ordem cumprida.

No dia 8 de outubro (1711) desembarcou Mendonça, e no dia seguinte tomou posse do cargo em Olinda sem oposição alguma, parecendo logo como por encanto, a paz de todo restabelecida, pelo menos nas duas vilas.

7. Tudo aquilo, assim de entrada, era mais astúcia felina do procônsul que legítima política de pacificação.

Decorridos alguns dias, sem atenção alguma pela anistia ampla concedida pelo Bispo e confirmada pelo rei, deu-se princípio à devassa, e foram sendo logo perseguidos os chefes da nobreza que mais se haviam destacado nos sucessos de 1710. Mesmo antes de concluir-se a devassa foram presos muitos dêles; e em seguida, conhecidos os culpados, "fêz o Governador correr um bando oferecendo prêmios a quem os descobrisse e entregasse, ameaçando de rigorosos castigos aos que lhes dessem refúgio ou proteção".

E' então que Vieira de Melo, sempre coerente com as soluções que desde princípio inculcava, incita os comprometidos a procurar um refúgio seguro nos arraiais dos Palmares. E como ninguém quisesse acompanhá-lo, foi êle, só com o filho, asilar-se naquele distrito.

Sabendo, no entanto, logo depois, que lhe andavam no encalço, porque tinha sido condenado, resolveu apresentar-se às autoridades, e foi recolhido à fortaleza do Brum.

Vendo Mendonça que a alçada não julgava com o preciso rigor os implicados, enviou-os para a côrte, de onde alguns nunca mais voltaram. Tudo tem uns ares de vitória definitiva dos *mascates*.

De volta de expedições em que tinham andado, são agora os chefes da reação contra os olindenses recebidos com grandes festas: enquanto a clava da lei caía impiedosa sôbre os outros.

Para mais humilhar os pernambucanos, ao mesmo tempo que se fazia a devassa, levantava-se o pelourinho no Recife, e constituía-se a Câmara, celebrando-se com pompa a instalação da vila.

E' fácil imaginar como semelhante paz não podia estar no fundo das almas.

Só uns quatro anos mais tarde, em 1715, com a chegada de outro governado, D. Lourenço de Almeida, é que se normalizam as coisas por ali, sem no entanto, extinguir aquela tradicional rivalidade entre protuguêses e filhos da terra.

QUESTÕES CONEXAS: — *A figura de Bernardo Vieira de Melo. — A atitude da côrte em relação aos pernambucanos.*

OS QUILOMBOS DOS PALMARES

1. Na história da escravidão africana no Brasil houve uma fase (todo o século XVII principalmente) em que, passados os dias dolorosos do *banzo* (o espanto do desplantado em terra estranha), começou o negro a refletir no seu infortúnio, e a pensar em fugir ao cativeiro metendo-se pelas florestas. Cuidaram naturalmente os senhores de recapturá-los; e por isso trataram os fugitivos, pela sua parte, de aliar-se para resistir aos *capitães do mato.*

E' assim que se foram formando êsses temerosos agrupamentos, que desde o comêço do referido século se fizeram em tôdas as capitanias o terror dos viandantes e das povoações indefesas.

Subsistem vestígios de muitos dêsses agrupamentos, a que se deu o nome de quilombos, sendo de todos os mais notáveis, pela extensão que tiveram, os dos Palmares, no atual Estado de Alagoas. Tinha êste nome (derivado da abundância de umas palmeiras que se encontravam ali) uma vasta zona de florestas, quase paralela ao litoral e à distância de 20 ou 30 léguas da costa, entre o São Francisco e o cabo de Santo Agostinho. Por aí situaram-se grande número de quilombos, entre os quais o do *Zambi*, o das *Tabocas*, o do *Macaco*, o do *Sucupira.*

Êsses núcleos tomaram grande incremento com a invasão holandesa, em 1630. Apresentaram-se os intrusos em Pernambuco iludindo os cativos com promessas de liberdade. Por sua parte, forçados a defender-se e a fugir, não dispunham os senhores de meios de coação contra os escravos. Disso se aproveitavam os negros para escapar ao jugo do cativeiro.

Dentro de pouco tempo, em vários sítios daquelas florestas, se haviam reunido multidões de negros vivendo pacìficamente das suas lavouras e granjearias. Com êles não repugnavam viver também índios mansos, que por sua vez fugiam à escravidão.

Mais que o estímulo da conquista flamenga, concorreu para aumentar aquelas aglomerações de prófugos, a guerra, que se seguiu, quase contínua, de 24 anos. Para subtrair-se aos azares de uma campanha, em que tanto se sofria do inimigo, como da penúria geral, e às vêzes até dos próprios capitães sob cujo comando se andava em armas — nenhum, ou muito raros cativos resistiriam àqueles convites, que os seduziam lá do sertão.

2. Enquanto as duas raças em colisões não se aperceberam do perigo que ali se preparava contra a ordem vigente, tudo passou sem grandes atritos. Chegavam até os quilombolas a manter estreitas relações com moradores das vilas vizinhas. Iam a Pôrto Calvo, a Serinhaém, a Alagoas, levar os seus produtos em troca de artigos de que precisavam (armas de fogo, ferramentas, tecidos). Nessas povoações eram os negros recebidos sem nenhuma desconfiança e os negociantes eram os primeiros a dar testemunho da lisura e probidade com que se conduziam aquêles bons fregueses.

Passado, porém, o primeiro período da guerra contra os holandeses (o período da resistência) começaram todos, portuguêses e flamengos, a aperceber-se daquela original anomalia, que punha em sério risco o domínio de uns e de outros. E tanto uns como outros começaram a açular aventureiros contra a confederação dos Palmares.

Aberto o conflito foram naturalmente os negros saindo da sua compostura pacífica. Já em número respeitável (por 1640 a 45), calculando-se em uns 10 ou 11 000, e afeitos àquela vida independente e aventurosa aceitaram êles a luta, e puderam dizer que com proveito para si, pois nos cinqüenta anos que se seguem não há dúvida que se adestraram nos combates. Chegaram mesmo a trazer em alarma contínuo a zona ocupada e imediações.

Quando os holandeses sentiram necessidade de atacá-los, tiveram a prova de que os negros (por êles mesmos "libertados") já se haviam adiantado muito.

A primeira expedição flamenga (por 1644) comandada por um Baro, incendiou um dos quilombos, matando uns 100 negros, tendo o maior número fugido para as matas.

A segunda expedição, logo no ano seguinte, não encontrou mais gente, e teve de voltar trazendo só mantimentos em abundância.

Sobrevém a insurreição contra os intrusos; e a paz em que ficaram deu aos pobres negros a impressão de que haviam escarmentado os brancos.

E' de agora em diante que se formam os grandes arraiais, como praças fortes, que depois vão custar aos portuguêses mais de quarenta anos de lutas.

Constituíram-se naqueles sertões uns nove ou dez grandes quilombos, além de outros menores, ou menos bem fortificados.

Cada um dêsses grandes arraiais tinha o seu rei, que vivia venerado na sua *mussumba* (palácio), tendo o seu conselho de anciãos e os seus generais. Na vida dessas grandes aldeias reproduziu-se quase tudo da vida africana, apenas alguma coisa alterada sob a influência do culto católico e da civilização colonial.

Durante as guerras da restauração de Pernambuco teve, como dissemos, extraordinário desenvolvimento êste, que se poderia chamar, Estado ex-

crescente no domínio, e com o qual, em seguida à tentativa dos flamengos, tinham de avir-se os pernambucanos.

3. Expulsos os holandeses (em 1654) voltou-se logo o ânimo dos colonos vitoriosos para o problema que ali no interior se criara havia tantos anos.

Nesta época, os quilombos mais importantes, pelas suas fortificações e o seu poder de resistência, eram os do *Macaco* e do *Sucupira.* Contaria o primeiro umas 1 500 cabanas, com uma população de 8 a 10 000 almas. Era considerado como cidade principal e metrópole de confederação. Ali habitava, em 1678, o Gangazuma, grande chefe, que exercia ascendente sôbre os demais régulos.

O arraial de *Sucupira,* conquanto menos populoso (contaria umas 4 a 5 000 almas), era ainda mais importante como praça militar. Neste exercia o mando supremo o general Gangazona, irmão do grande rei. Devia considerar-se como guarda avançada da nação, posta ali na fronteira com os inimigos.

Foram êstes os quilombos que começaram a ser hostilizados. E muitos dos heróis que vinham da reconquista não se dedignaram de tomar agora o comando de fôrças dirigidas contra os negros.

Durante vinte anos repetiram-se tentativas infrutíferas contra aquêles dois redutos, onde se sabia concentrado o maior poder dos quilombolas. Com uma tenacidade admirável, porém, e um vigor e coragem só próprio de quem defende a pátria, zombaram os negros de todos os esforços, frustrando nada menos de vinte e cinco expedições até 1674.

Nesta época, entendeu o Governador, D. Pedro de Almeida, que não se podia mais adiar aquela conquista sem grandes prejuízos para a colônia, e até sem riscos muito graves para a própria soberania portuguêsa; pois eram gerais as queixas e reclamos das populações, expostas à audácia crescente dos negros, vangloriosos daqueles repetidos insucessos dos brancos.

4. Preparou, pois, o Governador, "elementos para uma campanha decisiva", e dispôs tudo como se uma nova guerra formal se fôsse iniciar, destinada a repelir ou eliminar inimigos que ameaçavam a segurança interna do domínio.

Pelos fins de novembro de 1675 parte de Pôrto Calvo a expedição, comandada pelo sargento-mor Manuel Lopes Galvão; e depois de atacar um vasto arraial, e em seguida, outro mais metido no sertão, fixou-se Galvão ali, espalhando quadrilhas, que durante mais de uns quatro meses foram perseguindo fugitivos no interior das florestas.

O relativo sucesso desta primeira animou D. Pedro de Almeida a organizar uma nova tentativa, à frente da qual se pôs o capitão-mor Fernão Carrilho, famoso pega-negros nos sertões do Nordeste.

Partiu Carrilho também de Pôrto Calvo, em 1677, dirigindo-se primeiro contra um reduto, que encontrou deserto; e depois contra *Sucupira,* que além de deserto, estava reduzido quase todo a cinzas.

De acôrdo com as instruções que tinha, fundou ali Carrilho, sôbre as ruínas do grande quilombo, o seu arraial, de onde foi fazendo bater o sertão. Pouco êxito, porém, alcançava o capitão-mor; e a gente começou a desertar. Pede-se então socorro, principalmente de tropas, ao Governador; e bastou o aviso de que o socorro já estava em caminho, para que se reanimassem os expedicionários, e fôssem logo com mais audácia, e com mais proveito, perseguindo os negros. Com a chegada dos reforços caiu em estrondoso tumulto a zona inteira dos quilombos.

Em quatro meses de correrias e assaltos nas florestas achavam-se os negros tão corridos e destroçados que se julgou extinta a confederação dos Palmares.

Voltou então Carrilho ufano daquela façanha, e foi recebido no Recife como um herói, a quem se devia tão grande seviço.

Entendeu agora D. Pedro de Almeida que era oportuno completar com a piedade o que a fôrça havia feito. Mandou, com pequena escolta, um capitão à procura dos "restos" de negros, dispersos e errantes, a avisá-los de que o capitão Carrilho se preparava para acabar de uma vez com os quilombos subsistentes; mas que se êles quisessem viver em paz com os brancos, o Governador lhes assegurava, em nome de El-Rei, tôda união e bom tratamento.

E tanta coisa mais se oferecia àqueles relapsos que a proposta foi aceita.

5. No dia 18 de junho (1678) entrava no Recife a escolta trazendo já em sua companhia dois filhos do grande rei e um seqüito de notáveis.

O Governador (já então Aires de Sousa de Castro) recebeu com muita deferência a embaixada; e convocou um grande conselho, que resolveu celebrar a paz com o rei Gangazuma. Lavrou-se um auto de tudo; e com a embaixada seguiu para o sertão um oficial do têrço dos Henriques, incumbido de ler ao rei o tratado da paz.

Tivera assim Fernão Carrilho o seu dia de glória, e os pernambucanos aquêle momento de doce ilusão; pois a tal paz ficara "só na mente dos alvissareiros: em vez de exterminados, iam, pelo contrário, fazer-se os quilombolas mais fortes e temerosos".

Logo no ano seguinte (1679) foi necessário mandar-se uma expedição contra o rei Zambi; e esta investida foi um completo desastre. Com isso redobra o furor e a insolência dos negros; e mais dez anos vão passar-se de angústias para a capitania.

Chegou um momento em que a própria côrte se impressionou com aquela singular anomalia, e deu ordens insistentes para resolvê-la.

Refletindo-se naquele gênero de guerra que era preciso fazer, e tendo-se principalmente em vista os grandes recursos e as vantagens com que contam os negros, tendo em seu favor a amplitude do sertão, deliberou-se tomar de uma vez o expediente que pareceu a todos mais prático e decisivo, e que consistia em confiar a causa a gente afeita aos processos da caça ao selvagem. Só mesmo o *bandeirante* seria capaz de dar cabo daqueles negros, que se haviam assenhoreado de florestas tão vastas e escusas, e que, pela sua união e disciplina, tanto como pelo seu número, se tinham tornado mais temerosos que os próprios índios.

Os sertões naquela época, até o extremo norte, andavam já batidos por aquêles heróicos aventureiros, que escreveram uma página única na história da América.

Entre os chefes, cuja fama desde muito corria em tôdas as colônias, destacava-se o paulista Domingos Jorge Velho, que havia já devassado as regiões centrais até os confins do Maranhão.

De acôrdo com o Govêrno-Geral, mandou o Governador de Pernambuco, João da Cunha Soto-Maior, propor ao famoso capitão a conquista definitiva dos Palmares.

Aceitou Jorge Velho o convite; e sem demora assinavam em Olinda os seus procuradores um contrato com o Governador, mais tarde ratificado pelo rei.

Antes, porém, de partir contra os negros, teve o capitão de ir em socorro do Rio Grande do Norte, em grandes aflições com uma tremenda insurreição de índios.

Protelava-se, assim, um serviço, que de dia para dia se tornava mais penoso; até que o próprio Governador-Geral ordenou categòricamente a Domingos Jorge que viesse dar conta da sua tarefa.

6. Deixando no Rio Grande um outro chefe, dos mais famosos naqueles tempos (Matias Cardoso de Almeida), abala pressuroso o capitão para o Sul, em grande ânsia de dar provas de si com façanha que assombrasse a todo o mundo.

Sem chegar primeiro a Olinda, como lhe pedira o Governador, foi logo tomando rumo para os quilombos, e estacionou nas imediações do de Zambi, no intento de explorar a situação.

As partidas que para isso expediu, em vez de observar, distraíram-se com a abundância de frutas que encontraram por ali, e afinal caíram numa cilada dos negros, que bem caro lhes cobraram aquela fartura.

Pode dizer-se que começara Jorge Velho por um desastre.

Em todo o caso, havia a sua gente logrado reconhecer a grande importância do formidável arraial, em que os negros, sob a autoridade de Zambi, tinham reunido todo o seu poder. Compreendia o quilombo (situado na encosta da serra do Gigante, junto ao rio Mundaú) "mais de uma légua de circuito"; e pareceu tão "bem fortificado que só lhe faltava ter artilharia".

Já estavam os negros avisados daquela agressão, e tinham recolhido na praça as famílias de todos os *mocambos* (aldeias) da redondeza, e acumulado nos seus paiós grande quantidade de víveres.

Tendo sofrido aquêle revés, retirou-se Jorge Velho com a sua gente para Pôrto Calvo, onde recompôs as suas fôrças, aproveitando os grandes contingentes que ali estavam preparados, e com os quais elevou o poder da expedição a mais de 7 000 homens.

Êste exército, provido de todo material de guerra para um longo assédio, põe-se em marcha para o sertão, com "precauções de avançadas e batedores, descobrindo os caminhos, e tomando tôdas as medidas para evitar surprêsas".

Sem acidentes de nota, chega à vista do grande quilombo. As vizinhanças estavam desertas, e em larga quietude de espreita. Antes de recolher-se, haviam os negros destruído tudo em tôrno do reduto.

7. Estabeleceu-se o cêrco, tomando Jorge Velho, e mais dois grandes capitães (Bernardo Vieira de Melo e Sebastião Dias) a guarda das três portas da frontaria do arraial.

A primeira investida foi horrível. De dentro das trincheiras repulsam-se os assaltos com veemência espantosa, tanto a "armas de fogo e a flechas, como a água fervente e a brasas acesas, lançadas pela estacada".

E' diante desta grande cena que temos de lamentar, com Varnhagen, que semelhante tragédia não tivesse ao menos o seu cronista. Nada exagerou Oliveira Martins dando à cidade condenada o nome de *Tróia Negra,* "o mais belo e heróico de todos os protestos do escravo", e cuja história "tem lances de uma *Ilíada*".

Para que se nos figure tôda a grandeza daquele pleito, bastaria recordar que durou o assédio cêrca de três anos, combatendo-se ali quase contìnuamente, noite e dia. Sem cessar "foram as muralhas e as portas batidas... sem efeito algum" antes com grandes perdas dos sitiantes.

Afinal, pediram êstes para o Recife, que lhes mandassem artilharia, sem o que, declaravam, seria "impossível romper as fortificações do inimigo".

Em certo dia, enfim, conseguem, Sebastião Dias e Vieira de Melo, romper as portas que andavam guardando. Acode então com sua gente Jorge Velho. Dá-se o assalto. Os negros resistem. Mas é inútil o seu esfôrço. Imensa confusão se faz naquele vasto recinto onde se confinara a esperança dos míseros. Enquanto alguns morrem combatendo, rendem-se outros implorando misericórdia (mulheres e crianças principalmente) e o maior número dos destroçados debandam fugindo para o sertão.

Assim caiu, em 1694, o último reduto dos Palmares, ao cabo de mais de 50 anos de lutas com que se afrontou a sociedade colonial.

QUESTÕES CONEXAS: — *Vestígios de* quilombos *nas várias antigas capitanias. — O que era um* quilombo. — *A lenda de Zambi.*

XII

GUERRA DE SUCESSÃO NA ESPANHA DUCLERC E DUGUAY-TROUIN

SUMÁRIO: — J. F. Duclerc. — Duguay-Trouin.

JEAN FRANÇOIS DUCLERC

1. Como sempre acontecia durante o período colonial, a Guerra da Sucessão de Espanha (pela extinção da Casa da Áustria com o falecimento de Carlos II em 1700) veio repercutir na América, por se haver a côrte de Lisboa envolvido na contenda.

Não era isso, aliás, muito mais que pretexto para as agressões que vamos sofrer. Tinham sido os franceses, entre os povos que ameaçaram o domínio, dos mais insistentes em disputar, desde os primeiros tempos da colônia, a posse de algum trecho de costa onde pudessem estabelecer um entreposto permanente e seguro para o comércio que faziam entre o Brasil e a Europa. O próprio govêrno francês nunca dissimulou o grande interêsse que ligava a semelhantes intentos quando protegia, mais ou menos ostensivamente, expedições destinadas a tais conquistas. E quando, desiludido de várias tentativas, viu como a Inglaterra, com sua mediação nas negociações da paz com a Holanda, alcançara grandes favores no Brasil e em tôdas as outras colônias portuguêsas, cuidou a França com muito empenho de obter da côrte de Lisboa, ao menos, para o seu comércio, vantagens equivalentes às de que se aproveitava a sua rival do outro lado da Mancha.

Não encontrou, porém, da parte de Portugal, mais que a simples deferência de umas concessões que não constituíam pròpriamente favor efetivo ao comércio francês.

É assim que, à medida que encontrava resistência ao seu intento de amparar, dentro das boas relações e dos processos legítimos, os seus armadores, vai de novo o govêrno de Versailles convencendo-se de que só pela fôrça conseguiria alguma coisa.

Foi por isso mesmo que, depois que Portugal celebrara a paz com a Holanda (definitivamente em 1669), começaram as costas do Brasil a ser outra vez com mais freqüência visitadas por navios franceses. Até que,

pelos princípios do século XVIII, a questão dinástica da Espanha vem dar ensejo a mais desabridas agressões.

Não era afinal só o próposito de hostilizar o velho reino, investindo-lhe as possessões ultramarinas, o que levava o govêrno da França a conceder cartas de corso contra navios e praças das colônias portuguêsas; êsse propósito vinha ao encontro do instinto de pirataria, ainda não de todo vencido naqueles tempos, principalmente entre os povos marítimos da Europa que não tinham entrado na partilha dos novos descobrimentos, pelo menos com a mesma fortuna dos dois povos da Península.

2. Já se havia iniciado no Brasil do Sul, a fase da grande riqueza. Gozava o Rio de Janeiro em tôda a Europa a fama de cidade opulenta; e sôbre ela tinham olhos de gana quantos viviam ainda no ofício predatório pelos mares. O próprio Duguay-Trouin fazia o corso contra os inglêses, em 1710, quando volvera a sua cobiça heróica contra "a colônia do Rio de Janeiro, uma das mais ricas e poderosas do Brasil", como êle próprio diz nas suas *Memórias*.

Não há dúvida, no entanto, que a política de Luís XIV se associa agora, muito oportunamente, ao heroísmo daquele espírito aventureiro que não queria morrer.

Assim que Portugal, em 1703, pelo tratado de Methuen, com a Inglaterra e a Holanda, entrara na liga em favor da Casa da Áustria contra o Duque de Anjou, autorizou Luís XIV que se fizessem hostilidades, em terra e no mar, contra súditos da Coroa portuguêsa.

Como se esperassem por aquela ordem, puseram-se logo em ação multidões de corsários. Durante os primeiros anos limitaram-se a apresar navios inimigos em viagem. Até que, pelos meados de 1710, prepararam, armadores de Brest, com tôdas as possíveis reservas, uma expedição contra o Rio de Janeiro.

Compunha-se essa expedição de seis navios (cinco de combate e um transporte) com mais de 1 000 homens de desembarque, sob o comando de Jean François Duclerc.

No dia 6 de agôsto (1710) chegava essa esquadrilha à vista de Cabo Frio.

Era pensamento dos franceses surpreender a cidade durante a época em que a frota do Brasil estivesse nos mares, de viagem para o reino e a maior parte dos colonos recolhidos nas minas.

Mas o govêrno português não se descuidara de medidas de defesa, e tinha recomendado às autoridades a maior vigilância.

Teve logo o Governador, Francisco de Castro Morais, aviso de terem sido avistados da costa navios suspeitos; e preparou-se para qualquer emergência.

No dia 17, já pela sobretarde, avisaram as fortalezas da barra que estavam à vista aquêles navios, trazendo hasteada a bandeira inglêsa.

Ao toque de rebate, houve alarma geral na cidade; e enquanto muitas famílias se retiram para os subúrbios, as fôrças da guarnição tomam no litoral os pontos mais expostos à investida.

3. No outro dia, pela manhã, os navios afastaram-se. Mais tarde, volveram até perto da barra; e como não atendessem ao sinal que se lhes fizera, disparou-se contra êles, da fortaleza de Santa Cruz, um tiro de canhão, que acertou na capitânia. Só então fundearam, mas pondo-se fora do alcance das balas de terra.

No dia 18 à noite levantaram ferro, tomando rumo sul; e foram, a 27, dar fundo junto da Ilha Grande, onde, apesar da resistência que encontraram, puderam refazer-se de víveres, saqueando algumas fazendas e engenhos. Ali estiveram uns dez dias, aproveitando êsse tempo em tomar, dos prisioneiros que faziam, tôdas as informações que lhes convinham sôbre o melhor meio de invadir a cidade por terra.

No dia 7 de setembro destacaram-se da flotilha três navios, que vieram explorando o litoral para o norte, até às imediações da barra do Rio.

O plano de Duclerc agora é distrair para os lados do mar a atenção das fôrças que guarnecem a praça; e dar de surprêsa o ataque por terra.

Vieram os três navios até às vizinhanças da barra. Tentaram pôr gente em terra na praia do Arpoador e depois na da Tijuca; mas encontraram tôdas essas paragens bem guardadas.

Enquanto isso, desembarcava Duclerc, numa praia perto de Guaratiba, uns 1 000 homens, tomando afoitamente caminho da cidade, pela estrada do Camorim e dos Três Rios. Ao cabo de penosa jornada, estava, no dia 18, no Engenho Velho.

Ao ter notícia dessa temeridade dos franceses, entendeu Castro Morais que devia concentrar todo o seu esfôrço em defender agora a cidade; quando o que é certo é que, com os recursos de que dispõe, poderia ter ido destroçar em caminho aquêles aventureiros. Expediu apenas contra êles algumas partidas que lhes embaraçassem os caminhos.

Dera-se o alarma na cidade, e grande parte da população pusera-se em armas, principalmente estudantes, caixeiros, funcionários e até frades.

Ao aproximarem-se da praça, deixaram os franceses as estradas, e tomaram as alturas dos subúrbios. De uma certa eminência, viram o grande movimento da praça ameaçada, e compreenderam que os cálculos lhes falhavam.

Sentiram-se em situação da maior gravidade. A retirada era impossível sem o sacrifício de tôda a gente.

4. Na angústia em que se encontram, o único expediente é o do desespêro: resolve Duclerc penetrar na cidade, onde não perde a esperança de contar com o concurso da esquadrilha como se combinara. Divide as suas fôrças em grandes turmas, a maior das quais, com êle próprio, tentou descer junto à lagoa da Sentinela (vizinhanças da atual rua do Riachuelo). Faz-lhe frente, porém, ali, uma companhia de estudantes, comandados pelo capitão Bento do Amaral Coutinho.

Voltou então Duclerc para o morro, e foi descer nas imediações do hoje largo da Lapa. Ali os encontra o trinitário fr. Francisco de Menezes com uns trezentos patriotas. Lutou-se por algum tempo de parte a parte desesperadamente; até que os nossos tiveram de debandar.

Mas, tendo conseguido algum refôrço, tratou fr. Francisco de Menezes de reunir a sua gente, e apertou os invasores contra o morro do Castelo. Tentaram êles galgar o morro; mas a artilharia os rechaçou. Hostilizados pela "gente postada nas esquinas das ruas e dirigida pelo frade, que em tôda parte aparecia", foram os franceses, pelas ruas da Ajuda e de São José, até a praça fronteira ao convento do Carmo (depois largo do Paço, e hoje praça 15 de Novembro).

Fizeram grande esfôrço por apoderar-se da igreja, talvez na esperança de se salvarem ali; e como encontrassem forte repulsa da parte das tropas que guardavam o convento, investiram, do outro lado da praça, o palácio dos governadores e a alfândega.

Mas ali já estava o batalhão de estudantes que tinham acudido da Sentinela. Com isto, assustaram-se os franceses; e quando viram chegar, ainda, no acampamento do Governador (no Rosário) o coronel Gregório de Castro Morais com grandes reforços, correram a entrincheirar-se no trapiche vizinho, que tiveram de tomar com muito custo.

Produziu-se então, extraordinário alvorôço entre os defensores da cidade; pois ali encontraram os assaltantes seis peças de artilharia e muita munição.

E trava-se agora o duelo tremendo.

Ali sucumbe na peleja o valente coronel Gregório de Castro Morais.

Os patriotas, no entanto, não arrefecem na luta. De tôda parte acorrem novos combatentes em fúria. Era a própria cidade que se defendia.

Vendo que a resistência ali é impossível, retiram os franceses para um armazém de pedra junto ao cais, e ali se entrincheiram. Esperava Duclerc que a todo momento surgisse na baía a sua esquadra.

5. Chegado aquêle extremo para a audácia dos invasores, só então saiu do seu acampamento o governador Castro Morais, e veio aproveitar heròicamente a situação que lhe havia preparado a coragem dos fluminenses.

Querendo logo dar prova do seu, infelizmente, seródio valor, intentou lançar fogo ao armazém onde estavam os franceses. Desistiu disso, porém, quando lhe fizeram sentir que o incêndio fàcilmente se propagaria pelos prédios vizinhos, onde estavam refugiadas muitas famílias.

Planeou-se, então, um ataque decisivo ao inimigo. Assestaram-se canhões nas bôcas das ruas que davam para a praça; e deu-se ordem para que da ilha das Cobras, e de outros postos fortificados da vizinhança, rompesse o fogo no momento em que do lado de terra começasse o combate.

Compreendeu Duclerc que estava sob a iminência de inevitável desastre. Ainda assim, fingiu segurança, para propor a Castro Morais umas condições de paz muito curiosas: estava "disposto" a cessar tôda hostilidade e afastar-se do Brasil, se o Governador o deixasse reembarcar com a sua gente em perfeita ordem e com tôdas as garantias.

Semelhante proposta, "da parte de homens (e homens agressores!) que estavam à mercê dos seus contrários (agredidos) foi ouvida com indignação".

Rebateu-se-lhes declarando "que se não se entregassem imediatamente sem condições, seria arrasado o edifício em que estavam recolhidos".

Tiveram de render-se à discrição.

O que se segue à rendição, decerto que não havia de ser muito agradável aos corsários. Podem, no entanto, os vencedores, com tôda razão, gabar-se da sua continência em relação a salteadores que tanto sossêgo, tantas vidas e tanta fazenda lhes custaram.

Nem por isso, aliás, tem faltado, e ainda hoje, quem acuse os fluminenses de haverem sido desumanos com os franceses, matando impiedosamente até os que procuravam esconder-se, fugindo ao furor da gente da terra, cuja indignação agora, depois da vitória, era muito natural e muito difícil de conter.

6. No momento em que, durante a luta, se dera uma explosão na alfândega, uma turma de invasores, que tinha ficado no alto de Santa Teresa, para acudir oportunamente, persuadiu-se de que aquilo era o sinal convencionado de que os franceses estavam de posse da cidade; e ainda mais se iludiram na sua esperança aquêles homens, quando o repique dos sinos em tôdas as igrejas lhes anunciou, como uma boa nova, o saque desejado.

À vista de tudo isso, desceu, pois, resoluto, e entrou na cidade aquêle destacamento. E' neste trôço que se deu a maior mortandade.

Viram logo, os míseros desalmados, a dura realidade do que havia sucedido, e sob a fúria da multidão desafrontada e violenta, debandaram pelas ruas em horrível aflição de destrôço, pedindo misericórdia, procurando asilo

nos templos, mas a maior parte perecendo às mãos daqueles mesmos que se calculava tivessem de ser vítimas de insânia agressiva.

No desvario do massacre, tomam uma casa, e ali se recolhem uns setenta franceses (com alguns prisioneiros que haviam feito nos subúrbios). Dali mandaram um frade a pedir quartel. Nem o frade se respeitou. O povo, em completo desvario, massacrou quase todos aquêles infelizes.

7. Calcula-se em cêrca de 400 o total de mortos, e de 150 o de feridos da parte dos franceses; e em 50 mortos e uns 70 feridos a perda dos nossos. Os prisioneiros, em número de 440, foram recolhidos em várias fortalezas.

No dia seguinte (21 de setembro) apareceram à barra os navios que deviam cooperar com as fôrças de terra. Deram sinais, e ainda dispararam alguns tiros perdidos.

Com licença do Governador, partiu a encontro dêles um escaler levando aviso de quanto sucedera. Mandaram logo chamar os navios restantes da Ilha Grande; e havendo todos recebido ainda provisões para a viagem, fizeram-se de vela para a Martinica.

Estêve Duclerc, com os seus oficiais, alojado, primeiro no Colégio dos Jesuítas, e depois no forte de São Sebastião, no alto do Castelo.

Em seguida, concedeu-se-lhe a cidade por menagem, e passou êle a morar numa casa que alugara, à rua de São Pedro.

Estava ali havia uns seis meses, e tendo até a casa guardada por dois soldados, quando apareceu, na manhã de 19 de março, morto ainda na cama, asseguram alguns que por dois indivíduos embuçados, que alta noite lhe penetraram nos aposentos, sem oposição, parece, dos guardas. "Não foi isto, diz Southey, por certo, ato de fúria popular: só podia ser obra de vingança privada, sendo causa provàvelmente o ciúme". Acrescenta o historiador inglês que não se tirou devassa; mas Castro Morais afirma que se fizeram tôdas as diligências para descobrir o assassino.

QUESTÕES CONEXAS: — *A Guerra da Sucessão de Espanha.* — *O assassínio de Duclerc.*

DUGUAY-TROUIN

1. O desastre de Duclerc serviu de pretexto para uma nova agressão ao Rio de Janeiro. É um marinheiro já famoso no corso, Duguay-Trouin, que vai tomar agora a emprêsa, na qual, além da sedutora perspectiva de grande fortuna, via êle a glória de "vingar os seus compatriotas".

Fàcilmente arranjou tudo quanto era indispensável a um cometimento de tal natureza. Organizou às pressas uma poderosa esquadra de 17 navios montando mais de 700 canhões e trazendo cêrca de 4 000 homens de desembarque.

Assim que se teve disso notícia em Lisboa, cuidou o govêrno de D. João V de tomar as providências que eram possíveis: fêz partir antes da época normal a frota do Brasil, dobrando-lhe o comboio; mandou armar em guerra alguns navios mercantes, embarcando nêles algumas tropas de refôrço; e confiou o comando dêstes navios a Gaspar da Costa de Ataíde (o *Maquinez*), oficial muito distinto, e muito senhor do seu ofício.

Largou Duguay-Trouin da Rochela a 9 de junho (1711), e só a 27 de agôsto veio avistar terra pelas alturas da Bahia. Prosseguindo, veio, pelos primeiros dias de setembro, dar fundo na latitude do Rio, mas longe da terra.

Já haviam chegado os reforços com Gaspar da Costa. Pôs êste os seus navios em ordem para protegerem a cidade. Passados alguns dias, porém, como não apareciam inimigos, persuadiu-se de que os boatos eram falsos, como era freqüente em nossas praças marítimas. Fêz então desembarcar as tropas, e deixou-se ficar em terra desapercebido.

Em certa manhã (12 de setembro) era a população surpreendida com o troar de artilharia na barra; e para maior susto, nada podendo avistar-se, devido ao espêsso nevoeiro.

Aproveitando-se da cerração, ordenara Duguay que a esquadra enfiasse pela barra sem fazer caso do fogo das fortalezas, e tomasse posição diante da cidade. E assim se fêz. Só alto dia, ao levantar o nevoeiro, é que se viu a esquadra inimiga na baía!

Tal foi a surprêsa, que o próprio Gaspar da Costa, nada mais podendo fazer, mandou incendiar os seus navios.

Na manhã seguinte (13 de setembro) apoderam-se da ilha das Cobras os assaltantes. Tendo montado logo ali as suas baterias, considerou-se Duguay senhor da cidade.

2. No dia 14, desembarcou com perto de 4 000 homens, sem encontrar o mínimo sinal de resistência.

O Governador, que era ainda Francisco de Castro Morais, adotara quase o mesmo sitema de defesa de um ano antes contra Duclerc: com uma fôrça que poderia enfrentar a do inimigo, deixara-se ficar no campo do Rosário, vendo o progressivo assalto da cidade.

Com a sua prudência e tática segura, concentrou o comandante corsário as suas fôrças nas montanhas da zona norte da cidade, até a ilha das Cobras e na praia fronteira, e intimou ao Governador que se rendesse,

declarando-lhe que estava ali, em nome do rei de França, para vingar as crueldades cometidas contra súditos franceses.

Respondeu Castro Morais à intimação, discutindo muito, e rebatendo as recriminações que lhe eram dadas como pretexto para o novo assalto à cidade; e concluía declarando que defenderia a praça "até a última gôta de seu sangue".

No dia 20 de setembro começavam os franceses a bombardear os entrincheiramentos do Rosário, preparando-se para um assalto geral no dia seguinte.

Pela tarde, grande pavor caía sôbre a cidade. As próprias guardas começam a desertar os seus postos. No próprio acampamento do Rosário, a impressão que a todos domina é a de que se está sob a iminência de inevitável destrôço. Procuram alguns reanimar aquela gente com os socorros que se esperam de Minas inùtilmente.

À noite, começou a chover; e dentro em pouco desabava sôbre a cidade uma grande tormenta. O Governador, desatinado no meio do susto que lavra, consulta em repetidos conselhos os seus oficiais. Muitos dêstes votam pela resistência, e alguns insistem até por uma resoluta ofensiva; mas a maioria resolve que, enquanto se espera pelo socorro de Minas, se mude o acampamento para posição menos sujeita ao fogo do inimigo.

E' êste o alvitre que vinga. Nessa mesma noite (21 para 22 de setembro) abalou Castro Morais com o seu exército, e foi acampar primeiro no Engenho Novo, e logo depois em Iguaçu.

Foi o mesmo que dar o sinal da fuga e debandada geral na cidade. As próprias prisões são agora abandonadas; e a população em massa, no meio de gritos e alaridos, desvaira pelos campos e matas, à busca de refúgio, afrontando, para fugir aos canhões inimigos, "uma das noites mais medonhas de que havia memória na terra".

3. Quando, pela madrugada de 22, se preparava Duguay-Trouin para a investida geral, apareceu-lhe um francês, que tinha sido ajudante de Duclerc, dizendo-lhe que podia entrar sem combate, porque a cidade estava deserta, e já entregue ao saque pela própria gente da outra expedição, que irrompera das prisões abandonadas.

Durante tôda a noite de 22 para 23 de setembro, a pilhagem foi horrível. Arrombaram-se "umas três quartas partes das casas e armazéns: vinho, provisões, alfaias, fazendas, gêneros de tôda ordem, estavam empilhados a granel na lama das ruas". Chegou o atacante a punir de escarmento alguns dos seus soldados; mas não havia castigos que contivessem a ganância daqueles homens. Preferiu então, para coibir-lhes a fúria devastadora, trazê-los contìnuamente ocupados em armazenar os frutos da rapina.

Cuidou, entretanto, Duguay-Trouin, de tirar depressa todos os proveitos da sua fortuna. Compreendera quão melindrosa poderia tornar-se ali a situação se por muito tempo se demorasse na cidade. A praça estava inteiramente fechada para êle pelo lado de terra, tornando-se assim muito difícil o suprimento de víveres no caso em que lhe viessem a faltar.

Além disso, o que mais o inquieta é a reação que ali, não longe, em Iguaçu, se estava organizando, e que se tornaria talvez temerosa desde que chegassem de Minas as fôrças esperadas.

A sua grande ânsia é, pois, agora, apressar a liquidação do seu grande negócio. Mandou então, como primeiro sinal, dizer a Castro Morais que, se não resgatasse imediatamente a cidade, "vêla-ia arder até os fundamentos". E para mostrar que não era vã a ameaça, espalhou soldadesca que pelos subúrbios foi incendiando habitações e tudo que encontrava.

Êsses atos de vandalismo impressionaram fortemente o espírito de tôda a população, e ninguém mais pensou em esperar pelos socorros de Minas para castigar a audácia dos salteadores: o que se quis foi salvar a cidade.

Foi naturalmente isto o que atuou no espírito do Governador e de todos para levá-los a ceder às imposições do inimigo.

4. Em tal conjuntura, reuniu Castro Morais o seu conselho, e aí deliberou-se nomear uma comissão de oficiais que se incumbisse de negociar com o corsário o resgate da cidade.

Ofereceu-se-lhe o mais que no transe era possível: 600 000 cruzados. E declarou-se logo, que mesmo essa quantia, só em longo prazo se poderia reunir, não só porque muito já havia caído nas mãos dos franceses, como ainda porque uma grande parte de haveres particulares, e até os fundos do erário público "tinham sido levados para o centro dos bosques e montanhas".

Rejeitou Duguay com arrogância a proposta por irrisória, exigindo, como contribuição de guerra, *doze milhões de cruzados...* E mandou mostrar aos comissários como estava tudo pronto para arrasar a cidade, inutilizando mesmo quanto o fogo não pudesse consumir, de modo a ser completa a destruição.

Voltaram, pois, os mensageiros, com esta repulsa desconsoladora.

Mas a gana insaciável ia logo arrefecer. Soubera Duguay, por uns prêtos desertores, que estavam a chegar a todo instante as tropas que se esperam do interior; e que da Ilha Grande já chegara a Iguaçu um refôrço de 1 200 homens.

Era preciso sair de tão arriscado encalhe. Tomou, portanto, a resolução de ir, durante a noite, e com tôda cautela, à frente de tôdas as suas fôrças, apresentar-se de surprêsa, ao romper do dia, diante do acampamento português.

Em sua aflição, expede Castro Morais novos mensageiros encarregados de dizerem ao assaltante que era absolutamente impossível arranjar mais do que a quantia oferecida, à qual poderia acrescentar 10 000 cruzados do seu bôlso, e mais 100 caixas de açúcar e 200 bois.

5. Aceitaram, agora, os franceses a proposta. Estipulou-se que a contribuição ajustada devia ser paga no prazo de quinze dias, ficando doze oficiais como reféns. Combinou-se ainda que aos moradores seria permitido resgatar os objetos que desejassem reaver, pagando-os prontamente.

Em tais condições, foi o convênio assinado no dia 10 de outubro.

Julgando-se sob a iminência de algum perigo com a chegada de tropas de Minas, preveniu-se Duguay-Trouin para qualquer eventualidade, reforçando postos de defesa.

No dia seguinte ao da assinatura do convênio chegava a Iguaçu o socorro de Minas. Na ânsia de salvar a cidade, adiantara-se Antônio de Albuquerque com a sua cavalaria (1 500 homens), deixando o grosso do seu exército (mais uns 4 000 homens) em marcha regular.

Infelizmente, nada mais pôde fazer o digno capitão... porque tudo estava feito, e a ignomínia consumada.

Apercebeu-se Duguay-Trouin do grande perigo a que se achava exposto, vendo chegar tão consideráveis fôrças, tendo à frente um homem de valor e de talento militar e de tão alta nomeada.

Nem foi naturalmente sem admiração que viu pontualmente cumpridas as condições estipuladas, e sem que mudasse aquela circunstância coisa alguma na atitude resignada dos moradores.

No dia 4 de dezembro (1711) efetuou-se o último pagamento. Receberam, pois, os franceses, em moeda, 610 000 cruzados (perto de 250 mil cruzeiros). Mas, segundo Varnhagen, o lucro total da jornada não andou longe dos doze milhões que exigira o corsário; e isso calculando-se apenas o produto da contribuição oficial e o da venda de despojos aos próprios espoliados; pois as perdas do Estado subiram a mais de *trinta milhões de cruzados!*

6. No mesmo dia em que receberam a última quota do resgate, embarcaram os franceses, tendo tido prèviamente o cuidado de recolher a bordo tudo o que podiam transportar.

Ao deixar a terra saqueada, quis Duguay ter um belo gesto dando prova da sua piedade: cominou de morte a todo soldado em poder do qual se

Duguay-Trouin, corsário francês.

Panorama da cidade de São Sebastião durante a ocupação francesa no Brasil.

A esquadra do corsário Duguay-Trouin entrando na Baía do Rio de Janeiro, no dia 12 de setembro de 1711.

encontrasse alguma prata de igreja; e no momento de embarcar confiou aos jesuítas a prata arrecadada e as alfaias, para serem entregues ao Bispo.

Ufano do magnífico e fácil sucesso alcançado no Rio de Janeiro, pensou o corsário em completar a sua emprêsa investindo também a Bahia, sob o pretexto de libertar o resto de prisioneiros de Duclerc que ali se achavam, mas no intento, como êle próprio diz, de "tirar daquela colônia maior contribuição".

Largou, pois, do Rio na esperança de fazer mais brilhante a sua glória de pilhar ainda com mais proveito, se é possível.

Mas, depois de lutar com os ventos contrários por mais de quarenta dias, viu-se obrigado a seguir para a França.

Foi "a demora fatal a dois dos seus navios, que açoitados de temporais, foram a pique com 100 homens a bordo, e levando um dêles a parte mais preciosa dos despojos, em ouro e prata, no valor de 600 000 libras francesas".

Tendo a esquadra de arribar a Caiena, ainda ali afundou, já ancorado, terceiro navio.

Apesar de tôdas estas perdas, ainda ficou aos aventureiros um lucro de 92 por cento sôbre o capital empregado!

7. O povo do Rio, indignado com o modo como se portara Francisco de Castro Morais, não pôde vê-lo continuar no govêrno.

Mandou-se imediatamente ao convento de Iguaçu, onde ficara Antônio de Albuquerque, a pedir-lhe que não voltasse para a sua capitania, e que assumisse o govêrno, de acôrdo com as ordens do Rei. Nos têrmos de uma recente Carta Régia, Antônio de Albuquerque, se por algum motivo qualquer que fôsse, regressasse ao Rio durante o govêrno de Francisco de Castro Morais, devia assumir a administração até que El-Rei resolvesse.

Acedeu Albuquerque, tomando o govêrno até que a côrte decidisse. Castro Morais nem sequer tentou reter a sua autoridade, cônscio talvez da sua má estrêla, se não da inépcia ou criminosa desídia.

Mal se soubera em Lisboa de quanto sucedera, mandou-se-lhe sucessor na pessoa de Francisco de Távora.

Trouxe êste ordem para sujeitá-lo a processo, bem como a todos os outros que tivessem deixado de cumprir o seu dever.

Foram os culpados metidos em prisão rigorosa. Formou-se uma alçada de sete ministros, e procedeu-se a longa devassa.

Até que afinal foi Castro Morais condenado a degrêdo perpétuo para a India, "não por traidor, mas por falta de ânimo e discernimento".

A notícia do assalto ao Rio de Janeiro causou alarma em tôdas as outras capitanias, em muitas das quais logo se reuniram voluntários dispostos a partir em socorro da cidade.

Na côrte, foi ainda mais consternadora a impressão sofrida, pois lá se receava que os franceses tivessem intenção de manter a conquista, lembrados das suas antigas pretensões à terra onde já haviam estado como senhores.

Só a notícia, que logo depois lá chegou, é que foi desafogar de apreensões o govêrno português, dando como de simples depredação intentos que se suspeitaram mais graves.

QUESTÕES CONEXAS: — *A grandeza do Rio de Janeiro em princípios do século XVIII. — Duguay-Trouin e as imagens, e os vasos sagrados.*

XIII

O BRASIL NO REINADO DE D. JOÃO V
BANDEIRAS

SUMÁRIO: — A época das minas. — D. João V.

A ÉPOCA DAS MINAS

1. Entendem os nossos historiadores de mais nota que a descoberta e a exploração das minas "nenhum melhoramento moral trouxe às populações da colônia e nenhum acréscimo à fortuna pública".

Apreciando, no entanto, mais de longe os fatos, é preciso reconhecer que a época do ouro tem na história do Brasil a importância de fator de primeira ordem.

Basta notar que, até quase fins do século XVII, tínhamos o povoamento reduzido às vizinhanças da costa. Os pequenos núcleos da zona marítima levavam vida mofina. As indústrias criadas, e em regra mantidas à custa de privilégios, reduziam-se a duas ou três de valor, em algumas capitanias. Em muitas, na maioria, essas indústrias não eram suficientes para criar a riqueza geral, nem mesmo para constituir grandes fortunas.

E' certo que, mesmo antes das minas, se encontravam, numa ou noutra capitania, homens ricos. Mesmo ouro e prata sabia-se que havia em São Paulo, na Bahia, em Pernambuco, quem possuísse até grandes cabedais em baixelas e jóias.

Isso, porém, era muito raro, e nada valia como elemento de determinação histórica; e provava apenas que desde o primeiro século já havia, principalmente na capitania do extremo sul, quem negociasse com espanhóis que faziam pelo interior o contrabando de ouro e prata do Peru; ou então, tais fortunas de exceção se faziam clandestinamente na própria terra, como parece provável, pois não é mais possível negar que no Brasil muito ouro se extraiu antes que o fisco real disso tomasse conta.

Em São Paulo, por exemplo, muito antes das primeiras amostras do metal, remetidas para a côrte nos fins do século XVII, já havia nababos que punham arrôbas de ouro trabalhado à disposição do governador D. Manuel Lôbo para a expedição do Prata.

Mas isso, como dissemos, nada influía nas condições da vida geral.

Só a descoberta das grandes minas no sertão é que vem mudar a sorte das populações encantoadas no litoral, abrindo-lhes agora a amplitude do continente.

Naquele momento, pois, a descoberta das minas foi a solução mais lógica e natural que o destino poderia oferecer aos problemas de que dependia a fase decisiva a que tínhamos de chegar.

O regime colonial fizera-se já sentir, e ia calando fundo no espírito da terra. Eliminá-lo era a grande aspiração que nascia. Mas onde há pobreza pouco valem ideais políticos. Só numa certa independência econômica é que o sentimento de uma causa é capaz de converter em ação energias latentes.

Só a riqueza, criando a fôrça e o orgulho, poderia, pois, preparar as populações da colônia para a obra que em seguida vão realizar.

2. O colono entrou na terra procurando ouro. Mas só de meados do século XVI em diante, é que começaram a correr boatos de jazidas encontradas em várias paragens da capitania de São Vicente. Para os fins do referido século já criava a côrte portuguêsa no Brasil uma *administração geral das minas*. Como não havia ainda minas a administrar, cuidaram os administradores de as descobrir. E foram, com efeito, êles que criaram a exploração sistemática do sertão, à medida que o libertavam do gentio agressivo.

Pelos fins do século XVII estavam enfim revelados os primeiros grandes núcleos de mineração.

Não é possível fazer idéia do que se passa de então em diante no interior do pais.

Espalhada a notícia por todo o Brasil e pela Europa, tornaram-se espantosas as migrações em massa, como se o mundo em grande insânia refluísse para a região das minas. Debalde tomava o govêrno providências no intuito de impedir essa temerosa afluência de gente de tôda ordem nos distritos auríferos. Não há diques que valham contra essas torrentes humanas.

Não há nenhum exagêro em dizer-se que de tôdas as nossas capitanias principalmente houve um como êxodo geral, primeiro para as Minas Gerais, e em seguida para as de Mato Grosso e de Goiás. Abandonavam-se as lavouras do litoral; os engenhos ficavam parados; as fazendas de criação viram-se desertas. Comerciantes, artífices, e até funcionários da administração e do govêrno, oficiais da justiça e do fisco, magistrados, militares — deixavam os trabalhos e os cargos e iam à busca do *eldorado* que afinal se desvendara.

Nada, no entanto, do que se passou lá pelos confins do sertão, é comparável ao que se deu no território que tomou o nome de Minas Gerais. Ali o movimento de adventícios foi mais vasto e desordenado, a competição mais renhida e mais tremenda.

3. Tôda aquela zona, conhecida primeiro como *sertão dos Cataguás*, poderia ser dividida em distritos se fôsse possível discriminar com precisão as lavras de cada um.

O mais prático, portanto, é assinalar na zona, os grandes núcleos do Ribeirão do Carmo, do Pitangui, do Rio das Velhas e do Ouro Prêto, como os mais notáveis pelo grande número de lavras. De todos êsses, foi o de Ouro Prêto o núcleo mais importante, e como o centro, o "ponto culminante da história antiga da terra mineira".

Na ordem cronológica, a segunda grande zona é a de Cuiabá. Houve lá também vários núcleos, sendo mais ricas as lavras de aluvião, no sítio onde se acha hoje a capital de Mato Grosso.

A terceira das grandes zonas auríferas foi a dos Goiás, primitivamente conhecida sob o nome de *sertão dos Araês*. Formaram-se logo por ali, ainda no tempo do segundo Anhangüera (Bartolomeu Bueno, filho), os arraiais de Sant'Ana (depois Vila Boa, e mais tarde Goiás), do Ferreiro, da Barra, do Ouro Fino, que são as mais antigas povoações daquele Estado.

Mesmo antes de se haverem descoberto os grandes distritos mineiros, começou o govêrno português a regular todo o serviço das lavras: a propriedade das minas, as relações entre os mineiros, a arrecadação dos direitos reais — tôda a ordem geral no meio da grande massa que vai borborinhar em tôrno de tôdas as jazidas.

Segundo o antigo direito português, reservava-se à Coroa a propriedade de tôdas as riquezas de subsolo, mesmo nas terras que concedia. Só por mercê especial e expressa se atribuía aos proprietários o direito às minas que se encontrassem nas respectivas terras.

Ao descobridor de mina concedia-se um prêmio em dinheiro, além do direito de lavrar até uma quarta porção do manancial descoberto, mesmo que fôsse em terra alheia.

As minas eram divididas em datas. Respeitada a data pertencente ao inventor, as demais podiam ser adjudicadas aos mineiros que as requeressem.

O provedor dos quintos era a autoridade competente para conceder datas; e antes de fazer as concessões, cumpria-lhe informar-se minuciosamente da condição dos mineiros.

Perdia a sua data o concessionário que não a fizesse lavrar dentro de cinqüenta dias; e considerava-se como não lavrada a mina onde não trabalhassem pelo menos dois homens efetivamente.

4. Ninguém podia ser prêso por dívidas enquanto estivesse trabalhando nas minas; nem ficava sujeito a penhora, quer dos escravos, quer dos instrumentos e das provisões, nem de coisa alguma necessária ao serviço de mineração.

Competia ao provedor a inspeção das lavras e de todos os trabalhos. Das decisões desta autoridade só havia, em certos casos, recurso para o Provedor-Mor da Fazenda Real.

Depois que se instalaram as casas de fundição, todo o ouro devia ser a elas recolhido. Depois fundia-se e pesava-se o metal. Ia em barras outra vez a registro, e cada barra era marcada com o competente carimbo.

Só então é que se deduzia o direito dos quintos, cuja importância era recolhida a um cofre, fechado a três chaves. Essas chaves ficavam em poder do provedor, do secretário e do tesoureiro, de modo que o cofre não poderia ser aberto senão em presença dos três funcionários.

Podiam, depois de assim legalizadas, correr as barras de ouro nos mercados. Chamava-se *ouro quintado.* Em outras condições, possuir ouro era um crime gravíssimo. As penas contra os contrabandistas (os que vendiam ouro não quintado) eram de extremo rigor: os que vendessem, trocassem, dessem, embarcassem, ou que possuíssem ouro que não tivesse passado pela fundição, sofreriam a pena de morte, com seqüestro dos bens — sendo dois terços dêstes para a Coroa, e um têrço para o denunciante.

Mais tarde, em princípios do século XVIII, modificou-se o regime das minas e todo o serviço. Mas não tiveram grande importância as modificações, consistindo principalmente em assegurar os interêsses da fazenda real.

5. Desde o princípio, quando se fizeram concessões de capitanias, já o Rei, nos respectivos forais, fixara na quinta parte de todos os produtos de subsolo os direitos da Coroa.

A forma de arrecadação, foi sempre muito difícil de regular. Daí o cuidado irritante do govêrno, e os abusos a que davam lugar os processos adotados: tudo com o intuito de coibir as fraudes que se davam, e que eram, apesar de tudo, sempre inevitáveis.

Primeiro, fazia-se a cobrança pelo pêso do metal, deduzindo-se dêle a porção devida ao erário. Só pagava regularmente o impôsto quem queria.

Depois, estabeleceu-se a capitação: isto é, uma certa porção de ouro por escravo ou administrado que o mineiro tivesse em atividade na sua lavra.

Parece que êste sistema foi o preferido pelos mineiros. Pelo menos, quando se quis mudar, fizeram êles grande questão de que fôsse conservado. E até nas Minas Gerais, a instância com que o pediram, degenerou em revolta e motim.

Desconfiou a metrópole de que, se a coisa convinha aos mineiros, não podia por isso mesmo convir ao erário público.

Desde os princípios do século XVIII tratou-se de estabelecer casas de fundição nas diversas zonas mineiras.

Em tôda parte foi isso muito difícil, e só de 1720 em diante é que se foi a muito custo conseguindo.

Êste processo de quintagem vem como grande e único recurso que a insuficiência dos outros meios aconselhava.

Tentara-se, aliás, antes de pôr em prática êste processo, resolver o problema instituindo uma quota coletiva por município, supondo-se que assim se evitariam os dolos e astúcias que burlavam a capitação. Em Vila Rica de Ouro Prêto, resolvera em 1713 uma Junta aceitar o alvitre, oferecido pelos mineiros e com o apoio da população em geral de englobar-se em trinta arrôbas de ouro anualmente a contribuição de tôda a capitania, "contanto que ficasse livre em tôda a colônia a circulação do ouro em pó".

A côrte não sancionou êste alvitre: ou antes, fêz luxo primeiro, para depois sancionar.

Obstinou-se em manter o processo da quintagem.

Êste, no entanto, não era melhor que os outros.

6. O primeiro governador da capitania de Minas (separada de São Paulo) D. Lourenço de Almeida, assim que se empossou do cargo (em 1721) cuidou, de acôrdo com as instruções que trouxera, de organizar definitivamente o serviço da cobrança.

Estudou a questão com calma e prudência, e acabou fazendo, com as câmaras em Junta, um acôrdo, segundo o qual se instituía de uma vez a finta coletiva, elevando-se apenas a 37 arrôbas a contribuição anual.

A côrte ainda fêz luxo. Ordenou que se instalassem as fundições. Estas, com efeito, fizeram subir o quinto do erário a perto de cem arrôbas de ouro por ano. E isso não obstante os descaminhos "que tocavam as raias do escândalo".

Vale-se agora a côrte da sua astúcia. Começa a variar de regime, preferindo o que sabia mais detestado dos mineiros, de forma que êstes fôssem oferecendo sempre mais para evitar medidas que os prejudicassem

Em 1733 ofereceram *cem arrôbas* anualmente, e de ouro quintado, deixando ainda para o Rei "o que nas casas de fundição excedesse à quantidade estipulada".

Agora a côrte aceitou. Dentro em pouco, porém, sabe-se por lá que o ouro "inundava o Brasil". Montavam-se até fundições clandestinas, tanto para reduzir a barras a enorme quantidade de ouro que escapava ao fisco real, como para a cunhagem de moeda falsa.

A côrte alarmada ameaça outra vez os mineiros com a capitação, que, de mau, se tornara afinal bom negócio para ela.

De fato, apesar de todos os protestos e clamores, foi a capitação de novo adotada, e durou até 1751, quando se voltou à quota fixa anual das cem arrôbas.

7. Pode calcular-se em cêrca de 8 a 10 000 arrôbas o ouro que foi para Portugal durante o século XVIII; e portanto, em muito mais de 50 000 arrôbas o ouro que se extraiu das minas do Brasil nesse período. Há mesmo quem calcule em mais do dôbro a totalidade do metal que saiu das lavras.

Não consistiu só em ouro a riqueza mineral que se explorou durante o período da colônia.

A prata foi também desde princípio objeto de insistentes pesquisas, até fins do século XVII, quando o ouro sobrelevou a tudo, monopolizando o esfôrço do govêrno e das populações. Não é possível, por isso, estimar a quantidade de prata que se haja extraído.

Das próprias pedras preciosas, a que concorreu com o ouro, na cobiça geral, foi a esmeralda; e isso devido às lendas que se espalhavam sôbre as fantásticas proporções em que se encontrava êsse mineral no interior. Como se sabe, nenhum proveito deu.

Mesmo o diamante, só veio a pesar na economia da colônia depois que o ouro começou a escassear (de meados do século XVIII em diante). Foi, aliás, nos trabalhos de mineração do ouro que se descobriram as primeiras pedras, por 1723 ou 1724; e já em 1730 tomava incremento a lavra de diamentes, no distrito de Tijuco (Minas), a futura Diamantina que se tornou tão famosa.

Calculam-se em mais de 3 000 quilos os diamantes que se extraíram até meados do último século.

Outros muitos minerais têm-se aproveitado, e alguns se aproveitam ainda; tais como: variedades de pedras preciosas; o ferro, o mercúrio, o zinco, o estanho, o chumbo, o salitre, a hulha, o manganês, etc.

QUESTÕES CONEXAS: — *A lenda de Robério ou Belchior Dias.* — *As faisqueiras desde o primeiro século.* — *A moeda falsa na colônia.* — *D. Rodrigo Castelo Branco e Borba Gato.*

Transmigrações para Minas Gerais.

Ouro Prêto.

Dom João V.

O REINADO DE D. JOÃO V

1. O reinado de D. João V, sucessor de D. Pedro II, começa em 1706, e termina com o seu falecimento em 1750.

Durante êsses 44 anos ocorrem muitos fatos de que já tratamos, e outros que nos vão dar idéia de como o Brasil ràpidamente se desenvolvia.

Pode-se dizer que foi a época da riqueza e da expansão geral da colônia.

Enquanto refluíam para as regiões das minas, quase em massa, como já vimos, os colonos do litoral, cuidava-se, nesta parte, e com relativo sossêgo, de normalizar os negócios da administração, até ali perturbados por várias causas, cada qual mais difícil de corrigir.

A zona marítima ressentira-se profundamente da defecção de braços devido àquela emigração desordenada para os sertões.

Nas minas, o elemento indispensável era o negro. Os mineiros "compravam negros por todo preço". Desfalcaram-se assim de braços, não só a pequena lavoura, como os engenhos, as fazendas, o trabalho em geral das regiões litorâneas. Colhia-se, portanto, menos algodão e menos tabaco; fabricava-se menos açúcar; e "assim como se fazia menos, também se fazia pior, pois é bem difícil que se ponha cuidado naquilo em que se não põe esperança".

A conseqüência fatal foi o abandono das indústrias à medida que faltavam escravos, ou que os senhores se iam arruinando.

Primeiro procurou o govêrno atalhar o mal impedindo que se deslocasse a escravatura para as minas.

Depois, convenceu-se de que era intúil "aquêle intento de contrariar o curso natural das coisas", e revogou a proibição, "prevalecendo a fortuna das minas à dos engenhos".

2. Nas capitanias que não contavam com o ouro, porém, e que se sentiram assim quase privadas de braços para o trabalho, viram-se as populações na necessidade de remediar o mal suprindo de qualquer modo o desfalque sofrido.

E então é que se viu como aquilo, que parecia uma desgraça aos olhos dos colonos, não foi mais que uma situação momentânea de angústias que apressaria, em vez de retardar, o desenvolvimento geral do país. Quando se sentiu bem, nas suas conseqüências, a falta de gente nas lavouras, e até na faina das praças marítimas, só então é que se foi pensando não

em esperar pela volta dos que tinham saído para as minas, mas, na urgência de atrair gente nova, que viesse reparar os inconvenientes que todos experimentavam.

É assim que de princípios a meados do século XVIII ao mesmo tempo que se ordena melhor a administração, procura-se, com solicitude, não só revigorar o trabalho agrícola e fazer a grande produção como antes das minas, mas ainda criar culturas novas no país, capazes de constituir-lhe tôda a economia interna.

Essa renovação geral se observa melhor nas capitanias do extremo norte, exatamente onde foram mais penosos os dois primeiros séculos da colônia.

O Estado do Maranhão, que se constituíra em 1621, e que depois de restaurado, após um curto lapso, em 1655, se administrou sob êsse regime até 1774, ao entrar o século XVIII continuava a compreender tôda a parte do domínio que ficava fora do Estado do Brasil, e que pela costa se estendia das proximidades do cabo São Roque ao Oiapoc.

Antônio de Albuquerque, que governou o Estado de 1690 a 1701, tinha procurado com esfôrço normalizar a situação, ainda ressentida de tantas lutas em que andara a terra. Quando se retirou para o reino (em junho daquele último ano) deixou o govêrno inteiramente nas mãos de Fernão Carrilho; e êste começou provocando guerra com o gentio aruã (da ilha de Marajó).

Assumiu o govêrno (em julho de 1702) o governador nomeado, D. Manuel Rolim de Moura Tavares. Meteu-se êste em luta com o Ouvidor-Geral. O resultado foi ser destituído do cargo afrontosamente, sucedendo-lhe depois de uma interinidade o mestre de campo Cristóvão da Costa Freire, senhor de Pancas (em 1707).

E' com êste que começam a regularizar-se os negócios da administração, e a fazer-se mais ordem nas duas capitanias, onde se havia passado perto de um século de contínuas discórdias e motins.

Para que se iniciassem novas normas, e se prevenissem casos de conflitos entre governadores e autoridades judiciárias, começou a metrópole por discriminar precisamente a jurisdição dos dois poderes, e fixando relações entre Câmaras e juízes, entre juízes e governadores, entre êstes e Câmaras.

É portanto, com o reinado de D. João V que se abre êste período de reformas.

3. Alheio, pois, ao que se passa no Sul, onde as minas alteram tôda a vida dos colonos, cuida agora de si com solicitude própria o Estado do Maranhão. Desassombrados de dissenções; postas em ordem as coisas da justiça; regularizados os negócios administrativos, procuram os governadores do Estado atrair imigrantes; chamar as tribos indígenas que viviam

mais afastadas, ou que se mostravam mais refratárias; desenvolver várias indústrias pela criação de grandes emprêsas que as fizessem com mais proveito para a economia da terra.

O problema de que mais se cogita naquela vasta seção do país é o da conquista do Amazonas, cuidando-se de fundar colônias, arraiais e reduções como postos avançados em tôda a extensão da imensa bacia.

Ao mesmo tempo, continuava a ação dos portuguêses para leste, onde a criação, nas grandes fazendas do Piaui, tomou extraordinário incremento.

Em 1718 sucede no govêrno, a Costa Freire, o ilustre Bernardo Pereira de Berredo, muito conhecido, menos por esta circunstância, do que pelo fato de ter sido um dos mais interessantes cronistas do Maranhão.

Sucedem-se vários governadores até 1737, quando passou a sede do govêrno para a cidade de Belém, ficando o Maranhão como capitania subordinada até 1774.

Incontestàvelmente muito se fêz naquela porção do domínio durante êste período.

Os colonos do Pará, por meados do século, percorriam o Amazonas e os seus grandes afluentes em tôdas as direções. Estavam em relações com Mato Grosso, pelo Madeira, o Tapajós, o Xingu; com Goiás, pelo Tocantins; com os espanhóis da Venezuela, pelo rio Negro e o Orenoco; e até com o Peru, por grande número de rios.

Da prosperidade em que ia o Estado do Maranhão dá idéia a cidade de Belém naquele tempo. "Quando ali chegou, vindo de Quito", La Condamine (1743), sentiu impressão de "como se o tivessem, diz êle próprio, transportado para a Europa, vendo-se numa cidade grande, de ruas regulares, casas alegres, construídas de pedras, tanto cantaria como alvenaria, e magníficas igrejas. No decorrer dos trinta anos precedentes, fôra ela quase inteiramente reedificada, substituídas as antigas habitações por maiores, mais cômodos e mais sólidos edifícios. Descortinado o país, e convertido em campos o que fôra matagal fechado, melhorara tanto o clima (tão pernicioso para os primeiros colonos) que, mais do que qualquer das capitais do Sul, se tornara salubre aquela cidade".

4. O Estado do Brasil compreendia tôdas as capitanias do Rio Grande do Norte, ou do Ceará, até o extremo sul. A situação do Ceará, durante muito tempo, foi curiosa: andava entre os dois Estados, compreendido, ora no do Maranhão, ora no do Brasil, ficando afinal subalterna dêste definitivamente.

O Govêrno-Geral era isso quase só de nome. Da Bahia a ação administrativa dos governadores pouco se fazia sentir: quase que se limitavam êles a representar a soberania da metrópole.

Não se desapercebeu dêsse defeito o govêrno português; mas receava armar demais os seus delegados em terra tão vasta e rica, e tão afastada das vistas do poder soberano.

Daí as incongruências, as contradições, a instabilidade com que se regula a política e administração da colônia, separando hoje governos para os reunir amanhã; fazendo independentes entre si Estados do mesmo domínio, e que precisavam de viver amparando-se e socorrendo-se mùtuamente; declarando subalternas do Govêrno-Geral capitanias que tinham sido autônomas, e vice-versa; às vêzes, na mesma capitania, provendo agora um capitão emancipado do centro ou isento de homenagem, e logo mais, pondo um outro sujeito à Bahia, ou mesmo a uma capitania geral.

Tudo isso está dizendo que a preocupação (e durante todo o período colonial) era impedir o que desde cedo pareceu inevitável aos que melhor viram as coisas, isto é, o afrouxamento dos vínculos que prendiam a colônia à metrópole, e a tendência para união e concêrto entre os diversos núcleos mais densos.

Em tais condições, cada capitania aprende, antes de tudo, a cuidar de si, disputando diretamente na côrte as medidas particulares que lhe interessam. O govêrno da Bahia não é muito mais que um intermediário entre as capitanias e a metrópole.

5. O Estado do Brasil continuou até depois de meados do século XVIII, quase sempre dividido em duas Repartições Administrativas. A do Norte, compreendia as capitanias do Ceará para o sul até Pôrto Seguro, e tinha sede na Bahia.

Tôdas as capitanias da Repartição do Norte, durante o período de que nos ocupamos, normalizaram a sua administração própria, e desenvolveram-se lentamente, mas com segurança, fundando a sua economia geral, tôdas elas, nas grandes indústrias que tinham criado (principalmente o açúcar, o algodão e o tabaco).

E' a Repartição do Sul, com sede na cidade do Rio de Janeiro, que assume excepcional importância neste período, e mesmo durante todo o século XVIII. Compreendia tôda a seção do país do Espírito Santo para baixo.

A antiga capitania de São Vicente havia desaparecido. Todo o seu imenso território (juntamente com o da capitania de Pêro de Góis) ficara sob o govêrno do Rio até princípios do século. E' nesse território que durante o reinado de D. João V se vão formar quatro capitanias gerais, independentes (quase que só de nome, é exato) do govêrno do Rio. Primeiro, em 1709, a situação das Minas aconselhara a separar do Rio a capitania de São Paulo e Minas. Alguns anos depois, em 1720, discriminaram-se as capitanias de São Paulo e de Minas Gerais.

Mesmo assim desfalcada, continuou a de São Paulo a ser das mais vastas divisões administrativas do domínio, compreendendo todo o território dos confins meridionais, e os imensos distritos, onde só em 1748 se criaram as novas capitanias de Goiás e de Mato Grosso.

Os governos de tôdas essas circunscrições continuaram a ser subalternos, primeiro do Govêrno-Geral, e depois de 1733, do govêrno do Rio, com jurisdição em tôda a Repartição do Sul.

6. A capitania de São Paulo e Minas do Ouro teve apenas três governadores: Antônio de Albuquerque (1710-1713), D. Brás Baltasar da Silveira (1713-1717) e D. Pedro de Almeida, Conde de Assumar. Passou êste (1721) a administração a D. Lourenço de Almeida, que foi o primeiro governador de Minas Gerais como capitania independente.

A função mais delicada de D. Lourenço de Almeida consistiu em sossegar a população, em cujo ânimo subsistiam as conseqüências de cêrca de quinze anos de desordens. E agiu com tanta prudência e tino que conseguiu afinal o intento que fôra causa de todos os motins: a instalação das fundições para a quintagem do ouro.

A D. Lourenço de Almeida, que passou à história como tipo de administrador, sucede (1732) o Conde das Galveas (André de Melo e Castro). Foi êste que, em contrário às ordens da côrte sôbre a capitação, assentou com os mineiros em continuar a arrecadação pela quintagem.

Ao Conde das Galveas sucede (1735) Gomes Freire de Andrada.

Viera êste (futuro Conde de Bobadela) como Capitão-General e Governador da Repartição do Sul, "acumulando" o govêrno de São Paulo e de Minas Gerais. Era um processo de disfarçar a reunião de todo o Sul sob um só govêrno. Exagerou-se ainda o despropósito dando ao Capitão-General aquêle penoso encargo que lhe deram lá no Sul. Em suas ausências "nas várias sedes do seu govêrno", deixava Gomes Freire em cada uma o seu locotenente.

Prestou êste homem ao Brasil os maiores serviços durante quase trinta anos (de 1733 a 1763) e foi o último governador da Repartição do Sul.

Instala (1721) a administração de São Paulo o operoso Rodrigo César de Menezes. E' no tempo dêste governador que se revelam as minas de Cuiabá, e em seguida as de Goiás. No intuito de regular a ordem e os serviços naqueles novos descobertos, partiu o próprio Governador para os sertões, levando consigo alguma tropa e grande comitiva; e ao cabo de longa jornada de mais de quatro meses, chega a Cuiabá pelos meados de novembro (1726).

Continuam as incoerências da metrópole nas medidas com que regula a administração de São Paulo, ora fazendo-a capitania independente, ora tornando-a subalterna do Rio; até que em 1765 foi restaurada a capi-

tania geral, sob o govêrno de Luís Antônio de Sousa Botelho e Mourão, Morgado de Mateus.

7. Durante o período de que nos ocupamos nesta lição, toma a cidade do Rio de Janeiro tão rápido incremento que fácil seria prever como em breve se tornaria a grande metrópole do Sul.

Já vimos como em 1713 passara Antônio de Albuquerque a administração a Francisco de Távora. Depois dêste, sucedem-se alguns governadores até 1733, quando se opera uma nova reforma na administração do Estado do Brasil. Como já vimos, vem Gomes Freire investido de autoridade geral em todo o Sul, sobrecarregado, portanto, do govêrno, primeiro de três, e mais tarde, de cinco vastas capitanias, e ainda dos novos distritos que se foram criando nos confins com o domínio de Espanha.

O que mais prende agora os negócios da Repartição do Sul, as atenções da côrte portuguêsa, são as colisões em que se puseram os colonos limítrofes dos dois domínios desde os primeiros tempos da conquista, mas principalmente depois da restauração da soberania de Portugal em 1640.

Assim que se fizera a paz entre as duas Coroas (1668), sentiu, mais premente ainda, o govêrno de Lisboa, a necessidade de assegurar no Sul os interêsses do seu patrimônio.

Para isso mandou criar (em 1680), à margem esquerda do estuário platino, a Nova Colônia do Santíssimo Sacramento.

E desde então, durante mais de um século, nunca mais se descansou de lutas lá no Sul.

Pode dizer-se que o mais que secular litígio só veio a cessar depois da nossa independência (em 1828, com a constituição da República Oriental do Uruguai).

Como teremos de tratar especialmente dêste ponto da nossa história em outro capítulo, basta assinalar aqui que todo o reinado de D. João V agüentou com as maiores vicissitudes do pleito, e tendo-o deixado ainda sem solução definitiva.

QUESTÕES CONEXAS: — *Relações de Mato Grosso com o Pará. — A Inquisição no reinado de D. João V.*

XIV

D. JOSÉ I E O MARQUÊS DE POMBAL

SUMÁRIO: — As fronteiras. — Solução do litígio. A obra do Marquês de Pombal.

AS FRONTEIRAS

1. Desde princípio fàcilmente podiam prever-se as complicações que sobreviriam entre súditos de Portugal e de Espanha em tôda a América do Sul, partilhada exclusivamente entre as duas Coroas da Península.

Nem era só a enorme extensão de território, cujo domínio disputavam as duas monarquias, o que tinha de tornar penoso o encontro de dois povos, que, embora irmãos pelo sangue, tão separados andavam por idéias de preeminência e preconceitos nacionais: era principalmente a dificuldade de estabelecer e demarcar limites entre conquistas que os tratados não tinham fôrça de regular. Por mais que se pretendesse fixar diplomàticamente os contérminos dos dois domínios, na prática nada valeram os convênios, antes que os próprios colonos tivessem, de uma e de outra parte, feito a sua obra de ocupação.

O que, portanto, se vai dar no continente, desde que se instala a administração até os fins do período colonial, explica-se como conseqüência da situação em que se viram aqui espanhóis e portuguêses, incitados a fazer, cada um por si, o mais que pudessem no empenho de ampliar o respectivo patrimônio.

Andaram, por isso, em tôda parte, como concorrentes um diante do outro, adiantando-se, investindo-se, pondo-se em guerra quase contínua durante perto de três séculos.

Naturalmente, deviam ocorrer no Sul os primeiros conflitos, pois é por esta parte que penetram no interior os pioneiros da conquista na América oriental.

Distraídos com o Peru, pouco estenderam, a princípio, a sua ação para o Norte, os espanhóis que entraram pelo Prata; de modo que mais tarde, quando se aperceberam da desídia, e intentaram salvar ao menos uma grande porção da bacia platina, de direito pertencente à Espanha, já se

viram na contingência de enfrentar os paulistas, que em todo o interior os haviam precedido.

2. Desde os primeiros tempos disputavam os portuguêses, como limite sul, a parte oriental da bacia do Prata. Depois que celebrou (1668) a paz com a Espanha, cuidou Portugal de garantir o que julgava direito seu, mandando fundar (em 1680) a Nova Colônia do Santíssimo Sacramento, à margem esquerda do estuário.

Protestou contra isso o govêrno de Buenos Aires, D. José de Garro, e intimou os portuguêses a retirar-se dali. E como D. Manuel Lôbo (Governador da Repartição do Sul), que fôra fundar a Colônia, a nada atendesse, investiram a praça os espanhóis e a tomaram.

Prepara-se Portugal para a guerra, e a Espanha acede em restituir-lhe a Colônia (1681) provisòriamente, até um concêrto definitivo. Em 1701 (pelo tratado de 18 de junho) foi a restituição confirmada, e reconhecido o direito da Coroa portuguêsa à margem setentrional do Prata.

Durante mais de vinte anos estiveram os portuguêses na posse de Sacramento, e deram-lhe grande impulso como núcleo de povoamento e de fôrça.

Mas, logo depois do último tratado sobrevém nova tormenta com a sucessão de Espanha: os espanhóis acodem a sitiar a praça; e ao cabo de muitas lutas, evacuam-na os portuguêses.

Ao liquidar-se, porém, a Guerra da Sucessão, pelo tratado de Utrecht (6 de fevereiro de 1715) é outra vez a Colônia do Sacramento restituída a Portugal; e agora com a cláusula expressa de que, "quaisquer que fôssem os títulos de domínio que a Espanha pudesse apresentar sôbre as terras da Banda Oriental do Uruguai, considerar-se-iam nulos e sem efeito, para se respeitarem como pertencentes à Coroa portuguêsa as ditas terras".

Reocupou a Colônia o govêrno português (1716).

Passados outros quase vinte anos de posse, é a praça atacada por D. Miguel de Salcedo (em 1735): durou agora o cêrco perto de dois anos de refregas contínuas em terra e no mar.

E só se suspendem armas quando (em 1737) resolvem as duas côrtes tratar da paz, ordenando logo que cessassem as hostilidades na América.

3. Dir-se-ia que os contendores estavam fatigados; e que, não querendo perder aquêle ensejo das boas relações em que estavam agora as côrtes de Lisboa e de Madrid, ambos se dispunham a encerrar de uma vez aquêle tão longo período de contendas insolúveis. Tanto mais que para isso poderiam servir-se ainda dos bons ofícios da Inglaterra, da Holanda, e principalmente na França.

Mesmo sacrificando cada uma das partes alguma coisa, era preciso resolver semelhante questão. E como ela terá de afetar diretamente as po-

Dom José I.

Planta da Colônia do Sacramento.

Paisagem do Amazonas.

pulações da América, interessadas na forma do acôrdo, qualquer que venha esta a ser, tratam as duas côrtes de tudo fazer muito em segrêdo e com muita cautela: sem que, no entanto, nenhuma delas renuncie ao desejo de aproveitar-se, cada vez com mais finura, uma da cordialidade da outra. Pelo Contrário, estão muito suspeitosas, prevenidas e alertas, vigiando-se mùtuamente, inquirindo-se, sondando-se, não só por desconfiança, como pelo empenho, em que ambas estão, de tirar cada uma o melhor partido da sua astúcia.

Nos têrmos do convênio de 1737, nomearam-se os representantes dos dois soberanos, cada qual com os seus indispensáveis auxiliares. Da embaixada portuguêsa fêz parte, entre outros conselheiros, o notável Alexandre de Gusmão, filho de Santos, e a quem se deve, em grande parte, a conclusão do tratado nas condições em que foi feito.

Entraram os espanhóis em negociações, animados de salvar agora sôbre a conquista portuguêsa, o que êles julgavam direito seu. Para sustentar a posse da margem setentrional do Prata, invocavam os representantes da Espanha o tratado de Tordesilhas. Se vingasse essa pretensão, teriam as fronteiras do domínio espanhol de afastar-se tanto para o oriente que viriam a abranger quase tôda a conquista portuguêsa no interior.

Mas a êsse intento rebateram os delegados de D. João V, fazendo ver que a ratificar-se aquêle tratado, já esquecido, aliás, por muitos atos, também os limites de Portugal na Asia haveriam de alcançar as Molucas e até as Filipinas...

Bastou isto para desiludir os espanhóis. Assentou-se então, preliminarmente, em declarar sem efeito, não só o tratado de 1494, como os demais tratados, convenções e acordos que até ali se haviam celebrado, e adotar como regra, para a fixação dos limites entre os dois domínios, a conquista e ocupação efetiva.

4. Daí por diante tudo foi fácil. A fronteira que se convencionou começava junto à ponta de Castilhos Grandes, na atual costa uruguaia, e daí seguia mais ou menos a linha divisória que a tradição já havia estabelecido.

As alterações fundamentais consistiram principalmente, no Sul, na cessão, que Portugal fazia à Espanha, da Colônia do Sacramento e "todo o território ao norte do Prata até o ponto onde agora se acordava que principiaria a divisa, com todos os estabelecimentos que ali se achassem, renunciando todos os direitos à navegação daquele rio".

Como compensação, cedia a Espanha a Portugal, além de outras terras de que estava de posse até às cabeceiras do Ibicuí, todos os estabelecimentos que os espanhóis tivessem formado no ângulo entre a margem setentrional do mesmo Ibicuí e a oriental do rio Uruguai (Missões Orientais).

No Norte, continuaria a fronteira pelo Guaporé, seguindo depois pelo Mamoré até entrar no Madeira, e por êste "até meio caminho entre o Mamoré e o Amazonas"; e dêsse ponto, por uma reta leste-oeste, até encontrar o Javari.

E' esta a linha média do Madeira, que o tratado de 1867 deslocara para a foz do Beni, e que veio a ser motivo da questão que teve o Brasil, no início do século atual, com a Bolívia. Como se sabe, proveio o litígio de entenderem uns que, em vez de considerar-se, segundo opinião de outros, como paralela ao equador a linha deslocada (até encontrar ou a nascente principal, ou o meridiano da nascente do Javari) de entenderem os primeiros, dizemos, que essa linha leste-oeste passaria, nos têrmos do referido tratado de 1867, a ser oblíqua para ir encontrar a nascente do Javari onde ela estivesse.

A não ser nesses pontos, fixava o tratado de Madrid (13 de janeiro de 1750) como linha de fronteira, a que já era conhecida e respeitada entre os colonos.

5. Menos fácil que o ajuste foi a execução do tratado.

No mesmo ano em que êste se assinara, falecia D. João V (a 31 de julho de 1750), subindo ao trono D. José I. Entrega êste o govêrno do reino a Sebastião José de Carvalho e Melo, depois Conde de Oeiras, e por último Marquês de Pombal.

Começou êste entrando em novos acordos com a côrte de Madrid para regular a execução do tratado, "e o modo de dissipar quaisquer dúvidas e esclarecer a inteligência das suas disposições".

Nomeiam as duas côrtes os respectivos comissários, que devem fazer em conjunto a demarcação. Foram duas as comissões mistas: uma que devia entrar pelo Norte e outra pelo Sul devendo ir encontrar-se em Mato Grosso.

Foi nomeado para a do Norte: pela Espanha, D. José de Iturriaga; e pela corôa portuguêsa, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que governava então o Pará. Para a comissão do Sul nomeou a côrte de Madrid o Marquês de Valdelírios; e a de Lisboa, Gomes Freire de Andrada, que havia uns vinte anos governava a Repartição do Sul.

É agora que se vai ver como era difícil e penoso mudar, só pela fôrça, de uma para outra soberania, aquêles territórios sôbre cuja troca compensativa se haviam fundado tôdas as combinações.

O território cedido a Portugal, a oriente do rio Uruguai, estava (como observa Southey) ocupado por muitas *reduções* florescentes, onde viviam cêrca de 30 000 índios, já de longos anos afeitos ao regime instituído pelos jesuítas, intermediários entre a selvajaria e a civilização; a maior parte de tais criaturas, como seus pais e avós, numa servidão disfarçada e suave, sentindo-se mais felizes do que na antiga vida das florestas.

Todos êstes índios, com mulheres e filhos, levando as suas criações e o mais que possuíam, tinham de emigrar agora para o deserto, e "não fugindo à escravidão ou ao ferro inimigo, mas obedecendo a uma das mais tirânicas ordens jamais emanadas do poder insensível".

Atribuiu-se o imenso clamor, e por fim o levantamento geral dos índios, aos padres da Companhia; mas a verdade é que não houve alma que ficasse impassível ante o que se pretendia fazer ali no Sul.

Dignos de execração seriam os jesuítas se não clamassem agora. E êles clamaram na sua aflição como sempre faziam, pedindo, suplicando, fazendo sentir aos reis a desumanidade daquela violência.

6. Desde muito antes da celebração do tratado, quando se entrara a discutir-lhe as bases, andavam as Missões em grande alarma. E assim que se teve notícia do que se estipulara quanto aos territórios que se permutavam, começaram a levantar-se clamores por tôda aquela fronteira, e tanto da parte dos jesuítas e dos espanhóis, como da parte dos portuguêses. Enquanto êstes bramavam contra a cessão da Colônia do Sacramento, que tanto sacrifício e tanto sangue havia custado, iam os espanhóis protestando contra a entrega das Missões.

Os comissários das duas côrtes foram, em setembro (1752), encontrar-se nas imediações de Castilhos Grandes, e pelos fins de outubro começaram os trabalhos de demarcação, assentando por ali o primeiro marco.

Até o Ibicuí nada houve de anormal, a não ser o sussurro que lavra por tôdas aquelas paragens, e que aumenta à medida que a comissão se aproxima do território oriental do Uruguai, e que devia mudar de domínio.

No lugar chamado Santa Tecla, aparecem os primeiros índios em atitude hostil, impedindo o passo aos comissários. Os chefes da comissão estavam ausentes. Gomes Freire, ao ter notícia do que se passava, ordenou à sua partida que se recolhesse à Colônia. Reúnem-se, no entanto, em conferência com o Governador de Buenos Aires os dois altos comissários, e resolvem "fazer evacuar pela fôrça" a parte das Missões cedidas à Coroa portuguêsa.

Começam agora os portuguêses a desconfiar da sinceridade dos espanhóis. O Marquês de Valdelírios vai franco até às deliberações que impunha o caso: quando se trata, porém, de executar, encontra êle sempre algum pretexto para ir protelando ação decisiva. Resolvera-se em maio (1753) fazer pela guerra o que não se conseguia "por meios pacíficos"; e, no entanto, por mais que se esforçasse Gomes Freire, só quase ano e meio depois (em setembro de 1754) é que começaram a mover-se as fôrças de Valdelírios, e "isso mesmo tão lentamente, e tão sem desejo de entrar em campanha, que os portuguêses podiam considerar-se abandonados numa causa que devia correr principalmente sob a responsabilidade da Espanha".

À vista disso, interrompe o comissário português a sua marcha. Espera-se por novas ordens das respectivas côrtes.

7. Passa-se mais de um ano de indecisão; até que as ordens que vêm, tanto de Lisboa como de Madrid, são pela guerra formal.

Põem-se então em marcha os dois exércitos (uns 3 000 homens em globo); entram no território das Missões, e vão varrendo massas e massas de índios insurgidos. Êstes, quando não podem, fogem incendiando as aldeias.

Os índios que fugiam com suas famílias metiam-se nos sertões; e por ali, como se volvessem logo aos velhos instintos, faziam ouvir, ainda estrondoso, o seu grande clamor contra a calamidade que os assalta.

Nada se adiantara, portanto, com a ocupação das aldeias incendiadas ou desertas: o bárbaro, no seu refúgio, tornava-se mais tremendo.

Isso mesmo fêz Gomes Freire sentir aos espanhóis, declarando-lhes que, pela sua parte, retardaria a entrega da Colônia até que êles, pela sua, pudessem entregar-lhe o território das Missões inteiramente pacificado.

O que se passa daqui por diante parece indicar que os jesuítas não tinham perdido o seu tempo na Europa; e também que na côrte de Madrid renasciam esperanças de alcançar tudo que se queria, reconquistando a Colônia do Sacramento "sem prejuízo do território cedido".

O governador então de Buenos Aires, D. Pedro Cevallos, chama a si tôda a questão, e vai, com Valdelírios, a São Francisco de Borja entender-se diretamente com os maiorais dos Sete Povos das Missões.

Quando se esperava que Cevalhos ia arredar todo embaraço ao que se intenta, limita-se êle a colhêr, da própria bôca dos caciques, as mais irrecusáveis provas de que a resistência dos índios se fazia contra o conselho e o esfôrço dos jesuítas.

Naturalmente viram nisso os portuguêses mais uma razão para as desconfianças que já nutriam.

Separam-se, afinal, e retiram-se dali os comissários sem nada haver efetuado.

QUESTÕES CONEXAS: — *A famosa teocracia das Missões.* — *O que fêz a comissão mista do Norte.*

SOLUÇÃO DO LITÍGIO

1. Pode imaginar-se a impressão que vai produzir, na côrte de Lisboa principalmente, a notícia dos acontecimentos que se passavam na América.

Tratou-se, antes de tudo, de desafrontar do revés sofrido a soberania das duas coroas que haviam feito o tratado.

Discutem-se muito, ainda hoje, o espírito com que Sebastião José de Carvalho e Melo teria entrado no govêrno, levando ou não algum plano, ou mesmo alguma prevenção contra os jesuítas. O que se pode, sem risco de errar, admitir como inevitável é que o autoritarismo do ministro por um lado, e por outro o seu espírito liberal, haviam de encontrar-se, mais cedo ou mais tarde, com a vasta e poderosa influência da Companhia na ordem política.

Pelo menos agora, sentiu êle que precisava de desembaraçar o caminho para as grandes reformas que planeava realizar. Não é, aliás, provável que tivesse logo concebido o pensamento de eliminar a famosa milícia. Êsse desígnio lhe veio pouco a pouco, à medida que via o efeito produzido na Europa, e na própria cúria romana, pelos primeiros atos contra os padres.

A comissão mista do Norte encontrara no Amazonas os mesmos, se não maiores óbices que a do Sul. Principalmente lá, assim que se viu a atitude dos índios, nem mais cuidaram da sua função os comissários, senão de coligir documentos (falsos ou verdadeiros) e de formular acusações contra os jesuítas, a cujo ascendente se atribuía a indiferença ou repulsa da parte dos indígenas.

Trata-se primeiro de privar da direção das reduções os religiosos, publicando com êsse fim várias ordens da Metrópole, e até uma bula de 1741, do papa Benedito XIV.

Para ir dando uns ares de grande justiça a isto e ao mais que viesse, era preciso ir aumentando sempra a carga de acusações feitas aos padres, principalmente como escravizadores do gentio e como inimigos da autoridade civil. E então inventavam-se as coisas mais clamorosas contra os catequistas.

Estêve logo, com o que se recolhera no Amazonas e no Uruguai, formulado o grande libelo contra os jesuítas.

E começa a campanha.

2. Em janeiro (19) de 1759, decreta Pombal o seqüestro de todos os bens da Companhia no reino e possessões; e dando por motivo a conjuração de setembro contra o rei, atribuída aos padres.

Pediu-se também ao papa (Clemente XIII) com larga exposição de motivos, providência de escarmento contra a Companhia de Jesus.

Parecia, no entanto, o sumo pontífice mais propenso a conciliar que a punir. Foi profundo e irreprimível o despeito de Pombal, cujo orgulho tanto se lisonjeara com a política de Benedito XIV. Não hesitou em romper com a Santa Sé. E quando sentiu que simples amuos nada valiam, não mais trepidou: expediu ao Núncio Apostólico em Lisboa uma nota intimando-lhe que dentro de quatro dias se pusesse fora do território do reino.

Dali a três dias "celebrava-se o aniversário do frustrado regicídio, publicando-se o decreto de 3 de setembro de 1759, que mandava banir de todos os domínios portuguêses os religiosos da Companhia de Jesus".

Expediram-se imediatamente as necessárias ordens para que em todo o Brasil fôssem presos e expulsos os jesuítas. Em algumas capitanias, foram as ordens cumpridas com incrível brutalidade; em outras foram os padres tratados com misericórdia.

É muito raro (observa Southey) que faltem perversos capazes de executar com ufania, até a última, as piores intenções de um poder injusto e tirânico. Em tôda parte, os mais curiosos incidentes iam celebrando aquela medida de violência, que muita gente via, com mais incredulidade que espanto, executar com tanto rigor; devendo notar-se que mais ostentosa era a alegria e o acinte entre o clero secular do que entre a população.

Nos portos do reino, baldeavam-se os padres para outros navios, sem consentir-se-lhes pôr pé em terra, e eram logo remetidos para os Estados Pontifícios, "sendo lançados à toa nas praias".

Vitorioso naquele golpe de temeridade, "prossegue Pombal no seu intento de destruir a Companhia de Jesus. A sua tenacidade fêz mais do que conseguir que a côrte de Espanha lhe secundasse a audácia naquela obra: em tôda a Europa chegara êle a criar tal atmosfera de aversão e horror à gloriosa milícia que em 1773, atendendo a reclamos de tôdas as potências católicas, deu Clemente XIV a famosa bula *Dominus ac Redemptor*, suprimindo, "a bem dos interêsses da Igreja e da paz da Cristandade", a Ordem malsinada.

3. Enquanto se cuidava de perseguir os jesuítas, agravavam-se as coisas na América. Parecia mesmo que a côrte de Madrid se aproveitava das complicações em que se achava o govêrno de Lisboa para tirar todo partido da sua astuciosa política em relação, principalmente, à fronteira do Sul.

O governador D. Pedro Cevallos (que estava perfeitamente instruído dos intentos da sua côrte) só esperava pelo rompimento da guerra na Europa; e assim que teve notícia (1762) de que os espanhóis haviam invadido o reino, cuidou de tomar posições no Sul para a nova fase em que necessàriamente tinha de entrar a questão de limites. Pelos fins de outubro (do mesmo ano) apoderava-se êle da Colônia. E logo depois entrava na capitania do Rio Grande, ocupando-lhe algumas praças de maior importância.

Acabava êle de ufanar-se de tais façanhas quando se recebem avisos de que as duas côrtes haviam entrado em concêrto para estipular que nos respectivos domínios americanos voltaria tudo ao estado em que se achava antes da guerra.

Cevallos, cujo intuito não dissimulado era habilitar-se a forçar solução favorável à Espanha, restituiu aos portuguêses a Colônia, mas recusou-se a entregar-lhes o que havia ocupado no continente do Rio Grande. E isso fêz êle com o apoio expresso do seu govêrno.

Mas, enquanto se fazia isto na América, ia Pombal tomando na Europa a direção dos negócios com a côrte de Madrid. Conseguiu retirar Cevallos do govêrno de Buenos Aires, vindo em lugar dêle um homem de espírito mais conciliador (Francisco de Paula Bucareli y Urzúa). E dentro em pouco estavam as duas côrtes congraçadas na sua política contra os jesuítas.

Tentam então, os portuguêses, fazer aos espanhóis o que êstes lhes haviam feito: reconquistar, mesmo, em paz, as posições do Rio Grande. Os ocupantes, porém, resistem; e ficam por ali durante alguns anos os dois partidos em guerra.

Vem para Buenos Aires um novo Cevallos (D. Juan José de Vértiz y Salcedo). Ancioso êste por dar provas de si, põe-se à frente de 600 homens, e invade o Rio Grande pela campanha; mas achando os portuguêses apercebidos, disfarça os seus intentos e volta para Buenos Aires.

Não era possível, porém, viver-se naquela contingência de perigos: sem se esperar mais por ordens das respectivas metrópoles, enquanto os espanhóis se fortificam no Rio Grande, resolvem os portuguêses expeli-los dali. Desde fins de 1775 que anda a campanha tôda em alvoroços e alaridos de guerra.

4. Começaram os portuguêses investindo (fev. 1776) as posições que protegiam a vila de São Pedro, onde estavam os espanhóis. Ao cabo de três horas de combate, retira-se da ação a esquadrilha portuguêsa, com perda de dois navios.

Celebraram os espanhóis êste desastre com grandes festas.

Mas, daí a pouco mais de um mês (a 1 de abril) desembarcam duas divisões dos nossos, e vão tomando tôdas as baterias do inimigo, e por último a própria fortaleza da barra. Na noite de 2 de abril os espanhóis evacuavam a praça.

Enquanto isto se passava na América, acedera lá na Europa a côrte de Espanha em entrar com a de Lisboa em concertos muito segura de que "serrava de cima", estando (como tinha estado) de posse das suas posições no Rio Grande.

A notícia de expulsão dos espanhóis foi chegar a Madrid, encontrando já feito o ajuste para a suspensão de hostilidades na América. Pode imaginar-se a impressão lá produzida!

Julga-se a Espanha ofendida na sua honra nacional, e prepara-se com grande indignação para desafrontar-se pelas armas.

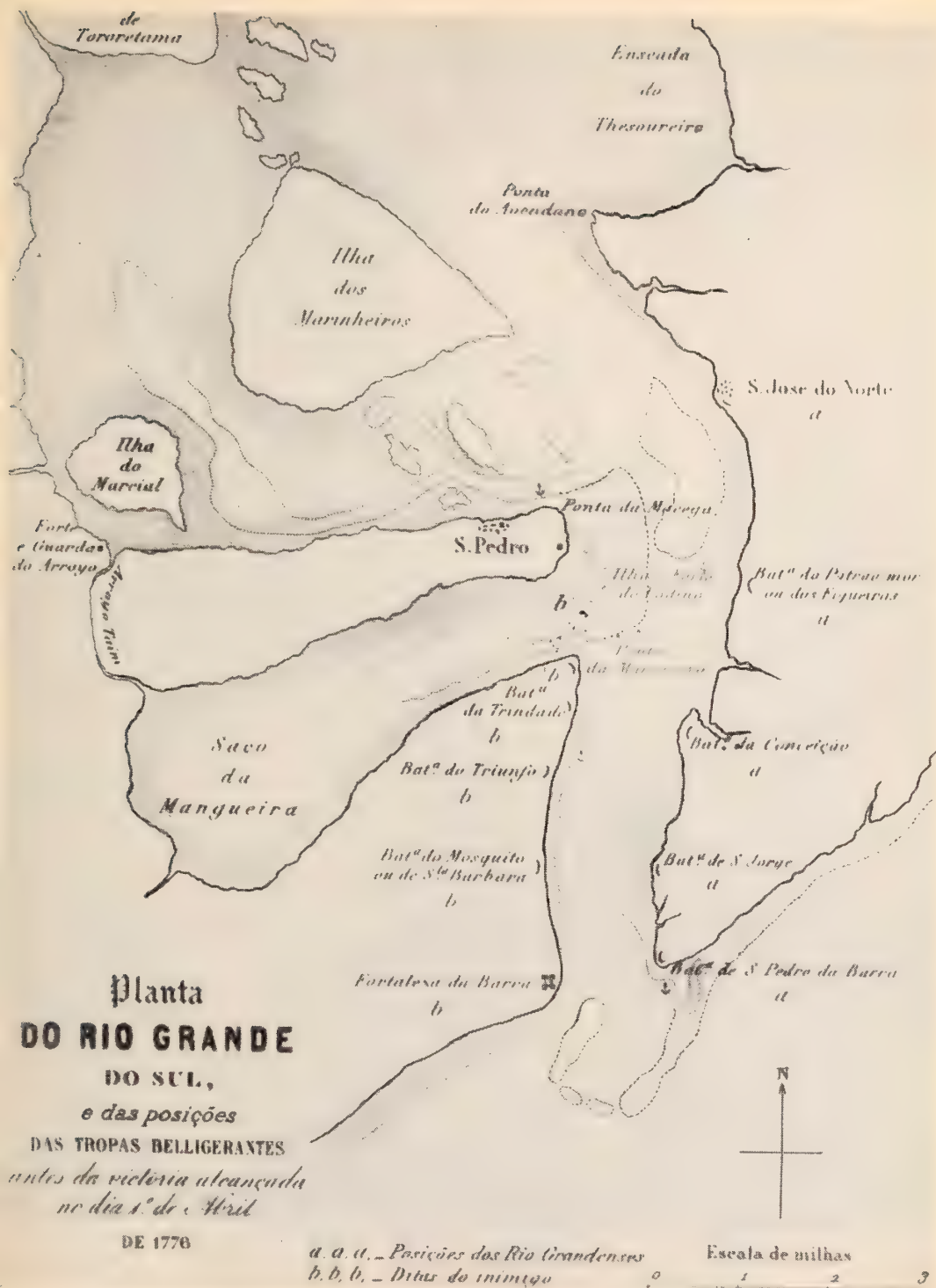
Vem com efeito uma forte expedição às ordens do temeroso D. Pedro Cevallos, agora como Vice-Rei de Buenos Aires.

Desembarcam os espanhóis na enseada de Canavieiras, e tomam logo a vila do Destêrro. Ordena então o Vice-Rei ao governador Vértiz que de Buenos Aires partisse contra o Rio Grande com tôdas as fôrças que pudesse reunir, enquanto êle próprio atacaria os portuguêses pelo lado do norte e por mar.

O plano de Cevallos, era, pois, tremendo. Mas uma tormenta lho burlou. Teve êle de mudar de estratégia. Investiu e tomou a Colônia do Sacramento; e estava em vésperas de marchar sôbre o Rio Grande, quando despachos da Europa vieram esfriar-lhe o entusiasmo. O falecimento de D. José I e a queda de Pombal mudaram inteiramente o ânimo da côrte, e cuidou-se de entrar às boas com a Espanha para pôr fim de uma vez à questão de limites na América.

Celebrou-se, então, o tratado de Sto. Ildefonso (1.º de outubro de 1777). Por êsse tratado, perdia a Coroa portuguêsa, não só a Colônia, como as Missões Orientais do Uruguai, o território ao norte de Castilhos Grandes até a lagoa Mirim e as vertentes desta, recuando-se a fronteira para o rio Piratinim, alcançando-se o rio Uruguai sòmente junto à foz do Pepiri-Guaçu, assim mantendo os espanhóis, como seu exclusivo, o tráfego fluvial do Prata e do Uruguai.

5. Fazer semelhante convênio decerto que não custou; mas executá-lo é que era um pouco menos fácil. Vieram os comissários das duas côrtes; e iam, a despeito de tôdas as complicações, dando conta da tarefa, quando se tem notícia de nova guerra na Europa, em 1801, havendo já os espanhóis invadido o reino e tomado Olivença e Portalegre.

Mal se imagina a alegria dos rio-grandenses ao saberem agora que iam fazer pelas armas o que não tinham podido fazer pelos tratados.

Planta do Rio Grande do Sul.

Marquês de Pombal.

Como estavam em deploráveis condições as tropas de linha no Rio Grande, apelou o Governador (Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara), para a população; e dentro de poucos dias tudo se remediava, formando-se um exército de 1 500 homens, que marchou logo para as fronteiras dividido em dois corpos. Ao mesmo tempo, em tôdas as povoações, organizaram os próprios moradores, espontâneamente, companhias de assalto que varejavam a campanha, surpreendendo postos de vigia e guardas avançadas do inimigo.

Sentindo todo êsse alvorôço, abandonam os espanhóis as suas posições, e concentram-se na vila fortificada do Cêrro Largo.

Ali os foi atacar o coronel Manuel Marques de Sousa, e os rendeu.

Enquanto as armas regulares alcançavam esta vitória contra os espanhóis, uma conquista de muito maior importância faziam para a monarquia uns quantos aventureiros.

Como vimos, o tratado de Sto. Ildefonso despojara a Coroa portuguêsa de vantangens que ela já havia assegurado, de fato por esfôrço de seus súditos, de direito por anteriores convênios. Conseguira a Espanha o que nunca dissimulara ser o seu intento, mesmo depois de haver assinado o ajuste de 1750, isto é, ficar com a Colônia e com as Missões.

Sujeitara-se a isso a côrte de Lisboa como único meio de conjurar os grandes perigos que a ameaçavam.

6. Logo, porém, que a tormenta abrandara um pouco, foram todos apercebendo-se de quanto era prejudicial e humilhante para os portuguêses o que se fizera em 1777.

Sem perder esperança de reparação, começou-se logo a pensar naquilo como um problema.

Soube-se afinal que os próprios índios das Missões, agora despeitados contra os espanhóis, estariam dispostos a aceitar o domínio dos portuguêses, e até a auxiliá-los na conquista do território. Tanto bastou para que ninguém mais hesitasse. As próprias autoridades tiveram intruções reservadas para se ocuparem daquele intento de recuperar o que fôsse possível das perdas sofridas. Recomendava-se muita diligência, e sobretudo muita cautela.

E tudo se fêz sob reserva, com fina tática e perfeita segurança.

Entre os voluntários que em 1801 se apresentaram ao governador Veiga Cabral, houve um estancieiro, o capitão Manuel dos Santos Pedrosa, que obteve licença para fazer, por sua conta, o corso na campanha, assim que se declarasse oficialmente a guerra. Saiu com efeito êste Pedroso com uma quadrilha de quarenta homens, e logo tomou a guarda espanhola de *São Martinho*, pondo em fuga os contrários.

Era a porta para as Missões.

E' por ali que se vai começar a obra planeada.

Aparecem neste momento dois aventureiros que vão fazer-se os heróis daquela reivindicação: José Borges do Canto e Gabriel Ribeiro de Almeida.

Organizam êstes uma nova quadrilha, e partem de *São Martinho* rumo das antigas aldeias do Uruguai.

Logo no primeiro dia, ao cabo de longa marcha de umas dez léguas, tomaram à noite, de surprêsa, outra guarda espanhola, a de *São Pedro*, onde se refizeram de montaria.

Para que se faça idéia da temeridade desta gente, é preciso saber-se que as reduções, desde a expulsão dos jesuítas, estão sob o govêrno de um chefe civil havendo em cada uma delas um destacamento permanente de milicianos, mais ou menos forte, conforme a importância da povoação.

Parece que a Espanha queria precatar-se contra possíveis emergências futuras. Todo o território está cheio de espanhóis, que por ali fazem os seus negócios.

Do regime das reduções conservara-se muita coisa que se reconhecera de proveito; como, por exemplo, a obrigação, imposta aos índios válidos, de tomar armas sempre que fôsse necessário defender as autoridades da Espanha.

Não contam mais os espanhóis com o ascendente dos padres; mas confiam no ódio inveterado do índio ao português.

Por outro lado, também é certo que os espanhóis não se têm feito, mais que os seus concorrentes, estimar pelos indígenas. Referem mesmo alguns autores que o novo sistema a que estão sujeitos os índios é tão duro que as pobres populações suspiram por alguém que as liberte.

Não é de crer, no entanto, que chegasse a pôr em risco a defesa dos espanhóis uma angústia de bárbaros que parece tão resignada com a sua sorte, pois não consta que se revelasse até agora por nenhum clamor contra a opressão.

Seja como fôr, o que explica a audácia daqueles homens, que se atrevem a invadir assim o território inimigo, é em grande parte a astúcia com que ali entraram, dizendo-se desertores, até o momento de se fazerem fortes para marchar em tropel de guerra.

Naquelas aldeias estão todos desapercebidos, muito certos de que só o Rio Grande entretém agora espanhóis e portuguêses.

A tudo isso, como à instantaneidade dos golpes e ao valor daqueles heróis, tem de atribuir-se a inverossímil fortuna com que realizaram aquilo mesmo que dois exércitos aliados não tinham podido realizar quarenta e tantos anos antes.

7. Ao terceiro dia de marcha, surpreenderam os invasores uma patrulha inimiga, que se rendeu sem resistência. No outro dia, chegaram ao pôsto

de *Santo Inácio.* Ali souberam que numa certa paragem se principiara um acampamento, onde se reunia e disciplinava gente que devia vir de Assunção e de aldeias do outro lado do Uruguai; e que essa gente se destinava a "marchar logo contra os domínios de Portugal"...

Deliberaram Borges do Canto e Gabriel de Almeida assaltar aquela posição. Puseram-se em caminho, e foram, na calada da noite, investir aquêle acampamento, onde se lhes entregaram uns 400 homens (100 espanhóis e 300 índios).

Com muita habilidade conseguiram incorporar na legião vitoriosa aquêles 300 índios, e marcharam imediatamente sôbre *São Miguel,* que era como capital das Missões. Puseram cêrco ao pôsto, por ser impossível tomá-lo de assalto, pois estava bem fortificado e fartamente guarnecido.

O sítio foi uma providência feliz; pois assim que pelas vizinhanças correu a notícia do intento dos portuguêses, começou a afluir gente ao campo dos agressores, e em tal porção, que à noite contavam êstes com mais de 1 000 índios debaixo do seu comando.

Ao cabo de três dias, capitulou o Governador do território, retirando-se, com os seus 200 homens de guarnição, para o outro lado do Uruguai. À posse da Capital seguiu-se a rendição dos outros povos.

Fizeram então, os dois caudilhos, publicar em tôda parte que por ali "havia cessado o domínio de Espanha".

Quando chegou ao Brasil a notícia da paz assinada em Badajós (6 de junho de 1801) já estava tudo consumado.

Pretendeu-se anular esta conquista; o Vice-Rei de Buenos Aires clamou longos anos; discutiu-se muito, com tenacidade e paixão; o litígio ficou longe de cessar; continuaram por muitos anos ainda as vicissitudes da diplomacia e os azares da guerra: o que é certo, porém, é que não perdemos de todo os nossos sacrifícios; logramos guardar para sempre as Missões, ressarcindo-nos assim da perda da Colônia do Sacramento.

QUESTÕES CONEXAS: — *A sorte dos padres banidos. — Restabelecimento da Companhia de Jesus.*

A OBRA DO MARQUÊS DE POMBAL

1. O reinado de D. João V fôra talvez o mais pernicioso para a monarquia portuguêsa. O fanatismo do rei e a ignorância da côrte nem ao menos permitiram que em proveito da nação se aplicassem as riquezas fabulosas que lhe iam do Brasil.

Ao falecer, em 1750, deixava o "rei tenebroso", mais ainda exausto de alma que empobrecido, o povo português.

O reinado, que então se inicia, foi uma reação formidável contra aquêle delíquio da raça.

D. José I era uma criatura perfeitamente medíocre, de todo incapaz de ação, e só tendo gôsto para os regalos e as aventuras escusas. Deu graças quando logo encontrou um homem a quem entregar o reino.

Começou o futuro Marquês de Pombal a sua obra com decisão e segurança.

Compreendendo que as minas do Brasil eram das mais diretas entre as causas da situação em que se vêem o país e os seus domínios, reconheceu o grande ministro a necessidade de fundar o ressurgimento da monarquia numa sólida reconstituição econômica, principalmente das colônias, que eram ainda a mais opulenta reserva de fôrças, que se havia tido a fortuna de guardar. E isso é claro que só se conseguiria por um desenvolvimento normal dos próprios recursos, pela criação de indústrias naturais e sobretudo pela restauração do antigo comércio que dera ao reino os seus melhores dias.

Pode-se dizer que se consubstanciava nesses grandes problemas o pensamento com que Carvalho e Melo assume a direção suprema dos negócios públicos, numa fase em que já se previa o decrescimento dos proveitos excepcionais das minas do Brasil, com que tanto se enlevara o longo reinado precedente.

O grande e louvável fim da sua ambição (diz Southey) era o bem da sua pátria, e a restauração, ao menos, da antiga prosperidade da monarquia. Ignorância, superstição, preconceitos rudes e intolerantes, eram os maiores obstáculos que a seus desígnios se opunham; e aquêle que em Portugal tentasse remover semelhantes males (e de chôfre, como entendeu Pombal) contasse como certa com a oposição do clero (e da nobreza tradicionalista e emperrada).

E foi isso o que êle planeou realizar.

2. Mais de cinqüenta anos de idade contava quando entrou para o ministério. Os seus talentos superiores (ainda segundo Southey) depressa lhe valeram o favor do soberano. Sucessos extraordinários vieram logo pôr à prova êsses talentos. E o ascendente que assim alcançou sôbre o ânimo do Rei permitiu-lhe executar, com autoridade absoluta, os seus projetos de reforma.

Infelizmente, não tinha escrúpulos quanto aos meios. Nem lhe fazem decerto injustiça os que o representam como homem de alta visão, mas sem consciência nem humanidade.

Vendo o miserável estado em que tudo caíra em Portugal, convenceu-se que era preciso fazer uma renovação instantânea; e a própria índole o levou a medidas audaciosas e violentas. Embora dissessem os seus inimigos que êle primeiro agia e depois é que pensava, o que é certo é que perseverou sempre inflexível nos seus desígnios.

Possuía em alta dose o orgulho nacional que distingue os portuguêses, e tinha robusta fé nos seus próprios talentos e fôrça de caráter. "Êsses talentos eram realmente grandes: nem houve jamais quem dêle se aproximasse sem sentir a presença de um espírito potente. Serviu o seu Rei com lealdade e zêlo; amou a sua pátria: e bem lhe iriam todos os encômios se o desejo do bem público pudesse justificar ações decisivamente más e abomináveis. Nesta falsa escusa, entretanto, descansava êle com perfeita serenidade, como Sila, mas num retiro bem diferente, quando o desfavor, o vitupério, e a mágoa de ver derribados os seus mais sábios planos vieram juntar-se aos males da velhice, da enfermidade e das dores".

Há quem julgue "demasiado severo, se não injusto" êste juízo. Mas, em relação a Pombal não há meio de acertar senão assim. Os claros e escuros que se sentem no desenho da grande figura, são naturais num espírito como Southey, que é a encarnação viva da inteligência do historiador, e que tem, como qualidade suprema, o amor e a coragem da justiça.

3. Da vasta obra do Marquês de Pombal, só o que se refere às colônias, e particularmente ao Brasil, bastaria para recomendá-lo à admiração dos pósteros, como sendo, de tôda a história dos três séculos coloniais, o homem que mais clara intuição teve do papel de um legítimo estadista, e sobretudo, quanto a nós, do que cumpria fazer na América.

Pondo de parte o que de excepcional houve em muitos dos seus processos (só explicáveis talvez na situação em que teve de operar) a sua função histórica foi a de um verdadeiro condutor de povo, e há de merecer a sanção dos séculos.

Não seria possível negar os seus "grandes defeitos, sendo sobretudo déspota violento", mas "foi ministro habilíssimo, e prestou os mais relevantes serviços à sua pátria"...

Entre as medidas que tomou, relativamente ao Brasil, destacam-se as seguintes: — "incorporou à Coroa tôdas as capitanias que ainda tinham donatários, e sem prejuízo dêstes; — fomentou a indústria e o comércio; — protegeu a navegação; — criou a Relação do Rio de Janeiro (em 1751); — defendeu a liberdade dos índios, e até promoveu (mediante vantagens) alianças conjugais entre portuguêses e indígenas; — iniciou o serviço do ensino primário em tôdas as capitanias; — estimulou os brasileiros, nomeando os mais distintos para elevados cargos; — proibiu que se enviassem, como era de costume, para conventos de Portugal, de Espanha e

de Itália, donzelas brasileiras, cujos pais, por egoísticos cálculos, ou por excessivo ardor de religião, assim praticavam"; — mudou a sede do govêrno do Brasil para o Rio de Janeiro, a fim de "que melhor pudesse atender às guerras e complicações do Sul; — acabou com a obrigação, imposta aos navios mercantes, de só em frotas fazerem a travessia do oceano; — deu largo incremento à construção brasileira, dando preferência aos navios construídos no Brasil; — regularizou a arrecadação dos impostos; — regulou a extração e o comércio dos diamantes; — e finalmente (o que constitui a sua maior glória!) refreou e diminuiu notàvelmente os poderes do tribunal da Inquisição, que só do Brasil arrancara e condenara cêrca de quinhentos infelizes de ambos os sexos".

4. Um dos nossos historiadores, Matoso Maia, depois de referir os grandes serviços de Pombal, escreve o seguinte: "São nódoas indeléveis que lhe mancham a glória: — a repressão sanguinolenta dos tumultos do Pôrto (em 1757, quando o povo se levantou contra o monopólio dos vinhos concedido a uma companhia; e o govêrno fêz disso um crime de lesa-majestade, obrigando os juízes a proferirem vinte e seis sentenças de morte!); — a severidade exercida contra os signatários da representação da *Mesa do Bem Comum* (os quais reclamavam contra os monopólios concedidos à Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão); — a Carta Régia de 19 de junho de 1761 proibindo a cultura da cana-de-açúcar no Maranhão; — a Carta Régia de 30 de junho de 1766 proibindo no Brasil as indústrias de ourives, fiadores de ouro, de linhas de prata, de sêdas e algodões tecidos; — a carnificina sob forma judiciária dos infelizes Távoras e Mascarenhas, que nem todos tinham tomado parte, com o Duque de Aveiro, no atentado contra o Rei; — a injusta e cruel perseguição dos jesuítas, que tão grandes serviços tinham prestado, principalmente no Brasil; — o orgulho desmarcado com que ostentava o seu poder, persuadido de que acima dêle só o Rei. A pesar de tôdas essas reservas, é preciso reconhecer, encarando por cima a sua vida, que êle conseguiu que Portugal parasse por algum tempo no caminho da decadência em que se ia despenhando".

O que é indiscutível, no entanto, é que êle ficou até na história como um enigma, ou melhor, como uma esfinge para a posteridade.

Julgando-lhe de longe só a função de estadista, não há dúvida, quanto a Portugal, que êle fêz reviver um enfêrmo; infiltrou sangue novo naquele organismo combalido; revigorou as instituições, criando serviços novos, proscrevendo velhos processos e praxes sediças, escarmentando a nobreza e coarctando-lhe os privilégios. Construiu uma Lisboa nova sôbre as ruínas do terremoto. E a sua influência foi tão vasta e profunda que se

projetou por muitos anos além do seu domínio. Meio século depois da sua queda só havia em Portugal o que êle deixara.

Resta saber se mesmo para tudo isso se poderiam legitimar meios que a justiça e a humanidade condenam. A nosso ver é falso o critério segundo o qual se sancionam, por algum bem que fazem, as próprias tiranias mais detestadas.

Mas é cedo ainda para juízos definitivos. Não é bastante a distância de mais de um século e meio para fixar na consciência do juiz a perspectiva de uma época.

O mais que os compete, portanto, num caso como êste, é registrar os documentos que se vão apurando.

5. Mesmo em relação aos domínios americanos, como se acaba de ver, tem a obra de Pombal as suas incongruências; devendo no entanto, notar-se que os serviços que lhe devemos são, sem medida, mais consideráveis que os males que lhe possam, com justiça, ser atribuídos.

Além das medidas e reformas que já indicamos relativamente ao Brasil, seria necessário sentir a ação geral dêste homem nas coisas da colônia.

Na seção do Norte, consistiu o empenho do grande ministro em fazer vingar as Companhias Gerais do Comércio do Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba, de que se faz um motivo de acusações contra êle. Obedecia, aliás, a iniciativa, ao pensamento de promover a restauração econômica do reino, principalmente pela criação de emprêsas privilegiadas.

Foram sem dúvida os exemplos da Inglaterra, e sobretudo da Holanda, que geraram no espírito do estadista reformador aquela cega confiança em semelhantes instituições.

Quanto àquela de 1755, que reconstituiu o Estado do Maranhão, é exato que muito se deve a insistentes representações do governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão e um dos maiores auxiliares do ministro. Aliás, desde mais de um século antes, que se havia cogitado de resolver, pela criação de uma Companhia Geral do Comércio, o grande problema para o Brasil. Atendendo a instantes reclamos dos povos, já em 1678 ou 79, contratara o govêrno da metrópole, com uma emprêsa particular, não só a introdução de escravos africanos, como um serviço regular de tráfico entre as capitanias daquele Estado e a Europa. E o que é mais para notar é que o insucesso daquela primeira, e de outras tentativas que se lhe seguiram, não chegou nunca a dissuadir os povos do Maranhão de que só mesmo uma Companhia poderosa é que poderia corresponder às necessidades de que tôdas as colônias se ressentem. É assim que Mendonça Furtado teve, das próprias populações, a sugestão da iniciativa que tão esforçadamente defendeu perante a côrte.

6. A Companhia do Grão-Pará e Maranhão, no entanto, não correspondeu, na prática, às esperanças que a tinham feito nascer. Como tôdas as outras tentativas da mesma natureza, caiu logo nas irregularidades e abusos que deviam malsiná-la.

Em todo caso, fizera um grande bem, despertando em todo o Estado o espírito de empreendimento, e pondo em atividade muitas fôrças que jaziam inúteis. Quando ela deixou de operar, e se restabeleceu a liberdade de comércio (em 1778), já o Estado do Maranhão dispunha de recursos próprios para não volver à antiga penúria, e não mais foi necessário que, por meio de leis de exceção e de privilégios absurdos e iníquos, se provesse aos reclamos da indústria e do comércio externo.

Na esfera puramente administrativa é que deixou Mendonça Furtado vestígios mais indeléveis do seu espírito de homem público em tôdas as capitanias da seção. Além de haver consolidado o princípio da autoridade ali mesmo onde era tradicional o vício dos motins, normalizou ainda todos os serviços de expediente, e as relações entre categorias de funcionários; fêz respeitados os juízes; deu fôrça às Câmaras; puniu quantos mal serviam, premiando e defendendo os que se mostravam dignos de estímulos; separou cuidadosamente da jurisdição eclesiástica o exercício da autoridade política e civil. Foi, em suma, um administrador tão notável que chegou a criar no govêrno do Estado umas tantas normas, um espírito de correção e de probidade, e um sentimento tão sincero da coisa pública — que ficaram ali por muito tempo influenciando o ânimo de seus sucessores.

E pode-se dizer que foi esta, não só no Norte, mas em todo o país, a obra mais extensa de Pombal: a de reabilitar a administração pública, escolhendo para ela homens dignos.

Há ainda um artigo do libelo contra o ministro de D. José I, ao qual é preciso que façamos referência. Fazem-lhe alguns historiadores grande carga (sobretudo como negação da sua política em relação ao Brasil) daquela medida, que ficou citada atrás, contra a cultura da cana-de-açúcar no Maranhão. E' tão estranho o êrro e disparatada a violência num espírito como Pombal que não temos dúvida em inquinar de engano a acusação. O que se proibiu não foi a cultura da cana, mas o "plantio exclusivo da cana-de-açúcar", e isso no intuito (conquanto absurdo e violento) de não se desprover de gêneros de consumo os mercados locais.

E como esta, outras medidas no seu tempo se tomaram, e que, aparentemente condenáveis, tinham sempre alguma coisa que as explicasse.

7. De meados do século XVIII em diante, grandes mudanças operam-se, pois, na situação geral do domínio.

No Estado do Brasil, antes da mudança da capital para a cidade do Rio de Janeiro, foi último Vice-Rei ainda na Bahia, o 1.º Marquês do Lavradio, que faleceu alguns meses depois de empossado. Sucede-lhe um governador interino, e a êste (em 1761), uma Junta Provisória.

Logo depois, toma Pombal a providência de transferir a sede do govêrno para a capital do Sul.

Foi 1.º Vice-Rei o Capitão-General de Mar e Terra do Brasil, o Conde da Cunha, D. Antônio Alvares da Cunha. Recebera êste (a 10 de outubro de 1763) o govêrno das mãos de uma Junta, que tomara a administração no dia seguinte ao do falecimento de Gomes Freire.

E' desta época em diante que a cidade do Rio de Janeiro se constitui a verdadeira metrópole colonial que se vinha fazendo desde um século antes.

Ao Conde da Cunha (que exerceu o cargo de 1763 a 1767) sucede o Conde de Azambuja (1767-1769); a êste, o 2.º Marquês do Lavradio (1769-1779); a êste, Luís de Vasconcelos (1779-1790); a êste, o Conde de Resende (1790-1801); a êste, o futuro Marquês de Aguiar (1801-1806); e a êste, o 8.º Conde dos Arcos, de 1806 até a chegada do Príncipe-Regente.

Êstes Vice-Reis depois de cuidarem da defesa das fronteiras do Sul, dedicaram o seu zêlo a cuidar da cidade.

E com efeito, em pouco mais de quarenta anos, transformaram tôda a topografia do perímetro urbano.

Quando aqui chegou a Família Real, só faltava o que em seguida se fêz para que se lhe deparasse, não sem surprêsa, uma nova Lisboa.

A Lisboa que ficara lá, em poder dos franceses, era obra do Marquês de Pombal: a da América reproduziria a outra. Tanto basta para sentir-se como em tudo que fêz aqui D. João VI andava ainda o espírito do grande ministro.

QUESTÕES CONEXAS: — *O terremoto de Lisboa (1755). — O subsídio literário. — Como acabou o Marquês de Pombal.*

XV

INCONFIDÊNCIA MINEIRA

SUMÁRIO: — Condições da colônia pelos fins do século XVIII. — Conjuração de Vila Rica. — O Tiradentes.

CONDIÇÕES DA COLÔNIA PELOS FINS DO SÉCULO XVIII

1. Chegamos à época em que, tendo atingido à sua plena maioridade, começam as populações da colônia a pensar gràvemente no problema do seu destino. Já vimos em lições anteriores, como desde o segundo século se revela, por sintomas irrecusáveis, o espírito da terra em colisões com o regime colonial. Foi primeiro no Maranhão em 1684. Depois, na região das minas, durante os dois primeiros decênios do século XVIII. Quase ao mesmo tempo, em Pernambuco (1710-1714).

Mas as causas de semelhantes manifestações, não só se agravam, como se fazem cada vez mais penosamente sentidas, ao passo que se põem com a alma do colonos em contraste mais rude.

Pelos fins do século XVIII, havia em todo o país um espírito de povo que aspira a ser nação. A grandeza de território tornava difícil o concêrto, entre populações tão distanciadas, no sentido da emancipação; mas êsse desejo era latente em tôda parte.

Nunca se sentiram mais pesados os gravames do regime colonial do que em Minas e nesta fase em que, ao lado da riqueza, se via lavrar a miséria, e numa terra de proverbial munificência.

Não eram só as classes humildes que experimentavam as angústias da situação a que se havia chegado. Mais, talvez, do que a massa, empobrecida e aviltada, aquêles próprios que tinham adquirido alguma fortuna sentem os extremos a que toca uma ordem de coisas que se exagera contìnuamente, à medida que um senso mais claro lhes desvenda as iniqüidades.

As camadas inferiores, na sua ignorância e na sua penúria, vivem ali como num completo segregamento do mundo: para essa gente desventurada, o destino só pode ser aquilo mesmo e o horizonte da vida será sempre aquêle que se fecha entre as montanhas. No seu triste fatalismo, resigna-se com a sua desgraça, como se esta fôsse inevitável, ou como inerente à sorte dos que nasceram deserdados.

As classes ricas, porém, que melhor sabiam avaliar os proveitos da riqueza, não se consolavam de ver como a maior porção dos cabedais, que se arrancam das minas, vai para Lisboa.

Além disso, melhor que as desvalidas, podiam as classes ricas instruir-se, ao menos para saber que há no mundo, fora daquelas estâncias, alguma coisa preferível ao que ali se tem.

2. Bastaria isto para explicar como é mesmo na capitania de Minas Gerais que se deviam dar as manifestações mais vivas dêsse espírito de independência que se vinha criando. Em parte alguma do país era tão forte como ali a colisão em que se punha, com a opressiva tutela da metrópole o orgulho do colono enriquecido nas minas.

Essa competição tornou-se mais sensível, e de violência crescente, no último quartel do século XVIII.

Para isso, concorriam múltiplas causas, cada qual de natureza mais propícia a dar-lhe vulto.

Desde meados do referido século, começara a declinar a produção das lavras. Como se devia reservar para a Coroa uma quantidade de ouro certa (regulada ainda pela soma que se recolhia na época de mais abundância) foi o *deficit* anual crescendo, ao ponto de se verem logo insolváveis os contribuintes.

Outro coeficiente da situação excepcional da colônia, e êste de ordem geral, foi o desvalimento do grande ministro de D. José I, cuja política em relação ao Brasil, bem poderia ter, pelo menos, atenuado aquêle espírito de rivalidade que vinha desde muito separando portuguêses e brasileiros.

E entre as várias outras causas que ainda poderiam citar-se como fatôres do ânimo geral com que em Minas (e em todo o Sul do país) se foi sentindo, agora mais que nunca, como a consubstanciar todos os males, a mão de ferro da metrópole — a mais poderosa foi, sem dúvida, aquela como súbita eclosão da alma da terra a entrar em contato com o mundo.

Os homens de certa cultura que vinham da Europa, e visitavam a capitania; os próprios funcionários, e principalmente os magistrados, todos mostravam-se maravilhados daquela natureza; e pondo em confronto, com o que havia no estrangeiro, as condições em que ali se vive, nada dissimulavam do seu espanto aos próprios filhos da terra; e pontuando de comentos as notícias que referem, e as misérias que estranham a par das maravilhas, vão vertendo na alma daqueles povos o filtro que tem de agitá-la.

3. Em Vila Rica, e em todos os centros mais notáveis de Minas, havia já bom número de homens que se distinguiam pela inteligência, e muito principalmente pelo interêsse com que aventam idéias e estudam questões que entendam com o futuro do país.

Desde muito que as famílias mais abastadas faziam educar os filhos na Europa. Esses moços voltavam do velho mundo para aumentar o número dos que pensam já em pátria, e cogitam do destino, a ansiar por novo dia. E' assim que se ampliavam por ali os círculos da vida colonial, onde, agora mais decisivamente, se ia elaborando o pensamento da nacionalidade futura.

Pelas vésperas do que se vai passar na capitania de Minas, em alguns países da Europa havia muitos estudantes brasileiros. Imagina-se como deviam andar por lá aquelas almas, no momento em que o povo norte-americano se apresentava no cenário do mundo; e em que a França, preparada para o seu papel, sentia os sinais do cataclismo que vem.

Em Coimbra, doze rapazes, que cursam a Universidade, entram em concêrto, e assumem, por um pacto de aliança, o compromisso de levantar a idéia da independência logo que voltem ao Brasil.

Em França (Montpellier) estudavam também muitos jovens brasileiros; e entre êles, só de Minas e do Rio, contavam-se José Joaquim da Maia, José Alvares Maciel, Domingos Vidal de Barbosa, José Mariano Leal, José Pereira Ribeiro e outros. Êstes moços acompanhavam com avidez o movimento de idéias que se fazia na Europa, e sobretudo em França. Entusiasmados com os sucessos da América do Norte, consolavam-se das coisas da pátria, observando e discutindo tudo quanto pudesse interessar-lhe.

De um dêles, José Joaquim de Maia, sabe-se até que chegou a tratar formalmente do assunto com o grande Jefferson, então embaixador dos Estados Unidos em Paris.

Com a serena confiança de quem se afoita pela mais nobre das causas, escreveu êle ao célebre diplomata e estadista uma carta, que é como um verdadeiro clamor de angústia que saísse já da alma da pátria. Era tal a firmeza com que lhe falava o desconhecido, que o embaixador prontamente lhe respondeu, com a discrição própria do seu ofício, emprazando-o para uma entrevista. E' o próprio Jefferson que nos conta o que se passou nessa entrevista, cuja importância se sente em cada palavra do resumo que entregou à história.

4. Êsse documento expõe, com uma concisão admirável, tôdas as condições do problema; e conquanto se estenda a todo o Brasil, deixa bem claro que é na capitania de Minas que se põe a fôrça principal, os grandes elementos com que se tem de contar.

A situação da colônia desenha-se com tão vivas côres, e é tão magistralmente sintetizada, e apresenta um caráter de verdade tão impressiva que seria preciso admitir, para tanta segurança, algum espírito muito alto, e de uma capacidade política excepcional a falar pela voz daquele moço. Chegou-se, talvez por isso, a pensar que José Joaquim da Maia tivesse mesmo

ido à Europa comissionado por homens de muita importância do Rio de Janeiro e de Minas. Êle próprio, aliás, em sua segunda carta a Jefferson, diz que foi especialmente à França "para desempenhar esta comissão".

O embaixador, que ouvira atentamente a palavra sincera, concisa e brilhante do patriota brasileiro, ponderou-lhe que não tinha do seu govêrno instruções que o autorizassem a dizer uma só palavra a tal respeito; e que se limitaria, portanto, a comunicar-lhe idéias pessoais sôbre a causa que via sustentada com tanto ardor e convicção. Fêz-lhe sentir que os americanos do Norte não estavam em circunstâncias de comprometer a nação em uma guerra com Portugal, cuja amizade desejavam especialmente cultivar; tanto assim, que com êle acabavam de fazer um tratado de comércio; mas que, não obstante essas considerações, podiam estar certos os brasileiros de que uma revolução feliz no sentido da sua independência só poderia excitar interêsse e simpatia nos Estados Unidos; que a esperança de consideráveis vantagens, naturalmente atrairia para o Brasil muita gente em seu auxílio; que por motivos mais nobres não deixariam de vir até muitos oficiais; e que os cidadãos americanos, podendo sair de sua pátria livremente, sem necessidade de licença do govêrno, poderiam da mesma sorte dirigir-se para outro qualquer país.

Despedindo-se do embaixador, partira Joaquim da Maia para a capital portuguêsa. Conquanto o êxito da tentativa não fôsse tão completo como esperava, muito longe de desanimar saiu de Nimes aquêle nobre e grande coração. Nem seria decerto porque se tivesse desiludido dos seus sonhos que êle resolveu logo voltar para o Brasil.

Preparava-se, no entanto, para embarcar, quando caiu enfêrmo, e em poucos dias faleceu.

5. Os esforços daquele homem na Europa não foram, porém, estéreis. De quanto lá fazia dava êle informações para a terra; e tanto em Minas, como no Rio, os que nutriam a mesma esperança de que êle vivera, exultavam com as notícias que lhes vinham.

Aquêle fogo que o incendera e exaltara, e que se não extinguira com aquela vida, teria de vir ainda aquecer corações na terra desventurada, para ela transportado em outras almas a que soubera comunicá-lo o malogrado patriota.

Tão grande vulto chegou a tomar no velho reino a ação daqueles brasileiros na Europa, e tão exageradas principalmente eram as versões, que depressa se espalharam sôbre a audaciosa tentativa de Joaquim da Maia, que em Lisboa, e noutros grandes centros portuguêses, começaram logo a correr, alarmando a quantos tinham interêsses no Brasil, os boatos mais estranhos, dando como perdida para a Coroa, ou em vésperas de grandes sucessos, a mais valiosa porção dos domínios ultramarinos.

Além de tudo isso, andavam naquele tempo os espíritos tão impacientes e agitados lá na Europa, que não se hesitava em arquitetar, em relação às colônias americanas, os planos mais disparatados. Aventou-se até, em chancelarias, a idéia de constituir na América, para a família de Bragança, um vasto patrimônio formado pelo Brasil e por uma parte das províncias espanholas do Prata ou do Pacífico, desde que incorporasse à Espanha o território continental do reino.

Mas é curioso que só num ponto, e êste da mais alta importância no caso, fôsse omisso, ou pelo menos mal definido, o quadro com que procurou Joaquim da Maia impressionar o espírito do grande político americano: é aquêle que devia figurar como causa imediata e atual do levantamento dos colonos, e que era a situação em que se encontrava a capitania de Minas — o núcleo onde, pelas suas condições peculiares, mais instante era o clamor contra o govêrno da metrópole.

Ali, sob o pêso de imposições descomunais, sentiam-se os povos esmagados. Para agravar todos os despotismos que os oprimiam, os quase cinco anos da administração de Luís da Cunha Menezes foram uma série ininterrupta de vexações e tiranias. Foi êste homem que preparou, com a sua política odiosa, os elementos da conjuração. Os seus erros, excessos e crimes, provocaram em tôda a capitania uma verdadeira insurreição moral: e só o terror do escarmento podia ir contendo aquêle protesto de almas, que na sua amargura só se confortam de abominar o tirano.

6. Quando em 1788 chegou a Minas o novo governador, Visconde de Barbacena, aquela ansiedade geral já se concretizava, nos corações mais sensíveis, em um franco pensamento de repulsa contra a causa de tôdas aquelas misérias. Tão veementes eram já os impulsos de sacudir o jugo da metrópole, que ninguém pôde ter alívio com a retirada de Luís da Cunha. O grupo de homens, em cujo espírito está mais viva a idéia de independência, sente antes agora motivos mais fortes para não esquecer que a desgraça não está nos homens, senão no regime.

Em nenhuma outra capital da colônia se encontraria talvez tão grande número de homens notáveis que se associassem e se unissem tão depressa, dir-se-ia pelo instinto da grande causa.

Não se poderia dizer a qual daquelas figuras se deve atribuir a iniciativa, o primeiro movimento de que decorreu o concêrto decisivo. Crer-se-ia que o mesmo sentimento, a mesma aspiração, nascera simultâneamente naquelas almas.

O mais que se pode avançar é que o pensamento da revolução nascera entre os três grandes poetas da até hoje sonhada Arcádia Ultramarina: Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Inácio José de Alvarenga Peixoto.

Era o Dr. Cláudio da Costa, além de notável espírito e insigne cultor das letras, um advogado de nomeada. Tinha feito mesmo na advocacia a sua fortuna. Vivia em abastança. Nascido em Mariana, e dispondo de vastas relações, gozava de geral estima e muito prestígio na capitania. Era o mais idoso dos três. Formara-se em Coimbra, e alcançara na Europa "a fama de delicadíssimo poeta da escola italiana, sendo admitido na Arcádia de Roma, sob o nome pastoril de Glauceste Satúrnio".

Tomás Gonzaga era poeta e magistrado. Como poeta é hoje o mais popular dos três. Nascido em Portugal, mas de família brasileira; homem de espírito meio tíbio, mas de boa índole, muito generoso, delicado e afável, cercou-se logo de muitas simpatias em Vila Rica, onde exercia a judicatura. No momento da conjuração, preparava-se para ir tomar posse do seu lugar na Relação da Bahia.

Alvarenga Peixoto, também poeta e advogado, era fluminense; mas estava em Minas havia uns dez ou doze anos, tendo ido para ali, ao voltar da Europa, como ouvidor da comarca do Rio das Mortes. Casara-se em São João d'El-Rei com uma senhora distintíssima, D. Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira, cujo nome entrou na história tanto pela sua grandeza moral, como pela enormidade da desgraça que a feriu.

7. É entre êstes três homens que primeiro lampejou a idéia de fazer de Minas um Estado independente. Seria mais exato talvez dar como concebida pelos dois primeiros, ou por um dêles, e afagada logo por ambos, essa idéia; pois o que se sabe é que Alvarenga Peixoto entrou na maquinação atraído por aquêles, já conspirados.

Gonzaga e Cláudio eram amigos íntimos; viviam sempre juntos, lidando com os livros, compondo poemas, numa profunda e inalterável solidariedade de alma. A êles associava-se, com os mesmos fervores, o outro poeta, sempre que estava em Vila Rica.

E' na casa de Cláudio, ou na de Gonzaga (mais ordinàriamente na dêste) que se faziam as encantadoras palestras, quase ao ar livre, em ampla varanda aberta para o jardim; um recitando versos, outro lendo uma composição que ultimara, ou algum trecho de novidades chegadas da Europa.

Àquele grêmio foram pouco a pouco associando-se outros fiéis; como o cônego Luís Vieira da Silva (que passava como orador sacro de alto mérito); o padre Miguel Eugênio da Silva Mascarenhas; o Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos; Francisco Gregório Pires Monteiro Bandeira, e outros, até de outras vilas, que se não esqueciam de visitar ao menos o cenáculo, de quando em quando, já que não podiam ter a assiduidade dos que exercem o sacerdócio.

É daquele doce convívio espiritual que a política vai tirar aquêles homens, que tão embevecidos andavam dos seus sonhos de glória literária. Talvez até que sem que se apercebessem, foram êles, do culto das Musas, passando ao de outra divindade menos serena e mais tremenda: quando despertaram daquela quase inconsciência, em vez de poetar, conspiravam.

QUESTÕES CONEXAS: — *Os estudantes brasileiros na Europa. — A capitania de Minas pelas vésperas da Inconfidência.*

CONJURAÇÃO DE VILA RICA

1. Àquele primeiro grupo de conjurados foram juntando-se grande número de pessoas das mais consideradas, tanto em Vila Rica, como nos outros vários municípios da capitania. Tôda a gente que tinha alguma importância pela fortuna ou pela cultura, interessou-se mais ou menos sollìcitamente naquela aspiração, que era afagada por todo mundo, embora nem todos tivessem o mesmo desassombro. Um só sentimento estava em todos os corações; mas o rigor das leis, o mêdo do castigo só não reprimia êsse sentimento nos mais indômitos e altivos.

Entre êstes, a figura mais estranha é o alferes de cavalaria de linha Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o *Tiradentes*. Era êste homem, nascido na terra de Minas, um tipo singular de criatura que se encontra com o mundo numa grande ânsia de ter o seu papel. A condição modesta em que se sentiu ali, no meio da riqueza, serviu-lhe de estímulo forte nos primeiros passos da vida. Experimentou várias profissões; de tôdas desenganou-se. Dir-se-ia que de tôdas as vicissitudes lograra apenas um proveito: sentira quanto o mundo era doloroso. Revolta-se então contra o seu meio, e contra o seu tempo.

Há naturezas assim, que parecem vir antes da sua hora e, por isso mesmo, sem saber como é que vêm...

E desde que se desgarra do seu caminho, o que tinha de suceder era fatal: pondo-se em contraste consigo mesmo, as complicações em que entra, só amparado da sua índole, deviam levá-lo ao sacrifício.

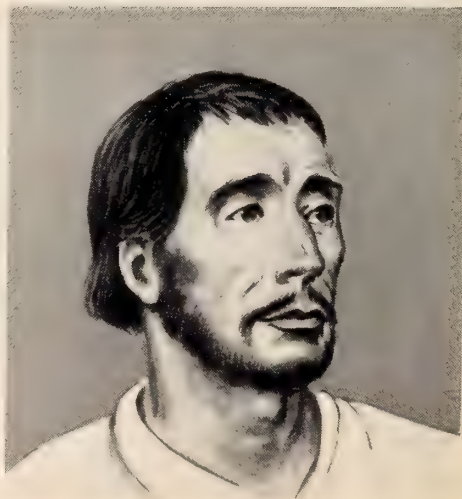
Já passava pelas regiões mineiras um vago sussurro precursor da tormenta que vinha, quando resolve o *Tiradentes* vir ao Rio, a pretexto de negócios. Já havia visitado a capital da colônia, e conservava dela, ainda, a mais viva impressão.

Mas o que êle procura agora, saindo para um centro mais vasto, não é a sua fortuna pessoal. Nunca teve, aliás, a dirigi-lo na vida, nenhuma pre-

Marquês de Barbacena.

Tomás Antônio Gonzaga.

José Inácio Alvarenga Peixoto.

Cláudio Manuel da Costa.

ferência pelo seu próprio interêsse. Tinha mesmo fama de abnegação, e desapêgo de bens materiais, ao ponto de ser tachado, se não de descuidoso, pelo menos de indiferente a confortos, nunca revelando impaciências por adquirir.

O que êle deseja agora é ter uma parte mais ativa, e entrar com um concurso mais eficaz na obra que se vai fazer na terra das Minas.

2. E' êste o pensamento que o absorve quando se põe a caminho para o Rio, um pouco antes talvez de 1788, depois de haver obtido a necessária licença.

Vinha radiante de esperanças; e assim que chegou aqui apresentou-se ao Vice-Rei; e sem dar muito pela indiferença com que o recebera Luís de Vasconcelos, passados alguns dias, foi levar-lhe uns planos de melhoramentos que projetara fazer na cidade.

Parece que o Vice-Rei não deu muita importância ao que lhe requeria aquêle simples alferes, que não dispunha de recursos nem de valimento para obras de certa monta; e que parecia mais um maníaco, meio estouvado e aventuroso, do que um legítimo especulador ou homem de negócios. Em todo caso, entendeu que não havia motivos para deixar de remeter os papéis do requerente para a côrte.

Em Lisboa tomou-se mais a sério o que se propunha o peticionário executar; tanto assim que o Conselho Ultramarino devolveu os papéis, a fim de que sôbre a matéria dêles informasse o Vice-Rei.

Enquanto simulava preocupar-se com estas coisas, ia o *Tiradentes*, com muita prudência, sondando os ânimos, tanto nos quartéis, como entre o público em geral.

Estava ainda no Rio, quando passou para Minas o Visconde de Barbacena. Uns três meses depois chegava também da Europa o Dr. José Alvares Maciel, com quem se encontrou logo o conjurado. E' fácil imaginar o que se passou entre aquêles dois corações incendidos da mesma fé, um falando das misérias da terra; outro, das grandezas que vira no estrangeiro.

Segue o Dr. Maciel para Minas, e vai lá encontrar as provas de quanto lhe dissera o *Tiradentes*. Os povos da capitania estavam todos como em grande alarma: as condições em que ali se vive há longos anos, parece que vão tocar agora ao seu extremo. Viera o Visconde de Barbacena encarregado especialmente de reparar os prejuízos que desde muito vem sofrendo a Real Fazenda; e trazia ordens formais de arrecadar, por meio de derramas e execuções, tôdas as dívidas em atraso.

O enorme ativo acumulado punha já os contribuintes, e demais devedores ao erário, em situação de absoluta insolvência. Só o quinto do ouro ascendia a perto de 540 arrôbas. E isso fora dívidas de outras ori-

gens. Englobando só os compromissos do quinto, dos dízimos e das entradas, andava o alcance dos colonos, na capitania, em perto de seis mil contos.

3. Assim que se empossou do cargo, cuidou Barbacena, com muita habilidade, de preparar o espírito geral para a escabrosa tarefa de que tinha de dar conta. Começaria por uma derrama com que se cobrisse o *deficit* do exercício corrente, até que da côrte viessem ordens terminantes quanto aos atrasados.

E então não se imagina o que se dá em tôda a capitania. O susto, o desvario, o terror em que caem aquelas populações, não se descrevem. No meio dos clamores, os alvitres mais absurdos, expedientes cada qual mais impraticável, todos os recursos do desespêro se sugerem, com os quais se aumentam as aflições de todo o mundo. Aventou-se até a idéia "de fugir à desgraça por um êxodo geral, por uma retirada em massa para o fundo dos sertões, até onde não chegasse aquela voz terrível da derrama".

O núcleo de conjurados de Vila Rica, que não cessara de agir, entra agora numa fase decisiva. Só mesmo a revolução é o único apêlo que resta na conjuntura em que se encontra todo o povo.

De volta do Rio, aparece por aquêles dias, na capital das Minas, o alferes *Tiradentes* (fins de 1788). Ao chegar, procura logo os companheiros; e nem reassumiu o seu pôsto no regimento, pretextando moléstia.

E' agora que se organiza a conspiração, e que tomam corpo num projeto definitivo as idéias que agitavam aquelas almas.

Tratou-se primeiro de assegurar o concurso do chefe da fôrça pública, que era o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, homem circunspeto e de grande influência na capitania.

A entrada desta figura na conjuração deu-lhe a garantia de uma vitória infalível, e arredou tôdas as dúvidas e receios. Nas casas dos vários chefes, e até mais ordinàriamente na do próprio Freire de Andrada, faziam-se os conciliábulos. Aí tratava-se da revolução quase abertamente, como se ninguém mais sentisse necessidade de conservar em segrêdo uma causa de sucesso seguro, e que só aguarda o seu dia.

Tinha-se já certeza do socorro da França e dos Estados Unidos, desde o momento em que se levantasse o grito da independência. Quando às outras capitanias, nem era possível que por sua vez não se insurgissem com o exemplo da de Minas. E afinal, bastaria que, ao mesmo tempo que em Vila Rica, se proclamasse a separação no Rio de Janeiro e em São Paulo (como se espera), para que tôda a colônia rompesse os laços que a prendem a Portugal.

4. Ideou-se logo a nova república, dando-se-lhe como símbolo a figura de um gênio despedaçando grilhões. A bandeira seria tôda branca, e nela se inscreveria como lema parte de um verso de Vergílio (da I écloga) — *Libertas, quae sera tamen.* A capital da república seria São João d'El Rei. Criar-se-ia logo uma Universidade em Vila Rica. Confiscar-se-iam, para o Estado, todos os valores que estivessem no erário, declarando-se extintas as dívidas dos contribuintes em atraso. Declarar-se-ia livre a entrada nos distritos mineiros e isentos de direitos os produtos das lavras. Fundar-se-iam fábricas de todos os artigos que até ali se importavam da metrópole. Reconhecer-se-ia o direito à proteção especial do Estado em favor dos pais que tivessem mais de cinco filhos. Abolir-se-ia a escravidão, dentro de certos limites ou condições. Criar-se-iam escolas para instrução do povo.

Por princípios de 1789, na chácara do Cruzeiro, residência de Freire de Andrada, concertou-se o plano do levante. Fêz-se o inventário das fôrças de que se dispunha, e distribuiu-se a cada conjurado o seu papel. Não se marcou dia para o rompimento, ficando entendido que seria aquêle em que se começasse a efetuar a derrama. O aviso seria dado a todos por meio de uma senha ("E' *tal dia* o batizado").

No dia em que a Junta de Fazenda lançasse a derrama, deviam acudir à Vila Rica os conjurados, que por êle esperariam nas vizinhanças; e à noite entrariam em tumulto pelas ruas, aos gritos de — *Viva a liberdade!* Sairia então Freire de Andrada com as suas tropas sob o pretexto de abafar o motim, dissimulando as suas intenções até receber notícia de estar prêso o Governador.

Estava Barbacena quase sempre no palácio da Cachoeira do Campo, distante umas três léguas da vila. Iriam ali prendê-lo os que estavam dessa diligência encarregados. A menos que tentasse resistir com risco para a escolta, seria êle conduzido até a fronteira das Minas, dizendo-se-lhe que se retirasse para Portugal, porque o povo mineiro já sabia governar-se. Se quisesse reagir, pagaria então, com a cabeça, semelhante veleidade.

Qualquer que fôsse a notícia que se recebesse da Cachoeira, proclamar-se-ia a república em Vila Rica, decretando-se logo a pena de morte contra aquêles que à nova ordem de coisas não aderissem prontamente.

5. Estava, pois, tudo previsto e ordenado no sentido de garantir o sucesso da conspiração. Tão segura confiança tinham no triunfo os conjurados, que não faziam mistério de coisa alguma.

Além de muito certos do golpe preparado, sabiam já que o Governador não era homem capaz de agüentar-se num grande momento. A sua têmpera de déspota, estúrdia como a de todos os áulicos, é a mais avêssa possível ao sacrifício. Nem eram as da administração e do bem público as funções que estavam em correspondência com o seu caráter, e muito menos

com os intuitos que o haviam trazido à América. Bem sabia êle o que é que se costumava buscar no Brasil; e não seria o exercício normal e tranqüilo daquele cargo que havia de recomendá-lo perante a côrte.

E' assim que logo de comêço parece a todo mundo um homem fechado e misterioso, esquivo e quase sinistro, metendo-se no seu retiro fora da vila.

Se se não esquece que devia ter vindo bem informado quanto a certos fatos ocorridos ali na terra das Minas, e muito prevenido contra a fama de turbulentos, atribuída lá no reino aos mineiros, é lícito suspeitar que Barbacena muito de propósito ficou ali, retruso, de atalaia, à espera do seu dia... Para confirmar esta suspeita, é só ver como se ufanou da sua "glória de haver descoberto a tempo e atalhado a grande maldade" como dizia êle próprio para a côrte.

Aos olhos dos conjurados, porém, aquela circunstância de afastar-se da capital é antes um indício de negligência ou desapercebimento que lhes é favorável.

Chega-se, pois, ao momento em que só se espera pelo dia da derrama. Sem isso não se faria unânime a insurreição. Houve até quem procurasse apressar o lançamento; pois dessa medida agora depende tudo.

E' por êste tempo, seguro de que a revolução está iminente, que, de acôrdo com os outros chefes, resolve o *Tiradentes* vir outra vez ao Rio, na ânsia de levantar, simultâneamente com as de Minas, as populações da grande metrópole colonial.

Saiu de Vila Rica apenas acompanhado de um mulato, seu escravo, e certo de que vinha ser um núncio da grande nova que todos anseiam.

Mais ou menos por aquêles mesmos dias, no entanto, entrava Barbacena no "segrêdo" da conspiração. Dissimulado e ardiloso, cuidou antes de tudo de eliminar a medida que se considerava como o principal motivo do levante planeado: suspendeu a derrama, dando para êsse ato razões muito naturais, de modo a não espantar os conjurados, e poder assim segurá-los todos.

Sem sair da Cachoeira, pôs em ação os próprios delatores: enquanto, sem açodamentos, ia cortando aos conjurados tôdas as veredas.

6. A suspensão da derrama logo impressionou a muitos, que viram assim burlado todo o plano. Dentro de alguns dias, tinha-se plena certeza de que o Governador já estava agindo. E então é que se viu como naquelas mesmas almas, que há pouco se incendiam pelo nobre ideal, vai acordar a miséria dos instintos.

E, entrando francamente no seu papel, ufano daquele amplo horizonte que lhe abre o seu destino, sai agora Barbacena do seu mistério. Manda chamar à sua presença o primeiro delator; e Joaquim Silvério dos

Reis, num grande terror de consciência, escreve e assina a denúncia formal.

Em seguida, entendeu o Governador que era tempo de dar conta de tudo ao Vice-Rei; e como soube da partida do *Tiradentes* para o Rio, fêz imediatamente seguir para aqui também o próprio Joaquim Silvério, com ofícios para Luís de Vasconcelos.

Por todo o caminho do Rio, vinha agora, o *Tiradentes*, como um arauto do novo dia que vai suceder à longa noite colonial. Em tôda parte, pelas fazendas, pelas casas de negócio, pelas estalagens, pelas estradas, ergue a voz desassombrado, proclamando a boa nova, como um visionário em delírio. A sua palavra inflamada espanta a tôda gente. Os que o ouvem, ou ficam tomados de terror, ou vencidos da mesma insânia.

Como fizesse muitas digressões pelo caminho, foi a viagem muito retardada. Pôde, por isso, alcançá-lo Joaquim Silvério, conquanto muito depois dêle tivesse partido de Vila Rica.

Adiantou-se-lhe, no entanto, o *Tiradentes* na rota depois do encontro, e chegou ao Rio alguns dias antes dêle.

Na capital da colônia não teve o revolucionário mais prudência e cautela que durante a viagem. Esqueceu-se de que no Rio as condições do ânimo geral eram muito diferentes do que em Minas. Aqui, mais do que lá, está-se mais perto da pessoa do soberano; e é, portanto, mais forte o supersticioso terror da autoridade. Aquêles mesmos com quem contava procuram evitá-lo.

Joaquim Silvério, que chegara depois do *Tiradentes*, apresentou-se logo ao Vice-Rei. Não quis Luís de Vasconcelos convencer-se da gravidade daqueles fatos que julgava exagerados. Por não parecer, no entanto, em caso de tal natureza, menos escrupuloso e solícito que o seu colega de Minas, deu a Silvério as instruções que devia êste seguir para trazer sempre à vista o pobre alferes.

7. Desesperava o *Tiradentes* vendo correr o tempo sem nenhum sinal do levante que deixara em vésperas de romper em Minas. Começou logo a ter suspeitas de que andava sendo seguido e vigiado. Deliberou então, ocultar-se até que viesse algum aviso. Deixou, pois, a casa onde se hospedara, e escondeu-se em outra que se lhe abriu na rua dos Latoeiros (hoje Gonçalves Dias). Tinha já tudo preparado para sair da cidade no caso em que o rompimento em Minas não se desse por aquêles quatro ou cinco dias.

Ao saber que o alferes havia sùbitamente desaparecido, alarmou-se o Vice-Rei. Expediu imediatamente aviso para Minas, e espalhou patrulhas pela cidade e por todos os bairros vizinhos.

Não custou descobrir o esconderijo do *Tiradentes:* ofereceu êste próprio ao Vice-Rei o fio de Ariadne; e é afinal o mesmo Joaquim Silvério (como se andasse disputando tenazmente o seu triste lugar na história) quem entrega a vítima ao algoz.

Com grande aparato de fôrça, efetua-se a prisão do conspirador, que é metido num dos calabouços preparados na ilha das Cobras.

Enquanto isto se passava no Rio, lá na terra das Minas ia Barbacena fazendo prender os chefes da abortada conspiração, sendo o primeiro que lhe caiu nas mãos o desembargador Tomás Antônio Gonzaga. Em seguida: Domingos de Abreu Vieira; o Dr. Inácio J. de Alvarenga Peixoto; o padre Carlos Correia de Toledo e Melo; o irmão dêste, Luís Vaz de Toledo Pisa; o cônego Luís Vieira da Silva; o Dr. Cláudio Manuel da Costa; Francisco Antônio de Oliveira Lopes, e muitos outros, à medida que vai a devassa desvendando nomes.

No seu grande afã de descobrir "monstros de perfídia", emulam Barbacena e Vasconcelos, ao ponto de se porem logo em conflito de jurisdição, cada qual mais suscetível, e mais cioso do seu papel.

Entramos agora na fase dolorosa da Inconfidência. Desde o momento em que a desgraça se ergueu, como um fantasma, diantes daquelas criaturas, abateu-se-lhes aquela mesma alma que andara rugindo e protestando; e em vez de sentir o velho inimigo contra o qual se haviam aliado, hostilizam-se agora e acusam-se mùtuamente, julgando cada qual que tem a salvação na perda dos outros todos.

A insânia sagrada daquela causa esquecida refugiou-se apenas no coração de um homem — o *Tiradentes!* — a carregar, agora, com o repúdio de tôda uma geração!

QUESTÕES CONEXAS: — *Os projetos do* Tiradentes *sôbre melhoramentos no Rio de Janeiro. — A acusação de indiscreto feita ao* Tiradentes. — *Os delatores da Inconfidência. — As recriminações que fazem uns aos outros os inconfidentes.*

O TIRADENTES

1. É o Conde de Resende, o mais acabado tipo do tiranete colonial, que vem dirigir tôda a ação da alta justiça contra os inconfidentes. Assumira êle o govêrno no dia 9 de junho de 1790.

Já estavam prontos os autos das devassas. Concluídas, porém, as diligências para a formação da culpa, teve-se de esperar ainda muitos meses pelo juiz e adjuntos da alçada. Só pelos fins de 1790 é que chegaram do reino

êsses juízes. Integrou-se, então, o tribunal, fazendo o Vice-Rei outras nomeações que se tornaram necessárias.

Levam-se ainda mais de seis meses em novos interrogatórios e acareações. Até que enfim, no dia 21 de outubro (1791), foram vinte e nove réus notificados da acusação, assinando-se-lhes, a cada um, o prazo de "cinco dias para dizerem de fato e de direito".

Nomeou-se para os defender, o advogado da Santa Casa de Misericórdia, Dr. José de Oliveira Fagundes, que seria também curador dos três réus falecidos na prisão.

A defesa é um documento muito curioso daqueles tempos. Resumia-se em confessar tudo o que se apurava das devassas, isto é, que alguns dos réus tinham com efeito "conversado sem horror" sôbre a conjuração; mas que não havia um sequer que se tivesse feito criminoso tentando pôr em prática o planeado levante.

Mas bem se vê que tudo era inútil. A justiça real já estava perfeitamente orientada, e sabia o que tinha de fazer.

Na noite de 16 para 17 de abril (1792) foram onze dos pronunciados transferidos para a cadeia pública. Os juízes, reunidos, gastaram todo o dia 18 e grande parte da noite em lavrar o acórdão.

No dia 19 (uma quinta-feira), pela manhã, entrava na prisão o escrivão da alçada; e no meio de grande silêncio e de todo o aparato que se deu à cena, fêz grave, pausadamente a leitura da sentença.

Como "primeiro cabeça" da projetada revolução, foi o réu Joaquim José da Silva Xavier, o *Tiradentes*, condenado à fôrca, "devendo a sua cabeça ser levada à Vila Rica, e exibida num poste alto no lugar mais público da vila; o corpo seria dividido em quatro pedaços, que seriam expostos nos sítios onde tinha tido o réu suas "práticas infames", no caminho das Minas; a casa onde êle morara em Vila Rica seria arrasada, e salgado o lugar onde estivera, para que nunca mais ali se edificasse; e no mesmo chão se levantará um pilar, que recorde as culpas e o castigo do abominável réu. Os bens do réu seriam confiscados, e seus filhos e netos declarados infames".

2. Os réus Francisco de Paula Freire de Andrada, José Alvares Maciel, Inácio José de Alvarenga Peixoto, Domingos de Abreu Vieira, Francisco Antônio de Oliveira Lopes e Luís Vaz de Toledo Pisa foram condenados às mesmas penas, só não se lhes esquartejando os corpos. — Mais quatro réus (Salvador Carvalho do Amaral Gurgel, José de Resende Costa, pai, José de Resende Costa, filho, e Domingos Vidal de Barbosa) seriam também enforcados, não se lhes mutilando, porém, os corpos, nem arrasando as casas, mas confiscando-se-lhes os bens, e declarados infames os filhos e netos. Pena igual à dêstes teve Cláudio Manuel da Costa, que se suici-

dara na prisão. Tomás Antônio Gonzaga (com mais quatro) foi condenado a degrêdo perpétuo, e a confiscação dos bens.

Outros réus tiveram a pena de degrêdo temporário. Dois réus houve que tiveram de sofrer, além da de galés, a pena de açoites: não, no entanto, pelo crime de conspiração, mas pelo de falso testemunho.

Alguns dos pronunciados foram absolvidos.

Havia cinco padres implicados na conjuração: o cônego Luís Vieira da Silva, o vigário Carlos Correia de Toledo e Melo, o padre Manuel Rodrigues da Costa, o padre José da Silva de Oliveira Rolim, e o padre Lopes de Oliveira.

Êstes não figuram na sentença; pois, de acôrdo com as instruções da côrte, deviam ser processados à parte. Não se sabe que pena tiveram, nem mesmo se chegaram a ser julgados aqui. Foram remetidos para Lisboa; e lá ficaram quatro anos na fortaleza de São Julião da Barra, tendo, ao cabo de algum tempo de prisão, falecido o último dêles. Os sobreviventes passaram depois para diversos conventos. Mais tarde foram sendo postos em liberdade. Três dêles voltaram ainda ao Brasil. O padre Manuel Rodrigues da Costa, que a todos sobreviveu, "foi um dos mais ardentes promotores da nossa independência em Minas. Por aquela província foi eleito para a Constituinte, e depois para a legislatura de 1826". Veio a falecer nonagenário.

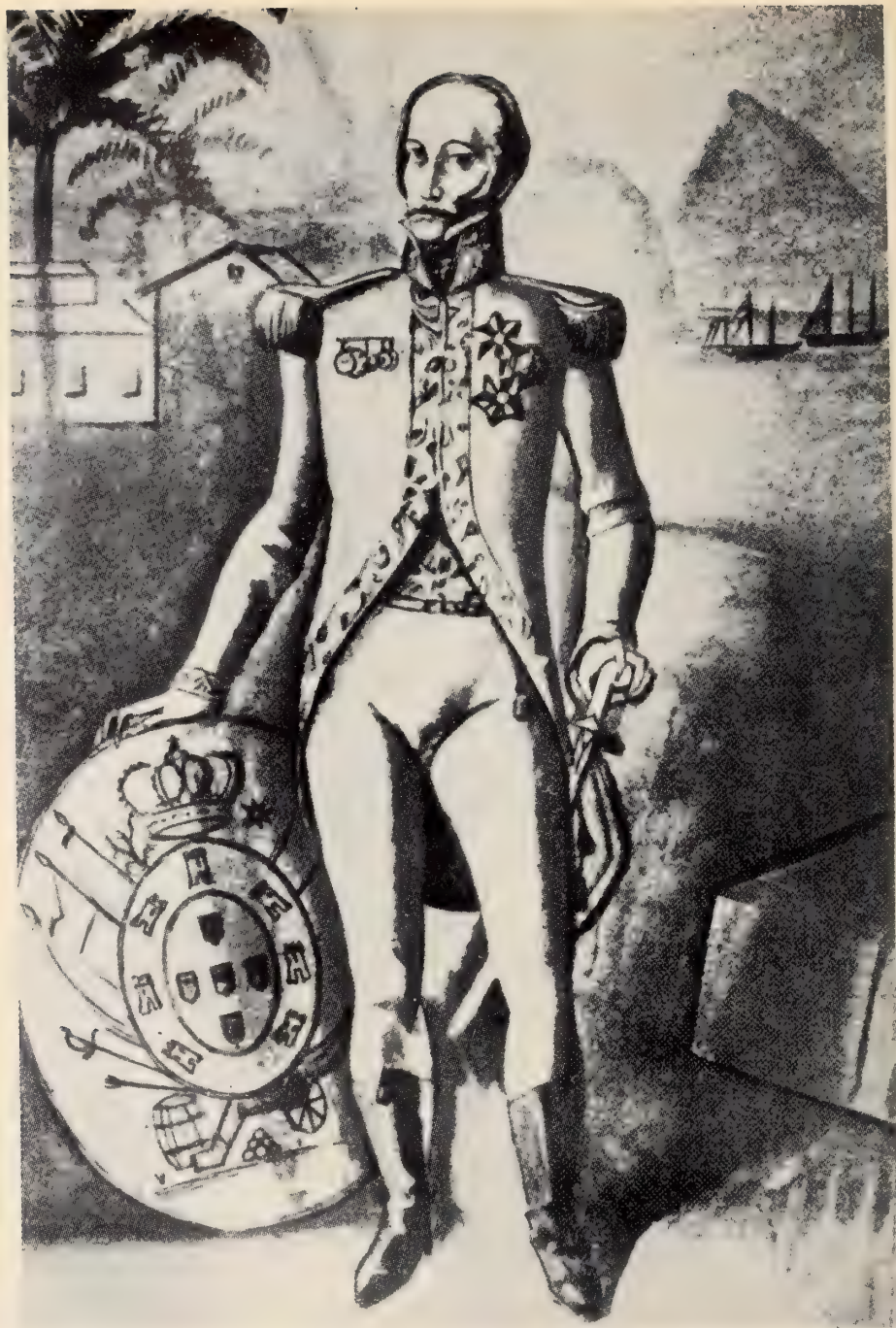
3. Mas voltemos às solenidades da alçada. Vem agora a farsa do tribunal sinistro, com os seus escarmentos sacrílegos. Cerrando a tôrva catadura, fará tremer a pobre alma da terra, vencida e apavorada.

Tinham desde muito, aquêles juízes, a carta de clemência com que a majestade desagravada se antecipava a conter a impiedade dos algozes. Mas o espetáculo de onze execuções, com tôdas as pompas daquela infanda justiça, devia ser um bom sinal e aviso naquele crepúsculo, em que se agitavam consciências à espera da manhã.

Para isso prepara-se tudo. A lúgubre encenação vai ser de efeito maravilhoso.

A sentença havia já caído sôbre aquelas almas, lançadas fora do mundo. Já se haviam tomado tôdas as providências para a cerimônia da execução daquelas onze criaturas humanas, "que não vivem mais porque estão entre a vida e a morte".

Na rua, pela frente da cadeia, passam a todo instante, furtivamente, algumas pessoas do povo, impulsionadas, talvez, menos de curiosidade que dêsse instinto de misericórdia que nunca morre no coração dos humildes. Essas pessoas vêem de soslaio, e ouvem, passando, o que vai de horrível "naquela câmara ardente".

Tiradentes.

Carlos Frederico Lecor, Barão de Laguna.

Já no Largo da Lampadosa se erguia "uma fôrca nova, de grossos madeiros, e de altura desmarcada, como convinha para indicar a gravidade do crime".

De tudo isso "resultava um terror universal"...

Pela manhã de 20 de abril, depois de terem ouvido missa os condenados, "abriram-se com estrondo as portas da prisão, e apareceu o escrivão da alçada com a ratificação da sentença".

Novos embargos, logo depois, são também recusados.

Era admirável a coragem com que aquêles juízes se apraziam de ver os desventurados contorcendo-se nas amarguras daquele tormento dantesco!

Esperava-se ainda pelo último recurso — o da Irmandade da Misericórdia — quando, pela meia hora da tarde, se encaminha de novo, apressadamente, para o oratório "aquêle mesmo ministro (o escrivão do tribunal) que tantas vêzes tinha levado para ali resoluções de morte. A aceleração de seus passos causou grande alvorôço. O seu rosto vinha como transfigurado; e ninguém poderia fitar os olhos nêle sem sentir a terrível majestade da justiça real. Abriu os autos e leu: "Sem embargo dos embargos, que não recebem por sua matéria, vistos os autos, cumpra-se o acórdão embargado".

Nada mais havia a esperar. Aquelas palavras "caíram sôbre os condenados como garras de abutres. Um mortal suor os banhou, e tragaram a última gôta de fel...".

4. Fêz então, o ministro, uma pausa, como se saboreasse a expectação daqueles mortos... E depois, leu uma carta régia. Era essa carta, da rainha, datada de 15 de outubro de 1790: já estava, portanto, no Rio, havia dezoito meses. Tudo o que se fazia, pois, destinava-se a amargurar os míseros condenados, e a produzir escarmento entre o povo.

À vista dessa carta régia, lavrou-se novo acórdão, que o escrivão leu em seguida: "Em observância da Carta da dita senhora, novamente junta, mandaram que se execute inteiramente a pena da sentença no infame réu Joaquim José da Silva Xavier, por ser o único que na forma da dita carta se faz indigno da real piedade da dita senhora. Quanto aos mais réus a quem deve aproveitar a clemência real, hão por comutada a pena de morte na de degrêdo perpétuo".

Ouvidas estas palavras, um vasto alarido se fêz, dentro e nas vizinhanças da cadeia.

E' indescritível o que se passa então. A cidade inteira sentiu-se como de súbito aliviada do pesadelo que a oprimia. Prorrompeu tôda a população desafogada em gritos como de loucura. Partiram próprios para Minas, a espalhar a boa nova, lá na terra dolorosa... As famílias mais devotas, em lágrimas, abriram os oratórios, cantando terços em ação de graças.

Mas é entre os condenados — aquêles espectros da morte que ressuscitam agora! — que se passam os lances mais tocantes. Abalados da mesma comoção, uns choravam, outros riam convulsamente. Enquanto se lhes tiravam as correntes e os grilhões, abençoavam êles os oficiais, abraçando-os em seguida, beijando-lhes as mãos... como famintos de viver.

No meio de tôdas as alegrias daquela ressurreição, só o *Tiradentes* continuou "ligado de mãos e pés", testemunhando, lá da sua penumbra, o milagre daquela mudança. Era o único, por desvalido e humilde, que os juízes não julgaram digno da piedade da soberana.

Ia ser o bode expiatório de tôda a maldade daquela geração.

5. Vem agora o epílogo da tragédia, com aquela cena de monstruosa selvajaria, que é preciso deixar sempre muito viva na consciência da posteridade, para que sirva de estímulo a todos os que detestam a tirania e confiam na justiça. Assistindo em espírito àquele espetáculo, teremos, muito clara, pelo menos a medida da distância, de pouco mais de um século, que já nos separa daquele regime sacrílego e brutal.

E' preciso recordar que o homem que vai para o patíbulo, até a última hora se mostrou *tão corajoso como contrito;* e respondeu ao diretor que o confortava: "que ia morrer, agora, cheio de prazer, pois não arrastava consigo tantos infelizes...".

— Amanheceu aquêle 21 de abril de 1792, um belo sábado de sol glorioso.

Tinha ordenado o Vice-Rei que tudo se fizesse para tornar aparatosa a execução do *Tiradentes*. Chegou-se a atrair para a lúgubre cerimônia o concurso da população, ameaçando-a de que incorreria no desagrado da rainha quem se abstivesse de assistir àquele espetáculo edificante.

Convocou-se tôda a tropa disponível, sem esquecer a própria guarda pessoal do Vice-Rei. Estenderam-se os vários regimentos em alas pelas ruas por onde tinha de desfilar o préstito sinistro.

Trajava tôda a soldadesca o uniforme de gala, ornado de festões de flôres. Os cavalos montados pelos ajudantes, oficiais, ouvidores e mais autoridades, tinham as ferraduras rematadas de laços côr-de-rosa. No meio de tôda esta pompa, andavam os "irmãos da bôlsa, com suas capas e salvas de prata, a esmolar dentre o povo para o sufrágio da alma do irmão padecente...".

A cidade parecia em festa desusada. Pelas janelas era imenso e alvoroçado o mulherio, e tinha um aspecto de alegria e arruído das crianças e o bulício das ruas engalanadas.

6. Num certo momento, aquela cena tôda se agita mais estranhamente. Soam clarins, rufam caixas de guerra. Ouve-se o estridente rodar da ar-

tilharia, o tropel dos cavalos, o tinir das armas, "sem que a serenidade de alma da vítima se ressentisse dêsses rumores, sem que o mais ligeiro sinal de susto lhe alterasse a fisionomia". Estava perfeitamente confortado das suas orações. Dir-se-ia que o cárcere, que por tanto tempo o isolara do mundo, lhe tinha mudado aquela índole vivaz e irrequieta. Não fala: abisma-se na sua meditação. O que só deseja, diante dos algozes, é mostrar, na hora do sacrifício, que sabe dar testemunho da grande causa que lhe custara a vida. Valeram-lhe a fé e a resignação "essa coragem que a tantos heróis tem faltado na hora suprema".

Pelas sete e meia da manhã, entrava na prisão o algoz. Ia vestir-lhe a alva de sacrificando, e "atar-lhe o baraço ao colo". Pedindo-lhe, como de costume, o perdão da morte, plàcidamente voltou-se êle para o carrasco, dizendo-lhe: — "Oh meu amigo! deixe-me beijar-lhe as mãos, e também os pés". E fêz isso com tanta humildade e contrição, que o carrasco, tão afeito a semelhantes lances, "chegou a comover-se, e deixou escapar uma lágrima".

Ao despir-se para vestir a alva, tirou também a camisa, dizendo que por êle "morrera também Jesus assim".

Batiam oito horas na tôrres da cidade, quando se deu o sinal do saimento.

Tomou a vanguarda um regimento de cavalaria com a sua fanfarra. Seguiam-se o clero; a Irmandade da Misericórdia, levando erguido o seu estandarte; e os Religiosos de São Francisco, que rodeavam o padecente, repetindo os salmos próprios de tais cerimônias. "Após o padecente, caminhava o executor, ladeado de seus ajudantes, e segurando as pontas da corda que cingia o pescoço da vítima, e que o prendia entre a vida e a morte".

Rodava atrás de todo o acompanhamento, arrastada por doze galés, a carrêta que devia voltar com o cadáver do supliciado, reduzido a postas. — Algemado, tendo entre as mãos a imagem de Cristo, marchava o padecente. Tinha as faces abrasadas, caminhava apressado e intrépido, e monologava com o Crucifixo, que trazia à altura dos olhos, e que só deixou de fitar com estremecimento por duas vêzes em que levantou extático a fronte para o céu.

Nunca se vira "tanta constância e tamanha consolação em transe tão angustioso! Não foi menor em tôda a assistência a admiração e o pasmo".

7. Soavam onze horas quando chegou o padecente ao campo, entrando, com as pessoas da justiça, no recinto formado por três regimentos.

Subiu ligeiro, e a passos firmes, os vinte e quatro degraus do patíbulo. Deu então, ao algoz, lugar para o fatal preparo, pedindo-lhe apenas, por três vêzes, que abreviasse aquêle transe.

E como se até esta última graça lhe quisessem recusar, subiu neste momento alguns degraus do cadafalso o guardião do convento de Santo Antônio (um fr. José do Destêrro) e dali, dirigindo-se aos espectadores, improvisou, muito inflamado, uma prática, prolongando assim as angústias do padecente. Depois, rezava o símbolo dos apóstolos, à medida que ia descendo; até que se sumiu a sua voz... e a um frêmito da turba, que os tambores abafaram, destacou-se no espaço, suspenso de uma das traves, o corpo em convulsões.... até que o carrasco fêz o seu ofício.

O povo, em silêncio de consternação, começou a dispersar; desfez-se o triângulo, metendo-se em coluna os regimentos, ao som das caixas. Mandou, então, o comandante fazer alto, e ler uma fala às tropas, sôbre a fidelidade devida aos soberanos, e engrandecendo a clemência da rainha...

Como está invariàvelmente na índole de todos os despotismos, a torpíssima cena do espostejamento do cadáver tem de acabar com sinais de regozijo público, para que se sinta bem que tudo aquilo se liga ao esplendor da régia majestade; e longe de ser um excesso repugnante de crueza, é uma forma da grande justiça que desce dos tronos.

No mesmo dia, logo após a execução, reuniu-se o Senado da Câmara, e deliberou convidar, por editais afixados pela cidade, todos os habitantes a "deitarem luminárias por três dias", esperando que "não fôsse necessário punir os que o contrário praticassem"...

E as festas foram celebradas com tôda pompa, e tanto aqui como em várias localidades de Minas.

— E, no entanto, não havia meio de disfarçar que essas demonstrações nada significavam mais que simples manobras do tôrvo espírito do regime. Tudo aquilo é comum a tôdas as sociedades políticas em fases de transição, quando um poder ou uma instituição que morre, ou que pressente a morte, se encontra com os primeiros sinais dos novos tempos. O choque é sempre temeroso; pois, antes de tudo, desperta, nos que representam e guardam a instituição combalida, as maiores anomalias morais, as enormidades mais absurdas e estranhas, que pareciam já relegadas para o fundo das eras, mas que ressurgem da noite como em grande alarma, a ver perigos em tôda parte, e pretendendo loucamente retardar a inevitável eclosão do dia nascente.

QUESTÕES CONEXAS: — *Que fim teve o* monumento *que a justiça real fêz levantar no chão onde estivera a casa do* Tiradentes *em Vila Rica? — Os terrores do Conde de Resende depois da Inconfidência.*

XVI

TRANSMIGRAÇÃO DA FAMÍLIA REAL PORTUGUÊSA PARA O BRASIL D. JOÃO VI – REVOLUÇÃO DE 1817

SUMÁRIO: — Portugal e a Revolução. — Napoleão e a monarquia portuguêsa. — Vinda da côrte para o Brasil. — O govêrno de D. João no Rio de Janeiro. — A revolução de 1817. — A volta da família real para a Europa.

PORTUGAL E A REVOLUÇÃO

1. Nas vésperas da Revolução, achava-se Portugal, sob o aspecto político, em condições análogas às em que se viam os outros povos do continente. Sobretudo fora dos maiores centros urbanos, resignavam-se ainda as populações a sofrer uma situação muito pouco distanciada do pleno regime feudal.

As condições econômicas, e o próprio estado civil, decorrentes de tal situação, eram mesmo talvez mais penosos do que em outros muitos países da Europa, devido, principalmente, à fase de decadência que se acentuava na velha monarquia.

Mesmo depois do desvalimento do Marquês de Pombal no entanto, não se pode dizer que tivesse morrido de todo o espírito de reforma. Nem era possível que ficasse o reino inteiramente estranho ao que se passava em outros países. E a prova disso vão dar-nos as condições em que os primeiros movimentos de Paris vêm encontrar o sentimento geral da sociedade portuguêsa.

Como os liberais de tôda a Europa, tem-se ali os olhos voltados para a grande metrópole do mundo latino, principalmente depois da independência das colônias inglêsas da América.

A ansiedade de todos os povos, à espera de que da França venham os sinais, torna-se alvorôço e quase delírio no momento em que Luís XVI é forçado a convocar os Estados Gerais.

Em parte alguma houve a princípio, no ânimo das próprias classes vigentes, a mais leve suspeita contra o que ia ocorrendo em Paris. Dir-se-ia que a atitude das côrtes era mais de curiosidade e de simpatia dissimu-

lada, que pròpriamente de indiferença. E isso, enquanto o que havia de mais culto na Europa dava sanção expansiva à coragem com que o povo francês tomava a responsabilidade de lançar as grandes reformas por que todos anseiam. Homens, que permaneciam identificados com a iniqüidade, de um momento para outro acordam de alma agitada para as procelárias que anunciam a tormenta. Crer-se-ia, ao meditar fenômeno aparentemente tão estranho, que há, profunda e imperiosa, na consciência das nações, como na dos indivíduos, uma fôrça de que elas só se apercebem e que só revelam nos grandes momentos da sua vida.

2. Mas, particularmente em Portugal, as primeiras impressões, causadas pelos sucessos de Paris, eram positivamente de esperança e alegria.

Quando se recebeu notícia da convocação dos Estados Gerais, todo mundo acreditou que realmente do longo trabalho e do esfôrço de tôda a cultura do século nada se havia perdido.

E é preciso notar que não eram apenas os intelectuais que saudavam o que se ia fazendo na capital francesa: entre os próprios políticos militantes, mesmo nos círculos oficiais, ninguém disfarçava simpatias pelo heroísmo do grande povo, nem mesmo depois que se definiram os acontecimentos pela abolição do govêrno absoluto.

O ministro português em Paris, Vicente de Sousa Coutinho, em cartas dirigidas ao famoso Luís Pinto, ministro de estrangeiros, começou elogiando, em têrmos calorosos, a mudança do regime, e acabou fazendo francamente a apologia da Revolução.

"Nos anais do mundo não se faz menção de um movimento como êste, a que deram lugar os pérfidos conselhos que dirigiram ao rei, e o pouco conhecimento do século" — escrevia o embaixador a 30 de julho, depois, portanto, da tomada da Bastilha, e quando a Revolução já se acentuava nos seus intuitos sociais.

Pela sua parte, o ministro de estrangeiros emulava em entusiasmo com o embaixador; e a "própria *Gazeta de Lisboa*, órgão oficial da côrte e do govêrno, saudava (diz Latino Coelho), com festivas aclamações, a tomada da Bastilha, a que chamava *instrumento da tirania*; e encarecendo muito a memorável sessão de 4 de agôsto, em que a Assembléia Nacional abolira as últimas relíquias da feudalidade, desoprimindo da servidão a terra e o povo, e estatuindo solenemente a igualdade civil entre as classes, outrora em antagonismo".

3. Vicente Coutinho chegava, em suas cartas, tratando do que se fazia em França, a arriscar alusões muito claras à situação de Portugal.

Em sua opinião, "o que a França proclamava como remédio e lenitivo aos seus males, podia-se também aplicar, não sòmente àquela monarquia,

senão a tôdas as da Europa, que dos mesmos achaques haviam largamente adoecido".

Logo depois, era ainda mais franco e explícito tratando da abolição dos antigos privilégios. "Aplaudia vivamente, sobretudo, a nova legislação, segundo a qual a pena e a infâmia não podia mais passar da pessoa do delinqüente e chegava a pedir com insistência, à rainha, que decretasse, de sua autoridade e moto próprio, sem nenhuma intervenção de voto popular, tão justa providência, e quantas outras pudessem corrigir a barbaria da lei penal".

Bem se vê de tudo isso que o espírito do tempo sentia sem reservas como a antiga ordem política e social já era mais sustentável.

O que é certo, no entanto, é que naqueles primeiros instantes ninguém tinha idéia das proporções que os sucessos de Paris iriam tomar. Os próprios fautores daquela obra andariam longe de alcançar a diretriz que a Revolução tomaria.

Tinha, pois, de vir logo a surprêsa para os próprios corações que se agitavam.

Não demorou que a atitude da Europa fôsse mudando diante de Paris, e que aquêles mesmos, que tinham visto como um romper d'alva aquelas estranhas ocorrências, começassem a espantar-se daquilo mesmo que tinham aplaudido.

E aos primeiros movimentos de espanto houve por tôda parte uma tal desorientação do espírito dominante que não se saberia dizer se era mêdo, terror ou indignação o que em tôda as côrtes se sentia contra a França.

A princípio, apesar mesmo das tendências que se não dissimulavam, as apreensões, que as novas idéias inspiram a todos os governos fundados na tradição, iam aconselhando medidas que pudessem evitar o perigo do contágio.

Em Portugal, como na Espanha, chegou-se a recorrer aos serviços da Inquisição, dando-se ao ominoso tribunal novas fôrças! Ao mesmo tempo proibiu-se a entrada de livros e jornais no reino; decretou-se a expulsão de muitos estrangeiros, principalmente franceses.

Êsses recursos, afinal, não faziam mais do que, pela atmosfera de pavor que assim se criava, tornar mais angustiosa a situação; mesmo porque, apesar das cautelas, entravam sempre livros e panfletos subversivos. O intendente Pina Manique tornou-se famoso pelo extremo rigor e intolerância com que perseguiu suspeitos.

4. Em tôda parte, uma vigilância de guerra procurava guardar o país em alarma, isolando-o do incêndio ateado em Paris.

Aquêle mesmo Vicente Coutinho, que tão radioso havia comunicado para Lisboa os pródromos da Revolução, mudava de ânimo agora, e só ante o

decreto que abolia a nobreza e os títulos honoríficos, qualificando-o de "vergonhoso e impolítico". Tanto pesa a tara dos tempos na consciência dos homens!

E a mutação se fêz ràpidamente em tôdas as esferas. A *Gazeta de Lisboa* não deu mais uma nota sequer sôbre as coisas da França, a respeito das quais, um pouco antes, se mostrava tão interessada.

Não se pense, porém, que semelhante reserva exprimia mais que o estado de ânimo da côrte: como se estava a enfrentar com o desconhecido, o mais prudente era nada aventurar deixando documentos...

Assim pudesse Portugal guardar sempre essa continência.

Mas, vem a coalizão geral contra a França. Esta, no entanto, não espera pela ofensiva. E enquanto os exércitos da Revolução transpõem as fronteiras e vão levar ao despotismo conjurado o protesto da nova soberania — o movimento que se opera em Paris, até ali vacilante quanto à forma de govêrno, afirma-se decisivo no sentido de romper-se de todo com as velhas instituições.

Alguns dias depois dos massacres de setembro, a Convenção proclama a República.

E então começam no interior as complicações que convulsionam a capital e as províncias.

Em 1792 vai caindo a França no espantoso cataclismo.

O Terror faz estremecer a Europa inteira horrorizada.

Todos os governos do continente rompem com a França; e a êles, junta-se agora a Inglaterra, até aquêle momento hesitante.

A intervenção da Inglaterra vence de uma vez as vacilações da Espanha.

Teve Portugal de ir seguindo maquinalmente os passos da Espanha. Dissimulando, perante a Convenção, o mais que era possível, uma atitude tão estranha, entrega o govêrno de Lisboa a sua esquadra aos inglêses, e manda uma divisão auxiliar incorporar-se ao exército espanhol que vai invadir a França.

A campanha do Roussillon, e em seguida a da Catalunha, foram grandes desastres para espanhóis e portuguêses.

5. Com a paz de Basiléia (1795) entram os negócios internos da República Francesa a assumir um aspecto menos aflitivo. Dissolve-se a Convenção; e constitui-se o Diretório. Em Paris, a revolta das seções é dominada.

E começa Bonaparte a fazer a sua inverossímil fortuna. Restabelecida a ordem na capital, parte êle para a Itália. Impõe logo uma paz humilhante ao rei da Sardenha. Expele da Lombardia os austríacos, impondo-lhes a paz de Campo-Fórmio (1797).

A Espanha, de todo entregue à França, rompe com a Inglaterra. Era o mesmo que romper com Portugal. Os espanhóis invadem Trás-os-Montes,

Dom João VI.

Dona Carlota Joaquina.

Napoleão Bonaparte.

Algarve, Alentejo; e forçam a côrte de Lisboa a assinar o tratado de Badajós, com a perda de Olivença (1801).

Ao cabo de um instante de desafôgo, estava outra vez o velho reino apertado entre a Inglaterra e Bonaparte. Compra a êste o direito a uma neutralidade só de nome, e à custa de uma contribuição iníqua e odiosíssima, que a muito esfôrço e arte conseguira reduzir a dezesseis milhões.

Em 1805 recomeçam as guerras da Europa contra a supremacia ameaçadora de Napoleão. Convence-se êste de que é preciso, antes de tudo, domar o leão britânico; e forma definitivamente o plano de levar contra êle um grande exército. Reúne em Bolonha fôrças colossais, e prepara, de aliança com a Espanha, uma poderosa esquadra.

Mas a Inglaterra consegue travar uma nova coalizão, em que entram a Rússia e a Áustria.

Ameaçam estas a França, e obrigam o Imperador a sair de Bolonha. De vitória em vitória, chega êle a Austerlitz.

O govêrno português toca ao auge da ansiedade. Ameaça-o, agora, a própria Espanha, entregue, como estava, aos caprichos da vontade imperial; conquanto, por se não privar do apoio da Inglaterra para qualquer emergência, pretendesse também, exatamente como Portugal, passar como potência neutra. Para isso, reuniu fôrças nas fronteiras ocidentais, ao mesmo tempo que concertava aliança clandestina em Paris.

Mas o destino é que não estava por aquelas contemporizações.

De repente, eis que se recebe em Madrid a notícia estupefaciente de que o suserano da Europa decretara a deposição do rei Fernando, das Duas Sicílias (irmão de Carlos IV de Espanha), nomeando-lhe por sucessor José Bonaparte, que já ia a caminho de Nápoles!

E a pobre Espanha estremece na sua angústia!

6. Começa Napoleão a distribuir tronos: e de novo se alarmam as côrtes da Europa. Levanta-se a Prússia. A Inglaterra desilude-se de conciliação com aquêle homem temeroso, que se fazia senhor do mundo; e põe-se outra vez à frente do protesto geral.

As côrtes de Lisboa e de Madrid entendem-se às ocultas com o govêrno de Londres. Havia, tanto numa como noutra, grande ânsia de reprimir os excessos daquela vontade onipotente; mas temiam as surprêsas que pudessem vir contra os díscolos do culto imperial.

Com a entrada, porém, da Prússia na nova coalizão, assanham-se contra a França muitos governos que ainda guardavam uma discreta expectativa.

Entre êsses inimigos disfarçados, estavam os dois reinos da península. A Espanha chegou a mover-se afoitamente, como para um grande cometimento militar; mas de modo tão ridículo, que não disse contra quem se

ia fazer a guerra. O govêrno de Madrid deitou proclamação, concitando os povos, em tom heróico, a uma guerra santa, mas sem dizer qual era o inimigo contra quem se devia tomar armas...

Sabe-se o que foi a campanha da Prússia, a mais brilhante de tôdas as do Imperador. De vitória em vitória, cada qual mais estrondosa, dentro de um mês, entra Napoleão triunfante em Berlim, derribando de um golpe certeiro a monarquia prussiana.

Pode imaginar-se o espanto e o terror que produz em Madrid e em Lisboa a notícia de tais vitórias!

O expediente foi aplacar-se a cólera imperial; e para isso, a tudo se sujeitaram as duas côrtes. Além de tributo, exigiu Napoleão que se aumentassem os contingentes de tropas que a Espanha lhe fornecia.

Por mais dòcilmente que a tudo se acedesse, o Imperador, preocupado com os seus grandes planos no continente, fingia acreditar nas demonstrações com que julgavam enganá-lo. Adiava, assim, o ajuste de contas.

Portugal, então, é que se viu num transe de que não é possível dar idéia: "pagava dez milhões ao Imperador (e fornecia-lhe tropas), e por outro lado tinha de abastecer muitas vêzes, à própria custa, as esquadras da Inglaterra; e tudo isso para manter uma neutralidade que tanto a Inglaterra como a França andavam a cada passo violando".

7. Não demoraria, no entanto, que os acontecimentos viessem criar na península uma situação que não se poderia mais resolver pelo dinheiro, nem pela astúcia.

Vitorioso contra os maiores inimigos do continente, sentia Napoleão que o destino lhe definia o papel no meio daquele mundo vencido e assombrado.

Aniquiladas as grandes potências que o afrontavam, volveu armas contra o inimigo que lhe opunha resistência formidável. Compreendeu que não subjugaria os inglêses senão organizando contra êles um sistema de hostilidade, do qual o ataque pelas armas não seria mais que o complemento. Isolar a Inglaterra seria a primeira condição da vitória.

Lançou, então, o incrível desígnio. Para que mais impressão causasse, foi o decreto publicado em Berlim, a 21 de novembro de 1806. Segundo êsse decreto, os navios, as mercadorias, até as propriedades imóveis, e as mesmas pessoas dos súditos inglêses que se encontrassem em qualquer país do continente, seriam boas prêsas de guerra.

A semelhante audácia, rebateu o govêrno inglês declarando por sua vez a tôdas as nações que, todos os portos, tôdas as praças e tôdas as colônias de França, dos seus aliados e dos demais povos que se sujeitassem à sua influência, considerar-se-iam como bloqueados da maneira mais rigorosa,

sendo ilegal todo o comércio de artigos provenientes dos referidos Estados. Autorizava-se também o corso contra navios dos mesmos.

Eis aí em que terreno estava agora travada a luta de morte. Era o mundo convulsionado pelo crime. Era a humanidade separada em duas hostes que se revidam furores e arremessos de extermínio nos continentes e nos mares.

Não se descreve a angústia em que se sentiu Portugal entre o decreto de Berlim e a nota do ministro Canning.

Houve um momento de folga em pasmo, enquanto a Rússia se movia. Mas é logo chamado à conciliação o imperador da Rússia, e o próprio Báltico fechava-se aos inglêses.

Fica Portugal esperando pela sua hora.

QUESTÕES CONEXAS: — *A declaração dos direitos do homem.* — *A Convenção e o Terror.* — *A expedição ao Egito.* — *As guerras do Império napoleônico.*

NAPOLEÃO E A MONARQUIA PORTUGUÊSA

1. Havendo impôsto a sua política à Rússia (tratado de Tilsit, 1807) cuida o Imperador de completar o isolamento da Inglaterra, fechando-lhe ao comércio os únicos portos que ainda lhe estavam abertos na Península Ibérica. Submetida a Espanha, intima o ministro francês ao govêrno de Lisboa: a declarar guerra aos inglêses no prazo de vinte dias; e fechar os portos do reino e das respectivas colônias ao comércio inglês; a pôr os seus navios de guerra sob o comando da esquadra francesa; e, finalmente, a seqüestrar tôdas as propriedades de inglêses existentes em território português, e a prender os súditos do rei da Inglaterra residentes ou de estada em Portugal.

Compreende-se a extremidade em que se viu a côrte de Lisboa, sob o pêso de exigências e imposições tão descabidas e absurdas, e que tanto humilhavam a nação. A própria côrte de Londres reconheceu que Portugal não tinha meios de conjurar tais embaraços, e foi a primeira a sugerir e facilitar-lhe expedientes com que, ao menos, evitasse os maiores males, e sobretudo, o naufrágio da própria monarquia, exposta aos furores daquela tormenta.

Havia muito mesmo que o ministro inglês em Lisboa, prevendo êste transe, insinuava ao Príncipe Regente, a conveniência de transferir para o Brasil a sede do govêrno. Aliás, não era nova essa idéia, pois desde os primeiros tempos se havia pensado em transladar para a América a sede da monarquia. E' de crer que no espírito do próprio Marquês de Pombal an-

dava em gestação um grande plano neste sentido. E agora, na fase em que entrou Portugal com a política de Bonaparte, o estadista, que mais nìtidamente fundamentou o projeto da mudança da côrte para o Brasil, foi D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

No momento, porém, a que se chegara, contestando nota do residente em Londres, dizia logo Canning que a esquadra inglêsa estava preparada para transportar a côrte para o Brasil, "em vez de fazer ao reino a guerra aparente que se lhe propunha".

Está-se vendo tudo. O que se pretendia em Lisboa era ter o reino poupado por uns e por outros; e para isso, enquanto se obedecesse ao Imperador, precisava-se das boas graças da Inglaterra.

2. Propunha-se, portanto, ao govêrno de Londres, que não fizesse caso da adesão que se ia fazer ao bloqueio continental; que fingisse mesmo hostilidade aos portuguêses, de modo a que o senhor supremo se convencesse da sinceridade dessa adesão. Ora, a Inglaterra toleraria decerto essa dubiedade escandalosa, mas não se tornaria comparsa consciente na comédia.

É o que explicava lorde Canning ao govêrno português.

Via-se de todo indeciso, nas suas aflições, o espírito da pobre côrte. Nem as premuras daquele instante lhe deixavam calma para refletir nos expedientes a tomar. Naquela extremidade, o que todos querem é evitar as maiores desgraças, impedir os desfechos mais tremendos.

Depois de se haver entendido com o govêrno inglês, publicou o Príncipe Regente o decreto de 22 de outubro de 1807, ordenando que se fechassem aos navios provenientes da Inglaterra, e aos que a ela se destinassem. todos os portos do reino, "visto como (explicava) o govêrno português havia por bem aceder à causa continental, unindo-se a S. M. o Imperador dos Franceses, e a S. M. Católica, com o fim de contribuir para a aceleração da paz marítima".

Com semelhantes recursos não fazia mais a côrte portuguêsa senão complicar a situação desesperadora em que se via.

O govêrno de Londres tomou êsse decreto, ou simulou tomá-lo, como formal declaração de guerra. O ministro inglês retirou-se imediatamente de Lisboa (mas ficou a bordo de um dos navios da sua nação); a esquadra britânica foi logo hostilizando navios portuguêses, de alguns dos quais se apoderou; e tomou conta, outra vez, da ilha da Madeira.

O curioso é que quando a Inglaterra assim recebia a adesão de Portugal ao sistema do Imperador, deliberava êste em Paris, de conluio com a Espanha, sôbre a sorte do reino e os destinos da monarquia.

Segundo o tratado secreto de Fontainebleau, de 27 de outubro de 1807 (entre Napoleão e a Espanha), era Portugal dividido em três porções — norte, centro e sul —. O Norte, sob o nome de *Lusitânia Setentrional*,

compreendendo as províncias de Entre-Douro e do Minho, com uma população de cêrca de 800 000 almas, teria como capital a cidade do Pôrto. O Sul, compreendendo as províncias de Alentejo e de Algarves, com 400 000 habitantes, formaria o principado dos Algarves. O Centro, que era a parte mais importante, era constituído pelas províncias da Beira, de Trás-os-Montes e de Extremadura, com 2 000 000 de almas.

3. No mesmo tratado já se fazia a distribuição dos três quinhões. O reino da Lusitânia Setentrional seria dado à rainha Maria Luísa, em troca da Etrúria, que ficava incorporada à França. O principado dos Algarves pertenceria ao famoso Príncipe da Paz (Godoy). O centro, ou Lusitânia do Sul, ficaria sob o domínio e proteção direta do Imperador, podendo êste dar-lhe o destino que mais conveniente lhe parecesse, e até restituí-lo à dinastia de Bragança, se assim viesse a entender.

Ao mesmo tempo, ordenava o govêrno imperial que se retirasse de Paris, dentro de dois dias, e do território francês, no espaço de quinze dias, o ministro português D. Lourenço de Lima. De Madrid era igualmente despedido o Conde da Ega.

Ao ser notificado de medidas tão excepcionais e tão estranhas (isto é, da despedida dos ministros, pois o tratado continuara em absoluta reserva), sentiu-se em Lisboa que a catástrofe se aproximava.

Julgou, no entanto, ainda o govêrno de D. João, que poderia conter a refrega acedendo afinal a tôdas as imposições do Imperador: a 8 de novembro decretava a prisão de todos os inglêses que se encontrassem no reino, de residência ou de passagem; bem como o seqüestro de tôdas as propriedades de inglêses existentes em Portugal.

E, enquanto se fazia isto, tudo se ia explicando ao govêrno de Londres.

Não seriam decerto êstes os processos mais próprios para recomendar, no juízo da Europa, e dos próprios povos entre os quais se via, a causa de Portugal. Os inglêses compreenderam o que tinha de doloroso aquêle apêrto; e não era tanto de indignação, mas de dó e piedade o sentimento que o Príncipe Regente inspirava em Londres.

Tanto assim que lá não se pensou agora em desfôrço ou repressália: antes o que se quis e resolveu foi amparar na triste conjuntura o velho aliado, que pùblicamente rompia a aliança, mas que em reserva procurava conservá-la.

4. As sugestões, que desde muito se faziam lá de Londres, da retirada para o Brasil, tornaram-se agora instantes, à vista do perigo, que só o Príncipe Regente parecia não ver claro, na ilusória esperança com que se obstinava na sua estúrdia política de ficar ao mesmo tempo com o Imperador e com os inglêses.

Lorde Strangford (o ministro inglês), que não tinha (*pro-forma*) residência oficial em Lisboa, mas que vivia sempre da esquadra para terra, e vice-versa, punha em ação todos os recursos da sua lógica no sentido de fazer vingar naquela côrte apavorada o único alvitre que parecia sensato e o único possível em semelhantes apuros.

Vê-se, pois, D. João, entre os dois partidos que se haviam formado na côrte, o dos inglêses e o do Imperador. Compreende que o caminho que lhe indicava Lorde Strangford é o mais seguro; mas também sente que é o mais estranho, arriscado e aventuroso. Com que coragem havia êle, que tanto amava a quietação dos retiros, a normalidade serena da sua vivenda afastada de arruídos e livre de perigos, com que coragem havia de sair da sua paz e afrontar o desconhecido?

Demais: no fundo daquela compleição moral subsiste uma fôrça que os males da vida e do ofício não tinham conseguido reduzir, antes pareciam aumentar: o instinto da terra, a afeição pelo seu povo, tudo isso que o prendia ao velho Portugal, e de modo tão íntimo que nunca lhe teria passado pela mente a existência fora daqueles ares.

Torturava-lhe a alma aquela idéia de fugir da pátria, abandonando tudo à impiedade de estrangeiros.

A essa irredutível repugnância de D. João, pelo proposto alvitre, tem de atribuir-se o caráter de precipitação que teve a retirada, quando é certo que a transferência da côrte para o Brasil era a única medida de salvação, a única mesmo capaz de robustecer a monarquia periclitante e renovar o espírito da nacionalidade.

5. O Príncipe, no entanto, não era homem para entender essas coisas, nem para arrojar-se a tão temerárias amplitudes. Com a sua timidez e ânimo apoucado, resistiu obstinadamente, emperrou-se como uma criança até o derradeiro momento, quando o abismo estêve à vista.

Chegou a parecer que êle tivera, nas vésperas da catástrofe, uma como súbita vigília de consciência, ou heroísmo reacionário, de natureza galvanizada pela desgraça; e que então se levantara, intrépido e clamante, para afrontar o vendaval que rugia. Disseram mesmo que êle próprio é que teve, não se dirá a resolução, mas a veleidade, de não sair da pátria, e esperar de pé firme as injunções do destino. Pensou-se então em providências destinadas a acautelar a sorte da dinastia. Entre as medidas, em que se confiava para isso, estêve a de se mandar para o Brasil o Príncipe D. Pedro, herdeiro da coroa. Enquanto êle se pusesse assim em segurança, recolher-se-ia a côrte a Peniche, onde ficaria sob a proteção da esquadra.

Aventou-se, pois, com o mais vivo entusiasmo êste plano de fazer seguir para a América o Príncipe da Beira. E cuidou-se mesmo de dar-lhe execução.

As condições em que se ia fazê-lo eram difíceis. Nem se pode imaginar a situação aflitiva em que se encontra o reino; e ainda menos o que se passa em Lisboa naqueles dias.

Começa o êxodo dos inglêses, em conseqüência do decreto de 22 de outubro. Com isso sofreu o comércio sùbitamente uma depressão medonha. Os inglêses levaram a maior parte da moeda metálica. Tôdas as coisas encareceram extraordinàriamente, sobretudo os artigos do consumo geral. O papel-moeda emitido pelo govêrno, e que era o único meio circulante, depreciou-se quase na têrça parte. Cessou o trabalho e todo o movimento industrial.

E no meio de tudo isso, o terror da invasão francesa! "A todo instante viam-se os inimigos nas fronteiras".

Como era possível, em tais apertos, organizar a expedição que devia conduzir ao Brasil o Príncipe D. Pedro?

6. Isso tudo não era menos que uma vitória do partido que o Imperador já fizera em Lisboa. E para coroá-la, chega neste momento de Paris o embaixador D. Lourenço de Lima.

Era êste homem agora, "um instrumento" de que a diplomacia imperial, de conluio com a astúcia de Godoy, se servia para preparar o golpe de fôrça contra o reino.

Enquanto o Imperador, com o seu gesto olímpico o despedia, procurava-o Talleyrand para insinuar-lhe o que estava no interêsse da França, isto é, a desnecessidade da retirada da côrte portuguêsa, segundo se espalhara já por tôda a Europa. Fêz-lhe ver como a aliança com o Imperador era mais vantajosa para Portugal do que a política dúbia que estava seguindo a côrte portuguêsa. Persuadiu-o de que nada havia de hostil no govêrno de Paris contra a família de Bragança; mostrou-lhe mesmo como as negociações para um ajuste de paz e amizade prosseguiriam não obstante o rompimento dos dois governos, contentando-se Napoleão com um simples simulacro de seqüestro de bens dos inglêses, sem nada exigir contra a soberania e integridade do reino.

Tudo isto bem se podia ver que não passava de manobra ardilosa com que se queria retardar a saída da côrte para a América, até que as tropas francesas chegassem a transpor as fronteiras, a caminho de Lisboa.

E D. Lourenço de Lima, que, em Paris, andava sempre quase completamente alheio ao que se urdia pelo alto, deixou-se agora engodar de todo pelas manhas do famoso chanceler; e pode-se dizer que aparecia em Lisboa quase como um emissário do Imperador.

7. Com muito afã foi D. Lourenço de Lima agindo sôbre o espírito da côrte; e nada lhe custou acentuar as disposições em que viera encontrá-la, sendo no seu esfôrço ainda secundado pelo Conde da Ega, embai-

xador em Madrid, e que o astuto Godoy igualmente sugestionara no sentido da política imperial.

Num instante, se não se viu inteiramente modificada aquela atmosfera de aflições em que estava a côrte, atenuou-se pelo menos aquêle terror que suspendia a vida geral.

As notícias trazidas pelos dois embaixadores (Lima e Ega) confirmavam, pois, as tendências do partido francês, e fixou-se no ânimo de tôda a côrte a esperança de que ainda era tempo de tudo salvar conciliando-se as boas graças do senhor supremo.

Acreditaram todos que, rompendo de verdade com os inglêses e dando cabal execução aos decretos do Imperador, estaria Portugal perfeitamente livre da procela, e nem mais necessário seria mandar D. Pedro para o Brasil.

Andava assim às tontas a côrte dolorosa. Agora, o grande inimigo está do outro lado da Mancha. Remetem-se de uma vez os passaportes a Lorde Strangford. Põe-se em pé de guerra todo o exército. Removem-se para a guarda da costa as tropas que guarneciam as fronteiras.

Talvez não se contasse em França e na Espanha com tantos disparates assim tão depressa...

O entusiasmo em Lisboa foi ao ponto de fazer-se logo partir, apressadamente, com destino a Paris, o Marquês de Marialva, encarregado de dar contas ao Imperador do modo, como se cumpriam no reino as suas ordens; e até munido de plenos poderes para entender-se com êle no sentido de selar-se por uma aliança de família o pacto de perpétua amizade que se queria fazer com o império...

Mas, o Marquês de Marialva, mal transpusera os Pireneus, via-se obrigado a retroceder espavorido, e reentrara no reino sentindo atrás de si o tropel dos invasores!

QUESTÕES CONEXAS: — *A grande legenda do Imperador. — O bloqueio continental. — O problema da mudança da côrte para o Brasil. — A missão frustrada de Marialva.*

A VINDA DA CÔRTE PARA O BRASIL

1. O regresso de Marialva desfez tôdas aquelas tristes ilusões. A pobre côrte recai no seu pavor. E' indescritível o pânico em tôda Lisboa. Dava-se o exército francês a marchas forçadas já em território do reino.

Ninguém mais pensou senão em fugir.

Tratou-se imediatamente com os inglêses outra vez como amigos e "pediu-se-lhes tudo quanto em transe tão angustioso só se tinha o direito de esperar da misericórdia de cristãos"...

No dia 23 (novembro de 1807) recebeu-se a notícia de que, com efeito, os franceses haviam transposto a fronteira; e de que também os seus aliados de Espanha, por vários pontos, tinham entrado no país.

No dia seguinte, expediram-se ordens para o embarque imediato das pessoas da côrte, e de todos que quisessem acompanhar a Família Real. Fixou-se a partida para o dia 28, devendo o embarque ser feito até à véspera, pois calculava-se que o inimigo só poderia entrar em Lisboa depois de 29.

Transferiu-se logo o Príncipe-Regente do palácio de Mafra para o da Ajuda; e cuidou-se de arranjar tudo que dentro de três dias tinha de ir para bordo.

No dia 25, publicou o Príncipe um manifesto ao povo português, dando as razões que o forçavam a transferir provisòriamente para o Brasil a sede da monarquia, e procurando confortar a alma da velha pátria, com a esperança de que em breve estaria de volta. Aconselhava coragem, e ao mesmo tempo muita prudência com o inimigo, "de modo a não tornar mais funesta ainda aquela calamidade".

Ao espalhar-se em Lisboa a notícia de que a Família Real ia mesmo partir para o Brasil, caiu a cidade em consternação. "Grupos numerosos (desde o dia 25) apinhavam-se nas praças e ruas. Uns pediam misericórdia; outros vociferavam em desespêro... Gritos e lágrimas partiam de tôda parte. Muitos, não vendo mais pátria, nem rei, nem amigos, procuravam incitar a multidão a armar-se e defender-se, e expelir do solo pátrio os franceses a ferro e fogo. Noite e dia os mesmos lances, o mesmo espetáculo de vergonha e desolação". Chegava a todo instante das províncias cópia inumerável de foragidos, que apavorados pensavam em ficar livres dos inimigos refugiando-se em Lisboa. Não havia mais govêrno, nem polícia. Era como se, de um momento para outro, se tivesse destravado e abatido todo o edifício social.

2. Chegou o momento em que não era mais possível prorrogar a partida, pois soubera-se no dia 26 em Lisboa que Junot pernoitara a 25 em Abrantes, a 22 léguas apenas da cidade.

O embarque teve de efetuar-se no dia 27.

Houve, então, um desvario geral em Lisboa. O povo em alvoroços, agrupado pelas praias e cais, que se estendem Tejo abaixo até Belém, assistia ao embarque de bagagem — caixas, fardos, volumes imensos — levando a fortuna da terra, objetos de valor, obras de arte, raridades, relíquias históricas.

Grande número de fidalgos e pessoas importantes pela posição e pela fortuna, seguiam o destino daqueles bens e riquezas. Soldados, marinheiros, oficiais de terra, tomavam o mesmo rumo.

"Dir-se-ia o exílio de uma nação inteira diante de bárbaros invasores do lar e da pátria."

O Príncipe-Regente e o infante de Espanha, D. Pedro Carlos (primo de D. Carlota) chegaram, num côche, ao cais de Belém sem acompanhamento de um só criado ou guarda; nem mesmo encontraram pessoa alguma que os recebesse oficialmente, pela confusão com que tudo se efetuara. Tiveram apenas como saudação os gritos do povo que ali estava consternado.

O cais achava-se em lastimável estado, devido às chuvas dos dias anteriores; e os príncipes o atravessaram carregados por dois cabos de polícia que por acaso ali apareceram. Confundia-se neste momento o pranto do Regente com o do seu povo. Apertava em vonvulsões a mão de quantos dêle se aproximavam. Dizia adeus a todo o mundo com a voz comovida e entrecortada de suspiros.

Ao seguir a galeota para bordo da nau *Príncipe Real,* não se descrevem as cenas tocantes que se deram, tanto em terra, entre os que ficavam, como a bordo da galeota e da nau.

Já se havia embarcado o Regente, quando chegou ao mesmo cais D. Carlota Joaquina com os filhos; e dali, com o seu séquito, foram em demanda da nau *Rainha de Portugal.*

O Príncipe D. Pedro de Alcântara demorou-se com seu aio no meio da multidão, à espera da rainha sua avó.

3. Cenas pungentes dão-se no instante em que D. Maria I chega ao cais, acompanhada de suas damas. Começou a rainha a gritar como louca, em grande acesso do seu mal, não querendo embarcar. Considerava-se como arrastada ao suplício, num horror de quem vai para o patíbulo. Parecia a todos que através da alucinação, de que padecia, raiava a luz que se não tinha apagado no seu coração, e que a incitava a não despegar-se da pátria, preferindo sujeitar-se à sorte dos seus súditos... Com muito custo, conseguiram as damas levá-la até a galeota que a transportou para a nau *Príncipe Regente.* Outras princesas, com D. Maria Francisca, viúva do Príncipe do Brasil, tomaram a nau *Princesa do Brasil.*

Grande número de titulares, e os ministros de Estado, e demais personagens de primeira plana, com sua famílias e comitivas, acomodaram-se em outras embarcações. "Ao passarem por entre as massas curiosas, alguns recebiam sinais de estima; outros, que a multidão detestava, ouviram palavras desagradáveis e injuriosas... Alguns houve que, temendo as iras do povo, preferiram seguir para bordo à sombra da noite, às escondidas.

Alguns regimentos de linha, que tiveram ordem de embarcar, recusaram obedecer, e debandaram".

Cêrca de quinze mil pessoas, "das primeiras famílias do reino, das mais abastadas e das de mais valimento, deixaram, naquele dia ominoso, terras de Portugal, fugindo aos horrores de que a invasão francesa as ameaçava, e procurando abrigo seguro nas plagas longínquas da América".

Poderia a esquadra ter partido mesmo no dia 27 à tarde, pois a ansiedade de sair era grande sob o pavor que as notícias da invasão espalhavam.

Os fortes ventos contrários, porém, não permitiram isso nem na manhã de 28, como se pretendeu.

Os horrores que se passaram a bordo, sob a iminência de se ver a cada instante chegar o inimigo a tempo de impedir a saída, não se descreve. Mais de quarenta horas de angústia padeceram ali no pôrto os exilados, até que na manhã de 29 puderam os navios levantar âncoras e descer vagarosamente o Tejo.

4. No dia 30, às 9 da manhã, entrava Junot em Lisboa, para só avistar, a sumirem-se no oceano, as últimas velas da frota...

Compunha-se de uns 26 000 homens o exército francês. Contava Junot seguro o golpe que se incumbira de vibrar. A marcha, porém, das suas tropas, não foi tão fácil como êle imaginara. O frio, as chuvas e a escassez de recursos foram os grandes obstáculos com que teve de lutar. Só mesmo a tais entraves deveu a côrte portuguêsa aquela fortuna de ter podido, à última hora, valer-se do expediente da fuga.

Ao cabo de muitos trabalhos e sofrimentos, viera Junot (tendo perdido uns 5 000 homens) entrar em Portugal no dia 20 de novembro, pela estrada da Beira.

Estava o exército invasor em condições tão deploráveis que "bastaria um simulacro de resistência para destroçá-lo"...

No dia 25, depois de refeito em Abrantes, prossegue Junot, a marchas forçadas, para Lisboa, na grande ânsia de impedir a saída da côrte.

E não fôsse o obstáculo das cheias do Tejo, que o obrigaram a parar dois dias sem poder transpor o Zêzere (afluente do Tejo) teria êle certamente conseguido apanhar a Família Real. E ainda depois de haver, a custo, passado o Zêzere, encontrou, caminho de Lisboa, inundados os campos da Golegã.

No dia 28, estava êle em Santarém, a poucas léguas da capital portuguêsa.

Nesse mesmo dia, seguido apenas de um regimento de granadeiros e de um batalhão de linha, destacou-se do grosso das fôrças, pondo-se em marcha precipitada sôbre Lisboa.

A pequena distância da cidade, encontrou um destacamento de cavalaria real. Era talvez — observa um autor — "a primeira fôrça armada que lhe aparecia"...

Êsse piquête logo se pôs sob as ordens do general invasor, e serviu-lhe de guia.

5. No dia 30, como se disse, pela manhã, entravam os franceses em Lisboa. O primeiro cuidado de Junot foi correr à bateria do Bom-Sucesso, e em seguida à fortaleza de São Julião, no intuito de impedir a saída das naus. Fazendo disparar a artilharia da fortaleza, conseguiu ainda o chefe invasor apreender alguns dos navios mercantes que tentavam escapar "nas águas da esquadra. Sôbre as fortalezas, os monumentos, e os edifícios públicos, e nos mastros dos navios de guerra que tinham ficado no pôrto, mandou incontinenti que se alçasse a bandeira das águias francesas"...

Voltando da barra para a cidade, sem dissimular o seu imenso despeito, cuidou sem perda de tempo, o general inimigo, de fazer ocupar os vários edifícios públicos. Nomeou logo empregados para os arsenais e outras repartições da marinha e da guerra; para o tesouro e a recebedoria das rendas. Fêz arrecadar a prata e todos os objetos de valor da patriarcal e das igrejas mais ricas. Seqüestrou "os bens e propriedades da Coroa, os patrimoniais da casa real, e até os particulares dos fidalgos e outras pessoas que haviam fugido com o Regente. Incorporou às suas as tropas portuguesas. Fixou contribuição de guerra para as várias cidades do reino".

Ao mesmo tempo que os franceses, ocupavam divisões do exército espanhol as outras porções do território português, para o norte e para o sul.

6. Enquanto, como bandos de abutres em sanha, abatiam os franceses e os espanhóis sôbre a mísera terra, navegava a frota conduzindo para a América a Família Real, com o que havia de mais valioso naquela côrte desmantelada.

Imagina-se como andaria agora aquela gente, perdida na imensidão do oceano. Dá-se principalmente D. João como de alma em luto, comovido até o pranto ao afastar-se da pátria. Não podia desprender das terras que iam ficando "os olhos marejados de lágrimas". Sabia que deixava o "seu povo entregue à tirania de estrangeiros, o seu reino sob as plantas de inimigos inclementes, as fortalezas do Tejo cobertas com a bandeira imperial, os bens e os direitos dos seus súditos à mercê dos invasores, e o escarmento e a ruína e a devastação em tôda aquela terra que o seu coração abandonava"...

Pouco a pouco, "foram desaparecendo o rio, as praias, as montanhas de Sintra", até que se perdeu de vista a linha da costa, e se afundou no oceano.

Logo no primeiro dia uma refrega dispersou momentâneamente alguns navios. Serviu, no entanto, êste revés, para dar aos prófugos a medida da sua grande fortuna; pois, se não tivessem saído pela manhã de 29, teria o temporal forçado os navios a permanecer no ancoradouro... à espera dos franceses.

7. Depois, monótonos correram os primeiros dias da viagem. Pôde-se então notar quanta imprevidência e descuido tinha havido nos aprestos necessários para tão longa derrota. Insuficientes, e de má qualidade, eram os víveres. Chegaram os inglêses a fornecer à esquadra o mais que puderam, e ainda assim, sem melhorar as condições de todos os navios. Faltavam acomodações para o maior número dos exilados, e até para as senhoras. Era excessivo o número de passageiros em cada embarcação, sendo muita gente obrigada a dormir no tombadilho. A imensa desordem com que se se fizera a distribuição das bagagens, punha o maior número de passageiros em grandes embaraços, pois raros eram os que levavam no próprio navio as suas roupas e demais artigos de uso.

Ao cabo do nono dia de viagem, desencadeou-se uma tempestade, que tomou proporções assustadoras, e afligiu cruelmente os viajantes.

A noite separou a frota, que até então andara unida e à vista.

Quando o tempo serenou, já muitos navios não apareciam. "Fizeram-se sinais entre os presentes, e transmitiram-se ordens para se procurar os que faltavam. Moderou-se e regularizou-se a viagem, combinando quanto às alturas por onde se deveriam todos encontrar, a fim de unidos, prosseguirem a derrota. Avistou-se, a 11 de dezembro, a ilha da Madeira, como um ramalhete de flores no seio dos mares"...

Só dali a um mês é que de novo se avistou terra, e já no continente americano.

QUESTÕES CONEXAS: — *Como ficava Portugal. — Em que almas, então, se refugiou o sentimento nacional. — A nobreza do reino e Junot.*

O GOVÊRNO DE D. JOÃO NO RIO DE JANEIRO

1. Com outros navios da frota que se dispersara, fundeou a 22 de janeiro na baía de Todos os Santos a nau *Príncipe Real.* No dia 24 desembarca D. João, no meio de manifestações que não se saberia dizer se revelavam mais entusiasmo que espanto.

Demorou-se o Príncipe Regente na Bahia cêrca de um mês; e desde ali começou a tomar certas medidas e providências com que fizesse sen-

tir como a transladação da côrte para o Brasil ia abrir nova era na vida da colônia.

Entre essas medidas, a de mais importância foi a abertura dos portos ao comércio de tôdas as nações amigas (carta de 28 de janeiro).

Insistiram muito os baianos para que fixasse ali o Regente a sede provisória do govêrno. Agradeceu muito D. João os oferecimentos que lhe fizeram; e sem desconhecer as razões que lhe apresentavam, mostrou como não era possível mudar o que se assentara ainda na Europa.

No dia 26 de fevereiro zarpava a frota para o sul com destino ao Rio de Janeiro. No dia 7 de março fundeava em nossa baía, perto da ilha das Cobras.

No dia seguinte, pela tarde, efetuava-se o desembarque. A cidade, engalanada, e como em convulsões, parecia uma só alma em delírio. O mais comovido, no entanto, dir-se-ia que era o homem simples e tímido, que andava tão cruelmente batido do destino.

As festas duraram nove dias, e tôdas as noites a iluminação da cidade teve o mesmo brilhantismo, e a alegria geral as mesmas expansões.

E ainda por algum tempo depois pode-se dizer que a cidade continuou em festas; pois de tôdas as capitanias, até dos pontos mais afastados do interior, vieram, não só governadores ou seus representantes, bispos ou seus enviados, como outras autoridades, e deputações dos povos — todos a felicitar o Príncipe e a Rainha.

2. Acabadas as festas, cuidou-se de instalar a alta administração, cujo aparelho se julgava desfeito desde que a côrte saíra de Lisboa. Aliás, mesmo antes, já se haviam criado os três ministérios — do reino, da marinha e ultramar, e da guerra e estrangeiros —; nomeando-se para êles, respectivamente, D. Fernando José de Portugal e Castro (depois Marquês de Aguiar), o Visconde (depois Conde) de Anadia, e D. Rodrigo de Sousa Coutinho (depois Conde de Linhares). Eram realmente homens de primeira plana, pela inteligência e pelo caráter. Tinham apenas, cada um mais que os outros, o vício que era ingênito do regime — a superstição da realeza absoluta —. Para todos êles, o rei estava sempre acima de povo, de pátria e de tudo.

Formado o ministério, foram-se montando outras peças do mecanismo político e administrativo.

Criou-se, em seguida, o Conselho de Estado. Logo o Conselho Militar e da Justiça e a Intendência Geral de Polícia.

Eram as linhas mestras do edifício.

Vêm depois: a Casa da Suplicação, o Desembargo do Paço, a Mesa da Consciência e Ordens, o Conselho de Fazenda, a Junta de Comércio, a Junta Real de Agricultura e Navegação. Instalaram-se ainda outras mui-

tas repartições (a maior parte inúteis); tais como: "o Juízo dos privilégios, as chancelarias, as superintendências de novos direitos, a superintendência da câmara real no regimento das mercês", etc...

Todo êste complicado aparato (mais que desnecessário, porque, perturbando os mais simples expedientes, se tornava prejudicial ao serviço público) era apenas o meio prático de que se valia o govêrno para socorrer a chusma de fidalgos que tinham vindo com a côrte, e estavam aqui em penúria.

3. Fundaram-se, logo depois, estabelecimentos que correspondiam verdadeiramente a necessidades de ordem geral; como: a escola de marinha (no mosteiro de São Bento); a escola de artilharia e fortificações; uma fábrica de pólvora; um hospital do exército; um arquivo militar; a Impressão Régia; o Jardim Botânico. Mais tarde: um novo teatro; a Biblioteca Pública; a Academia das Belas-Artes; o Banco do Brasil.

Por um dos alvarás de 1.º de abril (1808) revogaram-se tôdas as restrições que se haviam pôsto à indústria em geral, e declarou-se que a todos os vassalos da Coroa portuguêsa era lícito fundar, em qualquer parte do país, os estabelecimentos que lhes conviessem; e estendendo igual permissão aos estrangeiros que viessem residir no Brasil.

Por um decreto posterior (de 11 de junho) e no intuito de estimular e proteger as indústrias brasileiras, alterou-se a carta régia de 28 de janeiro, na parte relativa aos direitos de entrada, ordenando que tôdas as mercadorias de propriedade de portuguêses e por sua conta carregadas em embarcações nacionais, pagassem nas alfândegas apenas 16 por cento (em vez de 24, a que ficavam sujeitas só as estrangeiras).

Além disso, isentou-se de impôsto a matéria-prima que se importasse para as fábricas, e mais tarde franqueou-se inteiramente a exportação. Garantiram-se direitos aos inventores, e favoreceu-se a introdução de máquinas e instrumentos novos. Declarou-se que eram isentos do serviço militar os agentes e os empregados de fábricas e oficinas. Criaram-se prêmios e medalhas para estimular os agricultores e industriais. Decretou-se também, mais tarde, que o comércio de cabotagem seria exclusivamente brasileiro.

4. Com a presença da côrte não podia naturalmente a cidade do Rio de Janeiro continuar a ser o que tinha sido nos tempos coloniais. Crescera-lhe ràpidamente a população com a entrada de europeus. Êsses europeus traziam idéias novas e novos costumes e exigências da vida. Tomaram incremento as indústrias, o comércio, as artes. As próprias festas da côrte mudaram o gôsto, os hábitos da população, cujo espírito se foi abrindo, desprendendo-se da rotina, reclamando a amplitude de outros horizontes.

Só êsse serviço de melhorar as condições gerais da cidade, e fazê-la digna de ser a sede, ainda que provisória, da monarquia, tinha de

custar muito; e não se poderia dizer que fôssem improfícuas, ou que se justificassem, tôdas as despesas com tais melhoramentos.

Ao mesmo tempo, não se podia esquecer a velha pátria que lá ficara sob o domínio do inimigo. Era preciso socorrê-la, ao menos para nutrir de coragem o alanceado coração e a fidelidade daqueles súditos que na desgraça se mostravam tão dignos.

Como se sabe, não demorou lá na Europa que a própria população, amparada pelos inglêses, reagisse contra a ocupação francesa. As notícias das primeiras vitórias alcançadas pela insurreição do Sul contra Junot vieram causar imensa alegria. Mais ainda se alegrou o Príncipe Regente, e tôda a côrte, quando soube da convenção de Sintra, e logo da libertação do território português e do reconhecimento de sua autoridade em Portugal.

À vista de tudo isso, teve D. João de reorganizar o Conselho de Regência que lá deixara, e suprir do indispensável, o govêrno e administração do reino, que estavam espúrios.

Tôdas essas necessidades iam entrar largamente no conjunto de causas que agravaram a situação das finanças, de tal modo que sem algum expediente excepcional não seria possível conjurar tão cedo embaraços tão formidáveis.

Foi então, que desenganado de outros recursos, se resolveu criar um banco emissor, jogando com o próprio crédito interno.

5. Mas estava longe de limitar-se a isso a tarefa do govêrno de D. João na América. Além do que vai fazendo sob o ponto de vista da administração, teve ainda de volver atenções, tanto para sucessos anormais que se vieram a dar no interior, como para acontecimentos da política externa.

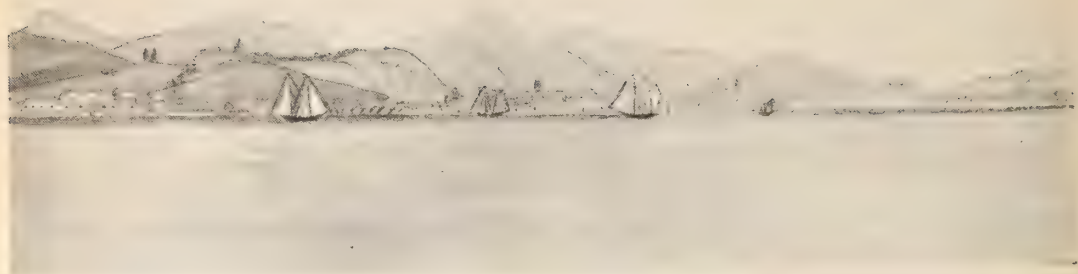
Êstes, principalmente, preocuparam muito a côrte portuguêsa.

O primeiro caso foi o da declaração de guerra à França.

A 1.º de maio (1808) dirigira o Príncipe Regente um longo manifesto às nações da Europa, explicando as causas que tinham determinado a mudança da côrte para o Brasil. Fazia o histórico da política imperial que o tinha envolvido nas suas tramas, e concluía por declarações categóricas da atitude hostil que tomava diante do Imperador: "*levantando* — dizia — *a voz do seio do novo império que vai fundar*, protesta Sua Alteza Real que não deporá as armas senão de acôrdo com o seu amigo e fiel aliado, Sua Majestade Britânica"...

Em seguida a êsse manifesto, ordenou o Príncipe Regente ao Governador do Pará que preparasse uma expedição para invadir imediatamente a Guiana Francesa.

Aprovação provisória da Constituição de Lisboa. — Desenho de J. B. Debret.

Padre Miguelinho perante o tribunal.

Rio de Janeiro. — Aquarela de Lieutenant Chamberlain.

Embarque das tropas na Praia Grande.

À frente de fôrças de terra e de mar, ia o tenente-coronel Manuel Marques apresentar-se (princípios de janeiro de 1809) diante da embocadura do rio Mayori nas proximidades de caiena, e intimava o comandante francês a entregar-lhe a praça e tôda a possessão.

Ao cabo de um simulacro de resistência, capitularam os franceses, retirando-se a guarnição e os funcionários para França.

Tomou Manuel Marques posse da cidade e de tôda a Guiana como Governador provisório, em nome do seu soberano.

6. O segundo caso de política externa foi o da fronteira do Sul.

Sabe-se como desde os primeiros tempos cuidara Portugal de estender os limites do domínio para o sul até o Prata. Pelos fins do segundo século a afirmar por fatos êsse intento, mandando estabelecer, à margem esquerda do estuário, aquêle pôsto da Colônia, que deu motivo ao mais que secular litígio entre as duas Coroas.

A situação agora criada nas províncias da antiga vice-realeza de Buenos Aires exigia providências da côr portuguêsa, instalada na América.

Primeiro emprega a astúcia diplomática de D. Rodrigo Coutinho. Dirigiu-se êste em nota confidencial ao cabildo de Buenos Aires a propósito da situação em que se viam os povos do continente, e sugerindo-lhe a idéia salvadora de se porem logo as populações do Prata sob o abrigo da soberania portuguêsa.

Como a Inglaterra, pouco antes, por duas vêzes havia tentado apoderar-se de Buenos Aires, desconfiou o cabildo de sua participação no referido plano, recusando-o.

Mas os negócios da colônia complicam-se ainda mais com a forçada abdicação de Carlos IV. E' então que se apresenta D. Carlota Joaquina aos povos do Prata, na qualidade de legítima herdeira do trono de Espanha, propondo a criação de uma regência como a melhor solução a que poderiam aquelas colônias aspirar.

E tanto se intrigou por ali, e com tanto esfôrço se agiu, que D. Carlota, formalmente convidada para reger os Estados Platinos, estêve a partir para Buenos Aires. E tê-lo-ia feito se entrementes não fôra organizado outro govêrno legitimista na própria Espanha.

7. Desenganado das suas pretensões em Buenos Aires, volta-se o govêrno de D. João para Montevidéo. É ainda D. Carlota que vai figurar como "reivindicadora do sentimento nacional" da Espanha na América.

Sobrevêm as lutas entre Montevidéo e Buenos Aires. Interpõe D. Carlota os seus bons ofícios. Os realistas de Montevidéo aceitam tôda proteção da princesa; mas os independentes de Buenos Aires desconfiam do intercessor.

Mas os sucessos, agora, dir-se-ia que abrem caminho para a política de D. João. Fôrças argentinas invadem a Banda Oriental, e põem cêrco a Montevidéo, enquanto as de Artigas assolam a campanha.

Entendeu, o govêrno do Rio, que era tempo de socorrer Montevidéo, e expelir do território oriental as tropas de Rondeau, sem o que não se tranqüilizariam as populações limítrofes do Rio Grande.

Invade, com efeito, o exército português, a Banda Oriental; atingidos os seus objetivos, concerta-se um armistício.

Desde 1812 domina no Prata imensa anarquia. Um exército argentino invade outra vez o território oriental, e sitia Montevidéo, e a rende (1814). Continuando essa situação, que já alcançava a fronteira do Brasil, o govêrno do Rio de Janeiro resolveu intervir; e as lutas naquelas campanhas tornaram-se tremendas. Marcha Lecór sôbre Montevidéo, onde entra (1817) "como um amigo e protetor". Toma êle o govêrno e administração da província, em nome de D. João VI.

Enquanto a guerra continuava acesa e violenta em tôda parte, as tropas portuguêsas guardavam as duas praças — Montevidéo e Maldonado, andando tudo o mais flagelado pela gente de Artigas.

Até que a derrota de Taquarembó desilude o temeroso caudilho (1820); e logo depois retira-se, e vai refugiar-se no Paraguai. Dali a meses, instala-se em Montevidéo um Congresso de representantes (1821). Votou êste Congresso (no dia 31 de julho) a incorporação da Banda Oriental ao Brasil sob o nome de *Província Cisplatina.*

QUESTÕES CONEXAS: — *A abertura dos portos. — Outros atos de D. João na Bahia. — A administração portuguêsa em Caiena. — A figura de Artigas. — D. Carlota e os argentinos.*

A REVOLUÇÃO DE 1817

1. O que se vai dar agora em Pernambuco pode considerar-se como sintoma de tendência e aspirações que andavam latentes no ânimo geral da colônia. Tinha passado a ilusão da presença da côrte; e os males, que não cessaram com o rei na América, têm de atribuir-se mesmo, antes de tudo, às instituições.

Já vimos em lição anterior (capítulo XI, parte quarta) como em Pernambuco se formara (durante o século XVII) um forte espírito da pátria. Com o tempo êsse espírito se tornou cada vez mais vivo; até que, por princípios

do século passado, se revelou por uma conjuração, que só não tomou proporções da Inconfidência Mineira talvez porque faltasse lá no Norte um Barbacena. Tirou-se, no entanto, do caso, rigorosa devassa (1801), e chegaram a ser presos alguns dos conjurados.

Êsses impulsos que vinham agitando a alma pernambucana chegaram a tais extremos que em 1815 as câmaras tôdas da província representaram perante o próprio D. João contra abusos de autoridades, e sobretudo, contra a impiedosa tirania das justiças; e até uma daquelas corporações animou-se a fazê-lo em têrmos veementes.

O govêrno do Príncipe, em vez de aperceber-se da sua desídia, ao menos para ouvir as queixas e agravos, incendeu-se logo de indignações e suspeitas, não pròpriamente contra a altivez da câmara, mas contra a pessoa que redigira a representação...

Para agravar o estado de coisas em Pernambuco muito concorria ainda a indiferença do governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro ante os clamores dos povos. Quando alguém se lhe ia queixar dos roubos e assassínios, e dos perigos que se corria nas próprias ruas do Recife, o mais que êle fazia era aconselhar paternalmente que... não se saísse à noite... e que se fechassem bem as portas...

Por 1815 e 16, em conseqüência das complicações do Sul, a todos os motivos de queixas que ali sobram entre os pernambucanos, juntavam-se outros, que vinham como de propósito para provocar a explosão de cóleras que andavam reprimidas. O primeiro foi o atraso do pagamento de sôldo às tropas, atribuído mais à negligência do Governador que a penúrias do erário. A grande preocupação de Montenegro era remeter dinheiro para o Rio, pouco se importando com os encargos que se deixava de prover.

Depois, vieram o recrutamento e as contribuições extraordinárias determinadas pelas guerras do Prata.

E' do mal-estar, sentido por tôdas as classes, que vai nascer o pensamento de sacudir de uma vez um jugo tão penoso.

2. Desde 1814 que Domingos José Martins e Domingos Teotônio Jorge se entendiam com chefes políticos de prestígio no Maranhão, no Ceará, no Rio Grande do Norte, na Paraíba, na Bahia, e até no Rio de Janeiro. Na antiga metrópole colonial "tôda a população grada era partidária da revolução". Tudo induz a crer que a conspiração se ramificava por muitas capitanias; e não falta quem afirme que o próprio Príncipe D. Pedro era cúmplice de quanto se tramava.

Desde algum tempo, chegavam denúncias a Montenegro, e até da côrte lhe foram avisos. Nunca, porém, dava êle crédito a semelhantes atoardas,

ou porque não concebia o sacrilégio de revoltas contra a majestade, ou porque ao seu ânimo desidioso era mais grato não acreditar.

Chegou, porém, o momento, em que não podia mais ficar impassível sem comprometer-se.

Deliberado a sair da sua culposa inação, vai no entanto o Governador desatinadamente, em vez de conter como presumia, precipitar os acontecimentos. Entendeu que devia dar primeiro uma ordem do dia aos dois regimentos entre cujos oficiais "reinava com mais calor o espírito de partido"; e logo no outro dia (5 de março) fêz correr também uma proclamação ao povo pernambucano, aconselhando paz e fraternidade.

Não querendo assumir só por si a responsabilidade de medidas que fôsse obrigado a tomar, convocou para o dia 6 de março um conselho de generais da guarnição, quase todos portuguêses. Houve nesse conselho, que se efetuou em palácio, das 8 para as 9 da manhã, pareceres que dizem bem claro como lavrava irreprimível rancor entre pernambucanos e peninsulares.

Deliberou-se ali, afinal, que se prendessem naquele mesmo dia todos os que se indigitavam como fatôres da conspiração, paisanos e militares. Combinou-se que da prisão dos paisanos se encarregaria o marechal José Roberto Pereira da Silva, e da dos militares, os próprios chefes dos respectivos regimentos.

Deu cada um conta da sua tarefa com prudência e discrição. Só o brigadeiro Manuel Joaquim Barbosa de Castro é que se mostrou de ardideza descomunal com os seus camaradas. Quando estiveram todos reunidos, começou êle por increpar, desabrido e insolente, os oficiais "que andavam esquecendo o seu dever". E à medida que ia dando voz de prisão a cada um dos malsinados, não deixava de repreendê-lo severamente. Ao chegar a vez do capitão José de Barros Lima, tratou-o Barbosa de Castro com redobrada arrogância. Mas nem havia ainda proferido a voz de prisão, quando o intimado o atravessou com a espada.

3. Tinha explodido a mina. Um oficial português, que assistira à cena, correu a levar ao Governador a notícia do lance.

Ainda incrédulo do que lhe diz o oficial, expede Montenegro para o quartel insurgido o seu ajudante-de-ordens, tenente-coronel Alexandre Tomás. Vai êste encontrar o quartel, de fato, em alvorôço geral de rebate; e no momento em que tenta falar à tropa, cai transpassado de balas.

O tumulto, das imediações do quartel, propaga-se rápido e sinistro por todos os bairros. Os gritos pelas ruas confundem-se com o som dos clarins e dos sinos em tôdas as igrejas. Fecham-se as casas; e os portuguêses, assustados com os clamores, procuram refúgio nas fortalezas e nas embarcações surtas no pôrto.

Montenegro foge para o Recife, e mete-se no forte do Brum. Dali tenta frustrar o levante; mas era tarde, e todo o seu esfôrço foi perdido. Os sublevados estavam senhores de tudo.

No dia 7, pela manhã, Domingos Teotônio, à frente de 800 homens, intima o Governador a capitular; e êste cede, entregando a fortaleza aos revolucionários.

Dali a dias, embarcava Montenegro para o Rio, onde chegou a 24, sendo recolhido prêso à ilha das Cobras.

Triunfante a revolução, cuidaram logo os chefes do movimento (no mesmo dia 7) de organizar um govêrno provisório, do qual fizeram parte: o capitão Domingos Teotônio Jorge, o padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, o Dr. José Luís de Mendonça, o coronel Manuel Correia de Araújo e Domingos José Martins. Além de dois secretários, que foram José Carlos Mayrink da Silva Ferrão e o padre Miguel Joaquim de Almeida Castro (*padre Miguelinho*), associou-se à Junta de govêrno um conselho, composto de homens escolhidos entre os mais dignos pela capacidade, moderação e virtudes cívicas. Entre êsses homens estavam Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, o Dr. Antônio de Morais Silva e o proprietário Manuel José Pereira Caldas.

Na sessão do dia 9, declarou solenemente a Junta provisória, que a revolução era francamente republicana; e nesse sentido tomou ainda outras medidas, como: abolição de títulos de nobreza e privilégios de classes; o tratamento de *vós* e *cidadão* e *patriota;* abolição do estanco real, de todos os monopólios e favores especiais, etc. Suprimiram-se logo alguns impostos odiosos. Decretou-se também a nova bandeira, que seria azul e branca, tendo na parte azul uma figura do sol nascente e no alto uma estrêla; e na parte branca uma cruz vermelha. Adotou-se ainda um novo laço nacional, igualmente azul e branco. Deliberou-se que os atos do govêrno seriam datados da *segunda era da liberdade pernambucana.*

4. O que é certo é que a nova ordem de coisas inspirou de pronto as mais vivas simpatias entre a população.

Não se podia, no entanto, ficar trabalhando só no Recife. Era preciso, não só interessar na causa tôda a capitania, como estender o movimento para o norte e para o sul; pois em tôda parte se contava com valiosas adesões. Em tôdas as vilas da capitania, para onde mandou logo a Junta os seus agentes, as câmaras e as populações fizeram causa com os patriotas do Recife.

Na capitania da Paraíba, com grande aparato de tropas, ao som de salvas e sinos, Amaro Gomes Coutinho e Estêvão Carneiro da Cunha proclamam a república, no meio de aclamações gerais do povo reunido.

Na do Rio Grande do Norte, o coronel André de Albuquerque Maranhão prende o capitão-mor José Inácio Borges, e promove a adesão aos pernambucanos, organizando-se logo um govêrno provisório.

Para a capitania do Ceará foi o subdiácono José Martiniano Pereira de Alencar, alma arrebatada e cheia de fé na vitória das idéias liberais. Lá, com o concurso de outros patriotas, proclama (3 ou 4 de maio) na vila do Crato a república, no meio de grande entusiasmo da população. O mesmo faz na vila do Jardim.

Mas a notícia, que logo depois se espalha, de que a revolução fracassa nas capitanias do Sul bastou para que tudo se desfizesse nas duas vilas, sendo presos Alencar e outros chefes.

Para a Bahia, onde se contava com poderosos elementos, foi enviado o ex-padre José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima (o *padre Roma*). Como se tivesse demorado em Alagoas, quando chegou à Bahia, já por ali eram conhecidos os sucessos de Pernambuco, e o desavisado arauto da revolução foi prêso ao saltar de sua jangada (27 de março).

O Conde dos Arcos, mesmo sem nenhuma ordem, nem instruções do govêrno do Rio, tratou, com solicitude e pressa desusada, de eliminar o incauto emissário dos pernambucanos. Um tribunal adrede improvisado condenou, sem forma regular de processo, o padre Roma à pena de morte. Em menos de três dias fizera-se tudo!

5. Êsses desastres consternam os republicanos do Recife, pois esperavam que o levantamento das duas poderosas capitanias viria decidir da sorte da revolução.

A notícia de tais insucessos começa logo a criar embaraços para a Junta; pois os portuguêses vão dando sinais de reação.

Não seriam decerto essas contrariedades que fizeram esmorecer aquêles homens, tão fiéis à consciência com que se haviam levantado; antes parece que eram motivos para que redobrassem de coragem. Nem era possível que se perdesse aquêle esfôrço heróico depois de se haver alcançado um êxito que maravilhou os mais incrédulos em todo o país.

E' assim que se cuidou até de criar no exterior uma atmosfera moral favorável àquela justa aspiração, enviando-se mesmo agentes para alguns países da América e da Europa.

Mas era fatal o que sobrevém. Num país tão vasto, não era fácil a ação coerente de populações, que, além de tão distanciadas umas das outras, andavam tôdas, nos seus anseios de vida nova, em luta com as velhas superstições da majestade.

Começa-se em tôda parte a recuar do avanço dado. Enquanto a esquadrilha real de Rodrigo Lôbo ia (16 de abril) bloquear o Recife, as fôrças de terra, enviadas pelo Conde dos Arcos sob o comando do mare-

chal Joaquim de Melo Leite Cogominho de Lacerda, chegavam à fronteira do São Francisco. Atravessam logo o rio e põem-se em marcha para o norte.

O que mais assustava os patriotas era saber-se que o mar estava "tomado de esquadras legais", e as povoações da costa já reduzidas à obediência, e com entusiasmo apavorante pela reação.

Fecha-se logo "o horizonte de Pernambuco". Proclama-se a pátria em perigo, e um grande terror cai sôbre a cidade do Recife. Decreta-se o recrutamento geral. Do palácio dos governadores transfere-se a Junta provisória para o da Soledade, "quase no campo". Muitas famílias abandonam a cidade, onde começa a "fazer-se sentir a fome".

Correm notícias da rendição de Alagoas, do Rio Grande, da Paraíba. Tanta inconstância daquelas populações penaliza, mas não quebranta os pernambucanos. Levantam-se no Recife, e noutras vilas, batalhões de voluntários, à frente dos quais se punham até padres, e o próprio guardião dos franciscanos.

No dia 25 de abril, a esquadra que bloqueia o Recife é reforçada com as fôrças navais que chegam do Rio; enquanto Cogominho, já em território de Pernambuco, avança decisivo para o norte. Naquele momento de desespêro, sai do Recife Domingos Martins à frente de uma guerrilha, a encontro do exército realista que vem do sul.

6. Não demorou, porém, que fôsse destroçado; e o seu companheiro de causa, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, tendo conseguido fugir, vem pôr o Recife na maior angústia e aflição. O govêrno provisório já estava reduzido a dois membros — o padre João Ribeiro e Domingos Teotônio. Domingos Martins estava prêso. O Dr. Mendonça e o coronel Araújo meteram-se em casa, a ruminar o destino cruel que os enganara.

Rodrigo Lôbo, com o desplante de quem está com a razão da fôrça, não quer saber de capitulação, e impõe categórico e imperioso, como se a sua bravata já fôsse um castigo: *Submissão sem condições.*

Assume então Domingos Teotônio a ditadura no Recife, e dispõe-se a afrontar até o fim o desabrimento de Lôbo.

Vem logo depois, no entanto, a boa razão falar mais alto que aquêles ímpetos de catástrofe. Sabendo que Lôbo não se demoveria da sua estúrdia, resolve o ditador sair da cidade, para poupá-la, e fortificar-se no interior onde aguardaria os realistas.

No dia 19 de maio, pelas quatro horas da tarde, começou a desfilar a tropa, tomando o rumo de Olinda.

"Sentia-se por tôda parte o silêncio da morte. A paixão violenta torna o homem estúpido. Marchavam todos... sem saber para onde..." Teotônio "marchava a cavalo na frente das tropas".

O padre João Ribeiro caminhava a pé, com um saco às costas e uma espingarda ao ombro, e "descalço, para dar exemplo aos outros". Dos conselheiros da dissolvida Junta, foi Antônio Carlos o único que seguiu a sorte daquele exército de prófugos.

Ao cair da noite "chegaram todos ao engenho *Paulista*, não muito distante de Olinda, e ali acamparam".

Só pela manhã do dia seguinte é que se soube no Recife que os republicanos haviam evadido.

E reboou em tôda parte o grito de — *viva el-rei!*

Desembarca Rodrigo Lôbo, sendo recebido com grandes festas.

Assumiu imediatamente o govêrno da capitania. E então fechou-se, lúgubre e medonha, a noite da amargura para aquelas almas que a paixão da pátria inflamara.

7. O exército fugitivo, durante a noite, debandara, só ficando ali o padre João Ribeiro que se suicidara em vez de esconder-se. Os outros foram sendo apanhados um a um, pelos caminhos do sertão, ou nos esconderijos.

À medida que iam sendo presos os patriotas em tôda parte, eram remetidos para a Bahia, onde já funcionava a comissão militar que devia julgá-los.

Essa comissão fazia tudo heròicamente e com muita presteza. Ouvia as vítimas, sem dar-lhes atenção nenhuma, e em poucos minutos dava a sentença irrevogável.

Os primeiros executados no campo da Pólvora foram Domingos Martins, o Dr. José Luís de Mendonça e o padre Miguelinho.

Para Pernambuco mandou-se um brigadeiro, Luís do Rêgo Barreto, que por aquêles dias chegara da Europa, "ansioso por fazer na América mais fortuna ainda do que lá". Chegara êle ao Recife com vasto aparato de tropas "das três armas", como se tivesse de fazer com o máximo de solenidade o desagravo das leis. Assim que assumiu o govêrno, decretou o seqüestro dos bens de todos os presos; e instalou a comissão militar permanente.

A primeira vítima foi Antônio Henrique Rebelo. Ao subir ao cadafalso, grita inflamado: *viva a pátria!* Logo depois: o padre Pedro de Sousa Tenório, Barros Lima e Domingos Teotônio. Todos afrontam a morte.

Em seguida: José Peregrino Xavier de Carvalho, o herói de vinte anos, e que os esbirros do regalismo só apanharam abusando da sua piedade filial! e mais: Amaro Gomes, Francisco José da Silveira; logo Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, o padre Antônio de Albuquerque...

Durante mais de dois anos estiveram em consternação aquelas capitanias do Norte.

Por fim, chegou bem tarde como sempre, mas chegou, a misericórdia, como graça de festas, em 1818.

Não quer isso dizer, no entanto, que estivesse desagravada a majestade. Até 1820 trabalhou o tribunal que se instituíra, pois a coragem dos juízes só esmoreceu com a revolução do Pôrto.

QUESTÕES CONEXAS: — *O* Areópago de Itambé. — *Agentes da revolução no estrangeiro. — Os trabalhos da Junta Provisória. — A figura do padre João Ribeiro. — Antônio Henriques e José Peregrino.*

A VOLTA DA FAMÍLIA REAL PARA A EUROPA

1. E' a revolução de 1820, em Portugal, que vem criar para a côrte emperrada de D. João VI embaraços extremos, cuja solução já não seria possível sem graves riscos para a dinastia. Veio ela pôr, aqui, o monarca na dolorosa contingência — ou de voltar para Lisboa, perdendo o Brasil, ou de permanecer no Rio de Janeiro, perdendo Portugal.

O que se passara lá no velho reino desde a saída da côrte era realmente, ou para matar de uma vez o espírito da raça, ou para revigorar o sentimento da nacionalidade tão batida de infortúnios. Assim que em grande parte por esfôrço seu, se viu o povo português desafogado das tropas do Imperador, passou a ficar sob a tutela dos inglêses. Chegou o govêrno do Rio a modificar a composição da Regência que lá deixara em 1807, só para no respectivo conselho meter um representante da Inglaterra! Êsse representante, que foi o general Wellesley (o futuro duque de Wellington), tinha também o comando de tôdas as fôrças de terra, ficando as de mar subordinadas ao vice-almirante Berkeley.

Portugal não era mais nação soberana.

Daqui mesmo iam constantes recomendações para que tudo lá só se fizesse de acôrdo com o preposto de S. M. Britânica. E lá, os fiéis da Regência, cumprem ordens de Wellesley, ou do ministro Stuart, mesmo quando contrárias aos mandados do próprio soberano.

E quando se encontravam com o povo português, então é que sabiam ser melindrosos e truculentos aquêles heróicos fidalgos.

De sorte que o valor daquela gente afrontando os franceses nem ao menos lhe valia a fortuna de esquecer aquêles inimigos que tinha sabido repelir... Não eram melhores os que ficaram dominando a terra desventurada.

E' realmente de amarguras a fase que às agressões francesas se segue para Portugal. Estavam empobrecidas as populações. Os invasores tinham talado o país, e destruído todos os elementos da sua vida econômica. Os que não podiam emigrar expunham-se lá a tôda sorte de misérias.

A tal Regência, que só obedecia aos inglêses, era mais absoluta que o rei, e de um tirania infinitamente mais feroz.

E' dêsse estado de coisas que vai sair a alma da revolução de 1820.

2. Desde 1816 que entre as classes mais cultas se agitam idéias de protestos contra aquela situação.

Por meados de 1817, um evento estrondoso e inesperado aumentava os sustos em que andava já a população: a Regência faz publicar (na *Gazeta de Lisboa*) que o marechal Beresford (o novo chefe do exército e senhor supremo do reino) descobrira uma conjuração tramada contra as instituições. E não demorou que, sem que nada se soubesse do respectivo processo, assistisse Lisboa, estarrecida de pasmo e terror, à execução de grande número de militares (entre os quais o tenente-general Gomes Freire de Andrada).

Advertido por aquilo a que a insânia da Regência dera o aspecto de grande atentado contra a instituições, cuidou o govêrno, tanto lá como aqui, de redobrar a vigilância, e perseguir "todos os ímpios", fechando à alma do povo tôdas as válvulas, fazendo pesar sôbre todo mundo o rigor da majestade alarmada e inexorável, oprimindo, vexando a torto e a direito, como quem no momento do perigo, só pensa na salvação.

Mostravam-se assim os homens da Regência, como os conselheiros do rei, muito persuadidos ainda de que é por estultas medidas de fôrça que se hão de combater as tendências vitoriosas do tempo. Nem ao menos aprendiam, além das grandes lições tão flagrantes ainda em tôda a Europa, aquêles exemplos, ali bem vizinhos, do espírito liberal na Espanha, a rebater, com a insubmissão e a revolta os processos do impenitente Fernando VII, até alcançar contra êles o completo triunfo.

A revolução espanhola produzira em todo o continente a maior impressão. Alarmaram-se as casas reinantes, ainda não bem serenadas daqueles tufões que as haviam sacudido; e vendo agoiros em tôda parte onde uma voz de povo se erguia, foram-se conjurando contra as injunções da história.

Em Portugal, onde era mais fácil o contágio, sentiram-se mais diretamente os perigos. Inquietou-se a tal ponto a Regência que logo clamou apavorada para Londres, antecipando-se a pedir socorro aos inglêses para o caso de alguma complicação emergente.

Rebateu-lhe impiedoso o gabinente inglês, que a Inglaterra "não se intrometeria nos negócios internos da península, e que a sua garantia de defender Portugal se restringia ùnicamente ao caso de agressão estrangeira"...

Faz, então, a Regência, nas suas aflições, partir para o Rio o marechal Beresford, a entender-se com o rei sôbre os sinais que andavam lá nos ares...

3. Por mais obcecados que andassem no seu ofício aquêles homens de D. João VI, não é provável que recebessem com perfeita indiferença as revelações com que os surpreende o emissário da Regência.

E no entanto, vivia aquela côrte fechada tão por longe do seu tempo que, à vista do que se receia lá na Europa, a medida mais sábia que lhe ocorre é a de nomear Beresford locotenente do rei.

Mal havia, porém, o marechal inglês partido de volta para a Europa, quando chega ao Rio a notícia da revolução do Pôrto.

Passado o susto do primeiro instante, começam a desvairar os conselheiros do rei sem saber o que lhe haviam de aconselhar. Tipos houve ainda que, confiantes no terror dos outros, ostentaram indignações, atribuindo à inépcia e desídia da Regência a culpa do que se atreviam a fazer os liberais. Tomás Antônio, na sua cândida inconsciência daquele momento, entendia que "só um caminho tinha o govêrno de El-Rei a seguir" — que era o de enérgica reação contra o que se fazia lá no reino.

Isso não impediu que o govêrno mesmo se dirigisse à nova Regência, declarando-lhe que "aceitava" a convocação das Côrtes segundo os antigos usos; e que o próprio rei, ou um dos príncipes seus filhos, tornaria à antiga metrópole, assim que se soubesse quais eram os intuitos das ditas Côrtes...

A assembléia revolucionária, logo que se reuniu, disse claro o que ia fazer. Em todos os domínios portuguêses foi a revolução recebida com verdadeiro entusiasmo. No Brasil, em quase tôdas as províncias, organizaram-se Juntas provisórias obedientes à Regência: dizendo-se assim, portanto, a D. João, que acima da sua autoridade já uma outra se reconhecia.

Votaram as Côrtes as bases da Constituição que se ia promulgar para a monarquia: e em tôda parte foram juradas essas bases.

4. A franca adesão da Bahia à causa constitucional vem lançar a côrte de D. João nos últimos apuros. Ou toma-se alguma providência em relação ao que se opera no reino, ou tudo se vai fazer em Lisboa como se não houvesse mais rei. Não se sabe até onde poderá ir o espírito novo que domina incontrastável nas Côrtes.

No dia 24 de fevereiro (1821) publicaram-se dois decretos: um, ordenando que D. Pedro seguisse para Lisboa; outro, convocando para se reunirem no Rio de Janeiro procuradores de câmaras tanto do Brasil como das Ilhas e demais domínios portuguêses. Não é fácil atinar com o intuito de semelhante providência, a não se admitir a veleidade de formar um contrapêso aos elementos que estão agindo lá na península. Parece que andava aí a ação de Tomás Antônio.

Mas em tôda parte foi repulsado o segundo daqueles decretos.

E começa para o pobre monarca, entregue aos destemperos dos seus áulicos, a fase de amargura que precede à saída da côrte para a Europa.

A efervescência dos ânimos no Rio ia "atingindo o paroxismo". As próprias tropas da guarnição já não disfarçam as suas tendências. Todo mundo queria aderir às Côrtes.

Pela manhã de 26 de fevereiro, foram os vários corpos e batalhões reunindo-se na praça do Rocio. A essas fôrças juntou-se incontinenti o povo em multidões, no mais vivo assanho.

D. João, assustado (como andava sempre agora), ordena a D. Pedro que vá saber o que é que deseja o povo unido às tropas.

Chegou D. Pedro ao campo do Rocio; e, de acôrdo com o alvitre dos áulicos, quis explicar a convocação dos procuradores de câmaras em Junta de Côrtes... Mas o advogado Macamboa levantou-se diante do príncipe, e declarou-lhe, "em voz pausada e firme, que o povo e a tropa reclamavam: 1.º, que fôsse imediatamente reconhecida e jurada, sem restrições, a Constituição que as Côrtes de Lisboa promulgassem; 2.º, que se destituíssem desde logo os ministros e demais funcionários que iludiam o rei e a nação, e se nomeassem para os cargos públicos homens mais avisados". Levou Macamboa a audácia "até apresentar ao príncipe uma lista contendo os nomes das pessoas que deviam ser nomeadas".

5. Os aplausos gerais, que tiveram as palavras do tribuno, não deixaram a D. Pedro outro expediente senão o de voltar outra vez a São Cristóvão.

E' claro que não havia lugar para discutir mais nada: aquela mísera soberania está ali vencida e humilhada pela outra que se levanta. D. João, muito aflito, entrega a sua causa ao filho, autorizando-o a tudo fazer, contanto que o salve naquele transe.

O próprio D. Pedro escreve e D. João assina um decreto nos têrmos indicados pelo povo; e o príncipe volve ao campo do Rocio. Ali, no teatro São João, encontra já o Senado da Câmara, o bispo, os novos ministros, que haviam sido já nomeados, e outras autoridades.

Indo à varanda do teatro, dali dirigiu-se êle ao povo, "proclamando em altas vozes o sistema constitucional, e asseverando que el-rei de bom grado anuía a todos os desejos da nação, e o encarregara de, em seu nome jurar desde já a Constituição *tal qual se fizer em Portugal pelas Côrtes*".

Anunciou em seguida que el-rei se dignara de aceder ainda aos reclamos que se lhe faziam quanto aos ministros e demais funcionários, demitindo os que não mereciam a confiança pública, e nomeando os que eram propostos pelo povo e pelas tropas.

Aplaudido com delírio, e levado como em triunfo até à quinta, deu ali D. Pedro conta a el-rei de como se desempenhara daquela tarefa; e fazendo

sentir àquele simulacro de majestade quanto estavam povo e tropa satisfeitos com a atitude do soberano, induziu-o, ainda, a aproveitar o ensejo de recomendar-se ao amor e gratidão dos seus súditos apresentando-se-lhes em pessoa na cidade, como em perfeita comunhão com êles quanto à nova ordem de coisas que se instala.

Revestiu-se D. João de coragem para aquela função heróica. No momento em que chegou ao Rocio, e avistou a multidão atirando-se como ondas sôbre a carruagem, aos gritos de alegria, pensou, o pobre monarca, que era chegado o seu último dia de vida. Nos momentos em que voltava a si daqueles espasmos, caía em pranto e dizia em voz entrecortada de soluços — "Oh meu Deus! porque não me disseram há mais tempo que o povo *seria tão feliz com essa Constituição! Se o soubesse, não o teria feito esperar tanto!*" Mais morto que vivo, deixou-se ainda conduzir a uma sala do paço; e ali, chorando como uma criança, e impelido pelo filho, balbuciou de uma janela palavras quase inarticuladas de protestos de adesão aos últimos acontecimentos.

6. Bem se vê que se dissolve aquela monarquia. D. João VI não tem mais que uma simples aparência de autoridade. Aquêle congraçamento da praça do Rocio não dura mais que uns dias.

Trata-se agora de saber o que é que se faz em relação aos reclamos que vêm de Lisboa. Resolve o conselho do rei que volte para a Europa tôda a Família Real. Mas contra isso se alarma o partido brasileiro, exigindo que fique no Brasil o Príncipe D. Pedro. Êste próprio age fortemente sôbre o ânimo do pai, mostrando-lhe como a possessão americana estará perdida para a monarquia, se aqui não permanecer alguém capaz de conter o espírito de independência que se desenvolve, e agita o país inteiro.

Cedera D. João; e por decreto de 7 de março, declara-se a nova resolução de volver a côrte para a "antiga sede e berço original da monarquia", mas deixando no Brasil como locotenente do rei o Príncipe Real, até que se promulgue a Constituição que está sendo elaborada.

Mas, tudo continua a ser incerteza para os homens daquela côrte sucumbida. — Que fará D. Pedro no Rio de Janeiro com o seu ânimo inconstante e meio destemperado? — Como será D. João recebido lá na Europa?

Essas dúvidas retardam a partida da Família Real a aumentam-lhe os embaraços. Com isso impacientam-se principalmente os brasileiros que receiam venha o rei a voltar dessa resolução, que lhes corresponde tão bem aos anseios. Chegou-se mesmo, entre os partidários da independência, a cogitar de meios de fazer a côrte embarcar de uma vez.

Nem havia necessidade de tanta aflição: bastava que os acontecimentos seguissem a sua lógica.

Fazia D. João muito empenho em que fôssem, com a Família Real para Lisboa, o maior número possível de representantes do Rio e das vizinhas províncias às Côrtes. Via talvez nisso uma segurança de que o rei estava perfeitamente "conciliado" com a nova ordem reinante em Lisboa.

7. Instalou-se no dia 20 de abril a assembléia que devia eleger os representantes do Rio de Janeiro. No dia seguinte deu-se conta, aos eleitores, das instruções que iam regular o exercício de Regência. Os eleitores, desconfiados, votaram que de preferência, se pedisse ao rei que adotasse provisòriamente a Constituição que se havia restaurado em Espanha. Pediram que se deixasse também um Conselho de Estado para o Príncipe.

Como se se arrogasse já poderes de verdadeira Convenção, expediu a assembléia uma deputação encarregada de apresentar ao rei êsse reclamo, e de exigir ainda que voltassem para terra os cofres do erário que se dizia estarem a bordo prestes a partir com a Família Real.

Mas em São Cristóvão, essa, e principalmente as outras imposições, produziram surda, mas profunda indignação; e tratou-se de castigar as insolências daquela demagogia destemperada.

Mandou-se então atacar de surprêsa e dissolver a assembléia que se desmandara. Houve confusão medonha na sala onde estavam os eleitores. Deram-se muitas mortes e ferimentos. E o edifício foi fechado.

No dia seguinte assina D. João novo decreto declarando sem efeito o da véspera que mandava vigorar a Constituição de Espanha...

Agora, estava para a côrte tudo acabado no Brasil.

No dia 24 de abril, ao cair da noite, embarca o rei, achando-se já a bordo tôda a gente que devia acompanhá-lo naquela retirada que parecia uma nova transmigração. Cêrca de quatro mil pessoas saíram então do Rio.

O único que sentiu deixar o Brasil foi o desventurado monarca. Banhado em lágrimas, "balbuciando frases desconexas e cortadas de soluços", saíra êle da quinta. Caía às vêzes numa espécie de delíquio... e de repente rompia em vozes e gestos singulares, como se estivesse em sonho atribulado.

No dia 26, pela manhã, levantou ferros a frota e saiu à barra.

QUESTÕES CONEXAS: — *A execução de Gomes Freire. — A Santa Aliança. — A revolução do Pôrto.*

XVII

REGÊNCIA DE D. PEDRO — A INDEPENDÊNCIA

SUMÁRIO: — A Regência de D. Pedro e as Côrtes de Lisboa. — O grito do Ipiranga. — Guerras da Independência. — Reconhecimento da Independência.

A REGÊNCIA DE D. PEDRO E AS CÔRTES DE LISBOA

1. No mesmo dia em que saíra a esquadra com a Família Real para a Europa, começa D. Pedro decisivamente a exercer a alta função histórica que os acontecimentos lhe indicavam, e que êle aceitou com uma coragem realmente admirável, e uma diligência de quem quer logo dar conta da sua tarefa.

Dirigiu-se, em proclamação, aos brasileiros, expondo, em linhas gerais, o seu programa de govêrno, prometendo logo fazer tudo que pudesse "para antecipar no Brasil os benefícios da Constituição que se espera".

A situação geral do país era de assoberbar os espíritos mais fortes; e as condições em que ficava o Príncipe no Rio quase de todo isolado das províncias do Norte, pode-se dizer que eram de perfeita angústia. No dia seguinte ao da saída do rei, a própria fisionomia da cidade estava mudada. Dir-se-ia que a população se sente como em abandono, e incerta do futuro. O movimento comercial "diminuiu consideràvelmente". A atividade de tôdas as classes como que se entravou de um instante para outro. O teatro e tôdas as casas de diversão ficaram desertos. Parecia que andavam agoiros no ar, e que se estava em vésperas de alguma catástrofe, contra a qual cuida cada um de prevenir-se como pode.

A vida econômica tornou-se penosa, ressentida, como ficou a praça, do enorme desfalque de moeda metálica. Os cofres do Banco do Brasil ficaram exaustos.

Declarou-se, em suma, crise medonha, que era preciso enfrentar com esfôrço e decisão.

Essa crise era agravada ainda pelo estado em que se encontram quase tôdas as províncias, umas hesitando entre D. Pedro e as Côrtes de Lisboa; outras declarando francamente que desconhecem a autoridade do Príncipe-Regente.

Em tôda parte não demoram a entrar em luta principalmente as duas grandes facções que se formam: a dos portuguêses, infensa ao govêrno do Rio, e a dos brasileiros, que aspira à Independência, e pressente que o dia de realizá-la se aproxima.

2. E' nestas condições que D. Pedro inicia o seu govêrno, é possível que sem ter uma idéia muito clara dos graves embaraços com que se encontra, mas incontestàvelmente muito disposto a conjurá-los, quaisquer que venham a ser.

Começou reduzindo tôdas as despesas, chegando a transferir a sua residência para a Boa Vista, fazendo passar para o palácio da cidade as secretarias e outras repartições, que estavam em casas alugadas.

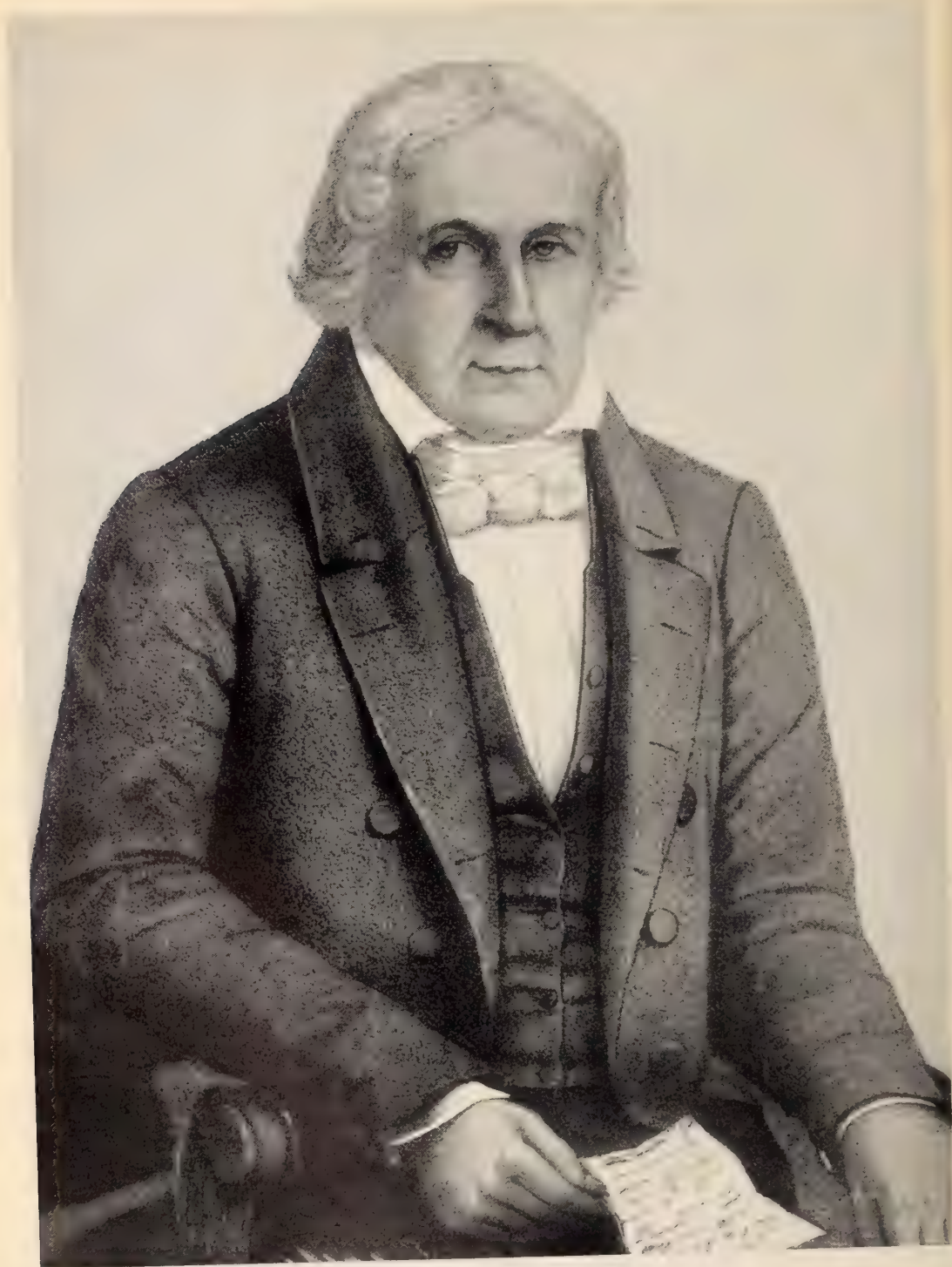
Tratou de reformar, ou melhor, de organizar todos os serviços que estavam na maior desordem. Até então nem para as despesas havia normas: gastava-se a êsmo, sem tento nem medida. Estabeleceu o Príncipe o regime dos orçamentos, fora dos quais nada se gastaria.

Empreendeu ainda reformas, que falam mais alto da inteligência do seu papel, e do espírito com que vai exercê-lo: — deu plena garantia à propriedade; — franqueou a entrada de livros e quaisquer outras publicações; — aboliu a censura contra a imprensa; — assegurou a liberdade das pessoas, proibindo prisões sem culpa formada, salvo o caso de flagrante delito; — proscreveu os açoites e o emprêgo de correntes, de algemas, de grilhões e de quaisquer instrumentos de suplício; — declarou os juízes, e demais autoridades, responsáveis pelos abusos e excessos que cometessem no exercício das respectivas funções.

Tão anormal era, no entanto, o estado dos ânimos, que tudo isso parecia passar despercebido. Não escapava ao espírito do Príncipe a discórdia que lavra por todo o país, insuflada pelos últimos acontecimentos, e nutrida pelo preconceito de nacionalismo, cada vez mais vivo entre indígenas e reinóis. E o que mais concorria para prevenir um contra outro os dois partidos eram as dissenções em que se puseram os dois ministros de D. Pedro. "O Conde dos Arcos queria o Brasil para si e para o Príncipe; o Conde de Louzan queria o Brasil para Portugal tão-sòmente". Estava êle tão aferrado a esta idéia que fora dela não via mais nada... Tão curto de idéia era êste homem, como vaidoso e presumido de grande financeiro, sem que nada entendesse de semelhante ofício. Chegou a conceber o projeto de não admitir mais brasileiro algum em lugar público de certa importância.

Por fim, nem trepidou em ir comprometendo D. Pedro com a tropa portuguêsa.

E eis aí o que mais vem complicar a situação para o Príncipe-Regente.

Dom Pedro I.

José Bonifácio de Andrada e Silva.

Sentindo que a Divisão Auxiliadora não o segue no rumo traçado, cuida D. Pedro de premunir-se de fôrças para quaisquer emergências. É claro que isso lhe foi fácil com o apoio do partido brasileiro.

Tomava forma o litígio que se vinha abrindo.

3. Mas antes que estivesse o Regente bem prevenido de tropas suas, consegue Louzan que a guarnição portuguêsa lhe imponha uma renovação solene do juramento, já prestado, ao que as Côrtes faziam lá na Europa. Surpreendido assim, teve D. Pedro de ceder a essa como a outras injunções das tropas insurgidas, chegando até a demitir o Conde dos Arcos.

Já não se estranha que nesse momento se sentisse o Príncipe assoberbado de óbices imprevistos naquele esfôrço de levar a sua causa sem sacrifício da função que lhe haviam deixado. E' de crer, no entanto, que as próprias dificuldades lhe viessem a jeito para a sua política. Em suas cartas ao pai, desde a primeira, há só uma preocupação: a de preparar os ânimos daquela assembléia estouvada para o que se vai fazer no Brasil, e que se quer que passe lá como solução que o locotenente do rei vai ser obrigado a aceitar... Enganar-se-ia sem dúvida quem quisesse ver naqueles fingidos desalentos, e naquelas protestações de fidelidade, mais que astúcia e tática segura de hábil político. Basta ver como, estando aqui em concêrto com os patriotas, teve ainda o rasgo de pedir que o dispensem do cargo e o chamem para Lisboa: quando o que é certo é que êle queria que o chamassem para ter ensejo de não ir, desobedecendo.

Para confirmar-lhe o acêrto de tais processos, lá estavam as Côrtes. Desde o princípio, nunca dissimularam a sua desconfiança e má vontade contra o Brasil. Principalmente depois que D. João chegou a Lisboa, não teve mais medida a incontinência daquela demagogia vitoriosa. Todo o seu esfôrço consistiu primeiro em subtrair à autoridade do Príncipe, as Juntas das províncias.

Com a chegada dos representantes brasileiros a Lisboa, pareceu mudar a atmosfera hostil do congresso. E tão perfeito se fêz ali o convívio que providências de caráter francamente infenso ao Brasil (e que vieram aqui levantar o espírito público) foram tomadas com a responsabilidade, e até aplausos, de parte da representação brasileira...

Até aquêles decretos de setembro, que vieram dar o devido desfecho à situação que se havia criado para D. Pedro, dizem que passaram lá com o voto de alguns dos nossos deputados.

4. No dia 10 de dezembro tinha-se no Rio notícia daqueles dois decretos das Côrtes, de 29 de setembro. Pelo primeiro, declarava-se extinta a Casa da Suplicação, assim como outros tribunais do Rio. Pelo segundo, ordenava-se a D. Pedro que fizesse eleger uma Junta Provisória, à qual passasse logo a Regência, e se recolhesse ao reino.

E' o que D. Pedro queria, e queriam todos os patriotas.

No mesmo dia 10 de dezembro (1821) reúnem-se os membros do *Clube da Resistência* na casa do capitão-mor José Joaquim da Rocha; e, de inteligência com o Príncipe, resolvem expedir imediatamente, para São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, emissários encarregados de promover, com a maior diligência, representações das câmaras e dos povos pedindo a D. Pedro que não desamparasse os brasileiros.

Enquanto isso, fazia-se anunciar oficialmente que Sua Alteza Real se preparava para cumprir a ordem das Côrtes, e o próprio D. Pedro escrevia ao pai nesse sentido. Tudo se fazia assim, cautelosamente, de maneira a não inspirar desconfianças à Divisão Auxiliadora.

Não demoraram tais providências. As Juntas de São Paulo e Minas não se limitaram a representar ao Príncipe: incumbiram os respectivos vice-presidentes (José Bonifácio de Andrada e Silva e desembargador José Teixeira da Fonseca Vasconcelos) de virem ao Rio para, junto de D. Pedro, falar de viva voz por aquêles povos. O mesmo fizeram quase tôdas as câmaras da província do Rio.

Com êstes movimentos, alarmaram-se as tropas portuguêsas, tendo à frente o próprio comandante, Jorge de Avilez. De acôrdo com os seus oficiais, levou êste ao Regente um reclamo formal, "exigindo a prisão imediata, e remessa para o reino" das pessoas que a guarnição julgava "perturbadoras da ordem pública"...

Respondeu-lhe prontamente D. Pedro que o direito de petição já estava garantido pelas bases da Constituição juradas; e que, portanto, não era possível privar dêsse direito os brasileiros.

5. Não seria decerto aquela estulta veleidade de império um empecilho que se pudesse opor eficazmente ao que estava com tanta habilidade planeado, e que se ia executar com segurança.

Recebidas as representações das três províncias, trataram os patriotas de dar um caráter de excepcional solenidade à resolução do Príncipe de permanecer no Brasil, deixando de cumprir o decreto das Côrtes. Era indispensável que se celebrasse um ato público e de grande aparato com que se dissesse bem claro para Lisboa, que o govêrno do Regente já não se considera um simples delegado da antiga metrópole.

Pediu-se a D. Pedro que marcasse dia e hora em que pudesse ir à sua presença a comissão do Senado da Câmara encarregada de apresentar-lhe os votos e as súplicas dos povos. Designou S. A. Real o dia 9 de janeiro (1822).

Fêz isso D. Pedro depois da formalidade de ouvir em conselho os seus ministros. E' claro que êstes, com a sua responsabilidade oficial,

só podiam votar pelo cumprimento das ordens recebidas; mas provàvelmente não deixariam de dizer ao Príncipe o bastante para um bom entendedor...

Pela manhã do dia 9, reúnem-se o Senado da Câmara no consistório da igreja do Rosário, para onde havia afluído a maior parte das pessoas consideradas da terra, e muito povo.

A cidade parecia em festa extraordinária.

Às 11 horas saiu o Senado, com seu presidente e o pomposo concurso de notáveis que o cercavam, no meio de imensa multidão, dir-se-ia maravilhada daquela cerimônia com que o povo brasileiro ia afirmar a sua capacidade de soberania, e o seu intento de fazer-se nação. Todos em grande gala, cabeça descoberta, em duas alas, indo à frente alçado o estandarte da Câmara, foram subindo pela rua do Ouvidor, a passo lento, e como se todos contivessem a própria alma em alvoroços...

Dizem os testemunhos do tempo, e bem o sentimos hoje nós outros, que foi aquela a mais faustosa e brilhante cena da nossa história.

6. Ao meio-dia, "recebia o Príncipe, na sala do trono do paço da cidade", a imponente deputação.

Depois de fazer a S. A. Real um respeitoso cumprimento, leu o presidente do Senado (José Clemente Pereira) um discurso, redigido com muita habilidade, para explicar o reclamo como fundado no bem supremo da nação portuguêsa... e até para conter a cólera das Côrtes... Começou mesmo José Clemente dizendo logo que a saída do Príncipe teria como conseqüência imediata a separação do Brasil.

Memorando os grandes serviços que a D. João VI devia o Brasil; pondo em relêvo as injustiças cometidas pelas Côrtes, e os seus intentos de recolonizar o país e reduzi-lo do novo a uma condição subalterna, declarava que o Brasil não queria romper com Portugal, mas exigia um centro de união e govêrno, uma assembléia nacional e um poder executivo no seu próprio seio. Pedia, por isso, ao Príncipe, que benignamente acolhesse os votos dos povos, e continuasse na Regência até que se viesse a saber em que condições ficaria o Brasil sob o regime constitucional.

Terminado o discurso, leu-se o manifesto do povo do Rio, e em seguida, as várias representações.

Tendo ouvido quanto lhe diziam, o Príncipe, depois de alguma hesitação, concordou em permanecer no Brasil, autorizando que sua resposta fôsse registrada nas seguintes palavras, que ficaram históricas: *Como é para bem de todos, e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico.*

Imediatamente, o procurador da Câmara desenrola de uma das janelas do paço o estandarte do Senado, enquanto José Clemente, chegando à mesma janela, repetia em alta voz, para o povo que enchia a praça, aquelas palavras, acolhidas com delírio fácil de imaginar.

Solicitado pelo entusiasmo que se acendera em todo o público, apareceu D. Pedro a uma das janelas, "sendo saudado pelo povo no meio dos mais vivos transportes de alegria".

Serenado por um instante o alvorôço, exclamou o Príncipe, comovidíssimo, dirigindo-se à multidão: — "Agora, só tenho a recomendar-vos — união e tranqüilidade! —"

Seguiram-se três dias de festas.

Estava lançado o repto às Côrtes.

7. No meio de tudo isso andava como retrusa a Divisão Auxiliadora, mas, bem que se via, sinistra na sua reserva.

Corriam os festejos sem nenhum incidente desagradável. Passou todo o dia 10 e a noite em perfeito sossêgo.

No dia 11, porém, começou a desconfiar-se de que nos quartéis alguma coisa se tramava.

De fato, Avilez, de concêrto com os seus oficiais, resolvera burlar os intuitos de D. Pedro, e obrigá-lo a cumprir a determinação das Côrtes.

Sabendo isso, exaltaram-se os brasileiros, tanto militares como civis, e prepararam-se para fazer frente à prepotência do governador das armas. Houve como um movimento de rebate geral na cidade e nos subúrbios.

Queixa-se primeiro Avilez ao Príncipe contra a atitude da população e dos militares brasileiros; mas o Regente interrompeu-lhe a queixa declarando-lhe que está dispensado do govêrno das armas.

Tenta em seguida surpreender o Príncipe no teatro; mas frustrou-se-lhe o plano temerário.

No dia 12, ao amanhecer, estremeceu a cidade vendo o morro do Castelo coberto de tropas em pé de guerra.

Por outro lado, estava o campo de Sant'Ana ocupado de fôrças fiéis a D. Pedro, e de imensa multidão em delírio. Estavam ali o marechal de campo Joaquim de Oliveira Álvares e o velho general Joaquim Xavier Curado, contìnuamente aclamado pelo povo.

Pelas 8 horas chegou D. Pedro ao acampamento; e expediu imediatamente um oficial para o Castelo, intimando a Avilez que se recolhesse a quartéis com os soldados da Divisão, e se preparasse para embarcar com destino a Lisboa. Respondeu-lhe o general que sentia não poder obedecer-lhe por ser a ordem contrária às decisões das Côrtes...

A uma nova intimação, cedeu, no entanto, pedindo só que se lhe pagasse o sôldo às tropas.

No mesmo dia (12) transferiu-se a Divisão para a outra banda da baía, onde tinha de esperar pelos navios que a transportariam para a Europa.

Logo que estiveram prontos êsses navios, aconteceu o que se andava receando: começou Avilez a protelar a partida.

Até que D. Pedro perdeu a paciência, e foi, no dia 8 de fevereiro, para bordo da fragata *União*, e no dia 9 intimou o rebelde a embarcar imediatamente sob pena de ser atacado.

Começou então o embarque no dia seguinte; e no dia 15 deixavam as tropas portuguêsas a nossa baía.

QUESTÕES CONEXAS: — *O* Clube da Resistência. — *A resposta de D. Pedro no dia 9. — Intenções de Avilez em Niterói.*

O GRITO DO IPIRANGA

1. Com a expulsão das tropas portuguêsas, estava D. Pedro pôsto livremente no seu caminho. A primeira coisa que cuida agora é a reconstituição do seu govêrno, despedindo quase todos os antigos ministros, e nomeando: para a pasta da guerra, o marechal Joaquim de Oliveira Álvares; para a da fazenda, Caetano Pinto de Miranda Montenegro; para a de estrangeiros, reino e justiça, José Bonifácio de Andrada e Silva. Na pasta da marinha continuou Manuel Antônio Farinha.

José Bonifácio não era só a figura preeminente do ministério: desde o comêço foi o chefe do govêrno. Já lá na província desde muito ia êle procurando encaminhar as coisas no sentido da independência. E' mesmo hoje certo que viera da Europa com o pensamento de dar o seu concurso a uma obra que, mesmo de longe, vira o seu espírito como se fizera oportuna.

Pode-se dizer que no dia 19 de janeiro, tomara êle a direção daquele grande momento. Assim que se empossou do cargo, fixou o rumo da política que era preciso seguir. Dirigia uma sociedade em crise, e era necessário, antes de tudo, fazer um govêrno forte. Concentrar todo o poder no Príncipe foi todo o seu cuidado. Só munido de grande autoridade podia o Regente arrostar a situação que se ia criar agora, passando da vida colonial para a vida soberana. Só assim poder-se-ia, não só reprimir o espírito de desordem e o vício das facções que se implantavam em todo o país por uma subversão do sentimento liberal, mas ainda conter as impaciências de muitos que, no seu ardor patriótico, pudessem vir a comprometer a causa, precipitando sucessos que não podem sair da sua lógica.

Eis aí, nas suas linhas gerais, a orientação de tôda a política de José Bonifácio, durante a fase de transição em que teria de viver-se até que se efetuasse a independência e se constituísse o novo Estado.

2. Seguro da rota marcada, foi êle, enquanto apressa a organização de fôrças militares para emergências que possam sobrevir, neutralizando pouco a pouco os golpes que as Côrtes de Lisboa vibravam contra nós.

No intuito de aliar ao govêrno da Regência tôdas as Juntas das províncias, convocou, por decreto de 16 de fevereiro, um Conselho de Procuradores, eleitos pelos eleitores de paróquia, e que devia reunir-se no Rio para colaborar com o Príncipe nas funções legislativas. Tomou em seguida a precaução de decretar que, sem a sanção do Regente, nenhuma lei ou ordem emanada de Lisboa se executasse no Brasil. Ordenou também a tôdas as Juntas das províncias marítimas que não se permitisse, sob nenhum pretexto, o desembarque de tropas portuguêsas em território brasileiro.

E, à medida que as Côrtes agem contra nós na sua ânsia de humilhar-nos, vai-lhes o grande ministro revidando os golpes e desfazendo as tramas.

Em março fazia o Príncipe voltar para Lisboa a esquadra de Maximiliano de Sousa com as tropas que vinham destinadas a render a divisão de Avilez.

Pode imaginar-se como repercutem, tanto na Europa como em tôdas as províncias, os sucessos que se dão no Rio durante os três primeiros meses de 1822: o *fico*, a expulsão das tropas portuguêsas, a repulsa da última expedição, e os decretos que D. Pedro vai dando como se fôsse já soberano!

Além da coragem decisiva, firmeza e serenidade com que o govêrno do Príncipe leva a grande causa, tinha ainda de ir arrostando a situação que se criava aqui e nas províncias. Dir-se-ia que a alma daqueles tempos andava agitada contìnuamente de um fluxo e refluxo de anseios e paixões que se embatem, como se todo o mundo desvairasse ante o desconhecido. Parece que entre aquêles homens, que se nutrem das mesmas aspirações, e que defendem a mesma causa, só havia união no momento do perigo. De modo que ao poder dirigente cumpria, não só resistir aos adversos, de fora e de dentro, como conter os próprios fiéis.

Nas províncias são ainda mais aflitivas as condições em que se vêem os povos, indecisos no meio dos acontecimentos, e ansiosos por sair de uma crise em que, aos desmandos gerais, se junta a incerteza do futuro. Em tôda parte, quando tiveram de renovar-se as Juntas, de acôrdo com as novas instruções das Côrtes, aumentaram ainda as complicações com a recrudescência dos dois partidos — o português e o brasileiro.

Em algumas províncias, como a de Pernambuco e logo a do Ceará, não demora a liquidar-se a situação favorável a D. Pedro. Em outras, como as do Maranhão e do Pará, dominam os elementos refratários amparados pelas guarnições.

O da Bahia tornou-se o caso mais grave. Ali, o governador das armas, brigadeiro Madeira de Melo, toma ostentosamente o partido das Côrtes

contra a nova Junta, que se manifesta pelo Rio, que se tornou o *augusto centro da família brasileira.*

3. Enquanto se passam no Brasil êsses fatos, cresce em Lisboa a animosidade geral contra nós, e vão as Côrtes empenhadas, cada vez com mais ódio, em reduzir-nos outra vez à condição de simples colônia. Não se atrevendo a castigar a rebeldia de D. Pedro, tentaram punir os ministros e as Juntas que o tinham induzido a ficar no Brasil.... Declararam sem efeito o decreto do Regente sôbre o Conselho de Procuradores. "Permitiram-lhe permanecer aqui até que se promulgasse a Constituição da monarquia, "contanto" que se subordinasse ao Congresso de Lisboa, e recebesse para seus ministros e secretários os cidadãos que El-Rei nomeasse..." E fazia-se ainda sentir muito grave que oportunamente se tomariam outras providências em relação ao regime que convinha ao Brasil...

É assim que, a decretos de escarmento, pretendem aquêles homens atalhar a revolução na América. Davam o seu voto ostentosamente nas Côrtes, e punham-se em festas, desvanecidos e ufanos de haverem castigado os facciosos da colônia.

Quando lá chegou a notícia de que D. Pedro, não satisfeito com o Conselho de Procuradores, não trepidou em convocar uma Assembléia Constituinte, então desconcertou-se em furores aquela câmara estúrdia. Declara-se nulo o decreto; destitui-se da sua alta magistratura o Príncipe Real, e ordena-se-lhe que dentro de um mês embarque diretamente para Lisboa sob pena de perder o seu direito ao trono.

Alguns dias depois dêsses últimos assomos (a 30 de setembro) jurava-se a Constituição votada. Oito dos representantes do Brasil, no entanto, protestaram contra ela, deixando de jurá-la.

Mal sabiam êstes que já falavam por uma outra soberania, que dêste lado do Atlântico se havia desde muitos dias proclamado.

4. Pode-se dizer que a Independência, já de fato estabelecida, só precisava de um ato solene, que a fizesse de direito. D. Pedro continuava a dar vivas a D. João VI; mas, em vez de às Côrtes portuguêsas, já dá vivas à futura Constituinte brasileira, que se havia convocado.

É êsse ato solene que José Bonifácio prepara com tôda segurança e decisão.

E' exato que em São Paulo havia umas tantas dissenções. Chegou-se mesmo, por aquêles dias, a aventar, entre algumas câmaras da província, a idéia de formar-se um govêrno local para cada câmara, ao menos para garantir a ordem, enquanto durasse "a guerra civil que os facciosos de São Paulo fomentavam".

Parecia, com efeito, a Junta provisória na capital, entregue ao partido português, que na verdade ali se mostrava meio desabusado. Havia já D.

Pedro tomando, e com proveito, algumas medidas tendentes a conter os desordeiros, que a indisciplina dos quartéis andava insuflando.

Sabia-se, pois, que a autoridade do Príncipe, no meio das complicações, não sofria por ali nenhuma oposição formal. Davam-se, como em tôda parte, embates de facções; mas a aspiração da Independência não tinha inimigos ostensivos.

Tinha, porém, chegado o momento em que o drama devia ter o seu desfecho; e não só José Bonifácio, por um capricho do seu coração, desejava que se desse isso lá na terra do seu nascimento, como ainda lhe entrava nos cálculos daquela política que vinha seguindo, a conveniência de rematar a obra fora do Rio, e fazendo parecer o próprio remate um como incidente imprevisto, ou mais um daqueles protestos com que o Príncipe rebatia sempre ao despotismo das Côrtes portuguêsas.

Desde algum tempo falava-se da visita de D. Pedro a São Paulo, havendo mesmo S. A. recebido, de várias câmaras da província, mensagens pedindo-lhe que fizesse aos paulistas a honra que tinha feito aos mineiros.

Mais do que provàvelmente foi o próprio José Bonifácio quem promovera tais representações; pois tudo estava combinado e resolvido, desde a viagem a Santos até o ato, subseqüente à cena do Ipiranga, da aclamação de D. Pedro como Imperador do Brasil.

No dia 13 de agôsto deu o Príncipe um decreto, investindo da autoridade de Regente, durante a sua ausência, a Princesa consorte, D. Leopoldina.

Acompanhado apenas do seu secretário e de alguns fâmulos e pajens, partiu D. Pedro no dia seguinte para São Paulo, pela via terrestre. Desde o segundo dia de viagem foi, porém, o séquito aumentando, até fazer-se luzida e aparatosa legião ao chegar às vizinhanças da capital paulista.

No dia 24 estava S. A. na freguesia da Penha, onde pernoitou. Na manhã de 25, depois de ouvir missa, montou a cavalo, e no meio da sua comitiva, escoltado de uma brilhante guarda de honra em grande uniforme, tomou o caminho da cidade.

5. Assim que se avistou o cortejo a cêrca de meia légua da cidade, numerosas girândolas deram o aviso da chegada; e começaram logo os sinos a vibrar, e a estrugir a artilharia, postada na frente do convento do Carmo. Ao transpor o Príncipe o grande arco triunfal que se erguia à entrada da cidade, "cobriu-o de aclamações" o povo que ali se apinhava como alucinado. Apeou-se então S. A. e tôda a comitiva, sendo recebido, em nome da cidade, pelo Senado da Câmara com seu estandarte alçado, e pelo bispo diocesano com seu cabido e clero.

Feitas ali, diante de um altar, as primeiras orações, seguiu o préstito lentamente para a Sé, indo S. A. Real debaixo de pálio. As ruas por onde desfilou o cortejo estavam tomadas de imenso povo que abria alas a

custo; e as janelas, guarnecidas de colchas de sêda, estavam cheias de senhoras, que vitoriavam o Príncipe, jogando-lhe flores em profusão. Na Sé, cantou-se *Te Deum* solene em ação de graças, findo o qual recolheu-se S. A. ao paço, aclamado com o mesmo entusiasmo.

À noite iluminou-se a cidade; bandas de música tocavam em coretos, e outras percorriam as ruas; e, em tôda parte, os folguedos públicos, e o movimento ruidoso de gente, deram à cidade um aspecto feérico e uma nota de intenso júbilo.

No dia seguinte houve no paço cortejo e beija-mão geral, no meio do mesmo regozijo em que se agitava tôda a população.

Bastou a presença de D. Pedro para que tudo mudasse como instantâneamente em São Paulo. Verificou, aliás, por si mesmo o Príncipe, que não havia por ali mais que desinteligências entre pessoas da terra, ciúmes e rixas de famílias preponderantes, idéias políticas mais ou menos exageradas, mas todos coerentes no propósito de resistência às Côrtes de Lisboa.

Limitou-se, por isso, a tornar efetiva a dissolução da antiga Junta, nomeando para a província um govêrno provisório, de acôrdo com as próprias leis do reino.

Proclamou enfim aos povos, "recordando-lhes as grandes tradições da terra paulista, exortando-os a não esquecer os efeitos gloriosos dos antepassados, e as provas de fidelidade constante à casa de Bragança, recomendando-lhes sossêgo e harmonia, e dizendo-lhes que com êles contava como consigo próprio, para a libertação do Brasil".

6. Estava, sem dúvida, no programa da excursão, uma visita a Santos. Para aquela vila partiu D. Pedro, com tôda a sua comitiva, no dia 5 de setembro. Passou ali o dia 6; e no dia seguinte, pela manhã, pusera-se em caminho de volta para a capital. Já no campo, distanciou-se a Guarda de Honra, com a maior parte da comitiva, e vieram esperá-lo numa colina, junto ao riacho Ipiranga.

Pelos fins de agôsto haviam chegado ao Rio notícias de Lisboa, que induziram José Bonifácio a convocar imediatamente o Conselho de Estado para dar solução definitiva àquela crise, que não podia mais continuar sem graves perigos para o Brasil.

Reunido o Conselho de Estado (no dia 2 de setembro) sob a presidência de D. Leopoldina, expôs o ministro do reino o que se passava, e fêz sentir que não era mais possível permanecer-se naquela dubiedade, sendo necessário sair dela por um ato de coragem decisiva sob pena de sacrificar-se tôda a obra feita. Aplaudiram os ministros, e com êles emulou no entusiasmo a Princesa Real.

Resolveu-se, então, escrever a D. Pedro, mostrando-lhe como não se podia mais contemporizar, e que cumpria proclamar a Independência lá mesmo, sem perda de tempo.

Enquanto o conselho deliberava, já estavam na varanda do paço, prontos para partir com os despachos, Paulo Emílio Bregaro e o major Antônio Ramos Cordeiro.

Chegaram os mensageiros a São Paulo no dia 7; e sabendo que o Príncipe tinha ido a Santos, prosseguiram sem detença a sua marcha para ali, e foram encontrar a Guarda de Honra, que descansava no Ipiranga. Informados de que S. A. não podia estar longe, vão ao seu encontro.

Seriam umas quatro e meia da tarde (de um belíssimo dia de sábado) quando, a cêrca de meia légua do Ipiranga, se encontraram Bregaro e Cordeiro com o Príncipe, e lhe entregaram a correspondência.

Leu S. A. ali mesmo os despachos, parecendo comover-se; e depois, afetando calma, como quem medita em angústia, entrega os papéis ao seu ajudante, dizendo qualquer coisa a meia voz.

Em seguida. num largo movimento de alma, diz alto: — "E' preciso acabar com isto!". Esporeia o cavalo, e a grande galope, avança para o lugar onde o séquito se achava. A sentinela brada às armas; forma a guarda precipitadamente, e faz as continências. E para tôda aquela gente em espanto D. Pedro exclama: — "Camaradas! as Côrtes de Lisboa querem mesmo escravizar o Brasil; cumpre, portanto, declarar já a sua Independência. Estamos definitivamente separados de Portugal!" E levantando a espada, num repto de entusiasmo gritou com tôda a fôrça dos seus robustos pulmões: "Independência ou Morte!".

7. Êste grito é por todos muitas vêzes repetido, como em acesso de delírio, e reboa — dir-se-ia — pelo país inteiro.

Dali seguiu D. Pedro com sua comitiva para a cidade, acompanhando-o a Guarda de Honra a certa distância.

Seriam umas cinco e meia da tarde, quando os sinos das igrejas anunciaram a chegada do Príncipe. A sua passagem pelas ruas e praças, até o Largo do Colégio, produziu alvorôço geral, pois tôda gente desconfiou que alguma coisa extraordinária se havia dado. Não demorou que a notícia de tudo se espalhasse, convulsionando a cidade.

Era quase noite fechada quando chegou a Guarda de Honra, a galope, de espadas erguidas, levantando vivas à independência, a D. Pedro e ao Brasil. O povo, que já enchia as ruas, foi acompanhando em alaridos a Guarda de Honra até o largo fronteiro ao paço, e ali ficou em delírio aclamando o herói da gloriosa jornada.

À noite houve espetáculo de gala. Eram quase 9 horas quando D. Pedro deu entrada no teatro, envôlto numa verdadeira tempestade de ovações.

Em seguida ao Hino da Independência, cantado pelo próprio Príncipe e por algumas senhoras, levantou-se na platéia, sôbre uma cadeira, o padre Ildefonso Xavier, e estendendo o braço direito para o camarim onde estava D. Pedro, bradou por três vêzes: — "Viva o primeiro Rei do Brasil!" — brado que pôs aquela massa de espectadores, por alguns minutos, em convulsões de loucura.

No dia 10, pela madrugada, saiu D. Pedro de São Paulo, e veio chegar ao Rio no dia 14, já de noite.

É difícil dar ao menos ligeira idéia do "entusiasmo que inundou o Rio de Janeiro" com a chegada de D. Pedro.

No dia 12 de outubro, era êle aclamado solenemente Imperador do Brasil.

Tinha-se realizado, pois, o grande sonho daquela geração.

Restava agora dar sanção histórica a todos aquêles atos simbólicos da Independência.

QUESTÕES CONEXAS: — *Viagem de D. Pedro a Minas. — A* vila-francada *em Lisboa. — Criação das nossas côres nacionais. — O Hino da Independência. — A maçonaria e o* Apostolado.

GUERRAS DA INDEPENDÊNCIA

1. Era preciso, agora, tornar efetivo o que se havia feito. Em muitas províncias dominavam ainda autoridades portuguêsas, e com outras ocorriam dissenções entre os próprios defensores da causa.

Sente-se, ao enunciar tais embaraços, quanto é penosa a situação em que se vê D. Pedro no dia seguinte ao da sua aclamação. Mesmo fortalecido de grandes qualidades de político, ou ao menos não eivado dos defeitos que o caracterizavam, nem assim seria possível que êle ficasse muito sereno e firme no meio daqueles dias tormentosos.

E é por isso mesmo que a história, para fazer-lhe plena justiça, tem de absolvê-lo dos erros cometidos, e proclamar-lhe a sinceridade e paixão com que se devotou a uma obra em que não era certamente êle o primeiro interessado. Mesmo porque, em grande parte, a responsabilidade de tais erros cabe menos a êle que aos pró-homens daquela geração.

Aliás, nem aquêles homens precisam de defesa. As complicações daquele momento decorriam de causas longamente acumuladas. Aquelas figuras vinham do regime colonial: e não é de um instante para outro que as consciências, ainda as mais lúcidas, se libertam de taras seculares.

Daí os conflitos em que se puseram, uns com os outros, os melhores patriotas, segundo as posições em que se encontram, mudando com os papéis que lhes tocam, contradizendo-se com as mudanças que os afetam.

Dêles, porém, de quase todos, o que se há de sempre dizer, com desassombro e ufania, é que lhes fica, para assegurar-lhes a veneração dos pósteros, aquêle valor com que venceram o mais angustioso transe da nossa história.

Além disso, para explicar aquela época, é preciso não esquecer que a alta política do país não tinha saído das tradições da colônia, e continuava a fazer-se no Rio. É daqui que vai a palavra de ordem para as províncias; é aqui que se fazem e desfazem situações, e que se marcam os rumos a seguir. E' por isso mesmo na côrte, onde estão os protagonistas do drama, em volta do Príncipe, que é mais violento o embate das paixões insufladas com a vitória.

Envolvido no torvelinho das facções, tendo às vêzes de romper com os que na véspera estiveram a seu lado; não podendo conciliar tôdas as opiniões, nem preferir um partido sem comprometer-se com os outros; e muito menos ouvir os mais exagerados sem sacrificar a sua autoridade e perder a obra: como poderia, pois, D. Pedro, equilibrar-se acima daquelas discórdias?

2. No meio dos embaraços que o assediam no Rio, tem o govêrno imperial de atender à situação das províncias, sobretudo à da Bahia, onde Madeira de Melo, amparado pelas Côrtes, continua a afrontar-lhe a autoridade.

Sem expelir dali, e de outras províncias do Norte, aquelas fôrças portuguêsas, não podia considerar-se como realizada a nossa emancipação política.

Já havia Labatut submetido Sergipe e entrado na Bahia, pondo-se em comunicação com a Junta Provisória. Tomaram logo os independentes tôdas as posições do Recôncavo, e sitiaram a praça pelo lado de terra.

Em tais angústias se viu o general português que não lhe teria sido possível resistir a um ataque geral que se planeara se não foram as dissenções, que neste momento recrudescem, entre Labatut e a Junta da Cachoeira.

E chegaram logo a tal extremo essas desavenças que o govêrno provisório depôs e prendeu o general e o seu secretário, nomeando comandante das tropas ao coronel José Joaquim de Lima e Silva, que tinha ali chegado de pouco com reforços.

Lorde Cochrane, que com a sua esquadrilha, rondava a costa nas imediações da barra, foi informado de tudo que se passara em terra, e entrou logo em relações com Lima e Silva.

Por mais que fôssem socorridos da metrópole, sentiam afinal, os sitiados, que não podiam manter-se "naqueles apuros por muitos dias. Entretêm-se com esperanças até que chegue o último desespêro".

3. E chegou logo. As duas esquadras (a de Cochrane e a portuguêsa) estão inativas. Passam-se dias e dias sem uma agressão no mar, sem uma escaramuça em terra. Parece que da parte dos patriotas há o intento de confiar, por piedade mais que nas armas, num fator inelutável — a fome. Quando se combate, como que o estrondo da peleja disfarça as aflições. Ficar assim, porém, naquela inação opressiva, pendendo do destino, a contar os instantes como sob iminência de catástrofes — isso é que é horrível!

Pelos fins de junho, varou as linhas do assédio, e apresentou-se ao general em chefe do exército pacificador, uma deputação de negociantes da cidade, a pedir-lhe garantia de vida. Deu-lhes logo Lima e Silva tôdas as seguranças. Mandou ainda, o comércio, uma comissão à Junta da Cachoeira.

Cedera, pois, afinal, a obstinação do chefe português. Como não queria assumir o compromisso de entrar oficialmente em negociações com aquela gente que se considerava rebelde, pediu Madeira de Melo a um coronel de milícias (Cunha Menezes) que fôsse, em caráter íntimo e oficioso, ao quartel-general inimigo, alcançar de Lima e Silva, e também, pela mediação dêste, do almirante Cochrane que lhe permitisse sair sem risco de hostilidade.

Anuíram os dois chefes imperiais; e para desencargo de todos, simulou-se uma capitulação.

Pela madrugada de 2 de Julho (1823), com verdadeira precipitação de fuga, deixavam a Bahia as tropas portuguêsas.

4. Não tinha Lorde Cochrane tempo a perder. Como receasse que Madeira fôsse instalar-se em qualquer ponto da costa, como parecia resolvido, ordenou o chefe da nossa esquadra ao capitão John Taylor que seguisse o inimigo até vê-lo fora dos nossos mares.

Enquanto isso, tomava o próprio almirante rumo do Norte.

Nada se sabia das condições em que estavam principalmente as três províncias do Piaui, do Maranhão e do Grão-Pará, que inspiravam maiores cuidados. Haviam as respectivas Juntas com efeito celebrado entre si um acôrdo no sentido de sustentar-se ali a causa portuguêsa; e, à medida que sentem como as populações brasileiras se mostram dispostas a romper contra as Côrtes, vão aumentando o rigor com que presumem reprimir o sentimento geral, que se desafronta e se agita cada vez com mais coragem.

No Piauí a situação se agrava com a chegada do novo governador das armas, o sargento-mor Cunha Fidié, coincidindo quase com a notícia do que sucedera em São Paulo. A vila de São João da Parnaíba, assim que ali se soube que o Ceará em pêso aderira aos patriotas do Sul, proclama a Independência (19 de outubro de 1822). Marcha Fidié, de Oeiras para o norte, e ocupa a vila insurgida. Mas na própria capital o povo levantado aclama o Imperador, e elege um govêrno provisório. Toma esta Junta, e com grande energia e decisão, a direção do movimento em tôda a província. Abala Fidié, da Parnaíba para o sul; mas, receoso de avançar até Oeiras, atravessou o rio para a província contígua e foi estabelecer o seu quartel em Caxias.

5. Estava livre o Piauí; e cumpre agora ir amparar a causa no Maranhão, que também acabava por insurgir-se. A junta de São Luís assanha-se em cóleras. Como no interior o incêndio se alastra, cuida ela de guardar a capital, e isto vai fazendo à custa dos maiores excessos.

Os patriotas vitoriosos no Piauí, juntamente com os socorros que vêm do Ceará e de outros pontos, vão sitiar Caxias. Só neste momento acorda e alarma-se a Junta de São Luís; mas acorda para desvairar.

Tomam os independentes quase tôdas as vilas e posições fora da ilha, e concentram as suas maiores fôrças no cêrco de Caxias.

A Junta esmorecia na velha capital. Para isso não concorriam só as vitórias dos patriotas. O que, por último, desorientou os portuguêses da Junta de São Luís foi a notícia que da Europa ali se recebeu, pelos fins de junho, de que "El-Rei, desligando-se do juramento que havia prestado à Constituição, reassumira "todos os antigos direitos majestáticos"... Pode imaginar-se o desapontamento de tôda aquela gente, até ali tão fiel à política das Côrtes, e tão entusiasta da "regeneração" proclamada!"

Estava sem causa, pois, a Junta de São Luís, tendo deixado de existir na Europa o ideal que se sustentava na América...

Houve logo um movimento geral na cidade, favorável à cessação da resistência. A Junta, sem atenção às veleidades do governador das armas, que pretendia sustentar El-Rei absoluto como sustentara a vencida "regeneração", procurou conciliar-se com os sitiantes de Caxias.

Estava nessa diligência, quando apareceu na barra, a 26 de julho, a esquadra imperial.

6. Fêz imediatamente Lorde Cochrane sentir para a terra o intuito com que ali se apresentava em nome do Imperador e que desejava cumprir a sua missão sem necessidade de lutas. Convocou a Junta, no mesmo instante, um conselho militar, e de acôrdo com a deliberação dêsse conselho,

apressou-se a comunicar ao almirante que "coincidiam com os seus desejos os sentimentos de todos os membros daquele conselho".

No dia seguinte (27 de julho) foram a bordo os membros da Junta e o bispo diocesano, em visita ao almirante. Afiançaram-lhe decidida obediência, protestando abandonar a causa portuguêsa, aderir à Independência, e reconhecer D. Pedro como Imperador do Brasil.

O ato solene da aclamação teve lugar no dia 28 de julho.

Dali a três dias capitulavam em Caxias os portuguêses.

Restava agora, libertar o Pará.

A situação ali era semelhante à em que tinham estado as duas províncias vizinhas. A Junta de Belém tomara tanto a si a causa portuguêsa que chegou a mandar auxílio de tropas aos fiéis do Maranhão. Não tardou, porém, que começasse ela a inquietar-se com certos fatos, muito eloqüentes como avisos de que não há mais nada capaz de impedir que por ali também rompa o espírito da terra contra a ordem colonial.

Logo pelos fins de fevereiro (1823), quando se fêz a eleição da nova Câmara de Belém, é que se viu bem como estava irredutível ali o sentimento nacional: nenhum português conseguiu ser eleito. E então no seu despeito, apelam para a tropa os portuguêses, depõem Junta e Câmara, e acendem a desordem na província.

7. Os patriotas não se acovardam. Preparam uma revolta; e pela madrugada de 14 de abril, tomam o quartel de artilharia. À voz, porém, de um major, que aclama a D. João VI, os soldados (que faziam causa com os independentes) rendem-se apavorados, e desfaz-se o motim. Triunfantes os portuguêses, condenam à pena de morte (por um simulacro de junta de justiça) 271 dos conspiradores que se haviam aprisionado. Quiseram executar logo a sentença ali mesmo; e só a muito custo conseguiram alguns mais moderados que se remetessem os réus para Lisboa.

E' ainda a notícia da restauração do despotismo em Portugal, que vai mudar a situação no Pará, como havia mudado no Maranhão.

A surprêsa e decepção geral, produzidas por semelhante notícia, deixaram indecisos os portuguêses, e encheram de esperanças os brasileiros.

Eram estas as condições em que estava Belém, quando, a 10 de agôsto, ali aparecia o brigue de guerra *Maranhão*, comandado pelo capitão-tenente Grenfell. Fêz êste saber à Junta Faccionária que ali fôra, por ordem do almirante Cochrane, e em nome do Imperador, encarregado de apoiar naquela capital o partido da Independência.

Reuniu-se logo um conselho geral, e por grande maioria decidiu-se convidar Grenfell a entrar no pôrto.

No dia 16 de agôsto proclamava-se em palácio, solenemente, a Independência, celebrando-se em seguida a cerimônia do juramento ao imperador do Brasil.

Dali a três meses, a 18 de novembro, capitulava D. Álvaro da Costa em Montevidéo.

Achavam-se, pois, antes do fim de 1823, tôdas as províncias integradas pollticamente no novo Império.

QUESTÕES CONEXAS: — *José Bonifácio e o Imperador.* — *Labatut e a Junta da Cachoeira.* — *Auxílios de Madeira de Melo à Junta do Maranhão.* — *A restauração do despotismo em Portugal, e tentativas de D. João no Brasil.*

RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA

1. Declarada a Independência, o primeiro trabalho que se impunha era, naturalmente, o de estabelecer como entidade internacional o novo Estado.

Desde antes do grito do Ipiranga, tinha D. Pedro, como seu agente em Londres, o marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes (depois Marquês de Barbacena). Ali (desde 1821) prestou êste homem notável os maiores serviços, já dando para aqui avisos de tudo quanto podia interessar à nossa causa, já encarregando-se da negociação de empréstimos, e da remessa de armamentos e tropas mercenárias. Por intermédio de Beresford conseguiu entrar em relações com o gabinete inglês, e delas se aproveitava para impedir medidas de Portugal contra o Brasil.

Agora, cuida êle de alcançar a intercessão de Lorde Canning, o grande ministro de Jorge IV. Durante todo o ano de 1822 não descansou Brant Pontes junto ao grande chanceler Canning; tinha de portar-se, em relação a Portugal, com muita reserva e prudência, e procurou afagar a aspiração dos brasileiros sem melindrar ao velho aliado e amigo da Inglaterra. Mostrou também, o ministro, a Brant Pontes, como em relação ao Brasil só uma queixa tinha a Inglaterra; a de ver com tristeza a obstinação com que se continuava aqui a fazer o tráfico de escravos.

Foi-lhe ao encontro o nosso encarregado assegurando que o govêrno do Rio não era partidário dêsse nefando comércio.

Tão satisfeito com essa declaração ficou Canning que prometeu logo levar o negócio a conselho de ministros, pedindo ao marechal que fizesse um resumo de tudo por escrito.

2. Formulou Brant Pontes um conciso memorial, referindo quanto se passara desde a retirada de D. João, não se esquecendo de recordar que

O Grito do Ipiranga. - Quadro do pintor Pedro Américo.

ramento de fidelidade ao aperador Dom Pedro I. Quadro do pintor J. B. Debret.

Lord Alexandre Thomas Cochrane.

o próprio soberano português, além de haver nomeado D. Pedro, Regente do reino americano, teve ainda a "previdência de recomendar-lhe, no momento da despedida, que por nenhum caso desamparasse o Brasil, a fim de que esta melhor parte da monarquia não fôsse prêsa de algum aventureiro".

E explicava que D. Pedro cumprira fielmente as ordens de seu pai, e até as que lhe foram dadas pelas Côrtes de Lisboa, às quais fêz contudo sentir as conseqüências que teriam alguns de seus decretos.

As Côrtes, porém, longe de atenderem às representações do Príncipe, prosseguiram na sua política de oprimir as populações do Brasil. Como é, portanto — perguntava — que o govêrno do Regente há de conservar-se em atitude passiva ante a prepotência das Côrtes de Lisboa? Em desespêro de causa — não se esquecia o nosso agente de dizer, para que fôsse bem entendido — ver-se-ia mesmo D. Pedro "na necessidade de recorrer aos Estados Unidos da América, no caso em que se veja abandonado pelo melhor e mais antigo aliado da casa de Bragança".

O memorial de Brant Pontes é de 14 de novembro de 1822 (portanto mais de dois meses depois de proclamada a Independência) e, no entanto, é de um simples arranjo dos dois reinos que se trata ainda em Londres... E' isso o que está no espírito de Canning, e a que o nosso representante não se mostrava estranho; pois, o que se vê, é que se repudiou ainda aquêle sistema, seguido desde 1821, de ir disfarçando o que se quer, sem dizer tudo logo e de uma vez, mas pouco a pouco, e por eufemismos que se vão aclarando à medida que se avança no caminho da vitória.

3. Mas a Lorde Canning impressionou tão vivamente a exposição do nosso encarregado que êste se persuadiu de que o reconhecimento do govêrno do Príncipe estava em vésperas de ser feito por S. M. Britânica.

O momento suspirado estava, porém, ainda longe. Primeiro, o gabinete de Londres faz questão de que se tome o compromisso de abolir o comércio de escravos. E quando Brant Pontes, alarmado com os preparativos que se fazem contra o Brasil em Lisboa, assume afoitamente o compromisso impôsto, declara-lhe o ministro que o ato do reconhecimento depende agora de uma resposta que se espera do govêrno português.

A resposta que se esperava é relativa à mediação que S. M. Britânica oferecia ao seu antigo aliado, *debaixo do princípio de serem os dois reinos independentes, mas com um só soberano*. O próprio marechal Brant, que já sabia que no Brasil a Independência era um fato consumado, tem de dizer ainda que a comunicação do govêrno inglês está "inteiramente conforme às vistas de S. A. Real o Príncipe-Regente"...

Estava-se à espera dos despachos de Lisboa, quando rebenta em Londres (pelos fins de novembro) a notícia, desconcertante para o gabinete inglês, da aclamação de D. Pedro como Imperador do Brasil... Manda Can-

ning chamar à sua secretaria o marechal Brant, e interpela-o com estranheza. Fingindo-se surpreendido também, procura o nosso encarregado explicar tudo como prova da situação em que se encontra no Brasil o espírito público, obstando que o Príncipe faça o que quer, e induzindo-o a ceder para evitar males maiores, ante as medidas violentas que as Côrtes se obstinam em decretar contra o reino americano.

4. Era afinal, na Europa, a Inglaterra, a potência mais sinceramente interessada em amparar a nossa causa. Conquanto se reconheça que era para ela o meio mais simples de defender os interêsses do seu comércio, nada seria menos justo do que negar à política liberal do govêrno inglês os maiores serviços prestados naquele momento, quer à emancipação dos povos americanos em geral, quer ao problema da escravatura — o que mais impressionava o espírito do tempo, e que o gabinete britânico soube hàbilmente ligar, até certo ponto, à sorte das novas nações que se constituíam.

Estando (pelo mês de fevereiro de 1823) a sair para a Índia o Conde de Amherst, nomeado para o govêrno daquela possessão, e devendo tocar, de passagem, no Rio de Janeiro, encarregou-o Canning de fazer sentir ao govêrno do novo império que "uma estreita união da Inglaterra com o Brasil" só dependia agora de saber-se em Londres alguma coisa de positivo quanto ao tráfico de escravos.

Em conferência com Lorde Amherst, declarou-lhe José Bonifácio que não seria prudente fazer-se a abolição imediata do tráfico, mas que se comprometia a fazê-lo pouco a pouco até que cessasse dentro de dois ou três anos.

Antes, porém, que chegassem a Londres as comunicações de Lorde Amherst, dão-se em Portugal os acontecimentos que restituíram a S. M. I. o exercício da autoridade absoluta; e o chanceler britânico aproveitou o ensejo de aconselhar ao velho aliado da Inglaterra a que se dispusesse, na situação em que se estava, a entrar em concêrto com o Brasil.

De fato, com a mudança operada lá no reino, renasceu na côrte de D. João a esperança de conservar o Brasil unido à monarquia. Bastou, porém, o insucesso da missão Rio-Maior para que se desvanecesse tal esperança.

5. Teve de apelar para Londres o govêrno de Lisboa, mas fazendo ainda questão de conservar a soberania de S. M. I. no Brasil... O ministro Canning mostrou-se logo disposto a interceder de novo no caso, mas fêz ver que essa insistência em exigir semelhante condição tornaria mais difícil a solução do litígio.

Os argumentos do grande chanceler afinal produziram efeito; e cuidou-se, entre os negociadores, de achar uma fórmula para o arranjo.

Parecia, pois, que os caminhos se aplanavam, quando os sucessos de 12 de novembro vão, ainda uma vez, reacender em Portugal as velhas esperanças. Pensou-se lá que o ato violento de D. Pedro contra a Constituinte era "uma prova do ascendente do partido português; e que o Imperador na plenitude da sua fôrça, "não mais hesitaria, agora, em pôr em prática o seu intento de reconhecer a supremacia de seu pai"...

Volta então, o govêrno de Lisboa, a insistir de novo na sua exigência de uma soberania nominal da Coroa portuguêsa no Brasil.

Abstém-se Canning de agir; e tôda a negociação cessou.

Enquanto isso, grandes aparatos de fôrças fazem-se por lá, destinados — fazia-se correr — a "castigar o govêrno rebelde do Rio de Janeiro"... E teve-se ainda a coragem e sem-cerimônia de avisar aos governos da Europa que — "o pau-brasil e os diamantes, como gêneros pertencentes à Coroa portuguêsa, seriam apreendidos em qualquer parte"... e ainda — "que os navios cobertos com a bandeira do novo Império não podiam ser acolhidos em nenhum pôrto"...

Sentindo logo, porém, que tudo isso era inútil, teve o govêrno de Lisboa de volver outra vez para Londres, e agora pedindo oficialmente a mediação da Grã-Bretanha.

6. Retoma Canning com tôda a paciência aquela causa tão penosa. Haviam chegado a Londres os plenipotenciários brasileiros; e estavam a encetar-se as negociações, quando ocorrem em Lisboa os fatos que ficaram conhecidos na história portuguêsa sob o nome de *abrilada*, e que bem revelavam a crítica situação em que se debatia o velho reino.

Só depois de restabelecida a ordem em Lisboa é que começam as conferências em Londres. Empregou o ministro mediador os maiores esforços para vencer as impertinências do govêrno português, cujos plenipotenciários fazem agora questão de assegurar para D. João VI a dignidade de *Imperador titular* do Brasil. Entendeu Canning que essa exigência era infantil e nada significava contra o Imperador do Brasil, não devendo, portanto, ser obstáculo ao que se queria concertar.

Mas é ainda de Lisboa que vão motivos para se interromperem as negociações. Com grande espanto do chanceler e dos brasileiros, eis que se sabe em Londres que o govêrno português recorre para as várias côrtes européias, e até procura a proteção da Santa Aliança, para dar tôda fôrça a um novo emissário que se expede para o Rio...

Canning, ainda uma vez, põe têrmo às conferências.

Agora, porém, muda a causa de aspecto para a própria Inglaterra. O govêrno dos Estados Unidos acabava de reconhecer a existência do Império. Sabia-se que outras nações estavam em vésperas de reconhecer oficialmente os representantes do novo Estado. Acontece ainda que a Inglaterra

não podia mais retardar o reconhecimento de algumas repúblicas espanholas da América do Sul; e seria uma inexplicável incoerência não fazer a mesma justiça ao Brasil.

Sentiu, portanto, Canning, que era chegada a hora, ou de conciliar os dois litigantes, ou de pôr-se em relações com o govêrno imperial.

7. Para chegar prontamente a uma decisão, encarregou Canning ao hábil diplomata, sir Charles Stuart, de entender-se diretamente com as duas côrtes.

Por meados de março chegava Stuart a Lisboa, pondo-se às ordens de S. M. F. para vir ao Rio como negociador. Julgando-se já solicitado, começou de novo o gabinete português a fazer as suas exigências absurdas. Muito se esforçou o mediador por chamá-lo à boa razão; e afinal teve do próprio rei a permissão verbal e ampla de "tudo fazer para ultimar-se um ajuste".

Parte Stuart para o Rio, onde chega a 18 de julho (1825). Recebeu-o D. Pedro muito satisfeito, e mostrando-se muito grato a S. M. B. pela sinceridade com que intervinha na dirimissão do litígio; e entregou o caso ao ministério. Fizeram-se várias conferências, e discutiu-se muito, conseguindo Stuart afinal, que não se fizesse questão de conceder a D. João VI, "como condecoração honorífica", o título de Imperador. O mais foi fácil.

No dia 29 de agôsto assinava-se no Rio o tratado, em 11 artigos, estipulando-se que as ratificações deviam trocar-se dentro de cinco meses. O convênio em si não tinha nada de estranho; mas um aditamento continha a obrigação que assumia D. Pedro de tomar sôbre si o pagamento da dívida (1 400 000 libras esterlinas) que Portugal contraíra em Londres em nome do Reino Unido. Obrigou-se ainda, D. Pedro, a dar ao pai, pessoalmente, 600 000 libras, como indenização das "propriedades" que D. João perdia no Brasil.

Foi realmente bem duro êste arranjo, ao cabo de mais de três anos de esfôrço; mas, enfim, estávamos livres de semelhante empecilho.

Logo depois, foi o Império sendo reconhecido por outros governos.

QUESTÕES CONEXAS: — *A* abrilada *em Lisboa. — O Rei-Imperador. — Os dois milhões que pagamos pela Independência que estava já feita.*

XVIII

O PRIMEIRO REINADO

SUMÁRIO: — A Constituinte e a revolução de 1824. A guerra da Cisplatina. — A abdicação de D. Pedro I.

A CONSTITUINTE E A REVOLUÇÃO DE 1824

1. A grande tarefa é, agora, organizar a nação. Já não bastam para isso os impulsos que tinham agrupado, em tôrno do Príncipe entusiasta e ambicioso, tôdas as fôrças morais daquele grande momento: é preciso que a experiência, o tino, a capacidade de construção social e política, venham agora, salvar para a história, o que o patriotismo havia feito.

Sente-se logo que vai ser êsse o trabalho mais penoso. Os próprios homens que tinham feito a declaração da Independência estão divididos; e cada grupo reclama o direito de orientar e dirigir tôda a obra de organização que é indispensável.

No meio das facções encontra-se D. Pedro, com todos os seus vícios e as suas virtudes de herói fora do seu tempo, a acender em vez de reprimir discórdias. E é preciso notar ainda que assim que viu a obra feita, começou êle a desvanecer-se da sua fortuna.

O que aconteceu era, pois, muito natural: tanto os prudentes e cautelosos, como os exaltados, começaram a desconfiar do Imperador. José Bonifácio mesmo foi o último a desenganar-se: entre as duas correntes, esquecera êle o maior perigo. Seguro do seu ascendente sôbre o espírito do soberano, cuidou só de conter os adversários. E, quando se apercebeu, já era tarde: estava sem D. Pedro e sem partido.

2. Não há dúvida: a convocação da Constituinte vê-se agora que fôra precipitada. Ainda se lutava em muitas províncias contra as guarnições portuguêsas, e já se cuidava de organizar uma nação cuja soberania estava assim sujeita a contestações e protestos. Razão tinha, pois, José Bonifácio, quando procurou diferir êsse ato o mais que pôde.

As conseqüências da precipitação vamos ter agora.

No dia 3 de maio (1823), instalava-se a assembléia com tôda solenidade. D. Pedro ali se apresentou lendo a sua Fala. Antes não a tivesse lido. Dir-

se-ia que êsse discurso era feito muito de propósito para incompatibilizá-lo de uma vez com aquela câmara. Basta saber-se que por mais de uma vez o Imperador prevenia os representantes do povo de que "só no caso de merecer-lhe aprovação é que S. M. *aceitará* a Constituição que se votar".

Nada mais é preciso para explicar os sucessos que vêm. Poucos acreditam que D. Pedro queira mesmo regime constitucional; e começam as suspeitas de que a própria Independência está em perigo, quando se viu o Imperador entregando-se ostentosamente ao partido português.

Enquanto D. Pedro parece intentado em levar os seus planos misteriosos, vai a Assembléia dando os seus alarmas, intervindo em todos os negócios, e convertendo-se quase em verdadeira Convenção.

Para acentuar a natureza daquele transe, José Bonifácio, acabrunhado, retira-se do ministério, e o mesmo faz o irmão, Martins Francisco. E vão ambos, com o outro irmão, Antônio Carlos, para a Constituinte.

Estava-se por meados de julho. Tudo prenuncia que se aproxima o lance final de semelhante crise. Entre outros sintomas há êste por aquêles dias: o *Diário do Govêrno* publica, na seção de *notícias nacionais*, proclamações de D. João VI. Logo depois, o mesmo órgão oficial aplaude a restauração do absolutismo lá no reino, e chama heróis aos que tinham derribado a Constituição portuguêsa!...

Não havia mais dúvida: alguma surprêsa se prepara contra a nação.

3. Na tarde de 10 de novembro concentrava D. Pedro as tropas da guarnição no campo de São Cristóvão. No dia seguinte, a Assembléia declara-se em sessão permanente, "enquanto durarem as inquietações da cidade".

Discutia-se uma interpelação ao govêrno, quando chega à mesa um ofício do ministro do Império, no qual se comunicava à Câmara que muitos oficiais da guarnição tinham ido queixar-se ao Imperador de insultos que têm sofrido em sua honra por parte de alguns periódicos; e que "para evitar qualquer desordem", resolvera S. M. sair do centro da cidade com as tropas. Concluía o ofício dizendo que o Imperador esperava providências da Câmara. Resolve esta pedir ao govêrno informações precisas que a esclareçam.

A uma hora daquela, que é desde então conhecida por *noite de agonia*, novo ofício se recebe do ministro do Império, explicando agora que os periódicos de que se queixam os militares são a *Sentinela* e o *Tamoio*, orientados pelos três irmãos Andradas; e dizendo que S. M. I. preferia que as providências partissem da própria Assembléia. Insinuava-se claro a "destituição" dos três representantes.

No dia seguinte (12 de novembro) votou-se uma indicação para que se convidasse o ministro do Império a comparecer à Câmara. Às 11 horas apresentou-se o ministro (Vilela Barbosa); e interpelado, declarou com todo desassombro que os militares exigiam: 1.º que se coibisse imedia-

tamente a liberdade da imprensa; 2.º que fôssem expulsos da Assembléia os senhores Andradas. Para tornar bem explícitos os intentos do Imperador, chegou o ministro a declarar, em tom de ameaça, que a Assembléia tivesse cautela, por isso que — disse — "receio que haja aqui o que houve em Portugal..." De fato, o ministro falava de cadeira, pois havia lá assistido àqueles heróicos lances da *vila-francada*... E não falta quem diga que viera de lá especialmente para o papel que estava exercendo.

Só agora parece que a Câmara se convence do que está vendo.

Logo depois que se retirou o ministro, correu no recinto que se ouviam sinais de tropa em marcha.

4. O anúncio era exato. Enquanto na Assembléia ocorriam aquêles sucessos, em São Cristóvão chegava o momento decisivo. Apareceu o Imperador, a cavalo, no acampamento; chamou os oficiais a um círculo, e disse-lhes, em tom forte e solene, que a Assembléia Constituinte "acabava de o depor e degredar as tropas para os confins do Brasil". E comentou: Se as tropas se sujeitam a isso, êle também se sujeitará, metendo a espada na bainha e partindo para a Europa. Se as tropas, porém, querem desafrontar-se a si e ao trono, então estaria desde já à sua frente para dissolver aquela Câmara facciosa.

Os oficiais, que nada sabiam dos planos do Imperador, não hesitaram, à vista daquelas razões, em declarar que estavam prontos para tudo...

Seguro do apoio dos oficiais, ornou D. Pedro o seu chapéu de um frondoso ramo de cafeeiro, e ufano e heróico, deu ordem de marcha para a cidade.

Fêz alto no Campo de Sant'Ana; e dali destacou uma brigada sob o comando do general Morais, "a qual desfilou a passo acelerado sôbre a Assembléia. Ali, cercou o edifício, e carregando as suas peças, apontou-as para as portas e janelas do palacete, enquanto êle próprio, seguido de alguns oficiais e soldados, punha sentinelas na porta principal, e fazia fechar tôdas as outras, depois de evacuadas as galerias".

O povo enchia as imediações, mais em pasmo que indignado diante de tôda aquela insânia.

Tudo preparado, entrou o general Morais por entre o assombro e a consternação reinante naquele recinto, e apresentou ao presidente o decreto da dissolução.

Lido o decreto, concluiu o presidente declarando que à vista dêle estava a sessão levantada. Pôs o chapéu na cabeça e saiu do recinto.

Ao saírem da Câmara, tiveram muitos deputados ordem de prisão pelo próprio Morais.

E então, para coroar a vitória da jornada, saiu do Campo de Sant'Ana o Imperador à frente das tropas, a percorrer algumas ruas da cidade, e a provocar aplausos à sua coragem.

5. O que se pode assegurar, no entanto, é que naquele mesmo dia se sentiu êle desenganado de seus intentos. Devia tê-lo mesmo assustado naquele passeio triunfal o aspecto das ruas e quanto se passou bem perto, em tôrno dos próprios paços em gala. A cidade caíra em consternação. As próprias tropas, que tinham sido iludidas, não dissimularam a sua surprêsa e desgôsto quando souberam de tudo. Por mais temerário que fôsse aquêle homem, vacila agora, sentindo-se como apavorado de tôda a sua estúrdia.

Quando, em 1826, instalou a Assembléia Legislativa, fêz ainda ostentação do seu constitucionalismo, lançando em rosto aos liberais aquela prova de sinceridade que oferecia à nação.

Mas a verdade, impossível de escurecer, é que a dissolução fôra um ensaio. Como voltara Portugal ao regime absoluto, entenderam o pai e o filho, que seria fácil agora, reunir aos dois reinos sob a mesma coroa e mantendo as tradições da velha monarquia. Dos próprios têrmos do ato da dissolução adivinham-se os intuitos que as palavras traem. A frase do decreto relativa à convocação de outra Assembléia foi, visìvelmente, um enxêrto que no último instante aí se fêz por prudência, deixando saídas abertas para casos imprevistos. E por isso mesmo é que se deixou tudo muito vago; e tão vago que o ato de convocação dali a dias apareceu, mas a nova Constituinte prometida nunca se reuniu... nem chegou a ser eleita...

Só a surprêsa e o desengano é que explicam tudo daqui em diante. Provara mal o ensaio, e D. Pedro não pôde ficar no seu desplante. Logo no outro dia começou a dar decretos explicando o que fizera; e quanto mais explica menos se concilia com a nação alarmada. Leva uma semana inteira a nomear e despedir ministros. No intuito de tranqüilizar o espírito geral, cria um Conselho de Estado, que se incumba de redigir um projeto de Constituição para a futura Assembléia. Esquecido de quanto fizera nas vésperas, decreta, agora, a liberdade de imprensa. Executando lei promulgada pela assembléia dissolvida, nomeia presidentes e comandantes de armas para tôdas as províncias.

Mas, nem assim conseguia desfazer as apreensões e os receios que dominam o ânimo público.

6. Fora do Rio, não foi menos penosa a impressão causada pelos acontecimentos de novembro, e principalmente nas províncias do Norte, onde era menos viva a superstição da legenda imperial. — Na Bahia, uma Junta Geral (17 de dez.) delibera fazer sentir ao Imperador a "profunda mágoa dos baianos vendo quebrado o mais forte vínculo que unia a família brasileira"... No Pará, mesmo no meio das discórdias em que se debatia a província, assanhou-se a facção portuguêsa assim que soube "como D. Pedro fizera no Rio o que D. João tinha feito em Lisboa"... e foi necessário

deportar os mais exaltados da "causa imperial"... — Ao ter notícia dos sucessos do Rio, tão funda foi a impressão sentida em São Luís entre os defensores da Independência, que se pensou logo em tomar precauções contra os portuguêses, acusados de concêrto com os reacionários do Sul, para anular a obra feita... E mais grave se tornou a situação quando ali chegou, como governador das armas, o destemperado Pereira de Burgos, suspeito ao sentimento nacional. E em tôda a província se levanta o espírito público "em guarda contra o despotismo"... No Piauí, no Ceará, no Rio Grande do Norte, na Paraíba, em Alagoas, foram os presidentes nomeados pelo Imperador recebidos "com visíveis demonstrações de descontentamento" e com mal contidos ímpetos de repulsa. No Ceará, algumas vilas levantaram o grito de rebelião "declarando D. Pedro e sua dinastia decaídos do trono do Brasil, e proclamando o govêrno republicano"; e dirigiu-se a própria Junta ao Imperador exprobrando-lhe a violência cometida contra a Constituinte, e dizendo-lhe que o povo brasileiro prefere "o massacre e a morte a recair no antigo e abominável jugo"...

7. Se é certo que o sentimento liberal, desde muito desconfiado de D. Pedro, com a dissolução da Constituinte se alarmou em tôdas as províncias mais ou menos desabrido — em Pernambuco, onde eram mais vivas as tradições de protesto contra o despotismo, assumiu atitude de resistência formal pelas armas.

Assim que se recebeu ali notícia do que se passara no Rio, resignou a Junta o seu mandato perante um grande conselho, e elegeu-se novo govêrno, do qual foi chefe Manuel de Carvalho Pais de Andrade. O próprio colégio eleitoral, que ratificara essa escolha, dirigiu-se ao Imperador dando conta de tudo, e prevenindo logo a S. M. I. que os pernambucanos não receberiam o presidente que se dizia nomeado para a província (Francisco Pais Barreto). Comunicava ainda o colégio ao Imperador (palavras textuais) — "a desconfiança não pequena em que se acham todos os habitantes desta província pelo extraordinário acontecimento que teve lugar nessa côrte no dia 12 de novembro... receando com grande inquietação o restabelecimento do antigo e sempre detestável despotismo, a que estão dispostos a resistir corajosamente"...

Alguns representantes de municipalidades, convocados por Pais de Andrade, reunidos no Recife, a 21 de fevereiro, decidem a continuação dêste na presidência, visto ter sido submetida à decisão do Imperador a manutenção de outro nomeado. Pais Barreto, com os seus partidários, tenta reagir contra isso, mas inùtilmente; e retira-se da cidade. Chega por aquêles dias a Recife o capitão Taylor com duas fragatas de guerra, incumbido de forçar a posse de Pais Barreto. Reúne-se de novo um grande conselho, e delibera-se não alterar a situação, enquanto se enviava uma deputação

ao Imperador, encarregada de pedir-lhe que "revogasse a nomeação de Pais Barreto".

D. Pedro acedeu nomeando para presidente a José Carlos Mayrink da Silva Ferrão. Mas êste próprio já estava, pelo que parece, de concêrto com Pais de Andrade; e recusou-se a assumir o govêrno.

Tendo tudo preparado, com apoio em outras províncias do Norte, deu Pais de Andrade, no dia 2 de julho (1824) o seu famoso manifesto, que concluía proclamando a *Confederação do Equador.*

E' ainda o almirante Cochrane quem vai chamar à ordem as províncias levantadas. Enquanto a esquadrilha imperial bloqueia Recife, o coronel Francisco de Lima e Silva investia a praça por terra. O fracasso era inevitável. Dois meses e meio depois do rompimento, estava inteiramente vencido aquêle protesto, que parecia mais efeito de impulsão momentânea que de plano refletido e preparado.

Em tôdas as outras províncias, ainda foi mais fácil a restauração da legalidade.

À vitória das fôrças imperiais seguem-se as execuções com que a majestade ainda se desafrontava.

QUESTÕES CONEXAS: — *O lance da dissolução da Constituinte. — Os deportados. — Ratcliff. — Tristão Gonçalves de Alencar Araripe. — Os sacrificados.*

A GUERRA DA CISPLATINA

1. O que vai acontecer agora era inevitável. A Cisplatina era um fruto daquelas veleidades de D. João VI, de aproveitar alguma coisa daquilo que se julgava espólio da monarquia espanhola.

Mesmo no Brasil, nunca se acreditou que a antiga Banda Oriental viesse a ser uma província do império. A própria fictícia "incorporação" fizera-se contra o sentimento dos brasileiros. Só D. Pedro, cada vez mais dominado das suas impulsões, é que entendeu que devia manter pela fôrça aquela absurda conquista.

Não é de estranhar, portanto, que o espírito público se mostrasse tão avêsso a semelhante campanha, e até o extremo de chegarem os mais exaltados, no Rio principalmente, a fazer causa com os patriotas uruguaios.

Não se tratava, aliás, de apenas proclamar a maioridade de um dos membros de uma família. Havia por ali, contra nós, a tradição de uma rivalidade secular a nutrir de fortes estímulos a alma de duas populações irmãs.

E' bem conhecida a história da Banda Oriental do Uruguai, outrora província do vice-reino de Buenos Aires. Tinha sido, primeiro, fortemente disputada por espanhóis e portuguêses; e ali, durante mais de um século, deram-se lutas tremendas, que geraram profundas incompatibilidades entre os dois povos. Com a revolução da independência nas províncias do Prata, a Banda Oriental separou-se de Buenos Aires. Tendo caído, porém, sob o domínio da caudilhagem que a flagelou, inclusive invadindo a nossa fronteira, disso se valeu D. João VI para conquistá-la.

2. Mas essa conquista não se fêz sem protestos. Grande número de patriotas insubmissos emigraram; enquanto os sentimentos gerais da população continuavam a ser infensos ao Brasil, sendo ilusórias umas aparências de paz com que se desvaneciam os agentes do Império.

Ia Lecór, com os seus 3 000 homens concentrados em Montevidéo, exercendo com segurança as suas funções de chefe militar e de governador, mas desapercebido de quanto se preparava em Buenos Aires e nas províncias argentinas contíguas.

No dia 17 de abril (1825) partiram de Quilmes e de San Izidro, em dois lanchões, trinta e três conjurados; e subindo cautelosamente o estuário, entraram no Uruguai, e foram (pela manhã de 19) desembarcar em território oriental, no distrito da Agraciada. Assim que saltaram em terra, prestaram, aquêles heróis, o juramento de libertar a pátria, ou morrer combatendo.

Sob o comando de Juan Lavalleja, dirigiu-se o pequeno grupo de patriotas para o norte, e ocupou o povoado de Soriano, de onde se fêz espalhar uma proclamação pela campanha. Começou a crescer aquêle núcleo, e ainda mais ràpidamente depois que Lavalleja estabeleceu o seu quartel-general em Florida. Os próprios chefes militares que estavam a serviço do Império, (como Julián Laguna e Rivera) juntaram-se aos revolucionários.

No dia 20 de agôsto reúne-se em Florida um congresso oriental, composto de representantes dos departamentos já libertados. O primeiro ato dêsse congresso foi declarar desfeitos os pactos em virtude dos quais se anexara a antiga Banda Oriental ao território do Império. Alguns dias depois (a 25 de agôsto) era solenemente proclamada a Independência do Uruguai "sob o protetorado da República das Províncias Unidas do Prata".

Transfere então, Lavalleja, o acampamento geral para Durazno.

3. Tratou antes de tudo o govêrno imperial de impedir que os argentinos mantivessem aquela atitude de apoio à revolução. Surpreendido pela esquadrilha do vice-almirante Rodrigo Lôbo, declarou o govêrno de Buenos Aires que ficaria inteiramente neutro "nas questões entre o Brasil e os orientais"...

E o vice-almirante satisfeito, voltou com os seus navios para Montevidéo... deixando que os argentinos se aparelhassem para a sua política. Tiveram êles, assim, muito tempo e sossêgo para reunir, em ponto excelente da fronteira, um exército de 8 000 homens.

Contra êsse exército partiu imediatamente o comandante das armas do Rio Grande do Sul (general José de Abreu) com uma divisão de cavalaria (uns 1 200 homens); e foi estacionar à margem do rio Negro. Por ali começaram logo os brasileiros a encontrar-se com os revolucionários. No dia 4 de setembro é Frutuoso Rivera batido em Arbolito por Bento Manuel; e êste varre a campanha, enquanto Abreu domina tôda a linha do rio Negro. Estava, pois, em risco de arrefecer o ânimo dos patriotas.

Bastou porém, uma estrondosa façanha de Servando Gomes no Rincão de Haedo para reerguer a coragem do exército libertador (a 24 de setembro).

Dali a alguns dias (a 12 de outubro) como para reacender o entusiasmo geral entre os aliados, dava-se o encontro de Bento Manuel com o exército de Lavalleja, em magnífica posição junto ao riacho Sarandi. Ao primeiro choque, pareceu que os revolucionários estremeceram de terror sentindo a temeridade da investida. Mas os imperiais, quando viram o precipício em que os metera a audácia do seu comandante, foram esmorecendo, principalmente desde que correu entre êles a notícia de que a infantaria guarani debandava. E não demorou que começasse a dispersão geral dos nossos.

Foi imenso o efeito moral dêste novo sucesso das armas republicanas. Senhores agora de tôda a campanha, cresceram enormemente os elementos de ação para os revolucionários.

No Brasil a impressão foi extensa e profunda, menos pelo que valiam os desastres como infortúnios, do que pelo que dizem de uma causa que a provas tão duras expõe o patriotismo dos brasileiros.

4. Enquanto no Brasil se lamenta a guerra, o congresso argentino, sem discutir, decreta, em sessão tumultuária, que a antiga Banda Oriental era incorporada na República das Províncias Unidas.

Era a declaração oficial de uma guerra que desde muito andava aberta.

No Rio de Janeiro, êsses acontecimentos alarmam muito mais o govêrno que o espírito público pròpriamente. A situação interna é tão escura e dolorosa que não há mais alma senão para lastimar os novos males que sobrevêm. O Imperador cada vez mais se incompatibiliza com os sentimentos do povo brasileiro. Perante a opinião mais culta, a figura daquele homem se acentua em tudo que tem de incompreensível. Presididas por êle, as instituições que se ensaiam são apenas decorativas. O sistema constitucional está "só de nome adotado".

O govêrno imperial, desapercebido de tudo, rebate com extrema energia ao desplante dos argentinos. E põe-se em grande movimento todos os recursos militares do Império. Nomeiam-se novas autoridades, tanto para o govêrno do Rio Grande, como para o exército em operações no Sul.

Leva-se todo o ano de 1826 a concentrar fôrçar de terra em Sant'Ana do Livramento.

Enquanto isso, estabelecia Rodrigo Lôbo o bloqueio de Buenos Aires. Por sua parte, decidiu-se o govêrno argentino a operar desassombradamente. Investe outra vez do comando das suas fôrças navais ao velho e temerário Brown; e a guerra marítima se acende em todo o estuário platino.

Assim transcorre, como se disse, quase todo o ano de 1826.

Tinham tido, pois, os aliados, muito tempo de refazer-se em terra. Pelos fins do referido ano estavam prontos para tomar ofensiva contra o inimigo.

O exército imperial em Livramento parecia "fatigado de tão longa inação", e dando mostras de grande desânimo.

O govêrno de D. Pedro atribuía à incapacidade dos generais o que não era senão devido à infelicidade da causa. Chegou logo um momento em que não foi mais possível que, sem risco de irremediáveis desastres, se permanecesse naquela situação de angústia.

5. Procurou-se, então, uma grande figura capaz de assumir as responsabilidades daquela ímproba campanha: e foi nomeado para o comando geral o Visconde (logo depois Marquês de Barbacena). Conquanto alta patente militar, não era êste pròpriamente um homem de guerra, senão grande político e diplomata, a quem a Independência e o Império deviam os maiores serviços. Dir-se-ia que só vai êle operar, pois, com o seu imenso prestígio.

Acompanhado do seu estado-maior, foi Barbacena chegar a Pôrto Alegre no dia 23 de novembro (1826).

Mal saíra para o Sul o Marquês de Barbacena, quando tem D. Pedro a idéia de aproveitar aquêle ensejo para refazer a sua popularidade por um lance teatral: resolve ir êle próprio ao campo da luta, para decidir o conflito. Indo por mar até Santa Catarina, dali seguiu por terra, e foi chegar a Pôrto Alegre no dia 8 de dezembro.

Com a presença do Imperador, que, em pessoa, ia dirigir a nova campanha, exaltou-se com efeito o entusiasmo dos rio-grandenses.

Mas exaltou-se apenas para recair depressa no seu desalento. Uns dez ou doze dias depois, e sem ter saído de Pôrto Alegre, já se punha o Imperador a caminho, muito em silêncio, de volta para a côrte.

Êste imprevisto desfecho de comédia, quando todos esperavam a epopéia anunciada, causou a mais vasta sensação, e "diminuiu ainda mais o prestígio do Imperador". O que não impediu que êle aqui chegasse (a 15 de ja-

neiro) ostentando ainda aquela arrogância heróica com que afrontava a opinião geral, os sentimentos e o próprio decôro da nação. Não há dúvida que se tem, refletindo em tanto capricho e aturdimento, vontade de crer que êle voltou do Sul desiludido, de si mesmo e de tudo, mais ainda disposto a arcar com as injunções do destino; pois afinal, o que é admirável — e sempre diz, dêle e do seu tempo alguma coisa que deixa em pasmo a história — é que lhe tardasse tanto aquêle tão disputado 7 de abril...

6. Enquanto o Imperador voltava para o Rio, partia para Sant'Ana do Livramento o Marquês de Barbacena.

Ali sentiu logo, o novo chefe do exército imperial, a troada de guerra que andava pelos contornos.

Os aliados, sob o comando do próprio ministro da guerra argentino, D. Carlos de Alvear, estavam fortes, contando com mais de 10 000 homens, a maior parte de cavalaria, que é a arma decisiva na campanha.

Do Arroio Grande partira agora Alvear, em marcha para o nordeste, no intuito de surpreender o exército imperial ainda no Livramento. Por meados de janeiro (1827) penetrava êle no Rio Grande. No dia 13 havia já Barbacena saído para as margens do Cunhã-peru, onde acampara. Ouve-se em tôrno o tropel do inimigo. Os dois exércitos espreitam-se. Está iminente o encontro das hostes. A 4 de fevereiro sai Barbacena do Cunhã-peru, e vai tomar posição à margem do arroio das Palmas (afluente do Camacuã), onde se esperava o primeiro encontro com o inimigo.

Não ousando atacar o exército imperial em Palmas, marchou Alvear para o norte, à procura de campo de combate que lhe fôsse favorável. Persuadido de que os inimigos disfarçam uma retirada, põe-se Barbacena no encalço dêles. O que é estranho é que o próprio chefe brasileiro percebe a astúcia do general contrário, e "vai no seu seguimento"...

Pela manhã de 20 de fevereiro, a nossa vanguarda descortinava as posições inimigas, no alto de umas colinas, junto ao Passo do Rosário. Trava-se a batalha, experimentando logo de comêço o exército imperial as vantagens da tática inimiga. Ao cabo de seis horas de luta, iam os nossos executar manobra que se julgava decisiva, quando começa a lavrar incêndio na macega ressequida do campo, ficando os imperiais a sotavento da fumaça e das chamas. A confusão foi horrível, e não houve mais meio de pôr a nossa gente em ordem. Êste desastre põe o Marquês de Barbacena em grande aflição; e para aumentá-la, recebe aviso de que o trem de guerra e a bagagem do exército acabavam de cair em poder do inimigo.

A retirada era inevitável. Se aquilo não foi pròpriamente uma vitória dos aliados, foi, pelo menos, um grande revés para as armas imperiais.

7. Mais feliz não era no mar a causa que o Imperador teimara em sustentar, apesar de várias vitórias de nossos navios. Ainda por aquêles dias

sofria a nossa esquadra no estuário, principalmente a divisão do comandante Sena Pereira, desastres irreparáveis. Logo depois, para os fins de fevereiro, dava-se o completo malôgro daquela mal inspirada expedição à Patagônia.

Não era possível continuar a guerra. Em todo o país clamava-se contra ela como intento sacrílego.

Mediante os bons ofícios do ministro inglês (Lorde Ponsonby) é o próprio govêrno argentino que inicia as negociações da paz. D. Pedro e o seu gabinete fizeram ainda questão de conservar a Cisplatina como província brasileira. O negociador argentino chegou a admitir essa exigência, e assinou um convênio. O povo de Buenos Aires, porém, quase o assassinou ao chegar êle ali com o pacto afrontoso. Houve protesto geral na República, votando-se pela continuação da guerra. Reencetam-se mesmo as hostilidades na Banda Oriental.

No Rio de Janeiro, o Imperador, em grande exaltação apela para o país.

Mas a nação não se exalta. O Imperador não contou nem com as Câmaras.

E' ainda o ministro Ponsonby que vem afinal interpor-se entre os dois governos. Vêm ao Rio, pelo govêrno argentino, os generais Balcarce e Güido. Aqui, o residente Gordon, por sua vez, atua na côrte imperial.

Até que no dia 28 de agôsto de 1828 concluíam as duas partes o tratado preliminar da paz, segundo o qual passava a Província Cisplatina a constituir um Estado soberano.

Burlavam-se, assim, as pretensões do Império e as da República das Províncias Unidas do Rio da Prata.

Só agora se dirimia o mais que secular litígio que começara com a fundação da colônia do Sacramento em 1680.

QUESTÕES CONEXAS: — *O pasquim no tempo de D. Pedro I. — Lutas navais no Prata. — Viagem de D. Pedro à Bahia. — Viagem do Imperador ao Rio Grande. — A batalha de Passo do Rosário. — Levante de mercenários no Rio. — O incidente Roussin. — As expedições navais à Patagônia.*

A ABDICAÇÃO DE D. PEDRO I

1. D. Pedro "mudara desde que se viu Imperador"; mas principalmente depois do golpe de fôrça de 12 de novembro pusera-se êle, com o sentimento nacional, numa colisão tão brusca que não se sabe como é que se manteve ainda no trono por mais de sete anos. Isso realmente só se explicaria talvez pelo grande número de sucessos e questões, cada qual mais

grave, com que se andava distraindo a consciência pública. Foi primeiro a revolução pernambucana. Depois, as guerras mal-aventuradas do Sul, pondo em angústia tôda a nação. E juntamente com tudo isso, as estranhas desordens políticas que se davam em Portugal, mais ingentes ainda, depois que o rei falecera.

Não obstante o que se havia passado no Brasil, conservara D. João os direitos dinásticos do seu filho querido. Chegou D. Pedro a exercer atos de soberania como rei de Portugal, dando decretos em que se assinava Pedro IV de lá. Entre êsses decretos figura o da outorga de uma Carta Constitucional à nação portuguêsa; e também o que formava a Câmara dos Pares, nomeando para ela, gente sua, muito fiel. Deu ainda um decreto confirmando os poderes da Regência que D. João nomeara.

Tudo isto queria dizer que o Imperador do Brasil aceitara a herança paterna, fazendo-se Rei de Portugal...

E' fácil imaginar o que êstes sinais produziriam no espírito dos brasileiros, que andavam já desconfiados e prevenidos contra D. Pedro.

Sentindo o alarma que se levanta em todo o país, teve êle que abdicar a coroa de lá na filha ainda menor, D. Maria da Glória. Nesse documento, porém, não dissimulou como o assinara: fêz uma abdicação condicional, deixando bem claro que a falta de qualquer das condições que estipulava tornaria sem efeito a abdicação...

E mesmo depois de haver abdicado assim, "continuou êle a proceder como se nas mesmas mãos estivesse o govêrno do reino europeu e o do Brasil".

2. Mas D. Pedro se enganava; e tanto em relação ao Império como em relação a Portugal, desconhecendo a situação, tanto de um como de outro, dos países que intentava reduzir ao seu absoluto domínio. Lá não lhe aceitaram a Carta senão depois de muitos protestos. Aparece o partido de D. Miguel e D. Carlota; e reacendem-se as velhas discórdias que tinham dado cabo do pobre D. João VI. Aquêle trêfego e desabusado D. Miguel, nomeado Regente em nome de D. Maria da Glória, entra em Lisboa aclamado "como D. Miguel I, rei absoluto de Portugal"... E o môço, instigado pela mãe, não fêz nenhum luxo: despede os ministros que tinham servido até ali; chama gente de sua confiança pessoal; e não demorou que dissolvesse a Câmara dos Deputados. Alguns dias depois, é a municipalidade de Lisboa que pede a S. A., em nome dos habitantes, que assuma de uma vez o título de rei de Portugal... Reúne-se uma "assembléia dos três estados", e declara, pelo voto unânime de cada uma das ordens, "que D. Miguel de Bragança era o rei legítimo de Portugal e Algarves, conforme as leis fundamentais da monarquia"...

Estátua a Dom Pedro I.

O Príncipe regente Dom Pedro, a bordo da fragata União na hora em que partia para Portugal.

Tinha, pois, agora D. Pedro, mais aquela grave questão a enchê-lo de aflições no meio dos embaraços, já de si penosos, com que vai lutando.

Cuida êle de sustentar lá, a causa da filha, como se fôsse uma legítima causa do Império. Notava-se mesmo, lá por 1829, que, por aquêles negócios, ia êle revelando uma solicitude de "quem põe a sua esperança em criar, lá na Europa, uma situação do refúgio para alguma emergência que lhe possa sobrevir na América".

3. Nem há dúvida alguma que foi a situação de Portugal (que, aliás, êle próprio criara) o maior dos óbices que D. Pedro encontrou naquele caminho escuso por onde enveredara depois da Independência. Entre aquêles sucessos e os desastres da Cisplatina, ficou o seu espírito num estado de irritação contínua, que os negócios internos cada vez mais agravavam.

Quando se reuniram as Câmaras em 1826, começou-se a ter mais confiança na situação do Império: já se sentia ali um elemento de ordem, uma autoridade assentada e sábia, a contrabalançar o poder ilimitado que se arrogava o Imperador.

E' principalmente a Câmara temporária que vai orientar a nação dali por diante.

Não demoraria, por isso mesmo, que a representação se pusesse em contraste com o arbítrio imperial; pois só D. Pedro não se apercebia de que os tempos vão mudando. Ainda na sua Fala de abertura da sessão de 1827, usava êle de frases como esta: "*Eu exijo* desta Assembléia" que se não descuide do que lhe recomendo...

Mas a Câmara já se ia desassombrando, e começava a falar alto. Ali já se discutiam casos de natureza muito curiosa, como, por exemplo, tentativas, em algumas províncias, de "proclamação do absolutismo", e fatos, muito comuns por aquêles dias, de adesão e protesto pessoal a D. Pedro, e que êste via com prazer, mas fingia repelir... Fingia, porém, muito mal, porque ao mesmo tempo galardoava ostentosamente tôdas aquelas fidelidades desassombradas, tão gratas ao seu coração.

Houve até, numa das sessões daquele ano, um deputado que se declarou pela república! e produziu um vasto sussuro de pânico indescritível em todo o recinto. Era o grande susto que não tinha morrido bem no fundo daquelas almas. O deputado, porém, desdenhou aquêles terrores, e disse ainda bem alto: "...As circunstâncias são críticas; não é a primeira vez que se abusa do poder: é, sim, se não antes, desde que se dissolveu a Constituinte!"

4. O que fica evidente é que o cuidado de todos está em disfarçar o estado do ânimo geral no seio da própria Câmara. Continuava o processo, que se julgava mais patriótico, de ir, mesmo à custa de algum sacrifício e de contemporizações, evitando qualquer desfecho violento daquela situação de crises em que está vivendo o país.

Dir-se-ia que o povo brasileiro, naquele momento excepcional, se divide, quanto à sua orientação histórica, em duas correntes: uma, legítima e normal — a que não separa da existência do Estado as aspirações que fizeram a independência; outra — a que renuncia os ideais inerentes ao papel das gerações e à própria função das raças, para tudo ceder à tradição. Os que formam a primeira corrente retomam o pensamento dos que fizeram a nação, e constituem o Brasil americano, o verdadeiro Brasil. Os outros preferem continuar a vida da colônia, acomodando-se aos antigos moldes, dentro dos quais esquecem que na América não se pode mais ficar. Todo o país está, pois, assim diferenciado: em nação oficial e povo que se encaminha na sua história; Império no coração de muitos, e Brasil no coração da imensa maioria; partido do govêrno, e partido popular; fiéis do Imperador, e fiéis da Pátria.

É do embate destas duas correntes que vai sair vigoroso o espírito da nacionalidade. Por isso mesmo, aquela fase tem a gravidade dos grandes momentos: porque ali se elabora a afirmação decisiva do sentimento nacional acima de tôdas as contingências das próprias formas políticas.

Já sabemos, portanto, que o conflito entre os brasileiros e D. Pedro está perfeitamente caracterizado.

5. O ano de 1828 abre-se sob os auspícios do mesmo espírito novo que se vem revigorescendo. E' agora que floresce de novo a imprensa, como em 1823, arrostando todos os perigos, só confiante na excelência da sua função, cônscia e segura do seu valor. Surge naqueles dias Evaristo da Veiga, fazendo-se logo, pela firmeza e serenidade com que representa o sentimento geral, uma figura de nítido relêvo naqueles tempos. A *Aurora Fluminense*, que em fins de 1827 começa a publicar-se, foi como a própria voz daquela geração, orientada na história, e resoluta no seu caminho.

Na terceira sessão da Assembléia Geral sente-se que vai cada vez mais afoito o ânimo dominante na representação. Bastaria notar que no voto de graças houve frases como esta: "...A Câmara não cessará de vigiar para que a *hidra do despotismo não torne a erguer o colo*... Foi ainda nesta sessão que a Câmara não quis dar assento a um suplente de deputado, *por ser indigno dela*. É que o eleito havia aplaudido a dissolução da Constituinte; e até em 1825 promovera representações ao Imperador pedindo-lhe *que assumisse a autoridade absoluta*.

E encerrou-se a penúltima sessão da legislatura sob a impressão de uns disparates com que se saíra o ministro da guerra, a propósito de um crédito para a sua pasta.

Por sua vez, na fala de encerramento, limitou-se o Imperador a lamentar que a Assembléia "não tivesse aproveitado o seu tempo tão sàbiamente como êle esperava"...

Findou o ano com o alarma geral produzido em todo o país pela notícia de que estava a partir da Inglaterra uma expedição de tropas portuguêsas, e que se dizia para o Brasil. Tão formais e enérgicas foram as manifestações contra isso, que o Imperador teve de mandar contra-ordem para a Europa.

6. A sessão de 1829, após um mês em que funcionara a Assembléia extraordinàriamente, inicia-se tormentosa; e tôda ela correu assim, no meio de uma atmosfera de discórdia. E' esta sessão, que era a última da primeira legislatura, que D. Pedro, fulo de cóleras, encerra com todo êste discurso: "Augustos e digníssimos senhores representantes da Nação Brasileira: está fechada a sessão". E saiu ostentoso.

Enquanto o Imperador tomava, de agora em diante, sem mais reservas, o partido português, acentuava-se na segunda legislatura, principalmente na Câmara temporária, aquêle espírito liberal, que se pusera de guarda à nação desde a primeira.

Numa das sessões de maio, discutindo a moção de graças, dizia um deputado: "Pois não foi o *próprio govêrno* que deu causa àquela revolução (de 1824 em Pernambuco) dissolvendo a Constituinte?... Queria-se estabelecer, *já naquele tempo*, o despotismo; queria-se *acabar com a Independência*; queria-se finalmente destruir a Constituição aqui, como se destruíra em Portugal"...

Sente-se que a colisão entra na sua fase violenta. Não há mais meio de disfarçar a incompatibilidade do Imperador com os brasileiros.

E o que parece muito claro é que D. Pedro está mesmo deliberado a liquidar a sua situação no Brasil.

Pelos fins de Dezembro (1830) resolve êle ir a Minas, onde reinavam dissenções. Vai tirar uma prova de que está perdida aquela popularidade de 1822. Os mineiros desenganaram-no cruelmente.

De volta de Minas, apenas o seu partido quis consolá-lo das decepções que sofrera. Viram nisso os brasileiros um acinte, e cuidam de perturbar as festas dos portuguêses em honra do Imperador. Incendem-se os fiéis de D. Pedro, e saem para as ruas a afrontar os patriotas, obrigando-os a pôr luminárias e cometendo tôda sorte de violências.

Travam-se, então, verdadeiras batalhas. Toca ao auge da acuidade aquela crise. No dia 17 de março é apresentada ao Imperador uma representação, em têrmos categóricos, acêrca dos acontecimentos, e subscrita por vinte e quatro membros da Assembléia Legislativa. No dia seguinte respondeu o ministro do Império, dizendo que tinham sido tomadas as convenientes providências...

Desiludidos de tôda prudência, tratam agora, os patriotas, de organizar abertamente a revolução. Contaram logo com o apoio das tropas.

Quis D. Pedro, então, recuar. Mas era tarde. Ninguém mais acredita nas suas veleidades calculadas.

7. Todo aquêle resto de mês escoa-se no meio de imensa agitação. Até que nos dias 5 e 6 de abril como se quisesse afrontar de uma vez a nação, entendeu o Imperador que devia despedir os ministros que tinha recentemente nomeado, e que pareciam simpáticos à opinião, e chamar para o govêrno só gente sua.

Quando se teve notícia dessa mudança, a cidade estremeceu. Grupos em verdadeira alucinação, começaram a percorrer as ruas. Do meio-dia em diante foram afluindo para o Campo de Sant'Ana, e ali aglomerando-se, em grande desatino.

Ao cair da tarde, enviou-se a São Cristóvão uma comissão de juízes de paz, a pedir ao Imperador a reintegração do ministério demitido, ou a nomeação de um ministério novo.

D. Pedro despediu os juízes com a sentença conhecida: "Estou pronto a fazer tudo para o povo — nada porém, pelo povo".

Vai então, a São Cristóvão, o próprio comandante das armas, Francisco de Lima e Silva. Nada. O Imperador estava brusco e inabalável.

Quando chegou Lima e Silva de volta ao Campo, já encontrou ali, confraternizados com o povo, quase todos os corpos da guarnição, inclusive o próprio *Batalhão do Imperador.*

Não era mais possível contemporizar. De acôrdo com os outros generais, que se achavam presentes, tomou o comandante das armas a deliberação de mandar outra vez à Boa Vista o major Miguel de Frias, encarregado de expor a S. M. o extremo de aflição em que se estava. Mais ou menos pela meia-noite chegava Miguel de Frias ao paço.

Encontrou agora, D. Pedro abatido, e como abismado em apreensões que o amarguram.

Era sem dúvida o terror do desfecho. E' possível que êle quisesse mesmo sair do Brasil; mas a hora suprema da catástrofe, agora o espanta e faz tremer.

Procurou evitá-la. Dizendo a Miguel de Frias que esperasse, mandou ao intendente de polícia que fôsse a tôda pressa à cidade procurar o senador Vergueiro, e dizer-lhe que o Imperador o autorizava a organizar um novo ministério, com o qual devia quanto antes apresentar-se em São Cristóvão.

Pelas duas e meia entrava no paço o intendente de polícia, prostrado de fadiga, declarando que não lhe fôra possível encontrar o senador Vergueiro.

Estava desfeita a última esperança. Dentro de uns dez minutos entregava D. Pedro a Miguel de Frias uma fôlha de papel aberta: era o ato de abdicação.

QUESTÕES CONEXAS: — *O espírito da Carta que D. Pedro outorgou para Portugal. — O assassínio de Líbero Badaró. — A viagem do Imperador a Minas. — A noite das garrafadas.*

XIX

A REGÊNCIA

SUMÁRIO: — As Regências Trinas. — Sedições e levantes. — Reforma da Constituição outorgada. — Regência de Feijó. — Regência de Araújo Lima.

AS REGÊNCIAS TRINAS

Tornado público o ato de abdicação, impunham-se no momento medidas de urgência no sentido de assegurar a ordem. Tinham, os liberais moderados, grande responsabilidade naqueles acontecimentos e cumpria-lhes, agora, reagir, enèrgicamente contra as facções desvairadas.

Haviam começado na véspera as suas sessões preparatórias as Câmaras, convocadas no dia 3 para "logo que houvesse na capital o indispensável número de representantes".

Pela manhã de 7 de abril, reuniram-se no paço do Senado sessenta e dois membros da Assembléia Geral (26 senadores e 36 deputados). Não constituindo poder deliberativo, formaram um conselho de notáveis, e procederam à eleição de uma Regência Provisória, que assumiu o govêrno em nome do Imperador menor.

Ficou essa Regência composta do Marquês de Caravelas, senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e Francisco de Lima e Silva.

O primeiro ato dessa Regência foi reintegrar o ministério que D. Pedro havia demitido no dia 5 de abril.

No dia 8 publicou a Assembléia Geral um manifesto, dirigido à nação, dando-lhe conta do que se fizera, e pedindo-lhe que confiasse no govêrno provisório que se constituíra em nome do soberano infante, e que governaria até que a Assembléia elegesse a Regência Permanente.

A cidade passou alguns dias em festa, como desafogada de longa e penosíssima angústia.

Dali a algumas semanas, dizia a Regência, ao instalar a Assembléia Geral, a 3 de maio, que o 7 de Abril ficaria em nossa história *como um dia faustosíssimo para o Brasil, pelo heroísmo de seus filhos, pelo triunfo da liberdade constitucional, e derrota dos inimigos da Independência, glória e nacionalidade brasileira!*

2. Esta Regência Provisória teve a mais nítida compreensão das suas funções naquele grave momento. Cuidou logo de acentuar o espírito daquela revolução, volvendo vistas para as províncias e mudando em tôdas elas a situação no sentido liberal.

Tratava-se, de reorganizar a nação; e isso ia fazer-se no meio das maiores complicações que em todo o país perturbaram a ação do novo govêrno. O primeiro trabalho que se impunha era o de normalizar a situação política, fazendo funcionar a Assembléia Legislativa e constituindo uma Regência Permanente, nos têrmos da lei fundamental.

Instalaram-se as Câmaras no dia 3 de maio, no meio de gerais esperanças, lendo um dos membros da Regência, o Marquês de Caravelas, a Fala do Trono, dando conta dos últimos acontecimentos, e com muitos encômios ao civismo dos brasileiros. "O 7 de Abril — dizia a Regência — será um dia para sempre memorável nos fastos do Brasil: êle removeu os embaraços que a prepotência, a intriga e a ignorância muitas vêzes opunham às vossas sábias deliberações em benefícios da Pátria; êle fêz luzir a aurora da nossa felicidade. As províncias de São Paulo e de Minas Gerais receberam e aplaudiram com transportes de júbilo e entusiasmo as notícias do triunfo da liberdade. E' de esperar que as comunicações que se enviaram às outras províncias tenham nelas iguais resultados, mesmo na Bahia, onde os primeiros acontecimentos da côrte, nos infaustos dias de março, fazendo a mais funesta impressão, haviam demasiadamente inflamado os ânimos de alguns patriotas, levando-os a fazer requisições exageradas, e a praticar atos indiscretos, que tôda a prudência das autoridades não tinha ainda bem podido remediar".

3. Na sessão do dia seguinte elegeu-se a comissão (de três membros) que devia formular o projeto de lei regulando o exercício da Regência.

Apresentado no dia 9, longamente discutido e aceito, foi o projeto enviado à câmara vitalícia, onde não levou muito tempo.

No dia 17 de junho, reunia-se no paço do Senado a Assembléia Geral, e elegia para a Regência Permanente o mesmo general Francisco de Lima e Silva e os deputados José da Costa Carvalho e João Bráulio Muniz.

Estava dado o primeiro passo no caminho da paz. Que andava esta, no entanto, ainda muito longe, mal se suspeitaria das excelentes disposições com que a parte mais ponderada e sadia da população ia recebendo êsses atos.

Dolorosos iam ser os dias em que os grandes homens daquela fase da nossa história tinham de pôr a provas o seu imenso valor.

Compreendendo a situação que se havia criado, tanto no Rio, como nas províncias, mantiveram-se os dois poderes — a Legislatura e a Regência — harmônicos e unidos no firme propósito de opor seguro paradeiro ao

espírito de indisciplina, e de conter as audácias da anarquia que andava latente, quando já não lavrava em todo o país.

Desde as primeiras sessões, tratou a Assembléia, de acôrdo com o govêrno, de votar medidas de rigor tendentes a garantir a ordem. Entre essas medidas excepcionais, figuram as da lei de 5 de junho, proibindo ajuntamentos à noite nas ruas e praças; cassando a fiança nos casos de flagrante delito, mesmo em crimes policiais; e atribuindo ao govêrno a faculdade de suspender os juízes de paz que se mostrassem negligentes ou prevaricadores. Criaram-se também as guardas municipais, formadas de cidadãos que pudessem ser eleitores, e sob a autoridade dos juízes de paz.

4. Tinha esta milícia a seu cargo a ronda noturna da cidade, velando pelo sossêgo geral; e nela se alistaram homens dos mais distintos de tôdas as classes — médicos, engenheiros, advogados, e até membros do corpo legislativo e oficiais superiores do exército.

Pela sua parte, foi a Câmara Municipal da Côrte, solícita e incansável em cooperar com a polícia na manutenção da ordem, decretando posturas provisórias sôbre a venda de armas, sôbre o jôgo em casas públicas, sôbre a inspeção de transeuntes à noite etc...

Logo depois (em agôsto) criou-se a Guarda Nacional, extinguindo-se os antigos corpos de milícias, as ordenanças e as guardas municipais.

Enquanto se exercia assim, diretamente, a ação dos poderes públicos, formava a opinião sensata ao lado da autoridade, como se se combinasse um movimento geral de impulsos para salvar a nação. Tanto na côrte como nas províncias fundaram-se clubes e sociedades patrióticas, que tomavam o encargo de defender as instituições, e de prestar em todo o terreno mão forte aos poderes constitucionais.

Ao mesmo tempo, tomava forte incremento a imprensa moderada, saindo para a arena da controvérsia política e da discussão os homens de mais experiência, a rebater com extremo vigor aos excessos dos jornais oposicionistas.

Por aquêles dias, a ânsia da publicidade, a volúpia do escândalo, o desbragamento das paixões, não tinham limites: só a coragem dos defensores da lei e da ordem podia neutralizar-lhes os excessos.

5. É nas angústias de semelhante situação que se apuram bem nìtidamente as grandes reservas de valor moral que trazia em si aquela geração gloriosa. Dir-se-ia que é pelas proporções dos perigos que se andava medindo o que de energia e esfôrço guardava a nação para o momento mais grave da sua história.

Não era, no entanto, só na côrte que havia necessidade de reprimir a indisciplina e o vício do motim.

Por todo o país lavrava o mesmo espírito de anarquia.

Parece mesmo que para os fins de 1831 (de setembro por diante) se havia tramado um vasto plano de perturbar tôdas as províncias, preparando assim terreno para alguma solução imprevista. De algumas delas recebiam-se mesmo, desde muito, avisos e denúncias de movimentos que deviam explodir.

No Pará, instigada por uma das facções que traziam, havia mais de dez anos, a terra em tumultos, a tropa depõe e remete para a côrte o presidente da província, ficando Belém completamente entregue à insânia do partido vitorioso.

No Maranhão, populares e soldados, reunidos na praça pública, fazem exigências e impõem medidas violentas contra a facção imperialista, e principalmente contra os portuguêses. Cedeu o presidente; mas não pôde contemporizar com os sediciosos sem conformar-se com a disposição do comandante das armas. Ainda assim, saindo da capital, foram os rebeldes convulsionar todo o interior.

6. Na Paraíba, o povo, com apoio da tropa, depõe o comandante das armas e outros oficiais militares, acusando-os de contrários ao regime constitucional.

Em Pernambuco, já se havia deposto o comandante das armas. Na noite de 14 para 15 de setembro, revoltam-se os soldados do 14º de infantaria; e tendo logo o apoio de tôda a guarnição, tomam conta da cidade. No dia 16, porém, uma legião patriótica de estudantes, milicianos e alguns cidadãos, conseguem bater a soldadesca insurgida, sendo presos e remetidos para Fernando de Noronha mais de 800, e tendo sido mortos, em combate, para mais de 300. Dois meses depois, subleva-se outra vez uma parte da tropa, unida a muitos paisanos, fazendo as usuais exigências contra os inimigos do Brasil... que, já se sabe, eram os portuguêses, a quem se atribuía o descaminho de D. Pedro. Auxiliado por voluntários e guardas municipais, conseguiu afinal, o govêrno, subjugar os rebeldes.

Essas desordens na província complicavam ainda mais a situação da Regência. Era preciso ir atendendo a tôda parte com os parcos meios de ação de que dispunha, e preocupada como vivia com as condições em que se encontra a própria côrte.

Para mais atormentá-la, uma das mais graves conseqüências imediatas do mal que lavra por todo o país, era a perturbação da economia geral refletindo-se nas finanças públicas.

Só mesmo a coragem daqueles homens é que poderia resistir a uma crise tão dolorosa.

7. De tôdas as províncias onde reina a discórdia, a mais convulsionada era a do Ceará.

Vivia na vila do Jardim, desde que por lá chegara a notícia da abdicação, um antigo coronel de milícias (Joaquim Pinto Madeira) conhecido pelo seu ostentoso afêrro à pessoa e à política do ex-Imperador; e famoso em tôda a província, desde o tempo em que ali exercera despótico domínio. Era por isso mesmo profundamente odiado dos liberais cearenses.

Dispondo ainda de algum prestígio, reuniu Madeira, um bando de inconscientes, e marchou para a vila do Crato, onde levantou o grito de rebelião (a 2 de janeiro de 1832).

Ali "restabeleceu as autoridades e empregados que tinham sido destituídos; prendeu os adversários que lhe caíram sob as mãos, e fêz do Crato a sede de um govêrno próprio, que em seguida compreendeu tôda a região chamada Cariri".

Foi mandado contra êle o general Pedro Labatut. À frente de 3 000 homens, ofereceu Madeira combate às fôrças legais perto de Icó, sendo, porém, desbaratado. Vendo que as suas fôrças se reduzem, e sentindo-se "perseguido tenazmente por seus inimigos resolveu entregar-se". Remetido para Pernambuco, onde embarcou com destino à côrte, suspendeu-se-lhe de repente a viagem sob qualquer pretexto. Começou, então, a vagar "de prisão em prisão, de navio para navio; até que foi entregue ao rancor dos inimigos constituídos em juízes".

Julgado pelo júri da vila do Crato, foi condenado à morte.

Em vão apelou para o júri da capital, como lhe facultava o Código do Processo: foi fuzilado na manhã de 28 de novembro.

QUESTÕES CONEXAS: — *Os partidos que se esboçam.* — *A república do Cariri.* — *Pinto Madeira.*

SEDIÇÕES E LEVANTES

1. O que não se compreende sem sentir a maior admiração pelos homens da Regência Permanente, é aquêle esfôrço miraculoso com que atenderam à situação geral do país, no meio das aflições em que tinham de viver na própria côrte.

Aqui o momento que se criara é excepcional em tôda a nossa história. A incontinência e o alvorôço das facções mantinham a cidade em estado de sedição latente.

Clamavam uns pela reforma imediata do regime estabelecido. Entre êstes havia grupos que exigiam uma Constituição nova, pois a vigente, não tendo sido feita pela nação, estava inquinada de todos os vícios de origem.

Levavam outros o seu radicalismo até reclamar a federação das províncias. Muitos queriam logo a república. Tendo concorrido para a vitória da revolução, entendiam êstes últimos que não se devia perder o ensejo de eliminar a monarquia, que era herança portuguêsa, e entrar decisivamente no convívio dos povos americanos.

Pela sua parte, os moderados, que tinham a responsabilidade da situação, preferiam uma política verdadeiramente liberal, e por isso mesmo sem excessos nem violências. Queriam que as mudanças se operassem gradualmente e com prudência e cautela, consultando-se as condições do país, de modo que tudo se faça sem sacrificar a necessidade suprema da ordem. Pensavam que o monárquico é ainda o único sistema de govêrno adequado a um povo que saía do regime colonial, e que êsse sistema, bem entendido e praticado, comportaria tôdas as reformas, não sendo incompatível com as instituições mais livres.

2. São estas duas correntes gerais, unidas ainda há pouco pela mesma causa, que vão agitar todo o país, e principalmente a capital do Império.

Aqui começou a manifestar-se a exaltação do espírito público desde a Regência Provisória. Para os fins de abril, tão premente se tornou a tensão do ânimo geral, que a própria polícia se julgou sem meios de assegurar, ao menos, a ordem material na cidade. Andavam as ruas em contínuos distúrbios; a população em sobressalto; e a vida local parecia entregue aos furores da demagogia desassombrada. Bastava o fato mais insignificante — uma rixa entre caixeiros, uma questiúncula entre rapazes — para convulsionar a cidade.

Por mais que a Regência e as Câmaras se mostrassem decididas a entrar numa fase de renovação, nem por isso diminuía a efervescência popular e o assanho de turbas insurgidas, "que incutindo gerais terrores, impediam que se deliberasse com plena segurança e serenidade".

Por meados de 1831, sentia-se o govêrno profundamente desalentado. Tiveram de demitir-se alguns ministros. Era preciso reorganizar o gabinete, e com gente nova, capaz de arcar com aquelas formidáveis complicações. Para a pasta da Justiça sobretudo, havia necessidade de um homem de pulso firme e de grande vigor.

Encontrou-se, felizmente, êsse homem, no padre Diogo Feijó — um dêsses raros tipos que se nos figura adivinhados pelo destino, e que assomam às vêzes na história como impelidos pelos próprios acontecimentos.

3. Assumindo o seu cargo (5 de julho) entregou-se Feijó à formidável tarefa de fazer a ordem no meio daquele caos.

Sentiu-se logo que o poder público se reabilitava na consciência das suas funções: os primeiros atos do novo ministro deram provas da sua notável capacidade de homem público.

Os exaltados, porém, julgaram-se traídos nas suas esperanças; e começaram a tramar contra o govêrno.

Alguns dias depois que entrara Feijó para o ministério, foram correndo boatos e atoardas, dando como iminente um levante com o apoio de uma parte da tropa.

Com efeito, pela madrugada de 12 de julho, insubordinou se o batalhão 26.º de infantaria, aquartelado no mosteiro de São Bento.

Fêz imediatamente o Ministro da Justiça reunir uns 600 guardas municipais, e mandou cercar o quartel insurgido. Amedrontados com a rapidez do golpe, depuseram armas os sediciosos.

Na noite de 13 para 14, era o batalhão de polícia que punha a cidade em grandes tumultos. Pela tarde do dia 14, ia uma parte da guarnição juntar-se à polícia e a grande número de paisanos no Campo da Aclamação. Caiu a cidade em grande consternação e terror.

No dia seguinte (15 de julho) recebe o govêrno uma representação categórica exigindo a deportação de uns 100 cidadãos que se indigitavam, a destituição de funcionários infensos ao regime constitucional, e a suspensão, por dez anos, da imigração portuguêsa: isto tudo além de outros reclamos cada qual mais disparatado.

A Câmara e o Senado declaram-se em sessão permanente no paço da cidade, para onde se fêz também remover, com o seu tutor, a Família Imperial.

A Assembléia, a Regência e a Câmara Municipal proclamam ao povo e à tropa. Produz isso o efeito calculado; e pela manhã de 16 as fôrças que o govêrno reunira ocuparam o campo sem nenhuma resistência.

Fêz Diogo Feijó questão de que se processassem os comprometidos. Impediu que passasse nas Câmaras um projeto de anistia geral. Suspendeu as *cartas de seguro* (espécie de salvo-conduto ou *habeas-corpus* preventivo).

E' por êste tempo que se cria a Guarda Nacional, para que servisse de "sentinela da Constituição jurada".

4. Não demorou, porém, que na própria Câmara dos Deputados se quebrasse aquela unanimidade alarmada dos dias de aflição; e uma oposição temerosa se foi levantando contra o Ministro da Justiça, ao mesmo tempo que a imprensa contra êle se destemperava.

Nem a adoção, pela Câmara, de um projeto ultraliberal de reformas, moderou a impaciência dos exaltados. Assim que fôra êle conhecido, uns tantos alvoroços desusados por tôda a cidade, denunciaram que se estava sob a iminência de novos motins.

Pelos fins de setembro, representava-se uma noite, qualquer drama ou comédia no Teatro São Pedro, quando se começou a notar estranha in-

quietação entre os espectadores. Reconheceu-se logo que dois oficiais, um brasileiro, e outro português adotivo, estavam em rixa pondo a casa em tumulto.

Chamado o Juiz de Paz que presidia ao espetáculo, ordenou imediatamente a prisão de ambos.

Opuseram-se muitos populares a que se prendesse o oficial brasileiro. Houve, então, imensa vozeria, e o Juiz de Paz requisitou a fôrça pública para efetuar a prisão.

Intervém neste momento o major Miguel de Frias em favor do oficial brasileiro, tendo já seguido prêso o português.

Prorrompem os populares em vivas estrepitosos, e arrebatam para o interior do teatro o major e o seu protegido.

Ouvem-se gritos contra o Ministro da Justiça e contra a Regência.

Por fim, a fôrça pública faz evacuar o teatro. Mas a cidade passou em sustos até o terceiro dia.

5. Uma semana depois, dá-se na ilha da Cobras uma sedição militar. Atacados, porém, enèrgicamente, rendem-se os revoltosos.

A todos êsses males sobrevém, por fins de 1831, o mais formidável dos embaraços que teve de enfrentar o govêrno. Andava até ali, o partido que apoiara a política pessoal de D. Pedro, vencido e humilhado em tôda parte por aquela ufania desordenada dos inimigos vitoriosos. À vista das dissenções que se davam entre os próprios liberais, ressurge agora aquêle partido, afrontando a nação.

Tornou-se a Regência profundamente apreensiva. Desde algum tempo que corriam notícias de vasto trama, urdido lá na Europa, em favor do Duque de Bragança, a quem alguns absolutistas queriam lançar num caminho de aventuras.

Nem seria demais atribuir a tais notícias os sucessos que foram ocorrendo no país de setembro por diante.

Estimulados agora, de novas esperanças, tomam coragem, não só os antigos fiéis de D. Pedro, como quantos descrêem de que tão cedo se venham a normalizar as condições do país.

Para fazer-se idéia da violência com que lavram as paixões naquele instante, basta saber que os restauradores chegaram a entender-se com os liberais exaltados (ou republicanos que se disfarçavam) para combater o govêrno.

O mês de abril de 1832 vai fazer-se famoso pelo conluio das duas facções.

Na noite de 2 espalharam os exaltados uma proclamação, na qual, em nome do povo e da tropa, se declarava que era preciso depor a Regência

para salvar as instituições contra os manejos do ex-Imperador, que na Europa conspirava contra o Brasil.

No dia seguinte, Miguel de Frias, que desde setembro passado estava prêso na fortaleza de Villegaignon, desembarcava na praia de Botafogo à frente de uns 300 homens daquela praça de guerra. Pondo-se em marcha para a cidade, veio aquela gente tomar posição no Campo de Sant'Ana.

Não demorou, porém, que tôda ela debandasse, atacada por fôrças comandadas pelo tenente-coronel Francisco Teobaldo Sanches Brandão, que contou com o valioso auxílio do major Luís Alves de Lima e Silva (o futuro Duque de Caxias).

No dia 4 renderam-se os rebeldes que tinham ficado em Villegaignon.

6. Dali a dias, tocava a vez aos restauradores. Tinham êstes como certeiro o golpe que iam vibrar.

Pela madrugada de 17 rebentava a sedição em São Cristóvão, e quase ao mesmo tempo na baía, onde os revoltosos tomaram algumas lanchas e pretenderam logo desembarcar na praia da Glória.

Enquanto se reprimia o intento dêstes, marchavam os de São Cristóvão para a cidade.

Foi-lhes ao encontro uma parte das fôrças legais que já estavam reunidas no Campo de Sant'Ana.

Pouco durou o combate: a impetuosidade da investida pôs em grande confusão aquelas hostes alucinadas; e não tardou que começassem a debandar.

Antes da noite só restava, na cidade assustada, a dolorosa impressão de mais aquela insânia.

Fatos tão graves tornaram agora a Regência ainda mais apreensiva, persuadida de que realmente era muito para temer aquêle perigo de restaurar o ex-Imperador no trono que êle próprio se sentira forçado a abdicar.

Acusou-se ao tutor do imperial pupilo, José Bonifácio, de pelo menos, conivência com o partido que estava criando agora os maiores tropeços à ação da Regência.

Contra êle pediram-se medidas decisivas de precaução. Concedeu-as a Câmara dos Deputados; mas o Senado as negou por maioria de um voto.

E' neste momento que, induzida pela palavra inflamada do Ministro da Justiça, tenta a própria Câmara resolver aquela crise por um voto extra-constitucional, indicando ela só, independente do Senado, as reformas da Constituição com que se espera pacificar o país.

Na sessão imediata, porém, reconsiderou a Câmara o voto que tinha resolvido proferir. Feijó, e os seus colegas de govêrno, demitem-se, e organiza-se outro ministério.

Tanto os exaltados, como os restauradores regozijam-se disso como de uma vitória.

7. Mas durou o novo gabinete pouco mais de um mês. Entram então, para o govêrno, homens que eram grandes figuras do partido moderado, e que gozavam de simpatia e ascendente na opinião pública.

Conquanto nas Câmaras e na imprensa continuassem os três partidos em luta, findou o ano de 1832 numa atmosfera de paz relativa.

O mesmo, no entanto, não acontecia nas províncias, principalmente naquelas onde se julgavam mais fortes os fiéis do ex-Imperador; como as do Ceará, de Pernambuco e de Alagoas, de Minas Gerais, da Bahia, de Mato Grosso, do Pará.

Na própria côrte, aliás, pouco durou aquela aparência de tréguas em que ficaram os partidos, devendo notar-se que a obsessão de todo o mundo era o receio de restaurar-se D. Pedro I no trono do Brasil.

Por meados de 1833, uma mensagem da Regência surpreende as duas casas do parlamento, anunciando que se receberam da Europa avisos, diretos e formais dos nossos representantes diplomáticos, de que com efeito lá se tratava da restauração do ex-Imperador.

O Senado fingiu incredulidade e calou-se muito seguro... A Câmara, porém, acentuou o seu propósito de sustentar, não só o regime constitucional e o trono de D. Pedro II, como a revolução de 7 de abril, evitando por todos os meios legítimos o opróbrio de uma restauração.

Dado assim formalmente o alarma, cuidou o govêrno de acautelar-se. Oficiou o ministro do Império aos presidentes de província, pondo-os ao corrente de tudo, e recomendando-lhes que tomassem desde já tôdas as medidas a seu alcance contra os partidários da restauração.

Êste, que era o mais forte motivo de aflições para os homens da Regência, só veio a cessar em 1834, com o falecimento do Duque de Bragança.

Estava ainda, no entanto, longe de normalizar-se, a vida do Império.

QUESTÕES CONEXAS: — *O partido* caramuru. — *A* Sociedade Defensora. — *A guerra dos* cabanos.

REFORMA DA CONSTITUIÇÃO OUTORGADA

1. Por mais angustiosos que tenham sido até agora aquêles dias da Regência, nem por isso se poderia dizer que estivesse vencida a fase de mais acuidade daquele tempestuoso período da nossa história.

Dir-se-ia que o mal reside na própria natureza dos processos que se criaram depois do 7 de Abril.

Basta ver que se saía bruscamente daquela subalternidade em que se debatera a nação durante nove longos anos; e que em vez de uma autoridade forte, capaz de presidir aquêle momento e atenuar os riscos da mudança, que se operava, cometeu-se, sob a pressão dos exaltados, o êrro de restringir ao govêrno regencial os poderes que eram inerentes à função da soberana magistratura, em nome da qual tinha êle de agir.

Nem se aperceberam os próceres do partido vitorioso de que, tanto ou mais, talvez, que dessa restrição das faculdades constitucionais, devia a Regência ressentir-se da posição esquerda e constrangida em que a deixava, perante a nação, aquela confiança tão medida e dúbia das Câmaras.

Era a suspeita contra o poder — obra do Primeiro Reinado — que punha todo mundo como em atitude de reserva e sobreaviso.

Nada havia que estranhar, portanto, na situação que assim se preparou. Nas condições em que se viu, não tinha a Regência nem prestígio nem fôrça para agüentar aquelas tormentas. Os seus ministros não tinham descanso. Da imprensa e da tribuna parlamentar sofriam os mais rudes ataques, e andavam sempre ameaçados de denúncias.

Parece que os próprios moderados logo compreenderam tudo isso, e foram pondo tôda a sua confiança na reforma constitucional.

Para os fins de 1833 dir-se-ia que a tempestade amainava; e tôdas as atenções e esperanças voltam-se para o parlamento. Há, com efeito, claros sinais de que dos quartéis e das ruas se deslocam para a legislatura os dissídios que têm convulsionado o país.

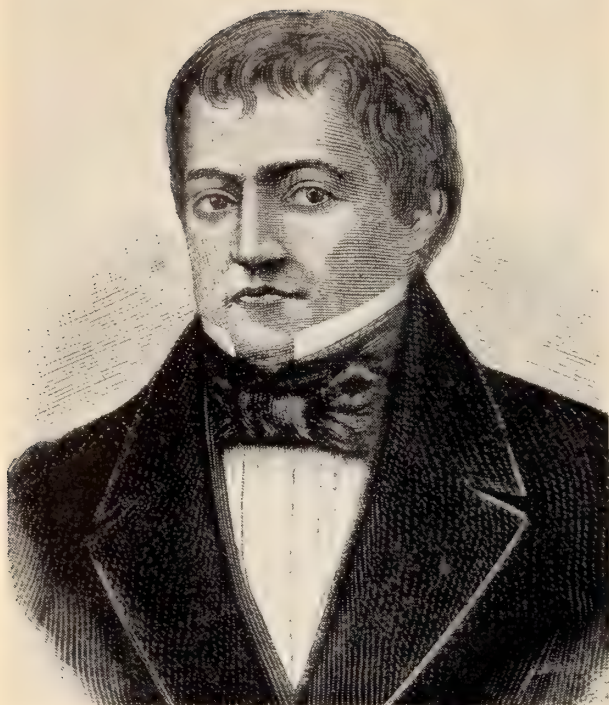
2. A reforma da Constituição, desde 1831, preocupava as duas correntes do partido liberal como uma necessidade decorrente da revolução de 7 de abril.

Alguns dias depois que se instalara naquele ano a segunda sessão da legislatura, fôra nomeada uma comissão especial de três membros, que se incumbiu de indicar por escrito os artigos da Constituição que deviam ser mudados.

Na sessão de 9 de julho apresentou a comissão o seu projeto. Não agradou. Ofereceram-se vários substitutivos; e afinal a Câmara preferiu o de Miranda Ribeiro, o qual foi discutido em algumas sessões, aprovado na de 13 de outubro, e logo remetido ao Senado.

Como é da mais alta importância histórica, convém que se saiba que êsse projeto estipulava: 1.º que o govêrno do Império do Brasil será uma monarquia federativa; 2.º que a Constituição reconhecerá apenas três poderes políticos (suprimia-se o moderador); 3.º que a Constituição discriminará os três poderes, marcando-lhes distintamente as respectivas atribui-

Francisco de Lima e Silva.

General Pedro Labatut.

Padre Diogo Antônio Feijó.

Pedro de Araújo Lima.

ções; 4.º que a Câmara passará a ser bienal; 5.º que o Senado se renovará, também, bienalmente pelo têrço, passando a ser de seis anos o mandato de senador; 6.º que passarão para o executivo as atribuições do poder moderador que convier conservar, sendo as demais suprimidas; 7.º que as Câmaras, por voto confirmativo revogarão o veto que o executivo oponha aos projetos de lei; 8.º que será abolido o Conselho de Estado; 9.º que os Conselhos de Província passarão a ser Assembléias Legislativas; 10.º que as rendas públicas serão divididas em nacionais e provinciais; 11.º que durante a menoridade do Imperador, será o Império governado por um Regente eleito pelas assembléias das províncias; 12.º que nos municípios haverá um intendente, que será nêles, o mesmo que os presidentes nas províncias.

3. Muito avançava, como se vê, o espírito dominante na Câmara. Aí está — formal, expressa e evidente — tôda a alma daquela geração.

Se vingasse na íntegra êsse projeto, é claro que se poderiam julgar triunfantes aquêles que pretendiam constituir no Brasil "uma república presidida por um Imperador".

O Senado teve o seu grande espanto, quando viu que às próprias portas já lhe batiam; e cuidou, antes de tudo, de deixar, com muitas delongas, que arrefecesse aquela coragem da Câmara temporária.

Só na sessão de 1832 é que começou a ocupar-se da questão, e assim mesmo remanchando muito, com quem espera que o tempo faça o seu papel.

No seu parecer, a comissão nomeada reconhecia a necessidade da reforma; estranhando, no entanto, aliás com as melhores razões, que a Câmara quisesse prescrever limites à legislatura constituinte. Fiel ao espírito e à própria letra das disposições constitucionais sôbre a matéria, entendia a comissão que uma legislatura há de declarar a necessidade da reforma, e outra há de fazê-la.

Propunha, pois, que o projeto da Câmara fôsse, sob êste critério, admitido e entrasse em discussão para ser emendado convenientemente.

Não demorou muito agora, o Senado, a liquidar o caso, limitando-se a suprimir alguns artigos do projeto, e indicando apenas como reformáveis aquêles cuja reforma reconhecia necessária. Suprimiram-se, pois, os artigos 1.º, 2.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 11.º e 12.º; e modificaram-se os restantes 3.º, 9.º e 10.º.

Estava assim, desfeito, aquêle esfôrço todo da Câmara popular.

4. Não é possível dar uma idéia exata da indignação que lavrou entre todos os políticos ligados à Regência quando se viu a Câmara vitalícia afrontando assim a nação nas suas aspirações e reclamos.

Foi então, sob a impressão violenta produzida pela arrogância do Senado, que se pensou naquela singular estratégia de 30 de julho, a que atrás já aludimos. Tomou-se aquela audaciosa atitude da Câmara Alta como um propósito de reação contra a política vitoriosa a 7 de abril, e viu-se no Senado, seguro da sua vitaliciedade, o maior entrave oposto à renovação do regime, e um perigo tanto mais de temer quanto é certo que se torna, em momento tão grave, um forte incentivo às audácias da facção restauradora.

Sugeriu então, Feijó, que se constituísse a Câmara dos Deputados em Assembléia Nacional, e decretasse as reformas sem a colaboração do Senado.

Ainda bem que passou rápido o delírio, como um acesso. Voltando daqueles assomos, refletindo mais serenamente no passo arriscado que se ia dar, tomaram a Câmara e a Regência a deliberação de recuar daquele avanço.

Tratou-se, então, de discutir as emendas do Senado. Conquanto fôssem muitas rejeitadas, aceitaram-se algumas.

Requereu-se, pois, a fusão; e no dia 17 de setembro (1832) em Assembléia Geral, começou-se a discussão, que se prolongou até o dia 28. Foram aprovadas integralmente a maior parte das emendas do Senado; e no dia 12 de outubro era sancionada a lei que serviu de base para a decretação da reforma.

Tinha-se vencido o primeiro estádio da campanha, parecendo que se dispunham todos a contribuir para que a obra correspondesse às exigências gerais do país, sem comprometer por nenhum exagêro a sorte das instituições.

5. Passou-se, pelo menos na côrte, em relativo sossêgo, aquêle resto de 1832 e todo o ano de 1833.

À Câmara eleita para a terceira legislatura (1834-1837) conferira o eleitorado poderes constituintes. Na sessão de 7 de julho, foi lido o projeto de reforma, versando, apenas nos têrmos da lei de 12 de outubro, sôbre a administração das províncias e dos municípios, e sôbre a formação da Regência durante a menoridade do Imperador.

Na sessão de 14 entrou em discussão. Levantou-se logo a preliminar sôbre a necessidade ou não do concurso da Câmara vitalícia na decretação da reforma. Venceu, em votação nominal, por 70 votos contra 16, o princípio de que só a Câmara temporária é que tem poderes especiais para isso, e que, portanto, por ela deve ser a reforma decretada sem a colaboração do Senado, e independente de sanção.

Passou o projeto em primeira discussão. Na segunda, foi o artigo 1.º muito debatido, principalmente na parte em que se excluía de qualquer

jurisdição provincial o município onde estivesse a capital do Império. Parecia, aliás, essa, uma controvérsia decorrente apenas da dúbia inteligência do artigo: tanto assim que afinal venceu a legítima noção.

O mesmo aconteceu quanto a outros pontos do projeto.

6. O artigo 6.º foi muito discutido na parte relativa a imunidades parlamentares. Dispunha êle que os membros das assembléias provinciais "não podiam ser presos senão por ordem da respectiva assembléia, *salvo por crime de rebelião, sedição, insurreição, auxílio a estrangeiros para invasão do Império,* e em flagrante delito de pena capital".

Muitos deputados combateram fortemente a latitude de garantias excepcionais de que se vão cercar os legisladores de província. Mas a maioria sustentou a necessidade de pôr as assembléias provinciais a salvo de tôdas as influências e pretensões invasoras do poder central.

Discutiu-se muito, e com grande esfôrço; e teve de votar-se o artigo por partes. Em votação nominal, decidiu-se que "os membros das assembléias provinciais são invioláveis pelas opiniões que emitirem no exercício de suas funções"; e que durante o mandato "não poderão ser presos senão por ordem da respectiva Assembléia".

E o que pôs em relêvo a nítida consciência da Câmara, no meio da situação em que se achava o país, foi a coragem com que se eliminou a terceira parte do artigo, excetiva daquela segurança — "salvo por crime de rebelião", etc.

E, no entanto, na terceira discussão, caiu tudo isso... como se ainda agora, aquela Assembléia trepidasse no caminho que estava seguindo...

Passaram afinal, com algumas emendas, os 24 artigos do projeto.

No dia 12 de agôsto era a lei promulgada como adicional à Constituição do Império.

7. Além desta, que só na sessão de 1834 se pudera ultimar já se haviam, desde 1831, efetuado outras muitas reformas, umas por lei ordinária, outras por atos do poder executivo.

Entre as primeiras destacaram-se: a do Código do Processo; a do Código Penal; a do sistema eleitoral; a da eleição dos juízes de paz; a da nacionalização da cabotagem; a da repressão do tráfico de africanos; a das câmaras municipais; a das Relações de distrito; a da competência dos presidentes de província; a da extinção dos corpos de milícias e de ordenanças, e criação da Guarda Nacional; a das academias de direito e das escolas de medicina; a que regulou a naturalização de estrangeiros; a da inspeção da saúde pública; a da organização judiciária; e muitas outras.

Entre os atos de mais relevância emanados do executivo, podem citar-se: o regulamento das alfândegas; a inauguração do Hospital de Marinha; a construção da Casa de Correção; a supressão de certos cargos e repar-

tições; a reorganização de todo o serviço de arrecadação de impostos; a criação de caixas econômicas, e de muitos estabelecimentos de caridade em quase tôdas as províncias; a extinção da Casa da Moeda da Bahia, unificando-se a cunhagem do metal circulante para todo o país; e infinidade de outras medidas com que se caracterizou a nova administração.

Estava tudo isso indicando que o Império tinha entrado numa fase de reconstituição, em que o espírito geral parecia propenso a encaminharse para uma ordem definitiva nos negócios políticos.

QUESTÕES CONEXAS: — *Criação do Município Neutro.* — *As Assembléias Provinciais.* — *Os presidentes de Província.*

A REGÊNCIA DE FEIJÓ

1. A eleição do Regente efetuou-se a 7 de abril de 1835. Disputaram-na as duas correntes que se iam integrando depois do falecimento de D. Pedro — a dos exaltados em aliança com os antigos restauradores (e à qual se deu no momento o nome do partido dos *holandeses*, por serem partidários de Holanda Cavalcanti) e a dos liberais moderados.

Correra o pleito sem a mais ligeira irregularidade em nenhuma das províncias. Alcançou o padre Diogo Feijó 2 826 votos, e portanto maioria de 545 votos sôbre o seu competidor, Holanda Cavalcanti, que obtivera 2 251.

Triunfara, pois, o partido que até agora, depois da abdicação, tivera a direção dos negócios públicos.

Não se resignaram os vencidos. Derrotados nas urnas, pensaram em recursos excepcionais e manobras imprevistas para frustrar a vitória dos adversários.

E tornou-se aflitivo quase todo aquêle resto de ano, até à posse de Feijó.

Levantou primeiro, a liga oposicionista, a idéia de suprir por um decreto legislativo a menoridade da princesa D. Januária, e entregar-lhe a Regência do Império.

Esta intriga era da mais alta gravidade, e viria infalìvelmente anarquizar de todo o país. Sentiu-se, o govêrno, numa angústia indizível.

Para toldar ainda mais aquêle horizonte que já parecia serenado, estava a Regência Trina reduzida a um apenas dos seus membros. Costa Carvalho, pretextando moléstia, continuava em São Paulo, arredado inteiramente dos negócios, e como a protestar assim contra as desordens. Bráulio Muniz estava prêso ao leito, pelo mal que não tardou muito a vitimá-lo.

Estava, pois, a Regência, exercida só por Lima e Silva. Êste não era homem político, nem tinha qualidades de govêrno. Era preciso, até, que se lhe andasse a conter o instinto da profissão.

Por outro lado, protestava Feijó que nas condições em que via o país não se animaria a assumir o seu alto cargo.

2. Afinal tudo isso passou; e no dia 12 de outubro (1835) empossava-se o Regente eleito.

Tudo passara; menos aquêle estado de incertezas e apreensões em que andavam todos vivendo.

Feijó começa a exercer as suas funções no meio das maiores dificuldades. E é agora que êste homem vai mostrar como não tinha, para aquelas alturas, virtudes equivalentes às que revelara como ministro da Justiça.

Já a organização do primeiro ministério foi penosa, e não satisfez nem aos moderados. Só uns dez dias depois da posse é que teve calma o novo govêrno para publicar o seu manifesto à nação.

Foi um novo desastre; não porque faltasse ali um largo fundo de civismo e de intuição do bem geral; mas pela forma que lhe dera a índole rude e leal do Regente.

Entre os grupos que dividem a Câmara, a impressão foi de estranheza e até de suspeita. A segurança das intenções e a franqueza dos protestos de fidelidade às normas de uma política verdadeiramente reconstrutora, de justiça e confraternização, dir-se-ia que eram indiferentes àqueles homens na flagrância das paixões. A entender e apreciar quanto havia de nobre nas linhas gerais daquele programa, preferiu-se marcar-lhe os acentos em que se revelava o homem, em cujo caráter se via, com desconfiança, menos a correção moral e a vontade tenaz, do que o vício de tendências assinaladas para o arbítrio.

Está-se vendo bem claro que com semelhante govêrno, por mais que bem servisse a nação, não se conciliaria até o fim aquela assembléia.

3. O que mais atormentava ao padre Feijó e lhe azedava a alma, era a teia de intrigas que em tôrno dêle se teciam. Tomaram vulto essas intrigas, as censuras e as queixas, depois que se instalou a Assembléia Geral em 1836.

Houve primeiro algumas esperanças de melhorar as relações da Câmara com o govêrno. Mas Feijó não soube aproveitar êsses bons impulsos, parecendo que não tinha necessidade de apoio no parlamento, e mostrando assim que não tinha idéia da natureza do regime.

Desde a discussão da Fala do Trono começou-se a formar na Câmara uma forte corrente contra o govêrno. O que mais concorreu para isso foi uma questão, meio de nonada, com a Santa Sé, e que levou a Regência ao

extremo de sugerir a necessidade da separação da Igreja brasileira em matéria disciplinar...

Outro fato que exacerbou o ânimo geral naquele recinto, foi a revolução do Rio Grande do Sul.

Ao encerrar aquela sessão da legislatura, teve o Regente, como se explodisse no aturdimento em que o deixavam, um gesto a Pedro I: — "Augustos e digníssimos senhores representantes da Nação. Seis meses de sessão não bastaram para descobrir adequados remédios aos males públicos; êles infelizmente foram em progresso. Oxalá que na futura sessão o patriotismo e a sabedoria da Assembléia Geral possam satisfazer as urgentes necessidades do Estado! Está fechada a sessão".

Era como um repto que se lançava à Câmara principalmente, onde era crescente a animosidade contra o govêrno.

4. A Câmara não se esqueceu de revidar aquêle desplante. Na sessão seguinte, apressa-se a rebater ao desafio, dizendo, na resposta ao discurso da Coroa, que "só da mútua e leal cooperação dos poderes políticos pode provir eficaz remédio aos males que afligem a Nação; mas esta cooperação a Câmara dos Deputados faltaria aos seus mais sagrados deveres, *se a prestar a uma administração que não goza da confiança nacional*".

No mesmo dia em que se discutiu o voto de graças já se ouvia no recinto: "Acusemos os ministros, senhores; acusemo-los, e não vamos suplicar a sua mudança. E se os erros dependem da cabeça... daquela cabeça que os nomeia, também a Constituição nos dá meios *para que êste homem seja deposto...*"

Na sessão de 13 de maio estourou, como sátira pungente, dirigida ao govêrno, um projeto dando solução ao caso do Rio Grande, por meio de um plebiscito que desse a saber se aquela província queria ou não continuar unida ao Império.

No dia 16 cai o ministério, produzindo êste fato grande sensação no seio da Câmara, e alvoroçando-se ainda mais os elementos infensos ao govêrno. E' evidente: combatia-se a Regência, e não os ministros.

O novo ministério não fêz mais que recrudescer a oposição.

5. Esta luta entre os dois poderes torna-se cada vez mais desabrida, parecendo que fase tão atribulada é prenúncio de algum imprevisto evento.

Quem menos concorre para que se normalize a situação é, incontestàvelmente, Feijó. Entre os homens que estavam ao lado dêle, como amigos ou como auxiliares de govêrno, muitos havia de grande prestígio pessoal na Câmara. Limpo de Abreu, por exemplo, no dia seguinte ao em que deixara o ministério, erguia a voz no parlamento, e combatia com êxito certas manobras oposicionistas.

Mas o Regente entende que lhe não é necessário o apoio da legislatura, nem mesmo o do ramo temporário... Ao seu modo de ver, a autoridade que êle representa está acima de todos os outros poderes. Parecia mesmo não ter nenhuma idéia de sistema representativo parlamentar.

Na sessão de 6 de junho vem um grave incidente distrair por momentos a atenção da maioria, e irritá-la ainda mais contra o Regente.

Discutia-se o orçamento da marinha, quando chegou ao recinto, de volta do paço, a comissão que fôra levar a resposta da Câmara à Fala do Trono. Interrompe-se a discussão; e, no meio de profundo silêncio, bem prenunciativo de coisa extraordinária, pede Sousa Martins a palavra, e como relator, diz que fôra a comissão ao paço, e recebida pelo Regente, lera o orador perante S. Ex.ª o voto de graças, em resposta ao qual ouviu a deputação, pouco mais ou menos, o seguinte: "Como me interesso muito pela prosperidade do Brasil e pela observância da Constituição, *não posso estar de acôrdo* com o princípio emitido no segundo período da resposta à Fala do Trono; e *sem me importar com os elementos de que se compõe a Câmara dos Deputados* prestarei a mais franca e leal cooperação à Câmara, *esperando que, ao menos desta vez, cumpra as promessas, tantas vêzes repetidas,* de tomar em consideração as propostas do govêrno".

6. Para fazer idéia de semelhante destempêro, é preciso saber-se que o período em questão era o seguinte: "Se a época, senhor, da reunião do corpo legislativo é sempre esperançosa para a Nação é porque reconhece ela que só da mútua e real cooperação dos poderes políticos, pode provir eficaz remédio aos males que a afligem. E esta cooperação a Câmara dos Deputados se esmerará em prestá-la aos ministros de V. M. I. se, guiados ùnicamente pelos interêsses e necessidades do país, procurarem assim manter a harmonia e confiança entre os diferentes poderes do Estado, condição essencial da marcha regular dos governos representativos".

Não se pode, bem se vê, atinar com os motivos que teriam levado Feijó a tal desabrimento.

Ouvindo aquela estúrdia objurgatória, pareceu a Câmara estarrecida de espanto e indignação. A mesa declara que não sabe se há de receber, como é de estilo, com especial agrado, a resposta do Regente. Observa um deputado que essa resposta *equivale a uma declaração de guerra...*

Falam vários outros representantes; e o presidente adia a solução do caso. Na sessão imediata, vota-se moção "aprovando o procedimento da mesa, quando, apartando-se dos estilos da casa, não quis receber com especial agrado a resposta ao voto de graças".

Não havia mais conciliação possível entre os dois poderes. Se a Câmara se fizera facciosa, e perdera a noção das altas funções que lhe cabem no regime, a Regência estava completamente esquecida do seu papel.

No mesmo dia 7 de junho, continuando a discutir-se a fôrça naval, tornaram-se claros os sinais de repulsa ao novo gabinete, disfarçando-se como feita ao ministério a oposição que se faz ao Regente.

Começa êste a negar sanção a resoluções da Câmara. Critica-lhe esta com acrimônia todos os atos. Recusa-lhe tudo, e fazem-se as mais ostentosas manifestações de desconfiança. Era como um duelo de morte entre os dois poderes.

Na sessão de 14 de junho lê-se um ofício do govêrno ao presidente do Ceará, e no qual, em referência a dois representantes da nação, se empregam os têrmos — *miseráveis aventureiros*, e *anarquistas*, contra cujos intentos se aconselha a fôrça material...

Há na Câmara alvoroços de desfecho que se aproxima.

7. Feijó está desiludido. A função de govêrno torna-se para êle um verdadeiro suplício. Perdera todo o entusiasmo dos primeiros meses, quando sentiu o encanto de ser útil a seu país. Não lhe deixaram fazer administração: teve de fazer só política — exatamente a arte para que não nascera.

E' mais do que provável que desde maio, pelo menos, pensava em retirar-se; e só não o fizera ainda em atenção aos amigos.

Mas chega o momento em que não é mais possível adiar a única solução daquela crise.

Quando foi acusado de conivência com os revolucionários do Sul, e até de alta traição à pátria, confrangeu-se-lhe a alma, sentindo-se de todo desamparado.

Homem incapaz de transigir, e não tendo contra a Câmara o recurso constitucional do apêlo à nação (pois a lei que regulara as atribuições da Regência não permitia dissolver a Câmara) não pôde mais manter-se.

Deliberado a deixar o seu alto cargo, procurou ainda não envolver na sua, a sorte do seu partido. Ofereceu a Limpo de Abreu a pasta do Império, "que êle gerira com tanto brilho; mas o representante de Minas escusou-se".

Era, pois, forçoso submeter-se àquela contingência, renunciando a todo pensamento de salvar a situação.

Entendeu-se então com Araújo Lima. Nomeado êste ministro do Império, passou-lhe Feijó no dia seguinte (19 de setembro) a Regência, nos têrmos da Constituição.

QUESTÕES CONEXAS: — *A figura de Feijó.* — *Conflito com a Santa Sé.* — *Os dois partidos constitucionais.*

REGÊNCIA DE ARAÚJO LIMA

1. Começou Araújo Lima, na interinidade do seu alto cargo, a reagir logo contra os processos de Feijó. O seu primeiro ministério se formou com pessoal escolhido entre os mais conspícuos e prestigiosos membros da maioria parlamentar.

Dirigiu o novo govêrno um manifesto às Câmaras, expondo o seu programa de administração, fazendo sentir a necessidade de conjurar de uma vez os males públicos, e de restabelecer a ordem geral pela união de todos os brasileiros. Solicitou logo umas tantas medidas de urgência no momento. Declarou nulos os decretos que se haviam publicado contra a liberdade de imprensa. Foi substituindo pouco a pouco, por homens de sua confiança muitos presidentes de província, contra os quais desde muito se clamava.

Nas duas casas do parlamento foram muito bem recebidos aquêles bons sinais de conciliação com o espírito ali dominante, e principalmente os protestos, que o novo ministério teve logo o cuidado de acentuar, de fazer uma política de perfeita harmonia com os sentimentos nacionais.

E agora, é que se viu bem, como só o govêrno resignatário é que andava nutrindo aquêles dissídios entre os dois poderes: muitas providências, que ainda há pouco se recusavam ao govêrno transato, eram votadas agora sem reserva; tais como certas medidas relativas à administração militar, e autorização para emissão de quatro mil e quinhentos contos em apólices, destinada a despesas extraordinárias com a revolução do Sul. Votaram até, as Câmaras, o estado de sítio por um ano na província convulsionada — recurso que se havia negado até então.

Começava, pois, o novo govêrno sob os melhores auspícios.

2. Não demorou, porém, que ressurgisse nas províncias o mesmo espírito de motim que tinha perturbado a vida do país na primeira fase do período regencial. Pressente-se que são os primeiros manejos do partido que caíra com Feijó.

Na Bahia, no Maranhão, em São Paulo, no Rio Grande do Norte, na Paraíba, nas Alagoas, em Goiás, em Mato Grosso, como que repercutem os sucessos da côrte, alterando a ordem pública mais ou menos sèriamente.

Para agravar ainda o estado de tensão do ânimo geral, ia a guerra do Sul ameaçando cada vez mais a integridade do Império. O entusiasmo,

que em tôdas as províncias desperta a hombridade dos rio-grandenses, aumenta e se exalta à medida que as armas imperiais recuam ou vacilam ante a coragem dos republicanos.

De tôdas essas desordens com que se vem complicar agora, enormemente, a ação do govêrno, as mais graves, pelas proporções que tomaram, são as da Bahia e do Maranhão.

Na primeira dessas províncias, já de algum tempo que se espalhavam rumores de conspirações. Dava-se mesmo como atuando no ânimo dos que tramam, a idéia de separação. Parecia o momento propício a romper-se definitivamente com o centro, e livrar a Bahia daquela condição subalterna em que ficara desde 1763.

Fazia-se, tanto nos clubes como pela imprensa, ativa propaganda dêsse pensamento; e iam as autoridades inteiramente desapercebidas, quando nos primeiros dias de outubro (1837) apareceram nas esquinas uns papéis impressos "concitando o povo e a tropa a insurgir-se pela honra da Bahia".

3. Até que no dia 7 de novembro correu enfim a notícia de que na fortaleza de São Pedro e vizinhanças rebentara uma sedição.

Só agora se assusta o presidente da província, e ordena ao comandante das armas que marche, com as poucas fôrças de que dispõe, para o lugar do perigo. Procura o comandante das armas acalmar os sediciosos, e fazê-los entrar na ordem; mas inùtilmente. Os próprios soldados que o acompanharam desobedecem-lhe formalmente, e vão "aliar-se ao revoltosos".

Ao amanhecer do dia seguinte, alarmou-se tôda a cidade, vendo magotes de gente armada, em grande alarido, a correr para a praça do palácio, e ali rompendo em gritarias e ameaças, e fazendo fugir os poucos guardas que se achavam à porta do edifício.

Assustado com aquilo, saiu o presidente furtivamente do palácio, e foi, com o comandante das armas, refugiar-se a bordo de um navio de guerra.

Reúnem-se então, em palácio, os chefes do motim, e organizam um govêrno provisório.

Não teve, porém, repercussão na província aquela desordem. Constitui-se logo a cidade da Cachoeira o centro de reação contra aquilo, que se considerou como simples manifestação da anarquia que lavra em todo o país.

Parte para a Bahia o novo presidente da província, Dr. Barreto Pedroso. Logo depois, ali chegaram fôrças com o novo comandante das armas, marechal de campo João Crisóstomo Calado. Já estava a cidade bloqueada pela esquadrilha do comandante Mariath. Foi em seguida cercada por terra.

Saem da praça os revolucionários, e tomam ofensiva desesperada contra os sitiantes. Luta-se ali com furor de tormenta durante muitos dias.

Na noite de 14 de março (1838) lavra incêndio em vários pontos da cidade; e no meio da catástrofe, penetram os legalistas na praça.

Na manhã de 16, rendiam-se os últimos republicanos que resistiam.

Em mais de 600 vidas calcula-se a perda só dos insurgentes.

Estava desfeito mais aquêle vago intento que andava agitando o país.

4. O que se passa nas três províncias, do Maranhão, do Piauí e do Ceará, é de muito mais gravidade que os sucessos da Bahia.

Em São Luís, desde algum tempo, digladiavam-se na imprensa dois partidos, sem nenhum pensamento de ordem social ou política, e só fazendo questão de posições oficiais.

Em março de 1838 ali chegou, e assumiu a presidência, o Dr. Vicente Camargo, filiado à corrente conservadora, que se acentuava com a ascensão de Araújo Lima.

Foi o novo presidente que, nomeando uns delegados locais (sob o nome de *prefeitos*) no intuito de reduzir ou contrabalançar a autoridade dos juízes de paz (que eram do partido adverso) deu ensejo ao rompimento da luta.

A campanha dos jornais tornou-se, então, desabrida e feroz; e não tardou que um incidente ocorrido no interior da província pusesse os liberais em armas. Chamaram êstes ao seu partido um certo Raimundo Gomes, homem rústico, mas valente, tipo de herói colonial, famoso pelas suas façanhas, e muito temido pelos seus instintos sanguinários.

No dia 13 de dezembro (1838) invade Raimundo, com a sua malta, a vila de Manga, onde se lhe juntam logo outros celerados. Dali saiu êle para os lados do Piauí. Na vila do Brejo reuniram-se-lhe novos grupos de desordeiros, elevando-lhe o efetivo das fôrças a mais de 1 000 homens.

Quando teve notícia de tais ocorrências, mandou o govêrno imperial ao Dr. Sousa Melo como sucessor do Dr. Vicente Camargo, que não parecia homem para aquêle ofício.

Mal chegara a São Luís, expede o novo presidente uma fôrça contra os bandos que infestavam o interior. Tem esta fôrça de render-se (março) aos insurretos na fazenda dos Angicos.

Grande pânico produz êste desastre na capital, temendo-se uma investida dos rebeldes.

5. Alastra-se por todo o Sul da província (meados de 1839) o movimento insurrecional, e estende-se ao Piauí. A cidade de Caxias, ao cabo de dois meses de sítio, rendeu-se aos revolucionários (30 de junho). Vangloriosos da sua fortuna, impõem êstes, ao presidente Sousa Melo, condições de paz. Entre essas condições estava a expulsão de todos os portu-

guêses não naturalizados — o que parece denunciar o intuito da insurreição. Tão formais eram as exigências apresentadas que o presidente da província as levou ao conhecimento do govêrno imperial.

Pode-se dizer que por êste tempo só estavam sob a autoridade legal a cidade de São Luís e um pôsto militar à margem do Itapicuru (Rosário). Em todo o resto da província lavra celeuma de guerra e vasto clamor contra violências e atrocidades das hostes que se laceram.

A situação torna-se de aspecto estranhamente temeroso, com tendências a abalar todo o Norte do Império. Se viesse a ser tomada a capital, "o que só dependia da deliberação dos rebeldes"; e se à frente do movimento se pusesse algum capitão de valor, não se sabe se naquele instante não se teria quebrado a unidade política do Brasil.

Receios dessa natureza atuaram fortemente no ânimo da Regência. Cumpria acudir imediatamente ao Norte do país, onde os perigos que ameaçavam a integridade do Império, vê-se agora, que não parecem menos graves que os do Sul.

Resolveu, então, o govêrno imperial, mudar ainda uma vez as autoridades do Maranhão, e reunir numa só pessoa os cargos de presidente da província e de comandante das armas; e escolheu para essa importante comissão o coronel Luís Alves de Lima, homem já experimentado como bravo e íntegro militar, e digno, pelo seu caráter nobre, firme e enérgico, de inteira confiança.

Foi Alves de Lima chegar a São Luís no dia 4 de fevereiro de 1840. Ali entrou declarando que não conhecia, nem queria conhecer os partidos em luta, e que só ia cumprir a sua missão de paz.

Tendo pôsto em ordem a situação, ordenou a ofensiva contra os rebeldes em tôdas as zonas onde campeavam.

O maior embaraço com que luta o novo presidente é o de escassez de recursos. Ainda assim, as providências que tomou fizeram mudar a situação das fôrças legais, produzindo impressão de quebranto entre os insurgentes. Ao mesmo tempo que os persegue, procura atuar-lhes suasòriamente no ânimo, exortando-os a depor as armas, e a entrar na vida pacífica sob a autoridade do novo Imperador.

6. Mais que as operações de guerra, produziu excelentes efeitos esta política de Alves de Lima. Em breve, estavam reduzidos os rebeldes quase que a só pequenas quadrilhas depredadoras que andavam fugindo às fôrças imperiais. O maior grupo (em número superior a uns 1 200 homens) tinha-se acoitado na longínqua comarca de Pastos-Bons. Ali foram batê-los as tropas legais; e êles dispersaram-se pelo sertão.

Munido agora do decreto de anistia oferecido aos rebeldes, saiu o presidente para o Sul, chegando nos primeiros de novembro a Caxias, onde tomou medidas contra os últimos fiéis do prêto Cosme.

O mais obstinado de todos os caudilhos foi Raimundo Gomes. Atacado no seu derradeiro refúgio, teve afinal de submeter-se. Por sua vez, foi o prêto Cosme prêso no sítio do Calabouço e entregue à justiça.

Em ordem do dia de 19 de janeiro de 1841, anunciava Luís Alves de Lima o fim da guerra civil declarando pacificada a província do Maranhão.

Nas outras daquelas províncias que indicamos, não chegaram as desordens a tomar as proporções do movimento a que acabamos de referir-nos.

Na do Piauí, só os excessos do Barão da Parnaíba, "homem severo e iníquo" "régulo cruel, mau e ignorante", é que deu ensejo a que a população, desesperada, "saudasse como aurora de redenção a revolta de Raimundo Gomes".

Na do Rio Grande do Norte, motivos semelhantes determinaram o assassínio do respectivo presidente, Manuel Ribeiro.

Na de Alagoas, por questões de interêsse local deu-se, em setembro de 1839, um motim que se tornou sério ao ponto de obrigar o presidente a sair às pressas da capital. Tinha sido, contra os votos da população, transferida a sede do govêrno da cidade de Alagoas para a de Maceió. Na ocasião de mudar-se a tesouraria, rebentou a sedição. Tendo aliciado a fôrça policial, forçaram os sediciosos o quartel, muniram-se de armas, e marcharam sôbre o palácio do govêrno. O presidente cuidou de fugir, deixando a administração a seu substituto, Cansanção de Sinimbu. Êste conseguiu dispersar os turbulentos, restabelecendo a ordem.

7. Em Mato Grosso e Goiás deram-se também, pelos mesmos dias, lamentáveis distúrbios.

Na Paraíba houve igualmente comoções.

De conseqüências mais funestas foram as desordens ocorridas (de 1838 a 1839) na vila da Franca do Imperador, em São Paulo. Começou no dia 1 de janeiro, quando uns 100 desordeiros se reuniram, e sob a influência de um Anselmo Ferreira, que se sentia em sua fazenda perseguido pela gente que imperava na Franca, invadem a vila em grandes assuadas.

Teve esta desordem origem, segundo a tradição, em causas acumuladas desde 1836, quando para ali foi o crioulo Brasílio Magno, rábula tremendo, que fugira da vila de Araxá, onde estava sendo processado.

Êste homem, de instintos maus, era esperto e inteligente; e associando-se àquela gente, que mandava em Franca, começou desde logo a fomentar

intrigas, de que resultou uma série de denúncias e processos, pondo-se assim a vila em dissenções.

Afinal, as providências tomadas pelo govêrno, restabeleceram a ordem, dispersando-se os grupos facciosos, e sendo punidos os culpados.

Enquanto se passavam nas províncias tais sucessos, na côrte ia o govêrno da Regência em luta com os embaraços de ordem política que lhe criavam os adversários.

E veremos logo, até onde foram as paixões que se desencadeiam, naquela fase crítica da nossa história.

QUESTÕES CONEXAS: — *A* sabinada. — *Os* cabanos *e os* bem-te-vis. — *A* balaiada. — *O prêto Cosme.* — *A* anselmada.

XX

A MAIORIDADE — LUTAS CIVIS ATÉ 1849 LUTAS NO PRATA — ORIBE E ROSAS

SUMÁRIO: — A maioridade. — Revolução dos Farrapos. — *Lutas civis até 1849. — Guerra contra Rosas.*

A MAIORIDADE

1. Em 22 de abril (1838) procedeu-se à eleição de novo Regente, sendo eleito para o alto cargo Pedro de Araújo Lima, com 4 308 votos. Ainda desta vez alcançara Holanda Cavalcanti apenas 1 981 votos, tendo obtido: Antônio Carlos, 597, e Costa Carvalho, 581.

A vitória dos conservadores fôra, pois, estrondosa.

É de agora por diante, sobretudo, que as questões de natureza política vão criar para Araújo Lima dificuldades crescentes até o desfecho da maioridade como solução extra-constitucional daquela crise.

Ao abrir a Assembléia Geral a 3 de maio, apressou-se a Regência em assegurar que empregava todos os esforços no sentido de normalizar a situação do Império. Os ministros do novo govêrno anunciaram projetos de reformas, principalmente relativas ao ensino público, desde as escolas elementares até os cursos superiores. Fêz ainda sentir, o ministro da Justiça, a conveniência da reorganização judiciária.

Parecia, pois, o novo govêrno, inclinado a fortalecer-se na confiança pública, antes de tudo por uma compreensão muito exata das suas funções naquele difícil momento.

Não demorou, porém, que o espírito de partido lhe fôsse opondo, no seio do parlamento, tropeços muito mais formidáveis que os decorrentes do ânimo geral nas províncias.

Já na discussão da Fala do Trono, os liberais, conquanto em minoria, mostraram-se dispostos a tôdas as incontinências, no grande despeito que não sabiam reprimir. Acusaram de retrógrado o ministério, e até de infenso às idéias vitoriosas em 1831, únicas consentâneas com a monarquia na América.

Rebatiam-lhes os conservadores "sustentando a necessidade de centralizar-se a ação política, de fortalecer-se a autoridade, de reprimir aspirações desordenadas e tendências anarquizadoras, para que se restaurasse a ordem no país, e se fizesse o progresso pautado e refletido, assegurando-se, assim, a unidade do Império sob o regime monárquico representativo, o mais adequado a tornar a nação próspera e grande.

2. Assomam naqueles dias, do seio da Câmara, algumas das grandes figuras que representavam melhor as tradições das velhas lutas; como: Limpo de Abreu, Bernardo de Vasconcelos, Teófilo Otoni, Antônio Carlos e outros, cuja palavra deu sem dúvida grande brilho às instituições nascentes.

Nota-se que os representates da nação, em sua maioria, estão de perfeito acôrdo quanto à necessidade de reagir contra os excessos de demagogia e as doutrinas subversivas que em tôda parte estão sacrificando a ordem no Império.

Grande sensação causou um discurso de Antônio Carlos, declarando que "prestava o seu apoio ao ministério, porque o via deliberado a ser puramente parlamentar".

Depois do voto de graças, foram discutidas e votadas: a lei da fixação de fôrças, a de interpretação de alguns artigos do Ato Adicional, a dos vários orçamentos, e outras.

A eleição do novo Regente foi apurada em sessão conjunta de 4 a 7 de outubro; e no dia 7 mesmo, entrara Araújo Lima no exercício efetivo do cargo.

Encerrara-se no dia 20 aquela primeira sessão da quarta legislatura. Não obstante os sinais de tormenta, vencera-se aquêle ano de 1838 sob certas aparências de atmosfera propícia.

No interstício parlamentar começou a toldar-se o horizonte.

E' no seio do próprio gabinete que sobrevêm dificuldades a propósito da escolha de um senador pela província do Rio. Em desacôrdo com os seus auxiliares, que estavam certos de que o escolhido seria Miguel Calmon (além de ministro, grande vulto do partido), preferiu o Regente, entre os três da lista, o seu amigo Lopes Gama.

Causou isto surprêsa geral. O ministério demite-se. Há, pelas esferas da alta política, uma como grande desilusão, que se não dissimula. Aquêle regime dir-se-ia que fatiga a todo mundo. A instabilidade dos ministérios; a apresentação de aparatosos programas que se não cumprem; o esfôrço com que se formam gabinetes; a inquietação do espírito público à vista do que se passa no Norte e no Sul do país; a situação anormal de tôdas as províncias; a discórdia em que vivem os homens mais emi-

nentes dos dois partidos: tudo isso parece desenganar os mais fiéis de que a nação venha a vencer aquela fase tão dolorosa.

Sente-se que alguma coisa falta naquele aparelho, e que impede o seu regular funcionamento.

3. Ao instalar-se, em 1839, a Assembléia Geral, já se fazia mais temerosa a oposição na Câmara.

O govêrno da Regência, enfraquecendo-se de dia para dia, dava àquele momento da crise um aspecto mais grave do que dois anos antes. Feijó tivera contra si a maioria da Câmara, formidável menos pelo número de vozes que pelo valor das figuras. O pensamento daquela maioria não era mais que derribá-lo. A queda do Regente inconciliável era uma solução.

Mas agora, conta o govêrno regencial com o apoio de um grande partido; e portanto, a sua retirada não será o intuito dos que o hostilizam.

E, no entanto, cresce ràpidamente a fôrça dos liberais, como se êstes já representassem uma causa que apavora os elementos fiéis à Regência.

Dentro em pouco já não é a oposição mais um partido: é uma ampla corrente, que encontra leito vasto e aberto, dirigida por uma aspiração, que foi absurda, mas que as contingências impõem no instante como salvadora. Pouco importam as razões que levaram os liberais a tomar aquêle expediente de suprir a maioridade do Imperador: naqueles dias era o meio mais simples de pôr têrmo de uma vez às longas amarguras do período regencial.

Êste de 1839 foi sem dúvida, tanto na côrte como nas províncias, o ano climatério daquela época. Por meados da sessão legislativa, sentiram-se tão graves as condições do país, que o próprio Senado, sempre sereno e impassível no meio dos acontecimentos, chegou a alarmar-se, e resolveu constituir uma espécie de junta de salvação pública, formada por uma comissão especial das duas casas do parlamento, que se incumbisse de indicar medidas tendentes a "restabelecer a paz e tranqüilidade nos diversos pontos do Império que se achavam em anarquia".

A Câmara, porém, ao cabo de longa discussão, não quis anuir ao alvitre do Senado.

4. À primeira vez que se falou agora em declarar a maioridade, insurgira-se quase tôda a Câmara.

Foi Montezuma, que na sessão de 19 de agôsto, combatendo aquela iniciativa do Senado, exclamou que "se a salvação pública exige que se invista de poderes extraordinários o govêrno regencial... então declaremos logo a maioridade do Imperador".

E, no dia seguinte, ouvia-se da tribuna a apologia dessa forma de solução — como arriscando menos a sorte da monarquia do que a outra indicada pela câmara vitalícia.

Estava, pois, lançado o problema, que se considera como o único processo de arredar os embaraços que perturbaram a nação.

Não era nova, aliás, a idéia de acabar com as anomalias do período regencial fazendo entrar logo o jovem Imperador mesmo sem a idade da lei, no exercício das suas funções majestáticas. Desde a Regência trina permanente, pelo menos, pensava-se nisso. Era até Costa Carvalho um dos mais entusiastas.

Mais de um projeto se apresentou na Câmara em tal sentido.

Principalmente os liberais tomam a si a causa, e agora com o esfôrço de quem executa segura manobra política.

O partido da Regência sentia-se esmorecido ao entrar o ano de 1840.

Criara-se aqui o *Clube da Maioridade*, imitado logo em algumas províncias, onde se começa a fazer ativa propaganda.

As Câmaras, que se reuniram extraordinàriamente a 9 de abril, entraram nas suas funções ordinárias a 3 de maio.

Resolveu-se levar a idéia para o seio do parlamento. Preferiu-se iniciar a campanha no Senado. Mas êste rejeitou por dois votos o projeto.

Por sua parte, cuidaram os adeptos da Regência de neutralizar a ação dos maioristas. Vendo que ia aquela causa vitoriosa no ânimo geral, entenderam os amigos do govêrno que deviam chamá-la a si, e dirigi-la, dentro da lei, de modo a não sacrificar o atual Regente.

Resolveram, pois, apresentar na Câmara, um projeto de reforma constitucional para declarar que o Imperador seria maior antes dos 18 anos.

Incontestàvelmente seria um meio hábil e seguro de frustrar o intento dos adversários: o processo da reforma é tão moroso que, com certeza, quando viesse ela a realizar-se, já não aproveitaria mais a D. Pedro II.

5. Êsse projeto é que vem de uma vez incender o espírito da Câmara.

Tendo de princípio provocado grande tumulto, julgou Honório Hermeto que devia pedir a retirada da sua proposta, dando como razão o voto do Senado contra o adiamento das eleições gerais para a seguinte legislatura — medida com que contavam os governistas para inutilizar todo o esfôrço dos contrários.

À vista disso, excluída como solução a reforma constitucional, e não podendo esperar-se pela idade legal do Imperador caiu a Câmara num verdadeiro estado de convulsão.

As sessões já se fazem como no meio de tormenta. Nas galerias já não havia mais espaço para o público. As multidões apertam-se em tôdas as salas do edifício. As adjacências regurgitam de povo, em extraordinário entusiasmo, a prorromper a todo instante em aclamações ao Imperador maior.

Na sessão de 20 de julho, lido o expediente na Câmara, levanta-se Limpo de Abreu, e indica formalmente que se nomeie uma comissão especial de três membros que se incumba de oferecer, com urgência, o alvitre mais razoável sôbre a maioridade de D. Pedro II.

A indicação foi aprovada afinal, mas a casa elegeu para a comissão três deputados infensos à maioridade.

Pareceu aos liberais que nem êsse processo era suficiente, pois não é expedito quanto o exigem as circunstâncias.

No dia seguinte, exigiu Antônio Carlos que "hoje mesmo" interponha a comissão o seu parecer, sob pena de trazer êle próprio no outro dia "um projeto feito" para fazer cessar o estado de agitação em que se encontra o país.

Provocado a não deixar para amanhã êsse projeto, vai à mesa, e é lida a proposta de Antônio Carlos declarando D. Pedro II "maior desde já".

Na sessão de 22 de julho aprova-se a urgência para discutir o projeto.

6. Pôsto em discussão, segue-se uma longa pausa. Há um silêncio e expectação de afôgo.

Depois fazem declaração de voto alguns representantes.

Ia o presidente submeter à votação o projeto, quando se recebe a comunicação oficial de haver sido nomeado ministro do Império o senador Bernardo Pereira de Vasconcelos; e uns minutos em seguida, lia o 1.º secretário um decreto da Regência adiando a Assembléia Geral para 20 de novembro do corrente ano.

À leitura dêsse decreto, prorrompem de todos os lados, no recinto e nas galerias, gritos de — *calúnia!...* — *traição!...* — *govêrno conspirador!...* — *viva a maioridade!...* — *viva D. Pedro II!...*

Procura o presidente, em vão, manter a ordem. Aumenta a confusão no recinto.

Do meio do tumulto, levanta-se Antônio Carlos, e brada impetuoso e incendido: — "Quem é patriota e brasileiro siga comigo para o Senado! Abandonemos esta Câmara prostituída!".

Não se descreve aquela borrasca.

Os deputados, quase todos, em alvorôço, e no meio de estrondosa vozeria, saem do recinto. Evacuam-se as galerias no mesmo instante, fazendo-se imenso sussurro.

Saindo da Câmara, acompanhados de grande massa popular no auge do entusiasmo, dirigem-se os deputados maioristas para o edifício do Senado, recebendo, nas ruas por onde passavam, delirantes aclamações do público insurgido. Ali foram reunir-se, no seio da alta corporação, aos se-

nadores que estavam presentes; enquanto "o povo invadia o edifício, e enchia-lhe as adjacências, em número superior a 3 000 pessoas".

Começa agora, uma fase nova e "bem distinta daquela crise em que desde maio entrara a situação política do Estado". Até ali procuram-se expedientes dentro da lei: agora, o "movimento sai do círculo da legalidade, e entra francamente na via revolucionária".

Os senadores e deputados reunidos resolvem mandar ao paço uma deputação encarregada de pedir ao Imperador que, ante a situação em que se acha o país, atendesse aos votos gerais da nação assumindo incontinenti as suas altas funções.

Recebida imediatamente a deputação, expôs Antônio Carlos a S. M. I. os graves perigos que estavam correndo a pátria, e rogou-lhe que salvasse o trono e o Brasil entrando desde já no exercício do seu alto cargo.

Depois de meditar um instante, respondeu o jovem monarca que acedia aos votos do povo; ordenando ao Regente que convocasse as Câmaras para o dia seguinte a fim de tomar-lhe o juramento constitucional.

7. No dia 23 de julho (1840) desde as 9 da manhã estavam no paço do Senado "quase todos os representantes da nação, deputados e senadores, perante um concurso de mais de 8 000 pessoas, que dentro e fora do edifício ansiavam por aquela augusta cerimônia.

Pelas 11 horas, declara o velho Marquês de Paranaguá, presidente do Senado, aberta a sessão. Ato contínuo, erguendo-se da cadeira (o mesmo fazendo a Assembléia e os espectadores, com aparatosa solenidade) profere em voz forte e pausada: — "Eu, como órgão da representação nacional, em Assembléia Geral, declaro desde já maior a Sua Majestade Imperial o sr. D. Pedro II, e no pleno exercício dos seus direitos constitucionais".

Levantou em seguida três vivas ao Imperador, aos quais, com o maior entusiasmo, corresponderam a Assembléia e o imenso concurso de povo.

Nomeia então, o presidente, as comissões que têm, uma de ir ao paço pedir a S. M. que naquele mesmo dia se dignasse de prestar o seu juramento; e outra, de recebê-lo à entrada do edifício.

Às três e meia da tarde, com séqüito imenso e brilhante, chega o Imperador, e é recebido sob aclamações, entrando no edifício no meio de indescritível delírio.

Acompanhado até o trono pela mesa da Assembléia ali toma assento "com uma serenidade admirável".

Em seguida, pôsto de joelhos, repete S. M. com voz firme e distinta, a fórmula do juramento que o secretário do Senado vai lendo.

Ultimado êsse ato, aclama o presidente por três vêzes a S. M. Imperial, sendo as aclamações repetidas estrondosamente pela Assembléia e pelo povo.

Estava, pois, encerrado aquêle aflitivo período da Regência, nove longos anos de contínuas amarguras, a que não se sabe dizer como é que resistiu a integridade do Império.

QUESTÕES CONEXAS: — *Festas da coroação.* — *Os nomes do Campo de Sant'Ana.*

REVOLUÇÃO DOS FARRAPOS

1. A vizinhança das repúblicas platinas determinou que se formasse na nossa província do Rio Grande uma população que, pelos costumes e pelo modo de vida, não pode dissimular a influência nela exercida por essa circunstância.

Na antiga Banda Oriental, que durante tanto tempo se debatera entre os dois governos que a disputaram, criara-se uma espécie de banditismo heróico, avêsso, tanto ao predomínio de estranhos, como à própria ordem legal interna. A vida móvel e agitada fêz do gaúcho um verdadeiro beduíno da campanha.

O gaúcho criou o caudilho. Para êste, só há uma forma de autoridade e de justiça: a que se funda na fôrça. Vive da guerra. E como vive da guerra, está sempre disposto a correr contra os que representam a lei.

A aversão a todo poder político tornou-se latente na alma do caudilho. Primeiro, levantou-se contra a Espanha; depois contra o Brasil.

O que é de notar é que à tendência de repulsa a todo jugo aliou, numa solidariedade moral, que parecia mais forte que um vago nacionalismo a esboçar-se, as populações do Uruguai e da nossa província do extremo sul. Por ali não houve nunca fronteiras que impedissem aquelas populações de auxiliar-se em tôdas as lutas que tiveram de travar.

Logo que se libertou, e se constituiu em república a Banda Oriental, conceberam os rio-grandenses o projeto de separação da província; e não tardou que o arvorassem como causa patriótica, que os caudilhos vizinhos tomaram também como sua.

Sobretudo, depois dos sucessos do 7 de abril, ganhou terreno a idéia de revolução em tôda a província. Com a abdicação do Imperador tinham mudado sùbitamente as condições da política interna. Os vínculos de união entre as províncias muito se ressentiram daquela defecção de uma autori-

dade soberana. O govêrno da Regência não tinha prestígio e carecia de recursos para suprir pela fôrça o que lhe faltava de ascendente moral.

A situação era, pois, propícia aos planos que se tramavam.

Para fazer explodir a bomba escorvada, era bastante uma faísca.

O presidente Fernandes Braga, que chegara em maio de 1834 a Pôrto Alegre, é que vai provocar o rompimento, mostrando-se infenso aos sentimentos liberais da população.

Estavam já entendidos os chefes de mais prestígio, quando o presidente Braga, alarmado, tenta sufocar no nascedouro o movimento preparado. Uma patrulha de vigilância, porém, que saíra a explorar as imediações da praça, é acometida por uma emboscada de rebeldes, e o presidente, sem meios de resistência, deixa Pôrto Alegre embarcando para a cidade de Rio Grande.

2. No dia seguinte (21 de setembro de 1835) entravam os revolucionários com Bento Gonçalves na capital. Ali dão posse ao Dr. Marciano Pereira, 4.º vice-presidente da província, na ausência dos outros. Tudo simulavam os insurretos fazer de acôrdo com as leis vigentes, e até dando vivas à Constituição do Império e a D. Pedro II.

Para integrar na província o domínio da revolução, investe-se a praça de Rio Grande, obrigando Fernandes Braga a fugir para a côrte.

Pensando que ainda era tempo de conciliar aquêles ânimos, nomeou a Regência, presidente da província, ao Dr. José de Araújo Ribeiro, que era rio-grandense, e até muito de perto relacionado com alguns chefes da revolução.

Sabendo, porém, que ali não conseguiria empossar-se, devido à oposição da Assembléia provincial e ao estado de exaltação do ânimo público, fê-lo mesmo na cidade do Rio Grande, onde assumiu o cargo a 15 de janeiro (1836), perante a Câmara Municipal. Enquanto isso, a Assembléia Legislativa dava posse ao novo presidente revolucionário, Dr. Américo de Melo, por ter o outro renunciado o cargo. Ficavam agora, os dois presidentes, o legalista em Rio Grande e o rebelde em Pôrto Alegre, a revidar-se golpes sôbre golpes.

E põem-se os dois partidos em campo, a emular no selvagem furor com que se atacam.

Bento Manuel Ribeiro, um dos caudilhos de mais prestígio, passa-se francamente para as hostes da reação.

Os primeiros encontros são quase todos desfavoráveis aos revoltosos. Bastava, porém, qualquer pequeno sucesso para reacender-lhes a coragem.

Por meados de 1836, vai uma notícia surpreendente dar grande impulso ao movimento revolucionário: a da demissão de Araújo Ribeiro. Êste ato impensado da Regência consternou os legalistas. Clamaram êles para a

côrte, e o govêrno atendeu aos clamores; mas o presidente já se sentiu sem a mesma fôrça moral com que ia dirigindo a causa do Império.

3. Mas, ainda pelo mês de junho daquele mesmo ano, sofrem os insurgentes um golpe de grande efeito: apoderam-se de Pôrto Alegre as fôrças legais.

Sentiram fundo os revoltosos a importância dêste revés. Acode Bento Gonçalves, e sitia a capital. Vem desoprimi-la Bento Ribeiro. Transfere aquêle o seu acampamento para Viamão.

Estavam agora, os legalistas, senhores da capital e tendo completamente livre a entrada do Guaíba.

Dali a uns três meses, porém, a estrondosa vitória do Seival vem ressarcir, até certo ponto, aos insurretos, os últimos desastres. Mal poderiam êles prever que seriam logo feridos de outro de mais vulto.

Vendo-se em situação de grande risco em Viamão, resolveu Bento Gonçalves passar com suas fôrças para a campanha. Neste intento, ao atravessar o rio Jacuí, viu-se impedido na ilhota do Fanfa, que foi logo cercada pela esquadrilha imperial. Ali resistiu durante muitas horas, sendo afinal forçado a render-se, caindo êle próprio, com mais de 500 patriotas, prisioneiros de Bento Manuel.

Pensou-se que se havia pôsto têrmo à luta. Foram Bento Gonçalves, Onofre Pires, Côrte-Real, e outros chefes enviados para o Rio de Janeiro, e recolhidos a várias fortalezas.

Nem por isso esmoreceram com êste golpe os farroupilhas. Cuidam antes, como revide ao infortúnio, de dar à revolução o caráter de protesto formal contra as instituições. Reunidos quase todos os corifeus na vila de Piratinim, no dia 6 de novembro (1836), foi solenemente proclamada a independência da província, e constituída em nação soberana, "com o título de República Rio-Grandense". Elegeram-se, ato contínuo, as altas autoridades do novo Estado, sendo escolhido para a presidência da República Bento Gonçalves, e durante o impedimento dêste, Vasconcelos Jardim, que foi logo empossado.

Proclamada a República, tratou-se de constituir o govêrno do novo Estado e a administração civil. Adotaram-se, provisòriamente, as leis do Império, e de acôrdo com elas se organizou o funcionalismo.

Grande susto vêm causar na côrte aquêles acontecimentos, seguidos logo de violenta recrudescência da guerra.

4. Sempre vacilante quanto às providências com que pretende remediar a situação do Sul, cometeu a Regência novo êrro, demitindo outra vez o presidente Araújo Ribeiro e nomeando-lhe em lugar o general Antero de Brito.

Chegou êste a Pôrto Alegre, achando tudo em más condições, e intimando o ex-presidente a deixar sem detença a província. Parecia muito seguro do seu ofício, e ansioso por dar provas de si mudando instantâneamente a sorte das armas em favor do Império.

Fêz, no entanto, o contrário disso, dando lugar a queixas e despeitos entre os próprios legalistas. Um dos que mais fundo se desgostaram foi Bento Manuel, que exercia o cargo de comandante das armas. Entendeu Antero que devia, com jeito e perfídia, levá-lo a deixar o cargo. Bento Manuel fingiu que nada percebia, e formou o seu plano.

Tendo tomado em Pôrto Alegre as medidas com que presumia corrigir os erros do seu antecessor, persuadiu-se Antero de que só a sua presença na campanha seria bastante para fazer logo triunfar a causa imperial. Resolveu, pois, visitar o acampamento de Alegrete, dando aviso disso a Bento Manuel.

Com grande aparato, "acompanhado de luzido estado-maior e de vistoso séqüito de funcionários", chegou no dia 23 de março (1837) à noite, ao passo do Tapevi. Apresentou-se-lhe ali um piquête de 100 homens, que êle supôs ser uma guarda de honra que lhe enviava o ex-comandante das armas, e que não era mais que uma escolta que o prendeu, conduzindo-o ao acampamento de Bento Ribeiro.

Alguns oficiais da comitiva conseguiram fugir a tôda pressa para Pôrto Alegre, onde a notícia do sucesso produziu pânico e indescritível furor.

Estava Bento Manuel Ribeiro de novo com a revolução, e esta retemperada de entusiasmo em tôda a campanha, e tomando proporções assustadoras. Em menos de dois meses, tomam os republicanos a importante praça de Rio Pardo; e no dia 11 de maio vai Antônio Neto intimar a própria capital da província a render-se, pondo-lhe em seguida o segundo e longo assédio, que desta vez durou quase quatro anos.

Para incender ainda mais o ânimo dos patriotas, chegava, pelos fins de 1837, a Piratinim, o grande chefe Bento Gonçalves, que tendo conseguido evadir-se da sua prisão na Bahia, viera embarcado até Santa Catarina, e dali, por terra, ao Rio Grande.

Pode imaginar-se o delírio, com que foi recebido pelos seus companheiros de causa o glorioso herói.

5. O govêrno imperial atordoado com os acontecimentos, quase que se limita a mudar a autoridade superior da província. Tinha mandado, havia alguns meses, como presidente, o Dr. Feliciano Nunes Pires; manda agora (já estava na Regência Araújo Lima) o marechal Elisiário de Brito (novembro de 1837).

Começa êste por um novo desastre em Rio Pardo. Alarma-se tôda a legalidade e clama para a côrte; enquanto os revolucionários exultam da fortuna com que levam o seu ideal.

Por princípios de março (1838) chega a Piratinim Giuseppe Garibaldi, a quem se vai entregar o comando de uma esquadrilha de lanchões de guerra que se estavam construindo.

De julho por diante vai, pois, ter a jovem República o concurso naval que até então lhe faltara. Garibaldi e os seus marujos não descansam mais um instante no cruzeiro de tôda a vasta lagoa.

A situação para as armas imperiais é dolorosa. Em poder dos legalistas estão apenas Rio Grande, São José do Norte, e Pôrto Alegre: tudo mais na província está em poder dos revoltosos. Já se julga aquela causa a caminho de definitivo triunfo.

E' neste momento que Bento Gonçalves lança aos povos do continente o seu famoso manifesto, no qual se sente a solenidade de uma voz que fala para o mundo numa grande ânsia de ser ouvida.

O marechal Elisiário sofre um novo revés, e perde a coragem. Reina discórdia entre os legalistas.

Em tal conjuntura, resolve o Regente enviar ao Rio Grande o próprio ministro da Guerra. Vai êste, vencendo alguns embaraços, chegar a 28 de março, a Pôrto Alegre; e não fêz mais do que tomar algumas medidas em relação à ordem das operações, e logo se pôs de volta para o Rio, muito persuadido de que a revolução está em vésperas de ser debelada.

Por sua parte, estão os republicanos seguros do triunfo, e não perdem a esperança de que também nas outras províncias ainda se insurja o espírito liberal.

Tanto o ministro da Guerra como os revolucionários, iludiam-se deploràvelmente.

A situação, desde alguns meses, é a mesma: as tropas do govêrno guardando as três praças que estão em seu poder; a revolução, senhora de tudo mais, e no entanto sem meios de sair daquele encalhe, pois as fôrças navais do Império dominam na lagoa, enquanto os lanchões da República andam fechados nos recôncavos e esteiros.

6. Por meados de 1839, toma o govêrno imperial de novo a providência de mudar o presidente e o comandante das armas, nomeando para êsse cargos, respectivamente, o Dr. Saturnino de Sousa e Oliveira e o marechal Manuel Jorge Rodrigues.

Pelo seu lado, cuidam os republicanos de estender a influência da revolução, e pô-la em contato com o mundo, fazendo sair para o mar a flotilha de guerra.

Como a barra do Rio Grande está fechada, concebeu Garibaldi o plano temerário de transportar por terra ao menos os dois lanchões que estavam sob o seu imediato comando. E mal concebeu, tão depressa o executou,

conseguindo, de uma enseada da lagoa, arrastar as duas embarcações até o lago Tramandaí, de onde fàcilmente alcançou o oceano.

Enquanto isso, Davi Canabarro, com uma divisão de cêrca de 1 000 homens, invadia Santa Catarina, tomando a vila de Lajes, e operando junção com a gente de Garibaldi, marcham sôbre a vila da Laguna. Estava esta defendida por fôrças de linha e por alguns barcos armados em guerra. Ataca-se a praça. Principalmente na baía, combate-se durante dois dias ou três; e no dia 23 de julho (1839) cai Laguna em poder da revolução. No outro dia (24 de julho) era proclamada a República Catarinense, passando Laguna, erigida em cidade, sob o nome de *Juliana*, a ser a capital do novo Estado.

Cometeram os revolucionários o êrro de não avançar imediatamente para o norte, dando assim tempo a que o govêrno imperial se prevenisse para enérgica reação.

Durou quatro meses a nova República. Atacada por terra e pelo mar, no dia 15 de novembro (1839), rendia-se Laguna.

Canabarro e Garibaldi, com os seus, retiram por terra, travando em caminho porfiados combates, mas indo chegar a Viamão sem grandes perdas.

Nenhum proveito auferiram os republicanos rio-grandenses de semelhante expedição: antes, sofreram grandes prejuízos, não sendo o menor o efeito moral do desastre.

Enquanto se distraíam aquelas fôrças para o norte, ganhavam as armas legais certas vantagens na campanha. Pelos primeiros meses de 1840, sente-se que declina o entusiasmo dos patriotas.

Pela sua parte, não está satisfeita a Regência com os seus delegados na província, e aplica a sua panacéia heróica, subtituindo-os pelo marechal Soares de Andréa, a quem já se devia a pronta restauração da Laguna.

7. Começa Andréa contando com certas vantagens. Bento Manuel dá um novo salto, abandonando, agora definitivamente, as fileiras da revolução. Pelos princípios de agôsto recebe-se na província a notícia da proclamação da maioridade: fato que se julgava auspicioso para a causa legal. Distribuiu-se um manifesto do Imperador dirigido aos revolucionários. Ofereceu-se anistia aos que depusessem as armas. E até se ordenou uma suspensão de operações bélicas, na esperança de que produzissem efeitos êsses bons sinais.

Todos os esforços do govêrno imperial porém, se frustraram. Só a fôrça é que poderia vencer a obstinação dos rebeldes. E reacende-se a guerra.

O grosso do exército republicano passa de Viamão para a campanha, onde as hostes vão perseguir-se com renovado furor.

Aflito com a situação, nomeia o govêrno outra vez o Dr. Saturnino de Oliveira para a presidência da província, e o Conde do Rio Pardo para o comando das armas (abril de 1841). Sem nada adiantar, passou-se todo o resto do ano e os primeiros meses de 1842. Enquanto a notícia dos acontecimentos de São Paulo e de Minas (1842) vai reencorajar os patriotas, não se dissimula o esmorecimento dos legalistas.

E' nestas condições que o govêrno imperial manda para o Sul o Barão de Caxias. Assim que se empossou, em Pôrto Alegre (9 de novembro de 1843), fêz o novo chefe do exército sentir que ia ao Rio Grande deliberado a pôr em prática os mesmos processos (a ação das armas como auxiliar da ação moral) de que tão bons frutos colhera nas três províncias onde acabava de restaurar a ordem.

E com efeito, agiu tão seguro e enérgico, e tão sàbiamente, que deixou prever logo como a sorte da guerra ia mudar.

Os republicanos desafrontaram-se de tudo aquilo, instalando em Alegrete (a 1.º de dezembro) o seu Congresso Constituinte.

Segue, no entanto, Caxias, imperturbável o seu caminho. A guerra torna-se aflitiva. Todo o ano de 1844 se encheu de refregas contínuas; até que os revolucionários começaram a mostrar desejos de reconciliação.

No dia 27 de fevereiro de 1845 pactuou-se, enfim, a paz em Poncho-Verde.

QUESTÕES CONEXAS: — *República Catarinense. — Anita Garibaldi. — A Assembléia Constituinte da Nação Rio-grandense. — Bento Gonçalves e Onofre Pires. — As condições da paz.*

LUTAS CIVIS ATÉ 1849

1. Os movimentos que se vão dar agora em São Paulo, em Minas (1842) e em Pernambuco (1848) quase que se reduzem, com alguma restrição quanto ao desta última província, a simples questões de partidos, sem nenhum ideal político.

Os que irrompem naquelas duas primeiras províncias não passaram de protestos contra o gabinete que se organizou, a 23 de março, e que sucedeu ao liberal de 24 de julho, que se chamou — da maioridade.

O pretexto para as rebeliões de São Paulo e de Minas foram as leis de 23 de novembro (que criou o Conselho de Estado) e de 3 de dezembro de 1841 (que reformou o Código do Processo).

Entenderam os liberais, vencidos nas Câmaras, que deviam impedir a execução dessas leis. Primeiro fizeram grande campanha pela imprensa; agitaram a opinião nos clubes; dirigiram representações ao Imperador. E quando se convenceram de que nada valiam tais expedientes, apelaram para as armas.

Combinaram os chefes em que a revolução rompesse simultâneamente em São Paulo e em Minas; e só devido à dificuldade de comunicações é que em São Paulo se antecipou o levante.

Assim que fôra demitido da presidência desta província o brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, começaram a correr atoardas, e não demorou que se sentissem prenúncios de borrasca iminente.

A dissolução da Câmara, eleita sob a influência do ministério despedido, e antes que ela se instalasse, foi como um sinal para os conjurados.

Na manhã de 17 de maio, na cidade de Sorocaba, rompe o levante, a cuja frente estava o brigadeiro Tobias, arvorado em presidente interino da província "em nome do Imperador".

Distribuiu logo, o chefe rebelde, uma proclamação ao povo paulista. Com grande atividade e entusiasmo preparam-se fôrças para investir a capital.

Mal se puseram essas fôrças em marcha, corre entre elas a notícia de que ao seu encontro já estão em caminho tropas legalistas. E não tardou que começassem a esmorecer os insurgentes.

2. Havia, com efeito, chegado a São Paulo, o Barão de Caxias, e com a sua *coluna pacificadora*, em poucos dias organizada, saíra dali e avançara até proximidades do sítio onde sabia que estavam acampados os revoltosos.

Fiel aos seus processos de apelar para a razão antes de recorrer às armas, dirigiu-se Caxias ao comandante dos rebeldes, aconselhando-o a desistir daquele intento; e como nada conseguisse, ordenou a ofensiva.

Tanto bastou para que fôssem recuando os insurgentes. Começa entre êstes a defecção que o susto e a desilusão impõem. Opera-se logo a reação em algumas localidades. Levantam-se os legalistas em Campinas, e expulsam dali as fôrças rebeldes, que assentam o seu quartel na Venda Grande.

Tenta Rafael Tobias retomar Campinas, mas não passa de Itu, por ter sabido que a cidade já está em poder dos legalistas. Atacam êstes e destroçam o acampamento da Venda Grande.

Os revolucionários sentem-se perdidos, e cada um procura salvar-se pela fuga.

Regressa Tobias a Sorocaba; e ali, sabendo que o exército legal se aproximava, cuidou também de fugir.

Foi o Barão de Caxias encontrar na cidade, de todos os chefes do levante, apenas o padre Feijó, que foi recolhido à prisão.

Enquanto se davam êsses fatos no Sul da província, em alguns lugares do Norte desordens semelhantes ocorriam. O principal núcleo da agitação era a vila de Lorena, sendo o chefe liberal de mais prestígio o padre Manuel Teotônio de Castro.

Assim que foram nomeadas as novas autoridades, em virtude da lei de 3 de dezembro, fêz o padre Teotônio constar em tôda a zona que "seriam mortos os que se apresentassem para se empossar dos cargos".

Não dando importância a semelhante ameaça, um subdelegado da vila de Silveiras entendeu que devia tomar conta do pôsto. Manda contra êle o padre Teotônio uma poderosa escolta que o matou aleivosamente.

O padre Teotônio continuou a imperar em Lorena por muitos dias, enquanto os seus asseclas traziam as imediações em grande alarma.

Afinal, só o destrôço dos sorocabanos pôs têrmo àqueles desvarios.

Tendo a província reentrado em paz, retirou-se o Barão de Caxias para o Rio, onde chegou a 23 de julho.

3. Mal chegara ao Rio, e tinha logo o Barão de Caxias de partir para Minas, onde ia acesa a guerra civil que rompera umas três semanas depois da de São Paulo.

Explodira em Barbacena, onde no dia 10 de junho os chefes conjurados aclamaram presidente interino da província o coronel José Feliciano Pinto Coelho da Cunha.

Espalhou-se a notícia da revolta, que foi recebida com entusiasmo em muitas vilas, principalmente nas de Sabará, Queluz e do Pomba. Em menos de um mês estavam os insurretos dominando a parte mais populosa da província, tendo o presidente interino estabelecido a sede provisória do seu govêrno em São João d'El-Rei.

Tomara desta vez o govêrno imperial enérgicas medidas, parecendo que se impressionara mais com êste movimento de Minas, que parecia mais grave que o de São Paulo.

Expediram-se logo para a nova província rebelada as primeiras fôrças com o coronel José Joaquim de Lima e Silva. Com a entrada dessas fôrças, coincidiram boatos de derrota dos paulistas e notícias das medidas enérgicas tomadas pelo govêrno.

No risco de ver em declínio a coragem dos insurgentes com a restauração da legalidade em quase tôda a zona do Sul, resolvem os revolucionários congregar tôdas as suas fôrças, e marchar sôbre Ouro Prêto.

Tiveram primeiramente de defender Queluz, atacada pelos legalistas, que conseguiram repelir.

Conquanto enaltecidos com esta vitória, sabendo que o Barão de Caxias já estava em Ouro Prêto, renunciaram os rebeldes à investida da capital.

Começa a lavrar a discórdia entre êles. Pensam já muitos em depor as armas. O próprio Teófilo Otoni, o chefe intelectual da revolução, propõe formalmente em conselho, no arraial de Bocaina, que se fôssem todos apresentar submissos ao general em chefe do exército legal.

Houve, a respeito, divergência entre os vários cabecilhas; e como naquele momento se recebesse um grande refôrço, decidiram-se os mais deliberados a continuar a guerra, prosseguindo em sua marcha para o norte.

4. Logo que entrara em Minas, tivera o Barão de Caxias notícia de que os rebeldes se dirigiam contra Ouro Prêto; e apressara-se em socorrer a capital, enquanto êles liquidavam na Bocaina os seus dissídios.

Tendo ocupado Ouro Prêto, e sabendo que os insurgentes iam a caminho de Santa Luzia, reuniu Caxias as suas fôrças em Sabará e Caeté, e foi dar-lhes combate naquele arraial.

A luta ali foi tremenda: e só à estratégia do general em chefe deveram os legalistas a vitória.

Tomaram os rebeldes caminho da Lagoa Santa, e ali dispersaram-se.

Fôrças que estavam em outros pontos foram-se apresentando e depondo as armas.

O curioso é que o protesto daquela gente passa agora dos campos de batalha para a imprensa. Os próprios chefes vencidos e prisioneiros empreendem a publicação de um periódico, o *Itacolomi*, em cujas colunas faziam grandes queixas e acusações contra o govêrno. Explicando depois, a criação da fôlha, disse Teófilo Otoni: "Reparávamos assim o grande êrro que havíamos cometido recorrendo às armas; não cessamos, porém, de estigmatizar os atos inconstitucionais que tinham dado causa ao movimento".

Foram os presos julgados pelas justiças ordinárias, e na grande maioria absolvidos. Aos demais, aproveitou a anistia de 14 de março de 1844.

Era a primeira vez que se não sacrificavam vidas por motivos políticos.

5. Discutem-se ainda hoje as causas da rebelião de Pernambuco, parecendo que na veemência de paixões com que se travam aquelas lutas é que se fundam quantos negam que os revolucionários tivessem qualquer pensamento político, ou defendessem causa capaz de legitimar uma revolução. A êsses, no entanto, conviria lembrar que no seu manifesto (de 25 de novembro) diziam os chefes insurgentes que os seus adversários estavam "sacrificando a atual forma de govêrno, ou a integridade do Império". E ainda, que de outros documentos transparece alguma coisa que não queriam dizer claro. Até o programa, que afinal tiveram de adotar,

consignava idéias e reformas de um radicalismo que não se sabe como é que se acomodaria nos moldes das instituições juradas; e tanto assim que se exigia, como sendo a medida de maior urgência, a convocação de uma constituinte.

Seja como fôr, o que é inegável é que êste movimento de 1848, que é o último sob o regime monárquico, tem caráter mais grave que as revoltas de São Paulo e de Minas.

Em 1844, com a queda do gabinete conservador (a 31 de janeiro), cuidaram os liberais pernambucanos de "fortalecer-se por todos os modos, entregando aos amigos todos os empregos públicos, e até distribuindo-lhe em profusão armas e munições", como se lhes quisessem dizer assim que teriam de defender pela fôrça as posições.

Em 1848 (a 29 de setembro) dá-se mudança da situação política. Preparam-se os liberais para impedir a reação na província. O presidente Ferreira Pena tentou contemporizar; mas viu logo que era impossível. Bastou a demissão de algumas autoridades policiais, que praticavam graves abusos numa comarca do interior, para que se incendessem de uma vez os ânimos.

Pelos primeiros dias de novembro começaram a reunir-se grupos armados em Igaraçu, de onde não demoraram a seguir para Nazaré, impedindo logo as comunicações de Recife com o interior da Província. Faziam, ao mesmo tempo, correr uma proclamação impressa, na qual se dizia que o presidente Pena, "vendido ao partido Miguelista, que se acha no poder, unido aos portuguêses do Rio de Janeiro, acaba de dar princípio à tarefa de escravizar os pernambucanos"... acrescentando-se que "a semelhante vergonha era preferível morrer de armas na mão".

Parte contra os insurgentes o coronel Amorim Bezerra, com grande aparato de fôrças. Retiram êles para o engenho Mussupinho, onde se fortificam. Ali no dia 14 de novembro, são destroçados pelos legalistas.

Três dias depois chegava a Recife o Dr. Joaquim Nunes Machado.

6. Com o concurso dêste homem, que era o chefe liberal de mais prestígio, toma a rebelião grande incremento.

Concentram-se agora, os insurretos, nas matas do Catucá. Para ali afluem novos corifeus, entre os quais Antônio Borges da Fonseca, que se fêz o caudilho mais famoso da insurreição.

Começaram logo a dar-se refregas mais ou menos violentas entre fôrças legais e quadrilhas destacadas de rebeldes.

Obrigados a sair do Catucá, vão os insurgentes apoderar-se de Goiana, onde recebem auxílios da Paraíba. Em seguida a alguns combates, transferem o seu acampamento para Igaraçu.

Por aquêles dias (a 25 de dezembro) assumia o govêrno da Província o novo Presidente, Dr. Manuel Vieira Tosta. Proclamou êste, assegurando

aos pernambucanos que ia governar com justiça, e oferecendo perdão aos revoltosos.

A imprensa liberal recebeu-o com ímpetos de repulsa; e os chefes que ainda estavam em Recife, partem agora para a campanha, depois de distribuírem proclamação dizendo que era preciso salvar Pernambuco de "uma conquista, tanto mais ignóbil e aviltante, quanto tem por objeto dar ganho de causa aos portuguêses".

O presidente Tosta, afetando indiferença, a tudo isso, cuidou de agir com decisão e energia; enquanto os insurretos, reunidos em Água Preta (contando já com cêrca de 2 000 homens), planejam ataque à capital.

Como tivesse contra êles partido o brigadeiro José Joaquim Coelho, puseram-se, por sua vez, em marcha sôbre Recife; e na manhã de 2 de fevereiro de 1849 entram no bairro de Santo Antônio, combatendo desesperadamente nas ruas e praças.

O espetáculo então foi horroroso.

Conquanto tivessem acudido à defesa da cidade as fôrças do Brigadeiro Coelho, que retrocederam do caminho, a luta continuou feroz: até que com o desastre que vitimou a Nunes Machado, tiveram os rebeldes de retirar.

Acreditou-se que estava dado o golpe de morte na revolução.

Mas os insurgentes deixaram Recife mais incendidos ainda pela sua causa. Reorganizam as suas fôrças, e dividem-nas agora em duas colunas: uma que marchou com o capitão Pedro Ivo para o Sul e outra que tomou rumo do Norte, com destino à Paraíba, onde se esperava receber grandes auxílios.

7. Entrou, com efeito, a coluna do Norte, na Paraíba, e foi até Brejo d'Areia, alarmando tôda a Província. Ali, porém, não pôde resistir às fôrças pernambucanas que lhe foram ao encalço.

Saindo de Areia, reentrou a coluna em Pernambuco, estabelecendo acampamento em Pasmado.

Não era mais possível disfarçar o fundo desânimo em que caem os insurgentes. Só não se desiludia daquela causa sem fortuna o altivo e obstinado Borges da Fonseca. Em conselho, por influência do inquebrantável caudilho, resolve-se continuar a guerra. Enquanto alguns outros chefes partem para o Sul, vai êle próprio de novo à Paraíba. Teve, porém, de regressar apressadamente sem nada haver conseguido. Ao chegar a Pasmado, já não encontrou alguns cabos que tinham ficado ali: haviam abandonado a revolução; e tôda a gente debandara.

Como se desenganasse de entendimentos com o chefe das fôrças imperiais, deliberou Fonseca levar agora, por sua conta, a guerra. Aquilo já

Duque de Caxias, Luís Alves de Lima e Silva.

Passagem de Tonelero.

Combate da Laguna.

era mais alucinação e fanatismo do que intento de razão. Aquêle esfôrço era aflição de agonia.

Sabendo que iam atacá-lo, refugiou-se com o seu bando na mata vizinha do Cabu. Ali foi apanhado de surprêsa.

Pela tarde de 31 de março chegava o prêso a Recife. Grande massa de povo aglomerava-se nas ruas. Ao lado de um oficial, e escoltado por 80 praças, "calmo e de fronte erguida, olhando para um e outro lado, como ufano de si mesmo, não parecia Borges da Fonseca um prisioneiro e vencido".

A coluna do Sul não foi mais feliz que a do Norte. Os chefes civis, convencidos de que estava perdida aquela causa, apressaram-se a sair da província.

Pedro Ivo, inteiramente desprovido de recursos, não pôde ficar muito tempo em Água Preta, onde estacionara.

Perseguido por fôrças legais, internou-se com sua gente no sertão, onde ficou a errar, mais com receio de entregar-se, do que obstinado na luta. Até que, ao cabo de mais de um ano, induzido pelo próprio pai, apresentou-se às autoridades, sendo enviado prêso para o Rio.

Cumpria sentença na fortaleza da Laje, quando conseguiu evadir-se. Tomando passagem para Pernambuco, dizem que em viagem veio a falecer.

Assim acabou aquêle, que foi o último dos movimentos que encheram todo o longo período da nossa organização política.

QUESTÕES CONEXAS: — *O padre Feijó e o seu jornal.* — *A prisão de Feijó.* — *A fuga de Rafael Tobias.* — *O combate da Venda Grande.* — *A batalha de Santa Luzia.* — *Aversão aos portuguêses em Pernambuco.* — Guabirus *e* Praieiros. — *Nunes Machado.* — *Borges da Fonseca.* — *Pedro Ivo.*

GUERRA CONTRA ROSAS

1. Desde que realizaram a sua independência, pensaram os argentinos em unir num só Estado tôdas as províncias que tinham formado a antiga vice-realeza de Buenos Aires. Com a solução, em 1828, do caso da Cisplatina, poderia julgar-se desvanecido êsse grande sonho.

Passados, porém, alguns anos, eis que retoma D. João Manuel de Rosas o velho pensamemto. Aliás, desde o seu primeiro govêrno, começara êle a preparar condições para levar avante o seu intento. Cogitou primeiro do Estado Oriental: o Paraguai ficaria para depois.

Cuidou de fazer a sua política em Montevidéo. Contava para isso com alguns caudilhos, entre os quais Lavalleja e Oribe, que eram uruguaios. Entraram êstes a criar os maiores embaraços para Frutuoso Rivera, que havia sido eleito presidente da República.

Rebateu Rivera a semelhantes manobras, fazendo uma política de paz e de justiça. Esforçou-se mesmo por desvanecer as deploráveis veleidades daqueles compatriotas; e não trepidou em chamar a si a Manuel Oribe, e fazê-lo seu ministro da Guerra; enquanto o outro ficava dirigindo a oposição.

Ia tudo para Rosa às mil maravilhas. Soube Oribe portar-se com tanta habilidade e astúcia que o próprio Rivera o fêz eleger para seu sucessor na presidência da República.

A posse de Oribe quase que coincide com a nova elevação de Rosas ao govêrno de Buenos Aires (abril de 1835), e agora "sem limitação de poderes", quer dizer, como ditador.

E põe logo Oribe mãos à sua tarefa, de acôrdo com o patrono, já senhor absoluto da Capital vizinha. Apressou-se em desfazer muitos atos do seu antecessor, e em procurar por todos os meios destruir a grande influência de Riviera, único empecilho, que encontravam os planos de Rosas.

Oribe não vacilou em demitir do comando geral da campanha aquêle mesmo de quem fôra ministro, e a quem devia o cargo em que se acha.

Declara-se assim, entre os dois caudilhos, uma guerra de morte: Oribe ostentosamente protegido pelo ditador de Buenos Aires; e Rivera, com o seu grande prestígio.

Começa então, uma luta tremenda, a que Oribe não resiste. Perante a Assembléia Geral da República, renuncia êle o seu alto pôsto (1838) e retira-se para Buenos Aires.

2. Rosas, porém, não se conformou com êste desastre: induziu o renunciante a protestar contra aquela renúncia forçada, e a preparar-se para volver à pátria como presidente restaurador da ordem.

Enquanto Oribe organiza um grande corpo de exército para invadir o Estado Oriental, vão pequenas quadrilhas alarmando as fronteiras, pondo em sustos tôda a campanha. Não tardou que entrasse em cena Lavalleja como guarda avançada de Oribe.

Sai contra êle o próprio Rivera, e derrota-o nos campos de Calorda.

Chega então, a vez de Oribe. Depois de haver, durante dois anos, andado como um tufão a castigar as províncias argentinas que resistiam à ditadura, pôs-se êle à frente dos 1 400 homens que estavam prontos. Derrota fôrças de Rivera na batalha de Arroio Grande, degolando todos os prisioneiros (cêrca de 800!); e atravessa o Uruguai, marchando lentamente sôbre Montevidéo.

Acode Rivera à capital ameaçada. Tendo fortificado e guarnecido a praça, entregou o govêrno a seu substituto, D. Joaquim Suarez, e pôs-se à frente do exército.

No dia 16 de fevereiro de 1843, apresentou-se Oribe diante de Montevidéo, anunciando, por uma salva de 21 tiros, que estava iniciado o sítio da praça. Fechava-se por terra a linha de assédio, enquanto a esquadrilha de Rosas bloqueava o pôrto.

E vai começar aquela fantástica epopéia, que não tem símile na história dos tempos modernos. O sítio de Montevidéo, estabelecido em princípios de 1843, só terminou pelos fins de 1851; e tais episódios encheram êsses quase nove anos de angústias e heroísmos que chegaram a repercutir em todo o mundo, comovendo e espantando a própria Europa.

E onde estava então a alma da América? Parecia também transida de horror, mas acautelada no seu silêncio.

O Império mantinha relações com o govêrno do ditador argentino; mas quando viu Rosas avêsso ao concertado no Rio de Janeiro (porque incluía ratificação aos princípios do convênio de (1828) alarmou-se o govêrno imperial.

Ainda assim, alarma-se com excessiva prudência. Limitou-se a reconhecer oficialmente a república do Paraguai, e a fornecer-lhe elementos de defesa, mandando-lhe instrutores militares, e engenheiros que lhe construíram fortificações em vários pontos, entre as quais as de Humaitá.

Em Montevidéo todo mundo — orientais e estrangeiros, até mulheres e crianças — leva o sacrifício. Nem se pode imaginar o que se passa ali, dia e noite, nas imediações daquela que Dumas chamou — a *nova Tróia!* Nem é possível descrever as tragédias que se passam dentro daqueles muros: as aflições das famílias; os sustos, os rebates que marcam os instantes daquelas multidões de vidas espreitadas pela morte. E, fora das linhas de defesa — o rumor das armas, o alarido dos assaltos, as refregas contínuas, as alternativas de vitórias e destroços.

3. Não menos que em volta de Montevidéo andavam tremendas as lutas na campanha. Quase tôdas as fôrças postas em ação, de uma parte e de outra, eram de cavalaria. Os inimigos, como hordas em furor de extermínio, perseguem-se, caçam-se uns aos outros em verdadeira insânia.

Sendo muito superiores as fôrças de Oribe, passa Rivera dois anos a evitar encontros formais. Até que um grande revés (em Paso de la Palomba) pareceu aniquilar de todo aquela resistência à tirania.

Rivera, porém, não esmoreceu. Pondo em ação a sua popularidade, consegue reorganizar o seu exército; e não demorou que daquele desastre se ressarcisse completamente pela vitória de Solis. Planeia então uma investida aos sitiantes de Montevidéo.

Clama Oribe para Buenos Aires; e entra em cena o então sequaz de Rosas, o general Urquiza, de Entre-Rios.

E' então Rivera batido em vários encontros, e afinal desbaratado na batalha de India-Muerta (28 de março de 1845). Com um pugilo de bravos, sustenta Brígido Silveira a luta durante dois anos; até que eliminados, um por um, aquêles heróis, conseguiu Silveira, único sobrevivente, entrar em Montevidéo. O sítio já custara à praça angustiada mais de 3 000 vidas, entre as quais a do indômito Marcelino Sosa, que Dumas apelida — o Heitor da nova Tróia.

Tentam, ou fingem tentar neste momento, os representantes da Inglaterra e da França, uma solução por acôrdo. Exigem para isso dos sitiados uma suspensão de armas. Acedem êles... mas ficam esperando...

Rivera, que depois da derrota de India-Muerta se refugiara no Rio Grande, e que dali viera ao Rio, apresenta-se agora, parecendo já mudado, a agravar ainda mais a situação da praça amargurada. Afinal, arreda-se o caudilho.

Tanto a obstinada repulsa de Rosas irrita aquêles medianeiros que as duas esquadras, da França e da Inglaterra, tiveram de entrar em ação. Pede ainda o tirano, até com arrogância, o concurso do Brasil contra a intervenção estrangeira.

E o Império declara-se neutro.

Tornam-se então terríveis as lutas, tanto no mar como em terra. Rosas vai firme e impávido, exaltado de estar exercendo um grande papel na história da América. E o que é certo é que a ação das potências interventoras andava indecisa ante sua temeridade. Quanto mais as desafiava êle, mais a Inglaterra e a França pareciam empenhadas em moderar-lhe os assomos e chamá-lo a uma boa inteligência. E' claro: o que elas querem é salvar por ali os seus interêsses; e vendo que Rosas é com efeito o senhor supremo, buscam de preferência entender-se com êle, em vez de se afoitarem de uma vez a reduzi-lo pelas armas.

4. No meio de tudo, ia o Império mantendo sua neutralidade.

Afinal, aquelas duas potências tratam com o ditador, abandonando a causa de Montevidéo!

Estava Rosas no auge do seu poder. O Paraguai e o Estado Oriental estremeceram.

Felizmente, vem agora o destino embargar a fortuna do tirano. Urquiza estava cansado de servir a ditadura, e começa a cuidar de si. Levanta-se mesmo como um rival diante de Rosas. Ao mesmo tempo, fatigados de clamar contra extorsões e vexames que sofrem desde muito na campanha oriental compatriotas ali residentes, entra no território da República um grupo de guerrilheiros rio-grandenses, e vai travando lutas com as quadri-

lhas de Oribe. Bramou Rosas, desabrido e imperioso, e fêz retirar do Rio de Janeiro o seu agente.

Como a França tivesse suspendido os subsídios com que socorria o Estado Oriental, tomou agora êsse encargo o nosso govêrno. Concertou em seguida alianças, tanto com os governos de Montevidéo e de Assunção, como com os das províncias argentinas que se afastavam de Rosas (Entre-Rios e Corrientes).

Estava feita a liga de reparação, com que parece que o Império quis fortalecer a sua política.

Cuidaram os aliados de organizar, e logo de mover os seus exércitos.

Nomeou o govêrno imperial, para o comando das suas forças, o Conde de Caxias, acumulando o cargo de presidente da província do Rio Grande. Confiou a esquadra a Grenfell. Acreditou, como seu representante diplomático junto dos aliados, o conselheiro Carneiro Leão (futuro Marquês de Paraná).

No dia 4 de maio (1851) surgiu Grenfell com 16 vasos de guerra diante de Montevidéo; e ali, aguardou o momento de cooperar com as fôrças de terra.

Para rebater a audácia do Império, que "não trepidava" em pôr-se à frente da coligação, declarou Rosas agora, francamente, que o seu intento é mesmo anexar, não só o Estado Oriental como a província do Rio Grande do Sul, e promover no Brasil a proclamação da República...

5. Por meados de 1851, Urquiza, que parecia hesitar, começou enfim a mover-se, juntamente com os outros aliados. Passaram o Uruguai cêrca de 10 000 homens; e puseram-se em marcha sôbre Montevidéo.

Por sua parte, saiu de Sant'Ana do Livramento o Conde de Caxias, e tomou rumo de Santa Lúcia, onde se deviam reunir tôdas as fôrças aliadas.

Desde que penetrara no território oriental, foi o nosso exército recebendo a adesão de gente que desertara de Oribe.

Sentiu logo o caudilho que todo o seu esfôrço seria inútil, e que estava perdida aquela causa sacrílega. Fêz ainda insistentes tentativas de alcançar um armistício para retirar-se. Chegou a propor ao general Urquiza que lhe permitisse sair com os argentinos, deixando no país todos os orientais. Tudo, porém, foi inútil.

Vendo-se cercado por todos os lados, e reconhecendo que a fuga lhe era impossível, entrou em concertos para capitulação, assinando com Urquiza o convênio de 8 de outubro de 1851. Muito vanglorioso ainda ficou, de só haver negociado a paz com o governador de Entre-Rios, pois as tropas imperiais estavam ainda em marcha para Santa Lúcia.

A 15 de outubro arvorava o general Garzon, em Montevidéo, as bandeiras dos aliados.

Teve têrmo assim, aquêle assédio, que durara quase nove anos, e que foi uma série contínua de lances de amargura, sem iguais na história americana.

6. Expelidos do Estado Oriental os agentes da tirania, era preciso agora ir destruí-la no seu assento.

Sempre fiel à sua escrupulosa política externa, entendeu o govêrno imperial que era preciso estabelecer com os seus aliados um novo convênio, que regulasse as reponsabilidades da campanha que se vai empreender, e que felizmente foi de curta duração, e de resultados cabais para a causa dos povos platinos.

Assinaram, pois, os aliados (o Brasil, o Uruguai, Entre-Rios e Corrientes) o convênio especial de aliança de 21 de novembro de 1851, e os artigos adicionais de 25 do referido mês e ano.

Urquiza e Virasoro repassaram o rio Uruguai, e foram para Diamante, onde se devia fazer concentração de tôdas as fôrças que iam tomar a ofensiva contra Rosas.

Para ali trasladou-se, sob o comando de Manuel Marques de Sousa (o futuro Conde de Pôrto Alegre), a 1.ª divisão do exército imperial, conduzida em seis vasos de guerra, que subiram o rio Paraná, e tiveram de forçar o passo de Tonelero, onde o general Mansilla, bem fortificado com 16 canhões e 2 000 homens, ofereceu desesperada resistência.

No dia 20 de dezembro estava reunido em Diamante todo o exército aliado, contando um efetivo de 24 000 homens, além de alguns contingentes argentinos que se declararam também contra o ditador.

Pelos fins de dezembro, passou o exército aliado para a margem direita do Paraná, e alguns dias depois marchou para o Sul.

Rosas parecia apavorado. As tropas agressoras, por meados de janeiro (1852), atravessaram o rio das Conchas, sem nenhum sinal de repulsa. Ao mesmo tempo que elas se aproximavam de Lujan, dirigiam-se Caxias e Grenfell para o pôrto de Buenos Aires, indo, no vapor *Afonso*, fundear a duas milhas da quinta de Palermo, residência particular do ditador. Percorreram em seguida as vizinhanças do pôrto, observando, como se preparassem um desembarque.

Afinal, ameaçado por mar e por terra, sentiu Rosas que era preciso afrontar heròicamente aquêle transe. Deixando em Buenos Aires o general Mansilha, tomou êle próprio a frente do seu exército, composto de 22 000 homens das três armas; e saiu de Santos Lugares ao encontro de inimigo. Chegaram os aliados, no dia 2 de fevereiro, ao campo de Caseros, e ali tomaram posições. Pela manhã de 3, apresentaram-se as fôrças do ditador no alto da coxilha chamada Chácara de Caseros.

7. Pelas 8 horas iniciou-se a batalha.

Pelejou-se com violência e furor quase todo o resto do dia.

Ao começar o fogo, estava Rosas, com o seu estado-maior, na varanda de uma casa fronteira ao ponto onde combatia a divisão imperial, sob o comando de Marques de Sousa.

Esmerava-se êle em afetar um certo calculado desdém pelos nossos soldados. Queria desafrontar assim a sua gente. Insistia muito em recomendar à sua artilharia que se alvejassem de preferência os brasileiros, assegurando que bastaria isso para os espantar...

Não demorou muito, porém, que um dos seus ajudantes-de-ordens, observando a resolução com que avançavam os batalhões imperiais, chamasse para isso a atenção do ditador.

Passados alguns minutos fêz ver ainda, o oficial, como investem os brasileiros; e assegurou que se continuam a adiantar-se com aquela celeridade, dentro de alguns minutos estariam pondo em grande risco o próprio ditador ali.

Fixando então, de novo a vista, compreendeu Rosas que a sua estrêla o abandonava. Tomado de pasmo, e talvez do terror do castigo, hesitou por um momento.

Em seguida, desvairado, desceu da varanda, acompanhado do seu séqüito, e todos fugiram a cavalo para a cidade, indo êle pôr-se sob a proteção do ministro inglês, e embarcando logo para a Inglaterra.

Estava destruída aquela terrível tirania. O Império podia ufanar-se de haver cumprido lealmente a sua missão cooperando com os povos platinos naquela obra de paz e de justiça.

QUESTÕES CONEXAS: — *O sonho de união platina.* — *Oribe.* — *O* herói del desierto.

XXI

GUERRA DO PARAGUAI

SUMÁRIO: — Nova intervenção no Uruguai. — Guerra contra López. — Têrmo da guerra contra López.

NOVA INTERVENÇÃO NO URUGUAI

1. E' o ditador do Paraguai, Francisco Solano López, que vai renovar as pretensões de Rosas, de formar no Prata um grande império, rival do Brasil. Para isso preparara-se solícita, mas dissimuladamente; e só aguardava agora, um pretexto para entrar em cena.

Êsse pretexto vai ser a nova intervenção do Império no Estado Oriental, em 1864.

A solução que se dera, em 1851, aos embaraços desta República, não impediu que ali continuassem as desordens e as lutas dos partidos políticos. Em 1853 era deposto o presidente Giró. Em 1855 tinha a mesma sorte o presidente Flores. Êste porém, não se resigna e quer entrar em luta. É eleito para a presidência Gabriel Pereira. Estoura logo contra êste uma insurreição. Dá-se em Quinteros, ordenado à falsa fé pelo ministro Carreras, o sacrifício de mais de 150 *colorados* que haviam capitulado ali. Êste escarmento sufocou por algum tempo os adversários dos *blancos*.

Em 1860 é eleito presidente Bernardo P. Berro. Decorrem sob perfeita aparência de ordem os dois primeiros anos do seu govêrno. Desde 1863, porém, começam a correr boatos de conspirações. E quando se soube que Flores está pronto em Buenos Aires para invadir a República, pediu o presidente Berro, muito alarmado, auxílio dos representantes estrangeiros. Apelou principalmente para o Brasil, deixando bem claro que o mal vem do outro lado do estuário.

Declara o govêrno imperial que não se mete em colisões de partidos. Insiste o govêrno de Montevidéo; clama contra a atitude que vai assumindo a população brasileira da campanha; protesta contra a política de Buenos Aires; e sente-se que a tormenta vem convulsionando outra vez o mundo lá no Sul.

E não tardou que ao govêrno fôssem chegando também, clamores da população brasileira estabelecida no Uruguai, ameaçada agora, mais do

que nunca, pelos *blancos*, pois a neutralidade do Império era por êstes considerada como hostil ao govêrno oriental.

2. Dava-se, com efeito, em abril (1863), a invasão dos *colorados*. Dois meses depois, tinha Flores sob as suas ordens, em Mercedes, cêrca de 500 homens, e resolveu entrar em campo. Começou com fortuna, vencendo aos *blancos* em Coquimbo e em Las Cañas.

Com êstes primeiros sucessos levanta-se o espírito da revolução, enquanto na capital domina o terror. Em poucos dias tinha Flores mais de 5 000 homens em armas: e impõe aos adversários condições para uma conciliação. Esforçava-se Berro por isso quando findou o seu prazo de govêrno. Elegeram então, os *blancos*, um presidente mais resoluto e infenso a conciliações: Aguirre.

E então reacende-se o incêndio. Desencadeia-se a guerra, com incrível furor, em todo o país. Lavra em Montevidéo indignação principalmente contra os argentinos. O próprio Aguirre acusa ao presidente da Confederação, Bartolomeu Mitre, de proteger os *colorados*.

A questão dos brasileiros da campanha oriental tornou-se agora mais grave, porque os estancieiros, desesperados, tomaram o partido de Flores, fazendo assim que contra êles redobrassem as crueldades dos *blancos*.

Os rio-grandenses, impressionados com a situação daqueles compatrícios, chegam a enviar um emissário ao Rio, para fazer sentir ao govêrno imperial como estão dispostos a ir socorrer os irmãos desamparados.

Não era possível contemporizar diante daqueles fatos. Resolveu o govêrno agir com tôda prudência, de modo a não dar aos *blancos* motivo algum de queixa. Mandou, pois, a Montevidéo, em missão especial, o conselheiro José Antônio Saraiva. Ali, reclamou êste apenas que se reprimissem os excessos e reparassem as extorsões cometidas na campanha oriental por autoridades civis ou militares contra súditos brasileiros.

Depois de recebido com aparências de cordialidade, foi o nosso plenipotenciário tratado desabridamente pelo ministro Herrera. Procurou Saraiva conter-lhe os assomos. Com o nosso enviado cooperou o próprio ministro do exterior da Confederação, Rufino de Elizalde, que por aquêles dias chegava também a Montevidéo. Esforçavam-se ambos antes por algum arranjo que fizesse a paz na República do que por satisfações que interessassem aos governos que representavam.

Aos dois ministros juntou-se o plenipotenciário Thornton, da Grã-Bretanha. Êstes constituíram-se medianeiros; e de acôrdo com Aguirre, e até com o seu difícil ministro Herrera, chegaram a ir a Puntas del Rosário conferenciar com Flores. Consertaram com êste a paz nas condições mais razoáveis em semelhante situação. No dia 24 de junho (1864) estavam os

intercessores de volta em Montevidéo. No dia seguinte proclama Aguirre anunciando a pacificação.

3. De repente, porém, com surprêsa de todos, e até de Aguirre e de Flores, fracassam tôdas aquelas combinações! E' que os dois chefes queriam a paz cada qual como vitória do seu partido...

Retiraram-se para Buenos Aires os mediadores. No dia 4 de agôsto (1864) Saraiva apresenta o seu ultimato ao govêrno oriental. No dia 9 o ministro Herrera devolve-lhe o ultimato. Replica-lhe o nosso enviado no dia seguinte, notificando-lhe que as tropas imperiais iam invadir o território do Uruguai pelo norte, e que o almirante Barão de Tamandaré exerceria represálias por qualquer ato de fôrça ou de opressão cometido contra brasileiros.

Era singular a situação da República Oriental entregue àquele govêrno faccionário. Provocara contra si três inimigos, nenhum dos quais queria imiscuir-se nos negócios dos dois outros: o Brasil, que defendia os seus súditos; Flores, que queria vingar os *colorados*; e a Confederação, cuja neutralidade aparente encobria sentimentos hostis, exacerbados pela recente afronta feita ao seu ministro.

O general Flores reentra imediatamente em campanha, ao cabo de quase um mês de armistício. Com tôda cautela e muita cerimônia, transpõem a fronteira as tropas do Império, e ocupam tôda a zona nordeste do Uruguai.

Teve ainda o Brasil o cuidado de enviar ao Prata o conselheiro José Maria da Silva Paranhos, a ver se conseguia alguma coisa. Mas era tarde.

E' neste momento que Solano López, secretamente entendido com Aguirre, começa a mexer-se. E começa pedindo ao govêrno de Buenos Aires explicações quanto aos auxílios que dali se prestavam a Flores. Não deu Mitre nenhuma resposta à impertinência.

Ao saber do ultimato de Saraiva ao govêrno de Montevidéo, dirigiu López ao nosso ministro residente em Assunção, uma nota declarando que "não consentiria que fôrças brasileiras ocupassem qualquer porção de território oriental"... Não fêz o govêrno do Rio nenhum caso da bravata.

Os *blancos*, porém, com aquêles primeiros gestos de López, exultam desafrontados. Ordenou Aguirre que se queimasse na praça pública, com o aparato e solenidade dos autos-de-fé, o texto em original dos tratados feitos com o Brasil.

4. Teve o govêrno imperial de esquecer os escrúpulos da sua política, para operar conjuntamente com o chefe dos *colorados*. Ativa-se então, contra Aguirre, franco movimento de hostilidade. Enquanto navios da nossa esquadra bloqueiam o pôrto de Salto (à margem esquerda do rio Uru-

guai) marcham por terra as fôrças de Flores contra aquela praça, que foi logo sitiada, tendo de capitular.

Dali vão os aliados contra Paisandu, onde Leandro Gomes resistiu heròicamente quase um mês, vindo a cair no dia 2 de Janeiro (1865).

De Paisandu, seguiram as fôrças, passando por Frai-Bentos, com destino a Santa Lúcia (adjacências de Montevidéo).

Caiu a capital da República em verdadeira convulsão.

Via-se Aguirre reduzido à maior angústia: ameaçado por terra e por mar; tendo a praça em grande anarquia; abandonado do corpo diplomático... López, cujas promessas invocara neste momento de aflições, respondia-lhe agora que a "invasão de Mato Grosso era uma diversão utilíssima, e que por enquanto nada mais podia fazer"...

No seu desatino, lembrou-se ainda Aguirre de fazer invadir o Rio Grande. Pela manhã de 27 de janeiro apresentava-se Basílio Muñoz com 1 500 homens diante de Jaguarão, intimando a praça a render-se. À negativa formal segue-se o fogo. Combate-se todo o dia; e durante a noite o agressor levanta acampamento. Estava frustrado o plano dos *blancos.*

Em Montevidéo aumenta o terror, ao passo que os aliados se movem de Santa Lúcia, e avançam lentamente.

Sentindo que era inevitável a sua queda, ao ver diante da cidade os exércitos aliados, renunciou Aguirre a presidência, e cuidou de fugir.

O presidente provisório, Tomás Vilalba, entregou a praça. No dia 21 começaram a entrar as fôrças; e no dia 23 era içado no forte de São José o estandarte imperial, dando-se em sua honra uma salva de 21 tiros.

Segundo as recomendações que tinha recebido, reconheceu o nosso plenipotenciário Paranhos a plena soberania do Estado Oriental. O general Flores, assumindo provisòriamente a presidência da República, deu ao govêrno do Brasil tôdas as satisfações que êle reclamava.

5. Tinha-se terminado aquela ingrata, mas inevitável campanha, que nos foi tão funesta, porque veio a dar causa a outra guerra muito mais longa e de mais vasta repercussão na nossa vida interna.

Encontra afinal, Solano López, o pretexto que andava espreitando para entrar na política platina.

O momento para êle era propício. Devia persuadir-se mesmo de que os acontecimentos lhe abriam caminho largo aos planos que ruminava. Nenhuma das duas outras repúblicas do Prata, é capaz de oferecer-lhe resistência. Por isso mesmo é preciso não retardar o golpe que estava armado; pois, do contrário, daria tempo, àquelas vizinhas inanidas, a que melhorassem a respectiva situação interna, refazendo-se daqueles longos anos de desordens.

Porque convém não esquecer: o golpe que vai desferir não é contra o Império. Em relação ao Brasil, vai Solano López agir como um indivíduo afoito, que quer tomar o seu rumo, e que precisa para isso de arredar do caminho o único obstáculo que lhe impede a passagem. Do Império só quer uma atitude de passividade e conivência diante da aventura que vai empreender.

Para isso é que começa por assustá-lo, apoderando-se de um paquete brasileiro que ia para Mato Grosso, levando a bordo o coronel Carneiro de Campos, novo presidente daquela nossa província, e que ficou também prisioneiro: tudo isto de surprêsa, sem nenhuma declaração de guerra.

Dava-se isto no dia 12 de novembro (1864); e pouco mais de um mês depois, o coronel Barrios, com cêrca de 6 000 homens, saía de Assunção, e no dia 26 (dezembro) apresentava-se diante do nosso forte de Coimbra.

Tendo o tenente-coronel Hermenegildo de Albuquerque Pôrto-Carrero, que assumira o comando do forte, resistido à intimação de render-se, começou o ataque (27 de dezembro). Combateu-se ali durante dois dias; até que na noite de 28, teve de retirar-se a guarnição da praça.

Em seguida, os paraguaios se apossaram de todo o Sul da província.

6. Desafogado daquela forçada intervenção no Estado Oriental, cuidou o govêrno brasileiro de preparar-se, a tôda pressa, contra as duras emergências que sobrevêm. Foi reunindo nos dois acampamentos, de São Francisco e de Daiman, as fôrças que se iam mobilizando, sob o comando em chefe do general Manuel Luís Osório. Dentro de pouco tempo estava ali, pronto para marchar, um exército de 20 000 homens.

O nosso ministro no Prata, conselheiro José Maria da Silva Paranhos, fizera a 27 de janeiro (1865) formal declaração de guerra ao ditador do Paraguai, dirigindo ao corpo diplomático uma nota em que explicava os acontecimentos, mostrando como o govêrno imperial se vira coagido a tomar uma atitude decisiva à vista das invectivas e afrontas que acabava de sofrer.

Por sua vez o almirante Tamandaré notificara também aos representantes das várias nações o bloqueio dos portos do Paraguai, fazendo partir para Três-Bôcas (confluência do Paraguai com o Paraná) a terceira divisão da esquadra, sob as ordens de Gomensoro. Logo depois reforçou com mais quatro canhoneiras a divisão, fazendo-a estacionar em Bela-Vista (pouco abaixo de Três-Bôcas) e entregando-lhe o comando ao chefe de divisão Francisco Manuel Barroso.

Perdida a esperança de que o seu heróico desplante contra o Império levantasse em seu favor as outras repúblicas do continente, começa agora López a desvairar. Como o govêrno argentino lhe recusasse permissão

para a passagem dos seus exércitos pela província de Corrientes (pois o mesmo já fizera em relação ao Brasil), mandou López invadi-la e ocupá-la por 5 000 homens ao mando do general Robles.

Era assim, o govêrno da Confederação, surpreendido nas deploráveis condições de defesa em que se encontra. O povo de Buenos Aires, em violentas explosões de indignação, "exigia uma desafronta imediata de honra nacional". Em semelhante conjuntura, teve o presidente Mitre de acalmar os ânimos com uma hipérbole dessas com que se disfarçam os grandes perigos.

7. A impressão "causada pela audácia dos paraguaios foi tão profunda" que não só Flores (presidente do Uruguai), como o próprio Urquiza (governador de Entre-Rios), êste até ali na sua reserva enigmática, "alarmados partiram a tôda pressa para Buenos Aires, a fim de se entenderem com o general Mitre e o plenipotenciário brasileiro, Dr. Francisco Otaviano de Almeida Rosa, que substituíra ao Conselheiro Paranhos. A presença de Flores provocou imenso entusiasmo; enquanto à de Urquiza causou surprêsa geral, pois eram bem conhecidas as simpatias do governador de Entre Rios por Solano López".

O govêrno argentino, que se escusara de cooperar com o Brasil no esfôrço de reprimir os desabrimentos do ditador paraguaio, é, pois, agora, pelas circunstâncias sobrevindas, o primeiro interessado em unir-se aos seus vizinhos para defender o próprio território.

Não foi muito difícil um perfeito acôrdo entre as potências que López insurgira contra os seus intuitos de domínio. No dia 1.º de maio de 1865, assinava-se em Buenos Aires, entre o Uruguai, o Brasil e a Confederação Argentina, um tratado de aliança ofensiva e defensiva, cujas cláusulas deviam ficar secretas, mas que não demorou que fôssem divulgadas, por uma astúcia da diplomacia inglêsa.

Segundo êsse tratado, enquanto o teatro da guerra fôr o território da Confederação ou da República do Paraguai, seria general em chefe das fôrças aliadas o presidente argentino D. Bartolomeu Mitre; e quando as operações se derem em território oriental ou brasileiro, o mando supremo competirá aos respectivos chefes. Declarava-se expressamente que não era ao povo paraguaio que se fazia a guerra, mas ao govêrno daquela República; e que não se deporiam armas senão depois de haver derribado o despotismo de López. Os aliados comprometiam-se a garantir a independência, soberania e integridade territorial da República do Paraguai.

Censurou-se muito, no tempo, e censura-se ainda hoje, êste tratado, estranhando que três nações se houvessem assim entendido para derribar um govêrno estrangeiro. Esquecem, no entanto, os críticos, a contingên-

cia em que se viram os governos aliados. López, senhor absoluto do seu povo, agredira o Brasil e a República Argentina, e punha no maior perigo a ordem internacional em todo o Sul do continente. De que outra forma poderia corrigir-se a audácia agressiva do ditador se não fazendo francamente, os governos ameaçados, uma liga de salvação no intento de destruir aquela clamorosa tirania, e impedir que um déspota perturbasse a paz de três nações?

QUESTÕES CONEXAS: — *O Paraguai antes de Solano López.* — *Os mártires de Quinteros.* — *A* questão Christie. — *A missão Saraiva no Prata.* — *Flores e o Brasil.* — *A invasão de Mato Grosso pelos paraguaios.* — *O Tratado da Tríplice Aliança.*

GUERRA CONTRA LÓPEZ

1. O grande cuidado de López está se vendo que é tirar proveitos da sua estratégia, aturdindo os inimigos, e dificultando-lhes a defesa pelo imprevisto das investidas. Havia invadido Mato Grosso; e tem agora os seus exércitos de terra em posição segura e ameaçadora, principalmente contra o Império; e vai movê-lo contra o Estado Oriental e o Rio Grande, quase ao mesmo tempo que as suas fôrças navais preparam no rio Paraná uma façanha de efeito decisivo contra a esquadra imperial.

Já havia esta deixado parecer que tem receio do inimigo, pois recuara das Três-Bôcas. Foi isso mesmo que levou o ditador a ordenar que se liquidassem pelo rio os elementos de ação em que mais confiam os aliados.

E com efeito, a sorte da guerra pode dizer-se que estêve em Riachuelo. Se a sua esquadra tivesse destruído ali o poder naval do Império, com certeza ditaria López, e sabe Deus em que condições, a paz na Sul-América.

Infelizmente para êle, iam ser burlados os seus planos. Cuidavam os aliados de pôr em movimento as suas fôrças. Era o Brasil o que lutava com os maiores embaraços. Ao mesmo tempo que organiza a ofensiva pelo Sul do Paraguai, tem de socorrer a longínqua província de Mato Grosso. Formou-se para isto, às pressas, uma expedição que partiu de São Paulo, por terra, no dia 10 de abril (1865). Esta coluna, que com os contigentes reunidos em caminho, elevou o seu efetivo a cêrca de 3 000 homens, foi, porém, chegar a Miranda, ao cabo de perto de dois anos, reduzida a pouco mais de metade. Dali marchou para o Sul. Os paraguaios iam retirando à medida que a coluna avançava.

No dia 21 de abril (1867) a expedição atravessa o Apa e entra em território paraguaio, ocupando o forte de Bela Vista, abandonado pelo inimigo. A gente de López andava em grande alvorôço pelas vizinhanças, impedindo que a nossa infantaria arrebanhe gado. No dia 30 avançaram as nossas fôrças até à fazenda da Laguna. E ali viram-se em tal penúria de recursos e em tais aflições que o único expediente foi o retrocesso para a fronteira. Esta marcha de recuo foi uma série contínua de amarguras que se não descrevem, durante um mês acossados os retirantes pelo inimigo, dizimados pela peste, e desprovidos de tudo.

Tinha, no entanto, a expedição, conseguido expelir de Mato Grosso os invasores.

2. Aquilo não era mais que uma diversão com que López pretendeu desnortear o govêrno imperial. O teatro da guerra ia ser o Sul.

Completos os preparativos de campanha, foram-se movendo os exércitos aliados na direção da fronteira paraguaia. E' preciso antes de tudo, desalojar de Corrientes as fôrças do ditador. Mas Lópes, na iminência de tal perigo, planeia duas arremetidas que julga seguras: a destruição da esquadra brasileira, que domina o rio Paraná, e a invasão do Rio Grande do Sul, como meio de reduzir à defensiva as armas do Império. Desfere os dois golpes ao mesmo tempo.

No dia 11 de junho (1865) a esquadra inimiga desce o rio a tôda fôrça, passando ao lado da divisão brasileira que estava um pouco abaixo de Corrientes; e toma posição em frente às bôcas do Riachuelo, em cujas alturas já haviam os paraguaios construído umas baterias que só agora se descobrem.

Ali trava-se a batalha, que foi, sob o ponto de vista militar, uma das mais notáveis que se registram na história; e para os aliados, de importância decisiva. Durou a peleja quase todo o dia, e terminou pela tarde com a vitória das nossas armas.

Tentaram ainda os inimigos por terra, nos passos de Mercedes e de Cuevas, bloquear a esquadra imperial no Paraná; mas Barroso inutilizou-lhes tôdas as manobras.

Estava anulado o poder naval do ditador.

Enquanto se davam êstes estrondosos sucessos no rio Paraná, partia da Candelária, para o Sul, um corpo de exército inimigo de 12 000 homens. Com uma parte dessas fôrças (3 000 homens), que se destinavam ao Estado Oriental, foi o major Duarte completamente aniquilado (17 de agôsto). O coronel Estigarríbia, com o resto da coluna, desceu pela esquerda do Uruguai, e passando por São Borja, ocupara uns dias antes Uruguaiana, e ali se fortificara (15 de agôsto). Perto de mês e meio depois, rendia-se.

O plano de campanha, de que López tanto esperava, tinha fracassado deploràvelmente. A cada lance de audácia, com que pretende assombrar o mundo, corresponde um desastre de escarmento.

Agora avança para o Norte o segundo corpo do exército aliado, sob o comando do general em chefe, Bartolomeu Mitre, e operando de combinação com a nossa esquadra.

Sentiu o ditador que a ofensiva ia ser tremenda. Ordenou a evacuação de Corrientes (outubro). Ao expirar o ano de 1865 já não havia um só paraguaio naquela província.

E é ali, no Norte de Corrientes, que se concentram as fôrças aliadas para invadir o território inimigo.

3. Pela manhã de 16 de abril (1866) duas divisões do primeiro corpo de exército, sob o comando do general Osório, desembarcavam na margem esquerda do Rio Paraguai. Fôra isso uma surprêsa para Lópes, que não esperava a invasão por ali. Solta então, contra os invasores, as suas patrulhas volantes. Na manhã seguinte 4 000 paraguaios atacam a coluna, no momento mesmo em que, no Paraná, rompia de novo o fogo da esquadra contra as fortificações de Itapiru, obrigando os paraguaios a retirar para o Passo da Pátria. Leva Osório de vencida aquêles 4 000 homens que o investiram. No dia 19, aos primeiros sinais de fogo, abandona López, (que estava ali em pessoa) o Passo da Pátria, com o grosso do seu exército, que foi acampar em Estero-Belaco. No dia 2 de maio, é a vanguarda aliada surpreendida por uns 5 000 paraguaios; graças a socorro chegado a tempo, não foi completamente esmagada.

Avança o exército aliado, e ocupa a povoação de Tuiuti, tendo diante as formidáveis trincheiras de Rojas. No dia 24 de maio, dá-se a maior batalha campal da guerra. Combate-se durante cinco horas, tendo afinal de debandar a própria numerosa e tremenda cavalaria paraguaia.

López, metido em Humaitá, confia na sua posição inexpugnável, contra a qual nada valerão os intentos dos seus inimigos.

Ficam ali por muito tempo os aliados diante das linhas de Rojas, a combater dia e noite contra as quadrilhas paraguaias, e a revidar bombardeios daquelas trincheiras.

Era forçoso sair daquele encalhe. Para isso, tinha-se de avançar por terra e pelo rio. A cooperação das fôrças navais fazia-se agora indispensável. Entrava-se na fase épica da guerra.

Para investir Humaitá, que é a grande fôrça de López, era preciso vencer Curuzu e Curupaiti. Estas praças estavam amparadas por fortes guarnições de terra.

Por mais de uma vez ataca-se Curuzu por terra e pelo rio; até que o forte cai em poder dos aliados.

Tomada de Paissandu.

Francisco Solano López.

em ativar operações no sentido de investir-se decisivamente a grande fortaleza em que López parecia zombar da ação dos sitiantes.

De combinação com o almirante, decidiu o marechal Caxias que se fizesse a passagem de Humaitá no dia 19 de fevereiro (1868).

5. Pelas três da madrugada, começaram a subir o rio os navios designados, indo à frente o Barroso (sob o comando do capitão-tenente Artur Silveira da Mota, depois Barão de Jaceguai) e levando cada couraçado, de reboque, um monitor. Às 4 horas, "dobraram os seis navios a ponta ocidental da fortaleza, e avançando sempre, iam canhoneando os pontões e jangadas que sustentavam a corrente estendida de uma a outra margem.

Assim que esta mergulhou no rio, avançaram os couraçados a todo vapor; e então, o fogo rolante de 186 canhões convergiu instantâneamente sôbre êles". E' um furacão de ferro que se desencadeia. Numa extensão "de três léguas", a terra e o céu como que se agitam sob a ação de um cataclismo. Acendem os paraguaios, pela margem direita do rio, imensas fogueiras que lhes devassem os alvos à artilharia; e todo o horizonte pareceu assim "sinistramente iluminado pelas chamas de um vasto incêndio". Não mais se distinguiam os tiros: o troar dos canhões formava um só estampido, como trovão contínuo, abalando tudo.

Eram pouco menos de 5 horas quando o *Barroso* transpôs a corrente, seguido dos outros navios. Ao meio-dia chegaram todos a Tagi.

Enquanto se operava a passagem pelo rio, o exército bombardeava a fortaleza.

López, porém, não se quebranta com semelhante revés. Sente que não pode continuar ali sem grandes riscos; mas sairá para refazer-se contra os inimigos. Pelo caminho do Chaco, saiu êle no dia 9 de março, deixando na fortaleza 3 000 homens com 180 canhões. Esta gente resistiu ali até quase fins de julho, quando teve de abandonar o baluarte. Esta resistência, durante cêrca de 4 meses, deu tempo a que o ditador montasse o seu novo acampamento de São Fernando, à margem direita do Tibiquari (afluente do Paraguai). Levantou ali nova linha de trincheiras.

Por sua parte, cuidam os aliados, agora já senhores de Humaitá, de avançar sôbre as novas posições do inimigo. Ameaçado São Fernando, desacampa López, e vai ocupar Angustura e Vileta, apoiando-se em Cêrro-Leon, uma das suas grandes praças de armas, ligadas a Assunção por estrada de ferro.

Quando os aliados transpuseram as linhas do Tibiquari, o triste espetáculo que os espanta confirmava os boatos que andavam correndo desde alguns dias: alastravam o chão 358 cadáveres de pessoas de maior importância no Paraguai. Sob pretexto de uma conspiração, que provàvelmente nunca existiu, mandara López matar, da maneira mais cruel, justamente os homens que o haviam servido com maior abnegação.

6. Continua o exército aliado a persegui-lo. Por princípios de setembro chega à margem de arroio Piquiciri, tendo para diante Vileta; à esquerda, Angustura; e à direita, Lomas Valentinas, onde López tinha o seu quartel.

Combate-se ali alguns meses. A posição dos paraguaios é formidável. Tiveram os aliados de avançar pelo Chaco até acima de Vileta, para metê-la entre dois fogos. A passagem do Itororó foi um dos grandes lances épicos da guerra.

No dia 11 de dezembro marcham os aliados, pelo norte, sôbre Vileta. Ao aproximarem-se do arroio Avaí, deram, de surprêsa, com o inimigo, forte de 5 a 6 000 homens das três armas, estendidos em linha de batalha. Rom-

pe imediatamente fogo a nossa artilharia contra a linha paraguaia, e carregam simultâneamente uma divisão de cavalaria e três batalhões do 3.º corpo. Ao cabo de quatro horas de combate, debaixo de chuva torrencial, foram rechaçados os inimigos; e na retirada, ficaram envolvidos pela nossa cavalaria e esmagados completamente.

Ocupada Vileta, cuidam os aliados de investir as linhas do Piquiciri e Lomas Valentinas.

Pela madrugada de 21 de dezembro, marcha Andrade Neves com 2 500 homens de cavalaria, incumbido de contornar pelo norte Lomas Valentinas e procurando interceptar comunicação entre López e as fôrças de Piquiciri.

Com a maior fortuna foi esta manobra executada, isolando-se em seguida também Angustura, e operando-se junção do grosso do exército com o corpo que guardava as linhas do Piquiciri pelo sul e que havia conseguido tomá-las.

Não parecia mais possível que o ditador continuasse a resistir. Antes de atacá-lo naquele extremo reduto, intimou-o, o Marquês de Caxias, a que se rendesse, evitando assim mais derramamento inútil de sangue. Rebateu López que estava "disposto a continuar a guerra até que se decidisse pelas armas a sorte da causa que defendia".

Era forçoso, pois, investir.

7. Ao amanhecer de 25, rompia contra as trincheiras inimigas o fogo das baterias que durante a noite se havia diante delas levantado. Prepara-se o assalto geral.

Pela manhã de 27 renova-se o bombardeio. Ao meio-dia deu-se por três lados o assalto, com pleno êxito. Já havia López, antes de ter começado o assalto, fugido para Cêrro-Leon. Mal se espalhou esta notícia no acampamento, deu-se a debandada geral.

No dia seguinte intimou-se rendição à gente de Angustura. Tendo o comandante da praça verificado que López havia fugido, assinou-se a capitulação no dia 30 (dezembro de 1868).

No dia 1 de janeiro, desembarcava em Assunção uma brigada de nossas fôrças, e tomava conta da cidade. Ali chegou também alguns dias depois, o Marquês de Caxias com o exército.

O país estava como varrido de inimigos. O comandante em chefe dava a guerra por acabada. O ditador, dizia êle, foge atônito e espavorido, procurando caminho para o estrangeiro. Continuar a persegui-lo em tais condições, e num país desconhecido, deserto e desvastado, não é função que se possa exigir de um homem que tinha já o direito de dar como completa a sua grande legenda. Como disse êle próprio depois no parlamento — havia feito a grande guerra: fôssem outros agora, fazer a pequena.

A primeira coisa que fêz Caxias ao entrar em Assunção foi dirigir um apêlo à população paraguaia, convidando-a a volver aos lares confiantes na proteção e no sentimento de justiça dos invasores.

Proclama enfim ao exército, louvando-o pela campanha gloriosa que fizera; e no dia 18 de janeiro passou o comando das fôrças ao marechal Guilherme Xavier de Sousa, e retirou-se para Montevidéo, e dali para o Rio.

QUESTÕES CONEXAS: — *A expedição a Mato Grosso.* — *A retirada de Laguna.* — *Batalha de Riachuelo.* — *Invasão do Rio Grande do Sul.* — *A fortaleza de Humaitá.* — *O morticínio do Tibiquari.* — *A passagem do Itororó.*

TÊRMO DA GUERRA CONTRA LÓPEZ

1. Fiéis aos compromissos que tinham contraído pelo tratado de aliança, logo que ocuparam a capital inimiga, foram os aliados promovendo a reconstituição da República. Para isso formou-se um govêrno provisório, que foi, no dia 15 de agôsto (1869), instalado em Assunção com grande pompa.

Enquanto disso se cuidava, permanecia ali, indeciso, o exército aliado, limitado-se a guardar as posições mais no risco de serem surpreendidas pela pertinácia e temeridade do inimigo.

Havia López, desbaratado em Lomas Valentinas, tomado, por Cêrro-Leon, caminho das Cordilheiras. Pensou-se primeiro que o seu intuito era ganhar pelo interior o Norte do país, e fugir para a Bolívia.

Mas fàcilmente se iludiam, ainda os mais astutos, quantos se encontravam com a insânia e obstinação daquela natureza indomável. Fôra êle instalar-se na vila de Peribebuí, para onde declarou transferir a sede do seu govêrno.

Ali, deram-lhe os aliados tempo suficiente para levantar novas fortificações e refazer as suas tropas, habilitando-se ainda a oferecer aos inimigos uma resistência que tinha de custar-lhes muito esfôrço. Como pôsto avançado de defesa, fêz construir, a alguns quilômetros da vila, a trincheira de Ascurra, no cimo de um monte escarpado: sitação formidável onde concentrou todos os elementos de ação que conseguiu reunir.

Tão fortes se sentiram ali os paraguaios que começaram logo a zombar da inação dos aliados, fazendo contra êstes contínuas surprêsas.

Compreendeu o govêrno imperial que não estava tal acabado aquêle pleito doloroso; e que era preciso resolver semelhante situação.

O Marquês de Caxias, que não dissimulava os seus ressentimentos, pediu afinal demissão do pôsto. Não fêz o govêrno cerimônia em dar-lha, nomeando-lhe em lugar o príncipe Gastão de Orléans, Conde d'Eu, consorte da herdeira presuntiva do trono.

Foi o novo comandante geral chegar a Assunção no dia 13 de abril (1869), e assumiu o comando no dia 16. Pelos princípios de junho chegava também o general Osório.

Prepara-se o ataque a Peribebuí.

2. No dia 10 de agôsto estava a praça sitiada. No dia 12, madrugada, rompeu a artilharia. Às 8 horas, abertas duas brechas, cessou o bombardeio, e foi a praça investida por três lados. Durou o assalto um quarto de hora, sob um chuveiro de balas, metralhas e pedras. Em seguida, transpôs a cavalaria as trincheiras desmanteladas, e cercou os fugitivos que largavam as armas. Perderam os inimigos mais de 1 600 homens. Durante o assalto, "muitas mulheres, umas armadas de lanças e paus, outras arrastando tenras crianças", lançavam, em grande assanho sôbre os assaltantes, areia, pedras e garrafas. Os párocos de Peribebuí e de Valenzuela combatiam manejando espingardas. Meninos "de 8 e 10 anos jaziam mortos ao lado de suas armas; outros, feridos, conservavam-se estòicamente impassíveis, sem soltar um gemido".

López, que estava em Ascurra, foge para Caraguataí. Perseguindo o inimigo, vão os aliados encontrar em Campo Grande, em ordem de combate, as fôrças do general Caballero. Trava-se a batalha. Luta-se ali durante quase seis horas. À investida da nossa cavalaria, debandam os paraguaios, sofrendo grande mortandade.

Foram os aliados batendo os inimigos até Caraguataí. Dêste pôsto, pela madrugada de 19 (agôsto de 1869), avançou-se em perseguição do ditador, que foge precipitadamente de cada pôsto onde se instala.

Acreditava-se agora que López, completamente perdido, só procura sair do Paraguai, e que os sinais de resistência, que ainda se vêem só se destinam a proteger-lhe a fuga.

Não demorou, no entanto, que se viesse a saber como ainda não se considerava de todo vencida aquela inverossímil tenacidade.

Desde que saíra de Caraguataí, acossado de refúgio em refúgio, fôra êle assentar as suas tendas em Curuguati, onde cuida de reunir novos elementos de guerra.

Compreendeu-se então, que enquanto não estivesse López impossibilitado de agir, não se daria fim à campanha. Resolveu-se, portanto, não deixar descanso ao inimigo, e impedir mesmo que o tirano saísse do país, e fôsse continuar fora a sua obra nefasta. Tratou-se, pois, de tomar-lhe todos os caminhos; e pelos princípios de outubro vai-se investir Curuguati.

Assim que teve aviso de que os seus perseguidores estavam em marcha, bateu López em retirada para o Norte, deixando em vários pontos alguns piquêtes incumbidos de proteger-lhe a retaguarda.

3. O general Câmara, que guardava o Norte, expedia da vila da Conceição patrulhas para vários pontos, a bater algumas partidas isoladas que se encarregavam de preparar a fuga do ditador. E por tôda parte, não deixavam as fôrças aliadas um momento de descanso aos inimigos; e o seu maior esfôrço era libertar e proteger milhares e milhares de famílias que López obrigava a acompanhá-lo e que se encontravam na última extremidade da miséria.

O tirano, que fôra parar em Iguatemi, dali abalara para Itanará, e logo depois para o Panadero.

Na ânsia de fugir, quase não mais parava êle em ponto algum. Pelos fins de dezembro saíra do Panadero para Cêrro-Corá, mas deixando na sua retaguarda uma fôrça que julgava suficiente para deter os seus perseguidores.

Para ali marchou o general Câmara. Já não é mais guerra o que se faz, mas verdadeira caça a quadrilhas que se multiplicam, e nada cedem ao escarmento das refregas.

Por meados de Janeiro (1870) teve-se notícia de que López, com efeito, transpusera a serra de Maracaju, tomando a direção de Cêrro-Corá. Pretendia êle seguir pela estrada de Dourados até Mato Grosso, e passar-se dali para a Bolívia.

Soube-se ainda, logo depois, que no distrito de São Pedro andavam quadrilhas paraguaias praticando as mais incríveis barbaridades, e perseguindo famílias por ali abandonadas.

Para ali marchou o coronel Jardim com alguma cavalaria e um batalhão de infantes, e conseguiu bater e acossar algumas patrulhas de bandidos, e salvar 450 infelizes quase a morrer de inanição.

Um grande sinal tem-se agora da perda completa do tirano: a deserção quase geral da sua gente desmantelada.

4. Enquanto vaga êle, indeciso e aflito, nas solidões do Amambaí, os que se faziam, até ali, seus sequazes nos crimes, protestam agora contra tôda aquela sacrílega insânia, abandonando-o de vez. Só no mês de janeiro, segundo fidedignos testemunhos, apresentaram-se aos chefes aliados mais de mil desertores.

Os que se apresentavam aos chefes aliados eram unânimes em confirmar a intenção do ditador de fugir para a Bolívia.

5. Planeia então, o general Câmara, de acôrdo com o comandante em chefe, um golpe seguro: avança sôbre a fronteira do Apa. Nas imediações

de Bela-Vista, recebe aviso de que López deixara, com efeito, a cordilheira, abandonando a estrada de Dourados, e estabelecera acampamento na margem esquerda do rio Aquidabã, no sítio denominado Cêrro-Corá, extensa colina, posição excelente para a defensiva.

Ali concentrou o ditador os últimos recursos que lhe restavam.

E' de crer que, sentindo-se inteiramente desamparado da fortuna, estivesse êle resolvido a liquidar de uma vez ali o seu destino.

Falou-se então, que estaria disposto a depor as armas num encontro final com os seus inimigos. O que se vai passar, porém, diz muito claro que aquela espantosa natureza moral não acabaria sem lance de tragédia.

Tem êle certeza de que os inimigos lhe rondam aquêle último refúgio; e procura contê-los por avançadas nos vários caminhos de acesso. O principal era o do arroio Taquara, cujo passo mandou guardar por uma bateria de dois canhões.

Seguro naquela posição, e esperando recursos que não se sabe de onde lhe poderiam chegar, ali ficou o ditador parecendo perfeitamente tranqüilo.

Pensam mesmo alguns autores que López estava de todo desapercebido em Cêrro-Corá. Não é crível. O que parecia desapercebimento, ou fria confiança em si mesmo, não era mais do que a resignação, que nas almas duras é sempre lúgubre e impassível. Ruminava êle, sem dúvida, aquêle desfecho da existência tremenda. O que viesse naqueles instantes — qualquer que fôsse a catástrofe iminente — não o faria tremer.

É possível que tenha empalidecido no momento de acabar; mas ali, no transe final, já não era mais êle: era a vida encontrando-se com a morte. Nas condições em que vivera, não há heróis que vão firmes até o fim. Para isso seria necessário algum outro gênero de heroísmo que êle não chegou a conhecer.

6. Mudada a direção que levava o inimigo, teve o general Câmara de mudar também o seu plano. Ordenou logo que se ocupassem os pontos por onde poderia êle ainda escapar-se; e tomou tôdas as disposições para o ataque, certo de que era impossível a evasão do inimigo.

No seu acampamento de Cêrro-Corá, parecia López, como todos os seus fiéis sequazes, alheado a tudo que em tôrno se passava.

Só quando teve aviso de que tinha sido destroçada a guarda de um passo que precisava de ter seguro, é que acorda, e tôda a sua gente se surpreende.

Houve então, no acampamento, susto e terror indescritíveis.

No meio da confusão, no entanto, só uma figura não tinha perdido a sua pelo menos aparência de calma: era Francisco Solano López. Indiferente à celeuma dos soldados, e ao clamor das famílias, ouvindo a fuzilaria e a me-

tralha dos inimigos pelas imediações, percorre a cavalo, altivo e imperioso, o acampamento, dando ordens.

Enquanto isso, avançam os aliados, comandando a vanguarda Silva Tavares.

Ao sair no campo com a sua cavalaria, dá êste de frente com o próprio ditador, de espada erguida, no meio de seus oficiais, e cercado de uns 500 homens, em forma de combate.

Houve um momento de hesitação. As duas hostes como que vacilam uma diante da outra, temerosas da investida.

Silva Tavares numa incontida ânsia de não perder aquêle ensejo de uma ação decisiva, conta apenas com um punhado de bravos, e sente tôda a angústia daquele instante.

7. De repente, ouve sinais de que chegam à planície aberta outras fôrças: e levantando vivas à nação brasileira, atira-se, como tormenta, sôbre o inimigo; e seguido dos seus heróis, vai rompendo aquela "pequena floresta de aço", e abrindo caminho até à saída para Chiriguelo.

Neste momento, surgem no campo novos grupos de clavineiros, e entram em fogo.

Agora, sentindo que tudo está perdido, põe-se o ditador, com os restos da sua escolta, a recuar, e sempre combatendo, à procura daquele caminho. Transpondo o Aquidabã, encontra o Chiriguelo em poder dos aliados; e o único recurso, com que atinou o seu instinto, foi o da fuga desesperada. Seguido de dois fiéis, procura, nas matas do Aquidabanigui, um retiro onde pudesse esconder a sua agonia.

Ali foi alcançá-lo o próprio general Câmara com a sua ordenança. Não querendo render-se, foi morto.

A morte de López põe têrmo à guerra. Com ela encerrou-se, nesta parte da América do Sul, um longo período de desordens, que por sua mesma natureza, de simples dissídios internos, se convertiam quase sempre em complicações internacionais. López é o último grande caudilho, que fecha, na zona platina, a história daquelas terríveis usurpações da fôrça contra o direito das coletividades.

A destruição de sua tirania marca uma era nova na civilização do continente.

Desmentido o que a perfídia apregoava (até fora da América, e principalmente quanto aos intuitos do Brasil), no dia da vitória estiveram os aliados perfeitamente fiéis aos seus compromissos: entregaram, aos seus próprios filhos, a nação por êles redimida.

QUESTÕES CONEXAS: — *Reconstituição política do Paraguai. — Nova fase da guerra de 1869 em diante. — Peribebuí. — Campo Grande. — Cêrro-Corá. — A morte de López. — Fim da guerra.*

XXII

A ABOLIÇÃO

SUMÁRIO: — Reformas. Retrospecto literário.

REFORMAS

1. O fim da guerra assinala um período novo de renascimento em tôdas as esferas de nossa vida. Reaviva-se o nosso sentimento nacional, e a consciência do nosso valor como povo. O doloroso conflito chamara a atenção do mundo sôbre o Império. A Europa começa a interessar-se pelas nossas coisas. Desenvolvem-se excepcionalmente as nossas relações diplomáticas; e no convívio americano a nossa voz é ouvida com simpatia e respeito. Dissipam-se entre as repúblicas limítrofes as suspeitas e prevenções com que até então se havia encarado o Império. Permitiu isso que concluíssemos umas, e que encaminhássemos a solução de outras questões, principalmente de limites, que a colônia nos deixara. Fomos logo dos primeiros a proclamar uma política de fraternidade entre tôdas as nações da América; e para isso não tivemos mais do que seguir e acentuar as tradições da nossa política externa desde a Independência.

Enquanto os nossos maiores homens dos dois partidos tomavam corajosamente a tarefa que lhes impunha a nova eclosão do espírito geral, tratando de resolver os problemas que se instituíam — apressa-se D. Pedro II a visitar o velho mundo, fazendo-se lá fora, pela sua cultura, um pregão vivo da nacionalidade que se alevanta.

Entramos, pois, em 1870, numa época de reformas de tôda ordem.

Entre as administrativas, que foram na maior parte realizadas, devem destacar-se: a das câmaras municipais; a da instrução pública; a dos institutos de crédito; a de fomento e proteção às indústrias; a da uniformização de pesos e medidas; e outras. Mais notáveis ainda, foram: a da reorganização judiciária de 1871, melhorada em seguida por outras leis; as do Código Comercial (que se promulgara em 1850, e que depois foi sendo retocado); do Código Penal; a de vários textos da legislação civil; a da polícia; a da Guarda Nacional, etc.

Como se vê desta simples resenha, a obra era imensa. Parecia que só agora é que se enfrentava com decisão o vasto trabalho de assentar todos os aparelhos de que depende o regular funcionamento das instituições.

2. Entre as reformas de natureza puramente social, a que enche todo o período que corre de 1870 a 1888, e cuja solução foi mais difícil e de conseqüências mais decisivas para a sorte das instituições, foi a abolição do regime servil.

Desde os primeiros tempos da Independência que se cogitava do problema, procurando, no entanto, os homens que tinham a responsabilidade do govêrno, resolvê-lo com tôda prudência.

A própria supressão do tráfico muito custou, e só veio a fazer-se efetiva depois de meados do último século.

Ao cabo de muitas tentativas de ensaio, logo depois da guerra, confiou o Imperador a questão à sabedoria do Conselheiro Paranhos, nomeado chefe do gabinete em 7 de março (1871).

No dia 12 de maio apresentava êle às Câmaras a proposta do govêrno relativa à escravidão, e cuja disposição fundamental era a liberdade dos nascituros de mulher escrava.

Travaram-se, tanto na Câmara, como em seguida no Senado, lutas tremendas. Até que vencido o último turno na casa vitalícia, foi a lei, que se chamou do *ventre livre*, promulgada a 28 de setembro de 1871.

Essa lei, mesmo completada depois por outras, não satisfez a opinião geral. Continuou-se, por todos os modos, a fazer uma propaganda de intensidade crescente no sentido da abolição imediata.

Entra o país numa situação tormentosa, e de tal acuidade, que afinal foi necessário enfrentar-se a causa que agitava o ânimo público em tôdas as esferas.

Organiza-se, a 10 de março (1888), o gabinete presidido pelo conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, que assumiu francamente a missão de resolver de uma vez o magno problema que estava perturbando tôda a vida nacional, e pondo em risco a ordem pública em tôda parte.

Não havia, com efeito, nenhuma providência com que se pudesse adiar a única solução que todos reconheciam como imperiosa e inevitável. Vitoriosa no sentimento geral, dir-se-ia que a abolição imediata só esperava pela solenidade de um ato legislativo.

3. No dia 3 de maio instala-se a Assembléia Geral; e a Fala do Trono, como observou em seu discurso de apresentação o presidente do Conselho, consignava o vasto programa do ministério; mas tôdas as idéias, questões e reformas de que se cogitava passavam agora para um plano secundário, e não se sentiram ali senão os tópicos referentes à questão suprema.

Na sessão de 8 de maio, apresentou o ministro da Agricultura, Rodrigo Silva, em nome do govêrno, a proposta ansiosamente esperada, concebida nestes têrmos: "E' declarada extinta a escravidão no Brasil!".

Logo que o ministro se retirou do recinto, foi a proposta remetida a uma comissão especial. Reuniu-se esta imediatamente; e dentro de alguns minutos voltou, lendo o respectivo relator, Duarte de Azevedo, o seguinte conciso parecer: "A comissão especial nomeada por esta augusta Câmara para examinar a proposta do govêrno sôbre o elemento servil, convencida de que essa proposta satisfaz em tudo a longa aspiração do povo brasileiro, é de parecer que seja ela convertida no seguinte projeto de lei:

"Art. 1.º — E' declarada extinta a escravidão no Brasil.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário".

Dispensada a impressão, e concedida a urgência, foi o projeto incluído na ordem do dia para a sessão seguinte.

No dia 9, assim que se abriu a discussão do projeto, ergueu-se Andrade Figueira, e proferiu um longo e veemente discurso de oposição, ao qual rebateu o ministro da Agricultura.

Falaram em seguida, pró e contra, outros deputados. Foi à mesa uma emenda que acrescentava aos têrmos do projeto as palavras — "desde a data desta lei".

Encerrada a discussão, requereu um representante que a votação fôsse nominal. Acedendo a Câmara, apurou-se que o projeto teve por si 88 vozes, e contra, 9. Fizeram depois, declaração de voto a favor do projeto, mais cinco deputados.

Votado o artigo 2.º, e tendo-se dispensado a impressão e interstício, entrou o projeto, no dia 10, em última discussão.

Oraram apenas dois representantes, no meio de intensa vibração geral. Os demais oradores inscritos, mesmo da oposição, desistem da palavra; e de todos os lados da Câmara só se vêem e se ouvem sinais de impaciencia aflitiva pela ultimação daquele transe, em que parece que os próprios vencidos se sentem abalados pelos delírios da vitória.

Aprovada sem debate a redação, foi o projeto no mesmo dia remetido ao Senado.

4. Na câmara vitalícia, o processo foi idêntico ao que se adotara na temporária. Lido o projeto, na sessão de 11 de maio, nomeou-se uma comissão de cinco membros, a qual ofereceu logo o seu parecer, opinando que tal qual viera da outra casa, entrasse em discussão para ser adotado.

No dia 12 aprovou-se o projeto em 2.ª discussão, tendo orado apenas o Barão de Cotegipe.

Dispensado o interstício regimental, entrou o projeto em 3.ª discussão no dia 13. Falaram: Paulino de Sousa, contra; e a favor, Sousa Dantas e Correia; sendo o projeto adotado para subir à sanção.

Tendo em seguida o presidente declarado que se ia oficiar ao govêrno para saber-se o dia, hora e lugar em que a Princesa Regente se dignaria de receber a deputação do Senado, que tinha de apresentar-lhe a minuta do decreto, apressou-se o presidente do Conselho, que se achava no recinto, a comunicar que S. A. Imperial, no mesmo dia, às três horas da tarde, receberia no paço da cidade a deputação do Senado.

A Princesa Regente, ao chegar de Petrópolis, encontrou no paço a deputação do Senado, o ministério, grandes figuras da política e da côrte, e considerável número de senhoras. As adjacências do paço estavam tomadas pelo povo em verdadeira insânia.

Foi S. A. Imperial recebida no meio de frenéticas aclamações. Após um rápido discurso, apresentou-lhe o Conselheiro Dantas o autógrafo em pergaminho, que foi assinado precisamente às 3 e 15 minutos da tarde.

Neste momento, o povo desvaira de alegria e entusiasmo, invade a sala em tumulto, sob o troar de palmas e vivas; e muitos oradores dirigem à Regente as saudações mais efusivas, em nome tanto da raça redimida, como da civilização do Brasil.

5. Havia-se realmente consumado a maior obra da nossa história.

Não era demais que por ela tivesse vibrado tanto o coração popular; e nem se estranha que se houvesse preferido afinal a forma de solução contra que muitos homens notáveis protestaram até o fim.

A escravidão era o maior dos males que nos legara o regime da colônia. Quando nos apercebemos dêle, tão fundo havia penetrado em nosso organismo social, que a sua eliminação constituiu o mais temeroso dos problemas com que tivemos de arcar. Por isso mesmo é que se explica a obstinada resistência de muitos.

Por outro lado, é com orgulho que se recorda a coragem e temeridade dos que venceram. Sem êstes não teríamos decerto sacudido, como fizemos, muito antes do fim do século, a tremenda carga que nos deixara o passado. Mesmo que se não tivessem evitado algumas conseqüências funestas da abolição, o que é certo é que podemos desvanecer-nos de haver conjurado o grande mal por um processo que nem todos os povos puderam ter a fortuna de preferir.

Foi esta, da extinção da escravatura, a mais importante entre as reformas que se realizaram no período de que nos ocupamos.

Entre as outras, de natureza social, vêm as que entendem com a liberdade de consciência.

Estas reformas se impuseram como indispensáveis desde que, com a afluência de imigrantes, se sentiu a necessidade de ir igualando perante o Estado tôdas as confissões, e libertando de todos os laços religiosos a vida civil.

E tudo se foi fazendo sem abolir a religião do Estado. Criara-se primeiro, em 1861, um registro especial para os não católicos. Do 1.º de janeiro de 1889, entrou-se no regime do registro civil obrigatório.

Desde 1875 que se tratava decisivamente do casamento civil. Até que na sessão da Câmara de 7 de maio de 1884, o próprio govêrno ofereceu uma proposta de lei instituindo o casamento civil. A grande questão que dali em diante, até 1888, absorveu tôdas as atenções, não permitiu que se levasse ao têrmo a reforma. Só em 1890 (24 de janeiro) foi ela decretada pelo Govêrno Provisório.

Em 1879 decretava-se a secularização dos cemitérios.

6. O clero católico viu nestas reformas a ação de insidiosos inimigos, e começou a reagir. Houve sempre, da parte dos bispos, uma irreprimível aversão a sociedades secretas, particularmente à franco-maçonaria, a que se atribuíam maquinações contra a Igreja.

Em 1872, o bispo do Rio de Janeiro suspende de ordens um sacerdote que se negava a abjurar a maçonaria. Os mações protestam contra a intolerância do prelado; unem-se numerosas lojas em tôrno do Grande Oriente do Brasil, com adesão de quase todos os mações do Império. Criaram-se jornais de um e de outro partido, e declarou-se a guerra.

Em Pernambuco, D. Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, de chegada à sua diocese, manda excluir das Irmandades os membros que fôssem mações. Como as Irmandades recalcitrassem, suspendeu-as o bispo, lançando-lhes o interdito. Recorreram as Irmandades para a Coroa. Ordenou o ministro do Império, em nome do Imperador, que a autoridade eclesiástica levantasse o interdito. Respondeu-lhe D. Vital que não levantava.

Ordenou o govêrno imperial ao Procurador da Coroa que promovesse a acusação do prelado por crime de desobediência.

Imitaram outros bispos, com mais ou menos prudência, o exemplo do Bispo de Olinda. Entre êsses, o que mais se distinguiu, pela decisão com que entrou no conflito, foi o do Pará, D. Antônio de Macedo Costa. Teve de ser também processado.

Presos os dois bispos, compareceram perante o Supremo Tribunal, e foram condenados a quatro anos de prisão com trabalho.

Em setembro de 1875 foram ambos anistiados.

Acabou assim o absurdo conflito. O poder civil com um pouco mais de moderação e discernimento; e a autoridade eclesiástica mais apercebida de espírito cristão, teriam evitado tudo.

Acabada a querela, reentraram todos na antiga paz, e seguramente sem que nem uns nem outros se pudessem lisonjear de se haverem comportado de maneira edificante como decerto no calor do pleito andaram persuadidos.

7. Entre as reformas políticas que vinham sendo pregadas com mais ou menos insistência desde o período regencial, e que se impõem agora à atenção de todos os partidos, destacam-se a do sistema eleitoral e a da autonomia das províncias.

Desde que se começou, com a Independência, a ensaiar o govêrno representativo, sentiu-se logo a necessidade de assegurar a verdade da representação.

Persuadiram-se os políticos dirigentes de que isso se conseguiria por meio de leis garantidoras da expressão das urnas. Não há nenhum outro assunto ou serviço acêrca do qual se hajam feito tantas leis, regulamentos e avisos, como êste relativo a processos eleitorais. E quanto mais se legislava, maiores queixas apareciam contra a irregularidade dos comícios. Era claro: faziam-se leis, mas não se executavam.

Convenceram-se todos, afinal, de que o defeito do mecanismo estava na eleição de dois graus. Nas eleições primárias tinham votos os analfabetos; e dessa amplitude de censo é que se originava o falseamento do sufrágio.

O remédio foi a eleição direta, instituída em 1881.

O primeiro pleito regulado por essa lei deu resultado excelente, chegando a persuadir que se havia fundado enfim, o verdadeiro regime representativo.

O que parecia, no entanto, devido à nova lei, só se devia ao govêrno que fôra o seu fautor e que a executara. Assim que caiu sob o domínio dos partidos, começou a reforma a ser iludida e fraudada em sua execução como eram as antigas leis. E até parece que serviu melhor que as outras, porque simplificou o trabalho da fraude...

E assim viemos até entrar pela República, todos muito solícitos em dar solução ao mal, decretando leis, que os partidos são cada vez mais desafrontados em infringir.

QUESTÕES CONEXAS: — *As viagens do Imperador.* — *A* Lei do Ventre Livre. — *A* Lei Áurea. — *A questão dos bispos.* — *O impôsto do vintém.* — *A eleição direta.*

RETROSPECTO LITERÁRIO, ARTÍSTICO E CIENTÍFICO

1. Não é de estranhar a escassez de manifestações intelectuais nos tempos da colônia. Eram aqui muito difíceis os meios de instrução. Não só não era o ensino ainda objeto de que se ocupassem os governos, como até a metrópole, na sua falsa política, tinha o cuidado de embaraçar tudo quanto pudesse contribuir para esclarecer o espírito das populações.

Lá um ou outro filho de família abastada ia estudar na Europa. Alguns, muito poucos, que aqui se preparavam, deviam a fortuna às Ordens religiosas, que nos seus colégios e mosteiros ensinavam alguma coisa.

Só de fins do século XVIII em diante, é que os vice-reis e governadores começaram a cogitar de ensino; e ainda isso, limitando quase o seu esfôrço à criação de aulas de humanidades numa ou noutra capitania. Pròpriamente de instrução popular só no século XIX é que se foi cuidando.

Muito natural era, pois, que não se encontrassem aqui senão raros indícios de cultura científica ou literária até à chegada da Família Real, quando para o Rio de Janeiro se transladaram tôdas as instituições e serviços, lá na metrópole recentemente criados pelo gênio de Pombal.

Não havia na colônia até então, nem bibliotecas, nem associações populares, nem clubes de leitura, nem imprensa.

Se na esfera das ciências e das letras era assim, pode imaginar-se como andaria a colônia do domínio das artes, que naqueles tempos se relegavam com menosprêzo para as baixas classes. A não serem alguns clérigos, ninguém se dedicava nem à música, que é a mais popular de tôdas as artes. Por sua vez, influíam os padres sôbre os discípulos cuja direção tinham completa e segura: entre êles os desvalidos, as criaturas sem família, prófugas da escravidão ou da selvajaria.

Daí o fato de serem as primeiras manifestações artísticas, que as nossas crônicas registram, quase exclusivamente ou clérigos, ou mestiços de humilde origem.

Reduzamos, portanto, a presente lição, a uma rápida notícia de alguma coisa que, sob o tríplice ponto de vista indicado, pertence à nossa história.

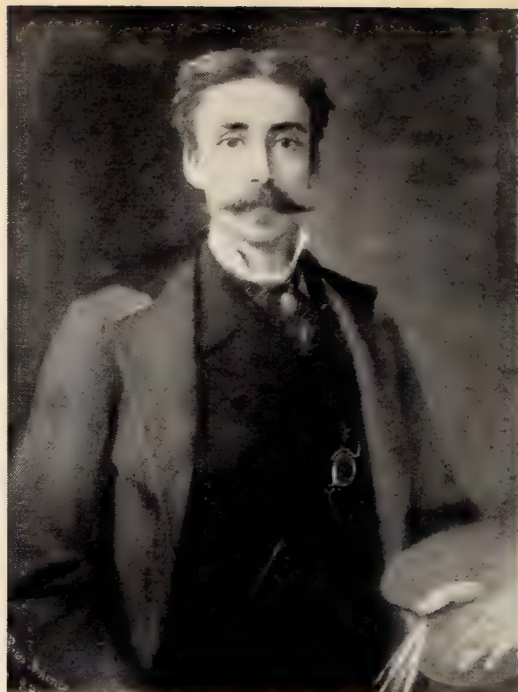
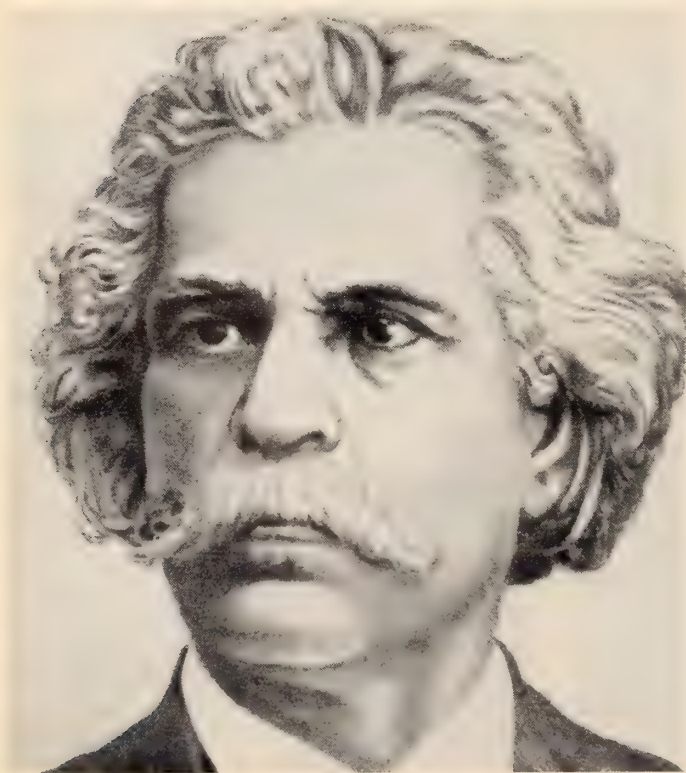
2. No primeiro século, além de cartas, crônicas, ânuas e outros trabalhos devidos a clérigos de diversas Ordens, avultam duas obras de grande valor sôbre a terra e a gente.

Dom Pedro II aos 6 anos.

Dom Pedro II aos 14 anos.

Dom Pedro II em 1860.

Dom Pedro II em 1889.

Visconde de Taunay.

Pedro Américo. Auto-retrato.

Carlos Gomes.

A primeira, na ordem cronológica, é a *História da Província Santa Cruz*, de Gandavo. É uma notícia, muito ligeira, do país e dos serviços que tinha feito aos primeiros colonos, até 1576 (*).

A segunda, muito mais vasta, é a *Notícia do Brasil*, ou *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, de Gabriel Soares de Sousa. Êste é o trabalho mais considerável e de mais importância histórica produzido nos três séculos do período colonial. Depois da publicação desta obra (já no século XIX) ninguém mais, até hoje, se ocupou de história ou geografia do Brasil, que não tivesse de beber fartamente neste grande manancial, pode-se dizer inesgotável, e a todos os respeitos dignos da maior estima e admiração.

Contemporâneo dêsses dois, figura entre os nossos cronistas de mais nota o jesuíta Fernão Cardim, com a sua *Narrativa Epistolar*, preciosa pelas informações acêrca de várias capitanias; dos primeiros núcleos nelas fundados; dos costumes, etc. Esta obra só foi impressa pela primeira vez em 1847.

Para os fins do século, aparece o poeta Bento Teixeira, com a sua hoje muito conhecida *Prosopopéia*. O célebre canto heróico, dedicado a Jorge de Albuquerque Coelho, terceiro donatário de Pernambuco, revela qualidades excelentes de espírito. Em tôda a obra, na qual se sente viva influência do grande vate português, que naquele momento mesmo andava incendendo a alma da velha pátria, em vésperas do delíquio, há um forte sôpro de vida e entusiasmo.

3. O século XVII já apresenta maior número de figuras pròpriamente nossas, e que se destacam com certo vigor naquele período da nossa cultura.

Até ali, não havia mais que simples cronistas e relações da terra. O primeiro que escreve uma *História do Brasil* é já um filho da Bahia — Fr. Vicente do Salvador. A sua obra é a primeira em que se condensam fatos relativos a um longo período e a todo o país, não se limitando o autor, como os cronistas que o precederam, a dar apenas testemunho dos sucessos que presenciou. A *História* de Fr. Vicente compreende o período que se conta de 1500 a 1627 (**).

Pondo de lado alguns cronistas e oradores sacros (destacando-se entre os primeiros o padre Simão de Vasconcelos com sua *Crônica da Companhia de Jesus*), chegamos ao grande vulto de Gregório de Matos, "a flo-

(*) *Nossa primeira História*, de GANDAVO, publicada por Assis Cintra. — Edição da Comp. Melhoramentos de São Paulo.

(**) *História do Brasil*, de FREI VICENTE DO SALVADOR, anotada e comentada por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. — Edição da Comp. Melhoramentos de São Paulo.

ração, diz um autor, da mais híbrida sociedade que tem havido no mundo".

Não é preciso recordar que a figura incomparável que domina todo o século XVIII é o padre Antônio Vieira. Infelizmente para nós, nesta lição não seria legítimo incluí-lo; pois ainda que alguns entendam que pertence à literatura dos dois países, e até que tenhamos, no entender de João Francisco Lisboa, o direito de considerá-lo mais nosso que de Protugal, o que é fato incontestável é que nada de tudo que saiu do grande gênio de Vieira pode ser tido como nosso, falando-se sob o ponto de vista literário. O glorioso jesuíta é figura imensa da nossa história: não, e repetimos por infelicidade nossa, da literatura brasileira.

4. No terceiro século, o que caracteriza a nossa história são as manifestações de espírito de pátria e dos sentimentos nativistas que se vinham formando desde o século XVII. "O movimento intelectual, agora se revela na criação de academias e sociedades literárias, à imitação das que existiam na metrópole. A Academia dos *Esquecidos*, na Bahia (1724); a dos *Felizes*, no Rio, e, mais tarde, a dos *Seletos* e a dos *Renascidos* (Bahia), denunciam certo gôsto pelo estudo, e certa vivacidade intelectual; e também que já se procurava emular com a metrópole.

Os poetas mais notáveis da primeira metade do século XVIII são Fr. Manuel de Santa Maria Itaparica e Antônio José da Silva. Êste é o grande mártir da nefanda Inquisição. Foi por ela perseguido desde menino, até ser queimado vivo numa praça de Lisboa. Entra nesta fase o historiador Sebastião da Rocha Pita, autor da *História da America Portuguêsa.*

A segunda metade do século assinala-se por um grande surto do espírito nacional. Grande número de nomes ilustres enchem esta fase final da colônia; e entre todos destacam-se como figuras clássicas da nossa literatura: José Basílio da Gama, conhecido especialmente pelo seu poema épico *Uruguai*, dedicado ao Marquês de Pombal, de quem foi protegido; Santa Rita Durão, autor do *Caramuru*, "o poema mais brasileiro que possuímos"; os poetas da Inconfidência: Cláudio Manuel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga; além de outros menos notáveis. Entre os cronistas de nota, avultam Fr. Antônio de Santa Maria Jaboatão, autor do *Novo Orbe Seráfico*; Pedro Taques de Almeida Pais Leme, (*) cuja obra é de inestimável valor como fonte de informações; Fr. Gaspar da Madre de Deus; Baltasar Lisboa, Pizarro e outros.

E' no século XVIII que se começam a notar as primeiras manifestações no domínio das artes, principalmente na pintura.

(*) *História da Capitania de São Vicente*, por PEDRO TAQUES. — Edição da Comp. Melhoramentos de São Paulo.

O primeiro pintor, cujo nome é conhecido, foi José de Oliveira. Vêm depois, João de Sousa, Manuel da Cunha, Leandro Joaquim, José Leandro, e outros, até à Independência.

Na escultura não se conhecem tantos nomes. Em compensação, como prova de gôsto por esta arte, bastaria citar Antônio Francisco Lisboa, o célebre *Aleijadinho*, também arquiteto, e Valentim da Fonseca e Silva, o *mestre Valentim*, como é conhecido. Êste artista tornou-se notável sobretudo na torêutica. Citam-se ainda alguns seus discípulos e outros.

Na música, podem ser indicadas duas grandes figuras: o padre Manuel da Silva Rosa e o padre José Maurício Nunes Garcia.

5. Durante tôda a primeira metade do século XIX, em relação às letras, não seria tão extenso e valioso o inventário que se fizesse. Não apareceram então grandes poetas, nem prosadores de vivo destaque. As questões de ordem políticas absorviam tôdas as inteligências mais cultas. Os próprios literatos faziam-se demagogos, e até revolucionários.

Em geral, relegam-se para um plano secundário os gêneros de ficção. E' o estudo concreto que vale e tem preferência, a instrução profissional, os conhecimentos científicos, os trabalhos de interêsse prático — em suma, só o que leva à posição e à fortuna.

E' por isso que se encontram naquele período, tanto no Rio como em algumas províncias, crescido número de médicos, advogados, engenheiros, membros da magistratura, e professores abalizados.

Ainda assim, mesmo sob o ponto de vista literário, não se pode dizer que falhasse o espírito daquela época, devendo notar-se que é sobretudo na imprensa política e na eloqüência parlamentar que brilham em maior número espíritos de primeira ordem, como Cunha Barbosa, Fr. Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio, Evaristo da Veiga e outros; como Antônio Carlos, Miguel Calmon, Bernardo de Vasconcelos, Paula Sousa e tantos e tantos.

No verso, figuram: Natividade Saldanha, José Bonifácio, Odorico Mendes, Domingos Borges de Barros e alguns mais. Todos eivados daquela atmosfera, ou celebravam, como Saldanha, os antigos heróis da terra, ou faziam traduções, como Odorico e Borges de Barros. Alves Branco foi mesmo mais político do que homem de letras. José Bonifácio, fora da política e um pouco menos homem de ciência, teria sido talvez, um grande poeta, ou pelo menos, o maior poeta da geração. Odorico Mendes foi o mais erudito, o mais elevado daqueles espíritos, e o mais operoso, havendo traduzido Homero e Virgílio.

Na história, ou melhor, na crônica, citam-se vários nomes, como o cônego Luís Gonçalves dos Santos, Fernandes Pinheiro, Inácio Accioli de Cerqueira e Silva e outros; assim como nas belas-artes.

6. É de meados do último século em diante que o poder público toma decisivamente a si a causa do ensino em todos os seus graus. Cuida-se particularmente com mais interêsse da instrução elementar; mas não se abandonam o ensino secundário e o superior. Integra-se a Escola Politécnica (antiga Escola Central); as Faculdades de Medicina; a Academia das Belas-Artes; o Conservatório de Música. Outros muitos estabelecimentos criam-se no Rio e em algumas províncias: museus, arquivos, bibliotecas, Institutos Históricos.

Esta ampliação de meios de instrução concorreu muito para a difusão das luzes e para o progresso da cultura geral.

A arte dramática, naqueles tempos, entrou com o seu poderoso concurso no movimento que se operava. Seria então muito raro encontrar no país uma cidade que não possuísse o seu pequeno teatro de amadores. No Rio contavam-se uns dez teatros e salas de espetáculos.

Depois do grande dia de João Caetano, infelizmente caíram em crepúsculo as coisas de cena.

Por sua parte, procuravam os poderes públicos estimular os estudiosos, protegendo os autores, fazendo imprimir obras de utilidade geral, etc.

A imprensa tomou grande desenvolvimento, tanto a diária de crítica e de informações, como a periódica (revistas, opúsculos, livros, etc.).

Foi êste sem dúvida — o da imprensa — entre os múltiplos fatôres da nossa cultura, o mais extenso, de valor mais prático, de eficácia mais imediata.

É, pois, mais pelos livros, e pelas publicações periódicas de tôda ordem — que pela diplomacia e que pelo próprio comércio — que o Brasil se foi pondo em relações com o mundo culto.

Na carência ainda de intuição própria original, seguimos, (e nem sempre se poderia dizer que sem sucesso apreciável) os grandes mestres, e os modelos clássicos, principalmente da França, com quem sempre andamos em contato mais direto.

De quando em quando, aliás, sentem-se ímpetos e tentativas de reagir contra influência estrangeira, voltando para a nossa natureza como fonte de inspiração.

7. Mas ainda sem nos havermos de todo libertado de semelhante influência, podemos apontar, como figuras de destaque nesta quadra; entre os poetas: Álvares de Azevedo, Laurindo Rabelo, Casimiro de Abreu, Gonçalves Dias, Pôrto Alegre, Gonçalves de Magalhães, Fagundes Varela, Castro Alves e outros muitos. Entre os prosadores: José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo, Visconde de Taunay (romancistas); João Francisco Lisboa, Varnhagen, Pereira da Silva, Joaquim Norberto, Cândido Mendes de Almeida, Joaquim Caetano da Silva, Joaquim Felício dos Santos, Fernandes Gama, Moreira de Azevedo e tantos outros (historiadores).

Gonçalves Dias e Alencar criaram escola com o seu indianismo. E não há dúvida que alguma coisa conseguiram, mesmo sob o ponto de vista um tanto falso em que se confinaram. Em certo momento na nossa vida literária (entre 1870 e 1880) não houve mais assunto para a nossa inventiva que não fôsse o índio e o sertão. Alencar chegou a fixar até alguns tipos.

Na esfera das artes tivemos: a figura mundial de Carlos Gomes (na música), Vítor Meireles e Pedro Américo (em pintura).

No domínio das ciências, principalmente da ciência do direito e das ciências naturais, temos: o jurisconsulto Teixeira de Freitas e outros; e muitos naturalistas de nomeada.

E' nas ciências jurídicas e nas ciências médicas que se reconhece a característica mais acentuada da nossa cultura científica.

QUESTÕES CONEXAS: — *O sacrifício de Antônio José. — O padre José Maurício e Marcos Portugal. — A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. — A fundação das Faculdades de Direito de São Paulo e de Recife; e das Escolas de Medicina do Rio e da Bahia.*

XXIII

A REPÚBLICA – O GOVÊRNO PROVISÓRIO

SUMÁRIO: — Proclamação da República. — O Govêrno Provisório.

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

1. A idéia de República, desde o segundo século da colônia, andava como latente no espírito geral. A revolta de 1684, no Maranhão, a de 1710, em Pernambuco; a de 1708 e 1720, em Minas, valem como ímpetos de explosão das tendências ainda vagas que se vinham gerando.

A Independência, com a monarquia liberal, pareceu amortecer tais impulsos; e para isso concorreu ainda mais a situação em que se viram, ao separarem-se da sua metrópole, outras colônias de origem latina. Mas a prova de que semelhantes impulsos não se haviam de todo neutralizado temos na forte corrente republicana que se formou, mesmo durante a presença da côrte, e depois, no Primeiro Reinado; e temos ainda na revolução de 1817, na de 1824, e mesmo na de 7 de abril, quando só o perigo da anarquia é que evitou a queda do trono.

Em seguida, passadas as angústias do período regencial, normaliza-se o funcionamento das instituições, dando a impressão de que o Império estava consolidado. Para isso, além de outros fatôres, concorreu poderosamente o derivativo da nossa política externa.

Em 1870, com a agitação do espírito de reforma, começou a fazer-se sentir também uma certa revivescência das idéias republicanas.

Conquanto, porém, se tivesse publicado nesta época um manifesto concretizando as aspirações do partido que se tratava de organizar, o que é inegável é que a propaganda ia sendo feita sem grande entusiasmo e com pouco fruto. A vida das classes mais cultas, em regra se confinava nos dois partidos que se alternavam no poder.

O que deu em seguida algum alento a essa propaganda foi a simpatia com que, de volta do Paraguai, a encararam alguns militares, principalmente depois que do exército desapareceram as grandes figuras que se haviam feito na campanha.

Foi, pois, do prestígio militar que hauriu fôrças a propaganda contra o regime monárquico. Sobretudo nas escolas oficiais é que frutificou o esfôrço dos propagandistas; e isso muito contribuiu para animar os evangelizadores dos clubes e dos comícios populares.

2. Por fim, o exército e a marinha aliaram-se francamente, pode-se mesmo dizer ostensivamente aos republicanos civis; e só se esperou pela abolição do cativeiro para armar o golpe decisivo contra as instituições.

Os homens da monarquia pareciam desapercebidos de tudo, na persuasão de que o regime se fizera definitivo. É talvez a essa persuasão que se deve atribuir o fato de se haver feito a República numa fase da nossa história em que o Império tinha muito a dar-nos.

Entre as causas imediatas que determinaram a queda da monarquia é preciso, pois, contar como primeira essa desídia ou indiferença dos grandes chefes políticos pelas instituições; e também, no Imperador, umas tantas virtudes que se consideravam quase como negativas num chefe de Estado. Foi realmente D. Pedro II um monarca tão pacífico e liberal, e sobretudo de uma tolerância tão completa, que se tem razão para julgar tudo isso mesmo como qualidades intrínsecas do seu caráter do que como falta de confiança na sorte do regime que representava. E até a prova disto deu no dia em que o depuseram, não se surpreendendo com a desgraça.

Ora, se o próprio Imperador era o primeiro a não ter fé no destino das instituições, já não se estranha muito que os estadistas do Império em regra não dissimulassem o seu quase desamor por elas.

Faziam o jôgo da política nacional apenas dois partidos. Dêstes, um estava sempre no ostracismo, enquanto o outro governava. Êste, que exercia o mando, podia perpetuar-se no poder se não houvesse contra isso um expediente constitucional. Êsse expediente era a intervenção do moderador, que ficava acima de tôdas as contingências da política. Tinha, portanto, o moderador, de suprir a incapacidade da opinião, fazendo e desfazendo situações.

Nada mais legítimo do que êsse processo, dada a natureza do regime.

Pois bem: os homens que saíam do govêrno, às vêzes depois de longos anos de permanência nêle, nunca poupavam nem a pessoa do monarca.

Que é que nos está dizendo tudo isso senão que o Império era um artifício, e tinha de passar como um incidente da nossa história?

3. Assim que se resolveu, em 1888, o problema da escravidão, pode dizer-se que a nação entrou em estado de revolução latente. Nem se sabe o que mais faltava para que se tivessem como em estado permanente e ostentoso de sedição as fôrças armadas. E o que é bem curioso como sintoma das condições em que se encontra a consciência geral naquele

momento, é que os dois partidos tinham veleidados de reagir contra a influência crescente dos militares na política do Império.

O gabinete João Alfredo, com a questão servil, iludira por momentos a gravidade dos perigos. O que Cotegipe não conseguira com tôda a sua astúcia e prudência, e o ministério 10 de março ladeara, pretende o Visconde de Ouro Prêto realizar, parecendo, no entanto, ter menos uma intuição clara do momento, que uma confiança exagerado no seu prestígio. Desde que se formou govêrno, não dissimulou o seu intento de reagir com firmeza e energia contra o falseamento da função militar, disposto a repor o soldado no seu papel.

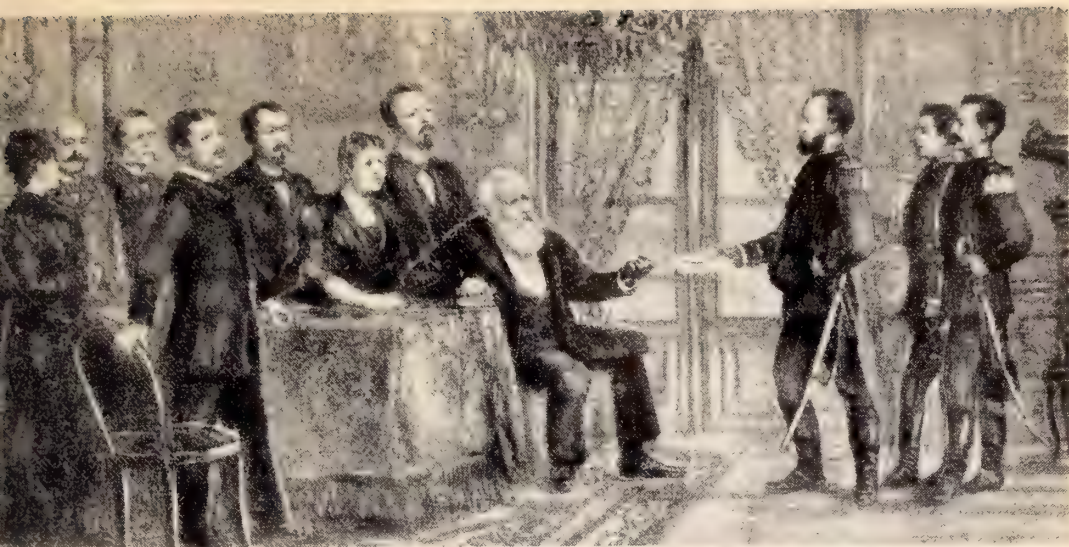
Tendo organizado o ministério de 7 de julho (1889), apresenta-se o Visconde de Ouro Prêto às Câmaras na sessão de 11, e expõe-lhes o seu programa. A Câmara dos Deputados, por 79 contra 20 votos, recusa-lhe a sua confiança. O govêrno dissolve a Câmara, convocando outra que devia reunir-se extraordinàriamente no dia 20 de novembro.

De quanto se tem visto a traços gerais, o que se conclui é que vamos chegar a um desfecho que desde muito se poderia prever para aquela crise. Qualquer que seja a esfera em que se estudem os fenômenos mais característicos da vida nacional, o que se observa é que estamos, nesta época, em presença de um Brasil novo. Mesmo que se não chegasse tão depressa aos acontecimentos de 15 de novembro, é fora de dúvida que as próprias instituições vigentes muito teriam de ceder ao espírito que veio animando tôda a nossa história, e que se mostra agora irredutível e imperioso.

4. Desde princípios de outubro, começa a tramar-se a conspiração entre militares e chefes civis. O centro do trama era o marechal Manuel Deodoro da Fonseca. Constituíra-se êste a figura mais representativa das fôrças armadas, e desde que voltara, havia meses, de Mato Grosso, assumira ostentosamente a direção de todos os elementos infensos às instituições.

Chegou-se logo ao momento em que foi necessário marcar o dia para a sedição combinada. Marcou-se o dia 18 de novembro, de modo a impedir-se que se instalasse a Assembléia Geral, convocada extraordinàriamente para o dia 20.

Houve, porém, motivos para se antecipar o movimento. Parece que o govêrno, senhor de todo o plano, se prevenia para o burlar.

Fêz-se, no dia 14, correr o boato de que havia sido expedida ordem de prisão contra o marechal Deodoro e outros chefes. Foi isso como senha para os conjurados. Em todos os quartéis começa uma agitação como de faina para batalha. E pela manhã punham-se todos os batalhões e regimentos em marcha para a cidade, tomando posição nas cercanias do Quartel-General do Exército.

Entrega da mensagem a Dom Pedro II, pelo Major Sólon no dia 16 de novembro de 1889.

Visconde de Ouro Prêto.

Marechal Deodoro da Fonseca.

Rui Barbosa.

Informado de tudo, cuidou o ministério de tomar algumas providências, reunindo-se no Arsenal de Marinha; e logo que amanheceu, no Quartel-General (Ministério da Guerra). No pátio interior e na frente do edifício estavam formadas as fôrças (uns 2 000 homens) com que o govêrno presumia contar, sob o comando do brigadeiro Barreto.

5. À frente da coluna que marchava de São Cristóvão, entrou Deodoro no Campo da Aclamação no meio de vivas, e recebendo continências das fôrças de polícia e de imperiais marinheiros que estavam ali.

Tendo estendido a segunda brigada em frente ao quartel, mandou o Marechal intimar aos ministros, que conferenciavam na Secretaria da Guerra, que se considerassem destituídos e presos à discrição.

Não demorou que descesse do quartel o ajudante-general do exército, Floriano Peixoto; e depois de entender-se por alguns minutos com Deodoro, "penetrou com êste pelo portão a dentro a galope", e debaixo de aclamações da tropa que enchia o pátio.

Saiu em seguida com as fôrças, que se postaram em coluna cerrada na frente do portão do edifício.

O oficial que fôra, em nome de Deodoro, declarar deposto o ministério, encontrou-se na sala onde estavam os ministros, com o presidente do Conselho.

Ao ouvir a intimação, voltou-se o Visconde de Ouro Prêto para Floriano ordenando-lhe, em tom de império, que fizesse retirar da praça o marechal Deodoro. O ajudante-general, parecendo vacilante e aturdido, simulou agir, "saindo, e logo voltando à sala, descendo as escadas, percorrendo o pátio a cavalo". Reparando o Primeiro Ministro na indecisão de Floriano, repetiu a ordem ao brigadeiro Barreto; mas êste não disfarçou que estava de concêrto com os seus camaradas.

Desiludido de todo esfôrço, sentindo dissipadas tôdas as dúvidas, redigiu o Visconde de Ouro Prêto um telegrama ao Imperador, que estava em Petrópoles, comunicando-lhe o que se passava e dando a demissão do gabinete.

6. Assim que viu o telegrama, desceu Floriano "a comunicar ao marechal Deodoro a grata notícia", e convidá-lo a subir até a sala em que se achavam os ministros demissionários.

Ali, dirigindo-se a Ouro Prêto, exprobrou-lhe Deodoro a conduta que tivera contra militares, e censurando-lhe a falta de patriotismo: ao que rebateu o vencido com a serena altivez tão própria do seu caráter.

Declarou-lhe então, Deodoro, que estava prêso, e seria deportado para a Europa. E conquanto de momento revogasse a ordem, mandou depois prendê-lo, sendo com efeito deportado.

Afirma-se que "com o intuito de certificar-se bem das disposições da marinha, e de sondar o espírito da população civil, empreendeu agora o marechal Deodoro um passeio pela cidade. Logo depois da deposição do ministério, e mesmo antes que os ministros se retirassem, pôs-se o marechal à testa de tôdas as fôrças da revolta, e desfilou com elas pelas ruas mais freqüentadas do centro urbano em direção ao Arsenal de Marinha: Ali, foi êle recebido muito amàvelmente pelo chefe Wandenkolk e pelo Barão de Santa Marta, ajudante-general da armada". Fizera-se assim formalmente a adesão das fôrças navais ao movimento revolucionário.

"Durante êste passeio pelas ruas, foram contínuas as aclamações a Deodoro e às tropas, e as mais ruidosas as manifestações de regozijo".

7. Tinham-se dado todos êsses acontecimentos, e no entanto, o que se sentia, quase como opressão, é que andavam no ar a dúvida e a incerteza sôbre o que se estava fazendo.

O Imperador descera de Petrópolis; e sabia-se que no paço da cidade ainda se tentava com esfôrço organizar novo ministério.

Era preciso sair daquele transe angustioso. Cada minuto que se passa pode dar ensejo a emergências imprevistas que venham complicar tão grave momento.

"Pelas três horas da tarde, grande massa de povo encheu o edifício da Câmara Municipal"; e ali foi solenemente proclamada a República. Lavrou-se disso uma ata, que foi em seguida levada ao chefe da revolução, pedindo-se-lhe, em nome da nação brasileira, que fôsse sancionado o voto do povo.

No dia 16, era apresentada ao Imperador a mensagem do marechal Deodoro, comunicando-lhe o que se acabava de fazer, e ordenando-lhe que, dentro de 24 horas, fizesse o sacrifício de deixar o país com tôda a sua família.

Pela madrugada do dia 17 ia D. Pedro II, com todos os seus, para bordo de um navio que os transportou para o *Alagoas*, onde fizeram a travessia, indo desembarcar na capital portuguêsa.

Estava, pois, consumada, e com adesão imediata e geral das antigas províncias, a mudança de regime.

QUESTÕES CONEXAS: — *A propaganda republicana. — A questão militar. — A Proclamação da República. — Retirada da Família Imperial. — A atitude dos dois partidos monárquicos.*

O GOVÊRNO PROVISÓRIO

1. Conquanto já se tivessem feito as primeiras combinações nesse sentido, o que é certo é que só no dia 16 começou a organizar-se o Govêrno Provisório. Por necessidade de ordem, deu-se aos primeiros decretos do novo govêrno a data de 15 de novembro. São dessa data: o decreto n.º 1, proclamando provisòriamente e decretando, como forma de govêrno da nação brasileira, a República Federativa, e regulando, também provisòriamente, o govêrno e administração das antigas províncias do Império, que ficavam constituídas em Estados; as nomeações de ministros, e de alguns governadores de Estado, e outros decretos sôbre vários assuntos. É de 19 o decreto que criou a bandeira, os selos e sinetes da República e as novas armas nacionais. Do dia 20 é o decreto que extinguiu as assembléias provinciais, e marcou as atribuições dos governadores de Estado durante o regime provisório.

Dentro de menos de um mês tinham-se assentado em todo o país, e sem o mínimo tropêço, os aparelhos políticos da nova ordem.

Isto não quer dizer que corressem sempre muito normais e serenos os dias desta fase inaugural. Antes de embaraços pròpriamente políticos, vieram logo os de outra natureza, principalmente os oriundos de uma certa indisciplina militar que lavrou nos primeiros tempos do novo regime.

No dia 18 de dezembro deu-se a primeira desordem no quartel de um regimento de artilharia. Os soldados travaram luta com as fôrças que acudiram para os conter; e no conflito morreram uns quantos.

Causou êste fato grande sensação na cidade, e tornou apreensivo o Govêrno Provisório. Desconfiou-se de que houvesse no caso maquinações de políticos do regime decaído. Chegou-se a fazer um inquérito meio escandaloso; nada, porém, se descobriu que pudesse acusar veleidades reacionárias.

Nem por isso deixou de acautelar-se o govêrno. Como se atribuía principalmente à imprensa, o espírito de indisciplina que se andava agitando entre os soldados, resolveu-se, por um decreto de 23 de dezembro, criar uma junta, composta só de militares, incumbida de julgar sumàriamente os que fôssem acusados de abusos na manifestação do pensamento. Estava, pois, suprimida a liberdade de imprensa.

2. Em janeiro, começaram tôdas as deliberações do Govêrno Provisório a ser tomadas em *Conselho de Ministros*, criado como meio de uniformizar todos os atos da ditadura.

No dia 15 do referido mês foi o marechal Deodoro aclamado, pelo povo e pelas tropas, generalíssimo das fôrças armadas; e alguns meses depois, por decreto de 25 de maio, tiveram os ministros as honras de generais de brigada.

Não demorou que se começassem a dar certas desinteligências entre os ministros e o generalíssimo, e entre êste e alguns chefes militares. Vai também Deodoro numa irritação crescente contra alguns jornais. Dá-se novo decreto contra a imprensa. O generalíssimo, porém, não se satisfaz.

E cada vez mais desgostoso e aflito, foi até julgar-se "sem fôrças para continuar no alto cargo" em que o puseram; e como cedendo a impulsões do seu caráter, deliberou passá-lo ao vice-chefe do Govêrno Provisório, Dr. Rui Barbosa.

Parecia o caso muito grave; mas tudo se acomodou com pouco esfôrço.

Pelos fins de maio suscita-se forte dissenção entre o generalíssimo e Benjamim Constant. Também se desvaneceram logo êsses atritos.

Criada a nova pasta da Instrução, Correios e Telégrafos, passou para ela Benjamim, sendo nomeado para a da Guerra o marechal Floriano Peixoto.

Logo depois, novas colisões sobrevêm entre Deodoro e o ministério, a propósito de serviços e empreendimentos públicos em alguns Estados, e na capital da República.

A questão que torna sempre mais agitadas as sessões do conselho de ministros é a da imprensa, a cujos desabrimentos as atribuíam os maiores embaraços com que luta o govêrno.

Os jornais menos prudentes iam sendo ameaçados, principalmente pelos militares mais entusiastas de Deodoro.

3. O órgão da imprensa, que mais violentamente se malsinava, era a *Tribuna*, "órgão monarquista". Em dia de novembro, é assaltado o edifício dessa fôlha, e destruída a oficina, sendo massacrado um pobre operário que não pudera fugir tão depressa como os outros.

Êsse acontecimento ecoou fortemente na opinião; e tal indignação se apoderou de tôdas as classes que, no dia seguinte, seis dos ministros enviaram a sua demissão ao generalíssimo.

Reúne-se, a 1.° de dezembro, uma sessão extraordinária do conselho de ministros; e todos insistem pela retirada, como protesto contra o atentado cometido. Deodoro opõe-se categòricamente, e acaba por declarar, ostentoso, que recusa a demissão *porque o ministério tem de dar conta dos seus atos ao país.*

E nisso ficou tudo.

Aquelas sessões continuaram a celebrar-se, no meio de tal atmosfera, até a última que foi a 17 de janeiro de 1891.

Tratou-se nesta sessão de conceder garantia de juros para as obras do Pôrto das Tôrres, no Rio Grande do Sul: concessão que Deodoro prometera a um amigo pessoal. O ministro da Fazenda, que não pudera comparecer, mandou por escrito o seu voto, absolutamente contrário, tanto a essa como a outras garantias de juros.

Os ministros presentes "foram todos do mesmo parecer". Deodoro faz questão fechada. Mostrando-se firmes os ministros, declara êle que então deixará o govêrno.

Mas longe disso: no dia 21 concedia êle a demissão coletiva do ministério; e no dia seguinte entregava a sorte da ditadura ao Barão de Lucena.

Muito antes dêstes acontecimentos, havia o Govêrno Provisório decretado o banimento da ex-Família Imperial, e também do Visconde de Ouro Prêto, de seu irmão o conselheiro Carlos Afonso e do ex-senador Gaspar da Silveira Martins.

4. Uma das notas mais curiosas desta fase é a exposição que ao chefe do Govêrno Provisório fêz o ministro da Fazenda, conselheiro Rui Barbosa, em data de 28 de dezembro de 1889. E' um rápido balanço de tôda a vida da monarquia sob o aspecto financeiro.

Depois de estudar os vícios do antigo regime, formulando um longo e tremendo libelo contra os homens que o serviam, expõe detalhadamente os compromissos deixados pelo Império, e conclui: "Avantaja-se, pois, a *um milhão de contos* de réis a soma do débito nacional, que nos deixou em herança a monarquia".

E acentua: "Fica sabendo assim o país o que deve, por êste lado, ao regime em boa hora extinto, a quão poucas saudades tem êle direito da parte das classes cujo trabalho promove a indústria, opulenta as fontes do impôsto, e desenvolve a riqueza geral. Ao mesmo tempo vem esta lição a ponto, para servir de advertência à República nascente, e com especialidade aos seus fundadores, cujo exemplo não pode deixar de influir no tipo dos nossos futuros costumes a fim de que saibamos evitar o escolho da prodigalidade, que tão profunda e fatal atração parece exercer, em nossos tempos, sôbre a política das democracias".

E desenvolve em seguida uma extensa página de conselhos muito oportunos e sábios aos que tomam a nova direção dos negócios públicos.

E na coragem com que se sente para encarar a situação que a República recebia do passado, observa: "Se nos soubermos inspirar nestes rudimentos de senso comum, aplicados às necessidades do momento, não haverá mo-

tivo de assustarmo-nos ante a soma de embaraços; temos, de mais a mais, recursos incomensuràvelmente superiores na fortuna pública e particular do país, nas ferrovias nacionais, na importância das fazendas, estâncias, edifícios e outros próprios federais, nos haveres de cada Estado, em criação pastoril, em cultura agrícola, em produtos naturais, em terras devolutas. Só a propriedade predial, na capital da República, se avalia aproximadamente, segundo o cômputo dos impostos, o qual, aliás, a deixa mui abaixo da realidade, em um capital superior a seiscentos mil contos de réis. Não somos, portanto, uma nação em estado de indigência".

5. Aproveitou-se o Govêrno Provisório da excepcional autoridade que se atribuía, em virtude das funções extraordinárias que estava exercendo, para decretar algumas reformas que estavam suficientemente preparadas pelo Império, e eram desde muito reclamadas pela opinião.

A primeira foi a grande naturalização, decretada a 14 de dezembro (1889), fixando-se o prazo de seis meses para as declarações daqueles estrangeiros que quisessem conservar a respectiva nacionalidade.

Logo depois, a 23 de janeiro (1890), foi decretado o casamento civil. Também se confirmou a secularização dos cemitérios.

Já se havia, a 7 do referido mês, decretado a separação da Igreja do Estado, sendo o artigo 1.° do decreto assim formulado: "E' proibido à autoridade federal, assim como à dos Estados federais, expedir leis, regulamentos, ou atos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e criar diferenças entre os habitantes do país, ou nos serviços sustentados à custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões filosóficas ou religiosas". Pelo artigo 4.° extinguia-se o padroado com tôdas as suas instituições, recursos e prerrogativas. A tôdas as igrejas e confissões religiosas reconhecia-se personalidade jurídica, "para adquirirem bens e os administrarem, sob os limites postos pelas leis concernentes à propriedade de mão-morta, mantendo-se a cada uma o domínio de seus haveres atuais, bem como dos seus edifícios de culto".

O artigo 6.° do decreto estatuía: "O govêrno federal continua a prover à côngrua para sustentação dos atuais serventuários do culto católico, e subvencionará por um ano as cadeiras dos seminários, ficando livre a cada Estado o arbítrio de manter os futuros ministros dêsse ou de outro culto, sem contravenção do disposto nos artigos antecedentes".

Outros muitos decretos deu o Govêrno Provisório, estabelecendo reformas, ou criando serviços novos, ou renovando antigos.

É de lamentar que se tivesse perdido o ensejo de fixar limites entre alguns Estados que traziam velhos litígios.

6. Os acontecimentos de 15 de novembro, conquanto previstos, ou pressentidos por alguns espíritos, produziram surprêsa geral no país; e as primeiras impressões em tôda parte foram de susto e de incredulidade.

Passado o momento de estupefação, em tôdas as capitais tudo se fêz como se havia feito no Rio. Os comandantes das armas (e onde os não havia, os chefes de guarnição) assumiram provisòriamente o govêrno, até que chegassem os governadores nomeados.

De tôdas as províncias chegaram logo protestos de adesão à nova ordem de coisas, emulando quase sempre os dois velhos partidos monárquicos no apressuramento com que faziam tais protestos.

Em nenhuma das antigas províncias houve coisa alguma que embaraçasse a mudança que se operou. Apenas em uma ou outra, depois dos primeiros dias, ocorreram pequenos incidentes ou leves complicações, que o Govêrno Provisório ia fàcilmente corrigindo.

Pelo que se passou, por exemplo, na Bahia, pode julgar-se da natureza de tais incidentes.

Ali, o governador nomeado, Dr. Manuel Vitorino Pereira, impopularizou-se de tal maneira, e tão sem fôrças se sentiu para a delicada função que tinha a desempenhar naquele grave momento — que o Govêrno Provisório não teve outro expediente senão destituí-lo, nomeando para o cargo o comandante das armas, marechal Hermes da Fonseca.

E com isso, tudo se normalizou.

O mesmo se dava em relação a casos análogos de outros Estados.

7. O reconhecimento da República pelas outras nações não encontrou nenhum tropêço fundamental. Era mesmo isso de esperar, pois não se tratava, como em 1822, de um Estado novo, e sim de uma mudança apenas na forma política — direito universalmente considerado como privativo de cada povo.

As Repúblicas americanas foram até solícitas em entrar em relações oficiais com o Govêrno Provisório e muitas mesmo antes que se convocasse a Constituinte.

A primeira a reconhecer a sua nova co-irmã do continente foi a República Argentina, a 20 de novembro de 1889. Do mesmo ano e dia foi o ato com que a República do Uruguai saudou o novo regime instalado no Brasil.

Seguem-se tôdas as outras nações latinas da América, nesta ordem: — no mês de dezembro de 1889: a Venezuela (a 5); a Bolívia (a 12); o Chile (a 13); o Paraguai (a 19); o Peru (a 27); — no mês de janeiro de 1890: o México (a 27); o Equador (a 29); — no mês de fevereiro, e no de março, as demais tôdas.

Nos Estados Unidos, mais por escrúpulos de partidos que políticos, retardou-se a cerimônia oficial do reconhecimento até 29 de janeiro de 1890.

Na Europa não houve as mesmas facilidades; mas ainda assim muitos governos reconheceram a República antes que começasse a funcionar a Constituinte. Foi em França que se teve mais trabalho, pois o govêrno francês quis aproveitar-se do ensejo para encaminhar a solução do litígio da Guiana. O ato do reconhecimento pela França é de 20 de junho de 1890.

O Império Alemão reconheceu a República em 29 de novembro de 1890.

A Inglaterra aguardou que se promulgasse a nova Constituição; e só a 4 de maio de 1891 era recebido oficialmente pela Rainha Vitória o nosso representante.

Até fim de 1891 estava, em suma, a República Brasileira, reconhecida por tôdas as nações. Só a Rússia é que não quis reconhecer as novas instituições senão depois do falecimento de D. Pedro II (e por ato de 26 de maio de 1892).

QUESTÕES CONEXAS: — *A extinção da* capoeiragem *no Rio.* — *Balanço financeiro e econômico do Império.* — *O decreto de separação da Igreja do Estado.*

XXIV

CONSTITUIÇÃO DE 1891
GOVERNOS CONSTITUCIONAIS ATÉ O DE WASHINGTON LUÍS
CONSTITUIÇÕES DE 1934, 1937 E 1946

SUMÁRIO: — Reorganização política do país. — Os primeiros tempos do novo regime. — Presidentes da República, até 1930. — Constituições de 1934, 1937 e 1946.

REORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO PAÍS

1. Desde cedo começou-se a cogitar da normalização do regime proclamado.

Duas correntes de opinião havia quanto a isso: a dos que sustentavam a conveniência de prolongar-se por alguns anos a situação provisória; e a dos que julgavam urgente a necessidade de entrar-se o mais depressa possível na ordem definitiva.

Entendiam os primeiros que era ainda necessário defender a situação criada pelos acontecimentos de 15 de novembro; e que para isso a ditadura, armada de poderes excepcionais, era mais apta do que um govêrno que tivesse de agir dentro dos limites das leis.

Pensavam os outros que a República precisava de inspirar confiança tanto no interior como fora do país; e mais ainda no estrangeiro, porque alguns governos da Europa hesitavam em reconhecer as novas instituições antes que elas fôssem consagradas pela sanção solene do voto popular. Só depois de decretar-se a nova Constituição política, e de cessada, portanto, a fase provisória, é que a República se consideraria como definitivamente implantada no Brasil.

Venceram êstes, amparados das mais legítimas razões.

Não se tratava de organizar um Estado novo; mas de reconstituir, sob forma nova, um Estado já constituído.

Em 1822 mesmo, deu-se no Brasil o que se havia dado em tôda a América: no dia seguinte ao da proclamação da independência (e até muitos meses antes disso) tratou-se logo da organização nacional.

Se isto se fêz quando saíamos do regime da colônia, e quando, portanto, havia no país apenas um defeituoso aparelho de simples administração

e dentro dos moldes da realeza absoluta — quanto mais natural não era que se cuidasse agora —, ao cabo de mais de sessenta anos de regime constitucional representativo, de repor no mecanismo político as peças novas que deviam substituir as que haviam sido retiradas?

2. Prevaleceu, pois, com tôda razão, o modo de ver da segunda daquelas correntes.

Por decreto de 21 de dezembro de 1889 foi convocada, para reunir-se no dia 15 de novembro a 1890, a Assembléia Nacional Constituinte.

Expediu o ministro do Interior as instruções especiais que deviam regular os comícios, e tomaram-se tôdas as providências no sentido de assegurar a homogeneidade de vista da representação.

Realizaram-se as eleições no dia 15 de setembro em todos os Estados, sendo absoluta a vitória dos republicanos.

Como a assembléia, depois de exercidas as suas funções de constituinte, teria de converter-se em congresso legislativo ordinário, dividido em duas câmaras, fizeram-se eleger, para simplificar o processo, deputados e senadores.

Desde julho que estava formulado o projeto de Constituição, depois de discutido em conselho de ministros.

No dia 15 de novembro, no paço da Boa Vista, instalou-se com tôda solenidade a Constituinte, lendo por essa ocasião o marechal Deodoro a sua mensagem.

Depois de eleger a sua mesa (sendo eleito presidente o Dr. Prudente de Morais), o primeiro ato da Assembléia foi reconhecer os poderes do Govêrno Provisório, e prorrogá-los até que se promulgasse a nova Constituição.

3. Não foi muito difícil aquela tarefa. Relativamente muito pouco se discutia o projeto apresentado pelo govêrno.

Sabia-se que o trabalho ia já quase perfeito do seio do gabinete, e naturalmente se receava que a discussão pudesse desfigurá-lo alterando-lhe a forma definitiva que se lhe havia dado.

Além disso, a Assembléia andava muito longe de ser o que se pudesse chamar a flor da intelectualidade nacional naquele momento: muito pelo contrário, representava apenas a vitória de um partido que não tinha homens de valor, pelo menos em grande número. Raras eram, pois, naquela câmara de novos e recém-chegados, as figuras que representassem mais do que isso.

Por tôdas essas razões (e ainda mais por se saber que as constituintes são quase sempre o escolho das revoluções triunfantes, e até dos mais seguros movimentos da ordem política) houve um como acôrdo geral para que fôsse imediatamente votado o projeto do govêrno.

Não se fizeram, pois, nesse projeto, alterações fundamentais.

No dia 24 de fevereiro de 1891 foi solenemente promulgada a Constituição da República.

Nos têrmos do § 4.º do artigo 1.º das Disposições Transitórias, depois de feita a eleição do presidente e do vice-presidente da República (eleição esta que excepcionalmente seria feita pelo Congresso) é que êste daria "por terminada a sua função constituinte, e separando-se em Câmaras e Senado, encetará o exercício de suas funções normais a 15 de julho".

4. A eleição do primeiro presidente constitucional não se fêz sem vencer certos embaraços, e de natureza muito grave, e até capazes de comprometer tôda a obra de 15 de novembro.

Para os políticos civis, o marechal Deodoro já não era o mesmo homem. Tinha perdido muito do seu prestígio.

Dava-se agora, o que se dera em 1822. Enquanto a Independência era uma grande aspiração, revelava o Príncipe D. Pedro, com o seu ânimo cavalheiresco e o seu gôsto das situações heróicas, as qualidades mais próprias para o momento. Realizado o ideal da geração que o insuflou, é que se viu como aquêle temperamento impulsivo era incompatível com instituições que eram novas para êle, e até com a normalidade do regime de que faziam questão os brasileiros.

Deu-se o mesmo com Deodoro: muito bom para fazer a República; mas muito pouco idôneo para governar a nação como chefe de um Estado constituído.

As várias classes representadas na Assembléia entendiam que era tempo de aliviar a nação de um poder que se não fundava na sua vontade expressa, e cogitavam de eleger para o cargo supremo, dentro da ordem definitiva, uma nova figura que não estivesse tão incompatibilizada com a opinião geral.

5. Mas, talvez por isso mesmo, o generalíssimo fêz o seu partido; e "segundo se disse naqueles dias, estêve a República em grande perigo por algumas horas", pois se o marechal Deodoro não fôsse eleito, teria o exército dado provas outra vez de si, como o responsável principal pela nova ordem de coisas.

Por sua parte, formaram também o seu partido os outros, que já se julgavam puritanos da República, e erigiram as suas candidaturas: para a presidência, o Dr. Prudente de Morais, velho e o mais autorizado corifeu da propaganda; e para a vice-presidência, o marechal Floriano Peixoto.

Com esta chapa, contavam os díscolos de Deodoro, não só "atrair para a sua corrente os membros da deputação paulista, que era uma fôrça preponderante no Congresso, como também os amigos de Floriano, que eram numerosos, até fora da classe, ativos e dedicados.

Ia-se evidentemente travar uma luta perigosíssima, cujas probabilidades se afiguravam a todos os espíritos esclarecidos como inteiramente contrárias à política republicana".

O transe parecia realmente o mais angustioso de tudo o que se vinha fazendo com tanta regularidade. Alarmaram-se com isso os chefes de mais responsabilidade, e procuraram com esfôrço evitar aquêle novo encontro da ordem legal com a fôrça.

Por mais que fizessem, no entanto, o partido infenso a Deodoro tinha crescido muito, e parecia muito forte.

Não foi sem as mais graves apreensões que se chegou ao dia 25 de fevereiro.

6. Conta-se que nas vésperas do julgamento de Luís XVI pela Convenção, segundo os cálculos que se faziam, fundados em manifestações positivas dos convencionais, havia certeza de que o rei seria absolvido por grande maioria. No dia seguinte, porém, os mesmos, que se diziam mais convencidos da inocência do acusado, eram os primeiros a votar com incrível desassombro: — *la mort!*

Coisa semelhante passou-se no Congresso Constituinte: muitos dos próprios representantes, que se mostravam até à véspera mais infensos ao generalíssimo, nêle votaram para presidente da República.

Os próceres da oposição pareciam tão duvidosos pelo menos da vitória de Deodoro que, "à vista das circunstâncias gravíssimas e do perigo de um levantamento do exército, resolveram que, no caso em que fôsse eleito Prudente de Morais, o Congresso lhe daria imediatamente posse do cargo, instalando-se sem demora o govêrno constitucional no próprio edifício do Congresso, onde aguardariam os acontecimentos. Deviam, no entretanto, dirigir-se para as imediações do referido edifício as fôrças com que contavam para a defesa".

Só estas notas dão idéia das excepcionais complicações de semelhante lance. O exército estava dividido entre um e outro grupo; e não se sabe prever o que teria acontecido se as hostes viessem a ter motivos para um encontro de armas em tais condições.

7. A própria "gravidade do momento, afinal, operou nos espíritos, e todos compreenderam que só havia um meio de conjurar a borrasca iminente".

No dia 25 de fevereiro reuniam-se os representantes para aquela difícil função.

Correram na véspera, no recinto mesmo das sessões, e sem nenhuma reserva, boatos adrede espalhados, segundo os quais estava uma grande parte do exército disposta a levantar-se no caso em que o generalíssimo não fôsse eleito.

Foi a sessão aberta no meio de agitação sufocada; e a "eleição correu numa atmosfera sombria" e opressiva.

Corrido lentamente o escrutínio, saiu eleito o marechal Deodoro com 129 votos, havendo o Dr. Prudente de Morais alcançado 97. Até essa diferença de sufrágios dá idéia da situação que com tanto custo se conjurou.

Fôra na mesma ocasião eleito vice-presidente da República o marechal Floriano.

Mas aquela crise dolorosa não estava ainda vencida. A solução que se lhe dera dir-se-ia que a acentuara em vez de resolvê-la.

Sentiu-se isso mesmo já na solenidade da posse; quando Deodoro entrou no recinto do Congresso, "foi recebido com sinais da mais fria reserva; enquanto Floriano era saudado com vivas aclamações".

Estava declarada a guerra.

"Separaram-se os congressistas sob a impressão de tais acontecimentos, levando cada um para o seu Estado presságios muito tristes. O presidente da República e o Congresso, desde êste primeiro encontro, ficaram a contemplar-se como adversários que se avistam na arena".

A luta vai empenhar-se com tôdas as sanhas da discórdia.

QUESTÕES CONEXAS: — *A ação de Rui Barbosa no momento.* — *A promulgação do Pacto Federal.* — *A eleição de Deodoro.*

OS PRIMEIROS TEMPOS DO NOVO REGIME

1. Começou o marechal Deodoro, agora presidente constitucional da República, fazendo uma desabrida reação em vários Estados. Naqueles, cujos representantes se lhe haviam mostrado infensos no Congresso, operou-se logo uma "completa mudança de orientação política, repetindo-se aí as cenas da derrubada geral, que nos tempos do Império se praticavam nas províncias quando um dos dois partidos era chamado a revezar com o outro nos conselhos da Coroa".

Essa política destemperada produziu grande irritação no país; e a culpa de tudo se atribuiu ao ministro Barão de Lucena, que se fizera senhor da situação pelo ascendente que exercia sôbre o ânimo do chefe do Estado.

No dia 15 de julho instalava-se o Congresso como legislatura ordinária.

Havia, no interstício de pouco mais de quatorze meses, recrudescido a animosidade que, por ocasião do pleito presidencial, se criara entre as duas correntes. Estava uma delas agora representada pelo próprio govêrno

desassombradamente; enquanto a outra crescia nas duas casas do Congresso.

Foram-se dando atritos entre os dois poderes; revidando-se golpes, parecendo cada qual mais caprichoso e intransigente que o outro.

Em três meses de sessão, estava o Congresso perfeitamente incompatibilizado com o poder executivo.

Uma intuição clara do regime presidencial, e um pouco dessa austera serenidade que se requer nos homens públicos conscientes da sua função, teriam decerto evitado desfecho imprevisto de semelhante crise.

Com isso, porém, não se podia contar desde que se inaugurara o govêrno constitucional da República. O próprio ministério do presidente Deodoro era o elemento mais ativo da discórdia. É dêle a responsabilidade moral do incrível dislate que se vai perpetrar contra as instituições nascentes.

Custa mesmo conceber que o sentimento da fôrça exacerbasse tanto a paixão daqueles homens ao ponto de levá-los a atentar inconscientemente, não só contra a índole do regime, como contra a própria letra da Constituição que se acabava de promulgar.

2. Quando sentiram a acuidade da situação, procuraram os mais eminentes chefes republicanos intervir naquela contenda de morte.

Falou-se até, por alguns dias, em perigos de restauração monárquica, dando-se como tramada uma conspiração nesse sentido, com a cumplicidade de um príncipe da Família Imperial.

E no entanto, quanto mais se empenhavam pela paz, cada vez mais a discórdia se acendia.

E' de notar que da parte do Congresso havia ainda menos prudência que do lado do govêrno. Andava no seio da representação um arruído contínuo de boatos, de protestos e detestações que ninguém mais podia conter.

Enquanto o marechal Deodoro se premunia de fôrças, assegurando adesões entre os militares, ia o Congresso, acastelado na sua indissolubilidade, levando a sua política, parecendo, cada vez mais desassombrado, seguro de que forçaria o presidente a renunciar o seu alto pôsto.

Além de umas tantas medidas de capricho que ia tomando, não dissimulava o propósito de negar orçamento ao govêrno.

Por fim, trataram os oposicionistas de liquidar o caso da lei de responsabilidade dos poderes públicos.

Havia o presidente vetado o respectivo decreto da legislatura, certo de que assim inutilizara essa manobra dos adversários, adiando para a sessão do ano seguinte o conhecimento do veto pelo Congresso.

Mas os oposicionistas cuidaram desafrontadamente de levar o veto a plenário, e fazê-lo rejeitar, naquela mesma sessão "contra a clara, expressa e terminante disposição" da lei fundamental. E dizia-se, já francamente, que

o intuito assentado pela maioria dos representantes sera denunciar o presidente da República.

Tinha-se chegado à extremidade daquela colisão angustiosa. O dilema — *deposição ou dissolução* — dominou todos os espíritos.

3. O *Diário Oficial* de 4 de novembro (1891) publicava o decreto da véspera dissolvendo o Congresso Federal!

Reproduziram-se então, as cenas de 1823, quando o primeiro Imperador dissolveu a Constituinte. "Corpos de exército foram colocados em frente aos edifícios onde as duas câmaras funcionavam, a fim de impedir que nêles penetrassem os membros do Poder Legislativo".

No mesmo dia publicou o marechal um manifesto à nação, "explicando o seu ato, e fazendo grandes queixas contra o Congresso", a cuja conta lançava a responsabilidade dos sucessos que estavam perturbando a vida do país. Assegurava que só para salvar a República se sentira forçado àquele extremo recurso. Concluía declarando que governaria "com a Constituição"; que nada seria alterado nas normas do seu govêrno; que garantia a liberdade e os direitos de todos. Decretava o estado de sítio para o Distrito Federal e para o município de Niterói; e "prometia que um decreto convocaria oportunamente o novo Congresso"...

O acontecimento, por mais que todo mundo andasse nos últimos dias suspeitoso, causou profunda sensação. Custava muito acreditar naquela temeridade inconsciente, com que o govêrno, presumindo que contava com tôda a fôrça armada, se afoitou a lançar semelhante repto à nação.

E o que é ainda mais doloroso é que nos primeiros dias que se seguem, teve o marechal motivos para crer que se não enganava. Devia ter-lhe parecido que o país inteiro acudia a aplaudir-lhe o patriótico heroísmo. De todos os Estados "choviam adesões ao seu ato: governadores, guarnições, políticos militantes, endereçavam-lhe telegramas calorosos. Um dos signatários dessas missivas entusiásticas, governador de um Estado, sentia tanto a majestade do poder ditatorial que se declarava seu súdito"...

4. Surpreendidos daquela coragem do marechal, os adversários, passado o momento do espanto, cuidaram esforçadamente de revidar-lhe o golpe.

Começaram os congressitas, rebatendo ao do marechal, dirigindo à nação um manifesto em que, depois de explicar por sua vez os acontecimentos, protestavam com tôda energia e firmeza que o seu dever indeclinável, como representantes do povo brasileiro, era destruir a ditadura.

Em alguns Estados, como São Paulo, Rio Grande do Sul e Pará, começou-se logo a reação, ou fizeram-se sinais de que estava tudo para isso preparado.

Não demorou que na própria capital da República o protesto da consciência geral ganhasse o espírito das classes armadas. A esquadra, sobre-

tudo, que era elemento decisivo, e que tinha hesitado um instante, está pronta agora para entrar em ação.

Chegou-se afinal ao dia 22 de novembro (1891) quando se deu o alarma geral nos arraiais do govêrno, ao saber-se que o contra-almirante Custódio José de Melo estava senhor de todos os navios de guerra surtos na baía. "Já os operários da estrada de ferro se haviam declarado em parede"; e "boatos terroristas enchiam a cidade".

O próprio marechal, aturdido naquela emergência, ordena prisões. Não era mesmo fácil, em tal conjuntura, atinar com expedientes eficazes.

No dia seguinte, a esquadra "começou a mover-se na baía, intimando, por um tiro de canhão na cúpula da Candelária, a deposição do govêrno". Houve imenso alvorôço na cidade. Ainda o próprio marechal, telefonando para tôdas as fortalezas, "deu-lhes ordens terminantes de resistência"... Teve em seguida, um dos seus movimentos: "abriu tranqüilamente uma gaveta, tirou um revólver e carregou-o dizendo: — Só entrarão aqui sôbre o meu cadáver".

5. O marechal era mesmo homem de impulsos... mas impulsos que passavam como o vento.

Os amigos que assistiam a esta última cena foram os primeiros a aconselhá-lo a ceder à vista de tão graves circunstâncias, falando-lhe na guerra civil que se ia travar, e na restauração que os acontecimentos pareciam estar preparando.

Custou muito pouco incutir-lhe no ânimo a necessidade da renúncia. Acabando de ouvir as ponderações do ministro Lucena, levantou-se Deodoro, pôs as mãos sôbre a mesa, inclinando-se ligeiramente para a frente, e, de cabeça baixa, refletiu algum tempo.

Depois, dirigiu-se a um dos seus ajudantes, ordenando-lhe que fôsse imediatamente deixar sem efeito as ordens dadas às fortalezas.

Mandou em seguida convidar a comparecer em palácio o vice-presidente da República, marechal Floriano Peixoto, e entregou-lhe o poder.

Como "no dia 15 de novembro (havia dois anos), tudo mudou como num lance de mágica. A onipotência da véspera, vacilante pela madrugada, já pela manhã se desfazia".

Nem por isso, com a mutação operada, se desanuviam os horizontes daquela política de golpes. Viu-se claro que estava criado o espírito de facção, e que entre os próprios militares lavrava já a discórdia. Num momento como aquêle, era o marechal Floriano "um homem com tôdas as virtudes para fazer prosélitos, e para mover, em tôrno da sua figura, os mais absurdos excessos de fanatismo. Era soldado por instinto. Em tempo como aquêle, de completo desvairo da consciência geral, de dissolução de caráter, de espantosos renunciamentos morais, nada mais fácil do que

Floriano Peixoto.

Prudente de Morais.

Campos Sales.

Rodrigues Alves.

instituir o culto da vontade e da fôrça onde só havia fraquezas e abdicações. Por fortuna da República, teve-o ela a seu lado no transe mais grave e doloroso que ia sofrer até hoje".

6. A fácil vitória de Floriano e seus partidários produz imenso abalo em todo o país. Como conseqüência lógica da deposição de Deodoro, foram depostos todos os governadores que tinham aderido ao golpe de Estado, subindo ao poder, em tôda parte, a facção contrária.

Essa revolução não se fêz sem alguns protestos, pois o presidente abdicante parecia disposto a tomar a frente dos seus fiéis. A primeira manifestação dessa natureza foi a revolta da fortaleza de Santa Cruz (19 de janeiro de 1892), com adesão imediata da Laje. Os levantados travaram luta na baía com fôrças do govêrno, sendo o levante sufocado no dia seguinte.

"A segunda manifestação foi a que se ficou chamando — *revolta dos generais* —". No dia 6 de abril (1892) aparecera em alguns jornais, assinado por treze altas patentes do exército e da marinha, e dirigido ao marechal Floriano, um manifesto insinuando a "necessidade de proceder-se à eleição de novo presidente da República antes de findar o prazo fixado para o primeiro período presidencial". A êsse manifesto revidou o govêrno decretando a reforma de onze daqueles generais, e transferindo os dois outros para a segunda classe.

Nem com êste ato de energia se escarmentou a facção contrária a Floriano. Antes, mais se incendeu; e o espírito público chegou naqueles dias a uma tensão alarmante. No dia 10 de abril pareceu que se estava sob a iminência de uma revolução. Algumas ruas e praças encheram-se de povo em vasto bulício, a fazer arruaças, passeatas e correrias, caracterizando-se afinal a agitação como um movimento a favor do marechal Deodoro.

De volta da casa do quase moribundo marechal, dirigiam-se os manifestantes para o Itamarati quando, no Campo da Aclamação, encontraram tropas formadas, prontas para os rechaçar pelas armas; e tiveram de dispersar, acabando assim tudo sem deploráveis conseqüências.

Mas agora entendeu o govêrno que devia pôr um têrmo a semelhantes veleidades e manobras: no dia seguinte decretou o estado de sítio, e fêz prender grande número de cidadãos, tanto civis como militares, encerrando alguns nas fortalezas do pôrto, e mandando outros para vários presídios do Amazonas; de onde só voltaram depois da anistia de 19 de setembro de 1893".

7. O Congresso, que Floriano se apressara a convocar, instalou-se no dia 13 de dezembro, e funcionou até 22 de janeiro (1892). Foi aprovada a política do vice-presidente; e antes de encerrar-se, conferiu a legislatura ao poder executivo *todos os poderes para conservar a ordem e a paz na República.*

Por fortuna do regime, êsse ato absurdo não criou precedente.

Não ficaram, no entanto, naquelas manifestações os ímpetos de reação contra a política de Floriano. Fatos mais graves deviam sobreviver para amargurar aquêles primeiros dias da República.

De todos, o mais alarmante foi a revolução federalista que rompeu no extremo sul em fevereiro de 1893, e só acabou em agôsto de 1895.

Sete meses havia que tomava proporções a revolução no Rio Grande do Sul quando sobrevém a revolta da esquadra na baía do Rio (a 6 de setembro). O govêrno, não dispondo de fôrças navais, artilhou o litoral da baía, aumentou as guarnições de algumas fortalezas, e fêz frente aos navios da esquadra.

Enquanto se lutava na baía do Rio, os federalistas avançavam para o norte, e com a cooperação de alguns navios, que tinham saído para o sul, ocupavam Santa Catarina e Paraná. Não penetraram em São Paulo devido à resistência que na Lapa lhes ofereceu, até à morte, o heróico general Gomes Carneiro.

À custa de sacrifícios conseguiu afinal o govêrno (em 1894) adquirir alguma fôrça naval. Sob a iminência de ataque abandonam os revoltosos a baía do Rio; e em seguida outros pontos do litoral para o sul: enquanto os federalistas evacuavam o Paraná e Santa Catarina.

A luta fratricida parecia continuar no Rio Grande, quando o Dr. Prudente de Morais, sucessor de Floriano, interpôs o seu prestígio, e conseguiu fazer a paz (em agôsto de 1895).

QUESTÕES CONEXAS: — *O Congresso e o Poder Executivo. — Dissolução do Congresso. — Deposição de Deodoro. — Deposição dos governadores que tinham aderido ao golpe de Estado. — A revolta das fortalezas de Santa Cruz e da Lage. — Revolta dos generais. — A revolução federalista. — A revolta de 6 de setembro. — Pacificação do Sul.*

PRESIDENTES DA REPÚBLICA ATÉ 1930

1. "Não foi sem muitas apreensões e grandes sustos que o Dr. Prudente José de Morais Barros assumiu o govêrno no dia 15 de novembro de 1894. O marechal Floriano, talvez que, só por doente, não se deixou levar pelas paixões de alguns facciosos que o aconselhavam a não entregar o poder e proclamar-se ditador. Não fôsse o oportuno falecimento daquele homem em tal instante, e não se sabe o que teria acontecido"...

No meio da exaltação a que chegara por aquêles dias o sentimento republicano, vitorioso da revolução do Sul e da revolta da armada, o

govêrno do primeiro presidente civil inaugura na história da República uma época muito curiosa. Os que se julgavam *legítimos republicanos* não escondiam a sua grande antipatia e repulsa contra a nova situação, aliás presidida por um republicano histórico. Não tinha limites a ostentação com que os mais destemperados se diziam *jacobinos*, e vociferavam contra a frouxidão com que Prudente de Morais *fazia República*. Uma grande arma dêsses jacobinos foi o heroísmo indignado com que andavam, no seu delírio, vendo inimigos da República em tôda parte.

Não demorou que, para êles, os monarquistas imaginários, desenganados da revolta, fôssem agora voltando-se para o seguro protesto que nos sertões da Bahia andava levantando uma figura misteriosa, e de grande prestígio entre a gente simples de alguns Estados do Norte. E com isso se exacerbou imensamente a facção jacobina, e à medida que os pobres fanáticos lá resistiam. Já se haviam mandado contra êles inùtilmente algumas expedições. O chefe rebelde, Antônio Conselheiro, chegou a entrincheirar-se no arraial de Canudos.

Ao cabo de longos esforços e lutas sangrentas, foi tomado o reduto e destruído, com mortandade de escarmento.

Nem assim se moderou o entusiasmo dos exaltados, que defendiam a República, mas aqui, no Rio. E chegaram a tramar contra a vida do chefe do Estado. Quando, no dia 5 de novembro (1897), se achava no Arsenal de Guerra o Dr. Prudente de Morais, que ia honrar com a sua presença as tropas que voltavam da luta, foi sùbitamente agredido por um soldado. Corre a defendê-lo o ministro da Guerra marechal Machado Bitencourt, que é morto pelo agressor.

2. Durante o govêrno de Prudente de Morais tivemos dois litígios externos, ambos resolvidos a nosso favor. O primeiro foi com a Inglaterra, e sôbre a nossa ilha da Trindade, de que aquela potência se apossara. O segundo foi com a República Argentina, sôbre a região de Palmas, impròpriamente chamada das Missões. Aquela foi resolvida por mediação do govêrno português, e esta pelos esforços do representante do Brasil, Barão do Rio Branco.

No dia 15 de novembro de 1898 assumiu o govêrno o novo presidente eleito, Dr. Manuel Ferraz de Campos Sales.

Cuidou êste, principalmente, de restaurar a economia geral e as finanças do país, agravadas durante as três primeiras administrações republicanas.

E' neste quadriênio que se resolve, por sentença arbitral do presidente do Conselho Federal Suiço, a questão de limites com a Guiana Francesa (Amapá). O laudo a nosso favor tem a data de 1 de dezembro de 1900 e mais uma vez foi devido à competência de nosso advogado, José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco.

No dia 15 de novembro de 1902 empossava-se do cargo de presidente da República o Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves.

Aproveitando-se da restauração do nosso crédito externo, empreendeu o novo govêrno a obra imensa da remodelação e saneamento da capital da República. Realizou-se para isso um empréstimo de oito e meio milhões esterlinos, que se aplicaram na construção do pôrto e na abertura de uma grande avenida no bairro comercial da cidade (Avenida Rio Branco). Ao mesmo tempo habilitava-se a Diretoria de Saúde Pública, chefiada por Osvaldo Cruz, a organizar um serviço completo de desinfecção e profilaxia, e de inspeção de higiene doméstica; tendo-se assim conseguido extinguir as epidemias mais graves que periòdicamente afligiam a população. Com a do govêrno concorria a ação da autoridade municipal, representada pelo prefeito Francisco Pereira Passos, que construiu uma extensa avenida ao longo das praias de Santa Luzia, da Lapa, do Russel, do Flamengo e do Botafogo, abrindo novas ruas e praças, alargando outras, e "reformando bairros inteiros".

Êste movimento de renovação que se fêz no Rio, foi logo imitado por todos os governos estaduais e pelos próprios municípios, dando-se assim, por tôda parte, novo aspecto aos nossos centros urbanos, e saneando-se inteiramente o país.

Neste quadriênio tivemos de resolver mais duas questões de limites: a do Acre com a Bolívia, e a da Guiana Inglêsa. Na primeira, conseguiu mais uma assinalada vitória o Barão do Rio Branco, já então ministro das Relações Exteriores, pelo tratado firmado em Petrópolis, em 1903. Na segunda, não pôde obter o nosso advogado, Joaquim Nabuco, apesar de seus esforços, uma decisão justa do árbitro escolhido, o rei da Itália.

3. Sucede ao Dr. Rodrigues Alves o sexto presidente, Dr. Afonso Augusto Moreira Pena.

Ocupou-se êste, particularmente, da administração geral. Desenvolveu a nossa viação; criou o serviço do povoamento do solo e a repartição de obras contra as sêcas; estabeleceu a Caixa de Conversão, destinada a regularizar o valor da nossa moeda; reorganizou o exército e renovou a marinha de guerra.

Antes de completar três anos do govêrno, porém, falece o Dr. Afonso Pena, e assume a presidência (a 14 de junho de 1909) o vice-presidente Dr. Nilo Peçanha. Com muita moderação exerceu êste o cargo até o fim do quadriênio.

Em setembro de 1909 assinou-se no Rio de Janeiro o tratado de limites com o Peru; em outubro de 1910 cedemos espontâneamente à República do Uruguai o condomínio da Lagoa Mirim. Foram mais dois serviços prestados ao país pelo grande *chanceler* Barão do Rio Branco.

O marechal Hermes Rodriques da Fonseca inicia o seu govêrno enfrentando as mais graves complicações.

A primeira foi a revolta de alguns marinheiros, que se apoderaram de uns quantos navios, e dominaram a baía por alguns dias, e só se renderam sob anistia prévia.

Em seguida agitou-se todo o país com a política, que se chamou de salvação, contra os oligarquias que se perpetuavam em alguns Estados. Foram depostos pela fôrça pública alguns governadores, sem melhorar-se, no entanto, a situação em nenhum dêles.

Entrou o país em agitação, e principalmente no Rio, onde o presidente não pôde ultimar o seu mandato sem oito meses de estado de sítio. Grande era então a influência política do senador Pinheiro Machado, assassinado em 1915.

Em fevereiro de 1912 falecia o Barão do Rio Branco, que exercera desde 1902 o cargo de ministro das Relações Exteriores.

4. Para o quadriênio de 1914-1918 (que foi o quadriênio da Grande Guerra) fôra eleito o Dr. Venceslau Brás Pereira Gomes.

Encontrou de entrada uns tantos embaraços, "principalmente alguns casos políticos que sobrevêm como repercussões do precedente quadriênio".

No Estado do Rio de Janeiro instalam-se duas assembléias, e "reconhecem e empossam cada qual o seu presidente". O Supremo Tribunal decidiu o conflito, declarando a legitimidade de uma daquelas assembléias e do presidente por ela investido.

A capital do Espírito Santo estêve durante alguns dias ameaçada de fatos desagradáveis, também por motivos da sucessão presidencial.

Com a posse efetiva do governador eleito, restabeleceu-se o sossêgo.

No Piauí dá-se fato semelhante. Cada um dos presidentes que se julgavam eleitos requer *habeas corpus.*

Uma das facções chega a ameaçar a capital.

Resolve-se então o conflito: a assembléia que foi declarada legítima empossa o seu presidente.

Em Mato Grosso houve, por princípios de julho (1916) um caso mais grave: um rompimento brusco e desabrido entre o presidente do Estado e a Assembléia Legislativa. Quando lá chegaram tropas federais, já encontraram em armas uma das facções. Prepara-se esta para resistir às tropas.

A Assembléia, não podendo funcionar na capital, reúne-se em Corumbá, e decreta a acusação do presidente.

Resolve então, o govêrno federal intervir no Estado.

O presidente, em tal conjuntura, renuncia o cargo e retira-se para o Rio.

Afinal reconciliam-se as duas facções.

Pelos fins de 1916, no Estado do Pará, insurge-se o povo, e com o apoio da polícia e dos bombeiros, depõe o governador Enéias Martins, "que se havia incompatibilizado com a opinião geral por grandes abusos cometidos na administração".

5. Além das que decorreram dêsses casos políticos, teve o Dr. Venceslau de vencer outras dificuldades, sendo mais grave a luta do Contestado (entre o Paraná e Santa Catarina). Teve o govêrno federal de expedir fôrças para ali.

Viu-se afinal, que as desordens naquela zona se originavam da "questão de limites debatida entre os dois Estados", e convenceu-se o presidente da República, de que o meio mais seguro de as debelar era suprimir a causa das discórdias. Insistiu, por isso, junto dos respectivos governadores, por um acôrdo que trouxesse a solução do litígio. Foi com efeito, no dia 20 de outubro de 1916, no palácio do Catete, assinado êsse acôrdo, que logo depois era aprovado pela legislatura de cada um dos Estados.

Em dezembro de 1915 deu-se no Rio uma rebelião de sargentos; a qual parecia denunciar algum plano de mais gravidade. Também na Vila Militar houve por aquêles dias tentativas de sedição.

O estado de alarma em que êsses fatos punham o espírito público era ainda agravado por boatos de levantes na guarnição.

Mas o Dr. Venceslau não perdeu a prudência e serenidade, e tudo se desvaneceu.

E' êste o quadriênio da conflagração. Assim que rebenta na Europa o temeroso conflito, declara o Brasil a sua perfeita neutralidade entre os beligerantes. Dois anos depois, no entanto, começa a opinião pública a mudar, manifestando tendências contra os impérios centrais.

Até que em maio de 1917 se declara o estado de guerra iniciado pela Alemanha contra o Brasil. Parte logo para a Europa, a incorporar-se à esquadra aliada, uma divisão naval brasileira; e depois, uma missão médica, que lá chegou quase ao terminar o formidável pleito (novembro de 1918).

6. Enquanto na ordem política interna ia o país em completa paz, tendo tôdas as atenções derivadas para a grande guerra, iam em vários pontos ocorrendo umas tantas anomalias de natureza social, que se diziam como repercussões do vasto cataclismo. Desde 1916 começam a dar-se manifestações operárias, tanto no Rio como nos Estados. A mais grave foi a de Santos, em princípios de 1917, e na qual se interessaram diversas classes. "No dia 10 de janeiro amanhecera fechado todo o comércio daquela praça", paralisando o tráfego e o movimento do pôrto. Tudo isso se fazia como pretexto contra novos e pesados impostos lançados pela municipalidade.

Só se restabeleceu a ordem depois que foram atendidos os reclamos da população.

Em julho, sobrevém uma greve de operários na capital paulista. Êste mês de julho "foi o mês das greves em todos os Estados do Sul".

Em 1915 declara-se a sêca no Piauí, Maranhão, Ceará, Rio Grande e Paraíba. "Em quase todos, à calamidade da sêca sobrevém a das grandes e destruidoras inundações. E como para carregar as sombras do quadro, aparece, pelos últimos meses de 1918, a epidemia da gripe, em todo o país, começando na Bahia, em setembro; e dali se alastrou para o Norte e para o Sul. Por meados de outubro entra o terrível morbo no Rio, generalizando-se ràpidamente. Em pouco mais de um mês, segundo as estatísticas, só no Distrito Federal fizera a epidemia quase 18 000 vítimas".

Foi neste quadriênio tão acidentado que se promulgou (a 1 de janeiro de 1916) o nosso Código Civil.

7. Para o quadriênio de 1918-1922 foram eleitos o Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves e o Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro. No dia 15 de novembro foi êste último, como vice-presidente, inteiramente empossado, por se achar enfêrmo o presidente.

Criara-se assim, uma situação instável, e viveu o país numa "atmosfera como de suspeitas e de ansiosa expectativa, e tudo isso exagerado ainda" por males que subsistiam do precedente quadriênio. "Não tinham cessado de todo os sustos das últimas perturbações da ordem no Rio; nem mesmo a freqüência de greves com que se embaraçara a última administração".

No dia 16 de janeiro (1919) falece o presidente eleito, Dr. Rodrigues Alves; e agita-se de novo todo o país com a sucessão presidencial.

Para impedir a vitória do Dr. Rui Barbosa, que parecia aclamado pela nação, conjuram-se os políticos dominantes da maioria dos Estados, e preferiram eleger o Dr. Epitácio da Silva Pessoa para preencher o quadriênio. Empossa-se o eleito no dia 28 de julho de 1919.

Por princípios de 1920 teve-se de resolver o caso político da Bahia, onde chefes do interior se insurgem contra o governador. Só por acôrdo veio a pacificar-se o Estado.

Em março irrompe no Rio um movimento operário, reprimido ao cabo de dois dias, enèrgicamente.

Em janeiro de 1921 declaram-se em greve os trabalhadores marítimos; e logo depois os operários de construção.

Em março de 1922 fere-se o pleito presidencial, no meio de grande agitação em que desde muito vinham os políticos. Ambos os candidatos de mais fôrça julgam-se eleitos; mas o reconhecido pelo Congresso foi o Dr. Artur da Silva Bernardes.

Continuou o país, e principalmente a sua capital, como em estado de revolução latente. "Aumentou a inquietação quando o govêrno, como medida de repressão disciplinar, ordenou a prisão da mais alta patente do exército, o marechal Hermes da Fonseca.

Na noite de 4 para 5 de julho revolta-se a guarnição da fortaleza de Copacabana; e logo a Vila Militar e a Escola de Guerra declaram-se em rebelião, enquanto corria a notícia de que marchavam para São Paulo fôrças revoltosas da guarnição de Mato Grosso.

Decretou o govêrno o estado de sítio; fêz efetuar muitas prisões: e, agindo enèrgicamente, conseguiu burlar tôdas essas veleidades de subverter a ordem constitucional.

As grandes festas, com que se comemorou o centenário da nossa Independência, não desfizeram a impressão de tais sucessos, principalmente no espírito do grande número de estrangeiros ilustres que então nos visitaram.

No dia 15 de novembro de 1922 assumiu o govêrno da República o presidente eleito, Dr. Artur Bernardes.

O fato mais grave que se deu durante o seu govêrno foi a sedição de São Paulo (julho de 1924) a que se seguiu uma série de campanhas no interior e nos sertões do país, combates entre as tropas legais e os retirantes remanescentes da revolução de 1924 em São Paulo.

Depois de um período de grande agitação política transmitiu o Dr. Artur Bernardes em 1926, a presidência da República, ao Dr. Washington Luís Pereira de Sousa, antigo presidente do Estado de São Paulo.

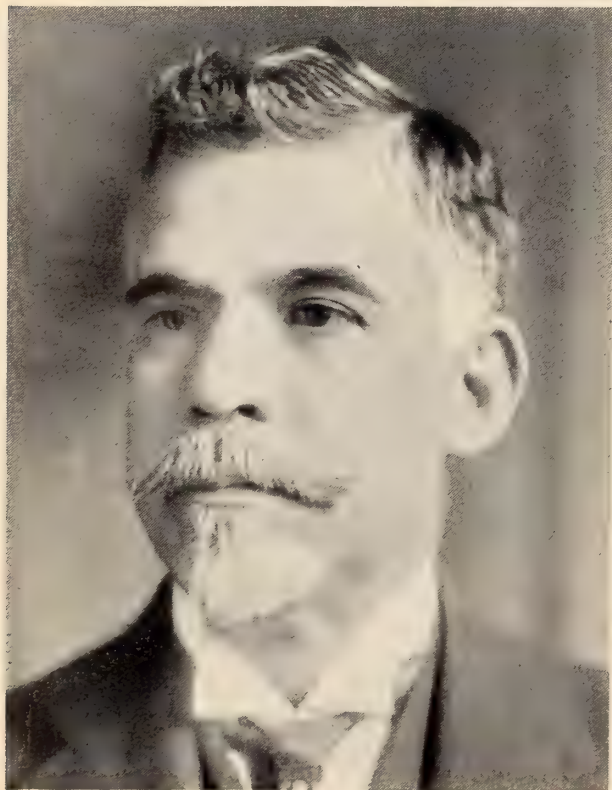
O novo presidente conseguiu vencer as últimas resistências das colunas revolucionárias nos sertões e empreender uma reforma financeira no sentido de estabilizar o mil réis. Sual aplicação, entretanto, foi prejudicada pela crise universal de 1929. Não conseguiu o Sr. Washington Luís atingir o fim do seu quadriênio presidencial em virtude da revolução que irrompeu a 3 de outubro de 1930 nos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e da Paraíba, em virtude da luta política motivada pela sucessão presidencial decorrente das eleições de 1.º de março anterior em que foram competidores os presidentes dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, Drs. Júlio Prestes de Albuquerque e Getúlio Dornelas Vargas, tendo sido o primeiro proclamado presidente pelo Congresso Nacional para o quadriênio de 1930-1934.

Triunfante a revolução com o levante da guarnição do Rio de Janeiro, a 24 de outubro de 1930, foi o presidente Washington Luís deposto por uma junta militar composta dos generais Augusto Tasso Fragoso, João de Deus Mena Barreto e o contra-almirante Isaías de Noronha. Esta, dentro em dias, transmitiu o poder ao chefe da revolução, Dr. Getúlio Vargas.

QUESTÕES CONEXAS: — *Os fanáticos de Canudos. — Assassínio de Gentil de Castro. — Assassínio do marechal Bitencourt. — A questão da ilha da Trindade. — A questão das Missões. — O empréstimo do* funding loan. — *A questão do Amapá. — A questão do Acre. — A figura do Barão do Rio Branco. — A revogação do banimento da Família Imperial. — A visita dos reis da Bélgica. — A Universidade do Rio de Janeiro.*

Afonso Pena.

Marechal Hermes da Fonseca.

Barão do Rio Branco

Washington Luís.

CONSTITUIÇÕES DE 1934, 1937 E 1946
ÚLTIMAS PRESIDÊNCIAS (*)

A 3 de novembro de 1930 foi empossado o Dr. Getúlio Vargas da chefia do segundo Govêrno Provisório da República. Dias, depois, limitou as suas atribuições por uma Lei Orgânica, que declarou em vigor grande parte da Constituição de 1891.

Dissolvidos o Congresso Nacional, as assembléias estaduais e as Câmaras municipais, com a nomeação de interventores federais, inclusive militares, diretamente ligados ao govêrno do Rio de Janeiro, ficou fortemente centralizada a administração do país.

A transformação política resultante da revolução de 1930 não se operou sem o registro de choques, em diversos Estados, de maior ou menor intensidade, todos, porém, prontamente dominados pelo govêrno da União. Não se conformando os paulistas com o regime a que estavam submetidos, com a perda da autonomia estadual, rebelaram-se em 1932, tendo em vista exigir a pronta reconstitucionalização do país. Apesar de vencidos, suas reivindicações foram atendidas com a eleição, no ano seguinte, da segunda Assembléia Nacional Constituinte republicana.

A ela coube elaborar a Constituição de 16 de julho de 1934, minucioso código que procurou condensar a "média das opiniões" então dominantes. Depois de especificar as atribuições da União, dos Estados e dos Municípios, algumas inovações incluíram-se na nova carta constitucional. Assim, quanto à organização do Poder Legislativo, manteve a representação profissional, experimentada na própria Constituinte, e criou uma Seção Permanente no Senado Federal, eleito pelas assembléias estaduais e destinado a amplas funções. Várias modificações foram introduzidas na estrutura do Poder Executivo. Quanto ao Judiciário, acrescentaram-se-lhe capítulos referentes à Justiça Eleitoral e Militar. Outros, novos em nosso sistema político, diziam respeito à Ordem Econômica e Social, à Família, Educação e Cultura, Segurança Nacional, etc.

De acôrdo com a primeira das Disposições Transitórias da Constituição de 1934, elegeu a Assembléia o presidente da República que deveria governar durante o quadriênio seguinte, recaindo a escolha no próprio Chefe do Govêrno Provisório, Dr. Getúlio Vargas.

(*) Êste capítulo foi acrescentado pelos editôres.

Também nos Estados foram elaboradas constituições e eleitos os respectivos governadores.

Refletindo-se no Brasil certos aspectos da situação internacional, registrou-se, no ano seguinte, um levante comunista no Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Norte, o qual foi prontamente abafado pelas fôrças militares fiéis ao govêrno e à ordem social vigente.

O problema da sucessão presidencial assumiu grande importância em 1937, quando começaram os candidatos ao cargo a sua propaganda eleitoral, apoiados pelos partidos políticos existentes. Alegando o presidente da República que "a crescente agravação dos dissídios partidários" tendia "a resolver-se em têrmos de violência, colocando a Nação sob a funesta contingência da guerra civil", tomou a deliberação de dissolver o Congresso e outorgar outra Constituição ao país, a 10 de novembro daquele ano.

De acôrdo com o respectivo artigo 175, ficou o mandato presidencial prorrogado até a realização de um plebiscito relativo à aprovação da nova Carta. Não se efetivou, porém, essa consulta à opinião nacional, assim como não entraram em vigor várias disposições constitucionais, como, por exemplo, as que se referiam ao Poder Legislativo. Quanto ao Executivo, caracterizava-se a Constituição de 1937 pelo fortalecimento de suas atribuições, o que ainda era agravado pela excessiva centralização administrativa, devida à renovação do regime dos interventores federais nos Estados.

O descontentamento produzido por essa situação determinou uma tentativa de deposição do presidente da República, em 1938.

O rompimento da segunda Guerra Mundial, no ano seguinte, adiou a solução do problema da reorganização política do Brasil, que a carta outorgada e não totalmente aplicada havia deixado em suspenso.

Não tardou que o Brasil fôsse obrigado, em obediência aos seus compromissos de solidariedade continental, e revidando a ataques marítimos da Alemanha e Itália, a participar efetivamente daquele grande conflito internacional. Assim, enquanto patrulhavam a nossa marinha de guerra e aviação militar as águas e os céus do Atlântico-Sul, seguiu para a Europa a Fôrça Expedicionária Brasileira, sob o comando do general João Batista Mascarenhas de Morais, que, com um contingente da Fôrça Aérea Brasileira, eficazmente contribuiu para o bom êxito da campanha da Itália, até a completa derrota dos exércitos germânicos e italianos no vale do rio Pó.

Terminada a conflagração, em 1945, voltou à cogitação geral a política interna do Brasil. Apesar de ter recebido a Carta de 10 de novembro, como anexas, várias Leis Constitucionais, em vez do projetado plebiscito provi-

denciou o chamado Ato Adicional, daquele ano, a realização de eleições presidenciais e gerais, em desacôrdo com os seus princípios. Antes, porém, da data marcada para o pleito, agravando-se a situação do país, resolveram as fôrças armadas brasileiras depor o Dr. Getúlio Vargas, o que se efetivou a 29 de outubro de 1945.

Entregue o poder ao presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro José Linhares, fizeram-se em boa ordem as eleições, sendo escolhido para a chefia da Nação o general de divisão Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro da Guerra, empossado a 31 de janeiro de 1946.

Elegeu-se também a terceira Assembléia Nacional Constituinte da República, que a 18 de setembro do mesmo ano terminou a sua tarefa, promulgando a quinta Constituição do país, atualmente em vigor, e subdividindo-se nas duas casas do Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

A 19 de janeiro de 1947 foram eleitas as Assembléias Constituintes estaduais, que também deram desempenho às suas obrigações, elaborando as constituições dos Estados e transformando-se em corpos legislativos normais.

Como última etapa da reorganização nacional, no mesmo ano elegeram-se as Câmaras Municipais de tôdas as cidades brasileiras, e os prefeitos daquelas que por determinação constitucional não os têm nomeados pelo govêrno federal ou pelos governos estaduais.

O govêrno do marechal Eurico Gaspar Dutra (1946/1951), salientou-se pela atenção voltada aos problemas dos transportes e das fontes de energia. Assim, inauguraram-se as ligações ferroviária e rodoviária entre o Rio de Janeiro e a cidade do Salvador, conseguindo-se a comunicação terrestre do Sul e de tôda a costa Leste com o Nordeste do Brasil. Entrou em funcionamento a primeira refinaria de petróleo brasileiro. E tiveram início as obras para o aproveitamento hidrelétrico da cachoeira de Paulo Afonso, no rio São Francisco.

Em 1950 Getúlio Vargas foi eleito para a presidência da República. Empossando-se do cargo, no ano seguinte, não conseguiu o seu novo govêrno vencer a crise econômica que atingia o país, como conseqüência de várias causas, inclusive do desequilíbrio entre a crescente atividade industrial e a insuficiente produção de gêneros alimentícios. Simultâneamente, formou-se grave crise política. Ocorrendo uma tentativa de assassinato contra um jornalista da oposição, dela resultou a morte de um oficial da Aeronáutica. Exaltaram-se os ânimos ao saber-se que nela estavam diretamente implicados elementos da guarda pessoal do presidente da República. As fôrças

armadas exigiram a punição dos culpados e Getúlio Vargas concordou em licenciar-se do poder. Antes, porém, de transmiti-lo ao vice-presidente Sr. João Café Filho, preferiu suicidar-se a 24 de agôsto de 1954.

A 3 de outubro seguinte realizaram-se as eleições para governadores de diversos Estados, para a renovação de dois têrços do Senado Federal, de tôda a Câmara dos Deputados, das assembléias legislativas estaduais, das câmaras municipais e das prefeituras cujos ocupantes são eleitos diretamente pelo povo, de acôrdo com a Constituição.

QUESTÕES CONEXAS: — *Novas tendências políticas no Brasil. — Economia e finanças de 1930 a 1945. — O Brasil na segunda Guerra Mundial. — O Brasil e o pan-americanismo. — O "Estado Novo". — Os municípios na Constituição de 1946 — Os novos partidos políticos brasileiros.*

QUADRO SINÓPTICO DA NOSSA HISTÓRIA

PRIMEIRO SÉCULO (XVI)

Característica geral: — Exploração da costa. — Colonização de muitos pontos do litoral. — Lutas com os indígenas. — A experiência das capitanias. — Organização política e administrativa. — A ação dos jesuítas. — A Igreja do Brasil. — Expulsão de intrusos, e repulsa a piratas. — Cidades, vilas, povoações; engenhos e fazendas.

Economia geral: — Açúcar, algodão, cereais, vinho, tabaco, especiarias, peles, peixe de salga, madeiras, *pau-brasil.* — Comércio regular com a metrópole e com algumas colônias de Espanha.

Cultura: — Cartas, ânuas, e outros papéis dos padres. — Diários e roteiros de navegação. — Crônicas da terra (Gandavo, Gabriel Soares, Cardim). — Bento Teixeira.

Antes de 1500	As grandes navegações, iniciadas pelos portuguêses nos princípios do século XV, e por êstes dirigidas até fins do referido século. — D. João I. — O Grande Infante. — Sagres. D. João II. — Bartolomeu Dias. — Vasco da Gama. — Dêsse vasto movimento marítimo resulta o descobrimento da América, o do novo caminho das Índias e em seguida o do Brasil. — Colombo. — O tratado de Tordesilhas.
1500 *O descobrimento*	D. Manuel I. — A frota de Cabral. — O rumo seguido no Atlântico. — O monte Pascoal. — A baía de Pôrto Seguro. — A primeira Missa. — A posse da terra. — Fr. Henrique de Coimbra. — Caminha, e sua célebre carta ao rei. — Vera Cruz. — Santa Cruz. — Brasil.
A terra	Extensão e relêvo da costa. — Características geográficas gerais. — Clima e salubridade. — Natureza. — A flora. — A fauna. — As gentes que habitavam a terra: origens; como entraram no continente. — Hipóteses. — A Atlântida. — Os Fenícios. — A noção clássica. — Indígenas da América oriental: raça, religião; a família, a língua; os costumes; tradições, lendas, instintos dominantes; indústrias. — Cultura própria. — Organização social.

Reconhecimento da terra *Início da colonização* *1500-1532*	Gaspar de Lemos. — Gonçalo Coelho. — Américo Vespúcio. — Cristóvão Jaques. — Martim Afonso. — Pêro Lopes. — Traficantes franceses. — Primeiras entradas no sertão. — Pôrto dos Patos. — Rio da Prata. — Fundação da vila de São Vicente. — João Ramalho. — Piratininga.
1534-1554 *Donatarias* *Govêrno-Geral*	Criação das capitanias: São Vicente, Santo Amaro — Itamaracá; São Tomé, Espírito Santo, Pôrto Seguro, Ilhéus, Bahia, Pernambuco; e mais quatro para o Norte. — Trabalhos dos donatários. — Lineamentos da futura divisão administrativa. — Criação do Govêrno-Geral. — Tomé de Sousa. — Fundação da Bahia. — O Caramuru. — Primeiros missionários. — A obra dos catequistas nas capitanias do Sul. — Nóbrega e Anchieta. — Fundação do Colégio de São Paulo. — Santos. Brás Cubas. — D. Duarte da Costa. — O primeiro Bispo.
1555-1567 *Os franceses* *Fundação do Rio de Janeiro*	Os franceses na Guanabara. — Villegaignon. — Lery. — O forte de *Coligny*. — O forte *Urussumirim*. — Henriville. — Primeira expedição contra os franceses. — Confederação dos Tamoios. — Ação de Nóbrega e Anchieta. — Estácio de Sá. — Fundação do Rio de Janeiro. — Mem de Sá, outra vez na Guanabara. — O chefe indígena Araribóia. — Expulsão definitiva dos franceses. — Trasladação da sede da cidade para o morro que desde então se chamou do Castelo. — Morte de Estácio de Sá. — Salvador Correia de Sá.
1568-1578 *Divisão do Brasil em dois governos* *Reunião subseqüente em um só govêrno*	Govêrno de Mem de Sá. — D. Luís de Vasconcelos: morto em viagem por piratas fanáticos. — Luís de Brito. — Divisão do Brasil em dois governos. — Luís de Brito, no govêrno do Norte. Antônio Salema, no do Sul. — No Norte: avançada dos portuguêses até à Paraíba. — No Sul: lutas com os franceses intrusos de Cabo Frio. — Reunião do Brasil em um só govêrno. — Luís de Brito. — Lourenço da Veiga. — Guerra a entrelopos. — Colonização da Paraíba. Frutuoso Barbosa. Martim Leitão. — Exploração do rio São Francisco. — João Coelho de Sousa. — Adôrno à procura de esmeraldas.
1580-1600 *Começa o domínio de Espanha* *Pirataria e corso*	O rei D. Sebastião. — Guerra aos mouros da África. — Alcácer-Kebir. — O cardeal-rei D. Henrique. — Filipe II de Espanha, I de Portugal. — As côrtes de Tomar. — Pirataria nas costas da América: — Fenton; Withrington; Cavendish; Cook; Lancaster e Venner. — Avanço dos colonos para o Norte. — Fundação de Natal.

SEGUNDO SÉCULO (XVII)

Característica geral: — E' o grande século do período da colônia. — Integração do domínio português pela conquista de todo o litoral do Norte até o Amazonas. — Defesa da terra contra pretensões de intrusos. — Expansão do domínio para loeste. — Os bandeirantes. — Formação do nosso espírito nacional. — Primeiras manifestações dêsse espírito.

Economia geral: — Largo incremento das indústrias que se tornaram fundamentais da riqueza: açúcar, algodão, tabaco, cereais, madeiras; criação, pesca.

Cultura: — Colégio dos jesuítas, conventos de várias Ordens em tôdas as capitanias. — Seminário na Bahia. — Fr. Vicente do Salvador. — Simão de Vasconcelos. — Gregório de Matos. — Manuel de Morais.

1600-1621 *Franceses em São Luís* *Estado do Maranhão*	Traficantes franceses nas costas do Norte. — Ocupação da ilha de Fernando de Noronha pelos franceses. — Fundação do forte de São Luís. — Expedições contra os intrusos do Maranhão. — Jerônimo de Albuquerque e Diogo Campos. — Alexandre de Moura. — Expulsão dos franceses. — Castelo Branco: fundação de Belém. — Criação do Estado do Maranhão.
1624-1625 *Os holandeses na Bahia*	A Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. — Expedição contra a Bahia. — O Governador Diogo de Mendonça Furtado. — O Bispo D. Marcos Teixeira. — Ataque e tomada da praça. — Prisão do Governador. — Os baianos organizam a reação, e sitiam os intrusos. — Angústia dos sitiados. — A esquadra luso-espanhola. — Restauração da Bahia.
1630-1640 *Os holandeses em Pernambuco*	Matias de Albuquerque prepara gente da terra para resistir ao novo golpe dos holandeses. — Chega a esquadra inimiga. — Desembarque na praia do Pau Amarelo. — Marcha sôbre Olinda. — Resistência heróica. Salvador de Azevedo. Queda de Olinda. — O forte de São Jorge. Antônio de Lima. — Rendição de São Jorge. — O *Arraial do Bom Jesus.* — Companhias de emboscadas. — Deserção de Calabar. — A esquadra de Oquendo. — Queda do *Arraial.* — Retirada dos pernambucanos para o Sul. — Vitória de Pôrto Calvo. Sacrifício de Calabar. — Chegam os retirantes às Alagoas. — Rojas y Borja assume o comando dos pernambucanos, enquanto Matias de Albuquerque embarca para a Europa. — Rojas y Borja perece no primeiro encontro com o inimigo (Mata Redonda). — O conde de Bagnolo assume o comando da resistência. — Chegada de Maurício de Nassau. — A sua obra. — O Conde da Tôrre.

1640-1654 *Expulsão dos holandeses*	Restauração de Portugal. D. João IV. — Prepara-se reação geral contra os intrusos. — Missão de André Vidal à côrte. — Deixa Nassau a conquista flamenga. — O Governador-Geral Teles da Silva. — Insurreição dos maranhenses. Expulsão dos intrusos do Maranhão e do Ceará. — Organiza-se a ação de todos contra os holandeses. João Fernandes Vieira. Dias Cardoso. Henrique Dias. Camarão. — Rompe a insurreição em Pernambuco. — Vitórias do Monte das Tabocas e da Casa Forte. — *Novo Arraial do Bom Jesus.* — Francisco Barreto. — As duas batalhas dos Guararapes. — Cêrco do Recife. — A frota de guerra da Companhia de Comércio. — Campina do Taborda. — Capitulação dos flamengos.
1628-1722 *Expansão geográfica*	Enquanto no Norte se leva a guerra contra os flamengos intrusos, no Sul começam as grandes bandeiras que devassam todo o continente. — Antônio Raposo, em 1628. — Fernão Dias, em 1661. — Matias Cardoso e Domingos Jorge Velho, em 1669. — Pascoal de Araújo, em 1672. — Lourenço Castanho Taques, em 1675. — Bartolomeu Bueno — o *Anhangüera,* em 1682. — Pascoal Moreira Cabral Leme, em 1717. — Antônio Pires de Campos, em 1718. — O novo *Anhangüera,* em 1722. — Fundação de numerosos arraiais em todos os sertões percorridos pelos bandeirantes. — Descoberta das grandes minas de ouro.
1680 *Colônia do Sacramento*	Começam no Sul as guerras de fronteiras. — Portugal quer o Prata como seu limite sul. — D. Manuel Lôbo, Governador do Rio, vai fundar a Colônia do Sacramento à margem esquerda do estuário platino. — Os espanhóis de Buenos Aires atacam e tomam a Colônia. — Prisão de D. Manuel Lôbo. — Encetam-se assim disputas tremendas que vão durar mais de um século.
1684 *Revolta de Beckman*	Pela primeira vez encontra-se formalmente o espírito da terra com os excessos do regime colonial. — Indisposição dos maranhenses contra os jesuítas e contra a Companhia do Comércio do Maranhão. — Manuel Beckman ou Bequimão. — Os revoltosos tomam São Luís. — Abolição da Companhia do Comércio. — Expulsão dos jesuítas. — O novo governador, Gomes Freire. — Lázaro de Melo. — Sacrifício de Beckman.
1695 *Os Palmares*	Protestos da raça africana contra a escravidão. — Formam-se *quilombos* em tôdas as capitanias. — Os *quilombos* dos Palmares. — Incremento dêstes núcleos com a invasão holandesa. — Muitas expedições contra êles. — Gangazuma. — Domingos Jorge Velho contrata com o Governador de Pernambuco a destruição dos Palmares. — Zambi.

TERCEIRO SÉCULO (XVIII)

Característica geral: — Século do ouro. — Com a descoberta das minas, cessa o movimento das grandes bandeiras. — Afluência de aventureiros na região das minas. — Lutas entre paulistas e forasteiros. — A riqueza das minas levanta o espírito dos colonos. — Torna-se imperioso o sentimento da terra. — Primeiras aspirações formais de independência.

Economia geral: — Além da mineração, tomam grande importância, principalmente nas capitanias do Norte, a indústria do açúcar, e outras que se haviam criado. — Nas capitanias do Sul, desenvolve-se a pecuária. — Estende-se e amplia-se o comércio com o exterior.

Cultura: — Larga eclosão intelectual nos maiores centros. Vila Rica, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Pará. — Academias. — Basílio da Gama, Santa Rita Durão, Cláudio Manuel da Costa, Silva Alvarenga, Alvarenga Peixoto, Gonzaga, Itaparica, Antônio José, Rocha Pita, Jaboatão, Madre de Deus e outros.

1708 *Guerra dos Emboabas*	A descoberta das minas alvoroça tôda a colônia e a metrópole. — Concorrência em massa para as regiões das minas. — Inquietações e tumultos. — Rompe a guerra entre forasteiros e paulistas. — Manuel Nunes Viana. — Sabará. — Vila Rica. — O capão da Traição. — O governador Mascarenhas tem de fugir das Minas. — O novo governador, Antônio de Albuquerque, consegue acomodar os partidos.
1710 *Guerra dos Mascates*	O espírito da terra e os adventícios. — Olinda e Recife. — Animosidade entre portuguêses e brasileiros. — Querem os negociantes do Recife libertar-se de Olinda, reclamando o predicamento de vila para a povoação. — Rompe a luta no momento de se discriminarem os distritos das duas vilas. — O governador Castro Caldas toma o partido dos portuguêses, e é obrigado a fugir para a Bahia. — O bispo Álvares da Costa. — Vieira de Melo na assembléia que se reuniu em Olinda. — O novo governador, Félix Machado. — A pacificação.
1710-1711 *Duclerc* *e Duguay-Trouin*	As questões em que se envolvia a metrópole com outras côrtes da Europa vinham repercutir na América. — Como conseqüência da atitude de Portugal no caso da sucessão de Espanha, vêm os franceses atacar o Rio de Janeiro. — Expedição de Duclerc. — Não podendo penetrar na baía, vai desembarcar em Guaratiba, e dali marcha por terra contra a cidade. — O governador Castro Morais e a defesa da praça. — A população opõe resistência aos invasores. — Duclerc tem de render-se. — Sorte de Duclerc. — No ano seguinte, a expedição de Duguay-Trouin, muito mais forte. — O corsário entra na baía, e toma posição para bombardear a praça. — Castro Morais foge para os arrabaldes, e pede socorro para Minas. — Duguay impõe o resgate. — A cidade é saqueada horrìvelmente. — Castro Morais trata com o salteador, e resgata a praça. — Quando chegaram os socorros de Minas, já estava tudo acabado.

1720 *Rebeliões nas Minas*	Contra a opressão que sofrem os colonos. O serviço de mineração. — Processos de cobrança dos quintos reais. — As fundições de ouro. — Sedições em vários pontos das zonas mineiras. — Pitangui. — Vila Rica. — Capitania das Minas Gerais. — O Conde de Assumar. — O sacrifício de Filipe dos Santos.
1750-1801 *As nossas fronteiras*	O tratado de Tordesilhas e a obra dos bandeirantes. — Fixação de nova linha de fronteiras, adotando-se para isso o *uti possidetis*. Tratado de Madrid (1750). — As sete Missões do Uruguai e a Colônia do Sacramento. — As comissões mistas demarcadoras. — Os índios das Missões insurgem-se contra os comissários. — Pombal expulsa os jesuítas. — Tratado de Santo Ildefonso (1777). — Paz de 1801.
1789 *Conjuração de Minas*	Aversão crescente ao regime colonial. — Minas Gerais — centro de animadversão contra a metrópole. — Chega, como governador, o Visconde de Barbacena. — Decreta a cobrança executiva dos quintos em atraso. — Trama-se a conspiração. Cláudio, Gonzaga, Alvarenga, Freire de Andrada. O Tiradentes. — Estende-se a conspiração por tôda a capitania. — Joaquim Silvério. — Suspensão da derrama. — Prisão dos conjurados. — A devassa e o processo. — Os condenados à morte. A piedade da rainha. — O conde de Resende. — O sacrifício do *Tiradentes*.

QUARTO SÉCULO (XIX)

Característica geral: — A Família Real no Brasil. — Política da côrte portuguêsa no Rio de Janeiro. — Protestos contra essa política. — Revolução pernambucana de 1817. — Revolução liberal na metrópole. — Repercussão do movimento em tôdas as províncias do Brasil. — Volta da côrte para Lisboa. — O Príncipe Regente D. Pedro e os brasileiros. — O espírito liberal. — As côrtes de Lisboa e o Brasil. — O *Fico*. — José Bonifácio. — O grito do Ipiranga. — Organização do novo Estado. — O Imperador e os brasileiros. — O 7 de Abril. — A fase regencial. — D. Pedro II. — Os nossos conflitos externos. — Os vestígios da colônia encontram-se com o sentimento americano. — Grandes reformas políticas e sociais. — A abolição. — A República.

Economia geral: — Desenvolvimento de grandes fontes de riqueza. — A viação terrestre, fluvial e marítima. — Estradas de ferro. — Telégrafos. — Comércio externo. — O café. — A borracha. — O mate. — A imigração. — A lavoura. — A indústria pastoril.

Cultura: — Grande surto do espírito nacional. — Os oradores sacros. Mont'Alverne. — Os homens políticos da Regência. — Os grandes escritores no domínio do direito, da filosofia, da história, da matemática. — Os grandes artistas na escultura, na pintura, na música.

1807-1821 *Preparativos da emancipação política*	Manda Napoleão invadir Portugal. — Fuga da côrte. — D. João na Bahia. — Abertura dos portos. — A côrte no Rio de Janeiro. — Declaração de guerra à França. Expedição contra a Guiana Francesa. — Política de D. João no Rio da Prata. — Processos da côrte na América. — A obra de D. João no Brasil. — Os seus estadistas. — Revolução pernambucana de 1817. — Anexação da Banda Oriental. — A revolução do Pôrto. — — Sucessos nas várias províncias e no Rio. — A volta da côrte para Lisboa.
1822 *A Independência*	D. Pedro, Regente do Brasil. — A política das côrtes de Lisboa em relação ao Brasil. — D. Pedro entende-se com os brasileiros e resolve permanecer no Brasil, contra as ordens das côrtes. — José Bonifácio dirige a causa da Independência. — D. Pedro em Minas. — D. Pedro em São Paulo. — O 7 de Setembro. — D. Pedro aclamado Imperador.
1822-1831 *O primeiro Imperador*	Figura de D. Pedro I. — A Constituinte. — Reconhecimento da Independência. — A Constituinte e o Imperador. — Dissolução da Constituinte à mão armada. — Outorga de uma Constituição. — Protestos contra a dissolução da Constituinte. — Confederação do Equador. — Guerra da Cisplatina. — Sarandi. — Ituzaingó. — Paz no Prata. — Complicações da política imperial. — Segunda viagem do Imperador a Minas. — Desilusões. — Sucessos do Rio. — Noite das garrafadas. — O 7 de Abril.
1831-1840 *Período regencial*	A Regência Trina Provisória. — A Regência Trina Permanente. — Feijó, ministro da justiça. — Reforma da Constituição (Ato Adicional). — Feijó, Regente. — Bernardo de Vasconcelos. — Evaristo da Veiga. — Honório Hermeto. — Araújo Lima. — Grandes desordens no Rio e nas províncias. — Revolução dos Farrapos. — Feijó renuncia. — Araújo Lima eleito Regente. — Ação dos liberais. — Maioridade.
1842 *Revoltas de partido em São Paulo e em Minas*	Queda do gabinete da maioridade. — Protestos dos liberais contra duas leis de 1841. — Demissão de Rafael Tobias, presidente liberal de São Paulo. — Costa Carvalho. — Rompe a rebelião em Sorocaba. — O padre Feijó. — Marcham os rebeldes na direção de São Paulo. — O Barão de Caxias, à frente das tropas imperiais, rechaça os revoltosos em desordem para Sorocaba. — Ocupam as fôrças legais a praça rebelde. — Fuga de Rafael Tobias para o Sul, onde é prêso. — Combate final da Venda Grande. — Sucessos no Norte de São Paulo. — Alguns dias depois da de Sorocaba, rebenta a revolução de Minas em Barbacena. — José Feliciano. — Teófilo Otoni. — São João d'El-Rei. — Queluz. — Caxias à frente das tropas imperiais. — Santa Luzia.

1848 *Revolução praieira*	Os dois partidos em Pernambuco. — Exacerbação dos praieiros. — O presidente Ferreira Pena. — Rompe o movimento. — Mussupinho. — O novo presidente Vieira Tosta. — Ataque do Recife pelos revolucionários. — Nunes Machado. — Borges da Fonseca. — Destroços dos praieiros. — Pedro Ivo.
1851 *Guerra contra Rosas*	Blancos e colorados no Uruguai. — O caudilhismo na campanha oriental. — Rosas, o tirano de Buenos Aires, quer incorporar o Uruguai. — Oribe e Rivera entendem-se. — Oribe, instrumento de Rosas, é eleito presidente do Uruguai. — Oribe forçado a renunciar. — Protegido pelo ditador de Buenos Aires, reentra Oribe no Estado Oriental, e sitia Montevidéo. — O longo sítio da capital uruguaia. — Clamor dos sitiados. — Tropas imperiais invadem o Uruguai, e cooperam com os patriotas orientais contra Oribe. — Tem êste de levantar o assédio de Montevidéo. — As fôrças aliadas marcham contra Buenos Aires. — Tonelero. — Batalha de Caseros. — Fuga de Rosas para a Inglaterra.
1864 *Guerra contra Aguirre*	Tirania no Estado Oriental. — Violências contra brasileiros na campanha. — Vai Saraiva, como nosso plenipotenciário, a Montevidéo. — Aguirre não atende às reclamações do govêrno imperial. — Saraiva apresenta ultimato. — Invasão do Uruguai pelas fôrças do Império. — Salto. — Paisandu. — Assédio de Montevidéo. — Fuga de Aguirre. — Assume o general Flores a presidência provisória da República.
1865-1870 *Guerra contra López do Paraguai*	A velha tirania reinante no Paraguai. Francia. Carlos López. Francisco Solano López. — Procura êste um pretexto para fazer guerra ao Brasil. — Encontra êsse pretexto nos últimos sucessos do Estado Oriental. — As surprêsas do apresamento do *Marquês de Olinda* e da invasão de Mato Grosso. — Ocupação da província argentina de Corrientes pelos paraguaios. — O Tratado da Tríplice Aliança. — Invasão do Rio Grande do Sul por fôrças de López. — Tomada e ocupação de Uruguaiana por Estigarríbia. — Batalha naval do Riachuelo. — Barroso. — Mercedes. — Cuevas. — Os aliados marcham para a fronteira paraguaia. — Os inimigos evacuam Corrientes. — Itapiru. — Passo da Pátria. — Tuiuti. — Curuzu. — Curupaiti. — Tuiú-Cuê. — Humaitá. — Tebiquari. — Itororó. — Avaí. — Vileta. — Lomas Valentinas. — Angustura. — Os aliados ocupam Assunção. — López em Cêrro-Leon. — Daí para as Cordilheiras. — Retira-se Caxias. — O Conde d'Eu, novo comandante em chefe. — Renova-se a campanha. — Peribebuí. — Ascurra. — Campo Grande. — Cêrro-Corá. — Fim da guerra.

1870-1889 *Ressurgimento nacional*	Reformas sociais e políticas. — Renovação geral econômica. — Estradas de ferro. — Navegação fluvial e marítima. — Telégrafo submarino transatlântico. — Indústrias fabris. — Agricultura. — Instrução pública. Escolas. Institutos. Sociedades. Clubes. — Museus. — A imprensa. — Homens notáveis nas ciências, nas letras, nas artes, na política. — O Brasil no estrangeiro. — Convívio com o mundo.
1889-1900 *A República*	O sentimento americano dominante em tôda a nossa história. — O espírito militar depois da guerra contra López. — A propaganda republicana. — D. Pedro II, envelhecido e enfêrmo. — A Princesa Imperial. — A abolição. — O 15 de Novembro. — Os primeiros dias da República. — O marechal Deodoro. — A Constituinte. — A Constituição da República. — O primeiro presidente constitucional. — O golpe de Estado. — Queda de Deodoro. — O marechal Floriano. — A revolução federalista. — A revolta da esquadra. — O Dr. Prudente de Morais. — Pacificação do Sul.

A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Característica geral: — Novo espírito nacional. — O Brasil no concêrto das nações. — Consolida-se o sentimento do novo regime. — Celebração do quarto centenário do descobrimento do Brasil; — e da trasladação da côrte portuguêsa para o Rio de Janeiro. — Fraternização do povo brasileiro com todos os povos americanos. — Solução pacífica de todos os litígios que nos vieram da colônia e do Império. — Comemoração do nosso primeiro centenário de vida nacional. — Revolução de 1930. — Constituições de 1934, 1937 e 1946. — O Brasil de hoje.

Economia geral: — Em tôdas as esferas, toma a nossa atividade impulso extraordinário. — Renovação de todos os elementos de riqueza.

Cultura: — Continuamos, cada vez com mais brilho, as nossas tradições de povo intelectual. — A nossa literatura é uma das mais vastas e mais notáveis do continente. — Os nossos juristas e os nossos diplomatas figuram nos mais altos centros do velho mundo.

1900-1930 *Presidentes da República até 1930*	Campos Sales empreende e consegue a restauração financeira da República. — Joaquim Murtinho e o *funding loan.* — Solução do litígio sôbre a Guiana Francesa. — Rodrigues Alves (1902-1906). Remodelação e saneamento do Rio de Janeiro. — A mesma obra nos Estados. — Afonso Pena (1906-1909). Os grandes problemas internos. Viação e povoamento. — Vindo a falecer antes de completar o quadriênio, exerceu o cargo vago o vice-presidente Nilo Peçanha até à posse do novo presidente, que foi o marechal Hermes, cujo govêrno foi muito acidentado. — O Dr. Venceslau Brás teve de lutar também com alguns casos embaraçados que lhe vieram do precedente quadriênio.

1900-1930

Presidentes da República até 1930

Além de casos políticos em vários Estados, teve de arcar com as desordens do Contestado. — Solução por acôrdo da questão de limites entre Paraná e Santa Catarina. — O Brasil na primeira Guerra Mundial. — Tendo falecido antes de empossado Rodrigues Alves, que fôra eleito para o quadriênio de 1918-1922, nova eleição se fêz, sendo escolhido pelos políticos dominantes Epitácio Pessoa. O govêrno dêste foi muito cheio de vicissitudes. — A Epitácio sucedeu o Dr. Artur da Silva Bernardes, que teve um govêrno agitado por movimentos revolucionários, entre os quais avultou o de 5 de julho de 1924, ocorrido em São Paulo e chefiado pelo general Isidoro Dias Lopes.

Ao Dr. Artur Bernardes sucedeu, em 15 de novembro de 1926, o Dr. Washington Luís P. de Sousa, antigo presidente de São Paulo, cujo govêrno a princípio pacífico, foi assinalado em seus últimos dias pela revolução ocorrida a 3 de outubro de 1930 em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, e, afinal, vencedora a 24 do mesmo mês e ano, na própria capital da República.

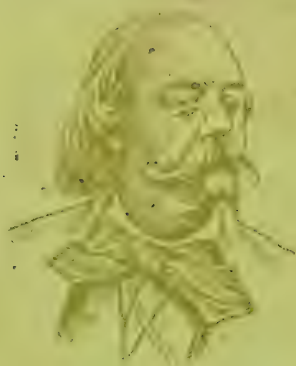
A junta revolucionária composta dos generais Tasso Fragoso, João de Deus Mena Barreto e contra-almirante Isaías de Noronha, entregou o govêrno da República ao Dr. Getúlio Vargas, em novembro de 1930.

1930-1954

Constituições de 1934, 1937 e 1946. Últimas presidências.

Segundo Govêrno Provisório da República (1930-1934). — Revolução Constitucionalista de São Paulo. — A segunda Assembléia Constituinte da República. — Constituição de 1934. Presidência constitucional de Getúlio Vargas (1934-1937). — Levante comunista de 1935. — Campanha pela sucessão presidencial. — Golpe de Estado de 10 de novembro de 1937. A segunda Constituição outorgada ao Brasil. — Tentativa de deposição de Getúlio Vargas em 1938. — O Brasil na Segunda Guerra Mundial. O Ato Adicional de 1945. — Deposição de Getúlio Vargas. — Presidência do ministro José Linhares. — A terceira Assembléia Constituinte da República. — Constituição de 1946. — Presidência do marechal Eurico Gaspar Dutra. — Constituições estaduais de 1947. — Nova presidência de Getúlio Vargas. — Suicídio de Getúlio Vargas. — Govêrno do vice-presidente João Café Filho.

198 beginning of RCC in Bengal 1551

OBRAS DE GUSTAVE FLAUBERT

"Meus personagens imaginários me afetam, me perseguem, ou melhor, [illegible]

Flaubert soube captar tôdas as atenções porque seus livros representam uma síntese de vários ideais que agitam o homem de sempre.

Romântico, êle luta generosamente contra as corrupções da burguesia; realista, arde por um desejo sempre crescente de encontrar-se com a vida sem ilusões; parnasiano, apaixona-se pela forma, pelo belo, pela arte.

Foi essa paixão pela forma que fêz Flaubert consumir-se em estudos, procurando com encarniçamento a imagem mais justa, mais linda, a palavra mais acabada.

Uma ordem imensa reina em suas obras de tal forma que nos movimentos mais lancinantes, mais selvagens, vemos a mão do artista criando um espetáculo de beleza.

O lançamento, em língua [illegible]guêsa, das obras de Flaubert, dentre as quais algumas ainda não traduzidas, representa para EDIÇÕES MELHORAMENTOS uma das iniciativas mais felizes e de maior alcance cultural, cuja repercussão nos meios literários brasileiro e português, será naturalmente das mais favoráveis.

A EDUCAÇÃO SENTIMENTAL • SALAMBÔ

MADAME BOVARY • BOUVARD E PÉCUCHET

TRÊS CONTOS • A TENTAÇÃO DE SANTO ANTÃO

EDIÇÕES MELHORAMENTOS

Cód. 158